

FLORESTAN FERNANDES

fundamentos empíricos da explicação sociológica

FLORESTAN
FERNANDES

fundamentos empíricos da explicação sociológica



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

6A
BIBLIOTECA
UNIVERSITÁRIA

FUNDAMENTOS EMPÍRICOS
DA
EXPLICAÇÃO SOCIOLÓGICA

por

FLORESTAN FERNANDES

A Biblioteca Universitária constituiu uma iniciativa da Companhia Editora Nacional para atender a alunos, professores e estudiosos que necessitem de livros especializados de alta qualidade. A grande expansão do ensino universitário no Brasil estava a exigir um desenvolvimento paralelo do livro didático. Tomamos a nós parte da tarefa de oferecer aos universitários brasileiros leituras que sejam essenciais às suas especialidades.

O presente livro inaugurou uma das séries, a 2.ª, da referida coleção: a que cobre o setor das ciências sociais, disciplinas que até há pouco tempo lutavam com a escassez de bibliografia acessível ao estudioso brasileiro. Ao encetarmos tal série, tínhamos em mente a diminuição gradual dessa dificuldade, pondo ao alcance dos nossos leitores diferentes tipos de trabalhos úteis à sua formação ou ao alargamento de seus campos de estudos.

O livro, já em sua 3.ª edição, está compreendido nas duas categorias. Nêles estão reunidos três ensaios de Florestan Fernandes, da Universidade de S. Paulo, sociólogo de renome internacional. No primeiro, *A Reconstrução da Realidade nas Ciências Sociais*, são discutidas as técnicas e os processos por meio dos quais os cientistas sociais passam dos dados brutos, coligidos em suas pesquisas, para a reprodução empírica e a representação abstrata da realidade. No segundo, *Os Problemas da Indução na Sociologia*, são enumerados e debatidos os

(continua na outra dobra)

FICHA CATALOGRÁFICA

Fernandes, Florestan, 1920-

Fundamentos empíricos da explicação sociológica. Segunda edição (1.ª reimpressão). São Paulo, Editora Nacional [1972].

xxii, 345 p. 21 cm. (Biblioteca universitária. Série 2.ª Ciências sociais, v. 1)

Notas bibliográficas de rodapé.

301.018 Série.

(Preparada pela Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo)

Fundamentos Empíricos
da
Explicação Sociológica

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Série 2.^a — Ciências Sociais

Volume 1

★

Direção:

DR. FLORESTAN FERNANDES
(da Universidade de São Paulo)

FLORESTAN FERNANDES

Fundamentos Empíricos
da
Explicação Sociológica

segunda edição

(1.^a reimpressão)

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — 01212 São Paulo, SP

1972

Impresso no Brasil

A

PAULO DUARTE,

*em aprêço de seu destemor
e de seu interêsse pelas
causas da cultura.*

ÍNDICE

<i>Prefácio à segunda edição</i>	XI
--	----

INTRODUÇÃO

O Raciocínio Científico na Sociologia	XV
---	----

PARTE I

A Reconstrução da Realidade nas Ciências Sociais	1
I — Introdução	3
II — O Processo de Observação da Realidade	5
III — Fundamentos Lógicos da Elaboração das Instâncias Empíricas	15
IV — O Problema do Contrôlo das Observações	21
V — Reconstrução e Explicação da Realidade	24
VI — Conclusões	38

PARTE II

Os Problemas da Indução na Sociologia	41
Introdução	43
I — Caracteres e Implicações da Descrição Sociológica dos Fenômenos Sociais: A) O ponto de vista sociológico como uma perspectiva seletiva na observação e na inter- pretação dos fenômenos sociais	47
II — Caracteres e Implicações da Descrição Sociológica dos Fenômenos Sociais: B) O problema da indução na Sociologia	53
III — Condições e Fundamentos da Indução Sociológica	61
IV — As Soluções Fundamentais dos Problemas da Indução na Sociologia: 1) E. Durkheim	70

V — As Soluções Fundamentais dos Problemas da Indução na Sociologia: 2) M. Weber	84
VI — As Soluções Fundamentais dos Problemas da Indução na Sociologia: 3) K. Marx	96
VII — Os Processos de Inferência Indutivo-qualitativa	119
VIII — Os Processos de Inferência Indutiva-quantitativa	139
IX — A Importância da Inferência Indutiva na Investigação Sociológica	160
X — Conclusões: Problemas que se Colocam no Estado Atual das Pesquisas Empírico-indutivas na Sociologia ..	169

PARTE III

O Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia	175
Introdução	177
I — O Conceito de Função e o Funcionalismo na Sociologia.	
Introdução	185
1) Período Organicista	186
2) Período de Construção dos Conceitos e das Orientações Interpretativas	190
3) Período de Revisão Crítica e de Sistematização Teórica	215
II — Natureza e Significação da Análise Funcionalista.	
Introdução	233
1) A Delimitação Positiva do Conceito de Função Social	233
2) Aplicações da Interpretação Funcionalista na Sociologia	246
III — Conseqüências da Interpretação Funcionalista para a Sociologia.	
Introdução	280
1) O Método de Interpretação Funcionalista em face da Explicação Sociológica	281
2) Função e Sociedade	292
Conclusões	303
Índice Analítico	315
Índice de Autores	351

Prefácio à segunda edição

Os três ensaios que compõem este livro giram em torno dos problemas lógicos da explicação sociológica. Foram escritos em datas diferentes e com vistas a fins diversos. Não obstante, completam-se reciprocamente (até com certa harmonia); e, ainda hoje, representam uma tentativa ambiciosa de introduzir maior rigor, discernimento crítico e sentido lógico construtivo nas discussões metodológicas na sociologia. Relevo-os, depois de tantos anos, cheguei à conclusão de que eles seriam impossíveis se não tivéssemos associado a "tradição européia" à "tradição norte-americana", corrigindo-as mutuamente, em nossa experiência universitária, de modo a se pensar na pesquisa sociológica segundo complexos requisitos teóricos e a se conceber a teoria segundo desdobramentos interligados da pesquisa empírica.

Entre 1959, data da primeira edição conjunta dos ensaios (redigidos anteriormente, de 1953 a 1957), e os dias atuais, ocorreram alguns progressos nesta área de cogitações. No entanto, eles não foram de monta a impor-me uma refundição dos ensaios ou a aconselhar-me acréscimos especiais. O único setor em que os avanços têm sido mais promissores e radicais diz respeito à indução quantitativa. Infelizmente, não só a minha competência aí é reduzida, como me devotei, nos últimos anos, a projetos de investigação que prescindem de técnicas indutivas quantitativas. Faltam-me, por conseguinte, elementos para levar a discussão a níveis mais altos e frutíferos, embora isso se dê exatamente na esfera em que, por prudência, me ative a formulações elementares.

Por isso, como a primeira edição se esgotara e a procura do livro se mantinha constante, ocorreu-me que não haveria mal em deixá-lo na forma original. Se me fôr dado voltar a estes temas, como gostaria de fazê-lo, retomarei o velho pro-

jeto de redigir um ensaio de maiores proporções sobre os modelos de explicação na sociologia (ou, melhor, sobre a *explicação sociológica*). Caso contrário, aqui fica o que consegui realizar. Apesar do estado de espírito pessimista em que me encontro, acho que a contribuição nêle contida poderá, ainda hoje e nos próximos anos, constituir um incentivo aos investigadores mais novos. O trabalho na ciência enlaça as gerações sucessivas numa colaboração invisível e ininterrupta. Em terreno tão difícil e quase inexplorado, mesmo as realizações mais modestas podem representar um passo adiante e colocar questões dignas de consideração. Aliás, não teria cogitado desta reedição, se não me convencesse de que a presente obra continua a ser útil — tanto para provocar preocupações metodológicas fundamentais, quanto para orientar a reflexão sobre os problemas lógicos na sociologia numa direção cientificamente produtiva.

Nesta oportunidade, desejo exprimir minha gratidão aos que deram acolhida simpática aos intentos contidos nesta obra, especialmente àqueles que a ligaram aos seus programas de ensino ou de pesquisa. Esses colegas, alguns deles meus antigos alunos, animaram-se sobremaneira, pois suas atitudes indicam que compreenderam a natureza dos objetivos que eu tinha em mira inicialmente. Não devemos manter os estudantes, vencidos os passos introdutórios de sua formação sociológica, afastados dos problemas lógicos centrais da explicação sociológica. Isso seria o mesmo que forçá-los, reiteradamente, “a começar da estaca zero”, como se a experiência acumulada pelas sucessivas gerações de investigadores fôsse inútil para lhes fornecer um ponto de partida melhor ou mais promissor.

Os chamados *debates metodológicos* só são prejudiciais ou inúteis quando se voltam para questões meramente especulativas ou quando são desenvolvidos com ânimo dogmático, divorciando-se de temas e problemas de significação científica. Em um bom curso de ciências sociais, eles devem ter um lugar apropriado na complementação da formação teórica dos alunos, devendo seguir-se à aprendizagem das técnicas de investigação. Apenas, não julgo avisado fomentar o ensino dos modelos de explicação por si mesmos. Esse ensino deve prever alguma experiência em pesquisa, para que os alunos possam encetar o uso das técnicas de investigação e dos próprios modelos com a supervisão do professor. Na verdade, o treina-

mento em pesquisas vem a ser o principal fulcro da preparação do sociólogo. Através dêle e graças a êle é que leituras como esta acabam se convertendo em algo estimulante, necessário e formativo, tanto como retoque à instrução acadêmica, quanto como recurso para iniciar os estudantes na arte de combinar “teoria” e “pesquisa” com imaginação criadora.

F.F.

São Paulo, 13 de maio de 1965

INTRODUÇÃO

O RACIOCÍNIO CIENTÍFICO NA SOCIOLOGIA

"As questões metodológicas só são infecundas se absorvem toda a atenção do cientista, paralisando-o, dêsse modo, e substituindo-se à investigação concreta; mas, de outra forma, não só são úteis senão indispensáveis, pois traduzem a reflexão de uma ciência sobre si própria, a qual aclara seu campo de ação, seus procedimentos, o valor de seus resultados e o âmbito de suas possibilidades. Em uma ciência imatura, como a sociologia, a reflexão metodológica é muito mais necessária, porque é o único meio de defendê-la dos desvios a que a incitam, continuamente, sugestões que provêm de outros campos." (J. Medina Echavarría, *Sociología: Teoría y Técnica*. p. 17.)

O Raciocínio Científico na Sociologia

Os temas de natureza metodológica são, com frequência, os mais ingratos e difíceis no campo das ciências novas. A multiplicidade de pistas teóricas inexploradas e o rápido acúmulo de materiais empíricos levantam, continuamente, problemas cuja solução possui interesse transitório. Como afirma Durkheim, em reflexão justamente melancólica, em matéria de método "não se pode fazer senão o transitório", pois "os métodos mudam à medida que a ciência avança" (1).

Apesar disso, os especialistas se vêem forçados a lidar com êsses temas. É que todo progresso real, no plano da pesquisa empírica ou no da sistematização teórica, sempre envolve a solução de problemas metodológicos cruciais, de grande significação e atualidade no momento em que podem ser resolvidos. Com o tempo, as contribuições tornam-se obsoletas, perdendo seu caráter construtivo. Quando, porém, tal coisa chega a acontecer, desde que as contribuições sejam pertinentes, elas já terão concorrido para alterar o quadro de conhecimentos positivos da própria ciência. Daí a importância das contribuições metodológicas e a necessidade de educar os especialistas para essa espécie de trabalho, tão pouco compensadora.

É possível que a conveniência de estimular semelhantes contribuições diminua em função do grau de refinamento e de estabilização dos recursos de investigação de cada disciplina científica. O que se pode dizer, a êsse respeito, é que a situação nas ciências sociais apresenta certas peculiaridades. Nelas ainda é grande o interesse pela discussão explícita dos recursos de investigação ou de interpretação, explorados no

(1) Cf. *Les Règles de la Méthode Sociologique* (10.ª edição, Presses Universitaires de France, Paris, 1947), p. xii.

estudo de um fenômeno (ou de um grupo de fenômenos). São ciências que se encontram em plena formação. Por isso, o cuidado atribuído à análise de questões metodológicas contribui para aumentar a esfera de consenso dos especialistas, com referência ao emprêgo das técnicas e dos métodos de investigação ou de interpretação da realidade.

Isso não justifica, naturalmente, o zelo excessivo por tais questões. Elas devem preocupar-nos na medida em que se justifiquem logicamente (em termos das exigências da explanação científica), ou por causa de sua importância instrumental, seja para o conhecimento dos fenômenos investigados, seja para a descoberta da verdade. Fora desses limites, há o risco da disputa especulativa, que apenas acarreta descrédito. Sirva-nos de exemplo a mordaz afirmação de Poincaré, de que "a sociologia é a ciência que possui mais métodos e menos resultados" (2)...

Os trabalhos reunidos no presente volume foram escritos sob essa inspiração. Nêles são examinadas questões ainda em fase de controvérsia, mas segundo um espírito construtivo, de modo a restringir a análise a argumentos de importância científica determinável. Isso não significa que as soluções recomendadas sejam as únicas possíveis ou as melhores. O esforço individual, no trabalho científico, sempre produz resultados sujeitos a limitações e a retificações mais ou menos sérias. O investigador deve dar-se por satisfeito quando consegue orientar suas indagações na direção dos problemas que desafiam a argúcia e a capacidade de análise dos especialistas.

Acresce que êles tomam por objeto temas que se colocam no difícil terreno do raciocínio científico. Desde Comte a Dilthey, Pearson e os modernos estudiosos do conhecimento científico, sabe-se que o método é o mesmo em todos os ramos do saber científico. Contudo, êsse método, universal, precisa ser utilizado em condições que são variáveis, de acôrdo com os sistemas possíveis de seleção, comprovação e elaboração interpretativa das inferências indutivas e dedutivas. No que concerne à sociologia, é evidente que os investigadores do passado procuraram limitar-se à solução dos problemas que poderiam permitir a transferência desse método para a investigação

(2) H. Poincaré, *Science et Méthode* (Flammarion, Paris, 1947), pp. 12-13.

dos fenômenos sociais. Os demais problemas, relacionados com a técnica da interpretação sociológica, pròpriamente dita, e com a sistematização das soluções descobertas, ficaram em suspenso. Êles exigiam outras condições de trabalho, que iriam formar-se com relativa lentidão, pela influência concomitante da clarificação teórica dos alvos fundamentais da explicação sociológica e do fortalecimento das tendências à pesquisa empírica sistemática.

Tais condições de trabalho mal começaram a surgir, durante a primeira metade do nosso século. Daí a posição singular do investigador moderno. Êle desfruta de uma perspectiva e de uma experiência que lhe permitem considerar as soluções descobertas de ângulo mais amplo, positivo e sistemático. Mas, faltam-lhe recursos para aprofundar as indagações, com o objetivo de conduzi-las à solução das questões que ficaram em suspenso. O único progresso inegável, que êle consegue, diz respeito: 1) à integração das diferentes soluções lógicas, dadas aos problemas suscitados pela interpretação sociológica da realidade; 2) à criação de novos recursos técnicos, nas áreas em que a expansão da pesquisa empírica sistemática (segundo modelos qualitativos ou quantitativos), tende a fomentar problemas específicos para a explanação descritiva ou interpretativa da realidade.

Isso explica porque procuramos ater-nos, em cada um dos trabalhos, à discussão de um número restrito de problemas. No estado em que nos achamos, atualmente, na sociologia, parece mais prudente e produtivo lidar com questões metodológicas bem definidas. Doutro lado, a experiência pessoal do autor, na esfera da investigação sociológica, não lhe conferia conhecimentos seguros sôbre *tôdas* as questões metodológicas relevantes, que caem no campo da chamada "meta-sociologia" (3). Êsse obstáculo tem a sua importância, já que o mal feito pelos debates metodológicos à sociologia não provinha do fato de êles serem numerosos, mas da falta de uma ligação precisa entre os intuítos que os animavam e as possibilidades de desenvolvimento das investigações sociológicas.

O primeiro trabalho, "A Reconstrução da Realidade nas Ciências Sociais", representa uma tentativa no sentido de suge-

(3) A "meta-sociologia" seria a disciplina que, segundo alguns autores, poderia absorver os problemas de natureza metodológica, enfrentados pelos sociólogos: cf. especialmente P. H. Furfey, *The Scope and Method of Sociology: A Metasociological Treatise* (Harper & Brothers, Nova York, 1953).

rir uma integração orgânica entre as diferentes fases do trabalho científico naquelas disciplinas. É sabido que o raciocínio científico não toma por objeto os dados brutos, diretamente acessíveis aos nossos sentidos. Ele lida com instâncias empíricas selecionadas e comprovadas, que reproduzem os fenômenos estudados por meio de atributos e caracteres essenciais à sua descrição positiva, de determinado ponto de vista. Isso faz com que o processo de observação se prenda de forma muito complexa aos propósitos teóricos de cada projeto de investigação. Tendo-se em conta a situação existente em disciplinas como a etnologia, a psicologia social e a sociologia, é fácil perceber que tais propósitos se refletem, seja na escolha das unidades de investigação, seja na determinação do tipo de regularidades a serem estudadas. Inversamente, o grau de exatidão e o nível de abstração das explicações dependem, de modo direto ou indireto, da precisão com que as instâncias empíricas forem obtidas, expurgadas, verificadas e coligidas no processo de observação. Por estranho que possa parecer, tais questões nunca mereceram discussão sistemática, que levasse em consideração as possibilidades atuais da investigação empírica nas ciências sociais.

O segundo trabalho, "Os Problemas da Indução na Sociologia", aborda, de diversos ângulos, o tema da formação e da manipulação da inferência indutiva na explanação sociológica. Sob vários aspectos, ele constitui um balanço crítico dos procedimentos pelos quais os sociólogos têm procurado manipular as inferências indutivas na interpretação sociológica. Por isso, ele compreende a discussão de um número relativamente extenso de aspectos do processo do raciocínio indutivo, tal como ele vem sendo pôsto em prática na explicação sociológica. Os principais resultados desse trabalho estão nas perspectivas que ele abre, seja para a exata compreensão das técnicas interpretativas exploradas pelos grandes investigadores do passado, seja para maior integração dessas técnicas e para a combinação mais frutífera dos procedimentos de indução qualitativa e quantitativa. As questões referentes às possibilidades de formalização foram apenas mencionadas.

O terceiro trabalho, "O Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia", é o único que focaliza, especificamente, as operações lógicas que asseguram a exploração do raciocínio indutivo na explicação sociológica. Embora a discussão se restrinja à manipulação interpretativa das conexões

funcionais, ela apresenta a vantagem de situar os problemas em contexto mais geral. Assim, são examinados, sucessivamente: o modo pelo qual o conceito de função tem sido utilizado na sociologia; a natureza do tipo de conhecimento que se obtém, mediante a abstração e a elaboração interpretativa das conexões funcionais; as unidades de investigação e as regularidades que podem ser descritas ou explicadas, nomoteticamente, através das conexões funcionais; as implicações teóricas e práticas do conhecimento sociológico baseado na interpretação funcionalista da realidade. O principal resultado dessa contribuição está na sugestão (e na comprovação parcial) de que os métodos sociológicos de interpretação *não são incompatíveis entre si nem mutuamente exclusivos*. Na medida em que se aplicam ao tratamento de questões igualmente legítimas, de um prisma lógico, e igualmente válidas, de um ângulo empírico, eles são, ao contrário, mutuamente interdependentes e complementares. Essa sugestão possui relativa relevância científica, pois demonstra que o ponto de vista sociológico não é redutível a nenhum dos métodos de interpretação, usualmente explorados pelos sociólogos. Em outras palavras, ela comprova que a identificação, feita pelos investigadores do passado, entre os postulados da sociologia como ciência e os dos métodos de interpretação, de sua preferência, era destituída de fundamento lógico. É presumível que êsse resultado encontre confirmação no futuro. Outro investigador, pelo menos, chegou a descoberta similar ⁽⁴⁾, ao mesmo tempo, empregando meios diferentes de análise do problema.

Portanto, os três ensaios tratam de questões que se referem às condições, às técnicas, às fases e aos produtos intelectuais do raciocínio científico na sociologia. Apesar das diferenças marcantes que existem entre eles, isso lhes confere certa homogeneidade fundamental. É que todos constituem contribuições ao estudo do "processo intelectual", inerente à elaboração interpretativa das evidências empíricas na explicação sociológica. Além disso, em nenhum deles é discutida a *natureza* da explicação sociológica, como tal, mas, tão-somente, como esta repousa e depende da fundamentação empírica, obtida por meios indutivos.

Aí parece estar a principal significação atual dos três ensaios para os estudos metodológicos na sociologia. Em uma

(4) Marion Levy Jr., *The Structure of Society* (Princeton, Princeton University Press, New Jersey, 1952).

época na qual o esforço da maioria dos especialistas tende a concentrar-se na esfera dos "processos de investigação" (5), é indispensável que alguém se preocupe com os outros aspectos do raciocínio científico, nas condições em que êle pode ser, efetivamente, explorado pelos sociólogos. Em particular, semelhante tendência torna urgente a realização de um trabalho paralelo, no qual a reflexão metodológica venha a concentrar-se nos requisitos do raciocínio indutivo. Se isso não fôr feito, com a devida presteza e profundidade, será difícil impedir a formação de um verdadeiro fôssô entre o *processo de investigação* e o *processo de interpretação*, na forma pela qual êles podem ser desenvolvidos pelos sociólogos, na observação e na explicação da realidade social.

Em vista dessas considerações, o autor chegou à conclusão de que seria conveniente reeditar, conjuntamente, os três ensaios. Além disso, parece óbvio que o livro pode ser útil aos estudiosos da matéria. A professôres e a alunos, por causa da carência, realmente grave, de textos em português sôbre problemas metodológicos da sociologia. Aos investigadores que trabalham no campo da sociologia ou de disciplinas afins, por causa do interêsse que possuem, naturalmente, por obras que cuidam de tal assunto, deveras importante para êles.

* * *

Na preparação dos originais para a presente edição, o autor recebeu preciosa colaboração da licenciada Ophelia Ferraz do Amaral, auxiliar técnica da Cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Êses serviços, prestados com grande eficiência e dedicação, merecem sincero reconhecimento.

São Paulo, 11 de setembro de 1957.

(5) Essa distinção fundamental é estabelecida com argúcia por Claude Bernard, segundo o qual o "processo de investigação" diz respeito à obtenção dos fatos e o "processo intelectual" à sua interpretação positiva (cf. *Introduction à l'Étude de la Médecine Experimentale* (Les Éditions du Cheval Ailé, Genebra, 1945), pp. 58-59.

PARTE I

A RECONSTRUÇÃO DA REALIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS (*)

"O principal objetivo da pesquisa de campo não consiste no registro passivo de fatos, mas na representação construtiva do que pode ser designado como estatutos das instituições nativas. O observador não deve funcionar como mero autômato: uma espécie de conjugação da câmara com o registro fonográfico ou estenográfico dos relatos dos nativos. Enquanto faz suas observações, o pesquisador de campo precisa construir constantemente: êle precisa colocar dados isolados em relação uns com os outros e estudar a maneira pela qual êles se integram. Falando-se paradoxalmente, pode-se dizer que os "fatos" não existem mais na realidade sociológica que na realidade física; isto é, êles não ficam expostos a olhos incultos, no contínuo espacial e temporal. Os princípios da organização social, da constituição legal, da economia e da religião têm que ser construídos pelo observador, a partir de uma multidão de manifestações de significação e relevância variáveis. São essas realidades invisíveis, cuja descoberta só pode ser feita pela computação indutiva, pela seleção e pela construção, que são cientificamente importantes no estudo da cultura." (B. MALINOWSKI, *Coral Gardens and Their Magic*, vol. I, p. 317.)

(*) O presente trabalho foi escrito em janeiro de 1957, para *O Colóquio sôbre Metodologia das Ciências Sociais*, organizado pelo dr. Antônio Jorge Dias no Centro de Estudos Políticos e Sociais, de Lisboa, tendo sido publicado pela revista *Anhembi*, vol. XXVIII, n. 82 (setembro de 1957), pp. 36-52 e vol. XXVIII, n. 83 (outubro de 1957), pp. 269-286.

I — Introdução

É sabido que o cientista não lida diretamente com os fatos ou fenômenos que observa e pretende explicar, mas com instâncias empíricas, que reproduzem tais fatos ou fenômenos. A realidade não é susceptível de apreensão imediata, e sua reprodução, para os fins da investigação científica, exige o concurso de atividades intelectuais deveras complexas. Essas atividades são naturalmente reguladas por normas de trabalho fornecidas pela própria ciência. Quando desenvolvidas com propriedade, elas conduzem a um conhecimento objetivo da realidade no qual esta é reproduzida, segundo graus de aproximação empírica que variam com a natureza e os propósitos das investigações, nos seus aspectos essenciais.

Isso significa que a descrição e a explicação científicas da realidade repousam, fundamentalmente, em certas operações elementares, através das quais as instâncias empíricas, que reproduzem os aspectos essenciais dos fatos ou fenômenos investigados, são obtidas, selecionadas e coligidas em totalidades coerentes. Segundo o consenso dos especialistas em lógica ou na filosofia do conhecimento científico, êsse seria o domínio da técnica da investigação científica. Em termos formais, os procedimentos utilizáveis para a realização dessas operações são universais, aplicando-se, portanto, a todos os objetos possíveis da investigação científica. As mesmas regras fundamentais orientam o ajustamento dos investigadores a diferentes situações de pesquisa, como as que se apresentam na física, na química, na biologia, na psicologia ou na sociologia. Em termos operacionais, porém, são variáveis os requisitos de conhecimento objetivo da realidade. As chamadas "ciências de observação" (1), em contraste com as "ciências experi-

(1) A distinção entre "ciência de observação" e "ciência experimental" é difícil de fazer-se, porque todo conhecimento científico se funda, direta ou indiretamente, na observação. A forma de praticar a observação e de utilizá-la como instrumento de descoberta ou de controle é que varia. Nesse sentido,

mentais" (e, em particular, com as ciências que podem explorar de forma sistemática o método hipotético-dedutivo), com frequência lidam com fenômenos cuja descrição e explicação pressupõem a reconstrução das unidades investigadas, sejam elas um órgão ou um organismo, uma pessoa ou um grupo de pessoas, uma pequena comunidade ou a sociedade industrial.

Daí a necessidade de dar maior atenção, nessas disciplinas, às questões e aos problemas que dizem respeito às operações cognitivas, por meio das quais os aspectos cientificamente relevantes para a descrição ou a explicação dos fenômenos investigados são documentados e elaborados interpretativamente. Sem a reconstrução do universo empírico restrito, com que tiver de operar, o investigador dificilmente poderá pôr-se em condições de descrever e de explicar os fenômenos submetidos à observação. É através da manipulação das instâncias empíricas, consideradas em conjunto, que o investigador chega a descobrir a complexa teia de ramificações da realidade, a compreender a unidade investigada como uma totalidade integrada, a formular as hipóteses alternativas básicas, e a isolar as explicações descritivas e interpretativas consistentes. Em suma, embora os *dados de fato* nada mais sejam que a matéria-prima do conhecimento científico, nas referidas disciplinas torna-se essencial acumulá-los segundo certas regras, que assegurem ao investigador a convicção subjetiva de que, nas diferentes fases da investigação, ele sempre terá o necessário domínio sobre as instâncias empíricas cruciais.

Todavia, graças ao desenvolvimento vagaroso e irregular da investigação empírica sistemática nas ciências sociais, pouco se progrediu na discussão dos problemas concernentes à reconstrução da realidade e às suas implicações lógicas. Os especialistas têm-se devotado, com maior interesse, à constituição dos modelos de explicação da realidade social. Com isso, colocaram em primeiro plano os problemas lógicos da formação da inferência nessas ciências, os quais se impuseram primeiramente aos investigadores por causa de sua ambição de transferir os padrões do conhecimento científico à expla-

apenas, apresenta certo interesse essa velha distinção, que levou Claude Bernard a afirmar que "a observação é a investigação de um fenômeno natural, e a experiência é a investigação de um fenômeno modificado pelo investigador" (*Introduction à l'Étude de la Médecine Expérimentale* (Les Éditions du Cheval Aillé, Genebra, 1945)). Contudo, salienta muito bem que a experimentação constitui uma forma artificial e provocada de observação e que o raciocínio científico (ou "raciocínio experimental", como prefere escrever), é o mesmo nos dois tipos de ciência.

nação dos fenômenos sociais. As únicas questões, relativas às técnicas de observação, que mereceram exame explícito e contínuo, possuíam natureza formal: quer reproduzissem os modelos de explicação das ciências naturais, quer tentassem criar modelos de explicação próprios às ciências sociais, os especialistas teriam que submeter-se às regras gerais da investigação científica. O lento progresso da pesquisa empírica sistemática é que iria pôr em relêvo os problemas ligados ao modo de obter as instâncias empíricas e de combiná-las entre si, para reconstruir as unidades investigadas.

Na presente exposição, pretendemos examinar apenas algumas questões de interesse metodológico fundamental. Em que consiste o processo de observação da realidade nas ciências sociais? Os alvos teóricos das investigações repercutem, de alguma forma profunda, na reconstrução da realidade? Os cientistas sociais dispõem de meios para exercer alguma espécie de controle sobre as observações? Em que sentido a reconstrução e a explanação da realidade se condicionam ou se influenciam mutuamente nas ciências sociais? Muitas outras questões poderiam ser formuladas e discutidas, com proveito para a teoria da investigação empírica sistemática nas ciências sociais. O autor supõe, no entanto, que as questões indicadas são deveras importantes, situando-se entre as poucas que estão a exigir análise imediata.

II — O Processo de Observação da Realidade

O que significa "observação" nas ciências sociais? O termo é empregado, com frequência, no sentido da linguagem corrente e alguns autores chegam, mesmo, a entendê-lo como expressão da capacidade do sujeito-investigador de "ver" as coisas (2). Se isso fôsse verdadeiro, a diferença entre o

(2) Paulinne V. Young, por exemplo, define a observação como "um estudo através da vista" (Cf. *Scientific Social Surveys and Research. An Introduction to the Background, Content, Methods and Analysis of Social Studies* (Prentice Hall, Nova York, 1939), p. 118). Em regra, os especialistas em metodologia das ciências sociais restringem a fase de observação ao levantamento dos dados brutos (cf. também: George A. Lundberg, *Social Research. A Study in Methods of Gathering Data* (Longmans, Green, Nova York, 1942), caps. I e II; William J. Goode e Paul K. Hatt, *Methods in Social Research* (McGraw-Hill Book, Nova York, 1952), cap. 10. Onde é possível o emprêgo da observação controlada, porém, dá-se maior importância aos meios ativos de que dispõe o investigador para descobrir, inclusive analiticamente, as condições relevantes na manifestação dos fenômenos (cf. especialmente, Helen Peak, "Problems of Objective Obser-

conhecimento do senso comum e o conhecimento científico, a respeito dos fenômenos sociais, seria pouco precisa e insignificante. A própria legitimidade das ciências sociais poderia ser posta em dúvida: os conhecimentos que elas nos oferecem pareceriam de defeitos similares aos do conhecimento do senso comum. Contudo, desde *The Polish Peasant in Europe and America* (3) ficou mais ou menos claro que os dois tipos de conhecimento se opõem tanto em termos de *explicação*, quanto em termos de *percepção* da realidade. O importante, parece, não é o que se "vê", mas o que se observa com método. Como lembra Madge (4), um pesquisador social sem treino adequado pode ver muito e identificar pouco; enquanto um pesquisador social com idéias rígidas acaba vendo apenas os fatos que confirmam suas concepções. Além disso, é preciso não negligenciar o papel da análise como recurso de observação nas ciências sociais. Concepções estreitas, de natureza pré-científica, contribuem para manter a idéia de que a observação dos fenômenos sociais se confina aos procedimentos pelos quais são reunidos os dados brutos. Todavia, a fase verdadeiramente crucial da observação, nas ciências sociais, tem início quando o tratamento analítico dos dados permite passar das imagens sensíveis dos fenômenos para imagens unitárias ou analíticas de suas propriedades e das condições em que são produzidos.

Limitando-nos a pontos essenciais: a "observação" possui, nas ciências sociais, os mesmos caracteres e significação que nas demais ciências. Primeiro, ela transcende à mera constatação dos dados de fato. Segundo, ela envolve a complementação dos sentidos por meios técnicos. Terceiro, ela constitui o processo através do qual as instâncias empíricas,

vation" in Leon Festinger e Daniel Katz (orgs.), *Research Methods in the Behavioral Sciences* (Staples Press, Londres, 1954), pp. 243-299; e Roger W. Heyns e Alvin F. Zander ("Observation of Group Behavior", *idem*, pp. 381-417). Até o presente, só François Simiand tentou sugerir, explicitamente, a utilidade da análise como instrumento de observação dos fenômenos sociais; mas, infelizmente, focalizou com maior interesse as questões que dizem respeito à lógica da explicação científica (cf. *Le Salaire, l'Évolution Sociale et la Monnaie. Essai de Théorie Expérimentale du Salaire* (Félix Alcan, Paris, 1932), vol. I, pp. x-xxix e 5-137; vol. II, p. 531 e seguintes). Contudo, não deixou de salientar o que é mais importante no que concerne às operações intelectuais que dão ao cientista social o verdadeiro acesso às condições em que os fenômenos se produzem.

(3) William I. Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America. Monograph on an Immigrant Group* (Richard G. Badger, The Gorham Press, Boston, 1918-1920), vol. I, pp. 1-86.

(4) John Madge, *The Tools of Social Science* (Longmans, Green, Londres, 1953), p. 124.

relevantes para a descrição ou a interpretação dos fenômenos sociais, são obtidas, selecionadas e coligidas. O que, sob certos aspectos, parece peculiar às ciências sociais, é a necessidade de reconstruir, empiricamente, o objeto da investigação. Isso faz com que o processo de observação seja um pouco mais complicado, nessas ciências, na fase de coligação das instâncias empíricas, susceptíveis de conduzir à reprodução de elementos típicos dos fenômenos, encarados em si mesmos e nas condições de sua manifestação. Seria conveniente, portanto, pôr em relêvo por que a reconstrução da realidade é tão importante no estudo dos fenômenos sociais. Em qualquer setor da investigação científica, cabe à observação descobrir e pôr em evidência as condições de produção dos fenômenos estudados. As ciências que podem recorrer sistematicamente à experimentação, possuem meios que permitem criar ou variar, de modo artificial, as condições de produção dos fenômenos observados. A experimentação simplifica a pesquisa dos elementos que são essenciais na manifestação dos fenômenos e oferece à observação recursos que permitem concentrar as pesquisas na identificação e no levantamento desses elementos. O que importa notar é que a observação experimental confere ao investigador a capacidade de isolar, com relativa economia de trabalho e com precisão, as instâncias empíricas que são cruciais para compreensão das condições de produção do fenômeno. Graças a estas instâncias é que o investigador pode passar do "caso concreto" para o "caso típico" e descrever as condições de produção do fenômeno através de fatos de significação geral. Em regra, quando o investigador consegue reunir um conjunto de evidências, que permita construir o "caso típico", êle já dispõe da "explicação" do fenômeno. Daí a relativa fusão de dois momentos distintos do processo de investigação. A construção do caso típico, que se obtém mediante a observação experimental, e a formulação de sua explicação, que constitui um processo lógico de abstração e de generalização das instâncias empíricas, interpretativamente relevantes, encontram uma expressão comum nas mesmas operações intelectuais, que culminam na *descrição* sintética do fenômeno.

Isso não ocorre, de forma regular, com as ciências sociais, em que ainda são muito limitadas as possibilidades de praticar a observação em condições experimentais. Os dois momentos ou fases do processo de investigação se separam com nitidez: primeiro se procede à eliminação do que é acidental, circuns-

tancial e fortuito, mediante a construção analítica de casos típicos; só então é que se pode passar ao tratamento interpretativo das instâncias empíricas selecionadas, com o propósito de explicar os fenômenos observados. Em outras palavras, as operações intelectuais de caráter "técnico" precedem e condicionam as operações intelectuais de caráter "lógico" (5). A consistência material das premissas de uma inferência indutiva e os limites dentro dos quais ela pode ser considerada como empiricamente válida dependem, diretamente, do rigor e da precisão alcançados na conversão de *dados brutos* em *dados típicos* ou de significação geral, dadas as condições de manifestação dos fenômenos investigados.

É preciso que se entenda bem o que significa êsse traço da explicação positiva da realidade nas ciências sociais, que parece ser um característico das chamadas *ciências de observação* em geral. Ainda que certos caracteres essenciais da realidade social sejam universais, a investigação empírica opera com fenômenos sociais concretos, que se inserem em sistemas sociais integrados mas descontínuos. O ponto de partida de qualquer investigação consiste em coligir uma documentação mais ou menos homogênea, em que estejam representados todos os fatos particulares, acessíveis ao conhecimento do investigador. É óbvio que fatos dessa ordem não são susceptíveis de tratamento científico imediato. Para que tais fatos adquiram alguma significação precisa, é necessário estabelecer o que representam nos contextos empíricos de que fazem parte. Tendo-se em vista a descontinuidade do social, isso equivale a determinar quais são os fatos de significação geral, nas condições em que o fenômeno investigado fôr considerado.

Portanto, nas ciências sociais o processo de observação abrange três espécies distintas de operações intelectuais: a) as operações através das quais são acumulados os dados brutos, de cuja análise dependerá o conhecimento objetivo dos fenômenos estudados; b) as operações que permitem identificar e selecionar, nessa massa de dados, os fatos que possuem alguma

(5) Essas operações podem ser separadas, de acordo com suas funções na constituição do raciocínio científico. As primeiras dizem respeito aos processos através dos quais a realidade é investigada; as segundas, aos processos de formação da inferência e de explicação da realidade. Com base em semelhantes diferenças é que Wolf procura distinguir as duas noções fundamentais de "método" no pensamento científico, aplicando à primeira a qualificação de "métodos técnicos" e, à segunda, a de "métodos lógicos", cf. A. Wolf, *Textbook of Logic*, 2.ª edição, George Allen & Unwin, Londres, 1938, pp. 33-34.

significação determinável na produção daqueles fenômenos; c) as operações mediante as quais são determinadas, isoladas e coligidas — nesse grupo restrito de fatos — as instâncias empíricas relevantes para a reconstrução e a explanação dos fenômenos, nas condições em que forem considerados.

Ao primeiro grupo de operações correspondem certas técnicas de investigação, que asseguram ao investigador a possibilidade de constituir sua "documentação" (6). Essas técnicas variam, naturalmente, de acordo com a natureza da pesquisa empreendida, mas algumas são de utilização universal nas ciências sociais. Nas pesquisas de reconstrução histórica, as técnicas empregadas para o levantamento dos dados brutos são as mesmas que as utilizadas pelos historiadores. Nas pesquisas de campo é que a observação direta de ocorrências, formas de atuação social e situações de vida encontra larga aplicação. Contudo, mesmo nessa fase, a observação direta não se confunde com a mera "verificação" passiva do que ocorre no mundo ambiente. Não só o sujeito-investigador interage ativamente com os sujeitos-observados, como êle próprio orienta suas observações para centros de interesses criados pela situação de pesquisa. Além disso, a própria posição do investigador pode ser manipulada estrategicamente, com o fito de proporcionar-lhe perspectivas mais favoráveis à observação direta da realidade. A prática da "observação participante", por exemplo, sob dissimulação dos propósitos reais do investigador ou na condição de *investigador-residente* (7), facilita o acesso ao mundo íntimo dos sujeitos-investigados, reduz as barreiras emocionais ou morais à observação e estimula a projeção endopática do observador nas atitudes, concepções de vida e valores sociais estranhos. Os principais meios de investigação na pesquisa de campo são, porém, técnicas de observação indireta, como a entrevista, o estudo de caso (de

(6) Essas técnicas têm sido amplamente estudadas pelos especialistas em metodologia das ciências sociais. O leitor encontrará uma rica bibliografia a respeito no mencionado livro de Paulinne V. Young (cf. *Scientific Social Surveys and Research*, pp. 535-598).

(7) Em regra, os especialistas discutem as vantagens da observação participante tendo em vista a dissimulação dos propósitos do pesquisador em suas relações com os membros do grupo investigado. Todavia, os resultados de James West, em seu estudo sobre Plainville, demonstram que a segunda alternativa merece maior consideração por parte dos investigadores (cf. James West, *Plainville, U. S. A.* (Columbia University Press, Nova York, 1945), veja-se, também, Florestan Fernandes e Ramzia Gattás, "A História da Vida na Investigação Sociológica: A Seleção dos Sujeitos e suas Implicações", *Sociologia*, vol. XVIII (1956), pp. 128-134).

personalidades, de grupos ou de instituições sociais), o questionário e o formulário. Nas pesquisas que podem realizar-se sob modelos experimentais, algumas dessas técnicas de investigação são associadas à observação controlada e dão margem ao recurso mais amplo da mensuração de atitudes, de opiniões e do comportamento manifesto (8).

O segundo grupo de operações repousa em manipulações através das quais o sujeito-investigador organiza, critica e classifica a "documentação" levantada. A natureza da pesquisa apresenta pouca importância aqui, pois as mesmas técnicas de organização, crítica e classificação dos dados podem ser aplicadas, indiferentemente, a materiais levantados por meio da pesquisa de reconstrução histórica, da pesquisa de campo ou da pesquisa experimental. A única diferença fundamental diz respeito às observações quantificáveis, que podem ser submetidas a tratamento estatístico. Essas são, naturalmente, manipuladas de acordo com procedimentos especiais de expurgo, apuração e ordenação dos dados fornecidos pela estatística. O investigador consegue determinar a significação relativa dos dados de fato, dentro do contexto empírico a que se integrem, mediante a análise da consistência dos diferentes tipos de informações e do grau de complementaridade delas no universo empírico observado. Em termos factuais, isso é obtido pela depuração crítica das informações, por seu tombamento sistemático (com frequência pela organização de fichários), pelo levantamento e classificação das instâncias empíricas relevantes. Este último processo toma em consideração a importância intrínseca das instâncias empíricas selecionadas, suas relações evidentes com outras instâncias empíricas caracterizadas e sua presumível significação "teórica", isto é, sua importância hipotética para a reconstrução e a explicação dos fenômenos observados. No conjunto, a presente fase da observação assegura ao investigador: domínio prático sobre a "documentação" efetivamente útil para fins científicos; maior confiança nos dados de fato, selecionados para tratamento ana-

(8) O leitor encontrará um balanço das principais tentativas de aplicação de modelos experimentais de observação nas ciências sociais nos trabalhos de Gardner Murphy, Lois Barclay Murphy e Theodore M. Newcomb, *Experimental Social Psychology. An Interpretation of Research upon the Socialization of the Individual* (edição revista, Harper & Brothers Publishers, Nova York, 1937); J. L. Moreno, *Fondements de la Sociométrie*, tradução de H. Lesage e P. H. Maurcorps (Presses Universitaires de France, Paris, 1954); F. Stuart Chapin, *Experimental Designs in Sociological Research* (Harper & Brothers, Nova York, 1947).

lítico ulterior; e um conhecimento prévio das possibilidades abertas pela "documentação" para atingir os alvos empíricos e teóricos da investigação.

O terceiro grupo de operações abrange os procedimentos propriamente analíticos, que são peculiares à observação científica. Ele compreende duas categorias distintas de atividades intelectuais. De um lado, a construção do que se poderia chamar, de acordo com Burgess (9), de *tipos empíricos*, que reproduzem o fenômeno concreto no estado em que ele é considerado pela investigação científica. De outro, a descoberta e a evidência de propriedades dos fenômenos que não são acessíveis, de modo imediato, às modalidades já referidas de observação direta ou indireta.

A construção do tipo empírico é conseguida por meio de procedimentos de indução enumerativa (ou "indução aristotélica", entendendo-se que na formação da inferência só são relevantes os caracteres essenciais na manifestação do fenômeno). Alguns autores, como Znaniecki (10), criticam severamente as limitações da indução enumerativa nas ciências sociais. Contudo, a crítica deles é pertinente apenas em um ponto. É que os resultados da indução enumerativa constituem um mero momento do processo de observação da realidade. O investigador que se limitar à exposição de semelhantes resultados terá deixado, obviamente, de conduzir a investigação empreendida a seus fins completos. Todavia, ela constitui um recurso indispensável da observação, porque dá ao sujeito-investigador a possibilidade de converter, analiticamente, verificações sobre atributos ou propriedades dos fenômenos em conhecimentos primários sobre os fenômenos considerados como um todo. Por isso, cabe à indução enumerativa, como instrumento do processo de reconstrução analítica, oferecer os meios através dos quais se passe 'do fenômeno concreto, tal como pode ser percebido pelos sentidos ou pelas técnicas que os complementam, ao fenômeno puro, tal como pode ser representado no nível genuinamente empírico.

O passo seguinte apresenta-se como a fase verdadeiramente crucial da observação nas ciências sociais e é o único que comporta confronto com a observação em condições ex-

(9) Cf. Ernest W. Burgess, "Methodes de la Recherche Sociologique", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. I (1946), especialmente, pp. 28-29.

(10) Florian Znaniecki, *The Method of Sociology* (Farrar & Rinehart, Nova York, 1934), p. 221 e seguintes.

perimentais. A representação dos fenômenos, através de exemplares empíricos puros, traduz um progresso enorme no conhecimento da realidade. Esta deixa de ser percebida como algo caótico e ininteligível, podendo ser descrita pelo sujeito-investigador por propriedades ou atributos essenciais coerentes e interdependentes. Mas não se pode dizer, dêsse conhecimento, que ele nos proporcione uma representação dos fenômenos nas condições de sua produção, consideradas pelo investigador. Para se conseguir isto, torna-se necessário submeter os fenômenos observados a novo tratamento analítico: ampliar os quadros da observação, de modo a repor os fenômenos reconstruídos em contextos empíricos nos quais eles sejam relacionados às variáveis que podem intervir em sua produção. Semelhantes resultados são obtidos, operacionalmente, por meio de processos analíticos de observação, que os cientistas sociais convencionaram chamar de "métodos" — o método monográfico, o método ecológico, o método histórico e o método estatístico (11).

Dessa forma, a observação é conduzida a seus alvos científicos fundamentais. Assim, por exemplo: após reconstruir os elementos nucleares de uma instituição, o investigador pode considerá-los através das condições de integração e de funcionamento da instituição, encarando-os à luz da composição interna da instituição reconstruída e das vinculações dela com outras instituições e com o sistema social inclusivo; depois de conseguir representar a distribuição no espaço de uma população com certos caracteres, o investigador pode indagar se essa distribuição se relaciona com os padrões de ocupação do meio natural pela comunidade e como as relações evidenciadas se refletem, dinamicamente, na manifestação dos fenômenos investigados; tendo descoberto que certos efeitos sociais se produzem na forma de uma tendência irreversível, o investigador pode procurar saber quais são as condições estruturais e funcionais variáveis da vida social que regulam a produção e o encadeamento daqueles efeitos; havendo obtido certos índices, relativos à distribuição de determinados caracteres de uma população, ou certas tendências, resultantes dos valores assumidos por dado atributo durante certo lapso de tempo, o investigador pode realizar indagações no sentido de evidenciar as condições ou fatores responsáveis por tais regularidades.

(11) Para referências bibliográficas, conforme a indicação fornecida na nota 6.

Portanto, o tratamento analítico dos fenômenos estudados alarga o campo de observação, tornando evidentes e inteligíveis os aspectos da realidade social que não são diretamente acessíveis às técnicas primárias de levantamento dos dados, e oferece meios precisos para a reprodução unitária das condições de manifestação dos fenômenos, significativas para a explicação científica.

Duas questões marginais se colocam aqui. A primeira, diz respeito ao uso do termo "método", para descrever as operações intelectuais, realizadas pelo sujeito-investigador ainda na fase da observação propriamente dita. Embora fôsse melhor usar, para êsse fim, o termo "processo" (12), semelhante emprêgo da palavra parece justificar-se e é legítimo. Aliás, Wolf salienta que o termo *método* pode ser aplicado, no campo da ciência, tanto em sentido "técnico", quanto em sentido "lógico" (13). No primeiro caso, êle denota, naturalmente, as manipulações analíticas através das quais o investigador procura assegurar-se condições vantajosas de observação dos fenômenos. Acresce que essas manipulações envolvem, nas ciências sociais, seja o recurso à indução enumerativa (na construção de tipos empíricos), seja a exploração da indução amplificadora (nos limites em que esta pode ser aplicada ao tratamento de instâncias empíricas representativas de um universo empírico mais amplo). Parece que as confusões poderiam ser evitadas, empregando-se expressões "método de investigação" e "método de interpretação", respectivamente, nos níveis técnico e lógico.

A segunda diz respeito à natureza do conhecimento obtido, no fim do processo de observação. É sabido que muitos projetos de pesquisa, nas ciências sociais, terminam praticamente aí. São os projetos ditos "monográficos", que fazem do conhecimento "descritivo", no nível mais rudimentar em que êle se confunde com a própria representação analítica das propriedades dos fenômenos e das condições de sua manifestação, o alvo essencial da investigação empírica. Não há dúvida de que as evidências fornecidas pelas últimas fases da observação permitem alcançar tal alvo. Ao dispor de evidências para reconstruir exemplares empíricos puros dos fenômenos

(12) Conforme Paul Arrousse-Bastide, "Os Métodos, os Processos e as Técnicas da Pesquisa Sociológica: Aplicações às Relações entre História e Sociologia", *Sociologia*, vol. II, n. 4 (1940), pp. 305-327.

(13) Veja-se a nota 5.

observados, o investigador dispõe das evidências necessárias para "descrevê-los" univocamente, no plano das exigências formais do conhecimento analítico. O que se pode dizer das explicações formuladas é que elas só se aplicam e são válidas para o universo empírico no qual se concentra a investigação. Isso decorre do fato de que a generalização científica não se confunde com a mera enumeração ou condensação das evidências descobertas, mesmo que a consistência e a validade empírica delas sejam conhecidas e a fórmula explanativa possua feição unitária. Todavia, é sabido que a importância lógica dêsse tipo de conhecimento repousa menos no que êle significa, em si mesmo, como possibilidade de "descrição" dos fenômenos sociais, que no que êle representa como etapa para se chegar a explicações positivas e empíricamente consistentes da realidade.

Embora o que interesse à ciência, realmente, sejam os projetos de pesquisa com propósitos teóricos, Hyman tem razão ao defender o ponto de vista de que não se deve subestimar êsse tipo de investigação nas ciências sociais⁽¹⁴⁾. Alguns especialistas, como Mannheim, por exemplo⁽¹⁵⁾, temem que o acúmulo de materiais empíricos acabe ameaçando a ciência como tal. Contudo, parece contestável que tenhamos alcançado, nas ciências sociais, um nível de conhecimento positivo da realidade que torne inútil ou mesmo prejudicial a acumulação de materiais empíricos dessa natureza. Além disso, é preciso ter em mente que a interrupção da investigação, na fase em que é possível descrever univocamente o objeto das indagações, não impede nem prejudica a reelaboração teórica ulterior dos resultados conseguidos. É importante salientar isso porque êsse tipo de investigação "descritiva" satisfaz às necessidades de conhecimento da realidade, comumente associadas a planos de tratamento dos problemas sociais, desenvolvidos e financiados por instituições filantrópicas ou de assistência social. O desinteresse por semelhante tipo de investigação poderia ser deveras prejudicial aos cientistas sociais, que perderiam oportunidades de financiamento do trabalho científico e uma das vias mais acessíveis de colaboração em tarefas práticas.

(14) Herbert Hyman, *Survey Design and Analysis, Principles, Cases and Procedures* (Illinois, The Free Press Publishers, Glencoe, 1955) cf. pp. 2-3, especialmente.

(15) Karl Mannheim "American Sociology", *Essays on Sociology and Social Psychology* (Routledge & Kegan Paul, Londres, 1953), p. 192.

No momento, porém, a questão precisa ser encarada de outro ângulo. Considerando-se tôdas as atividades do investigador em um projeto completo de pesquisa, o processo de observação (como pode ser pôsto em prática atualmente nas ciências sociais), preenche a função de converter dados discretos e aparentemente caóticos em uma representação analítica, mas unitária e unívoca, das propriedades, natureza e condições de produção dos fenômenos a que aquêles dados digam respeito. Pelo que já vimos, o referido processo confere ao observador a possibilidade de proceder metódicamente na investigação dos fenômenos sociais. Permite-lhe passar, gradualmente, dos dados perceptíveis pelos sentidos ou registráveis por meios técnicos para dados empíricamente consistentes e, dêstes, para aspectos da realidade que são essenciais à investigação científica. Por isso, compete-lhe organizar a experiência do investigador, como tal, e conduzir sua capacidade de interrogar a natureza humana, com seus fatores e produtos, até onde os sentidos e a inteligência não conseguem penetrar por si mesmos. Acima de tudo, cabe-lhe desvendar a matéria-prima do raciocínio científico propriamente dito, transformando congêries de dados brutos em conjuntos ordenados de evidências empíricas precisas e de significação comprovada. Como essas evidências asseguram, objetivamente, a representação analítica dos fenômenos investigados e das condições de sua produção, elas constituem o verdadeiro ponto de partida e os únicos fundamentos seguros da interpretação da realidade nas ciências sociais.

III — Fundamentos Lógicos da Elaboração das Instâncias Empíricas

Os resultados da discussão anterior sugerem que o processo de observação abrange algumas das fases mais importantes da pesquisa empírica sistemática. Mas esta compreende, naturalmente, outras fases: aquela na qual o objeto da investigação é definido, que precede à observação propriamente dita; e o conjunto de fases em que o investigador procede à elaboração interpretativa das evidências empíricas e dos conhecimentos, descobertos durante o processo de observação. Esse encadeamento dos diversos grupos de fases da pesquisa empírica sistemática demonstra que há certa ordem nas diferentes

operações intelectuais, que precisam ser realizadas pelo sujeito-investigador; e indica que estas operações são interdependentes, associando-se e influenciando-se mutuamente, segundo um padrão regular de trabalho científico. Um dos problemas colocados pelo encadeamento dos grupos de fases da pesquisa empírica sistemática e pela interdependência das operações intelectuais que êles envolvem, consiste em saber se a maneira de definir o objeto da investigação repercute no processo de observação e como isso se reflete nos alvos empíricos da observação.

Os especialistas em problemas da metodologia nas ciências sociais costumam ressaltar que a maneira de definir o objeto da pesquisa possui grande importância para o desenvolvimento das demais fases da investigação. Na verdade, a própria estrutura da pesquisa (16), a seleção e modo de levantar os fatos brutos e o estado em que os fenômenos são considerados na manipulação analítica desses fatos dependem, fundamentalmente, do sistema de referência escolhido pelo investigador. Definindo os dados e as proposições que funcionarão como base da explanação (17), o sistema de referência acaba delimitando os alvos teóricos da investigação, a natureza dela como contribuição científica "descritiva" ou "interpretativa" e as propriedades dos fenômenos ou as condições de sua produção que serão significativas para a análise. Por isso, as atividades cognitivas do investigador estão sujeitas, no decorrer do processo de observação, a duas espécies de determinações: a) tecnicamente, às normas que as regulam em termos das exigências formais da pesquisa empírica sistemática, as quais tendem a ser reconhecidas e praticadas de modo universal; b) metodologicamente, às implicações teóricas do projeto de pesquisa que, sendo impessoais, variam, no entanto, de um projeto a outro.

Limitando-nos ao segundo ponto, que nos interessa aqui, é evidente que os cientistas sociais se empenhariam em uma tarefa sem fim, se pretendessem esgotar, por meios exclusivamente empíricos, a realidade concreta. Znaniecki já demonstrou que, a êsse respeito, a situação nas ciências sociais é similar

(16) Veja-se, em H. Hyman, a caracterização e o contraste da "investigação descritiva" e da "investigação explanatória" (cf. *Survey Design and Analysis*, op. cit., pp. 83-89 e partes II-III).

(17) Cf. Felix Kaufmann, *Metodologia de las Ciencias Sociales*, tradução de Eugenio Imaz (Fondo de Cultura Económica, México, 1946), p. 93.

à de qualquer outra disciplina científica (18). A realidade concreta é inexaurível e, tal como ela se oferece imediatamente ao observador, caótica e obscura. As proposições iniciais, ao definir os problemas científicos dos projetos de pesquisa, determinam *quais* são os aspectos da realidade a serem observados pelo sujeito-investigador e *como* deverão cair sob seu campo de observação. Isso significa que certos elementos subjetivos, essenciais para a organização da experiência do sujeito-investigador, são dados de antemão e orientam suas atividades cognitivas de caráter exploratório. Todavia, êsses elementos subjetivos não se refletem na determinação do conteúdo da experiência, a não ser em um sentido dinâmico mas neutro: o de colocar o sujeito-investigador em posições favoráveis à percepção, direta ou indireta, de ocorrências ou de processos que precisam ser registrados e reconstruídos. A única limitação apreciável, que mereceria ser lembrada no momento, consiste nas implicações seletivas das proposições iniciais. O conhecimento exaustivo de certo aspecto da realidade, digamos a natureza, as funções e as formas de manifestação do preconceito racial na sociedade brasileira, só poderia ser obtido mediante a realização de pesquisas cujas proposições iniciais estivessem, entre si, em relação de complementaridade.

O essencial, e que precisa ser retido na presente discussão, é que o sujeito-investigador não procede de forma arbitrária ou "livre", mesmo nas fases exploratórias da investigação. O levantamento de dados brutos, seu tratamento crítico e a manipulação analítica dos materiais com significação positiva ligam-se, de modo inelutável, a alvos cognitivos mais profundos e amplos, fornecidos pelas proposições iniciais dos projetos de pesquisa. Desde que o sujeito-investigador possua uma noção clara do que pretende "conhecer" e "explicar", impõe-se lidar com certos tipos de dados brutos; com as técnicas de investigação por meio das quais aqueles dados podem ser levantados, expurgados e classificados; e com os métodos de investigação adequados à natureza das evidências empíricas coligidas e ao seu tratamento analítico. Em particular, suas atividades cognitivas, como e enquanto observador, passam a inspirar-se em objetivos lógicos inerentes aos propósitos teóricos da pesquisa. Com isso, duas conseqüências importantes se revelam com nitidez. Primeiro, que a manipulação analítica dos dados

(18) Cf. Florian Znaniecki, *The Method of Sociology*, op. cit., cap. I, §§ 2 e 3.

brutos, a elaboração das instâncias empíricas relevantes para a construção de tipos empíricos e a formulação de "generalizações empíricas" (19) envolvem princípios lógicos, derivados do sistema de referência, implícita ou explicitamente explorado na pesquisa. Segundo, que todo projeto de pesquisa pressupõe um mínimo de princípios lógicos, que dão ao sujeito-investigador a possibilidade de reconstruir o concreto através de categorias abstratas, mas empiricamente válidas, produzidas por meio da análise. Quando o investigador omite os dados e as proposições que servirão como sistema de referência, êle apenas subestima certas indicações que são fundamentais para a derivação, por outros especialistas, dos princípios lógicos seguidos nas atividades cognitivas de caráter analítico. Nem por isso pode furtar-se a êles. O que ocorre, freqüentemente, é que semelhante negligência expõe o investigador ao risco de aproveitar mal os resultados da investigação para o progresso da teoria científica.

Os especialistas em metodologia das ciências sociais costumam, ainda hoje, atribuir pouca atenção a essas questões. Apenas onde foi possível aplicar modelos experimentais de pesquisa ou onde a análise estatística logrou condições efetivamente favoráveis de aproveitamento é que elas foram devidamente apreciadas. O que se explica, naturalmente, pelo fato do planejamento da pesquisa exigir, nessas circunstâncias, uma definição precisa dos dados e das proposições iniciais da investigação. As questões mais discutidas dizem respeito aos critérios de formação da inferência indutiva enumerativa, em que se baseia a construção de tipos empíricos, e aos procedimentos de coligação dessas inferências em representações unitárias ("descrições" ou "generalizações empíricas", na linguagem corrente) de uniformidades reconhecíveis empiricamente. Assim, por exemplo, os tratados sobre técnicas e métodos de investigação tratam longamente do uso do método monográfico (20), procurando mostrar como se deve proceder à elaboração

(19) A noção de "generalização empírica" refere-se a uniformidades sociais, conhecidas analiticamente (cf., especialmente, Robert K. Merton, *Social Theory and Social Structure. Toward the Codification of Theory and Research* (The Free Press of Glencoe, Glencoe, Illinois, 1949), pp. 91-92. Adiante, para facilidade de expressão, usaremos o conceito de caracterização empírica em sentido inclusivo, abrangendo tanto o conhecimento analítico concernente aos tipos empíricos, quanto o relativo a uniformidades sociais.

(20) As vezes também designado como "estudo de caso", principalmente pelos especialistas norte-americanos e ingleses. Essa expressão parece-nos adequada sempre que se trata da coleta de dados: no nível da análise, impõe-se o uso da expressão "método monográfico", já consagrada nas ciências sociais e, desde Le Play, tão vinculada aos problemas da sociologia descritiva.

das instâncias empíricas para evidenciar propriedades e regularidades que podem ser caracterizadas empiricamente. O mesmo se faz com referência aos demais métodos de investigação, inclusive a estatística.

Entretanto, as descobertas feitas no plano da análise não são suficientes para a descrição completa e a explicação dos fenômenos investigados. Como vimos, elas dão margem a um conhecimento positivo sobre os caracteres fundamentais dos fenômenos observados e as condições de sua produção. Mas êsse conhecimento não pode ser estendido a fenômenos que não pertençam ao universo empírico considerado, ainda que possuam os mesmos caracteres e se produzam em condições similares. O próprio conhecimento fornecido pela amostragem cai nessa categoria, apesar de envolver procedimentos de indução amplificadora. As inferências estabelecidas com relação a um conjunto de indivíduos de uma população podem ser generalizadas a todos os indivíduos da população, tendo-se em vista os atributos observados. Todavia, êsse conhecimento abstrato só se aplica ao universo empírico abrangido pela amostra. Um conhecimento da mesma espécie, sobre situações similares, teria que ser obtido pela repetição do processo de amostragem. Ora, é essa dificuldade, exatamente, que se procura resolver, através de procedimentos de interpretação que generalizam, com fundamentos empíricos, os conhecimentos descobertos aos fenômenos que possuem os mesmos caracteres e se produzem em condições similares, independentemente de pertencerem ou não a um universo empírico determinado.

Daí decorre uma anomalia, sem dúvida transitória, que parece ser peculiar às ciências sociais. Na discussão dos problemas metodológicos, o emprêgo das técnicas e dos métodos de investigação e a utilização dos procedimentos de generalização raramente são apreciados como fases interdependentes da pesquisa científica. Revelam-se, mesmo, duas tendências contraditórias: os especialistas norte-americanos devotam maior interesse aos problemas suscitados na primeira esfera; os especialistas europeus, ao contrário, dedicam maior atenção aos problemas que caem na segunda categoria. Todavia, nada justificativa, atualmente, essa separação de centros de interesse na discussão dos problemas metodológicos das ciências sociais. Na verdade, a interdependência entre as últimas fases do processo de observação (nas quais as instâncias empíricas selecionadas são submetidas a tratamento analítico) e o processo de inter-

pretação (no qual se trata de descrever e de explicar os fenômenos da forma mais abstrata possível) é garantida, factual e logicamente: a) pelas implicações teóricas das proposições iniciais, que definem o objeto das pesquisas; b) pela natureza das evidências empíricas, que se tornam acessíveis ao investigador somente a partir dos resultados cognitivos da reconstrução analítica da realidade.

Quanto às implicações teóricas, é preciso salientar que o mesmo grupo de princípios básicos, associados aos dados e proposições iniciais do projeto de pesquisa, é válido e se aplica igualmente a todas as atividades do investigador. Em consequência, não existem descontinuidades lógicas que sejam produzidas pela transição de uma fase a outra da pesquisa. O raciocínio do investigador se ajusta, operacionalmente, à natureza variável das atividades intelectuais desenvolvidas em cada uma das fases, mas sempre de acordo com o referido grupo de princípios básicos (cuja reformulação, quando ocorre, passa a ter a mesma vigência geral). Por isso, no tratamento analítico das instâncias empíricas cruciais o investigador retém os caracteres do fenômeno observado nos estados em que ele irá interessar à interpretação sintética e generalizadora. A elaboração das instâncias empíricas, mesmo servindo aos propósitos específicos da reconstrução analítica da realidade, vincula-se, indiretamente, a alvos lógicos mais amplos, definidos pelos objetivos teóricos da pesquisa.

Quanto à natureza das evidências, é óbvio que a síntese e a explicação generalizadora seriam totalmente impossíveis sem o tratamento analítico prévio dos dados de fato e a acumulação dos conhecimentos proporcionados pela reconstrução empírica da realidade. Foi um dos grandes méritos de Marx ter pôsto isso em relêvo, ao debater os problemas metodológicos da economia⁽²¹⁾. Segundo indica explicitamente, a análise proporcional às ciências sociais um equivalente da experimentação. Seus resultados é que permitiriam reproduzir o concreto através do pensamento e explicar a realidade de forma sintética. Essa formulação ainda hoje é atual. Apenas se poderia acrescentar que o processo de síntese e amplificação envolve um novo nível de abstração e de generalização. As evidências empíricas deixam de ser relacionadas aos universos empíricos restritos, por

(21) Consulte-se Karl Marx, *Crítica da Economia Política*, tradução de Florestan Fernandes (Editora Flama, São Paulo, 1946), p. 219 e seguintes.

intermédio dos quais elas são descobertas e selecionadas, para serem referidas, *in genere*, aos fenômenos cujas propriedades e estado elas caracterizam tipicamente.

A superação dessa anomalia depende, naturalmente, do progresso da pesquisa empírica sistemática nas ciências sociais. Só nessa direção é possível conceber-se maior entrosamento entre teoria e pesquisa e a constituição de um padrão de trabalho realmente unificado, capaz de coordenar, organicamente, todas as tarefas do investigador em um projeto completo de pesquisa. Enquanto isso não ocorrer, a elaboração das instâncias empíricas poderá ser mais ou menos dissociada dos alvos fundamentais do conhecimento científico, com real prejuízo para o desenvolvimento das ciências sociais.

IV — O Problema do Contrôlo das Observações

É claro que se torna difícil conceituar o que seja *erro de observação* nas ciências sociais. A rigor, nas três fases do processo de observação podem ocorrer erros de natureza diversa e de consequências variáveis. Por isso, eles exigem diferentes procedimentos de correção. Contudo, é ainda pequena a precisão com que os erros podem ser assinalados (a menos que se trate de "erros grosseiros") e mais que discutível a eficiência dos procedimentos de correção, atualmente acessíveis aos investigadores. Em regra, na maioria das investigações de caráter qualitativo, os erros só se evidenciam nos períodos finais da reconstrução analítica e sua correção envolve a repetição das operações intelectuais realizadas com insucesso. A tendência dominante, entre os especialistas em metodologia das ciências sociais, consiste em atribuir à primeira fase da observação, àquela em que os dados brutos são levantados pela observação direta ou indireta, maior influência na criação de erros. Parece, no entanto, que essa opinião é contestável, e que a probabilidade dos erros de ordem subjetiva aumenta nas duas últimas fases da observação, de expurgo e classificação dos dados, e, especialmente, de manipulação analítica deles para fins de reconstrução empírica.

De qualquer forma, as ciências sociais não dispõem de meios regulares para a constatação e a retificação dos erros, através das próprias condições de observação e da experiência.

Essa é uma possibilidade característica das ciências que podem praticar a observação em condições experimentais. Aliás, a diferença entre as ciências sociais e as ciências experimentais, a esse respeito, é ainda mais profunda. Como já sugeria Comte (22), elas também carecem dos meios de controle das explicações, fornecidos pela experimentação propriamente dita. Mesmo a psicologia social, que dispõe de maiores recursos para a observação controlada e a exploração de modelos experimentais de pesquisa, não conta com as facilidades das "ciências de laboratório", nas quais basta repetir artificialmente as condições de produção do fenômeno para saber-se se a explicação é verdadeira ou falsa.

Pondo-se de lado outros fatores, isso se deve às dificuldades criadas pelo experimento com sujeitos humanos e aos obstáculos à constituição de situações verdadeiramente experimentais para a observação do comportamento coletivo. Acresce que a repetição de certas fases da investigação, com o fito de controlar as observações ou de verificar as interpretações, sempre se reflete no custo global de uma pesquisa. Daí a preocupação dos especialistas em operar de modo a assegurar a maior exatidão possível no registro, classificação e manipulação analítica dos dados de fato. Dêsse prisma, a primeira fase da observação apresenta interesse particular, pois, como salienta Lundberg (23), da exatidão das observações originais vão depender o valor da análise e a fidedignidade das generalizações. Vários exemplos demonstram que é essencial intervir na primeira fase da observação, seja para garantir a maior precisão possível no levantamento dos dados, seja para estender a área de aplicação de técnicas de observação controlada. Um trabalho tão famoso como *A Criança e sua Família*, de Charlotte Bühler e seus colaboradores (24), está sujeito a impugnações e a dúvidas que seriam evitáveis se procedimentos mais precisos tivessem sido empregados na realização das observações originais. Os investigadores procederam com tamanha subjetividade, no período de coleta dos dados, que o rigor da análise estatística posterior chega a parecer supérfluo...

(22) Auguste Comte, *Cours de Philosophie Positive* (Schleicher Frères Editeurs, Paris, 1908), vol. III, p. 225 e seguintes.

(23) George A. Lundberg, *Social Research*, op. cit., p. 10.

(24) Charlotte Bühler, com a colaboração de Edeltrud Baar, Lotte Danzinger-Schenk, Gertrud Falk, Sophie Gedeon, Gertrud Hortner, *The Child and His Family*, tradução de Henry Beaumont (Routledge & Kegan Paul, Londres, 1940).

Entretanto, as outras duas fases da observação também possuem interesse especial a esse respeito. Em primeiro lugar, porque os resultados da análise não dependem apenas da exatidão das observações originais. O tipo de tratamento a que forem submetidos os dados brutos não só pode aumentar a confiança e a segurança do investigador na manipulação dos materiais empíricos, como é capaz de abrir novas perspectivas ao trabalho de análise. Apesar da relativa negligência com que essas questões têm sido enfrentadas pela maioria dos investigadores, é possível exemplificar os dois pontos. Em contribuições de caráter qualitativo, a crítica da documentação e a seleção de instâncias empíricas de consistência e significação comprovadas podem oferecer uma base segura à análise monográfica (25). Em investigações quantitativas, o tratamento crítico dos dados, tendo-se em vista a equiparação de determinados fatores, permite concentrar a análise em grupos restritos de casos homogêneos, com grande vantagem para a observação do comportamento das variáveis focalizadas (26). Em segundo lugar, porque a análise representa o verdadeiro passo crucial no sentido dos alvos da investigação científica. O êxito das pesquisas, tanto no plano descritivo, quanto no interpretativo, relaciona-se e subordina-se, diretamente, aos resultados finais da análise. Com base nas evidências empíricas, selecionadas, comprovadas e testadas por meios analíticos, é que se pode "descrever" e "explicar" a realidade nas ciências sociais. Por isso, todo o entusiasmo e esforço criador dos especialistas tendem a concentrar-se, modernamente, no refinamento do rigor e da precisão dos meios de análise, qualitativos e quantitativos.

Como se vê, o problema do controle das observações, nas ciências sociais, apresenta várias facetas. Algumas têm recebido tratamento adequado; outras aguardam uma renovação construtiva da compreensão das questões metodológicas nessas ciências. Acima de tudo, porém, sobreleva o fato de residirem nossas possibilidades de conhecimento objetivo da realidade

(25) É o que demonstra um trabalho exploratório do autor; cf. F. Fernandes, "A Análise Funcionalista da Guerra: Possibilidades de Aplicação à Sociedade Tupinambá. Ensaio de análise crítica da contribuição etnográfica dos cronistas para o estudo sociológico da guerra entre populações aborígenes do Brasil quinhentista e seiscentista", *Revista do Museu Paulista*, N. S., vol. III (1949), especialmente pp. 24-116.

(26) Veja-se, por exemplo, a análise de um experimento de Christiansen, feita por F. Stuart Chapin (*Experimental Designs in Sociological Research*, op. cit., pp. 99-124).

social nas três fases do processo de observação. De um lado, porque é por seu intermédio que podemos fundar nosso raciocínio sobre dados empíricos. De outro, porque ela confere precisão ao nosso raciocínio, fazendo-o desenvolver-se sobre evidências empíricas previamente comprovadas. Apenas, o padrão de controle das observações é diverso do das ciências experimentais, por não dispormos de meios eficientes e acessíveis de verificação das constatações positivas e de correção dos erros, baseados na própria observação e na experiência. Nem por isso semelhante padrão de controle das observações é menos "científico" ou menos seguro. O máximo que se pode dizer dele é que se ajusta às condições da pesquisa científica em disciplinas nas quais a verificação da consistência das instâncias empíricas é feita separadamente e antes de descobrir-se uma fórmula sintética, capaz de *descrever* e de *explicar*, ao mesmo tempo, a natureza ou o curso dos fenômenos.

V — Reconstrução e Explanação da Realidade

Os resultados da discussão anterior demonstram que só podemos conhecer a realidade social pela análise. Por meio dela, são agrupadas as instâncias empíricas coligidas e, desse modo, reconstruídos os fenômenos sociais observados, quanto a seus elementos, suas propriedades e às condições de sua manifestação. Se os dados imediatos da experiência pudessem apreender, de forma direta, esses aspectos da realidade, os procedimentos analíticos seriam dispensáveis. Como isso não ocorre, esses procedimentos analíticos servem de instrumento e de guia à nossa capacidade de percepção e de inteligência do próprio mundo em que vivemos e das bases reais do nosso comportamento.

É preciso que não parem dúvidas a respeito dessa função da análise no conhecimento da realidade social. Desde Dilthey é sabido que as ciências sociais estudam uma realidade da qual participamos de modo imediato (27). Nesse sentido, a signi-

(27) Wilhelm Dilthey, *Introduction à l'étude des Sciences Humaines. Essai sur le Fondement qu'on Pourrait Donner à l'étude de la Société et de l'Histoire*, tradução de Louis Sauzin (Presses Universitaires de France, Paris, 1942); "Ideas acerca de una Psicología Descriptiva y Analítica" e "Sobre Psicología Comparada", in *Psicología y Teoría del Conocimiento*, tradução, prefácio e notas de Eugenio Imaz (Fondo de Cultura Económica, México, 1945), pp. 223-408.

ficação de nossas ações e das ações dos outros nos é acessível sem nenhuma mediação técnica (como a técnica experimental, no estudo dos fenômenos naturais), pois dispomos da faculdade de referi-las a sentimentos e a valores que se inserem em nossa vida anímico-social. Mesmo quando estudamos o comportamento humano em povos estranhos, essa faculdade produz efeitos similares. Como Lévy-Bruhl pôs laboriosamente em evidência, em tais casos a descrição pressupõe a compreensão (28). Ou seja, a situação de pesquisa envolve a reeducação moral do investigador, pelo menos até permitir-lhe uma representação objetiva do sentido das ações e das relações observadas. Em qualquer alternativa, a relação do investigador com o objeto da pesquisa tende para um padrão peculiar às ciências sociais, em que o essencial é a comunicação, no plano simbólico, do sujeito-investigador com os sujeitos-investigados.

Contudo, tais possibilidades não excluem a necessidade da análise. Aliás, os especialistas que exploraram a compreensão interpretativamente, de Dilthey a Spranger ou Weber, demonstraram cabalmente que o que os dados imediatos da experiência põem ao alcance direto do investigador é insuficiente para permitir-lhe representar todos os aspectos da realidade. Não há dúvida que eles interessam à investigação científica e, em algumas ocasiões, constituem seu único ponto de partida e de apoio objetivo. Mas, ainda aqui, sob a condição de serem depurados por um tratamento analítico, que exponha à observação sistemática os aspectos da realidade que só caem em nosso campo direto de percepção e de inteligência de maneira incompleta ou deformada.

Em resumo, cabe à análise converter os dados imediatos da experiência (ou, o que seria mais preciso, os "dados primários" da investigação), em dados manipuláveis pelo raciocínio científico. Em contraste com o conhecimento de senso comum, o conhecimento científico exige matéria-prima própria, que permita representar objetivamente as ocorrências observadas. De fato, seria impossível explicar positivamente a realidade, se só a pudessemos perceber e representar através de aparências e de atributos superficiais. Por isso, a primeira etapa da pesquisa científica, nas disciplinas indutivas, se con-

(28) Cf. Florestan Fernandes, "Lévy-Bruhl e o Espírito Científico", *Revista de Antropologia*, vol. II, n. 2 (1954), especialmente pp. 127-129.

funde com uma indagação sistemática sobre os caracteres e as condições das ocorrências. Quando ela é bem sucedida, os seus resultados oferecem o conhecimento objetivo da realidade, que deverá constituir o ponto de partida natural e o próprio sistema de referência empírico da explicação científica.

Por aqui se vê qual é a relação essencial entre o processo de observação e o processo de interpretação na pesquisa empírica sistemática. A segunda é impraticável sem a primeira; mas a observação é incompleta e destituída de sentido científico pleno sem a interpretação. Como a relação delas nos interessa, no momento, do ângulo da significação da primeira para a segunda, é dela e de sua importância para a explicação científica que devemos cuidar. Apenas tangencialmente serão discutidos alguns problemas concernentes à interpretação propriamente dita (29).

Já salientamos que o conhecimento fornecido pelos resultados da análise constitui um conhecimento particular. Ele só se aplica à reconstrução da realidade, nas condições específicas em que fôr considerada pelo investigador. Trata-se, portanto, de um conhecimento cujo nível de abstração é determinado pelo universo empírico restrito da investigação. Isso não quer dizer que êle seja válido somente para as situações observadas pelo investigador. Graças aos procedimentos indutivos explorados na análise (pelos métodos de investigação já mencionados), a noção de universo empírico restrito compreende aquelas situações e outras similares que ocorrem no mesmo campo de investigação. Mas que, do ponto de vista lógico, a validade do conhecimento obtido é limitada por um sistema estrito de referência empírica. Tal conhecimento seria, propriamente falando, uma "caracterização empírica" da realidade, susceptível de representá-la analiticamente, segundo condições particulares impostas pela natureza do objeto, pelos interesses cognitivos do investigador ou pelo concurso de ambos.

A caracterização empírica da realidade proporciona ao investigador dados precisos e manipuláveis pelo raciocínio científico. Ela própria resulta da coligação de evidências empíricas previamente comprovadas e testadas. Assegura uma visão global dos fenômenos, quanto à sua composição e à sua

(29) O autor discute alguns desses problemas em: "Os Problemas da Indução na Sociologia" e "O Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia"; cf. adiante, parte II e parte III deste trabalho.

interação com outras unidades ou subunidades da investigação. E, acima de tudo, elimina o circunstancial e o contingente da esfera de representação da realidade: as evidências empíricas coligidas dizem respeito a propriedades e a regularidades essenciais à manifestação dos fenômenos. Se a realidade social pudesse ser reduzida a um sistema universal de referência empírica e se fôssem unívocas as implicações lógicas da posição do observador diante dela, a passagem da caracterização empírica para a explanação sintética seria uma operação semântica. Bastaria admitir-se, com fundamento no determinismo, que as propriedades e as regularidades, caracterizadas empiricamente, se repetiriam ou variariam uniformemente, sempre que se realizassem as condições observadas de produção dos fenômenos. O notável progresso inicial da física e da química, por exemplo, repousou nessa possibilidade de transição semântica do conhecimento analítico para o conhecimento sintético.

Devido ao seu próprio objeto, as ciências sociais não puderam beneficiar-se dessa possibilidade. De um lado, porque os fenômenos sociais não podem ser reduzidos a um sistema universal de referência empírica. A realidade social é descontínua e impõe-se considerar que o número de sistemas inclusivos de referência empírica é proporcional ao de tipos irreduzíveis de sistemas sociais globais. O princípio do determinismo e a explicação causal se aplicam aos fenômenos sociais. Mas suas implicações lógicas são diferentes, porque a descontinuidade do social limita as probabilidades da abstração e da generalização. Em particular, o sujeito-investigador precisa determinar os limites dentro dos quais certa explicação positiva poderá ser encarada como possuindo validade universal. De outro lado, porque o sujeito-investigador pode escolher, arbitrariamente, a posição da qual observará a realidade, tendo em vista os propósitos cognitivos da investigação. Essa possibilidade se prende ao número de variáveis operativas, que intervêm na dinâmica da vida social. Em consequência, a atividade cognitiva do investigador tem de concentrar-se sobre o comportamento de determinadas variáveis, negligenciando-se as demais, irrelevantes para a investigação. É claro que, em tais circunstâncias, as explicações descobertas valem apenas para o estado no qual os fenômenos forem observados e interpretados.

Semelhantes dificuldades fazem com que a formação da inferência indutiva apresente para os cientistas sociais problemas ainda mais complexos que os da biologia. Spencer, que se

preocupou com ambas as coisas — com aquelas dificuldades e com os paralelos existentes entre a explicação na biologia e nas ciências sociais (30) — não deixou de ressaltar êsse fato, que ainda hoje desafia a argúcia dos especialistas. Em particular, é impossível evitar certos riscos e indeterminações na passagem da caracterização empírica para a explicação sintética e generalizadora. Formalmente, a presunção que fundamenta essa passagem, nas demais ciências, é posta em prática pelos investigadores. Ela consiste em admitir que as propriedades e as regularidades, caracterizadas empiricamente por via analítica, são propriedades e regularidades *essenciais* dos próprios fenômenos observados. Podem, portanto, ser presumidas como propriedades e regularidades *gerais*, dadas condições similares de produção dos fenômenos, *independentemente de qualquer referência ao universo empírico restrito, através do qual se tenham evidenciado* (31).

Como se sabe, essa presunção conta, objetivamente, com dois fundamentos a seu favor. O primeiro diz respeito à própria natureza do conhecimento obtido por via analítica. Na fase de interpretação o investigador opera, de fato, com propriedades e com regularidades através das quais os fenômenos podem ser representados no seu estado de pureza empírica. Se as condições de manifestação dos fenômenos se mantiverem constantes, o referido conhecimento é válido, tanto para as situações observadas, quanto para outras situações similares. O segundo constitui uma implicação lógica do postulado do determinismo. Desde que certas propriedades e certas regularidades possam ser caracterizadas empiricamente, é possível presumir que elas se repitam, realizadas as condições em que os fenômenos tiverem sido observados. Operacionalmente, porém, não é tão fácil aproveitar as perspectivas abertas à explicação generalizadora por tal presunção. A razão disso é óbvia. Para que ocorresse o contrário, seria preciso que a caracterização empírica, ou correspondesse sempre a um sistema universal de referência empírica, ou fôsse o produto de uma maneira uniforme de operar com as variáveis observadas.

As dificuldades daí decorrentes foram resolvidas de duas maneiras. Uma delas consiste em definir o objeto da pesquisa

(30) Cf. Herbert Spencer, *Introduction a la Science Sociale* (10.ª edição, Felix Alcan, Paris, 1891), especialmente caps. III, IV e XIV.

(31) Sobre os fundamentos empíricos e lógicos desses procedimentos de abstração e de generalização, cf. Florian Znaniecki, *The Method of Sociology*, op. cit., pp. 249-331.

e os alvos cognitivos do sujeito-investigador de modo a determinar-se, com precisão, um sistema fechado de referência empírica. A outra solução é mais complicada, baseando-se na reelaboração sintética das evidências fornecidas pela caracterização empírica, e na construção de tipos esquemáticos (32), único meio capaz de assegurar ao investigador um sistema único de referência empírica, consistente com a natureza das variáveis a serem observadas.

A primeira solução constitui a alternativa lógica para a qual tendem os projetos de pesquisa descritiva. Como eles tomam por objeto de pesquisa unidades que podem ser definidas em termos de "sistema fechado" (a personalidade em determinada cultura, certa instituição, a organização social de dado aglomerado humano, etc., sendo que, com freqüência, os limites do "sistema fechado" coincidem com os de sistemas sócio-culturais concretos, definidos como objetos das investigações), é fácil coligir a documentação básica de modo a operar-se com um universo empírico restrito, suficientemente representativo do sistema inclusivo ou total de referência empírica. Ainda aqui, porém, a passagem da caracterização empírica para a explanação de caráter sintético e geral exige algumas elaborações interpretativas especiais. É que os resultados da caracterização empírica indicam apenas que certas propriedades e regularidades se produzem normalmente. Mas eles nada nos dizem a respeito da probabilidade segundo a qual isso poderá ocorrer nem qual é a natureza das uniformidades descobertas.

Nessa modalidade de pesquisa, o investigador opera, na fase de interpretação, com todo o universo empírico restrito da investigação. Mas sua atenção se concentra nas conexões e nas relações que as evidências empíricas coligidas permitem caracterizar precisamente. O passo decisivo na direção da explanação sintética e generalizadora se dá quando o investigador pode relacionar as propriedades dos fenômenos a certas conexões de sentido, de estrutura ou de função e consegue

(32) Designamos os tipos construídos segundo propósitos interpretativos com a expressão genérica "tipo esquemático". Como o tipo empírico, o tipo esquemático é elaborado através de evidências empíricas. Ao contrário dele, porém, representa uma *construção mental*, no sentido de ser o produto intelectual da síntese de evidências empíricas abstraídas e coligidas de acordo com os interesses interpretativos do investigador. Por isso, a construção do tipo esquemático repousa na indução amplificadora (e não na indução enumerativa, como o tipo empírico, que procura representar os fenômenos em seu estado de pureza empírica).

estabelecer que espécie de relações determinam as regularidades inerentes às condições de manifestação dêles (por conseguinte, se tais regularidades podem ser descritas como dependências estruturais, uniformidades de coexistência ou uniformidades de seqüência). Como se vê, a abstração e a generalização se fundam, de modo direto, nas evidências fornecidas pela caracterização empírica. Todavia, o conhecimento resultante da elaboração interpretativa das evidências que caracterizam empíricamente as conexões e as relações focalizadas, possui outro caráter. É um conhecimento susceptível de descrever a ordem existente na manifestação dos fenômenos, válido universalmente dentro dos limites do "sistema fechado" considerado e redutível a formulações sintéticas.

Os verdadeiros objetivos teóricos da pesquisa descritiva só são alcançados nesta etapa. Quando o investigador os atinge plenamente, a unidade que constitui objeto da investigação pode ser reconstruída como um todo, tanto em sua *estrutura*, quanto em seu *funcionamento*. Um exemplo brilhante dessa realização nos é fornecido pelo estudo de Evans-Pritchard sobre o Nuer (33). Nêle se considera o conjunto de variáveis operativas, com seus efeitos dinâmicos recorrentes, que promovem a integração e asseguram a estabilidade do sistema social daqueles povos tribais. Em nenhum ponto se pretende "reproduzir" todos os aspectos da vida social. Apenas são retidos e fundamentados empiricamente os aspectos que mantêm alguma relação estrutural ou funcional com a organização do sistema social tribal e com a persistência dêle como um todo.

Esse é um bom exemplo para os que se ocupam com a lógica da investigação científica, pois ilustra, fecundamente, qual a natureza do conhecimento generalizador, que está mais próximo do "concreto" nas ciências sociais. Ele não visa explicar os efeitos de uma série especial de fatores, mas como os fatores atuantes em um sistema social dado, com os efeitos correspondentes, se combinam entre si em certas condições de tempo e de espaço e contribuem para determinar a forma de integração e o grau de estabilidade do sistema como um todo. Daí resulta que êsse tipo de conhecimento constitui uma transcrição abstrata do concreto, na qual êste aparece através da cadeia de fatores e de efeitos que lhe confere seu modo pe-

(33) Cf. E. E. Evans-Pritchard, *The Nuer. A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People* (Clarendon Press, Oxford, 1940).

culiar de determinação. O próprio Evans-Pritchard chegou a representá-lo, baseando-se em algumas implicações lógicas desse tipo de conhecimento, como "uma espécie de historiografia" (34).

É evidente, porém, que êle se distingue da simples caracterização empírica da realidade (e, inclusive, do conhecimento histórico, problema que não iremos abordar aqui). Em primeiro lugar, porque é o produto da reelaboração interpretativa da caracterização empírica, feita através de categorias universais e de relações funcionais ou causais. Em segundo lugar, porque ambos se relacionam de maneira diferente com os propósitos positivos da reconstrução da realidade nas ciências sociais. A reconstrução da realidade, no plano da análise e da unificação dos seus resultados pela caracterização empírica, constitui um meio para levar adiante as indagações do investigador. É um passo necessário no sentido da explicação dos fenômenos observados. No plano da elaboração interpretativa e da síntese, ela significa algo mais complexo e definitivo: que o investigador conseguiu descobrir as condições e os fatores responsáveis pela ordem existente na produção dos fenômenos e, por conseguinte, sua explicação. Supomos, por isso, que o conceito de "explicação descritiva" convém, logicamente, à qualificação dessa espécie de conhecimento (35). Ele confere ao investigador, de fato, a capacidade de descrever, de modo unívoco e sintético, as condições concretas de produção dos fenômenos sociais, e de explicá-los tendo em vista as variáveis que operam através delas. Isso nos faz voltar, de novo, aos trabalhos de investigação que se interrompem na fase de caracterização empírica dos fenômenos sociais observados. Eles não cabem na categoria das contribuições *descritivas* da investigação científica, pois estas se definem pela exploração de um modelo de explicação que envolve uma combinação peculiar da análise com a interpretação. Os resultados da presente discussão prescindem de maior exame do problema. Contudo, convém mencioná-lo, porque nos sugere como avaliar os referidos trabalhos, infelizmente tão numerosos e mal aproveitados.

(34) Cf. E. E. Evans-Pritchard, "Social Anthropology: Past and Present", *Man*, vol. L (1950), articles 197-217 (citação extraída da p. 198).

(35) Sobre o contraste da "explicação descritiva" e da "explicação interpretativa", cf. os trabalhos do autor: *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (Ed. do Museu Paulista, São Paulo, 1952), pp. 12-13 e *passim*; "Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica no Brasil", *Anhembi*, vol. XXV, n. 73 (1956) pp. 19-21 e vol. XXV, n. 74 (1957), p. 271 e seguintes.

Todavia, a primeira solução também é explorada, amplamente, em projetos de pesquisa explicativa. Com freqüência, a discussão de problemas teóricos exige a escolha de determinado sistema sócio-cultural concreto, capaz de oferecer certas perspectivas estratégicas ao investigador. Foi dêsse ângulo, por exemplo, que Durkheim procurou justificar a seleção das tribos australianas como objeto de seus estudos sôbre o totemismo (36). Inversamente, qualquer sistema sócio-cultural concreto pode ser visto através das questões teóricas que êle suscita à investigação científica. Tais questões podem dizer respeito à dinâmica interna do sistema sócio-cultural, à integração ou ao funcionamento de determinadas instituições em seu seio, à manifestação ou aos efeitos de determinados processos sociais que operam dentro dêle, etc. Algumas vêzes, porém, elas são propostas arbitrariamente pelo investigador, com o fito de pôr à prova explicações ou hipóteses que parecem ser confirmadas ou infirmadas pelos resultados de sua investigação. A primeira alternativa poderia ser abundantemente exemplificada. Os estudos de Redfield e de Bateson ilustram, entretanto, duas possibilidades extremas, características do estilo de trabalho atualmente dominante nas ciências sociais: a exploração mais ou menos versátil das perspectivas teóricas, abertas pelos resultados da reconstrução (37); e a passagem sistemática dos resultados da reconstrução para formas mais abstratas de explicação dos fenômenos (38). A segunda alternativa encontra exemplificação muito conhecida em estudos como o de Malinowski, em que é criticada a hipótese psicanalítica da universalidade do complexo de Édipo (39), e de Weber, que pretende ser uma réplica à explicação materialista da formação do capitalismo (40). Um exemplo brilhante de que essas alternativas podem ser fundidas provei-

(36) Emile Durkheim, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse. Le Système Totémique en Australie* (Félix Alcan, Paris, 1925); o que não exclui o uso da comparação, especialmente com as tribos norte-americanas (cf. especialmente pp. 136-138).

(37) Robert Redfield, *Civilização e Cultura de Folk. Estudo de Variações Culturais em Yucatan*, tradução de Asdrubal Mendes Gonçalves (Livraria Martins Editora, São Paulo, 1940), especialmente cap. XII.

(38) Gregory Bateson, *Naven. A Survey of the Problems Suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe Drawn from Three Points of View* (Imprensa da Universidade, Cambridge, 1936).

(39) B. Malinowski, *La Sexualité et sa Répression dans les Sociétés Primitives*, tradução de S. Jankélévitch (Payot, Paris, 1932).

(40) Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, tradução de Talcott Parsons, com prefácio de R. H. Tawney (George Allen & Unwin, Londres, 1930).

tosamente, nos é dado pelo estudo de Simiand sôbre o salário (41), em que são exploradas tanto as perspectivas teóricas nascidas da observação dos fatos, quanto as sugeridas pelas explicações anteriores dêles.

A diferença essencial entre o presente modelo de explicação, que cai na categoria da "explicação interpretativa" (42), e o modelo de explicação inerente à explicação descritiva, está no modo pelo qual o sujeito-investigador opera com o objeto da investigação. Ele pressupõe que o investigador: 1) seja capaz de representar-se os fenômenos pesquisados em termos das propriedades, regularidades e uniformidades que determinam a ordem existente em sua manifestação; 2) disponha de um conjunto de proposições ou de hipóteses gerais, mas fundamentadas empiricamente, que permitam focalizar o comportamento de certas variáveis, de efeitos conhecidos no contexto global e sempre referidas a êle, e submetê-las a novas manipulações interpretativas, orientadas e delimitadas pelos propósitos teóricos inerentes àquelas proposições ou hipóteses. Do ponto de vista da técnica interpretativa, é irrelevante que tais proposições ou hipóteses surjam de imposições empíricas ou de predisposições intelectuais do investigador. De qualquer forma, elas deslocam o eixo de gravitação das suas atividades cognitivas. Assim, estas deixam de tomar por alvo a reconstrução da realidade, para se concentrarem na própria natureza das relações das variáveis entre si e nos efeitos constantes ou instáveis delas, que parecem possuir maior importância para a explicação da totalidade reconstruída.

Como tais elaborações interpretativas partem dos resultados descritivos da reconstrução, é óbvio que êsse modelo de explicação só se apóia indiretamente nos dados da caracterização empírica da realidade. Pareceu-nos necessário mencioná-lo, entretanto, porque êle sugere outro ângulo, através do qual se podem avaliar os trabalhos de reconstrução nas ciências sociais. De um lado, como o sugere o mencionado estudo de Durkheim, êles oferecem os fundamentos para tentativas mais profundas de explicação positiva de fenômenos sociais particulares. De outro, como se infere dos demais estudos citados, êles também se apresentam como uma etapa necessária nas investigações que pretendem aproveitar, exaustiva-

(41) François Simiand, *Le Salaire, l'Évolution Sociale et la Monnaie*, op. cit.

(42) Conforme a nota 35.

mente, a explicação generalizadora e causal na interpretação de fenômenos, que podem ser considerados através de sistemas sócio-culturais concretos. Embora as explicações descobertas, ao contrário do que supunha Durkheim, sejam exclusivamente válidas nos limites desses sistemas, elas passam a ter outra significação para o desenvolvimento da teoria científica. Primeiro, porque o relêvo dado a certas variáveis, com a manipulação interpretativa delas segundo alvos teóricos empiricamente consistentes, acabam baseando a explicação dos fenômenos em evidências empíricas mais homogêneas. Isso simplifica enormemente a comparação e a integração dos resultados teóricos de pesquisas independentes, sobre objetos particulares distintos, ao mesmo tempo que confere maior rigor aos procedimentos de indução qualitativa. Segundo, semelhante possibilidade de complementação dos resultados da explanação descritiva pela explanação interpretativa indica que, pelo menos no estudo de sistemas psico-sociais ou sócio-culturais concretos, as ciências sociais conseguiram desenvolver um padrão próprio de pesquisa empírica sistemática, que abrange tôdas as fases do processo de investigação científica.

A segunda solução compreende as modalidades de explanação interpretativa que se propõem explicar os fenômenos sociais através de caracteres ou de propriedades que se repetem em um número variável de sistemas sócio-culturais concretos, desde que êstes possuam determinadas semelhanças fundamentais em comum. Em tôdas elas, a posição do sujeito-investigador diante do objeto constitui uma condição essencial, tanto na determinação dos caracteres e das propriedades dos fenômenos a serem tomados em consideração, quanto na delimitação do nível de abstração das explanações. As posições logicamente possíveis são, porém, limitadas objetivamente, pela natureza dos problemas investigados pelas ciências sociais e por suas implicações empíricas. Assim, os três principais métodos de interpretação, que vêm sendo explorados construtivamente, lidam com problemas teóricos próprios e com os materiais empíricos que permitem resolvê-los. O método de compreensão, cuidando dos problemas pertinentes à socialização e às bases sociogenéticas da interação social, permite abstrair as variáveis operativas de um campo ahistórico⁽⁴³⁾; o método objetivo (ou genético-comparativo), focalizando os problemas

(43) Para exemplificação, relativamente a Max Weber, cf. adiante, parte II, cap. V.

ontogenéticos e filogenéticos colocados pela classificação das estruturas sociais, permite abstrair as variáveis operativas, combinadas em constelações nucleares mutáveis, de um campo supra-histórico⁽⁴⁴⁾; e o método dialético, tratando das relações existentes entre as atividades socialmente organizadas e a alteração dos padrões da ordem social, que caem na esfera de consciência social, permite abstrair as variáveis operativas de um campo histórico⁽⁴⁵⁾. Os modelos de explicação, inerentes a cada um desses métodos, são naturalmente diferentes. O mesmo ocorre com o grau de liberdade do sujeito-investigador na abstração das variáveis de seu campo empírico específico, a qual decresce na medida em que passamos do primeiro modelo de explicação para o segundo ou dêle para o terceiro.

As questões suscitadas pela aplicação desses modelos de explicação e pela construção de tipos esquemáticos não nos interessam aqui. O mesmo não se pode dizer de suas implicações empíricas. É que os três modelos envolvem o mesmo procedimento básico de depuração dos tipos empíricos puros, construídos por meio da análise, e sua redução a tipos esquemáticos, que aglutinam as evidências empíricas que interessam especificamente à interpretação. Sob êste aspecto, todo tipo esquemático — seja êle um “tipo ideal”, um “tipo médio” ou um “tipo extremo” — representa uma construção lógica ou mental, produzida em função dos intuitos ou propósitos cognitivos do investigador. Mas êles não só possuem fundamento *in re*: compreendem, sinteticamente, as evidências empíricas essenciais para a caracterização dos efeitos dinâmicos das variáveis abstraídas, para a interpretação causal das relações delas entre si ou com seus efeitos, e para a explicação generalizadora dos fenômenos sociais, cuja investigação positiva elas possibilitam. Por isso, os três modelos também possuem o mesmo significado lógico. Êles põem ao alcance das ciências sociais recursos interpretativos que permitem construir, por via sintética, sistemas unívocos de referência empírica. A importância de tais recursos é evidente, pois a consistência empírica, a validade e o grau de generalidade das explicações descobertas podem, assim, ser controlados objetivamente, através desses sistemas de referência empírica, que

(44) Para exemplificação, relativamente a Durkheim, cf. adiante, parte II, cap. IV.

(45) Para exemplificação, relativamente a Marx, cf. adiante, parte II, cap. IV.

cortam transversalmente ou são representativos de vários sistemas sócio-culturais concretos.

Quanto à técnica de interpretação, é óbvio que os três modelos de explicação procuram superar as limitações do conhecimento generalizador, relativo a sistemas psico-sociais ou sócio-culturais concretos. Essas limitações foram encaradas, por muitos especialistas, como algo peculiar às possibilidades de explanação científica dos fenômenos sociais. Já vimos que mesmo um investigador moderno, igualmente experimentado no terreno da pesquisa empírica e da teoria, como Evans-Pritchard, defende concepções que nos levariam a caracterizar o saber proporcionado pelas ciências sociais como um conhecimento empírico de natureza ideográfica, pertinente a ocorrências de realidade transitória. Contudo, aquelas limitações não resultam dos atributos do método científico em disciplinas como a psicologia social, a etnologia, a sociologia, a economia e a ciência política, nem das propriedades objetivas dos fenômenos que elas investigam. Elas se prendem ao tipo de saber científico produzido pelo modelo de explicação que se pode aplicar, positivamente, no tratamento descritivo e interpretativo de fenômenos ou de processos que se definem, empiricamente, como unidades de sistemas psico-sociais ou sócio-culturais concretos. Ao descobrir como operar interpretativamente com sistemas unívocos de referência empírica, construídos com o objetivo preciso de reter só as condições, os fatores e os efeitos das variáveis que constituam objeto das pesquisas, os cientistas sociais descobriram, ao mesmo tempo, como lançar em bases próprias a formação do conhecimento empírico nomotético nas ciências sociais. Os dois problemas técnicos, que resolveram, dizem respeito às duas principais limitações dos modelos de explicação empregados no estudo descritivo ou interpretativo de sistemas sócio-culturais concretos. Como este modelo opera com a totalidade de variáveis dentro do seu contexto empírico global, ele acaba retendo, no campo de interpretação, condições, fatores e efeitos que não são específicos nem essenciais para a explicação nomotética dos fenômenos sociais. Doutro lado, esse modelo pressupõe uma séria limitação do arbítrio do investigador na escolha do grau de homogeneidade das evidências empíricas, a serem manipuladas interpretativamente. Isso porque elas precisam caracterizar o comportamento das variáveis segundo a rede global de interdependências que as ligam entre si no sistema fechado

de referência empírica, em vez de caracterizá-lo através de seu contexto empírico exclusivo. Ambas as limitações indicam que o conhecimento sintético globalizador é obtido à custa da especificidade e da generalidade das explanações, o que se tentou evitar, da forma em que isso é possível nas ciências sociais, pela criação dos outros modelos de explicação.

A passagem da caracterização empírica ou da reconstrução propriamente dita para a explanação interpretativa, envolvida por esses três modelos de explicação, pode processar-se de duas maneiras. Quando o investigador lida com fenômenos mal conhecidos, ele mesmo precisa realizar o levantamento dos dados brutos, sua depuração crítica e o tratamento analítico correspondente dos materiais empíricos assim selecionados. Nesse caso, pode passar, diretamente, dos resultados da caracterização empírica da realidade para a sua interpretação. A fase intermediária, de reconstrução sintética da realidade, naturalmente só possui interesse teórico nos projetos de pesquisa explicativa, que tomam por objeto sistemas sócio-culturais concretos. As contribuições pioneiras, de autores como Freud ou Spranger, Marcel Mauss ou Kroeber (*Configurations of Culture Growth*), Marx, Durkheim (*De la Division du Travail Social*, especialmente), Veblen, Max Weber, Sombart, Scheler e Mannheim, ilustram semelhante possibilidade de passagem direta da caracterização empírica para a explanação sintética. Nessa alternativa, a caracterização empírica fornece à explanação interpretativa as evidências que constituem o seu ponto de partida empírico e seu fundamento objetivo. Além disso, o que é deveras mais importante, oferece, desde o início, bases seguras para a determinação do campo empírico específico, através do qual as variáveis consideradas podem ser submetidas a tratamento interpretativo sistemático.

A segunda possibilidade é aberta pelos próprios trabalhos de reconstrução, feitos pelos historiadores, pelos psicólogos sociais, pelos etnólogos, pelos sociólogos, pelos economistas ou pelos cientistas políticos. Por sua própria natureza, tais trabalhos (mesmo quando permanecem no nível puramente descritivo), pressupõem a apresentação sistemática dos resultados obtidos pela análise dos fenômenos investigados. Nas áreas mais conhecidas, em que eles são numerosos, os investigadores podem atingir os propósitos teóricos de suas pesquisas sem precisarem se ocupar, parcial ou totalmente, com as demais

fases da investigação. É verdade que ainda são poucas as áreas em que essas facilidades podem ser exploradas frutiferamente. Onde elas existem, como o demonstra Lévi-Strauss, as dificuldades resultam antes da abundância que da escassez de materiais, contando os especialistas com recursos metodológicos adequados ao seu aproveitamento interpretativo⁽⁴⁶⁾. Sob outros aspectos, parece evidente que o progresso das ciências sociais está dependendo, atualmente, das perspectivas que se abrirem a semelhante combinação entre os trabalhos de reconstrução e as tentativas mais ou menos amplas de síntese teórica.

Em resumo, são variadas e complexas as relações da caracterização empírica (ou reconstrução analítica) com a explanação da realidade. De um lado, os alvos teóricos das pesquisas se refletem no modo de escolher e de manipular analiticamente as evidências empíricas. Mas, de outro, tanto a explanação descritiva, pela qual se obtém a reconstrução sintética da realidade, quanto a explanação interpretativa, que as explica mediante categorias científicas, repousam e dependem, direta ou indiretamente, dos resultados da caracterização empírica. Se essa interdependência apresenta diversas facetas, isso se dá porque os fenômenos sociais desafiam de diferentes maneiras o pensamento científico.

VI — Conclusões

A presente exposição foi desenvolvida de forma a prescindir de qualquer enumeração conclusiva dos resultados. Contudo, como os temas abordados são difíceis e foram discutidos com extrema concisão, parece-nos conveniente retomá-los à luz de sua significação mais geral, negligenciada no decorrer do trabalho.

A principal contribuição deste trabalho está na discussão do que significa "reconstrução" nas ciências sociais. Dois hábitos antigos contribuem para restringir essa noção, cujo exame crítico não cabe nos limites desta exposição. Um, que nos foi legado pela história, responsável pela convicção ainda

(46) Cf. Claude Lévi-Strauss, *Les Structures Élémentaires de la Parenté* (Presses Universitaires de France, Paris, 1948). Esta obra ilustra, doutro lado, como o especialista moderno enfrenta os problemas de comparação e de síntese.

hoje corrente entre muitos cientista sociais, de que "reconstrução" significa captura ordenada de um passado, que possa ser restabelecido, parcial ou globalmente, através de evidências documentadas. Outro, que constitui uma herança de concepções empiricistas estreitas, o qual nos leva a ignorar a existência e a atividade dos complexos processos intelectuais, inerentes a qualquer tentativa de representar conceptualmente a realidade. Graças principalmente aos resultados da investigação etnológica, o primeiro hábito está encontrando a devida correção. O presente também é apreendido através de evidências documentais discretas, que precisam ser submetidas à depuração crítica e a uma ordenação cronológica. O segundo hábito, porém, ainda se mantém com vigor, apesar do esforço de Mach, de eliminá-lo pela raiz da teoria da investigação científica⁽⁴⁷⁾. Esse esforço não repercutiu nas ciências sociais e o único especialista que orientou suas reflexões metodológicas nessa direção, François Simiand, limitou-se a ressaltar certas implicações gerais do raciocínio experimental na análise dos fenômenos sociais.

Mas, mesmo depois de vencer hábitos tão arraigados, é preciso enfrentar outras dificuldades. Assim, o termo "reconstrução" é equívoco. Ele tanto pode significar o produto final das atividades intelectuais de um investigador qualquer, empenhado em nos apresentar uma imagem unitária e empiricamente válida de um passado ou de um presente, quanto o processo pelo qual esse produto intelectual é conseguido, mental e logicamente. Daí duas dificuldades muito expressivas; porque traduzem as nossas limitações na luta por noções precisas e exatas. Em primeiro lugar, a "reconstrução" tem que ser entendida como representação analítica, como reconstituição empírica pura dos caracteres e propriedades da realidade social. Em segundo lugar, ela precisa ser encarada como representação sintética, como explanação descritiva e interpretativa da realidade social, mediante categorias universais do pensamento científico. No primeiro sentido, ela não passa de uma fase, embora essencial, da investigação positiva dos fenômenos sociais. No segundo sentido, pode ser vista como uma forma do conhecimento empírico-indutivo da realidade nas ciências sociais ou como um degrau no encadeamento das explicações generalizadoras, logicamente possíveis, dos fenômenos sociais.

(47) Cf. Ernst Mach, *Conocimiento y Error*, tradução de Cortés Pla (Espasa-Calpe, Buenos Aires, 1948), *passim*.

Em nossa discussão, procuramos demonstrar o que ela representa, nos dois sentidos, para as ciências sociais. Isso nos levou a algumas questões de grande importância metodológica, relativas à natureza da observação nessas disciplinas científicas e às modalidades de fundamentação empírica dos diferentes tipos ou modelos de explanação da realidade, usualmente explorados pelos cientistas sociais. Dêse ângulo, verificou-se que a reconstrução é o único meio operacional de que dispõem os cientistas sociais para conduzir a observação, com os recursos fornecidos pela análise, até onde ela é levada nas ciências ditas experimentais. Evidenciou-se, também, como os resultados da observação, praticada nessas condições, são reelaborados indutivamente, de modo a fornecer a matéria-prima empírica em que se pudesse basear o raciocínio científico, aplicado à explicação da realidade social. Nesses termos, foi possível estabelecer as ligações que articulam a interpretação, segundo os diferentes esquemas lógicos em que ela pode ser posta em prática nas ciências sociais, com os procedimentos de observação e de análise dos fenômenos sociais.

Um trabalho desta ordem sempre está sujeito a insuficiências mais ou menos graves. O autor supõe, entretanto, que êle contém alguma contribuição positiva. De um lado, porque situa, pelo menos, as questões levantadas pela necessidade imperiosa de ligar entre si as diferentes fases da pesquisa científica nas ciências sociais. Essa é uma área que está exigindo maior atenção por parte dos cientistas sociais, em particular porque a atual separação entre os problemas de investigação — às vêzes definidos como os problemas exclusivos da pesquisa científica — e os problemas da explicação dos fenômenos investigados põe em risco as perspectivas mais seguras de progresso teórico das ciências sociais. De outro, porque indica que êstes problemas, apesar de sua natureza lógica, foram resolvidos em bases empíricas, pela combinação de *técnicas de investigação* e de *técnicas de interpretação* que conferiam aos investigadores suficiente domínio intelectual sôbre os aspectos da vida social que pretendiam conhecer e explicar. Parece fora de dúvida que são urgentemente necessárias contribuições que se proponham analisar os fundamentos empíricos e lógicos das soluções encontradas para os referidos problemas. Pois é sabido que os investigadores do passado quase sempre se limitaram a pô-las em prática, cabendo-nos a tarefa de tornar explícitos seus fundamentos empíricos e lógicos.

PARTE II

OS PROBLEMAS DA INDUÇÃO NA SOCIOLOGIA (*)

"Inútilmente nos vangloriamos de poder realizar grandes progressos nas ciências, amontoando, enxertando, por assim dizer, o nôvo no velho, porque não há equilíbrio; é preciso recomeçar todo o edifício, desde os alicerces, se não quisermos girar em tórno do mesmo círculo, progredindo tão-somente algumas polegadas." (F. Bacon, *Novum Organum*, Livro I, § XXXI.)

(*) Prêviamente publicado como *Apontamentos sôbre os Problemas da Indução na Sociologia* (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Secção de Publicações, São Paulo, 1954; reprodução das preleções, feitas em janeiro de 1954, aos professores de sociologia de escolas normais oficiais, que se inscreveram no *Curso de Extensão Cultural*, promovido em colaboração pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo). "Nota Explicativa" do Prof. Aziz Simão, a quem agradecemos a iniciativa pela primeira edição deste trabalho. Na presente reedição, foi mantido o texto anterior, destinado a ser desenvolvido na sala de aula. Só foram alterados ou refundidos os trechos que pareciam apresentar maior dificuldade à leitura corrente.

Introdução

I) O tema e sua escolha

O tema do presente curso de conferências abrange alguns dos problemas mais complicados e difíceis da metodologia sociológica. É um terreno ainda pouco explorado, no qual os tateios e as incertezas revelam plenamente o estado incipiente da teoria da investigação científica nos seus desenvolvimentos relativos, às ciências sociais.

A nossa pretensão, ao escolhê-lo para objeto de nossas exposições, é, no entanto, bem modesta. Queremos apenas debater as questões que merecem ser encaradas como o ponto de partida de qualquer discussão dos problemas da indução na sociologia. Por isso, não pensamos que o presente curso tenha outra utilidade senão a de pôr em evidência, de forma histórica e sistemática ao mesmo tempo, aquilo que é mais elementar e fundamental na teoria da indução sociológica.

Trata-se, pois, de uma contribuição modesta da Cadeira de Sociologia I aos professores de sociologia das escolas normais que acorreram ao presente curso. Aparentemente, seria conveniente escolher um tema ligado com os problemas da sociologia educacional, matéria que, de fato, lhes cabe ensinar de modo específico. Mas o professor de sociologia de nossas escolas normais é forçado a ministrar aulas no campo da sociologia geral e a dar a seus alunos algumas noções da história do pensamento científico na sociologia, entre as quais se incluem, naturalmente, alguns conhecimentos básicos relativos à teoria da investigação sociológica. Daí a necessidade de manter-se em contacto com os temas que escapam às suas obrigações didáticas restritas, à medida em que estas podem ser vistas em termos do ensino da sociologia educacional.

A relevância do assunto que escolhemos está em dirigir nossa atenção para um grupo de problemas que precisam constituir objeto de reflexão obrigatória dos que se ocupam com o ensino ou com a pesquisa no campo da sociologia. Como acentuamos alhures, já vai longe o tempo em que os centros de interesse na discussão de problemas metodológicos da sociologia abarcavam somente as questões mais gerais da explicação sociológica. Uma das conseqüências da especialização, nas investigações que têm o comportamento social como objeto, consiste em que os pesquisadores passam a preocupar-se, de forma crescente, com problemas próprios a cada uma das maneiras de considerar a atividade social dos seres vivos e as orientações do comportamento coletivo. Na sociologia, a especialização tende a produzir uma espécie de concentração dos centros de interesse de pesquisa, a qual leva os especialistas a se dedicarem, especialmente, à solução de problemas específicos — do ponto de vista das técnicas de investigação, dos métodos de interpretação ou da natureza das questões a serem investigadas. Os problemas que caem na esfera do raciocínio indutivo estão entre esses problemas. No passado, eles mereceram um tratamento explícito muito limitado nas tentativas principais de sistematização da teoria da investigação sociológica. Em nossos dias, porém, é quase impossível dar novos passos construtivos, sem antes fazer um balanço dos resultados atingidos nas diferentes formulações do papel da indução na investigação sociológica e, particularmente, sem que se tenha uma visão clara dos problemas que precisam ser tomados como pontos de partida de uma consideração completa da importância dos raciocínios indutivo e dedutivo nas explicações sociológicas baseadas na experiência.

Só isso seria suficiente para justificar a escolha que fizemos. Acresce, ainda, que os professores de sociologia educacional são, com freqüência, também pesquisadores. Precisam manter-se informados sobre os desenvolvimentos modernos da teoria da investigação sociológica, quando menos para dirigir adequadamente suas próprias pesquisas. Daí supormos que gostariam de seguir um "curso de método", em que o cerne mesmo da explicação sociológica fôsse submetido a um exame minucioso. Muito se tem escrito sobre as relações entre teoria e pesquisa na sociologia. *Nenhuma discussão desse problema poderá atingir um rigor lógico, se aquelas relações não forem encaradas à luz do papel que o raciocínio*

indutivo preenche na explicação sociológica e da importância que, dentro desta, alcança em face do raciocínio dedutivo. Tornou-se um truísmo, na lógica das ciências, que não existe ciência exclusivamente indutiva ou exclusivamente dedutiva. Todos os esquemas lógicos de formação de inferência envolvem o recurso concomitante à indução e à dedução, embora isso se faça de formas variáveis e em graus também variáveis. Fundando-se nesse truísmo, já houve quem postulasse que "nossa regra geral do método sociológico, portanto, não pode significar senão que o conjunto das investigações em que a dedução desempenha o papel de menor importância, deve preceder àquele em que preenche um papel superior" (1). Trazer semelhante preocupação às cogitações corriqueiras dos catedráticos de sociologia das escolas normais pareceu-me algo frutífero e necessário. Impusemo-nos essa tarefa, embora outros pudessem realizá-la com maior competência e nos seja sumamente desagradável a obrigação de prelecionar a colegas nossos.

II) A orientação adotada

Quanto à orientação que deveremos seguir, é preciso atentar para duas coisas. Primeiro, o presente curso nos permite um conjunto restrito de exposições, com tempo limitado. Para aproveitarmos ao máximo as nossas possibilidades, resolvemos considerar as três horas que nos são diariamente destinadas, como uma *unidade de trabalho*. Assim, em vez de reservarmos uma hora para exposição, uma para comentário de textos e outra para indicação de leituras (como nos foi recomendado), preferimos estender a exposição, de maneira variável, até ao limite de três horas, eliminando o comentário formal de textos e a indicação especial de leituras. Dêsse modo, cada exposição poderá constituir uma unidade autônoma e completa.

Segundo, o tema escolhido como objeto do curso oferece complicações inevitáveis. A propósito, lembramos, porém, que o que importa não são propriamente as dificuldades a serem vencidas, mas a necessidade de vencê-las. A sociologia estag-

(1) F. E. Giddings, *Princípios de Sociologia*, tradução de A. Posada (Editorial Albatros, Buenos Aires, 1944), p. 76.

nará se não tivermos a coragem de enfrentar as questões fundamentais, em continuação às que foram resolvidas pelas gerações de sociólogos anteriores. Acreditamos que contribuiríamos para reduzir a complexidade inerente ao tema adotando um plano de trabalho que nos levasse gradualmente das questões menos complicadas às mais difíceis. E pensamos que tornaríamos as exposições mais acessíveis e úteis aumentando, nas ocasiões oportunas, as referências bibliográficas e a citação de textos básicos. Afastamo-nos cuidadosamente, outrossim, da preocupação de parecermos originais, à custa da propriedade das idéias ou da ampliação do nosso tema estrito. Deixamos aos ouvintes continuar ou não as reflexões, que seremos compelidos a apresentar de público. Se quiséssemos levar mais longe a discussão dos problemas examinados, de maneira a considerar de outros ângulos a fundamentação lógica da explicação indutiva na sociologia e suas ligações com o estado atual da teoria da investigação científica nas *ciências sociais*, ficaríamos confinados a um estéril debate de noções gerais. Doutra lado, precisávamos contar com os conhecimentos que todo professor de sociologia deve possuir, seja no que tange aos aspectos lógicos da teoria da formação de inferências, seja no que diz respeito às possibilidades da indução na sociologia.

CAPÍTULO I

Caracteres e Implicações da Descrição Sociológica dos Fenômenos Sociais

A — O ponto de vista sociológico como uma perspectiva seletiva na observação e na interpretação dos fenômenos sociais.

I, 1) A idéia corrente de ciência, nos meios não-científicos, defende o antigo ideal ingênuo de "ciência positiva", segundo o qual o saber científico se caracterizaria pela acumulação de fatos. Todavia, nem mesmo as ciências de observação, nem as ciências experimentais em seu período formativo (quando também eram estritamente *ciências de observação*), jamais se confundiram com esse ideal. Pois, como escreve com justa razão Claude Bernard, "a simples constatação dos fatos não poderá jamais conduzir à constituição de uma ciência. É inútil multiplicar os fatos ou as observações, pois isso não nos esclarece mais" (2).

I, 2) Por isso, em um conjunto de exposições sobre problemas de indução na sociologia, o que se deve ter em mente não é tanto a afirmação do princípio segundo o qual não existe ciência sem a manipulação de fatos. Mas o princípio de que o traço essencial da manipulação científica dos dados da experiência consiste no ideal de atingir conhecimentos precisos e verdadeiros, dentro de certos limites ou em determinadas condições. Em suma, o que entra em linha de conta não é a afirmação óbvia de que sempre devemos partir de dados da experiência, mas sim o grau de confiança e de exatidão alcançados no domínio da investigação sociológica na interpretação

(2) *Introduction a l'Etude de la Médecine Expérimentale* (Les Editions du Cheval Ailé, Genebra, 1945), p. 67.

dos fenômenos sociais. *A interpretação científica não é um mero arrolamento de dados de fato.* Porém uma análise dos dados vistos através de problemas precisamente definidos. Assim sendo, a interpretação sociológica precisa ser vista à luz desse duplo critério de análise: a) objetividade na seleção dos dados de fato; b) precisão na formulação dos problemas de pesquisa.

I, 3) A sociologia se desenvolveu, até o presente, sem que os sociólogos se detivessem suficientemente no exame de problemas dessa natureza. Somente François Simiand lhes deu a atenção crítica que eles merecem, procurando alicerçar a explicação sociológica em bases mais sólidas (3). Os fundadores da sociologia traziam consigo a herança do pensamento filosófico e tendiam para as grandes construções do espírito. Spencer e Comte pensavam os problemas da investigação sociológica como filósofos que eram. Por sua vez, aos grandes sociólogos do passado faltaram as condições de labor intelectual, favoráveis à reflexão crítica sobre as questões concernentes ao emprego e aos fundamentos lógicos das técnicas e dos processos de investigação. Só se pode apreciar e criticar com solidez o que está estabelecido — e os desenvolvimentos propriamente empírico-indutivos da sociologia começaram com eles. Foram as suas obras que lançaram os fundamentos da investigação sociológica. De modo que tais questões ficaram relegadas ao futuro, para o momento em que as próprias exigências das pesquisas colocassem o problema da *precisão* de uma forma crucial e em termos por assim dizer específicos.

I, 4) Adiante teremos que examinar como os grandes sociólogos do passado resolveram os problemas com que se defrontaram. Por enquanto, temos que nos limitar à discussão de um tema essencial, de cuja compreensão depende a colocação mesma dos problemas da indução na sociologia. Trata-se da importância do ponto de vista sociológico como uma perspectiva racional de observação e de interpretação dos fenômenos sociais. É algo pacífico que não existe experiência que não seja "seletiva". Nós não reproduzimos o que experimentamos senão parcialmente, embora isso nem sempre signifique "imperfeitamente". Do mesmo modo, em nossa atividade intelectual, a elaboração dos dados da experiência sen-

(3) Cf. *Le Salaire, l'Evolution Sociale et la Monnaie* (Librairie Félix Alcan, Paris, 1932), três volumes, especialmente vols. 1 e 2.

sorial é também limitada. A explicação científica se defronta com a mesma dificuldade; mas ela conta com meios próprios, seja para conduzir nossa experiência ao que é essencial para o conhecimento dos fenômenos (exemplo: as técnicas experimentais nas ciências de laboratório), seja para eliminar o que é acidental e supérfluo no desenvolvimento do fenômeno. A marcha da precisão na ciência não se mede tanto pela desconfiança na capacidade dos sentidos, quanto pela domesticação dos sentidos em determinadas direções e pela sua complementação, por meios estritamente técnicos ou por artifícios da razão.

I, 5) Não nos cabe discutir aqui essa questão de ordem geral, mais ou menos conhecida pelos que se preocupam com a história do pensamento científico. Compete-nos chamar a atenção para o exercício dessa *atividade seletiva* na sociologia. Quando o sociólogo observa uma situação social dada; ou quando a interpreta: ele pratica uma seleção inapelável nos dados de fato, que chegam à sua consciência pela percepção sensorial. *Ele não se interessa por "tudo" que se desenrola diante de si, pela simples razão de que não é sua missão gravar todos os fatos brutos que se passam em derredor.* Na verdade, alcança uma *performance* notável quando consegue registrar todos os fatos que são essenciais na *descrição sociológica* dos fenômenos que observa. Coloquemo-nos na posição de um pesquisador: o que precisamos reter, se pretendemos descrever sociologicamente uma ação social, uma relação social, determinados mecanismos de atribuição de *status* e papéis sociais em nossa sociedade, etc.?

Em resumo: o ponto de vista sociológico "prepara" e "predispõe" o sociólogo para praticar uma *observação* ou uma *interpretação* dentro de uma perspectiva que é peculiar à sociologia. Não diríamos que semelhante ponto de vista presuponha uma "simplificação" da realidade, como admitem alguns autores. A coisa é logicamente mais complexa: tomemos, por exemplo, uma cidade como São Paulo e demos um balanço nas impressões que temos dela, como membros ativos e como sociólogos. As impressões que derivam da simples participação da vida social paulistana são desordenadas e caóticas; as impressões que derivam do ordenamento sociológico das experiências, diretas ou indiretas, sobre a vida social paulistana são coerentes e unívocas, mas não "simples". Vê-se que, no segundo caso, a realidade é reproduzida em

tôda a sua complexidade — mas na complexidade em que ela deve ser considerada no nível de explicação sociológica. A única “simplificação”, que poderíamos notar, consiste na eliminação dos fatos e das experiências que não possuem significação nenhuma dentro dessa perspectiva de explicação, seja para fins descritivos, seja para fins interpretativos. Pode-se admitir como verdadeiro que a maturidade de qualquer disciplina científica pode ser avaliada pela decisão com que os fatos supérfluos são eliminados do horizonte do pesquisador, na fase descritiva tanto quanto na fase interpretativa de qualquer investigação. Isso traduz sempre: economia de tempo, de energias ou de dinheiro; e domínio dos fatos cruciais, através de meios de investigação apropriados (4).

I, 6) Chegamos, assim, ao ponto crítico fundamental: quando se fala em “*investigação empírico-indutiva*”, não se pode ter em mente, portanto, o ideal de retenção completa ou de reprodução total de todos os fatos brutos. O que se pode ter, legitimamente, em mira é indicar que pelo menos os fatos brutos essenciais ou mais significativos foram ou serão descritos; e que as normas do procedimento científico se acham estabelecidas na disciplina particular em que o próprio pesquisador opera. A sociologia já alcançou maturidade científica suficiente para equipar os seus pesquisadores nos ajustamentos de dois tipos: a) na “escolha” dos aspectos da realidade social que são sociologicamente relevantes, nas diversas ordens possíveis de pesquisas; b) na orientação normativa dos passos que precisam dar, das técnicas que precisam empregar e dos cuidados que precisam tomar na observação e na interpretação dos fenômenos sociais.

I, 7) Não nos deteremos, aqui, em tôdas as implicações de semelhante constatação, pois só algumas delas nos irão interessar diretamente. Porém, antes de encerrar esta exposição seria conveniente apresentar dois esclarecimentos relativos a duas das implicações que não serão objeto de discussão posterior: a) a maneira adotada de definir o alcance da inves-

(4) Cf. especialmente: G. Lundberg, *Social Research* (Longmans, Green, Nova York, 1942), cap. I, F.; J. Madge, *The Tools of Social Science* (Longmans, Green, Londres, 1953), pp. 1-37; H. A. Phelps, *Principles and Laws of Sociology*, John Willey & Sons, Nova York, 1936), cap. III; e, em uma perspectiva mais geral: K. Popper, *The Open Society and Its Enemies* (George Routledge & Sons, Londres, 1945), vol. II, cap. 25; e H. Poincaré, *Science et Méthode* (Flammarion, Paris, 1908), livro I, cap. I.

tigação sociológica elimina a preocupação, por assim dizer, “substancialista” de alguns sociólogos do passado. Weber agiu com felicidade quando procurou afastar do campo de análise sociológica tôda preocupação de caracterizar unilateralmente a “essência” ou o “modo de ser” dos fenômenos sociais. O interesse dos critérios dogmáticos de reconhecimento do *social* (sociologicamente falando), é restrito. Tanto se pode aceitar a *coerção*, como outro critério qualquer. No fundo, todos os fenômenos sociais são susceptíveis de serem encarados sociologicamente, até mesmo aqueles que Durkheim apontava como sendo do “interesse da sociedade”, mas não objeto de consideração sociológica. Isso porque é a perspectiva de que os encaramos que oferece à inteligência um meio para descobrir as relações que existem entre eles, as quais devemos investigar. Em outras palavras, é a perspectiva de explicação sociológica que oferece as bases para a definição dos problemas a serem investigados e as condições de ajustamento intelectual do pesquisador à situação empírica de fato. Como muito bem escreveu Mauss — “O ato é social porque êle tira sua forma da sociedade e porque êle não tem razão de ser senão com relação a ela” (5). E não porque o sociólogo eleja um critério qualquer, como a “obrigação”, a “imitação”, etc., como o critério de reconhecimento sociológico da realidade social. b) A presente orientação não incorre em nenhuma forma de “idealismo” na explicação científica (6). De fato, não pretendemos afirmar que o ponto de vista sociológico seja constituído de elementos racionais apriorísticos — embora em alguns desenvolvimentos da sociologia, no passado, isso tenha ocorrido. Pensamos que, ao se tratar desses assuntos, é preciso distinguir duas coisas: 1) a formação do ponto de vista sociológico; 2) os resultados positivos das tentativas construtivas, já empreendidas, de sistematização da teoria sociológica. No período de formação do ponto de vista sociológico talvez tenha sido inevitável transferir para a sociologia conceitos e princípios cuja legitimidade precisava ser admitida dogmaticamente. Daí a tendência, que se estabeleceu em algumas correntes do pensamento sociológico, de apresentar os conceitos e os princípios da sociologia como formas procedentes da razão e modeladoras da matéria do conhecimento sociológico. No

(5) Cf. *Mélanges d'Histoire des Religions* (2.ª edição, Félix Alcan, Paris, 1929), p. xxiv.

(6) Cf. especialmente: E. May, *Filosofia Natural*, tradução de E. Imaz (Fondo de Cultura Económica, México, 1953), cap. I.

presente, todavia, o recurso a soluções obtidas em outros ramos do saber ou em outros setores do conhecimento científico é regulado por imposições inerentes às pesquisas sociológicas. Doutro lado, o acervo de conhecimentos que condicionam todo e qualquer ajustamento intelectual no campo da investigação sociológica, independentemente das origens remotas desses conhecimentos, pode ser submetido a uma crítica própria, de natureza teórica ou de caráter empírico. Assim sendo, as categorias que poderiam ser encaradas como elementos *a priori* da pesquisa científica na sociologia encontram seu fundamento nos resultados mesmos das investigações sociológicas ou podem ser submetidas ao teste da experiência. Não há razões que justifiquem, atualmente, o aproveitamento deliberado e sistemático de noções *a priori*, com suposto *fundamento in re*. As questões que preocuparam, em um sentido ou em outro, os grandes sociólogos do passado, estão naturalmente superadas neste terreno e podem ser corrigidas pelas possibilidades práticas de tratamento empírico-indutivo dos fenômenos sociais.

CAPÍTULO II

Caracteres e Implicações da Descrição Sociológica dos Fenômenos Sociais

B — O problema da indução na sociologia:

II, 1) O principal resultado da exposição anterior consiste na conclusão de que a indução sociológica não constitui uma mera elaboração de fatos brutos (7). Não pudemos discutir a fundo esse problema. Mas sabemos que suas implicações são evidentes. Doutro lado, também omitimos outra questão, não menos relevante. Trata-se da própria importância que a inferência indutiva pôde alcançar na formação e no desenvolvimento da sociologia.

II, 2) Não pretendemos fazer um histórico do pensamento indutivo na sociologia. Esse trabalho seria demasiado exaustivo e pouco frutífero, em um trabalho do gênero do que empreendemos. Além disso, surgiriam algumas complicações, que não poderiam ser resolvidas em uma discussão de âmbito limitado. A verdade é que o desenvolvimento da sociologia não se processou de maneira uniforme. Ele apresenta peculiaridades próprias a cada um dos ambientes intelectuais em que a sociologia se inseriu, seguindo uma trajetória na França, outra na Alemanha, outra na Inglaterra e outra ainda nos Estados Unidos. Tais peculiaridades se refletem, de modo profundo, na maneira através da qual a herança da filosofia das ciências foi acolhida e manipulada pelos primeiros sociólogos do século XIX. Assim, a influência da concepção newtoniana da explicação científica se fez sentir em dois países vizinhos

(7) Para um desenvolvimento desse tema, conforme o estudo anterior, sobre "A Reconstrução da Realidade nas Ciências Sociais".

(como a França e a Alemanha), através de correntes tão contraditórias de pensamento, como o são o racionalismo e o apriorismo. Por isso, não é de estranhar que tenham surgido, entre os sociólogos dos dois países, tendências marcadamente distintas na avaliação da necessidade e da importância da indução na sociologia (8).

II, 3) Isso parece justificar a afirmação de Phelps: “Embora o método indutivo seja comumente entendido como o único método de qualquer ciência, não possui uma interpretação uniformemente aceita o que significa o método indutivo na análise dos fatos sociais” [...]. “O significado da indução para a sociologia depende principalmente da maneira de o investigador abordar os fatos sociais. Reconhece-se que um método sociológico é necessário para situar os fatos. Mas os fatos sociais se dispõem em uma ampla área de objetividade e de subjetividade. Eles também variam em importância, em significação, e em pertinência. É necessário, além disso, conseguir um procedimento metodológico que esteja apto para sistematizar e para sintetizar uma variedade de diferentes ordens ou tipos de fatos que são ou podem tornar-se sociológicos. Em vista da heterogeneidade desses fatos e de suas diferenças de outros fatos de natureza física, os requisitos de um método sociológico se estendem até incluir seqüências históricas ou temporais, recorrências típicas independentes de tempo e de espaço, fatos que são particularmente objetivos, como as condições ambientes que afetam o desenvolvimento social e fatos que são largamente subjetivos, como os interesses, os desejos, e as atitudes do homem. Correspondentemente, o principal requisito na sociologia é o de um método que não seja simplesmente descritivo, analítico, ou sintético, mas que seja capaz de proporcionar análises, mensurações e avaliações em cada um desses tipos de informação sociológica” (9).

II, 4) Essa condensação dos problemas da indução na sociologia assinala: a) as soluções do problema da indução sociológica têm acompanhado as influências das orientações metodológicas particulares (o que analisaremos detidamente nas exposições concernentes às soluções fundamentais do problema da indução na sociologia); b) no essencial a indução na so-

(8) A esse respeito, cf. adiante, caps. IV, V e VI.

(9) H. A. Phelps, *Principles and Laws of Sociology*, op. cit., p. 117.

ciologia tanto pode assumir uma forma qualitativa, quanto uma forma quantitativa, independentemente da complexidade dos fenômenos analisados ou objetividade relativa, que o sociólogo possa alcançar em sua observação e em sua interpretação; c) a sociologia é uma ciência empírico-indutiva no sentido de que suas interpretações se baseiam em dados de fato e seu progresso científico depende da possibilidade de conseguir-se um método capaz de superar as dificuldades atuais na manipulação dos dois tipos de inferência indutiva (qualitativa e quantitativa).

II, 5) Esse diagnóstico, com as limitações devidas ao esforço de síntese, é relativamente preciso. Os sociólogos do passado viram muito bem que a sociologia devia ser construída com base na interpretação da realidade, através de dados obtidos, seja por meio da reconstrução histórica, seja mediante a observação direta. Todavia, não fizeram nenhuma tentativa para resolver, concomitantemente e de uma forma unívoca, o problema da inferência na sociologia. Dos grandes mestres do passado, somente Durkheim se aventurou a uma exploração mais ampla da estatística, embora tenha merecido diversas críticas fundamentais dos próprios estatísticos (10). É curiosa a desconfiança de um sociólogo como Tönnies, não só contra os trabalhos de investigação demográfica dos estatísticos (ainda que algumas críticas suas a Mayr sejam procedentes: “uma comparação entre grandes territórios não conduz de modo algum ao conhecimento das causas dominantes em um território determinado”); mas, também, com referência à utilização dos dados estatísticos pelos próprios sociólogos (“o sociógrafo tem que se apoiar em terreno seguro, tem que conhecer pessoas e lugares de outra maneira que através de números, que o espreitam fixos dos livros; assim pelo menos poderá interpretar de modo seguro os números analisados por ele”) (11). Semelhantes orientações (e por que não dizer — tais preconceitos?) se explicam facilmente: é que a sociologia precisou elaborar, inicialmente, os seus próprios instrumentos de trabalho. Uma das etapas mais difíceis a ser vencida foi essa, de construir e de valorizar, logicamente, processos de inferência qualita-

(10) Cf. *Le Suicide* (2.ª edição, Félix Alcan, Paris, 1912).

(11) Cf. *Principios de Sociologia*, tradução de V. Llorens (Fondo de Cultura Económica, México, 1942), citações extraídas das páginas 357 e 359, respectivamente.

tiva, que não encontravam boa acolhida no meio científico, dominado pela concepção experimental ou naturalista de ciência.

II, 6) Houve, porém, quem colocasse, com grande nitidez e de forma harmônica, os problemas relativos à pesquisa das conexões causais e à manipulação das inferências qualitativas e quantitativas na esfera da conduta humana e dos fenômenos sociais. É lamentável que a influência do autor em questão não tivesse sido suficientemente profunda, pois poderia atuar como uma espécie de fermento intelectual nas obras dos especialistas que se dedicaram às questões de método na sociologia, no período de transição do século XIX para o século XX. Referimo-nos a Antoine-Augustin Cournot, célebre como matemático e economista, mas também notório por suas idéias filosóficas; sua obra, que nos interessa, no momento, constitui um ensaio de filosofia da história: *Considerations sur la Marche des Idées et des Evénements dans les Temps Modernes* (12).

A ligação entre os dois tipos de inferência (qualitativa e quantitativa) é estabelecida por Cournot através de uma definição do "acaso" como *fato natural*. A estatística e a história, na explicação causal (ou racional) dos fenômenos sociais, lidam cada uma de maneira própria com o acaso, ou antes, com o que parece "fortuito" no encadeamento dos fenômenos. Vejamos, porém, em primeiro lugar, o que entendia Cournot por *acaso*: o acaso é um "fato natural", consistindo na independência mútua de várias séries de causas e efeitos, as quais concorrem *acidentalmente* para produzir certo acontecimento. Essa circunstância dá origem à idéia de que tal acidente é *fortuito*. Na verdade, atrás dessa aparência de indeterminação, existe toda uma rede de determinações, que pode ser descoberta pela inteligência e elaborada interpretativamente. A independência é dos elos de uma cadeia particular e não exclui a articulação de todos os elos de cadeias particulares em um "anel primordial", que precisa ser pôsto em evidência, quando pretendemos explicar causalmente (ou racionalmente) o que parece fortuito [exemplo: o suicídio visto em termos dos casos individuais e como fenômeno de massa]. "Nós acreditamos haver esclarecido em outras obras e defi-

(12) Primeira edição, em 2 volumes, 1872; edição utilizada: a de F. Mentré, publicada em Paris por Boivin et Cie., 1934, 2 volumes.

nido, mais exatamente que nossos antecessores, a idéia do *acaso* (13), mostrando que não é, como tanto se tem repetido, um fantasma criado por nós mesmos para disfarçar nossa ignorância, nem uma idéia relativa ao estado variável e sempre imperfeito de nossos conhecimentos, mas ao contrário a noção de um fato verdadeiro em si mesmo, e do qual a verdade, em certos casos, pode ser estabelecida pelo raciocínio, ou mais comumente constatada pela observação, como a de qualquer fato natural. O fato natural assim estabelecido ou constatado consiste na *independência* mútua de várias séries de causas e de efeitos, que concorrem *acidentalmente* para produzir tal fenômeno, para ocasionar tal conjunção, para determinar tal acontecimento, o qual por essa razão é qualificado de *fortuito*; mas essa independência entre os elos de cadeia particulares não exclui de modo algum a idéia de uma suspensão comum de todos os elos das cadeias em um mesmo anel primordial, além ou aquém dos limites alcançados pelos nossos raciocínios ou pelas nossas observações" (14). "A própria razão nos impõe a idéia do acaso; e o erro imputável à nossa inteligência consiste, não em nos forjar essa idéia, mas em aplicá-la mal [...]. Ela é o princípio de toda espécie de crítica [...]. Ela é a chave da estatística, e dá um sentido incontestável ao que se chama a *filosofia da história*, a qual nós preferiríamos chamar de *etiologia histórica*" [...]. (15).

II, 7) Na explicação dos acontecimentos, portanto, a estatística e a história procuram eliminar o *fortuito*. Mas enquanto a primeira procede por meio de um critério experimental, a segunda opera com recursos estritamente qualitativos. Ambas se caracterizam pela preocupação de determinar o que é "essencial" (na linguagem de Cournot, o que é necessário e permanente) na sucessão ou na coexistência dos fenômenos. Contudo, para ser realmente uma explicação da trama histórica, a explicação causal do processo histórico precisa reter de forma peculiar também o que é "acidental" (na linguagem de Cournot, o que é irregular e transitório).

II, 8) Assim, a estatística elimina os fatores irregulares através da manipulação de massas de fenômenos. A lei dos grandes números lhe oferece o critério para reter o que é constante,

(13) Na página 2, Cournot define "chance" como "combinações fortuitas".

(14) Vol. I, pp. 1-2.

(15) *Idem*, p. 2.

permanente, "essencial" ou "necessário" na determinação dos fenômenos sociais. "Nos fatos singulares, que são o objeto habitual da estatística, e nos quais as provas do mesmo acaso se contam aos milhares, aos milhões, o efeito da acumulação de provas consiste em operar a compensação de tôdas as particularidades fortuitas, acidentais, e de pôr em evidência a ação das causas, por mais fracas que elas sejam, cuja influência permanente depende das condições essenciais da produção do fenômeno, e prevalecem no curso do tempo sôbre a ação de causas mais enérgicas, mas fortuitas e irregulares" (16).

II, 9) A história não possui, naturalmente, o recurso da estatística, de lidar com grandes massas de dados, estabelecendo assim a distinção entre o *essencial* e o *acidental* pela repetição do número de provas (17). Todavia, Cournot afirma que essa distinção não se estabelece sômente dessa forma. "Ela subsiste igualmente para uma prova única tanto quanto para um grande número de provas de um mesmo acaso, embora deixemos de ter o critério experimental da estatística para determinar a parte de um e de outro. Na falta dêsse critério, a razão possui outros, notadamente o que é tirado da idéia que ela se faz, e deve se fazer, da *regularidade da lei*, e da *irregularidade do fato* ou do acidente" (18). Como se vê, a via qualitativa envolve: 1) explicação indutiva com base em número restrito de casos (mesmo em um caso único); 2) e fundada na racionalidade da interpretação descoberta. Por isso, é que afirma que a *explicação histórica* "faz à sua maneira" a descoberta das "causas constantes" e das "causas acidentais" (19). As primeiras são "causas regulares" "porque são simples"; e por sua simplicidade correspondem "aos princípios ou essência das coisas" (20).

II, 10) Daí a concepção de Cournot de *etiologia histórica*: "a análise e a discussão das causas ou dos encadeamentos dos quais a história oferece o quadro; causas que se trata sobretudo de estudar do ponto de vista de sua independência e de sua solidariedade" (21) "... A etiologia histórica consiste na pes-

(16) *Idem*, pp. 8-9; cf. também pp. 11-12.

(17) Cf. p. 3.

(18) *Idem*, p. 3.

(19) *Idem*, pp. 11-12.

(20) *Idem*, p. 15.

(21) *Idem*, p. 2.

quisa e na discussão das causas cujo encadeamento compõe a trama histórica" (22). Cournot, no entanto, utiliza o termo "causa" como sinônimo de "razão": "Se nos ativermos a uma exatidão perfeita de linguagem, é preciso dizer que a etiologia ou a filosofia da história indaga antes sôbre a *razão* dos acontecimentos que sôbre a *causa* dos acontecimentos. Porque a idéia de causa implica a de uma ação, de uma força dotada de sua energia própria; e o que a crítica deve pôr em evidência são mais freqüentemente as resistências passivas, as condições de estrutura e de forma que prevalecem no curso do tempo e no conjunto dos acontecimentos sôbre as causas propriamente ditas, sôbre as que intervêm, com o modo de atividade que lhes é próprio, na produção de cada acontecimento em particular" (23). "Em dadas circunstâncias, é suficiente um capricho do acaso para transtornar, suprimir uma longa sucessão de acontecimentos; em outras, produz-se um resultado necessário, inevitável, em que os dados essenciais da situação devem finalmente prevalecer sôbre todos os acidentes fortuitos" (24).

II, 11) Em conseqüência:

1) na história, a explicação causal, alcançada por meio da indução analítica, não é menos segura que a explicação encontrada através da indução estatística ou das explicações das ciências naturais. "Acentuemos bem que a idéia de um fato acidental não pressupõe a hipótese absurda de um efeito sem causa, nem a idéia de um fato que a sabedoria dos homens poderia impedir ou pelo menos antecipar, nem ao contrário a de um fato que escape a tôda previsão" (25).

2) a verdadeira natureza do processo histórico exige a distinção entre o *acidental* e o *essencial*. Um mero relato de fatos acidentais, sem uma elaboração do encadeamento necessário dêles entre si, seria uma crônica e não história propriamente dita. Uma exposição dos fatos regulares, sem referência ao acidental e ao variável, seria uma explicação estatística, e não histórica (26). Em outras palavras, a explicação causal de seqüências históricas exige que se compreenda, em sua mú-

(22) *Idem*, p. 8.

(23) *Idem*, p. 9.

(24) *Idem*, p. 8.

(25) *Idem*, p. 4.

(26) Cf. pp. 5-7.

tua interdependência e interação completa, o *accidental* ou *variável* e o *regular* ou *essencial*. Como escreve: "As condições da sociedade mudam lentamente no curso dos séculos, em virtude de causas íntimas e gerais das quais deslindamos a ação através de todos os incidentes da história; e, ao mesmo tempo, abalos bruscos, aos quais se dá o nome de revoluções, determinadas por causas locais e acidentais, exercem aqui e ali ações cuja esfera varia de amplitude" (27). A explicação histórica precisa compreender o processo histórico (ou a *trama histórica*, como prefere Cournot), nessa dupla determinação, em que o particular e o geral se misturam e se resolvem de uma forma própria.

II, 12) Não é nosso propósito fazer, aqui, uma apreciação da teoria da história defendida por Cournot, nem fazer uma crítica de seus fundamentos lógicos. Não há dúvida, porém: a) que a teoria do "acaso" não é suficiente para ligar uma à outra as duas formas de inferência (a qualitativa e a quantitativa), no que concerne aos fenômenos sociais; b) que Cournot fez melhor a teoria, que a sua aplicação, na interpretação dos processos históricos; c) que existem algumas ambigüidades em sua noção de causa (bem como em outros conceitos). O certo é que sua colocação do problema da explicação causal dos fenômenos sociais: 1) é logicamente bastante compreensiva e consistente para abranger, dentro de uma concepção unívoca, as duas formas de inferência, que acabaram sendo atacadas separadamente por seus contemporâneos e por seus sucessores (na sociologia, somente Giddings procurou seguir um caminho parecido, sem o mesmo sucesso sistemático); 2) do ponto de vista metodológico, Cournot se antecipou à sua época, ainda que as soluções que mereceram sua preferência sejam insustentáveis em nossos dias. A idéia de ligar, logicamente, as inferências indutivas qualitativas e quantitativas, por si mesma, coloca-o em uma posição de relêvo na história das ciências sociais.

(27) *Idem*, pp. 4-5.

CAPÍTULO III

Condições e Fundamentos da Indução Sociológica

II, 1) O desenvolvimento moderno da sociologia tem-se processado no sentido de torná-la uma ciência estritamente indutiva. Nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e na Inglaterra, a tendência dominante é a mesma. Ela consiste em basear a interpretação sociológica em fatos e, progressivamente, em delimitar cada vez mais estreitamente (ou de modo mais preciso), os objetos das investigações. A tal ponto, que num dos principais livros da sociologia moderna, em que a idéia da sociologia como ciência indutiva independente é defendida com o maior vigor (embora sem os percalços da concepção naturalista de ciência), são feitas as duas seguintes afirmações: "O ponto de partida de toda pesquisa sociológica deve ser a compreensão firme e clara de que a sociologia é uma ciência empírica independente. Isso significa que o único fundamento último da teoria sociológica são os *dados sociais empíricos*". "O segundo ponto que precisa ser firmemente estabelecido desde o princípio é que a sociologia não pode ser nada senão uma ciência estritamente indutiva" (28).

III, 2) Todavia, um exame honesto da situação presente ensina, desde logo, que essa tendência se desenrola com relativa dificuldade. Em outras palavras, trata-se de um ideal de investigação, que se torna dia a dia mais forte no campo da sociologia. Mas que não encontra ainda todas as condições necessárias para desenvolver-se plenamente. Nos últimos cinquenta anos, realizou-se um progresso sensível, particularmente com referência aos princípios da explicação sociológica. Con-

(28) F. Znaniecki, *The Method of Sociology* (Farrar & Rinehart, Nova York, 1934), citações extraídas, respectivamente, das páginas 217 e 218.

tudo, o progresso não se efetuou de modo uniforme e até hoje se nota uma acentuada desorientação entre os principais especialistas em problemas empírico-indutivos da sociologia, com referência aos temas centrais desta disciplina.

III, 3) Está claro que nenhuma disciplina indutiva pode ser construída sem a exploração sistemática de material empírico próprio. A história moderna do desenvolvimento das ciências naturais mostra que o grande progresso da física, da química e da biologia se deve, em grande parte, ao crescente domínio sobre os fatos estudados em cada uma dessas disciplinas através de técnicas especiais e de noções exatas ou apropriadas à natureza dos fatos. Claude Bernard afirma, colhendo sua própria experiência de pesquisador: "O raciocínio será sempre justo quando ele se exercer sobre noções exatas e sobre fatos precisos" (29). Ora, várias circunstâncias conspiraram contra a rápida formação de "noções precisas" e de técnicas de observação apropriadas à natureza dos fenômenos investigados pela sociologia. Dentre elas, cumpre-nos mencionar as que dizem respeito ao que nos interessa aqui.

III, 4) Em primeiro lugar, a sociologia nasceu de uma transformação recente do próprio ponto de vista filosófico. A obra de um autor como Comte ilustra bem até que ponto a sociologia respondeu a problemas que a própria filosofia se apresentava. O esforço feito pelos autores modernos, para libertar a sociologia de hábitos de pensamento que não são inerentes ao método científico, ainda não chegou ao seu fim. Não são poucos, também, os autores que sucumbem a meio caminho, despojando-se de alguns desses hábitos e realizando sua obra graças à persistência ativa de outros (como o exemplificam as obras de Durkheim, Simmel, Tönnies e tantos outros). Ora, o respeito aos fatos só pode nascer do trato direto, contínuo e cotidiano com os fatos. Um pesquisador não pode ser improvisado; é preparado por um longo e penoso treinamento, que começa na escola mas nunca tem fim certo. Os homens que se formaram no período de transição da sociologia como disciplina especulativa para uma disciplina empírica, não tiveram êsse treinamento e precisaram abrir por conta própria o seu caminho. Daí a pouca importância que atribuíram à pesquisa original. Parecia-lhes que a sociologia achava o seu material todo

(29) *Introduction à l'Etude de la Médecine Expérimentale, op. cit., p. 43.*

êle pronto e acabado. A tarefa do sociólogo seria a do cientista que *interpreta*, e não a do cientista que *observa*. A fase de coleta de materiais pertenceria à geografia, à história, à etnografia, à estatística, à psicologia, etc. Donde a interessante anomalia, que se operou na história da pesquisa científica na sociologia: o desenvolvimento metodológico da sociologia, até mais ou menos trinta anos passados, se concentrou basicamente em torno dos problemas de explicação e na formação de conceitos. E o fato de as obras clássicas, até a década de 1920, aproximadamente, serem realizadas com material recolhido especialmente por etnólogos e historiadores (como atestam, por exemplo, as obras de Durkheim, Max Weber e Sombart). Até que ponto essa mentalidade se arraigou no espírito de alguns notáveis representantes da sociologia moderna o demonstram os dois exemplos seguintes: a) Tönnies, nos *Princípios de Sociologia*, livro publicado em 1931 (30), confina a exploração do método empírico-indutivo à sociografia e não dá nenhuma importância a técnicas sociológicas de coleta de dados. Ao contrário, aprecia o aproveitamento sociológico de observações feitas pela estatística, pelo folclore, pela geografia e pela antropologia, mostrando-se ainda convicto de que: "A sociografia deveria ser o ponto central de tais investigações e constituir uma só disciplina científica, unindo os métodos estatísticos com outros métodos de observação exequíveis" (31). b) Mannheim, em uma comunicação escrita para ser lida em 1936 (32), defende o ponto de vista de que as disciplinas particulares, que tratam do comportamento humano, não estão em condições de elaborar uma teoria completa, que fundamente suas próprias investigações. Passariam a depender da sociologia, única ciência que poderia construir uma teoria geral da sociedade consistente. Daí sua convicção: "Simplesmente coordenando os fatos já coligidos nós estamos atualmente em condições de construir uma teoria que contenha todo o conhecimento da natureza humana, em sua relação com as instituições sociais, que seja necessário para uma compreensão mais profunda da vida social" (33). Doutro lado, não compreendeu, nos devidos termos, a significação do moderno desenvolvimento

(30) Cf. página 355 e seguintes, da edição citada acima.

(31) *Idem*, página 359. Os métodos em questão seriam o "método folclórico", o "método geográfico", o "método etnográfico", etc.

(32) "The Place of Sociology", *Essays on Sociology and Social Psychology*, editado por P. Kecskemeti (Routledge & Kegan Paul, Londres, 1953), pp. 195-208.

(33) *Op. cit.*, p. 197.

empírico da sociologia nos Estados Unidos⁽³⁴⁾. Chega a escrever: "Em vista do crescente aumento do material de ciência, pode tornar-se ulteriormente perigoso acumular fatos sem escolha. A perda de domínio sobre o material nessa circunstância, tem-se tornado uma séria ameaça à ciência como tal"⁽³⁵⁾. A crítica, sob certos aspectos correta⁽³⁶⁾, obscurece outro ponto essencial, que o crescimento empírico é uma condição vital para a sociologia. Sem êle, esta nunca se tornará, realmente, uma ciência autônoma.

III, 5) Em segundo lugar, tanto na França quanto na Alemanha prevaleceu o ideal de calcar a explicação sociológica no modelo das ciências da natureza. Talvez fôsse esta uma contingência inevitável, pelo menos à medida em que dela dependia a transferência do aparato científico à interpretação da ação humana e da vida em sociedade. Contudo, produziu um efeito negativo. Orientou o esforço dos sociólogos para os terrenos em que um alto nível de abstração podia ser alcançado com maior rapidez ou levou-os a defender um padrão de elaboração interpretativa demasiado complexo para as possibilidades de uma disciplina nova como a sociologia. Essa influência também prejudicou a compreensão exata dos problemas mais elementares da sociologia: entre êles, o da coleta de material empírico por meios próprios. O que se procurou imitar não foram os passos iniciais do método científico nas ciências naturais, mas a sua forma de aplicação em uma etapa de desenvolvimento mais adiantada dessas ciências. Com isso, paradoxalmente, em vez de a importância do padrão de pesquisa científica das ciências constituídas servir como um guia preciso no trabalho de pesquisa direta dos próprios sociólogos, levou-os exatamente ao contrário: a evitar a observação direta como fonte regular de conhecimentos positivos da sociologia.

III, 6) Em terceiro lugar, os desenvolvimentos mais sólidos da sociologia não se influenciaram devidamente. Em particular, ocorreu algo que não tem paralelo no desenvolvimento

(34) Cf. "American Sociology", artigo transcrito no referido volume, pp. 185-194.

(35) *Idem*, p. 192.

(36) É preciso procurar estabelecer um padrão ou uma norma que oriente as pesquisas empíricas na sociologia; cf. R. K. Merton, *Social Theory and Social Structure* (The Free Press of Glencoe, Glencoe, Illinois, 1949), parte I.

das ciências físicas: estas "cresceram", por assim dizer, organicamente. Newton, por exemplo, fez com sua lei da gravitação universal uma síntese criadora de conhecimentos anteriores. Ora, os grandes grupos de ensino e de pesquisa da sociologia não se ignoraram em um sentido literal, mas também em nenhum deles surgiu um esforço construtivo, capaz de ir além dos limites da própria *doutrina*. Isso justifica o emprêgo do termo "escola" a vários desses grupos. O que foi lamentável, porém, é que surgiu pelo menos uma tendência de investigação que procurou transferir para a sociologia os hábitos de pesquisa dos cientistas experimentais. Referimo-nos ao grupo que se formou em torno de Le Play, que depois se dividiu em duas *escolas* (a da "Reforma Social" e a "Escola de Ciência Social"). Ambos os grupos ou *escolas* contribuíram para o conhecimento empírico de comunidades, grupos de trabalho e famílias operárias. Os procedimentos que empregavam estavam, naturalmente, sujeitos a várias críticas, com amplo e legítimo fundamento sociológico. Mas, é inegável, ofereciam uma contribuição positiva e um sólido ponto de partida empírico: orientar a sociologia para a observação direta e ensaiar a constituição de técnicas de investigação (de observação, de análise e de síntese), compatíveis com a natureza e a complexidade dos fenômenos investigados pela sociologia. Podemos tomar, em Descamps, uma série de amostras dos centros de interesse científico, em torno do qual gravitaram os sociógrafos e os sociólogos que se ligaram a uma ou a outra dessas "escolas". Assim, defendiam a coleta direta dos materiais submetidos à interpretação sociológica: "O ideal é que as observações sejam recolhidas pelo próprio sábio, quer dizer, pela pessoa que interpretará os fatos"⁽³⁷⁾. Outras normas, inspiradas no ideal de ciência empírico-indutiva, se incorporavam aos dois movimentos de pesquisa influenciados por Le Play e, mais tarde, por Tourville: "Em realidade, a aprendizagem da pesquisa é tão necessária quanto a aprendizagem do laboratório"⁽³⁸⁾. "O procedimento monográfico consiste em limitar as observações a um agrupamento particular"⁽³⁹⁾; a forte preocupação de evitar o uso de materiais

(37) P. Descamps, *La Sociologie Expérimentale* (Librairie Marcel Rivière, Paris, 1933), p. 20. Note-se que este livro representa o produto do aproveitamento de materiais de cursos de metodologia, dados pelo autor entre 1910-1914 e 1930-1933.

(38) *Idem*, p. 21.

(39) *Idem*, p. 22.

recolhidos no campo de outras disciplinas, ou de reduzir o seu aproveitamento ao indispensável⁽⁴⁰⁾; a tendência a operar sobre amostras, e não sobre a totalidade dos fatos brutos, e de escolhê-las entre os *tipos puros* do fenômeno investigado: "Existe evidentemente um certo número de famílias que representam o tipo puro e completo. Vós escolhereis simplesmente, entre aquelas, a que vos será possível abordar, pois é indiferente tomar uma ou outra". "Geralmente, o noviço acredita na grande importância das particularidades individuais, mas não é preciso ter praticado muito tempo a arte dos inquéritos para constatar que os fatos se repetem, com uma monotonia desesperante, nas diferentes famílias que correspondem às condições que nós acabamos de indicar"⁽⁴¹⁾; a intenção de descobrir um instrumento de análise uniforme; o interesse pelo estabelecimento de um quadro completo das repercussões sociais; o firme propósito de passar da descrição à teoria através da síntese dos resultados. Por isso, embora as orientações metodológicas, defendidas pelas duas "escolas", contivessem sérias imperfeições, está fora de dúvida que elas pretendiam corresponder à necessidade inicial de lançar, ainda que tôscamente, o sociólogo ao seu campo próprio de pesquisa, de pô-lo em contacto íntimo, direto e disciplinado com os fatos sociais. Doutra lado, é preciso ressaltar que as técnicas de observação recomendadas mantinham, em pontos essenciais, estreito parentesco com as preocupações interpretativas de sociólogos como Weber ou como Durkheim — como, por exemplo, a investigação de casos típicos para descobrir conexões causais e chegar a explicações generalizadoras. Todavia, nenhuma comunicação frutífera se estabeleceu entre as diversas correntes, que caracterizam o desenvolvimento da sociologia nos fins do século XIX e começos do século XX. A valorização da corrente empírico-indutiva, que defendia a elaboração interpretativa de dados sociológicos colhidos por meios de investigação próprios à sociologia ficou para os nossos dias. É mesmo, sob certos aspectos, um fenômeno americano. Talvez tenham surgido nos Estados Unidos condições materiais mais propícias à realização de pesquisas de campo, realmente muito custosas⁽⁴²⁾. De qualquer modo, é evidente que se

(40) *Idem*, p. 25.

(41) *Idem*, p. 28.

(42) Descamps se refere, continuamente, às influências restritivas e limitadoras da falta de dinheiro. R. E. D. Faris, ao contrário, menciona certas facilidades de financiamento de pesquisas sociológicas entre as condições que fa-

processou uma descontinuidade prejudicial na teoria da investigação sociológica, com um progresso notável nas elaborações metodológicas concernentes aos modos de interpretação e uma estagnação quase completa no que diz respeito a técnicas de investigação (de coleta e sistematização dos dados de fato).

III, 7) Por fim, o que Simiand chamou de "*a superstição do estudo da origem*" prejudicou, por sua vez, de forma sutil o encadeamento dos dois tipos de pesquisa — o de campo e o de reconstrução histórica — na sociologia. Na verdade, o encadeamento dos dois tipos de pesquisa dependia, naturalmente, da formação de uma perspectiva de interpretação que não se preocupasse somente com a explicação do passado ou com a descoberta de processos sociais recorrentes; mas, que procurasse lançar a investigação sociológica na explicação dos processos sociais que engendram o futuro, dentro das condições de vida do presente. Se esta perspectiva de interpretação tomasse consistência na teoria da ciência que estimulou os ideais de investigação dos sociólogos da primeira geração deste século, as pesquisas históricas seriam efetuadas a partir do *estado formado* dos fenômenos e se passaria progressivamente aos *estados anteriores e originários*, menos conhecidos documentalmente⁽⁴³⁾. Por aí se vê: se outro espírito animasse a pesquisa de fenômenos sociais de um ponto de vista genético, a orientação para a pesquisa de campo seria algo fatal! O conhecimento do presente, de forma direta, seria, por assim dizer, a pedra de toque de todo conhecimento sociológico relativo a qualquer sociedade existente e o primeiro passo a ser dado nas pesquisas de sua evolução. Cumpre notar, porém, que a própria filosofia da ciência, que dominou inteiramente os ideais de explicação científica durante o século XIX, não favorecia semelhante desenvolvimento. Muitos físicos modernos salientam que a concepção newtoniana de explicação científica conduz à tendência de interpretar o presente pelo passado, o que pressupõe uma noção de processo pouco adequada aos fenômenos sociais.

voreceram o desenvolvimento do trabalho de campo depois da década de 20 nos Estados Unidos — cf. "La Sociologie Américaine", in G. Gurvitch e W. E. Moore, *La Sociologie au XXe. Siècle* (Presses Universitaires de France, Paris, 1947), vol. II, cap. XVIII.

(43) Cf. Simiand, *Le Salaire, l'Évolution Sociale et la Monnaie*, vol. II, p. 577 e seguintes. Note-se: Simiand não tira essas conclusões de sua crítica, mas elas são certamente legítimas.

III, 8) Enfim, pode-se concluir do que expusemos: a condição essencial para construir a sociologia como ciência empírica independente consiste em acentuar seu caráter de ciência de observação. Há ciências que estão confinadas a esta condição; as demais, mesmo as que alcançaram complicado desenvolvimento experimental e um alto nível de abstração, passaram por esta fase. Seria estranho que se pretendesse que a sociologia pudera escapar dessa regra, pois sem acumulação sistemática de dados e das explicações correspondentes não é possível constituir nenhuma ciência. Mas, a observação das sociedades humanas apresenta peculiaridades. Ela implica que se investigue o presente e o passado. Os conhecimentos obtidos devem permitir alguma espécie de previsão, que não diga apenas respeito aos processos sociais recorrentes, mas também aos processos sociais de mudança. O progresso empírico-indutivo da sociologia depende, portanto, da capacidade dos sociólogos em refinar as técnicas de observação que permitam o conhecimento das situações de vida contemporâneas e as técnicas de reconstrução de situações de vida desaparecidas. Em suma, ele depende de nossa habilidade em procurar reunir "fatos precisos". Sem estes, nenhuma ciência positiva é possível. Ora, apesar das opiniões pessimistas de Mannheim, muitas das técnicas elaboradas nos últimos trinta anos pelos sociólogos norte-americanos (no que concerne à pesquisa de campo), e as técnicas de crítica de documentos, elaboradas pelos arqueólogos, historiadores, linguistas e etnólogos (no que tange à pesquisa de reconstrução histórica), permitem alcançar, no presente, um grau de precisão a que não podiam aspirar os sociólogos pioneiros. À medida que progredimos nessa direção, garantimos outra espécie de progresso: o dos princípios formais, de que dependem a validade de um raciocínio; ou o dos fundamentos materiais da legitimidade de uma conclusão. É com base nos dados empíricos que se poderá introduzir maior uniformidade nas teorias sociológicas. Lidando com "fatos precisos", os sociólogos acabarão facilitando a verificação material da legitimidade de suas afirmações e contribuirão para criar o clima de confiança intelectual de que necessitam, mas que constitui o fruto sazonado da prática estrita dos padrões de trabalho científico.

III, 9) A outra condição fundamental do pensamento indutivo diz respeito às possibilidades puramente intelectuais de

ajustamento do investigador aos dados empíricos. Como vimos, a sociologia não progrediu muito, por causa das condições adversas apontadas, no sentido de assegurar uma uniformidade mínima entre os sociólogos na definição de objetivos puramente empírico-indutivos. As consequências desse fato se refletem tanto na esfera da terminologia, quanto no terreno das preocupações teóricas dominantes. É conhecido o estado atual da sociologia em ambas as direções. Contudo, as perspectivas presentes são menos sombrias que as do passado. À medida que aumenta a tendência para a elaboração própria de materiais sociológicos, cresce tanto a preferência pelo emprêgo mais rigoroso dos conceitos básicos, quanto a tendência por explicações teóricamente adequadas aos fatos analisados e só a eles. No que se refere ao primeiro tema, é patente o esforço para transformar os conceitos em instrumentos de investigação, de livrá-los das antigas manipulações em que se apresentavam com o caráter de "entidades" (cf. por exemplo em Tönnies), e em definir o valor propriamente heurístico dos vocábulos sociológicos. No que diz respeito ao segundo tema, torna-se cada vez mais nítida a tendência dos sociólogos mais jovens de concentrar suas investigações na busca de explicações que *valem* para grupos bem determinados de fenômenos e que poderão servir, não obstante, seja para a verificação de teorias anteriores, seja para o alargamento do *corpus teórico* da sociologia. Nesse sentido, pois, não serão as "noções exatas" que nos levarão gradualmente aos "fatos precisos". Mas, inversamente, a precisão alcançada na investigação direta dos dados de fato é que nos conduzirá a noções mais exatas e nos permitirá completar a transformação, em pleno processo, da sociologia em uma ciência indutiva independente.

III, 10) Os aspectos lógicos do problema aqui debatido serão examinados adiante, de acordo com as conveniências da exposição.

CAPÍTULO IV

As Soluções Fundamentais dos Problemas da Indução na Sociologia: 1) E. Durkheim

IV, 1) Nesta e nas duas exposições seguintes trataremos da contribuição dos autores cuja obra tem maior significação do ponto de vista da explicação sociológica. A escolha de Durkheim, Weber e Marx resultou da importância de cada um deles na constituição das principais orientações da teoria da investigação sociológica. Doutro lado, lamentamos não poder discutir tais orientações em bloco. O esforço desses autores foi seguido de novas contribuições de discípulos, de continuadores, ou de especialistas interessados em problemas semelhantes aos que eles resolveram. Se tivermos alguma oportunidade, no futuro, completaremos as análises que serão feitas aqui. Ahamos ainda que seria conveniente explorar extensamente a nossa faculdade de manipulação e citação de textos dos autores escolhidos. Os comentários que fizermos é que indicarão a nossa contribuição pessoal e que situarão as soluções propostas por esses autores em face do estado atual dos problemas da indução na sociologia.

IV, 2) Émile Durkheim é o principal representante, na sociologia moderna, da orientação empírico-indutiva na sociologia. Seus pensamentos, em matéria de método científico, sofrem a influência de leituras acuradas de Bacon (citado por ele com frequência), dos demais filósofos empiricistas ingleses e, principalmente, de Stuart Mill, o grande sistematizador da lógica indutiva no século passado. Essas influências são *corrigidas* pela não menos poderosa sedução que Descartes exerceu sobre seu pensamento. Poderíamos dizer, de Durkheim, que confiava na razão dentro dos limites da experiência e que acreditava na experiência segundo as regras da razão. Daí

sua concepção da explicação científica, fundamentalmente empírico-indutiva, mas igualmente aberta às influências do empiricismo e do racionalismo. É verdade que nas *Regras*, repudia toda ligação com as correntes filosóficas tradicionais (44). Todavia, se sua obra possui alguma originalidade mais forte, que transcende, inclusive, os limites da teoria da investigação sociológica, isso se deve ao fato de ter sabido encontrar uma solução própria às questões contraditórias que se punham inevitavelmente no campo da filosofia das ciências.

IV, 3) Em seu espírito e em seus fundamentos, o "método" propugnado por Durkheim representa uma reação profunda contra as sugestões metodológicas de A. Comte (45). Embora tenha aproveitado largamente várias contribuições essenciais de Comte (idéias gerais sobre a importância da indução na investigação científica e sobre o papel auxiliar das hipóteses; e certas noções bem definidas de sua teoria da investigação sociológica: em particular, que a sociologia devia ser uma ciência indutiva; que podia praticar em seu terreno de pesquisa a "experimentação indireta", além da "observação pura"; os artifícios da distinção entre o normal e o patológico; a relevância atribuída ao método comparativo e à análise causal de uniformidades de seqüência), Durkheim procurou superar, de forma coerente com os princípios da investigação indutiva, a *circularidade* racionalista do encadeamento entre teoria e observação, inerente à concepção comtiana de explicação sociológica. De fato, Auguste Comte compreendeu muito bem que a sociologia devia ser construída com base na "observação pura" (46). Mas, em sua reação contra a acumulação puramente empírica de fatos, defendia a orientação segundo a qual "de um ponto de vista verdadeiramente científico" só seria possível lidar com dados que pelo menos se ligassem hipoteticamente a alguma lei (47). Assim, afirma: "Dada a excessiva complicação de tais fenômenos, sua observação estática não poderá tornar-se verdadeiramente eficaz senão quando encaminhada para o futuro segundo um conhecimento, pelo menos esboçado, das leis essenciais da solidariedade social; e isso é ainda

(44) Cf. *Les Règles de la Méthode Sociologique* (10.ª edição, Paris, Les Presses Universitaires de France, Paris 1947), 1.ª edição, 1895.

(45) Cf. especialmente: *Cours de Philosophie Positive* (Edição idêntica à primeira, aparecida em começos de julho de 1830, Schleicher Frères, Editeurs, Paris, 1908), vol. IV, especialmente p. 215 e seguintes.

(46) *Idem*, cf. vol. IV, p. 216.

(47) *Idem*, vol. IV, pp. 219-220.

mais evidente com referência aos fatos dinâmicos, que não possuem nenhum sentido constante se não forem primeiro ligados, mesmo que por uma simples hipótese provisória, às leis fundamentais do desenvolvimento social" (48). Mau grado o que tenha de correto ainda hoje, semelhante formulação do problema constituía uma condenação à própria possibilidade de uma sociologia indutiva. Pois, no fundo, equivalia a uma negação do recurso criador à indução, em nome mesmo de um método de indução sociológica legítimo... A circularidade consistia, pois, em exigir uma teoria para observar os fatos, quando a própria teoria deveria resultar da observação dos fatos. Durkheim deslocou o problema para um terreno estritamente formal, único em que êle poderia ser estabelecido em uma ciência em plena formação. Uma observação bem feita em geral deve muito a uma teoria constituída, mas ela não é o produto necessário dos conhecimentos já obtidos. Ao contrário, representa a via inevitável para a consecução destes. Daí a conclusão lógica: os sociólogos se beneficiarão das teorias à medida que a investigação sociológica progredir. Até lá, e mesmo depois, precisam saber proceder a descrições exatas, a observações bem feitas e, em particular, devem aprender a extrair da complexa realidade social os fatos que interessam precisamente à sociologia. Para atingir êsses fins, não necessitam de uma teoria sociológica, propriamente falando. Mas de uma espécie de teoria da investigação sociológica, o que é outra coisa e presumivelmente algo exequível e legítimo. Nesse sentido (e não em um plano substantivo), é que a sociologia poderia aproveitar a lição e a experiência das ciências mais maduras: transferindo para o seu campo o procedimento científico usado nas ciências empírico-indutivas, de observação ou experimentais. Isso seria fácil, desde que a ambição inicial se restringisse à formulação de um conjunto de regras simples e precisas, aplicáveis à investigação sociológica dos fenômenos sociais.

IV, 4) Do que foi exposto conclui-se que Durkheim se propôs a tarefa de realizar uma teoria da investigação sociológica. De fato, êle empreendeu tal tarefa. E foi o primeiro sociólogo que conseguiu atingir semelhante objetivo, em condições difíceis e com um êxito que só pode ser contestado quando se toma uma posição diferente em face das condições,

(48) *Idem*, vol. IV, p. 221; consulte-se, também p. 223.

limites e ideais de explicação científica na sociologia. Sem busar de analogias: realizou o empreendimento que Stuart Mill se colocou no VI Livro do *System of Logic*, mas dentro do espírito dos Livros III e IV, o que aquêle não conseguiu. A nós não interessa, naturalmente, tudo que Durkheim pretendeu alcançar com seu novo "método". Temos que nos haver somente com a parte de sua contribuição metodológica que se liga, direta ou indiretamente, com a fundamentação da explicação indutiva na sociologia.

IV, 5) A concepção fundamental de ciência, de Durkheim, é realista, no sentido de defender o princípio segundo o qual nenhuma ciência é possível sem a definição de um objeto próprio e independente. "Uma disciplina não merece o nome de ciência senão quando ela possui um objeto determinado para explorar. A ciência, com efeito, se ocupa de coisas, de realidades; se ela não tem um dado para descrever e para interpretar, ela repousa sobre o vácuo; nada existe que ela possa propor-se além da descrição e da interpretação do real" (49). De acôrdo com semelhante noção empírico-sensualista da explicação científica, todo o aparato científico-natural deve ser construído com base nos dados que constituem o objeto da investigação científica. Os ideais da investigação científica, que são dados inevitavelmente *a priori*, em um momento em que a ciência se acha plenamente constituída, só devem servir como normas de conduta na prática científica. Os conceitos, os axiomas, postulados e princípios, o próprio ponto de vista de uma ciência particular, devem ser escrupulosamente construídos com base nos dados que constituem seu objeto. Se por acaso um postulado fôr admitido *a priori*, como, por exemplo, a hipótese do determinismo, transferida de uma ciência a outra, então será preciso verificar se é compatível com a natureza da realidade que constitui o objeto da disciplina particular em que fôr aplicado e se é confirmado pelos resultados iniciais das investigações nela empreendidas. A importância prática das normas fornecidas pelo procedimento científico consiste em impedir que o investigador oriente suas pesquisas em um sentido inadequado (como: acumulação desnecessária

(49) "La Contribution de Montesquieu à la Constitution de la Science Sociale", tradução da tese latina de E. Durkheim, (publicada em 1892), por Armand Joseph Cuvillier; in Emile Durkheim, *Montesquieu et Rousseau Precurseurs de la Sociologie*, Nota Introdutória de Georges Davy (Librairie Marcel Rivière, Paris, 1953), p. 29.

de dados; aceitação precipitada de interpretações não verificadas ou de generalizações sem consistência empírica). Elas são, portanto, meros guias. Não devem transformar-se em uma nova espécie de *ídola* (no sentido baconiano), nem orientar o cientista, impreviavelmente, como se dependessem de uma impulsão intelectual do tipo da que é inerente à "análise ideológica".

IV, 6) A determinação dêsse campo da realidade, que poderia constituir o objeto da sociologia, é feita por Durkheim no capítulo I das *Règles*. Ela não nos interessa no momento. Por enquanto, só nos compete admitir que Durkheim aceitou como certa e logicamente fundada a possibilidade de reconhecer que uma parte do mundo exterior apresenta um conjunto de caracteres tais que torna possível e necessária uma disciplina autônoma, a sociologia.

IV, 7) Tendo em vista o objeto de nossa discussão, o primeiro tema que se impõe é o de verificar como resolveu os problemas relativos ao ajustamento do pesquisador aos dados da sociologia (os fatos sociais). Uma boa parte das *Règles* é consagrada a este tema. Em primeiro lugar, Durkheim procurou definir claramente as normas que poderiam garantir uma atitude realmente científica diante desses dados. Essa preocupação levou-o a formular: 1.º) a regra que considera fundamental — "considerar os fatos sociais como coisas" e "tratá-los como coisas" (50); "Precisamos, portanto, considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os representam; é preciso estudá-lo de fora, como coisas exteriores; porque é nessa qualidade que eles se nos apresentam" (51); 2.º) o primeiro corolário dessa regra: "É preciso afastar sistematicamente tôdas as prenoções" (52). Como afirma, então, "o sentimento é objeto de ciência, não o critério da verdade científica".

Em segundo lugar, Durkheim tentou tornar explícitas as normas que permitiriam alcançar uma uniformidade fundamental na descrição dos dados sociológicos (através da obje-

(50) Cf. *Les Règles de la Méthode Sociologique*, cap. II, "Regras Relativas à observação dos Fatos Sociais", pp. 15-31.

(51) Cf. p. 28. Não obstante, ressalta sempre a natureza psíquica dessa realidade: veja-se especialmente, "Représentations Individuelles et Représentations Collectives", cap. I, in *Émile Durkheim, Sociologie et Philosophie* (nova edição, Presses Universitaires de France, Paris, 1951).

(52) Cf. *Les Règles*, pp. 31-34.

tividade do sujeito): 1.º) a regra que recomenda que se tome uma definição inicial objetiva dos fenômenos a estudar; isto é, "que ela exprima os fenômenos em função, não de uma idéia do espírito, mas de propriedades que lhes são inerentes. É preciso que ela os caracterize por um elemento integrante de sua natureza, não por sua conformidade a uma noção mais ou menos ideal" (53). Essa é uma rejeição decidida de todo elemento *a priori* na sociologia. Durkheim aceita suas conseqüências no momento em que a sociologia encetava os seus passos: quando um gênero de investigações se inicia e os fatos não estão elaborados, os únicos caracteres imediatamente acessíveis seriam os exteriores. A exploração sistemática de caracteres mais profundos, dotados de maior valor explicativo, não pode ser realizada nessa fase da ciência — a menos que "se substitua a realidade por qualquer concepção do espírito" (54). Daí a regra: "Não tomar jamais como objeto de pesquisas senão um grupo de fenômenos, anteriormente definidos por certos caracteres exteriores que lhes são comuns e compreender na mesma pesquisa todos os que correspondam a essa definição" (55). A regra que recomenda uma espécie de domínio racional do sujeito sobre suas sensações do mundo exterior, de maneira a eliminar (assim pensava Durkheim), os dados sensíveis demasiado pessoais (forma em que procurou reagir contra os efeitos da "equação pessoal"). O objetivo de semelhante regra é evidente; consistia em preparar o sociólogo para reter, somente, os dados que apresentassem suficiente grau de objetividade. Em suma, não se trata apenas de definir os fenômenos sociais pelos caracteres exteriores recolhidos; mas, ainda, de verificar se eles são essenciais para o fenômeno, se são caracteres capazes de fornecer um ponto de referência constante e idêntico. "Quando, pois, o sociólogo tenta explorar uma ordem qualquer de fatos sociais, êle deve esforçar-se por considerá-los de um lado em que eles se apresentem isolados de suas manifestações individuais" (56). Por fim, na força ou no vigor com que procurou caracterizar a importância relativa da observação como um dos elementos fundamentais da explicação sociológica. "A primeira tarefa da ciência é de descrever, tais como são, as realidades de que

(53) *Idem*, pp. 34-35.

(54) *Idem*, p. 35.

(55) *Loc. cit.*

(56) Cf. *Les Règles*, pp. 43-46, citação extraída da p. 45.

manifestações
e todas

ela trata. Mas, se essas realidades diferirem entre si a ponto de não constituírem um tipo, nenhuma descrição poderá ser tentada pela via racional. Elas deverão, com efeito, ser consideradas e definidas uma a uma, cada uma em separado. Ora, todo caso individual compreende uma infinidade de propriedades, entre as quais nenhuma escolha pode ser feita: não se pode descrever o que é infinito. Não resta senão tratá-las à maneira dos poetas e dos literatos, que retratam, sem método nem processo racional, as coisas como elas lhes parecem ser. Ao contrário, se elas podem ser ligadas a tipos, elas apresentam alguma coisa que pode ser verdadeiramente definida e é o que constitui a natureza dos tipos. Pois os caracteres comuns a todos os indivíduos do mesmo tipo são em número finito e permitem conhecer a sua essência: é bastante portanto superpo-los uns aos outros e notar em que eles concordam. Em uma palavra, a ciência não pode descrever os indivíduos, mas somente os tipos" (57). O texto citado contém explicações que são essenciais para a boa compreensão do pensamento de Durkheim sobre a indução sociológica. A inferência indutiva é logicamente possível porque ela constitui uma condição mesma da realidade empírica — na sociologia como nas demais *ciências da natureza*. Assim, quando o sociólogo procura definir um grupo de fenômenos por seus caracteres exteriores, que lhes são comuns, e faz isso de modo a evitar considerá-los à luz de suas manifestações individuais, êle procede de modo a atender "à natureza das coisas" [sociais] (58). Não é seu espírito que impõe uma ordem aos fatos; o investigador apenas a descobre: onde, quando e como ela existe. Em conseqüência, Durkheim condena tôda tentativa de "sociologia construtiva" — a qual merecia, na época, a decidida preferência dos sociólogos alemães — e por causa disso é forçado a fazer todo o edifício da sociologia repousar, de maneira completa, na investigação indutiva. "Visto que é pela sensação que o exterior das coisas nos é dado, pode-se certamente dizer, em resumo: a ciência, para ser objetiva, deve partir, não de conceitos que são formados sem ela, mas da sensação. É aos dados sensíveis que ela deve tomar, diretamente, os elementos de suas definições iniciais. Com efeito, basta se

(57) "La Contribution de Montesquieu à la Constitution de la Science Sociale", pp. 35-36. Aqui nos interessamos pelos fundamentos da descrição sociológica. Adiante, voltaremos a outros aspectos do problema da constituição dos tipos médios, segundo as concepções de Durkheim.

(58) Cf. *Les Règles*, p. 36.

representar em que consiste a obra da ciência para compreender que ela não pode proceder de outra maneira. Ela tem necessidade de conceitos que exprimam adequadamente as coisas como elas são, não como é útil à prática concebê-las" (59).

IV, 8) De acôrdo com o objeto de nossa exposição, o segundo tema diz respeito à construção da inferência indutiva na sociologia. As regras anteriores têm por fim garantir um conjunto de condições intelectuais, capaz de assegurar à sociologia dados descritos com objetividade, uniformidade e exatidão. Esta outra parte ocupa a maior extensão das *Règles*, mas teremos que concentrar nossa atenção nos pontos mais importantes.

1) *A indução na sociologia*: O que vimos até agora é suficiente para ilustrar dentro de que limites a sociologia era vista por Durkheim como uma ciência indutiva independente. Como escreve: "Não existe outro meio para descobrir as leis da natureza senão estudando atentamente a própria natureza" (60). As ciências sociais deveriam portanto estudar os fenômenos sociais através do método experimental. Assim, o método mais importante para elas seria o indutivo. "A dedução, mesmo na arte, não nos permite obter senão simples hipóteses. Pela força exclusiva da razão nenhuma pessoa pode estabelecer a utilidade de um preceito, se não tiver pôsto esta utilidade à prova da experiência" (61). Por isso, na ciência, "a dedução não deve necessariamente ocupar senão o segundo lugar, pelo menos desde que se trate de realidades, e não de noções abstratas como nas matemáticas" (62). Nas *Règles*, quando trata da ministração da prova, indica como a sociologia pode explorar frutiferamente, através do método das variações concomitantes, o pensamento dedutivo (63). Portanto, a utilidade do raciocínio dedutivo, como meio de formação de hipóteses, é pôsto em relêvo por Durkheim.

2) *A técnica da inferência indutiva na sociologia*: Durkheim não procura definir em que sentido emprega o termo "indução". Pelo contexto de seus trabalhos, presume-se que

(59) *Idem*, p. 43.

(60) "La Contribution de Montesquieu...", p. 96.

(61) *Idem*, p. 96.

(62) *Loc. cit.*

(63) *Les Règles*, pp. 130-134.

emprega esse termo em um sentido paralelo ao de Stuart Mill (64): "Indução, portanto, é aquela operação do espírito pela qual nós inferimos que o que conhecemos como verdadeiro em um ou mais casos particulares, deve ser verdadeiro em todos os casos que se assemelham aos anteriores em certos aspectos assinaláveis. Em outras palavras, indução é o processo pelo qual nós concluímos que o que é verdadeiro para certos indivíduos de uma classe é verdadeiro para toda a classe, ou o que é verdadeiro para certas épocas deve ser verdadeiro, em circunstâncias similares, para todas as épocas" (65). Znaniecki critica Durkheim por ter, presumivelmente, recorrido à indução enumerativa. Segundo nos parece, porém, em suas obras, com exceção das descrições propriamente ditas, o termo indução é sempre empregado em um dos sentidos da ciência moderna (*indução amplificadora*) e a técnica de inferência consiste, coerentemente, em passar do "mais particular" ao "mais geral". Lê-se em suas obras, com frequência: "introduzir uma lei"; "caracterizar tipos", etc. Doutra lado, sua manipulação da interpretação causal e da interpretação funcional se orienta nesse sentido, da generalização com base na experiência.

Aqui consideraremos somente três aspectos da contribuição de Durkheim:

a) *A seleção da base empírica*: Deve-se mencionar que Durkheim não se preocupava com a estratégia científica no sentido da moderna investigação sociológica. O tipo e material a ser usados pareciam-lhe depender da natureza dos problemas investigados. Atualmente, habituamo-nos a uma espécie de reação *ad hoc* às perspectivas teóricas de certas modalidades de documentação. Na orientação científica de Durkheim, porém, essa reação seria inadmissível. O recurso à documentação histórica, etnográfica, estatística e das ciências sociais particulares dependeria, na abordagem durkheimiana, dos tipos de regularidade com que os sociólogos precisassem lidar em suas investigações. A outra questão importante diz respeito à relação entre a consistência da base empírica explorada e a legitimidade da inferência indutiva estabelecida. Esta relação é definida por Durkheim com grande flexibilidade. Graças

(64) Cf. *A System of Logic*, livro III, cap. II, § 1 (na edição utilizada, de Longmans, Green and Co., Londres, 1947), p. 188.

(65) Cf. também, livro III, cap. III, § 1.

às peculiaridades da observação sociológica dos fenômenos sociais, o sociólogo manipula dados duplamente selecionados, quer quanto aos caracteres exteriores comuns, quer quanto ao seu caráter essencial, como fenômeno propriamente *sociológico* (conforme as regras apontadas acima). Não só dizem respeito ao que é típico, com referência à caracterização sociológica dos fenômenos, mas ainda ao que é permanente ou necessário à própria realidade social. Daí decorre que nem sempre é preciso operar com grandes massas de dados, para se estabelecer uma inferência sociológica legítima. O principal mérito das regras de Durkheim está em concentrar a observação no que é essencial, em escolher o caminho da "observação completa" contra a orientação anterior das "observações superficiais". A inútil acumulação de dados, para estabelecer uma inferência ou para comprovar uma conclusão bem fundada, parecia-lhe o pior dos defeitos de uma análise qualquer. Assim, ao tratar da constituição dos tipos sociais, critica severamente a orientação que pretende classificar os tipos sociais com base na análise monográfica dos casos individuais de cada tipo. Se fôssemos esperar possuímos uma monografia tão completa e exata quanto possível de cada sociedade para empreendermos depois sua classificação, nós nunca conseguiríamos atingir esse objetivo na sociologia (66). "É inexato, com efeito, que a ciência não possa instituir leis senão após ter passado em revista todos os fatos que elas exprimem, nem formar gêneros senão depois de ter descrito, em sua totalidade, os indivíduos que eles compreendem. O verdadeiro método experimental tende, antes, a substituir os fatos vulgares, que não são demonstrativos senão sob a condição de serem muito numerosos e que, portanto, só permitem conclusões sempre suspeitas, pelos fatos decisivos ou cruciais, como dizia Bacon, os quais, por si próprios e independentemente de seu número, possuem um valor e um interesse científicos" (67). Para constituir os "gêneros" e as "espécies", somente a utilização dos dados significativos sociologicamente é que poderia conduzir a resultados positivos. Seria um problema insolúvel proceder ao inventário de todos os caracteres de cada caso isoladamente. Assim, o método experimental oferece ao investigador a possibilidade de pôr de lado esta orientação, para operar exclusivamente com um pequeno número de caracteres,

(66) Cf. *Les Règles*, pp. 58-81.

(67) *Idem*, p. 79.

cuidadosamente escolhidos ou, em outras palavras, essenciais para a caracterização sociológica dos fenômenos (68). “Mesmo, em diversos casos, será bastante uma observação bem feita, tal como, freqüentemente, uma experiência bem conduzida é suficiente para o estabelecimento de uma lei” (69). Quanto ao nível de abstração de uma inferência assim estabelecida, Durkheim admitia, teoricamente, que ela tanto podia dizer respeito a uma sociedade particular, quanto a várias sociedades de uma mesma espécie ou a várias espécies sociais distintas. No último caso, a generalização deveria repousar em comparações escrupulosas (70). Contudo, atribuía uma grande generalidade a certas explicações. Uma lei sociológica, como a relativa à divisão do trabalho social [“*A divisão do trabalho varia em razão direta ao volume e à densidade das sociedades, e, se ela progride de maneira contínua no transcurso do desenvolvimento social, é que as sociedades se tornam, regularmente mais densas, e, com freqüência, mais volumosas*” (71)] foi formulada com base na elaboração de casos típicos e através do método comparativo. Durkheim obtinha, assim, a eliminação da perspectiva temporal oferecida pela simples seqüência histórica e passava a manipular, interpretativamente, fatos referentes a *tipos médios*, fatos êses sociologicamente significativos para tôdas as sociedades particulares que tendessem, em alguns pontos essenciais, para um tipo estrutural e organizatório determinado (adiante teremos de voltar a esta questão). Daí a possibilidade de aplicar uma explicação assim conseguida, como a da divisão do trabalho social, a situações sociais bastante diversas, vistas isoladamente ou em termos de sua localização temporal (como pensava Durkheim: explicações válidas para o presente, tanto quanto para o passado e para o futuro, nas condições em que os fenômenos fôssem considerados). Certas explicações, referentes a mecanismos sociais elementares, eram, porém, estendidas muito além da base empírica imediata. Neste ponto, é preciso considerar que Durkheim foi muito criticado, mas sua opinião tinha um fundamento, aliás explorado em escala muito mais arbitrária pelos sociólogos que se especializaram na investigação sistemática

(68) *Idem*, p. 80.

(69) *Loc. cit.*; cf., ainda, pp. 132-134.

(70) *Les Règles*, pp. 134-138.

(71) Cf. *De la Division du Travail Social* (2.^a edição, Félix Alcan, Paris, 1902), p. 244; grifado no texto.

dos processos sociais. Em *Les Formes Elementaires de la Vie Religieuse* essa idéia foi conduzida a seus extremos, pois Durkheim admitiu como legítima a generalização de conhecimentos relativos a um tipo de sistema social além dos limites do tipo considerado (como, por exemplo: determinar a natureza dos ritos através da análise de dados concernentes às sociedades australianas) (72).

b) *A formação da inferência indutiva*: Aqui entramos no terreno da interpretação propriamente dita. Para Durkheim, a observação constituía o degrau mais baixo da ciência: “esta não se conclui senão pela interpretação das coisas” (73). A interpretação é que irá mostrar a “ordem” existente entre os fenômenos, como êles se ligam entre si e como se determinam mutuamente, as tendências e as regularidades que se dão de fato. A êsse problema é dedicado todo o capítulo V das *Règles* (cf. também *De la Division*, livro segundo: “As Causas e as Condições da Divisão do Trabalho”). Sua recomendação básica consiste em aconselhar uma dupla pesquisa: uma das causas, outra das funções (74). “Quando, pois, se pretende explicar um fenômeno social, é preciso pesquisar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que êle desempenha” (75). Essa dupla pesquisa é necessária para que se chegue a uma explicação completa do fenômeno. Em ambos os casos, a explicação toma por objeto as relações de causalidade — seja ligando o fenômeno à sua causa, seja ligando a causa a seus *efeitos úteis*. Daí duas regras: “*A causa determinante de um fato social deve ser procurada nos fatos sociais antecedentes e não nos estados de consciência individual*”. “*A função de um fato social deve sempre ser procurada na relação que êle mantém com qualquer fim social*” (76). Ambas as regras traduzem, em dois níveis interpretativos diversos, a hipótese fundamental de Durkheim do meio social como fator determinante (77), fundamento da aplicação do princípio da causalidade na explicação sociológica.

(72) Veja-se, a êsse respeito, a crítica de C. Lévi-Strauss, in “La Sociologie Française”, in G. Gurvitch e W. E. Moore, *La Sociologie au XXe. Siècle, op. cit.*, vol. II, p. 524 e seguintes.

(73) “La Contribution de Montesquieu...”, p. 37.

(74) Cf. *Les Règles*, p. 91 e seguintes.

(75) *Idem*, p. 95.

(76) *Les Règles*, p. 109.

(77) *Idem*, pp. 111 e 115-116.

c) *A verificação da inferência indutiva:* A sociologia não dispõe dos meios para uma experimentação propriamente dita. Por isso, é obrigada a apelar para uma experimentação indireta, através dos recursos que lhe são proporcionados pela comparação. "Nós não possuímos outro meio para demonstrar que um fenômeno é causa de outro, que o de comparar os casos em que eles estão simultaneamente presentes ou ausentes e de pesquisar se as variações que eles apresentam, nessas diferentes combinações de circunstâncias, indicam que um depende do outro" (78). Certamente, o que caracteriza a inferência indutiva é a necessidade de estabelecer a verdade material das premissas (79). Durkheim viu no método das variações concomitantes o meio adequado para a ministração da prova, em diferentes alternativas de comparação dos fenômenos e dos resultados das interpretações. Talvez seja esse o ponto mais fraco de sua teoria da investigação sociológica.

3) *Os fundamentos da indução sociológica:* Este problema também é resolvido através da influência de Comte e de Mill. De fato, Durkheim salienta que a ordem existente nas relações humanas em sociedade é compatível com o princípio do determinismo universal. Aliás, a maioria dos cientistas e dos lógicos indutivos do século passado admitia que esse princípio constituía o próprio fundamento da indução. Como argumentavam, sem ele nada poderia justificar a convicção de que aquilo que é verdadeiro para alguns casos, o seja para uma totalidade de casos; ou que aquilo que é verdadeiro para uma época, o seja para diversas épocas, que apresentem certas condições em comum. Durkheim reciocinava da mesma forma. "Interpretar as coisas, não é mais do que dispor as idéias que nós possuímos, segundo uma ordem determinada, que deve ser a mesma que a das coisas. O que pressupõe que, nas próprias coisas, essa ordem exista, isto é, que se descubram séries contínuas, cujos elementos estejam ligados entre si de tal maneira que um efeito sempre resulte da mesma causa e não possa provir de outra. Que se suponha, ao contrário, destruída a necessidade desse liame causal, os efeitos poderiam se produzir sem causa ou em seguida a uma causa qualquer, tudo se tornaria apenas caprichoso e fortuito; ora,

(78) *Idem*, p. 124.

(79) Cf. M. R. Cohen e E. Nagel, *An Introduction to Logic and Scientific Method* (Harcourt, Brace, Nova York, 1934), p. 278.

o que é caprichoso não é susceptível de interpretação" (80). A idéia fundamental das *Règles* consiste em que há entre os fenômenos sociais uma ordem própria, uma ordem sujeita ao princípio do determinismo, isto é, uma ordem causal. Tratava-se de uma extensão do princípio do determinismo, pois nenhum sociólogo poderia afirmar, convictamente, ter verificado a sua vigência em tôdas as formas possíveis de existência social. Por isso, Durkheim toma uma posição que é ao mesmo tempo decidida mas cuidadosa: "Tudo que ela [a sociologia] exige que se lhe conceda, é que o princípio de causalidade seja aplicado aos fenômenos sociais. Ainda que este princípio seja admitido por ela, não como uma necessidade racional, mas somente como um postulado empírico, produto de uma indução legítima" (81). A experiência, portanto, levaria ao sociólogo a convicção da necessidade empírica de estender o princípio do determinismo à explicação sociológica. Se essa convicção se comprovasse de fato, os resultados da aplicação do princípio de causalidade à interpretação dos fenômenos sociais tenderiam a confirmar a legitimidade da transformação daquele princípio em postulado da investigação sociológica. Durkheim mostrava-se plenamente convencido de que isso ocorria com relação aos resultados iniciais da sociologia (82).

1-Durkheim foi importante pra a soc ser sci
2-Oa metodologia estabelecida p Durk
timo q acutal quase tudo, princi-
pal a de metodo comparativa.
Durkheim falhou na colocação da
socies qo 1 entidade superior aos
Durkheim n conseguiu se libertar do
determinismo.

(80) "La Contribution de Montesquieu..." pp. 37-38.

(81) *Les Règles*, p. 139.

(82) Cf., especialmente, *Les Règles*, pp. 139-140.

CAPÍTULO V

As Soluções Fundamentais dos Problemas da Indução na Sociologia: 2) M. Weber

V, 1) A tarefa de esclarecer a situação da sociologia em face das teorias da explicação científica é mais fácil quando se trata do desenvolvimento de nossa disciplina na França, que na Alemanha. Isso por várias razões. Uma delas, a mais evidente, consiste em que, nos fins do século XIX e nos começos do século XX, a sociologia já se achava mais emancipada da filosofia na França que na Alemanha. A predominância da concepção empírico-positivista de filosofia natural entre os sábios franceses facilitou enormemente esse processo intelectual. Na França, a sociedade foi compreendida desde o início como parte do *sistema natural* e procedeu-se a analogias e a extensões, consideradas legítimas por seus autores, que permitiram uma rápida assimilação da investigação sociológica aos procedimentos das ciências experimentais. O estímulo para orientar o sociólogo no sentido da observação e de remover para o futuro as questões mais complicadas ou discutíveis, cuja solução dependia do progresso empírico-indutivo da sociologia, foi portanto muito maior ali. Outra razão diz respeito à própria complicação das correntes filosóficas na Alemanha. Embora predominassem as tendências idealistas, o número de sistemas em conflito era considerável. Kant e Hegel, restringindo-nos aos pensadores de influência marcante na sociologia, aparecem como as figuras centrais e indisputáveis. Mas suas influências se exercem através de discípulos e de intérpretes, que invariavelmente contribuem com inovações rotuladas como "posições próprias" ou "soluções pessoais". Surge, assim, uma situação intelectual aparentemente confusa, mas extremamente rica e fecunda, que exige do investigador pacientes es-

forços, nas análises de filiações de pensamento e de intercimentos de influências. Por fim, quem pretenda estudar o papel da investigação indutiva na formação da moderna sociologia na Alemanha precisa ajustar-se às teorias de explicação científica que se entroncam no kantismo e em seus desenvolvimentos posteriores. A teoria newtoniana da explicação científica passou na Alemanha, graças a Kant, por uma reinterpretação, em que foram acentuados os elementos que condicionam e ordenam a experiência. Ao contrário do que aconteceu na França, formou-se lá a convicção de que não se deve partir do próprio objeto, mas da análise do conhecimento, que engendra a idéia de objeto. "Eles [os físicos] compreenderam que a razão não percebe senão o que ela mesma produz com relação a seus próprios desígnios..." (83). Daí a suposta necessidade de orientar a reflexão construtiva, não para a *natureza das coisas*, mas "para o entendimento, que julga a natureza das coisas" (84). O fundamento empírico dessa orientação não pode ser discutido aqui. Contudo, seria preciso lembrar algumas noções fundamentais para a boa compreensão da filosofia do conhecimento científico, que surge com essa concepção: 1) "Embora todo o nosso conhecimento comece *com* a experiência, não é verdadeiro que ele derive todo *da* experiência" (85). 2) "... as condições da *possibilidade da experiência* em geral são ao mesmo tempo as da *possibilidade dos objetos da experiência*, e é por isso que elas têm um valor objetivo em um julgamento sintético *a priori*" (86). 3) "Os conceitos, enquanto se ligam a objetos sem que se considere se o conhecimento destes é ou não possível, possuem seu campo que é determinado somente em termos da relação de seu objeto com a nossa faculdade de conhecer em geral" (87). É preciso ressaltar que, em conjunto, essas idéias não pressupõem a intenção de impor esquemas da razão à natureza ou de eliminar os fundamentos empíricos do conhecimento. Elas correspondem a um modo típico de realização da "objetividade" — aquêle que não repousa apenas no objeto, mas

(83) Emmanuel Kant, *Critique de la Raison Pure*, tradução de J. Barni, revista e corrigida por P. Archambault (Flammarion, Paris, 1944), vol. I, p. 20 (do prefácio da 2.ª edição).

(84) *Idem*, vol. I, p. 55.

(85) *Idem*, vol. I, p. 35.

(86) *Idem*, vol. I, p. 185.

(87) Emmanuel Kant, *Critique du Jugement*, tradução de J. Gibelin (Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 1946), pp. 15-17.

na indagação da “peculiaridade do tipo de conhecimento por meio do qual se conhece” (88).

V, 2) Com base nessas indicações, acreditamos, é possível projetar o sentido das preocupações iniciais e fundamentais dos sociólogos alemães, de Tönnies a Scheler ou Mannheim. De fato, as implicações dos trechos citados demonstram a plena possibilidade lógica de uma “sociologia pura” (sistema de conceitos *a priori*, *cum fundamento in re*, embora sem possuir, por isto, um caráter empírico-indutivo); sugerem em que consiste a necessidade de uma “sociologia aplicada” (como forma de valorização e de adequação de conceitos estáticos); e insinuam a possibilidade de uma disciplina meramente descritiva, como análise empírico-indutiva dos conteúdos da experiência (“sociografia”). Essa subdivisão ocorre na obra de Tönnies já citada (*Princípios de Sociologia*). Mas a inspiração que a motivou era tão forte, que ela surge com maiores ou menores modificações em outras tentativas de divisão da sociologia. O objeto da sociologia, por sua vez, não foi compreendido exatamente como algo que se percebe pelos sentidos. “Deve advertir-se, doutro lado, que os conceitos sociológicos têm um caráter especial comparados, por exemplo, com os conceitos das ciências naturais, já que estes se referem sempre a coisas que pelo menos têm a possibilidade de ser pensadas como visíveis ou perceptíveis de algum modo. A sociologia pura, pelo contrário, trata de entidades que não são perceptíveis, mas que se pensam como algo que, em princípio, só existe na consciência das pessoas humanas que estão e se movem dentro de alguma dessas entidades” (89).

Essa maneira de compreender a peculiaridade do conhecimento sociológico criou vários problemas. Primeiro, formalmente, o conhecimento sociológico não podia encontrar um paralelo exato nem no conhecimento matemático, nem no conhecimento experimental. Isso porque os conceitos matemáticos são conceitos puros, de validade ideal; enquanto os conceitos das ciências naturais podem ser construídos com base na percepção sensorial. Mas tem em comum com ambos: a) com referência ao conhecimento matemático — seus conceitos se referem a uma espécie de experiência imediata, algo que se

(88) Ernst Cassirer, *Kant: Vida y Doctrina*, tradução de W. Roces (Fondo de Cultura Económica, México, 1948), p. 72.

(89) F. Tönnies, *Princípios de Sociologia*, *op. cit.*, p. 349.

dá ao sujeito como uma percepção interna, como consciência interna de um estado ou processo (90); b) com referência ao conhecimento experimental — que se podem estabelecer critérios para a validação empírica dos conceitos construídos teoricamente. Segundo, que o método experimental, como e enquanto uma forma de obter conhecimentos baseados na percepção sensorial, teria escassa aplicação em uma disciplina que deveria lidar com fenômenos subjetivos. Em seu lugar, foi proposto outro método, que permite lidar, adequadamente, com fenômenos de “sentido” — o método de compreensão. Terceiro, os princípios que asseguravam a construção de conceitos *a priori*, concernentes à natureza, não poderiam ter vigência, naturalmente, na esfera das atividades humanas. Para que qualquer espécie de explicação generalizadora se tornasse possível, era necessário intentar uma demonstração própria da existência de uma uniformidade no mundo das atividades humanas que, sem repousar no “determinismo naturalista”, permitisse definir, com segurança relativa, quando e como “as condições da possibilidade da experiência em geral” correspondem “às condições da possibilidade dos objetos da experiência” nessa esfera de atividade. Tal demonstração, no que tange à sociologia, foi feita por Simmel (91). Quarto, tornava-se igualmente necessário descobrir o método que permitisse estabelecer, com relação às atividades humanas, o que o método experimental permite fazer com referência aos fenômenos da natureza (interpretações que explicam causalmente o curso da vida). Resolvido este problema, estaria *eo ipso* resolvido o primeiro.

V, 3) A esta tarefa se dedicou com relativa felicidade Max Weber — e por isso apreciaremos aqui sua contribuição, em lugar da de outros (como Tönnies, Simmel ou Sombart). Tal apreciação, porém, não é algo fácil. Pois, como assinala Kaufmann (92), Weber não chegou a elaborar, de forma completa e sistemática, sua concepção lógica do tipo ideal. Na verdade, todos os autores mencionados utilizaram o método de compre-

(90) Wilhelm Dilthey, *Psicología y Teoría del Conocimiento*, tradução, introdução e notas de Eugênio Imaz (Fondo de Cultura Económica, México, 1945), p. 285.

(91) Georg Simmel, *Sociologia*, 2 volumes, tradução de J. P. Bances, (Espasa-Calpe, Argentina, Buenos Aires, 1939), vol. I, pp. 35-50.

(92) Félix Kaufmann, *Metodología de las Ciencias Sociales*, tradução de E. Imaz (Fondo de Cultura Económica, México, 1946), p. 297.

ensão e exploraram, com maior ou menor sucesso, os tipos ideais como uma solução às condições, possibilidades e problemas da interpretação sociológica. Somente Weber, no entanto, foi bem sucedido na segunda etapa, que implicava na ordenação *a priori* de um sistema de conceitos sociológicos construídos através da elaboração típico-ideal e somente êle conseguiu estabelecer uma articulação orgânica entre a sociologia pura ou construtiva e a sociologia descritiva ou empírica. Esta talvez tenha sido sua realização mais importante no campo da sociologia, pela originalidade que revelou, abrindo perspectivas ignoradas por seus precursores na fundamentação do método de compreensão e na exploração dos tipos ideais (93).

V, 4) Segundo Weber, a sociologia tem por objeto a interpretação da ação social, para explicá-la em seus desenvolvimentos ou efeitos — “compreender, interpretando-as, as ações orientadas por um sentido” (94). Por sua vez, a interpretação da ação social depende, inteiramente, da capacidade do sociólogo em descobrir o sentido subjetivo ou mental das ações. O método que permite descobrir o sentido subjetivo das ações é o método de compreensão, através do qual se oferecem duas possibilidades de consideração interpretativa das ações: seja do sentido existente de fato (em um caso historicamente dado; como média ou de modo aproximado em uma “massa” de casos); seja do sentido construído como *tipo ideal* e referido a agentes também típico-ideais (exemplo: o *homo economicus* e os motivos racionais da ação econômica através da “lei” da oferta e da procura).

V, 5) Quando se associa ao método de compreensão uma consideração típico-ideal de fenômenos interpretados sociologicamente, procura-se captar o sentido ou a conexão de sentido através de uma construção racional. Trata-se, como descreve Weber, da “captação interpretativa do sentido ou conexão de

(93) Especialmente, com referência aos dois principais precursores na aplicação desse método à interpretação sociológica do comportamento social humano: F. Tönnies (cf. *Communauté et Société. Catégories Fondamentales de la Sociologie Pure*, tradução e introdução de J. Leif, Presses Universitaires de France, Paris, 1944, especialmente pp. 166 e 176); e G. Simmel (*Sociologia, op. cit.*, vol. I, especialmente pp. 39, 49 e 51, além dos ensaios em que contribuiu para a constituição da teoria do método de compreensão).

(94) Max Weber, *Economía y Sociedad*, tradução de J. M. Echavaria, J. R. Parella, E. G. Maynez e J. Ferrater Mora, 4 volumes (México, Fondo de Cultura Económica, 1944), vol. I, p. 7.

sentido [...] construído cientificamente (pelo método tipológico) para a elaboração do tipo ideal de um fenômeno frequente” (95). “O método científico que procede à construção de *tipos* investiga e expõe tôdas as conexões de sentido irracionais, condicionadas afetivamente, do comportamento, que influem na ação, como “desvios” de um desenvolvimento da mesma “construído” como puramente racional com relação a fins. Por exemplo, para a explicação de um “pânico da Bolsa”, será conveniente fixar primeiro como se desenvolveria a ação fora de toda influência de afetos irracionais, para introduzir depois, como “perturbações”, aqueles componentes irracionais. De igual maneira procederíamos na explicação de uma ação política ou militar: teríamos que fixar, primeiro, como se teria desenvolvido essa ação, tomando-se em conta toda as circunstâncias e tôdas as intenções dos protagonistas e orientando-se a seleção dos meios — atendo-se aos dados da experiência considerados por nós como reais — de um modo racional com relação a fins. Somente assim seria possível a imputação dos desvios às irrationalidades que os condicionaram. A construção de uma ação rigorosamente racional com relação a fins serve nestes casos à sociologia — por causa de sua inteligibilidade evidente e, enquanto racional, de sua univocidade — como um *tipo* (tipo ideal), para compreender a ação real, influenciada por irrationalidades de toda espécie (afetos, erros), como um desvio do desenvolvimento esperado da ação racional” (96). Em suma, o *tipo ideal* é manipulado como um recurso heurístico, mediante o qual o sociólogo põe em evidência, por meio do que Weber chamava de “experimento ideal” — única espécie de experimento que lhe é facilmente acessível (97) — a conjugação do desenvolvimento exterior e dos motivos das ações sociais. É evidente que êsse procedimento, que compele o especialista a escolher livremente os aspectos *essenciais* da realidade (que devem ou que precisam ser manipulados interpretativamente), corresponde: a) formalmente, às condições da experiência de laboratório (onde também se procuram realizar *experimentos puros*, graças à eliminação das condições e dos fatores perturbadores); b) racionalmente, ao esquema interpretativo usado na economia política (mas, firmemente orien-

(95) *Idem*, vol. I, p. 8.

(96) *Idem*, vol. I, p. 6.

(97) *Idem*, vol. I, p. 9-11.

tado em um sentido empírico), em que sempre se procurou delimitar as condições em que determinado fenômeno deveria ser ou fôra considerado para fins de interpretação científica (as quais não se confundem, naturalmente, com as condições reais de manifestação do fenômeno: muitas delas podem ser irrelevantes e com freqüência a abordagem do sujeito-investigador restringe o interesse científico mesmo das que são significativas na ocorrência do fenômeno). O que importa assinalar é que por meio da elaboração típico-ideal o especialista obtém, artificialmente, um meio de controle dos dados e das interpretações dos mesmos. Pois passa a operar com duas séries, uma *real* (os fenômenos no curso observado) e outra *ideal* (os fenômenos no curso do *como se*, isto é, no curso construído racionalmente). Daí a importante descoberta de Weber, aplicável a certas manifestações do social: é possível estabelecer condições logicamente necessárias à prática da comparação na pesquisa sociológica, sem o recurso à comparação de estilo evolucionista, que conduz, inevitavelmente, ao confronto de séries heterogêneas, quanto ao seu fundamento empírico. Semelhante comparação permitiria isolar, de forma positiva e objetiva, os fatores realmente essenciais e significativos para a interpretação sociológica de um fenômeno social dado (de determinada "ação" ou "relação" sociais, como preferiria escrever o próprio Weber). Esse seria, em outras palavras, o *experimento ideal*, acessível à sociologia: "pensar como não presentes certos elementos constitutivos da cadeia causal e "construir" então o curso provável que teria a ação para alcançar assim uma imputação causal" (98). A "lei" de Gresham exemplifica como se procede em semelhante construção "experimental" — observação de condutas reais, em seu desenrolar e em seus motivos; elaboração da fórmula interpretativa; comprovação da interpretação descoberta sociologicamente, que deve ser feita em face das condições reais das condutas interpretadas sociologicamente (Weber considera esse exemplo como um caso em que a concordância entre a adequação de sentido e a prova empírica é concludente).

V, 6) Vê-se que o procedimento interpretativo examinado se funda em dados de fato, isto é, ele possui um fundamento estritamente empírico. Contudo, o sujeito-investigador tam-se recusa imputar à realidade qualquer coisa que lembre o postulado do determinismo universal. Se certas regulari-

(98) *Idem*, vol. I, p. 10.

dades existem, elas nascem da repetição conjunta ou coordenada de certas condições exteriores e de certos motivos subjetivos das ações. Onde e quando essa correspondência se estabelece, ela se revela objetivamente no plano interpretativo através das elaborações típico-ideais. Por isso, a hipótese da "uniformidade do mundo social" (ou do "determinismo sociológico"), não se incorpora, em tal orientação metodológica, à perspectiva do sujeito-investigador. Este afasta de si a pretensão de que possa conhecer de modo imediato (ou mesmo supor) qualquer espécie de regularidade. Limita-se a constatar sua existência quando elas parecem evidentes, como resultado de seus procedimentos interpretativos; e procura formulá-las de maneira por assim dizer "descritiva", e não *categórica* ou *dogmática* (a "lei" como uma modalidade de "taquigrafia mental", por cujo intermédio se descreve uma seqüência de percepções, na acepção de Karl Pearson) (99).

Daí a forma especial, que assume, nesta orientação sociológica, a formação da inferência indutiva. Weber se refere a esse procedimento ao tratar da conjugação da "adequação de sentido" e da "adequação causal" na interpretação sociológica (100). Como assinala, o "motivo" é uma conexão de sentido, que se apresenta como o "fundamento" com sentido de uma conduta para o ator ou para o observador. A "causa" é explicada nos seguintes termos: "de acordo com uma determinada regra de probabilidade — qualquer que seja o modo de calculá-la e só em casos raros e ideais pode ser segundo dados mensuráveis — a um determinado processo (interno ou externo) observado segue outro processo determinado (ou: aparece junto com êle)". A *adequação de sentido* consiste em uma afirmação do sujeito-investigador de que os elementos de uma ação constituem uma "conexão de sentido" típica com referência aos hábitos mentais e afetivos médios; a *adequação causal* surge quando afirmamos que uma sucessão de fatos, segundo as regras da *experiência*, tem a probabilidade de transcorrer sempre de igual maneira (101). Em consequência, a *interpretação causal* é definida através do conhecimento sociológico da adequação de sentido e da adequação causal: "Uma interpre-

(99) Cf. Karl Pearson, *La Gramática de la Ciencia*, tradução de J. Besteiro (Daniel Jorro, editor, Madrid, 1909), capítulos III e IV).

(100) Veja-se *Economía y Sociedad*, vol. I, pp. 10-12.

(101) Cf. *Economía y Sociedad*, vol. I, pp. 10-11.

tação causal correta de uma ação concreta significa: que o desenvolvimento externo e o motivo tenham sido conhecidos de um modo certo e ao mesmo tempo compreendidos com referência à sua conexão. Uma interpretação causal correta de uma ação típica (tipo de ação compreensível) significa: que o acontecer considerado típico se oferece com adequação de sentido (em algum grau) e pode também ser constatado como causalmente adequado (em algum grau)" (102) [com referência à interpretação de uma ação concreta — o exemplo do choque dos ciclistas; com referência à interpretação de uma ação típica — o exemplo da "lei" de Gresham].

V, 7) Os conceitos assim elaborados são conceitos generalizadores: retêm o que é *essencial* e não o que é *acessório*. São "construídos" pelo sujeito-investigador com um fim heurístico. Por isso, parecem relativamente vazios diante da realidade histórica. "Um tipo ideal é formado pela acentuação unilateral de um ou mais pontos de vista e pela síntese de um grande número de fenômenos *concretos individuais* difusos, discretos, mais ou menos presentes e ocasionalmente ausentes, os quais são arranjados de acordo com os pontos de vista unilateralmente acentuados em uma construção analítica unificada. Em sua pureza conceptual, essa construção mental não pode ser encontrada na realidade em nenhuma parte. É uma *utopia*" (103). "Em todos os casos, tanto racionais quanto irracionais, se distancia da realidade, servindo para o conhecimento desta na medida em que, mediante a indicação do grau de aproximação de um fenômeno histórico de um ou de vários destes conceitos, ficam tais fenômenos ordenados conceptualmente. O mesmo fenômeno histórico pode ser ordenado, através de um de seus elementos, por exemplo, como "feudal", por outro como "patrimonial", por algum outro ainda como "burocrático", e por outro como "carismático" (104). São simplesmente: formas lógicas subjetivas do entendimento, utilizadas sociologicamente como "esquemas interpretativos" (105).

tipo ideal.

(102) *Idem*, p. 11.

(103) "Objectivity in Social Science and Social Policy", in Max Weber, *On the Methodology of the Social Sciences*, tradução e organização de E.A. Shils e J. A. Finch (The Free Press of Glencoe, Illinois), p. 90.

(104) *Economía y Sociedad*, vol. I, pp. 18-19.

(105) Cf. também a análise de Kaufmann, *Metodología de las Ciencias Sociales*, op. cit., p. 297 e seguintes.

Seria prejudicial e ilógico confundir o tipo ideal e a realidade (106). Pois êle só contém os caracteres empíricos essenciais dos fenômenos concretos considerados e convém legitimamente a um grupo variado de fenômenos da mesma natureza, independentemente da articulação dos mesmos a sistemas diferentes de ordenação das ações e relações sociais.

V, 8) É claro que, na pesquisa das conexões essenciais, é inevitável alguma dose de subjetividade, já que o sujeito-investigador pode eleger, livremente, os pontos de vista de que considerará os dados no esquema ideal. O próprio Weber escreve: "A medida que os pontos de vista de que êles podem tornar-se significativos para nós são muito diversos, os mais variados critérios podem ser aplicados à seleção de traços que precisam entrar na construção de uma concepção típica de uma cultura particular" (107). Doutro lado, semelhante concepção do objeto da sociologia e de seu método permite estabelecer uma relação mais ampla entre a sociologia e a história. A esta caberia interpretar o acontecer em sua singularidade e como um processo histórico (isto é, dotado de desenvolvimento contínuo). Os conceitos sociológicos assim construídos eliminam consideravelmente (ou completamente) o fator tempo. Não se adequam logicamente, graças aos procedimentos de construção dos tipos-ideais e de sua manipulação interpretativa, à explicação de fenômenos dinâmicos, concebidos em termos de regularidades de seqüência em certa unidade de tempo. O sociólogo lida "com os tipos ideais somente como conceitos abstratos de relações que são concebidas por nós como estáveis no fluxo dos acontecimentos, como complexos individuais históricos em que os desenvolvimentos se realizam" (108). A separação entre *construção* e *história* não permite estabelecer uma integração em seqüência dos tipos ideais, pois isso seria, ao mesmo tempo, violar a realidade e o método através do qual esta se caracteriza típico-idealmente. Daí resulta uma consequência metodologicamente relevante: embora os conceitos possam ser aplicados universalmente, por seu caráter geral e unívoco, e apesar de a sociologia ser uma ciência generalizadora

(106) Cf. "Objectivity in Social Science...", pp. 101-106.

(107) *Idem*, p. 91.

(108) *Idem*, p. 101.

(nomotética), na explicação de situações concretas, o sociólogo precisa respeitar os limites de abstração impostos pelo universo empírico considerado. Essa é, porventura, a mais importante contribuição de Max Weber à lógica indutiva da sociologia moderna. Os conceitos sociológicos são unívocos e gerais. Mas devem ser manipulados como conceitos destinados a servir como instrumentos científicos na ordenação sociológica da realidade (Weber parece não ter sido compreendido satisfatoriamente, a este respeito, por vários de seus intérpretes, desde Kaufmann a Parsons e Hempel), de forma empírico-indutiva com referência a cada situação social investigada. Os estudos empíricos de Weber⁽¹⁰⁹⁾ exemplificam o seu estilo de procedimento empírico na análise sociológica de fenômenos concretos, demonstrando, cabalmente, a coerência que nêle havia entre o teórico e o pesquisador. Sua técnica indutiva consistia, como vimos, em abstrair o essencial com base na suposição lógica de que os caracteres essenciais tendem a repetir-se nos casos ou instâncias similares, e em admitir que a experiência permitiria comprovar qualquer conclusão a respeito. Essa técnica foi estritamente aplicada em suas investigações mencionadas e o rigor de procedimento muito contribuiu para disfarçar os pontos realmente fracos de sua teoria da investigação sociológica. Restaria ainda mencionar um aspecto de sua técnica indutiva: graças à solução que deu ao problema da generalização, possuía escasso interesse lógico, em seu sistema metodológico, o saber se a repetição de um fenômeno em várias sociedades podia ser ligada a uma fórmula explanatória comum. Ao contrário do que acontece com Durkheim, o "método comparativo" desempenha, na técnica indutiva de Weber, um papel secundário, ainda que construtivo. Ele não é importante como instrumento de abstração, mas como elemento racional de controle. Bem analisadas e conhecidas as modalidades de manifestação de um fenômeno em situações sócio-culturais diversas e distintas, confrontam-se os resultados interpretativos e estabelecem-se dentro de que limites certos efeitos podem ou não ser atribuídos a determinados fatores cau-

(109) Cf., especialmente, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* tradução de Talcott Parsons e prefácio de R. H. Tawney (George Allen & Unwin, Londres, 1930) (em particular as explicações teóricas ou refutações críticas, contidas nas notas) e *The Religion of China: Confucianism and Taoism* tradução de H. H. Gerth (The Free Press of Glencoe, Glencoe, Illinois, 1951).

sais, chegando-se, assim, à seleção das condições "suficientes" de tal fenômeno⁽¹¹⁰⁾. Daí a possibilidade, explorada por Weber, de corrigir empiricamente a tendência à abstração e à generalização, inevitável no terreno da sociologia pura, mas que devia ser submetida a um modelo não-naturalista e, portanto, restringida de maneira variável no campo das investigações sociológicas empírico-indutivas (adiante teremos que voltar a este assunto).

(110) Veja-se Hans H. Gerth e C. Wright Mills, *From Max Weber: Essays in Sociology* (Oxford University Press, Nova York, 1946), p. 61. Não obstante, na análise de Gerth e Mills ocorrem certos mal-entendidos, já que consideram como "comparativos" resultados e procedimentos inerentes à utilização ordenadora dos tipos ideais.

CAPÍTULO VI

As Soluções Fundamentais dos Problemas da Indução na Sociologia: 3) K. Marx

VI, 1) Na apresentação das soluções dos problemas indutivos na sociologia procuramos evitar a exposição das grandes idéias, que se acham atrás dos vários modos de caracterizar o objeto e o método da sociologia. Talvez esse procedimento seja criticável. Mas, pondo de lado que admitimos serem aquelas idéias já conhecidas, é evidente que procuramos nos ater à discussão dos temas imediatamente ligados ao objeto do presente trabalho. Agora, porém, precisamos abrir uma pequena exceção, com o objetivo de examinar algumas implicações metodológicas das duas soluções da formação da inferência indutiva na sociologia, já focalizadas, e de pôr em evidência os problemas que elas nos colocam.

As duas teorias expostas apresentam em comum a mesma tendência a eliminar do campo da análise a pretensão de compreender a realidade social como algo *concreto*. Durkheim sabia que aí estava um ideal, mas acreditava que a sociologia deveria alcançá-lo tardiamente. "Para atingir os costumes, as crenças populares, recorrer-se-á aos provérbios, aos adágios que os exprimem. Sem dúvida, procedendo assim, deixa-se provisoriamente fora da ciência a matéria concreta da vida coletiva, mas, não obstante ela seja tão instável, não se tem o direito de, *a priori*, postulá-la ininteligível. Porém, se se pretende seguir uma via metódica, é preciso estabelecer as primeiras bases da ciência sobre um terreno firme e não sobre um terreno movediço. É preciso abordar o reino do social

pelos aspectos em que êle se oferece mais acessível à investigação científica. Sômente depois será possível levar mais longe a pesquisa, e, por trabalhos de aproximação progressivos, dominar pouco a pouco essa realidade fugidia, a qual o espírito humano jamais poderá, presumivelmente, captar completamente" (111). Weber, por sua vez, simplesmente excluía semelhante aspiração da esfera científica: "Tôda a análise da realidade infinita que a mente humana finita pode realizar repousa na presunção tácita de que sômente uma porção finita dessa realidade constitui objeto de investigação científica, e que sômente ela é "importante" no sentido de ser "digna de ser conhecida" (112). Assim, todo o aspecto da realidade que não possa ser considerado típico, deve ser encarado como objeto de mera curiosidade científica (113). Ambas as posições criaram dificuldades lógicas, que foram tomadas em conta e resolvidas de um modo ou de outro. Com referência a Durkheim, é evidente o propósito de lidar "prudentemente" com os fenômenos sociais: nunca avançar além dos limites dentro dos quais os conhecimentos obtidos asseguram uma manipulação objetiva e precisa dos dados. Mas tal posição, independentemente de seus fundamentos metodológicos, ocultava uma espécie de racionalização de ordem científica — a) ela não foi a causa intelectual mas o resultado final das possibilidades de ajustamento do nosso autor ao objeto da sociologia e às condições que esta disciplina lhe oferecia, para pôr em prática as normas da pesquisa científica, como as compreendia (114); b) nada nos poderia assegurar, então, que a investigação sociológica valesse a pena, pois não teríamos nenhum critério para determinar a importância científica dos problemas investigados. Quanto a Weber, se sua posição permite superar dificuldades desta natureza, é porque cria complicações maiores. A seleção do *típico-ideal* depende dos pontos de vista livremente escolhidos pelo sujeito-investigador. Embora sempre exista a possibilidade de considerar-se um limite para as flutuações de pontos de vista (êstes seriam ou poderiam ser restringidos pela própria realidade empírica, tema que Weber não esclarece porém) a verdade é que tôda análise socio-

(111) *Règles*, p. 45-46.

(112) "Objectivity in Social Science", p. 72.

(113) *Idem*, p. 73.(114) Cf. F. Fernandes "O Problema do Método na Investigação Sociológica" (*in Sociologia*, 1947, vol. IX, n. 4, pp. 332-345), em que o problema é discutido de um ângulo bastante compreensivo e amplo.

lógica poderia estar sujeita à arguição de subjetividade. O desenvolvimento posterior da sociologia na Alemanha acabou proporcionando uma acomodação intelectual, portanto insatisfatória, apontando a conveniência da multiplicidade de pontos de vista como condição para a síntese de perspectivas possíveis, única capaz de levar ao conhecimento da realidade como um todo⁽¹¹⁵⁾. Em suma, sem que se procure submeter a seleção dos caracteres essenciais da realidade (ou seus aspectos típicos) a critérios regulares e positivos, haverá a possibilidade legítima de se encarar qualquer análise empírico-indutiva de fenômenos sociais (seja sociológica ou não), como mera afirmação subjetiva com fundamento em certos aspectos da realidade, aqueles que podem cair no horizonte intelectual do sujeito. Além disso, as duas posições incorrem em grave limitação: não oferecem condições de ajustamento intelectual do sujeito-investigador à análise de fenômenos dinâmicos em que a unidade investigada seja um *sistema social determinado que se transforma como um todo* [exemplo: evolução da organização feudal para a organização capitalista nas sociedades européias; ou emergência da estrutura societária nas condições de desagregação da estrutura comunitária, vista em termos históricos, como o fez Tönnies⁽¹¹⁶⁾] ou seja *um fenômeno cuja transformação é encarada e explicada pela transformação do sistema social global*. [exemplo: discriminação racial e preconceito de cor em São Paulo⁽¹¹⁷⁾]. Dêste ângulo, tanto o estudo de Weber sobre as relações entre o protestantismo e o capitalismo, quanto o de Durkheim, sobre a emergência da divisão do trabalho social, estão sujeitos a críticas severas].

Restringindo-nos ao que nos interessa aqui, poderíamos assinalar que a limitação apontada em ambas as posições se explica: a) com referência a Durkheim, por causa dos ideais

(115) Cf. Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, tradução de Emilio Willems (Editora Globo, Porto Alegre, 1950), *passim*. No que concerne à sociologia, essa solução é insatisfatória porque não possui fundamentos lógicos precisos. Além disso, com frequência ela dá origem a "soluções de síntese" que omitem as verdadeiras dificuldades com que nos defrontamos, no presente, quanto à criação de modelos mais complexos de explicação sociológica (como, por exemplo, se evidência na tentativa de Hans Freyer, de fundir os requisitos do método de compreensão e do materialismo dialético em um mesmo modelo básico de explicação: cf. *La Sociología, Ciencia de la Realidad. Fundamentación Lógica del Sistema de la Sociología*, tradução e prefácio de Francisco Ayala (Editorial Losada, Buenos Aires, 1944), cap. III, § 1 e § 2.

(116) Cf. *Communauté et Société*, op. cit. apêndice, pp. 227-241.

(117) Cf. Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo (Editora Anhami, São Paulo, 1955), caps. I e II.

de *explicação positiva* na sociologia, derivados da filosofia empírico-naturalista da ciência (cf. o postulado de Royer-Colard: "O princípio de indução se baseia em duas noções: o universo se acha governado por leis estáveis; o universo é regido por leis gerais. Do primeiro se segue que, conhecidas em um só ponto do tempo, as leis da natureza são válidas para todos os tempos; do segundo que, conhecidos em um só caso, o são em todos os casos iguais")⁽¹¹⁸⁾; b) com referência a Weber, porque a construção típico-ideal de conceitos sociológicos pressupõe a elaboração de relações concebidas como estáveis no fluxo da vida social e o exagêro dos seus aspectos propriamente recorrentes. Por isso, no plano da construção dos conceitos sociológicos, que possam servir como *esquemas interpretativos* (para fins classificatórios, em um; como formas gerais do entendimento na investigação sociológica, em outro), revela-se uma estranha coincidência entre Durkheim e Weber, a qual demonstra que o predomínio de alguns interesses científicos similares é capaz de superar as diferenças de técnica e de propósitos mais acentuadas. Observa-se ainda que, à medida que suas aspirações de construir a sociologia como uma *ciência nomotética* se encontravam, tendiam a considerar o sistema social de uma forma parecida com o esquema físico da estrutura mecânica da matéria (no que concerne às possibilidades empíricas da explicação generalizadora, é óbvio; a outros respeito, não só há divergências profundas entre ambos, como repugnava a Weber admitir, explicitamente, qualquer assimilação da explicação sociológica à concepção mecanicista do mundo). Spengler já acentuou, tratando dos problemas da explicação histórica, que, onde surgem essas preocupações, é difícil, se não impossível, conduzir a interpretação para o que varia tópicamente, isto é, em condições determinadas de tempo e de espaço. Como escreve, "o historiador se tem conduzido como se existisse uma cultura humana, única, universal, semelhante à eletricidade ou à gravitação e com iguais possibilidades de análise no essencial; sentiu a ambição de imitar os hábitos do físico, indagando, *verbi gratia*, o que seja o lógico, o Islã, a antiga Polis, e não tem pensado em averiguar porque êstes símbolos de um ser vivo tiveram que surgir justamente *então e ali*, em *tal forma* e com *tal dura-*

(118) *Apud* A. Lalande, *Las Teorías de la Inducción y de la Experimentación*, tradução de J. F. Mora (Editorial Losada, Buenos Aires, 1944, p. 236).

ção" (119). Tais restrições se aplicam a Durkheim e Weber de maneiras diversas, e ao segundo mais à sua sociologia construtiva do que às suas investigações empíricas. Mas elas são precisas e adequadas quando consideramos a incapacidade de ambos de explicar, sociologicamente, aquilo que Mannheim chamara de "matriz irracional" dos processos sociais ou "esfera *in flux*" da vida social. Em suma, suas teorias não compreendiam todos os problemas que podem cair no campo da indução sociológica e são insuficientes para explicar os fenômenos de mudança nos seus aspectos concretos mais instáveis.

VI, 2) Existem, portanto, fenômenos de alteração da ordem social que apresentam, por assim dizer, um caráter *dramático*. Tais fenômenos têm sido, tradicionalmente, interpretados pelos historiadores, que os definem como "sucessos" ou "acontecimentos" episódicos (como por exemplo a "revolução francesa" e a "revolução russa"). Doutra lado, certas tendências de desenvolvimento dos sistemas sociais parecem indicar que as transformações mais profundas da ordem social obedecem a certas regularidades, que não lembram a combinação ocasional de condições ou de efeitos e que tampouco poderiam ser consideradas construções arbitrárias dos estudiosos. Tais transformações têm sido, tradicionalmente, objeto da filosofia da história, na qual foram definidas como evidências de uma "ordem providencial" ou como concretizações de um "destino inelutável na vida dos povos". Pergunta-se: tais fenômenos poderiam ou não ser interpretados sociologicamente? Se podem, qual seria o procedimento interpretativo recomendável? Naturalmente, para que isto fôsse possível, seria preciso superar as dificuldades ou limitações da análise sociológica, indicadas ainda há pouco. Em particular, colocam-se duas condições essenciais, que merecem ser consideradas aqui: 1) a possibilidade de elaborar conceitos adequados a situações histórico-sociais, mas válidos sociologicamente; 2) a formação de uma perspectiva de interpretação que permitisse manipular de forma científica os fenômenos sócio-culturais encarados historicamente. No estado em que se encontrava a teoria da explicação científica, até o fim do século passado, ambas as condições não podiam ser realizadas positivamente através da incorporação de procedimentos empregados nas ciências naturais.

(119) Oswal Spengler, *La Decadencia de Occidente*, tradução de Manuel G. Morente (Espasa Calpe, Madri, 1947), vol. I, p. 82.

Prevalencia, então, o esquema interpretativo mecanicista, que concentrava a atenção dos investigadores nas relações e processos recorrentes, o que levou Jeans a afirmar que durante dois séculos o mundo foi descrito como "um mundo mecânico... um mundo em que o futuro é completamente determinado pelo passado" (120). Contudo, a filosofia, através de Hegel, oferecia recursos para resolver as duas condições, e o fazia de uma forma compatível com a natureza mesma dos fenômenos sociais e a complexidade de sua explicação científica. As influências científicas que se iriam exercer no mesmo sentido, graças ao desenvolvimento das teorias de Darwin na biologia, acentuaram apenas tendências em pleno florescimento nas ciências sociais e que, presumivelmente, produziriam os mesmos resultados sem os modelos fornecidos pelos novos padrões de pesquisa biológica.

VI, 3) Teremos que dedicar alguma atenção a Hegel, embora nos limitemos, naturalmente, aos aspectos de sua doutrina que nos interessam aqui. A doutrina hegeliana do conceito pressupõe uma crítica à lógica formal e à lógica aplicada (121). À medida que afirmava que "o conceito é assim a verdade do ser e da essência" (122) e via estas duas determinações não como "meras determinações do pensamento", mas como "determinações lógicas" (123), defendia uma noção dialética do conceito, em que a separação de *forma e conteúdo* não tinha nenhuma significação lógica. "A lógica do conceito é ordinariamente entendida como ciência somente *formal*, no sentido de que ela se ocupa da *forma* como tal do conceito, do julgamento e do silogismo, mas não lhe interessa absolutamente que alguma coisa *seja ou não verdade*: isso seria depois tarefa do conteúdo. Se as formas lógicas do conceito fôsses verdadeiramente recipientes mortos, passivos e indiferentes de representações e pensamentos, o conhecimento destes seria um saber *histórico*, em verdade supérfluo e desprezível, a respeito da verdade. Realmente, porém, elas são, ao contrário, como

(120) *The Growth of Physical Science* (MacMillan, Nova York, 1948), p. 289; cf. também: A. Eddington, *New Pathways in Science* (Imprensa da Universidade, Cambridge, 1947), cap. IV-V; e H. Reichenbach, *Atom and Cosmos. The World of Modern Physics*, tradução de E. S. Allen (George Allen & Unwin, Londres, 1932), cap. 18.

(121) A qual Hegel considera como a *lógica ordinária*, cf. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio*, tradução e prefácio de Lívio Xavier, 3 volumes (Atena Editora, Rio de Janeiro, 1936), vol. I, §§ 162-165.

(122) *Idem*, § 159.

(123) *Idem*, § 162.

formas do conceito, *o espírito vivo do real*; e do real somente é verdadeiro aquilo que, por *fôrça dessas formas, por meio delas e nelas, é verdadeiro*" (124). Daí a necessidade de determinar a correspondência do conceito ao objeto e a correspondência do objeto a seu conceito. A êste movimento dialético, exercido pela consciência sôbre si própria, ao qual Hegel dá o nome de "experiência", se deve a possibilidade, estritamente racional, de formação de conceitos plenamente adequados ao real. Pois, comparando-se os dois momentos, pode-se verificar se êles coincidem ou não. Quando não coincidem, a consciência deve alterar seu saber, para torná-lo adequado ao real, e nesse processo se altera também o objeto do seu saber, "já que o saber dado é essencialmente um saber do objeto" (125). Aí está o fundamento da célebre fórmula: "o que é real é racional e o que é racional é real" (126), que levou Croce a afirmar que, em Hegel, "a idéia e o fato são uma mesma coisa" (127).

VI, 4) Diante dessa arrojada e orgulhosa concepção, é claro que nenhum limite se estabelece à racionalidade do real. Portanto, a própria história também cai na esfera da consciência como um objeto que pode ser apreendido dialeticamente. "A única idéia que a filosofia suscita é a simples idéia da razão, que a razão governa o mundo e que por conseguinte a história universal é racional" (128); a tentativa de Hegel, empreendida nesta obra, não constitui apenas uma extensão do método dialético à interpretação da história. Foi também, e é por isso que nos interessa tanto, uma tentativa de resolver os problemas que se colocam quando se indaga se é possível submeter o empírico a um tratamento dialético. A resposta de Hegel é positiva, ainda que tenha admitido, para conseguí-la, o artifício de considerar que o racional se projeta no saber e no querer humano através das necessidades e das atividades dos homens

(124) *Ibidem.*

(125) Cf. G. W. F. Hegel, *Phénoménologie de l'Esprit*, tradução de Jean Hyppolite, 2 volumes (Aubier, Éditions Montaigne, Paris, 1939 e 1941), vol. I, pp. 72-77; trecho extraído da página 75.

(126) Cf. Hegel's *Philosophy of Right*, tradução e notas de T. M. Knox (At the Clarendon Press, Oxford, 1942), prefácio, especialmente p. 10; *Enciclopédia*, vol. I, § 6.

(127) Benedetto Croce, *O Que É Vivo e o Que É Morto na Filosofia de Hegel*, tradução de Vitorino Nemésio (Imprensa da Universidade, Coimbra, 1933), p. 50.

(128) G. W. F. Hegel, *Leçons sur la Philosophie de l'Histoire*, tradução de J. Gibelin (nova edição revista, Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 1946), p. 23.

em sociedade (129). "A essência do espírito é a liberdade" — a história aparece como processo de autoconsciência do espírito [orientais, um só é livre; gregos e romanos, alguns são livres; o cristianismo, através das "nações germânicas", o homem enquanto tal é livre (130)]. Em resumo: "Portanto, do próprio estudo da história universal deve resultar que tudo se tem passado racionalmente, que ela tem sido a marcha racional, necessária do espírito cuja natureza é certamente sempre idêntica, mas que desenvolve essa natureza que é a sua vida do universo" (131). No que nos interessa, na presente discussão:

1.º) Essa solução representou uma solução filosófica para o problema da representação lógica da evolução como um processo real, determinado e logicamente acessível à razão, em sua unidade e diversidade. Ela poderia ser traduzida como um princípio dialético da história: "... a consequência mais próxima que se liga à transformação é que esta, que é ruína, é também nascimento de uma vida nova e que se a morte procede da vida, a vida em compensação procede da morte" (132). "Se nós considerarmos o espírito desse ângulo, a saber que essas transformações não são somente passagens, enquanto rejuvenescimentos, isto é, retôrno à mesma forma, mas antes modificações de si mesmo por meio das quais êle multiplica a matéria por suas tentativas, nós o veremos ensaiar-se, expandir-se e realizar-se em uma multidão de lados e em uma multidão de direções em uma variedade inexgotável, porque cada uma das suas criações que o satisfaz se opõe de novo a êle como matéria e o impele a uma nova elaboração. A idéia abstrata de uma simples mudança se transforma em idéia do espírito se manifestando, desenvolvendo e exprimindo suas fôrças em todos os sentidos de sua plenitude" (133). "O que está em vias de desaparecimento deve de preferência ser também considerado como essencial" (134).

2.º) A solução apontada permitiu lidar com a transformação dialeticamente, isto é, em termos de duas séries que se

(129) Cf. *Leçons*, pp. 44-45.

(130) *Idem*, p. 29.

(131) *Idem*, p. 24.

(132) *Idem*, p. 72.

(133) *Loc. cit.*

(134) *Phénoménologie*, p. 40.

dão concomitantemente no processo real: aquilo que é peculiar, essencial e imanente a tôdas as manifestações do espírito como algo idêntico a si próprio; e aquilo que é peculiar, essencial e imanente a cada uma das formas de realização do espírito no seu devenir. Hegel acentua duplamente: a) as "condições elementares gerais" são indispensáveis, como condições *sine qua non*, da compreensão do desenvolvimento do espírito no tempo; b) mas seus fatores explicativos constituem as particularidades de cada povo, de cada forma típica de realização do espírito (135).

3.º) Como a *idéia* não se manifesta senão através de sua *matéria*, o saber e o querer humanos, uma representação dialético-especulativa da evolução do espírito acabou conduzindo, em alguns aspectos essenciais, à análise das atividades e das necessidades humanas, da *sociedade civil* e dos processos que animam e dão sentido à história universal (136). "A história universal não é o lugar da felicidade. Os períodos de bem-estar são suas páginas brancas; pois são os períodos de conformidade, aos quais falta a oposição" (137).

VI, 5) É óbvio, porém, que as perspectivas abertas pela nova doutrina dos conceitos e pela concepção dialética do desenvolvimento eram meramente virtuais. A confiança da ciência na razão é conhecida. Mas, ela não chega ao ponto de permitir que se legisle, especulativamente, sobre a natureza das coisas... Foi, aliás, contra tais hábitos do pensamento filosófico que surgiu a explicação científica. Em suma: o aproveitamento construtivo das perspectivas abertas por Hegel às ciências da sociedade e da história dependia de uma inversão completa de sua orientação, através da qual se substituisse a especulação pela investigação empírica, o idealismo especulativo pela ciência. No movimento crítico, que se operou logo nos começos do século passado ("Esquerda Hegeliana"), orientado no sentido de aplicar o método dialético à interpretação objetiva do real, tomou vulto a figura de um jovem que encetara com sucesso a crítica da *Filosofia do Direito* de Hegel, e se dispunha a realizar uma obra crítica de grande envergadura, na qual pretendia abranger todo o sistema hegeliano (direito, mo-

(135) Cf. especialmente *Leçons*, pp. 65-66, 21 e 76-77.

(136) *Idem*, cf. p. 32 e seguintes.

(137) *Idem*, p. 36.

ral, política, etc.). Tal obra deveria terminar com "a crítica da elaboração especulativa destas matérias". Esse jovem chamava-se Karl Marx, e é em suas investigações que vamos encontrar a única teoria consistente, já elaborada no moderno pensamento sociológico, sobre a interpretação indutiva de uniformidades de seqüência, encaradas historicamente (138). Como procedemos com Durkheim e Weber, na apreciação de sua contribuição procuraremos nos limitar ao que interessa diretamente, tendo em vista o objeto do presente trabalho.

VI, 6) Em Marx, o método dialético e a doutrina hegeliana dos conceitos são reelaborados de forma radical. Não havia outra alternativa para quem pretendesse explorá-los no conhecimento científico do real. Contudo, não perderam sua imensa fecundidade, como meios de investigação e de representação racional. "Meu método dialético se distingue do de Hegel não só por ter base distinta, mas por ser sua antítese direta. Para Hegel, é o processo dialético o que, sob o nome mesmo de *Idéia*, transforma em sujeito substancial o demiurgo do real, sendo a realidade só sua forma de manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é mais do que a transformação e a transposição que sofre o material ao passar pelo cérebro humano. [...] A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não é de modo algum obstáculo para que se reconheça que Hegel foi o primeiro a expor conscientemente e em toda a sua amplitude as formas gerais do processo dialético. Todavia, Hegel a coloca às avessas. É preciso invertê-la para descobrir o miolo racional, encoberto pela envoltura mística" (139). A nova base consistia em proceder de maneira empírica, quer na observação, quer na interpretação e verificação dos resultados (140). O critério básico de procedimento seria o de "elevar-se do particular ao geral" (141); e em considerar a vida em sociedade, como uma realidade inteligível e descritível, o verdadeiro objeto da reflexão científica. Assim, as atividades e as necessidades humanas não são entendidas do ângulo de uma psicologia racional, mas concretamente,

(138) Trecho citado, extraído de K. Marx, *Economia Política y Filosofía*, tradução de A. G. Rühle e J. Harari (Editorial America, México, s. d.), p. 17.

(139) Karl Marx, *El Capital*, tradução de Manuel Pedrosa, 5 volumes (Ediciones Frente Cultural, México, s. d.), vol. I, pp. 74-75.

(140) Cf. os trechos selecionados por Vernon Venable, *Human Nature: The Marxian View* (Dennis Dobson, Londres, 1946), parte I, cap. I.

(141) Cf. Karl Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, tradução e introdução de Florestan Fernandes (Editora Flama, São Paulo, 1946), p. 29.

em termos da estrutura assumida por aquela realidade em suas diferentes formas de manifestação. Por isso, escrevia já em seu famoso ensaio de juventude: "Não é somente a matéria de minha atividade que me é dada como produto social (...) é minha própria existência que é atividade social (...). É preciso, sobretudo, evitar fixar de novo a "sociedade" como uma abstração oposta ao indivíduo. O indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação da vida — ainda quando não apareça na forma imediata de uma manifestação *comum* executada em companhia de outros — é, por conseguinte, uma manifestação e uma afirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são diferentes..." (142). "Que é a sociedade, em qualquer de suas formas? O resultado da ação recíproca dos homens. Estes são livres para escolher para si esta ou aquela forma? De modo nenhum. Dado um estado particular de desenvolvimento das forças produtivas do homem, tem-se uma forma particular de comércio e de consumo. Dada uma etapa particular de desenvolvimento da produção, tem-se uma estrutura social correspondente, uma organização correspondente da família, dos estamentos, das classes: em uma palavra, uma sociedade civil correlativa" (143).

Em resumo, trata-se de uma concepção que apresenta: a) em comum com a de Durkheim, as noções de que os fenômenos sociais possuem uma realidade própria, e de que o conhecimento científico dos fenômenos sociais constitui a imagem ou a representação teórica dessa realidade; b) em comum com a de Weber, as noções de que as atividades sociais são atividades com sentido, e que o conhecimento científico dos fenômenos sociais empiricamente fundado possui uma validade relativa [é preciso frisar: na aceção objetiva, o que pressupõe limites à generalização, contidos na realidade empírica. Portanto, não na aceção subjetiva, que também é aceita por Weber: a descrição e a interpretação como atividade arbitrária do sujeito-investigador]. Exatamente por causa desses pontos de contacto, não podemos esperar que sua concepção possa levar a uma colocação dos problemas da indução que guarde semelhanças com um ou com outro desses autores. Pois, à medida em que os pontos de contacto não coincidem entre si,

(142) *Economía Política y Filosofía*, pp. 36-37; veja-se também K. Marx e F. Engels, *La Sagrada Família o Crítica de la Crítica Crítica*, tradução de C. Liacho (Editorial Claridad, Buenos Aires, 1938), p. 201 e seguintes.

(143) *El Capital*, vol. II, p. 260 (trecho da carta a Annenkov).

quando se confrontam as concepções de Durkheim e de Weber, eles se tornam uma evidência de que é possível combinar diferentemente os postulados da *sociologia positiva* e da *sociologia compreensiva*. Foi por isso, e não por outra razão, que preferimos abordar por último a contribuição de Marx, quando ela antecede, realmente, as outras duas, no tempo.

VI, 7) Aqui, não tentaremos mencionar tôdas as idéias de Marx sobre as condições e os limites da explicação científica dos fenômenos sociais. Pretendemos nos restringir aos aspectos que mais nos interessam. Por isso, iremos abordar somente quatro pontos:

1) *A explicação de situações histórico-sociais*: As ciências humanas não contam com os meios materiais de pesquisas das ciências de laboratório. Nelas "a capacidade de abstração tem que substituir estes meios" (144). Marx entende a *capacidade de abstração* no sentido de capacidade analítica de lidar com materiais empíricos, na reconstrução de situações histórico-sociais e em sua interpretação. "A investigação deverá apreender a matéria em seus detalhes, analisar as distintas formas de seu desenvolvimento e descobrir sua constituição íntima" (145). Semelhante procedimento investigativo envolve, portanto: a) conhecimento empírico das situações particulares, que precisam ser explicadas; b) conhecimento empírico de situações histórico-sociais que têm pontos de contactos com elas (determinação do que é comum, do que se repete ou é geral, nesses termos); c) descoberta da explicação adequada às situações histórico-sociais consideradas. É evidente que a) e b) constituem conhecimentos positivos sobre duas séries reais de fenômenos e que o confronto delas entre si oferece um critério lógico de comparação, que permite isolar, empiricamente, os fatores capazes de explicar o que Marx entendia como a "constituição íntima" do fenômeno investigado.

Esse procedimento, naturalmente, corresponde ao processo de investigação propriamente dito. Na exposição, o especialista é obrigado a omitir muito do que é essencial. O próprio Marx se refere a monografias feitas para "o próprio esclarecimento" cujos resultados não expôs nem nessa obra, nem

(144) *El Capital*, vol. I, p. 64.

(145) *Idem*, p. 74.

em *O Capital*. Doutra lado, há uma implicação operativa inevitável nesse procedimento. Já vimos que Weber, para confrontar duas séries, uma *real* e outra *construída*, era obrigado a limitar-se a um universo empírico determinado. Com maior razão, na manipulação de *duas séries reais* (não importa que uma seja eventualmente observada e outra reconstruída com dados históricos ou que ambas sejam reconstruídas por meios indiretos), semelhante norma se impunha com força impositiva. As duas séries precisam fazer parte de um mesmo universo empírico. Daí a solução a que recorreu Marx: procurou estudar sempre o fenômeno que considerava típico, não no sentido de Durkheim nem no de Weber, mas aquele de cuja explicação se poderia concluir para outros da mesma natureza, independentemente dos graus possíveis e variáveis de "desenvolvimento" ou de "complexidade" (146). O fundamento da generalização, no caso, reside nas peculiaridades empíricas do fenômeno investigado e dos fenômenos que tendem para êle, em seus caracteres essenciais, e na aceitação do princípio do determinismo como um postulado da explicação científica dos fenômenos sociais. O que é verdadeiro para o *fenômeno típico*, seria igualmente verdadeiro para os fenômenos análogos ou similares em aspectos essenciais assinaláveis e a própria formulação dos resultados da investigação em termos de *lei científica* permitiria estender a explicação descoberta a todos êles. A seguinte explanação evidencia, claramente, os fundamentos metodológicos da manipulação generalizadora do que é *típico*, por Marx: "O físico observa os processos desvirtuados pela ação de influências perturbadoras. E, se lhe é possível, realiza o experimento sob condições que são a garantia do desenvolvimento normal do processo. O que nesta obra me proponho investigar é o modo de produção capitalista e suas relações correspondentes de produção e circulação. O lugar clássico dêsse modo é, até agora, a In-

(146). Existem três noções diversas de *tipo*, nas ciências sociais. Durante muito tempo ficamos indecisos em como qualificar a que cabe à caracterização de Marx. Suponhamos que a qualificação deveria sugerir, expressivamente, que o fenômeno considerado realiza em *grau extremo* o conjunto de caracteres que se apresentam, com maior intensidade, em manifestações similares do fenômeno. O conceito estatístico de *moda* dá uma representação precisa dessa idéia, mas seria ridículo aplicá-lo a caracteres não-mensuráveis, além das confusões que poderiam resultar da expressão *tipo modal*. Daí resolvermos aproveitar a noção mesma de *tipo extremo*, que já conta com a familiaridade de alguns especialistas (Cf. especialmente, sobre seu emprêgo, Carl G. Hempel, "Problems of Concept and Theory Formation in the Social Sciences", in *Science, Language, and Human Rights* (University of Pennsylvania Press, Philadelphia, Pennsylvania, 1952), vol. I, pp. 65-86).

laterra. Daí a razão de que a Inglaterra seja o principal exemplo de meu desenvolvimento teórico". "Não se trata do grau de desenvolvimento, maior ou menor, dos antagonismos sociais que derivam das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas leis mesmas, que atuam e se impõem com férrea necessidade. E o país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar em si mesmo, ao de menor desenvolvimento, a imagem de seu próprio futuro" (147).

No processo de investigação, o sujeito-investigador precisa proceder de modo a pôr em evidência: as determinações comuns ao fenômeno considerado, em geral; as determinações comuns ao fenômeno considerado, nas condições em que constitui objeto da investigação; evitar, tanto quanto possível, a separação dos elementos analisados de seu contexto empírico imediato. Essas *regras* (poderíamos designá-las assim) demonstram a necessidade do conhecimento empírico do "geral", do "particular" e do "todo", mas a sua exploração prática é feita de modo a conduzirem à seleção, no "particular", dos fatores realmente explicativos. Isso se justifica pelo fato mesmo de se tratar de interpretações concernentes a fenômenos sociais instáveis, vistos em seus mecanismos regulares de transformação. Vejamos como o próprio Marx se refere ao procedimento de investigação, que acabamos de descrever: "Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que ao falar da produção seria preciso ou bem seguir o processo de desenvolvimento em suas diferentes fases, ou declarar, desde o primeiro momento, que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que na realidade é o nosso próprio tema. Todavia, tôdas as épocas da produção possuem certos traços característicos em comum, determinações comuns. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, pelo fato de que põe em relêvo e fixa o caráter comum, poupando-nos, portanto, as repetições. Esse caráter geral, entretanto, ou êste elemento comum, discriminado pela comparação, está organizado de maneira complexa e diverge em diversas determinações. Alguns dêstes elementos pertencem a tôdas as épocas; outros são comuns a algumas delas. Certas determinações serão comuns à época

(147) *El Capital*, vol. I, pp. 64-65.

mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se os idiomas mais perfeitos têm leis e caracteres determinados que são comuns aos menos desenvolvidos, o que constitui seu desenvolvimento é o que os diferencia destes elementos gerais e comuns. As determinações que valem para a produção em geral devem ser, precisamente, separadas, a fim de que não se perca de vista a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato que o sujeito — a humanidade — e o objeto — a natureza — são os mesmos” (148). [Por isso, aliás, Marx critica duramente os economistas modernos que, ou tomaram explicações válidas para a economia monetária e capitalista como explicações válidas em geral, para toda a vida econômica, ou construíram elaborações interpretativas sobre as determinações comuns, sem deixar patente esse fato e suas implicações na explicação do presente (149)]. Os mesmos raciocínios poderiam ser extraídos das passagens referentes à distribuição. “Em resumo: todos os graus de produção possuem em comum certas determinações que o pensamento generaliza; mas, as chamadas *condições gerais* de toda produção não são outra coisa senão esses momentos abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico real da produção” (150). Quanto à noção de “todo”: “O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade” (...) “Uma [forma] determinada da produção, determina pois [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações recíprocas determinadas destes diferentes fatores” (151). “A grosseria e a incompreensão [dos economistas] consistem, precisamente, em não relacionar senão fortuitamente uns aos outros, em não enlaçar, senão no domínio da reflexão, elementos que se acham unidos organicamente” (152). “Quando se constrói com as categorias da economia política o edifício de um sistema ideológico, os membros do sistema social são deslocados. Os diferentes

(148) *Contribuição à Crítica da Economia Política*, pp. 204-205 (cf., também, p. 288).

(149) Cf. *Miséria da Filosofia*, com prefácio de F. Engels, tradução e introdução de Miguel Macedo (Editora Flama, São Paulo, 1946), *passim*; *Contribuição à Crítica da Economia Política*, *passim*.

(150) *Contribuição à Crítica da Economia Política*, p. 207.

(151) *Idem*, p. 218.

(152) *Idem*, p. 206.

membros da sociedade são transformados em outras tantas sociedades à parte, que chegam umas depois das outras. Como, com efeito, poderia a fórmula lógica do movimento, da sucessão, do tempo, explicar sozinho o corpo da sociedade, no qual todas as relações coexistem simultaneamente e se sustentam umas às outras?” (153).

2) *A formação de conceitos*: O método explicativo apontado procura, portanto, ajustar a inteligência aos fatos de maneira a permitir a compreensão deles em sua complexidade, totalidade e instabilidade. Os fatos precisam ser percebidos e representados, ao mesmo tempo, em sua unidade e em sua diversidade. A semelhante método corresponde, naturalmente, um processo de construção de conceitos que pretende apanhar a realidade em sua unidade e em sua diversidade — os conceitos se tornariam, então, categorias do pensamento plenamente saturadas da realidade empírica ou melhor passariam a desempenhar a função de reproduzi-la como algo concreto. Em outras palavras, diante das condições lógicas e históricas, que precisam ser preenchidas pelos conceitos científicos, Marx se inclina por uma solução em que a preocupação pela construção de um sistema logicamente homogêneo de conceitos universais ou gerais é substituída pela decisão de restringir a validade lógica de qualquer conceito à sua capacidade de reproduzir plenamente uma realidade dada. Somente as determinações comuns, que não entrassem em choque com as determinações peculiares essenciais, poderiam ou mereceriam ser retidas. Em sua teoria, aliás, é francamente aceito que os conceitos ou categorias, relativos a sociedades mais diferenciadas, alcançam maior nível de abstração e podem conter elementos relativos a estados anteriores das mesmas sociedades. Contudo, exclui toda possibilidade de estender semelhantes conceitos a tais estados (exemplo: a forma capitalista de produção contém elementos de sistemas econômicos anteriores, sem contudo ser possível explicá-los através das leis que regem o funcionamento do sistema capitalista: cf. *Contribuição à Crítica da Economia Política*, *passim*). As seguintes citações permitirão caracterizar melhor o pensamento de Marx sobre todos esses pontos: “Quando estudamos um país determinado do ponto de vista da economia política, começamos por sua população, a divisão desta em classes, seu estabelecimento nas

(153) *Miséria da Filosofia*, p. 103. Esse texto indica, doutro lado, qual era o pensamento de Marx sobre a importância específica da análise funcional na interpretação dos fenômenos sociais.

idades, nos campos, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia pela população, que é a base e o sujeito de todo o ato social de produção. Todavia, bem analisado, este método seria falso. A população é uma abstração, se deixo de lado as classes que a compõem. Estas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. Se começasse, portanto, pela produção, elaboraria uma representação caótica do todo e por meio de uma elaboração mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado, chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a este ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém, com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro foi o caminho seguido pela nascente economia política. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; mas, terminam sempre por descobrir por meio da análise certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Estes elementos isolados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como Trabalho, Divisão do Trabalho, Necessidade, Valor de Troca, até o Estado, a Troca entre Nações e o Mercado Universal. O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, o ponto de partida também da percepção e da representação. No primeiro método a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as de-

terminações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento" (154).

Marx insiste em que a "totalidade concreta", assim representada, constitui uma elaboração do pensamento. Mas o objeto concreto é independente dessa representação conceptual e serve de teste para ela (155). Em poucas palavras, "as *categorias econômicas* não são outra coisa que expressões abstratas dessas relações atuais" [relações sociais] e "só são verdadeiras à medida em que estas últimas existem na realidade" (156). Donde resulta, por causa das relações entre as *determinações gerais* e as *determinações particulares*, nos *fenômenos* econômicos, que certas categorias simples, como o trabalho, originariamente entrosado em "todos" mais simples, acabam se integrando em "todos" mais complexos e exprimindo, nestes, relações que já existiam antes (157). Como o elemento explicativo reside nas determinações que separam os "todos" uns dos outros, e não naquelas que são comuns por serem elementares, é preciso tomar cuidado no sentido de fazer com que cada categoria seja definida em face do "todo" a que se refira (condição para compreender o real como "concreto"). Isso implica em que as categorias sejam concebidas como representações que precisam ser constantemente redefinidas, quer dizer, como "categorias histórico-sociais". Assim, pode-se pôr em evidência "o papel distinto que as mesmas categorias desempenham em diferentes graus da sociedade" (158). Trata-se de uma condenação completa à pretensão de construir um sistema de conceitos de aplicação universal, a qual pressupõe uma solução própria às investigações que Gurvitch designou como *macro-sociológicas* (defesa do princípio de que os conceitos relativos aos fenômenos sociais devem ser gerais e abstratos, mas dentro de limites empíricos precisos). "Assim, estas idéias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São *produtos históricos e transitórios*" (159). Em síntese, "... até as categorias mais abstratas, apesar de sua validade — precisamente por causa de sua natu-

(154) *Contribuição à Crítica da Economia Política*, pp. 219-220. A passagem relativa ao concreto como verdadeiro ponto de partida se explica facilmente: ele é, naturalmente, o dado que se dá imediatamente ao sujeito.

(155) *Idem*, p. 221.

(156) *El Capital*, vol. II, p. 265.

(157) Cf. *Contribuição à Crítica da Economia Política*, pp. 221-222.

(158) *Idem*, p. 227.

(159) *Miséria da Filosofia*, p. 103; cf. também *El Capital*, vol. II, p. 267.

reza abstrata — para tôdas as épocas, são, contudo, no que há de determinado nessa abstração, do mesmo modo o produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições, dentro dos limites destas mesmas condições” (160). Já vimos que essa possibilidade é explicada, por Marx, através da inclusão de um elemento como o trabalho em sistemas econômicos progressivamente mais complexos. A categoria que reproduz o elemento no termo da cadeia, contém determinações válidas para as formas anteriores de vida econômica em que aquêle elemento se integrara. Seu valor interpretativo, porém, é restrito logicamente às condições com referência às quais se pretenda defini-la, como uma reprodução do real. Por isso, escreve que mesmo “a abstração mais simples [o trabalho], que a economia moderna coloca em primeiro lugar e que expressa uma relação antiga e válida para tôdas as formas de sociedades, não aparece, entretanto, como praticamente certa nesta abstração senão como categoria da mais moderna sociedade” (161).

3) *A técnica da inferência indutiva:* Pelo que já vimos, a formação de inferências indutivas, concernentes a relações e a processos considerados como *realidade*, representa algo complexo e difícil. A exposição anterior ilustra o procedimento usado por Marx com referência à constituição de “categorias econômicas” que poderiam ser designadas como trabalho, valor, troca, preço, etc. Aqui, iremos apreciar, brevemente, a parte mais característica da aplicação indutiva do método dialético, a qual consiste na formulação de *leis naturais* — assim chamadas por Marx porque são “necessárias” e “inevitáveis”, mas que são por êle concebidas como leis histórico-sociais. Também se refere a elas com a conhecida expressão “*categorias econômicas*”, pois elas constituem, de fato, representações racionais sintéticas das condições de vida econômica e das relações sociais vigentes em cada sistema econômico.

Como acontece com os conceitos, as leis econômicas não são “leis eternas”, mas “leis históricas”; “pois se têm o caráter de leis, é somente graças a um desenvolvimento histórico

(160) *Contribuição à Crítica da Economia Política*, p. 224. Exemplo fornecido por Marx: o trabalho na economia capitalista, como meio de produzir riqueza em geral.

(161) *Idem*, *loc. cit.*

particular, a um desenvolvimento concreto das forças produtivas” (162). O método dialético oferece ao sujeito-investigador a possibilidade de ajustar-se intelectualmente à realidade social de modo a compreendê-la sob o tríplice aspecto em que ela pode apresentar-se, através de regularidades bem definidas: quanto às condições de formação de um dado sistema social; quanto às condições que intervêm na preservação desse sistema social; e quanto às condições que podem alterar a “constituição íntima” do sistema social considerado e o sentido dessa alteração. Uma explicação dessa ordem pretende reter os fenômenos sociais em sua “dinâmica real”, aspirando interpretar, positivamente, a origem, a vigência e a transformação dos processos sociais.

Para atingir êsse fim explicativo, precisa o especialista pôr em evidência “o caráter essencial” do fenômeno investigado (163). No caso, porém, a abstração do essencial segue um caminho bem diverso do que se evidencia na técnica de Weber ou na de Durkheim. O *essencial*, numa pesquisa de relações que operam causalmente mas que se alteram continuamente em sua configuração e atividade, em determinados períodos de tempo, é naturalmente algo que permita explicar *como* e *porque* se produzem determinadas alterações da ordem social. Precisa ser, forçosamente, um fator construtivo e operativo, que contenha aquilo que Marx chamava de “determinações comuns” (na linguagem sociológica moderna: as condições elementares e os processos sociais que se repetem ou recorrentes) e aquilo que êle entendia como as “determinações particulares” (e que nós chamamos, atualmente, de condições sociais emergentes e processos sociais *in flux*), de maneira tal que as segundas possibilitem uma elaboração interpretativa causal. É claro que esta elaboração resulta do confronto das duas séries reais, a que nos referimos acima, característica de semelhante procedimento interpretativo: todo efeito que não possa ser imputado a uma constelação de determinações comuns é presumivelmente produzido por determinações tópicas recentes. As teorias de Marx sobre a formação do capitalismo e de seu desenvolvimento nas fases de expansão e de declínio ilustram muito bem como explorava êsse procedimento

(162) *El Capital*, vol. II, p. 265.

(163) Cf. F. Engels, *Socialism: Utopian and Scientific*, tradução de E. Aveling, com introdução de F. Engels (George Allen & Unwin, Londres, 1950), pp. 43-44. A expressão entre aspas é de autoria de Engels.

[em especial: a manipulação das noções de *mais valia absoluta* e de *mais valia relativa*. Enquanto aquela poderia se apresentar em outros modos de expropriação dos produtos do trabalho, a segunda é característica de um modo específico de produção, o capitalista. Assim, a produção da "mais valia absoluta" é interpretada como a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da "mais valia relativa", mas esta oferece os fundamentos para a interpretação do sistema capitalista industrial moderno; cf. *El Capital*, II, secção quinta]. Esta orientação interpretativa, que conduzia à manipulação concomitante dos fatores gerais ou comuns e dos fatores particulares ou propriamente *históricos*, é até certo ponto peculiar ao horizonte interpretativo dos economistas alemães, desde Adam Müller e List aos representantes mais conspícuos da *Escola Histórica*. As condições de desintegração da antiga ordem feudal e de formação do capitalismo não foram homogêneas na Europa. Por isso, os economistas alemães foram levados, do ponto de vista metodológico, a submeter a teoria econômica dos clássicos a uma crítica que punha em relêvo, principalmente, a relação que existia entre o liberalismo econômico e as condições da vida econômica inglesa e, em menor grau, francesa (os dois países economicamente mais adiantados da Europa, nos começos do século XXI). Assim, acabaram encarando os fenômenos econômicos de uma perspectiva que implicava em uma explicação do desenvolvimento econômico desigual das nações européias e se interessaram, especialmente, pelos fatores variáveis da vida econômica. Marx não só foi o herdeiro dessa forma de abordar o objeto da análise econômica, mas ainda o seu crítico e, porventura, o único que conseguiu libertar-se da influência direta ou indireta de interesses sociais, ligados com as flutuações da política econômica alemã.

De qualquer modo, convém ressaltar que o grau de generalidade da inferência indutiva, estabelecida por meio do procedimento indicado é certamente limitado. Quando a explicação pode ser formulada em termos de lei científica, ela se aplica tanto aos fenômenos investigados diretamente, quanto às situações em que eles tendem a combinar-se de maneira idêntica ou similar (lembramos o exemplo, já mencionado, da significação teórica do estudo do capitalismo na Inglaterra). Daí, embora a explicação só convenha e seja legítima com referência a um universo empírico determinado, ela possui um

caráter "geral" e não um caráter "particular". Ela não possui o caráter de uma *explicação histórica*, no sentido tradicional (explicação de acontecimentos e de ocorrências que não se repetem ou explicação do individual); mas corresponde às necessidades lógicas da reelaboração da noção de *lei*, quando se tem em mente explicar processos sociais, que variam no tempo, em cada sistema social. Em síntese, as fórmulas explicativas, construídas dialéticamente: a) descrevem relações causais que são gerais com referência às condições consideradas na interpretação do fenômeno; b) elas possuem plena validade onde e quando o fenômeno considerado se apresenta nas condições em que as relações causais descritas são objetivamente possíveis e necessárias. Nas seguintes passagens evidencia-se o desaprêço de Marx às tentativas de *explicação histórica* dos fenômenos sociais que não correspondem a esse critério de interpretação generalizadora: "O capital é a potência econômica que na sociedade burguesa domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade rural. Depois de ter considerado separadamente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca. Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram uma ação determinante" (164); enfim, "não se trata do lugar que as relações econômicas ocupem historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedades" (...) "Trata-se de sua conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna" (165).

4) *A verificação da inferência indutiva*: Do ponto de vista teórico, como toda espécie de conhecimentos, as explicações obtidas através do método dialético podem "ser verificadas de uma maneira puramente empírica" (166). Por sua natureza, porém, o conhecimento dialético comporta uma verificação de outra espécie. Se fôr um conhecimento verdadeiro, como diz respeito a tendências de desenvolvimento inerentes ou imanentes à realidade, poderá ser confirmado *a posteriori*, com base no acerto das previsões e permitirá acelerar, em determinadas condições e dentro de certos limites naturais, a própria transformação da realidade. Nesse sentido, afirma

(164) *Contribuição à Crítica da Economia Política*, p. 227.

(165) *Idem*, loc. cit.

(166) Cf. Karl Marx e Friedrich Engels, *The German Ideology*, editado com uma introdução de R. Pascal (International Publishers, Nova York, 1939), pp. 6-7.

Marx: "A questão de saber se ao pensamento humano cabe verdade objetiva não é uma questão de teoria, mas uma questão prática. Na prática o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a ceterioridade de seu saber. A discussão da realidade ou não-realidade de um pensamento, que se isole da prática, é mera questão escolástica" (167).

(167) "Marx über Feuerbach", § 2, in F. Engels, *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der Klassischen Deutschen Philosophie* (Felix Meiner Verlag, Leipzig, s. d.), p. 52.

CAPÍTULO VII

Os Processos de Inferência Indutivo-qualitativa

VII, 1) As análises, feitas até agora, demonstram certas características da indução sociológica e certas tendências no desenvolvimento do raciocínio indutivo na sociologia, que merecem uma consideração especial. Em face dos resultados das exposições, podemos retornar a Cournot: sem dúvida, êle penetrou profundamente no cerne do problema, ao afirmar que os dados relativos às ações humanas ou aos seus produtos podem ser interpretados racionalmente, que o fortuito aí não tem razão de ser e que o conhecimento das condições e fatores, causalmente operativos, depende apenas da habilidade intelectual dos investigadores em lidar com os casos através dos quais tais fenômenos caem sob seu campo de análise racional. Mas, a sua intuição mais penetrante diz respeito à solução material que proporcionou ao processo da inferência indutiva: não é o número de casos ou de instâncias, porém, o modo de tratá-los que nos permite conhecer a natureza das coisas, que dá à razão os meios para representar o que é *essencial* e o que é *acidental* nas ações humanas e no seu encadeamento. Quando lidamos com massas de fenômenos, o *acidental* perde toda significação interpretativa; então, o que é *constante* e *essencial* surge como o que deve ser considerado, como o que pode explicar porque um fato tende a repetir-se ou em que condições podemos esperar a repetição de certos fatos. Quando tratamos com fenômenos instáveis, em que a repetição e a variação se apresentam como algo dado na realidade, tanto o *constante* ou *essencial* quanto o *acidental* possuem uma significação interpretativa; então, ambos surgem como elementos indispensáveis à explicação do equilíbrio instável, para o qual tendem sempre as sociedades humanas. Nas duas ordens de pesquisas, entretanto, o procedimento racional recomendado é o

mesmo: pôr em evidência o que é *essencial* e descobrir sua importância explicativa. O lado positivo da contribuição de Cournot consiste, basicamente, na solução que propôs: o número de casos ou de instâncias a ser considerado depende do tipo de pesquisa. A legitimidade da proposição inferida não repousa no número de casos ou de instâncias, mas no modo de lidar com o *essencial* na explicação das regularidades descobertas.

VII, 2) Essa solução representava a afirmação lógica de um princípio de explicação científica nas ciências sociais: a razão é suficiente, por si própria, para criar os meios de análise e de interpretação do real. Em cada setor da ciência ela é capaz de descobrir os procedimentos mais adequados para se chegar a conhecimentos positivos e verdadeiros. No campo das ciências sociais, onde o "critério experimental" da estatística só se aplica aos fenômenos de massa, ela terá que operar através dos seus recursos mais íntimos, para descobrir nos fatos os seus caracteres constantes e variáveis. Este novo critério não é outro senão o "critério racional", explorado de forma científica: opera sobre dados de fato e procura nêles descobrir as uniformidades que permitem explicá-los cientificamente. Os demais autores, que examinamos, afirmam a mesma coisa de outras maneiras: "capacidade de abstração" (Marx); "experimentação ideal" (Weber); "cálculo mental" (Durkheim) (168). Com isso, voltamos à noção de *ciência*, em sua forma mais pura, quando ela não fôra ainda afetada pelos resultados do labor científico dos astrônomos, dos físicos e dos químicos. "Só resta um método, muito simples; a meu entender consiste em conduzir os homens até os fatos, a fim de que sigam sua ordem e encadeamento" (169). Hoje se esquece essa verdade fundamental, porque certos meios de chegar aos fatos passaram a ser encarados como característicos da explicação científica. Em disciplinas novas, porém, em que os procedimentos experimentais e quantitativos não são amplamente exploráveis, nada se pode fazer senão percorrer o caminho já trilhado pelas próprias ciências experimentais, tomando o ponto de partida mais modesto e direto, apontado por Bacon nessa passagem célebre.

(168) Quanto a Durkheim, cf. *Les Règles de la Méthode Sociologique*, p. 74 (as explanações similares de Marx e Weber já foram citadas acima).

(169) F. Bacon, *Novum Organum*, tradução de L. A. Fischer (Brasília Editôra, Rio de Janeiro, s. d.), livro I, § xxxvi.

VII, 3) Todavia, no que concerne à formação de inferências indutivas através da análise racional dos fenômenos sociais, prevaleceram as condições de trabalho intelectual que se impunham em cada setor da investigação sociológica. Assim, constituiu-se um completo sistema de processos de indução, que atendem peculiarmente: à natureza das pretensões interpretativas, possíveis na sociologia; à complexidade dos fenômenos, que precisam ser explicados sociologicamente; e à variedade de problemas sociológicos, criada por aquelas pretensões interpretativas. Sob este aspecto, as sugestões de Cournot são infrutíferas e inseguras. Mesmo com referência à explicação de fenômenos e de problemas a que se aplicava a alternativa por êle posta em evidência (*essencial* por *acidental* na história), verificou-se que é imprescindível escolher o fator que nessa dupla determinação possui um papel determinante ou pode ser encarado como o elemento verdadeiramente explicativo. Do ponto de vista sociológico, aliás, patenteia-se que acertou ao assinalar a necessidade da manipulação concomitante dos dois tipos de fatores na interpretação de uniformidade de seqüência. Mas, ficou muito aquém das exigências lógicas da explicação sociológica desses fenômenos, já que não conseguiu manipular, convenientemente, os fatores *constantes*, na pesquisa dos processos sociais recorrentes, e os fatores *acidentais*, na pesquisa dos processos sociais emergentes (ou "históricos").

VII, 4) É preciso que se reflita sobre a natureza e as implicações das soluções aos problemas da indução, contidas nas contribuições de Durkheim, Weber e Marx. É nosso pensamento que elas não traduzem meras inclinações ou preferências intelectuais de cada um desses autores. Ao contrário, parece de todo evidente que elas incidem sobre questões essenciais, que precisavam ser resolvidas, antes que os sociólogos pudessem se lançar em pistas novas, capazes de conduzir a maior integração sistemática da teoria sociológica. Não podemos discutir esta questão aqui. Contudo, podemos indicar que enxergamos em cada uma das orientações propostas uma possibilidade legítima de abordagem e solução dos problemas da explicação na sociologia. Aí está o ponto essencial da discussão. Os novos desenvolvimentos da teoria sociológica dependem, fundamentalmente, da capacidade que revelarmos na fusão dessas orientações, separadas no passado, mas naturalmente interdependentes e complementares. As diferenças mais salientes e desarmonio-

sas, que existem entre elas, não emanam propriamente da natureza da análise sociológica, pois derivam ou de influências de correntes filosóficas ou de maneiras peculiares de entender os limites e os fundamentos da explicação científica. Elas podem ser, portanto, superadas, desde que se encontrem os princípios que permitam unificar pela base a própria explicação sociológica. Algumas contribuições modernas, especialmente a de Freyer, demonstram que isso é possível⁽¹⁷⁰⁾. Deve-se evitar, apenas, o recurso excessivo a ideais de integração teórica próprios de uma compreensão filosófica do problema, como acontece, infelizmente, com esse autor.

VII, 5) Retomando os temas discutidos separadamente, em uma ordem diferente de exposição, podemos dar uma espécie de balanço na significação teórica das contribuições examinadas:

1.º) É claro que a pretensão de construir conceitos capazes de tornar possível a espécie de "experiência", exigida pelo conhecimento sociológico, conduz de forma imediata à consideração dos fenômenos sociais "elementares" e desloca a discussão ou o exame dos problemas sociológicos propriamente ditos para as esferas em que aquelas "experiências" podem se dar ou ocorrer. Daí o aspecto aparentemente contraditório da obra de Weber e as dificuldades que ela levanta aos especialistas, que não a compreendem de modo conveniente. O contraste dos princípios metodológicos e do sistema de conceitos, por ele construídos, com a sua maneira pessoal de conduzir as investigações empíricas parece sublinhar uma incapacidade qualquer de resolver o problema da ligação dessas duas etapas da investigação sociológica. A nosso ver, porém, como já mencionamos, aí não se revela senão uma solução muito pessoal no entrosamento da "sociologia pura" com a "sociologia empírico-indutiva". E nós estamos longe de ter extraído dela todos os ensinamentos inspiradores que ela contém. Nessa solução se condena, completamente, os ensaios anteriores de "sociologia construtiva", que faziam da chamada *sociologia sistemática* uma disciplina de natureza especulativa ou envolviam o recurso abusivo a métodos axiomáticos de interpretação⁽¹⁷¹⁾. Ao mesmo

(170) Apesar das críticas que podem ser feitas à sua tentativa de síntese dos modelos de explicação, elaborados por Marx e por Max Weber.

(171) Em um plano menos cronológico e mais geral: até que ponto tentativas como as de Tönnies e Wiese não são logicamente íntegras; e em que sentido constituem, predominantemente, uma representação abstrata de condições de existência social vigentes nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, no passado e no presente.

tempo, ela se opunha ao tipo de labor sociológico ligado com as chamadas orientações da "sociologia da cultura", que acabaram confundindo a explicação sociológica com uma forma mais abstrata do tratamento interpretativo de temas da história cultural⁽¹⁷²⁾. Com referência à primeira orientação, desenhasse sua preocupação de construir univocamente um sistema de conceitos válidos universalmente, isto é, válidos para todos os sistemas sociais em que certos fenômenos, descritos pelos referidos conceitos, se apresentassem. O procedimento oferecido pelo método dos *tipos ideais* permitia abstrair o "essencial", tornando-se o conceito uma "utopia" ou uma "ficção útil" explorável como meio intelectual de conhecimento da realidade (como "esquema interpretativo", no sentido de Kaufmann) e funcionando como forma lógica do entendimento, em sua qualidade de instrumento analítico para o domínio intelectual dos dados empíricos⁽¹⁷³⁾. Assim, alcançava-se um máximo de *universalidade* na construção de conceitos e um mínimo de *unicidade* na ordenação deles em um sistema lógico. Nesse plano do labor sociológico se impunha naturalmente um procedimento estritamente "teórico": o "fundamento nas coisas" dos conceitos aparecia como mero ponto de partida ou como condição implícita (aqui se encontram as principais analogias das soluções de Weber com as de Simmel; os conceitos como abstração de formas). Em semelhante terreno, o problema da "prova" ou da "verificação" não se coloca no sentido da tradição científica positivista. Seria, a rigor, impraticável pretender examinar se um conceito de suposta validade universal se aplicaria a todas as situações possíveis de ocorrência do fenômeno nele descrito. Todavia, o confronto do conceito com algumas situações extremas oferecia uma base empírica suficiente para a avaliação de sua consistência e do modo em que poderia conter as condições elementares ou essenciais do fenômeno, nas alternativas teoricamente mais significativas. Weber explora abundantemente esse recurso em *Economia e Sociedade*, a ponto de facilitar a confusão de seu procedimento com o que resulta da abstração do geral por meio da comparação de situações similares em sistemas sociais diversos. Passando-se desse terreno para o da aplicação dos conceitos assim construídos, podia-se, não obstante, praticar uma espécie de correção empírica dos

(172) O que se pode exemplificar com contribuições de autores como Alfred Weber ou Max Scheler.

(173) Cf. "Objectivity in Social Science", p. 106.

mesmos. Por exemplo: a noção de *dominação carismática* se aplica, naturalmente, a tôdas as situações possíveis em que o exercício do poder se associa ao reconhecimento de dotes carismáticos e da legitimidade da autoridade das pessoas que os possuem. Nas diversas situações de fato, porém, poderá ser conveniente proceder a uma adequação do conceito, para ressaltar as peculiaridades de determinadas manifestações da dominação carismática, que possam interessar a uma investigação particular. Dêsse modo, Weber conseguiu evitar as dificuldades que prejudicam as tentativas de caráter "construtivo" nas ciências humanas, postas em relêvo principalmente nos estudos de Dilthey. Com referência à segunda orientação, da "sociologia da cultura", Weber opõe um procedimento preciso de interpretação, baseado: a) no uso de conceitos unívocos de modo uniforme; b) na manipulação de dados empíricos estritamente selecionados com fundamento nas condições e necessidades de uma interpretação generalizadora — o "experimento ideal" conduz o especialista, diretamente, aos fatos interpretativamente relevantes, incluídos, na *série construída racionalmente*: a comparação desta com a *série real* facilita a passagem das causas supostas aos efeitos conhecidos e portanto proporciona um meio racional de seleção dos fatores realmente operativos; c) na definição dos problemas a serem investigados através de pontos de referências regionais e empíricos: os problemas de real interesse científico se evidenciam no momento do confronto das duas séries, quando se determina se as antecipações do especialista são ou não corretas; d) no rigor colocado na verificação da inferência: ela é feita de forma empírica e tendo em vista os fatos relevantes da situação empírica investigada, no segundo confronto exigido pelo procedimento interpretativo dos tipos ideais, e que consiste, como vimos, na análise da consistência dos fatores interpretativos selecionados, racionalmente, no confronto prévio das duas séries (cf. o exemplo da "lei" de Gresham). Em suma, contra a desorientação que se estabeleceu no campo da *sociologia da cultura* (ou da *sociologia aplicada*, no sentido que se lhe deu na Alemanha), por causa das influências contraditórias exercidas pela explicação histórica e pela assimilação precipitada de ideais de interpretação fenomenológicos, Weber reagira de maneira a orientar a investigação empírica no sentido de alcançar o máximo de rigor, de precisão e de objetividade possíveis em uma disciplina científica em formação. O segredo do seu êxito

está, em grande parte, na decisão com que separou as duas esferas da sociologia, visando evitar a confusão de critérios de investigação. E na felicidade com que pôs em comunicação frutífera as duas esferas assim separadas, fazendo com que elas perdessem o caráter de divisões estanques (para o que muito contribuiu a exploração de um mesmo método interpretativo) e com que o desenvolvimento de cada um dos setores pudesse se refletir criadoramente no outro.

2.º) É evidente, porém, que por sua própria natureza, o método dos tipos ideais só permite lidar com as ações e relações humanas capazes de se integrar em regularidades ou uniformidades de seqüência definíveis através de "conceitos estáticos", isto é, conceitos relativos a processos sociais recorrentes, dotados de alguma persistência ou duração, e os apanha em unidades definidas de tempo e nos limites estritos destas unidades (nas quais tais ações e relações se atualizam). O pressuposto lógico da abstração consiste, nas interpretações dessa ordem, em admitir que o que é *essencial* (ou típico) se repete⁽¹⁷⁴⁾. Em conseqüência, caem fora do horizonte interpretativo do investigador tanto o que se apresenta como algo *in flux*, quanto a própria concatenação lógica da realidade, nos seus limites mais extremos, através da construção de conceitos e fórmulas sintetizadoras, aplicáveis à descrição de regularidades ou uniformidades de seqüência irreversíveis e cíclicas. Existe, sem dúvida, uma grande probidade intelectual atrás dessa forma de representar as possibilidades da sociologia. Em particular, porque fica explícito que tôda interpretação é uma atividade intelectual de um sujeito qualquer e que, portanto, não devemos encará-la senão em termos da posição dêle diante da realidade e das perspectivas de conhecimento abertas por tal posição. Mas, por curioso que pareça, essa profissão relativista de modéstia intelectual concede ao sujeito-investigador uma liberdade tão grande de manipulação racional da realidade, que êle mesmo acaba fixando *como e porque* os motivos e as condições externas da ação social devem ser considerados e restringindo, antecipadamente, os critérios através dos quais julgará a veracidade das próprias afirmações.

É preciso insistir na principal característica da técnica de inferência indutiva, explorada por Weber. Como vimos, a generalização é nela obtida por meio da abstração do *essencial*.

(174) Cf. F. Znaniecki, *The Method of Sociology*, op. cit., p. 251.

Mas, o que é *essencial* nos fenômenos estudados, de preferência, por Weber: as ações e relações entre agentes sociais? Wiese assinala, muito bem, que êsses fenômenos são caracteristicamente instáveis e lábeis. Porém, êles se alteram continuamente, segundo um padrão definido, estável e reconhecível. Descoberta a fórmula de manifestação do fenômeno, ela pode ser aplicada, dentro dos limites impostos pelas condições em que é êle considerado, a tôdas as situações similares. A fórmula descreve a rigor um processo que tende a repetir-se conforme determinado padrão (descrito por Weber através da mútua conjugação da *conexão de sentido* e da *conexão causal*). Por isso, a generalização pode assumir a forma prescrita, de abstrair os caracteres essenciais do fenômeno, sob a presunção de que nêles repousa a repetição do mesmo, mantendo-se estáveis as demais condições. O número de casos ou de instâncias a considerar passa a ser menos relevante que a técnica de interpretação racional dos casos ou instâncias significativos, pois a descoberta dos fatores explicativos só depende da massa de dados ou de instâncias quando se trata de fenômenos com sentido expressos estatisticamente. Doutro lado, o conhecimento obtido pode ser *verificado experimentalmente* (isto é, com base na *experiência*), pela circunstância de referir-se a fenômenos instáveis, que tendem a repetir-se continuamente, conforme determinado padrão. O investigador pode manipular, no período de verificação empírica dos resultados da interpretação, dados ou instâncias similares aos manipulados antes, no período da *experimentação ideal*. Encarados dêsse prisma, os processos da interação social podem ser submetidos a uma investigação tão objetiva quanto os fenômenos produzidos artificialmente no laboratório. A própria vida em sociedade representaria, por si mesma, um laboratório pôsto à disposição do sociólogo, embora sem comportar a exploração de técnicas artificiais de produção material dos fenômenos.

Em conseqüência, vê-se claramente a que levou o esforço de Weber, em separar as duas esferas da sociologia (a sociologia pura e a sociologia empírica) e de restringir o campo da primeira (a certos princípios metodológicos e à ordenação lógica de conceitos sociológicos de aplicação universal). Fêz com que o interesse da investigação sociológica se concentrasse na observação e na interpretação de certos processos sociais elementares que, ou se repetem universalmente em todos os sistemas sociais, ou se reproduzem em diversos sistemas sociais,

independentemente do grau de similaridade dêles entre si. Sua técnica de formação da inferência indutiva excluía, porém, a possibilidade de uma interpretação que forçasse as situações empíricas investigadas, ao contrário pois do que acentuam seus intérpretes idealistas e fenomenologistas (que vêem nos conceitos construídos de forma típico-ideal um instrumento de interpretação conformadora da realidade, quando o próprio Weber os explorava como meras condições lógicas da *experiência*). A *adequação de sentido* e a *adequação causal* conduziam a investigação sociológica dos processos de interação social, quanto aos modos de suas manifestações e quanto aos efeitos regulares e previsíveis, em uma direção estritamente empírica. Nada repugnava tanto ao espírito extremamente positivo de Weber quanto a disposição intelectual dos *organicistas* de imputar funções universais idênticas a processos sociais formalmente semelhantes mas integrados em diferentes sistemas sociais. Aliás, é verdadeiramente fascinante a mestria com que Weber conseguiu resolver de maneira empírico-indutiva um dos problemas centrais da investigação sociológica, pondo em evidência, de uma vez por tôdas, que os processos sociais de interação humana nada permitem explicar senão quando considerados em termos de condições limitadas de tempo e de espaço (como processos que se atualizam em certas condições de convivência, às quais se vinculam os padrões que regulam socialmente o curso exterior e os motivos internos das ações e relações humanas). Nesse ponto, pode-se admitir que existe concordância completa entre Weber, Durkheim e Marx. Êstes também pensavam que os processos sociais elementares e universais só são explicativos quando elaborados interpretativamente com referência às condições particulares de sua manifestação em cada tipo de sociedade. Além disso, é óbvio que a influência de Weber marca, profundamente, todo um setor teórico da sociologia moderna, como o atestam as obras de Thomas, Znaniecki e outros⁽¹⁷⁵⁾.

Todavia, Weber se desinteressou de questões que podem, por sua vez, constituir setores fundamentais de desenvolvimento da teoria sociológica. Sua concepção do real e, especialmente, da natureza da explicação científica, excluía tais questões de seu horizonte intelectual, como problemas sociológicos relevantes. Chegou mesmo a condená-las ou a lhes negar interesse

(175) Cf., especialmente, a teoria de W. I. Thomas sobre a interpretação sociológica das ações e relações sociais em termos da *situação social*.

própriamente explicativo no primeiro capítulo de *Economia e Sociedade*. Duas dessas questões poderiam ser formuladas da seguinte maneira: As condições que garantem a regularidade existente no curso exterior e na manifestação dos motivos subjetivos das ações e relações sociais por acaso se ligam entre si de modo a constituírem uma unidade definida de investigação? A formação e a alteração dos sistemas de valores, dois processos inteiramente ligados à convivência humana, não poderiam ser investigados sociologicamente, em sua conexão completa com as modificações das formas de convivência humana e com as transformações correlatas das condições das regularidades expressas na atualização de ações e relações sociais? Sem dúvida, a possibilidade de colocar-se à análise sociológica questões dessa natureza depende, naturalmente, do modo de considerar-se sociologicamente a própria realidade social. Mas, se esta não se apresenta à investigação sociológica de uma só faceta, é evidente que ela precisa ser encarada de diferentes perspectivas e que toda restrição dogmática do ponto de vista sociológico constitui, por si mesma, uma limitação das tarefas de pesquisa dos sociólogos.

3.º) Neste plano, passamos a Durkheim e a Marx, cujas orientações metodológicas possuem, também, uma significação clara, na delimitação do ponto de vista sociológico. Trata-se, agora, de explicar *como* e *porque* as situações sociais de vida tendem a reproduzir-se ou a transformar-se de certa maneira, segundo padrões bem definidos de estabilidade social ou de mudança social. Em semelhante ordem de preocupações, duas suposições são fundamentais: a) A emergência coordenada das condições externas e dos motivos subjetivos das ações sociais se produz porque ambos se vinculam, objetivamente, entre si, através de situações sociais de vida cuja ocorrência não depende em grau apreciável nem da escolha dos agentes, nem da combinação fortuita de fatores aleatórios. b) Em cada nível da convivência humana as situações sociais de vida tendem a integrar-se em configurações ou totalidades orgânicas, assumindo assim, com frequência, um padrão estrutural definido e um ritmo regular de atualização. Por isso, com referência a tais totalidades, entendidas sob este aspecto, o emprêgo de termos como "estrutura" e "organização" não possui nenhum sentido metafórico. Podem-se analisar tais totalidades tendo em mira explicar-se como elas se constituíram, como elas se mantêm ou como elas se transformam (como, por exemplo, na aná-

lise sociológica de um grupo como a família ou de uma instituição como a igreja). Se se tomar como ponto de referência a totalidade mais inclusiva ou global (a sociedade ou a comunidade), a análise terá por objeto processos que se manifestam, através das ações e relações de agentes sociais, diretamente na "estrutura" e na "organização" da totalidade social inclusiva considerada. Embora não possamos entrar, aqui, na discussão desses problemas da teoria sociológica, é evidente que o que distingue, logicamente, a abordagem de Weber das de Durkheim e de Marx é a escolha do elemento que deve ser suposto *estável* na análise sociológica. Weber supõe estáveis determinadas condições e motivos, para poder analisar os efeitos das alterações próprias a certos processos de convivência humana (os quais chamamos de *processos de interação social*). Durkheim e Marx supõem estáveis esses processos (quanto ao reconhecimento de sua necessidade e de sua repetição), para poderem analisar os efeitos das alterações próprias às condições e aos motivos que os cercam e verificar, assim, se tais efeitos possuem, por sua regularidade e atividade, o caráter de um processo que afete a sociedade como um todo.

4.º) Durkheim se interessou pela análise de tais fenômenos: quanto ao modo de integração de totalidades da mesma espécie e quanto aos processos que operam em diversas sociedades do mesmo tipo, produzindo efeitos idênticos ou comparáveis no sentido de preservar ou de alterar a forma de integração do todo. Daí o procedimento interpretativo que escolheu: construir "tipos médios", através da abstração de traços comuns à constituição, ao funcionamento ou à evolução de sociedades da mesma espécie; ou supor essenciais os caracteres que se repetissem em determinado *tipo social*, abstraindo assim com base no que fôsse "geral". Todos os traços flutuantes ou variáveis, que não conviessem à maioria das totalidades ou que não pudessem ser supostos sociologicamente "normais", com referência a uma totalidade dada, deviam ser eliminados como não-significativos⁽¹⁷⁶⁾. Assim, o "tipo médio" surgia como: um "ser esquemático que podemos constituir ligando em um mesmo todo, em uma espécie de individualidades abstratas, os caracteres mais frequentes na espécie com as suas formas mais frequentes"⁽¹⁷⁷⁾. Em consequência, como o fi-

(176) Cf. *Les Règles*, cap. III, *passim* (especialmente p. 55).

(177) Cf. *Les Règles*, p. 56.

siologista, o sociólogo estudaria propriamente a anatomia e a fisiologia do "organismo médio" (178). Não só o princípio do determinismo precisava ser admitido como uma "hipótese", pois servia como fundamento a toda sorte de generalização, mas ainda o construção de conceitos *a priori* tornava-se quando menos inoperante. E, o que é preciso ressaltar, seja na caracterização estrutural de um tipo, seja na explicação das condições de estabilidade e de mudança: o interesse interpretativo se concentrava nos caracteres que conviessem aos "indivíduos" ou "totalidades" da "espécie" como um todo, não nos que, fortuitamente, servissem apenas a alguns deles. A melhor ilustração de como Durkheim procedia metodologicamente, a este respeito, se encontra, como já apontamos, em *A Divisão do Trabalho Social*. Os tipos de solidariedade são, nessa obra, definidos exatamente através dos *caracteres mais freqüentes nas formas mais freqüentes* que eles assumiram em sociedades que tendiam para os mesmos tipos fundamentais de solidariedade. Seu procedimento interpretativo se distingue, por isso, tanto do de Weber, quanto do de Marx. Estes dois operavam, interpretativamente, com duas séries, procurando transferir para a sociologia, da forma possível, o *procedimento experimental* de pesquisa das conexões *causa-efeito* (Weber) ou *efeito-causa* (Marx). Durkheim obtém o mesmo resultado manipulando uma única série, construída empiricamente por meio da seleção dos caracteres gerais dos fenômenos interpretados, e operando racionalmente com os elementos empíricos dessa série. Por isso, embora lidasse com uniformidades de seqüência, elimina o fator tempo em sua modalidade de acontecer real ou histórico (introdução do *tempo*, na análise interpretativa, como uma dimensão puramente sociológica); e pode recorrer a recursos interpretativos em uso na biologia, como a interpretação causal e a funcional na forma em que as explorou. O seu esquema de explicação permitia, ainda, tanto passar da causa-ao-efeito, quanto ir do efeito-à-causa, por meio dos critérios de análise causal e funcional. A verificação dos resultados interpretativos podia, também, ser feita empiricamente, comparando-se entre si as situações investigadas, tendo-se em vista a legitimidade das explicações (o que Durkheim chamava de *método das variações concomitantes*). Mesmo em estudos mais restritos, quanto à documentação utilizada (sobre o suicídio ou o sistema totêmico na Austrália),

(178) *Idem.*

o que lhe interessa, sociologicamente, são as condições gerais do equilíbrio social, os fatores em que repousam e que defendem as condições "normais" ou estabelecidas de existência social. O "geral" se confunde com o "típico" ou "essencial", de modo que a generalização repousa, logicamente, na abstração do que se repete, dos *caracteres mais freqüentes nas formas mais freqüentes*, na indução de conexões funcionais e de relações causais relativas a processos sociais recorrentes. Daí o excepcional nível de generalidade alcançado por suas interpretações sociológicas (como nas explicações encontradas em *A Divisão do Trabalho Social*): na forma abstrata em que elas eram formuladas cabiam, legitimamente, dentro dos limites empíricos impostos pelos "tipos médios", a todas as sociedades particulares a que estes correspondessem. Como se vê, Durkheim introduzia na explicação sociológica um esquema de interpretação que procurava reproduzir o próprio *esquema do procedimento experimental*. Só que, em confronto com Weber e Marx, extraiu esse esquema de outra fonte. Weber e Marx tendiam para o modelo ideal do experimento na física, sentindo-se a especial influência de Galileu sobre o primeiro. Procuravam isolar as relações *causa-efeito* ou *efeito-causa* pela comparação de duas séries, selecionando, assim, os elementos que podiam constituir o ponto de partida de suas elaborações interpretativas. Durkheim, ao contrário, procurou imitar o modelo ideal do experimento na biologia (seria melhor dizer: na fisiologia) e ficou mais fiel às normas da lógica empírica inglesa (ou aos seus representantes favoritos, para Durkheim: Bacon e Stuart Mill). Por isso, os caracteres mais expressivos da indução amplificadora que procede pela acumulação de dados se apresentam vigorosamente em suas explicações generalizadoras.

Na parte relativa à construção dos "tipos médios" haveria muitas críticas a serem feitas a Durkheim. Não é nosso propósito ventilá-las aqui, já que não nos interessa examinar os fundamentos e os resultados das teorias, que somos forçados a abordar. Dois pontos, porém, dizem respeito ao nosso tema. Primeiro, Durkheim discute as possibilidades do método comparativo em termos de verificação da verdade material das premissas de uma proposição indutiva. Mas, em sua teoria da investigação sociológica, esse método ocupa uma posição muito mais ampla, pois devia oferecer as bases mesmas da construção empírica dos *tipos médios*. Há, a rigor, dois momentos na elaboração indutiva, em seu método de interpre-

tação: um, na fase de seleção dos dados ou instâncias que correspondem às exigências dos critérios empíricos de constituição dos "tipos médios" (fase em que a indução se processava na forma de abstração do geral); outro, em que a formação de inferências indutivas seguia o modelo usual da explicação científica (manipulações interpretativas das noções de "função" e de "causa", na pesquisa de relações invariáveis entre os fenômenos). Znaniecki, em sua crítica aos procedimentos indutivos de Durkheim, fez uma grave confusão entre estes dois aspectos e imputou ao primeiro o caráter de *indução enumerativa*, que ele não possui (se entendermos por indução enumerativa o que os lógicos chamam de indução completa, aristotélica ou formal). Pela razão muito simples de que a formas mais freqüentes, como vimos. Portanto, não se preo- dade de indução amplificadora: o próprio Durkheim frisa que procura reter apenas os caracteres mais freqüentes em suas formas mais freqüentes, como vimos. Portanto, não se pre- ocupa com a possibilidade de considerar tôdas as instâncias pos- síveis de um mesmo grupo de fenômenos, embora caracteri- zasse, com base nas instâncias selecionadas, o grupo como tota- lidade. A crítica que se devia dirigir a Durkheim seria de outra natureza. É que falta, em sua teoria da investigação sociológica, uma discussão sistemática da utilização do método comparativo na primeira fase. Isso se torna ainda mais es- tranhável quando se sabe que as *Règles* nasceram de *De la Division* e que, portanto, o autor tinha em mente um conjunto de problemas nos quais o método comparativo fôra largamente usado na constituição de "tipos médios". Segundo, o processo indutivo, praticado por Durkheim, era logicamente íntegro (como o demonstra o fato de explorar a comparação nas duas fases de elaboração indutiva). Contudo, Durkheim não evi- dencia as sociedades concretas, escolhidas para construir os "tipos médios". O paralelo entre a biologia e a sociologia levou-o a decisões pouco felizes e positivamente insatisfató- rias. O biólogo não precisa identificar os exemplares sobre os quais constitui os "tipos médios" porque as flutuações ou desvios de um padrão estrutural (anatômico) ou organizató- rio (fisiológico) não apresentam uma variabilidade tão pro- funda como pode acontecer com referência às sociedades hu- manas. Além disso, como nos sugerem os estudos compa- rativos de Mauss, faltou a Durkheim a precisão necessária na seleção dos caracteres típicos a serem elaborados interpreta- tivamente. Nisso, sucumbiu ao que havia de mau e de insegu-

ro na orientação dominante nas investigações comparativas de sua época, apesar de sua prudência e de suas *regras* o terem pôsto ao abrigo do pior — a construção dos célebres *Fran- kesteins*.

5.º) Contudo, restaria ainda saber se as condições e fatores variáveis (eliminados com freqüência na elaboração interpretativa de Durkheim), possuem ou não algum interesse explicativo na investigação sociológica das totalidades a que nos referimos. A interpretação baseada na abstração do que é "geral", ou comum a diversas sociedades da mesma "espé- cie", permite explicar como tais sociedades tendem (ou pode- rão tender) a preservar ou a alterar um certo padrão estru- tural ou organizatório. Mas ela não nos diz nada a respeito das diferenças que podem existir entre as diversas sociedades agrupadas em torno de um *tipo padrão* (no caso, o "tipo mé- dio"). E, especialmente, não nos pode esclarecer em nada quanto à possível significação interpretativa dos traços elimi- nados como irrelevantes (por não se repetirem ou por se repe- tirem de forma irregular), simplesmente porque tais traços não são considerados no campo de investigação. Ora, o desen- volvimento da economia política criou, como vimos, a necessi- dade de se lidar com problemas teóricos dessa ordem, como con- dição à crítica da teoria econômica dos clássicos. Os resul- tados dessa crítica demonstraram: a plena adequação da teoria econômica dos clássicos às condições de vida econômica vi- gentes na Inglaterra; a sua validade para as condições econô- micas imperantes na França; o seu contraste com as condi- ções dos países europeus, economicamente mais atrasados na época; a tendência destes países de evoluírem no sentido das condições de vida econômica imperantes na Inglaterra. Em suma, a economia política permitiu que um conjunto de pro- blemas específicos, relativos à dinâmica de sociedades dife- renciadas e instáveis, se colocassem na esfera de análise racio- nal dos fenômenos sociais. Daí surgir a necessidade de con- siderar as totalidades de um outro ângulo: porque entre as sociedades, que tendem para um mesmo tipo estrutural, algu- mas realizam o tipo padrão de uma maneira mais completa que outras? Está claro que uma resposta a tal pergunta pos- sibilitava a evidência de uma lei de desenvolvimento em que os fenômenos sociais seriam considerados em termos de con- dições de tempo e de espaço *reais* (na maneira em que estas têm cabimento em interpretações que não pretendem arrolar

cronologicamente nem distribuir geograficamente os sucessos da vida humana). Marx tomou esse problema e o resolveu da única maneira possível: escolhendo para a análise o *tipo extremo*, aquêle que apresentasse, em maior grau, todos os traços essenciais e característicos de certa modalidade de organização social (no caso: a Inglaterra em face dos demais países de economia capitalista).

Impunha-se um processo de formação da inferência indutiva: a) que permitisse manipular os fenômenos tal como se apresentassem em um tipo extremo — como condição para reter todos os traços variáveis possíveis em sua importância operativa; e, secundariamente apenas (para não neutralizar a significação interpretativa dos traços variáveis entre limites extremos), que facultasse a comparação das diversas tendências alternativas para aquele tipo — condição para verificar a consistência empírica em termos de adequação geral das explicações descobertas; b) que permitisse considerar tôdas as determinações *gerais*: desde as que dissessem respeito aos processos elementares até as que fôssem comuns a tôdas as configurações tendentes ao mesmo padrão, independentemente do grau de realização concreta dêste — condição para construir uma série empírica capaz de conter todos os fatores de ação determinante recorrente ou elementar e para selecionar, portanto, os efeitos que não se explicam através desses fatores (efeitos que passariam a constituir, naturalmente, os problemas centrais da investigação); c) que permitisse, igualmente, considerar em seu conjunto as condições e determinações variáveis, isoladas por abstração mas retidas conceptualmente como *realidade* (isto é, como conceitos *saturados empiricamente* ou “categorias históricas”); d) por fim, que comportasse uma técnica especial de confronto das duas *séries empíricas* — uma constituída pelos fatores e determinações gerais com seus efeitos; e outra, pelos fatores e determinações variáveis com seus efeitos, admitindo-se que somente nesta os efeitos se apresentam, inicialmente, ao sujeito-investigador como dados de fato. Evidentemente, a comparação das duas séries surge como um recurso racional de imputação dos efeitos conhecidos às suas causas sociais, abstraídas entre as condições e determinações variáveis, inicialmente supostas pelo sujeito-investigador, quanto à sua ação determinante ou causal.

Por seu caráter mesmo, é claro que as generalizações (obtidas pela abstração do essencial na interpretação do que é variável) valem, empiricamente, para o sistema social que rea-

liza o *tipo extremo*. Mas, como são generalizações relativas a caracteres essenciais de fenômenos variáveis, retidos em termos de desenvolvimentos em processo, se aplicam aos demais sistemas que possam tender para o padrão inerente ao tipo extremo, encarnado pelo sistema social investigado. Daí o fundamento de sua validade geral e a dupla possibilidade de verificação das inferências estabelecidas indutivamente (pelo alcance, comprovado empiricamente, das previsões; ou pela ação prática).

VII, 6) Êsses três processos constituem os processos fundamentais de indução analítica na sociologia⁽¹⁷⁹⁾. Eles abrangem as possibilidades essenciais de formação de inferências indutivas na interpretação sociológica de fenômenos qualitativos (ou não quantificáveis). Nêles se incluem, como vimos, critérios de seleção empírica, que restringem a análise sociológica aos fatos significativos com referência a cada nível de abstração (pois as três soluções representam modalidades distintas de explicação generalizadora); e meios especiais de comprovação da veracidade material das premissas das inferências indutivas. Assim, por instrumentos próprios, a sociologia se encaminhou no sentido de explorar e exaurir as perspectivas de conhecimento científico da realidade social. Conforme os problemas que se colocam, sociologicamente, variam os fenômenos que precisam ser investigados e as técnicas de sua manipulação e interpretação. O que é “essencial” considerar na explicação sociológica flutua, assim, dentro de limites que podem ser assinalados precisamente. Por isso, é unilateral a afirmação de Znaniecki de que devemos operar indutivamente com tipos ideais. Está perto da verdade quando afirma que, “quando um caso particular está sendo analisado como típico ou eidético, nós admitimos que os traços que lhe são essenciais, que determinam o que êle é, são comuns e distintivos de todos os casos de uma classe”⁽¹⁸⁰⁾. De fato, a noção de “tipo” se aplica de diversas maneiras à investigação sociológica e cria

(179) Deixando-se de lado, naturalmente, os processos de indução analítica empregados na descrição ou na interpretação de totalidades sócio-culturais concretas. Êsses processos poderiam ser discutidos mediante o exame dos modelos de explicação válidos para a sociologia descritiva e seria possível proceder, com relação a êles, do mesmo modo que procedemos com relação aos modelos de explicação examinados acima: na obra de Le Play, por exemplo, poderíamos encontrar as primeiras tentativas de solução dos problemas lógicos, criados pela explanação descritiva dos fenômenos sociais. Contudo, preferimos limitar o alcance do presente balanço, deixando para mais tarde a realização de uma análise mais completa dos problemas da indução na sociologia.

(180) F. Znaniecki, *The Method of Sociology*, p. 252.

várias possibilidades legítimas de definir, logicamente, o que venha a ser o "essencial" na caracterização dos fenômenos sociais. Estamos aqui em um importante setor da teoria da investigação científica na sociologia, que mal se esboça em seus fundamentos mais sólidos. De nossa parte, procuramos sugerir que, em termos da natureza dos problemas sociológicos fundamentais e dos fenômenos que os sociólogos precisam investigar para resolver aqueles problemas, existem três possibilidades irreduzíveis de indução analítica na sociologia. Uma consiste na abstração do "essencial" no sentido do que é tipicamente estável; outra, na abstração do "essencial" no sentido do que é tipicamente geral; e outra, ainda, na abstração do "essencial" no sentido do que é tipicamente variável⁽¹⁸¹⁾. A cada uma delas é inerente uma tentativa de introduzir na explicação sociológica alguns dos modelos através dos quais a indução amplificadora se instalou no pensamento científico. E todas procuram realizar o ideal comum de dar à interpretação de fenômenos qualitativos a maior objetividade possível.

VII, 7) Esses processos resolvem, ainda, o problema da legitimidade da indução e o de sua validade, no campo da interpretação sociológica. Quanto ao primeiro, restringindo a análise aos casos interpretativamente relevantes ou "essenciais"; quanto ao segundo, estabelecendo as condições e os limites dentro dos quais uma generalização pode ser aceita como sociologicamente verdadeira. A única inovação que está ocorrendo, atualmente, consiste em que os sociólogos procuram aumentar, em ambos os sentidos, a precisão dos conhecimentos que obtêm, recorrendo diretamente ao levantamento original dos dados de fato. Assim, através de técnicas especiais, tentam submeter a observação a *contrôle racional*, com o objetivo de garantir pela base a seleção de material significativo e consistente. E, mediante a seleção racional dos dados a serem interpretados sociologicamente, diligenciam eliminar, progressivamente com maior segurança, os dados que se revelam inconsistentes ou irrelevantes com relação aos fatores que precisam ser *controlados*. Esses objetivos são inerentes ao padrão de pesquisa científica e não deixa de ser interessante que eles se tenham introduzido tão firmemente nos procedimentos de indução sociológica qualitativa. Supomos que esse seja um indício de que, através do desen-

(181) Nos limites da presente discussão, isto é, deixando de lado os problemas relativos à explanação descritiva dos fenômenos sociais (cf. nota 179).

volvimento de suas possibilidades de investigação, a sociologia está ganhando, por si própria, rigor e precisão na pesquisa e na interpretação dos fenômenos que constituem mais caracteristicamente o seu objeto.

VII, 8) Daí decorrem duas conseqüências. Primeiro, a tendência a restringir o número de casos ou de instâncias a investigar. Há pouco interesse na extensão ilimitada e desnecessária da base empírica; e muito no domínio crescente de casos ou instâncias que permitem as "experiências cruciais" (para repetir uma expressão do agrado de Durkheim, de Mauss e de Simiand). Segundo, a tendência a dar maior importância às técnicas de investigação (de observação e de sistematização de dados) e aos métodos de manipulação interpretativa ou racional dos dados (análise de conexões de sentido, de conexões funcionais e de relações causais). Esses dois grupos de técnicas e de métodos chegam a constituir, aliás, os pólos dentro dos quais estão sendo contidos os desenvolvimentos modernos da indução analítica na sociologia. Como se verá pela exposição próxima, o que há de mais promissor na chamada "sociologia experimental" são as tentativas de explorar a fundo as perspectivas abertas por essas duas tendências. Na verdade, ainda que se defenda o sistema indutivo que prevaleceu e ainda dominará por muito tempo as investigações sociológicas empíricas, o progresso conseguido na definição clara e objetiva dos problemas sociológicos tem que se refletir, forçosamente, nas elaborações de pesquisa, desde a coleta de dados até a sua interpretação e a verificação final dos resultados. Muitos sociólogos não concordam com as pretensões dos que defendem a "sociologia experimental", por causa da complexidade do sistema hipotético-dedutivo, para o qual teria que tender, então, a explicação sociológica. De fato, certas dificuldades (além de outras que serão mencionadas adiante) merecem ser ponderadas. Assim, a redução do número de casos ou de instâncias, por controles racionais demasiado rigorosos, não afeta as possibilidades de generalização na explicação sociológica? Os critérios adotados para introduzir maior homogeneidade nos grupos de fenômenos são os mais adequados à natureza da investigação sociológica? Qualquer que seja nossa opinião a respeito de questões dessa ordem, um fato é inegável. É que a complicação do sistema indutivo dominante se produzirá independentemente da exploração ime-

diata de ideais mais complexos de pesquisa sociológica. No momento, presenciamos o início dessa complicação na esfera das técnicas de investigação e dos métodos de manipulação interpretativa dos dados. Não há dúvida nenhuma de que o rigor e a precisão crescentes das técnicas e métodos de pesquisa vão-se refletir no arcabouço mesmo desse sistema indutivo. Pois elas permitirão uma liberdade até pouco tempo desconhecida de arrolar e descartar *hipóteses de trabalho*, com fundamentos empíricos, e oferecerão uma base mais ampla para a elaboração de *hipóteses específicas* na fase de interpretação dos dados (duas coisas que estão ocorrendo em pequena escala no presente). Ora, a crítica que se pode fazer ao sistema indutivo imperante na sociologia é exatamente a de que o papel das hipóteses não encontra nêle uma solução explícita satisfatória. É um sistema em que se pratica o recurso à hipótese, mas que não conta com o auxílio de uma teoria da invenção científica correspondente; e no qual se põe em segundo plano a importância que dentro dêle mesmo assume uma de suas peças essenciais (a hipótese como elemento das diversas formas de elaboração racional dos dados, já consideradas). Mas é também previsível que a acumulação de conhecimentos positivos trará consigo conseqüências da mesma espécie. Um domínio teórico crescente do campo de investigação dará ao sociólogo oportunidades maiores de encetar suas pesquisas com um arsenal de hipóteses (de trabalho ou específicas) presumivelmente legítimas e adequadas. Isso acarretará uma alteração nesse sistema indutivo, forçando a introdução tardia de uma teoria da invenção e do papel das hipóteses compatível com a explicação sociológica. De qualquer modo, uma conclusão se justifica. É que, na esfera da indução analítico-qualitativa, se esboçam tendências de alteração do sistema indutivo dominante na explicação sociológica, as quais procuram corresponder, dentro dos limites das possibilidades científicas da sociologia, à necessidade lógica de dar maior consistência e plasticidade aos processos de formação e de verificação das inferências indutivas. Nesse ponto, poderíamos considerar insignificantes as influências decorrentes das tentativas, com objetivos similares, dos "sociólogos experimentais". Muitos dos principais sociólogos hodiernos combatem as pretensões da "sociologia experimental" e, não obstante, são êles que mais estão contribuindo para os desenvolvimentos indicados.

CAPÍTULO VIII

Os Processos de Inferência Indutivo-quantitativa

VIII, 1) As análises e exposições contidas nos capítulos IV, V, VI e VII demonstram que os sociólogos se encaminharam, predominantemente, no sentido de procurar construir suas interpretações com base em dados qualitativos. Por isso, ganharam alguma habilidade e precisão na formação de inferências indutivas analíticas através da manipulação de caracteres considerados *típicos*, com referência a certos fins interpretativos. E pode-se afirmar, com segurança, que o pouco que existe de sólido na indução sociológica diz respeito ao tratamento indutivo de fenômenos qualitativos. Dos autores que examinamos mais detidamente, apenas Cournot tentou estabelecer uma ligação lógica regular entre as inferências indutivas construídas através da manipulação de *massas* de instâncias concernentes a um determinado caráter e as elaboradas através de um número restrito (ou mesmo singular) de instâncias. Depois dêle, Giddings defendeu um ponto de vista análogo, com uma modificação essencial no que tange à função da quantificação na explicação sociológica. Giddings compreendeu muito bem que o caráter qualitativo das inferências indutivas constitui uma condição do grau de maturidade científica de cada disciplina particular e admitia, portanto, que seria possível passar do tratamento qualitativo ao tratamento quantitativo de qualquer problema sociológico, com o progresso das investigações. Por isso, defendeu o ponto de vista, muito original, de que tanto o método comparativo quanto o método histórico podem ser explorados de forma quantitativa. "As generalizações empíricas da sociologia podem ser feitas segundo dois métodos: o comparativo e o histórico. Ambos são formas do que em lógica se conhece como método das variações concomitantes. Cada um dêles é uma observação da coerência entre os fenô-

menos, combinada com a inferência de que os fenômenos que persistem conjuntamente ou que se transformam ao mesmo tempo, são causa e efeito ou efeitos de uma mesma causa. O método comparativo é uma observação de coerências idênticas dos fenômenos sociais em dois ou mais lugares ou em duas ou mais populações; por exemplo, a coerência do culto dos antepassados com a autoridade paternal, onde quer que se tenha descoberto o culto dos antepassados, ou da poligamia com a inferioridade da mulher, onde quer que se tenha praticado aquela. O método histórico é uma observação de coerências entre períodos de tempo. *O método comparativo e o histórico podem chegar a ser precisos quando chegam a ser estatísticos.* A investigação estatística é uma investigação sistemática de coerências entre os fenômenos sociais que possam ser expressos por números; por exemplo, a coerência entre as relações matrimoniais e o preço do pão, ou da imigração européia com a prosperidade dos negócios nos Estados Unidos. Como as coerências estão distribuídas no espaço e no tempo, o método estatístico não pode ser considerado como uma terceira forma distinta do método das variações concomitantes. É, em rigor, uma forma quantitativa do método comparativo e do método histórico" (182). São conhecidas as tentativas de empreender análises quantitativas do gênero das que indica Giddings. Elas, porém, não produziram resultados científicos animadores e demonstraram a necessidade de um conhecimento prévio mais profundo dos fenômenos sociais, antes de se poder tentar uma exploração tão ampla, mas em superfície, do método estatístico.

VIII, 2) As condições em que o desenvolvimento da sociologia se processou, não favoreceram a persistência de preocupações da natureza das sustentadas por Cournot ou por Giddings. Nós já discutimos, em outras partes deste trabalho, o que é relevante para explicar a posição da estatística na história do desenvolvimento do ponto de vista sociológico. Os sociólogos do passado, em particular os que exerceram uma influência formativa na evolução da sociologia em seus países, acabaram quase sempre tomando uma atitude desfavorável às possibilidades da quantificação na esfera dos fenômenos de sen-

(182) F. E. Giddings, *Princípios da Sociologia*, op. cit., pp. 85-86. Grifamos os trechos em que Giddings acentua a significação do uso da estatística na interpretação sociológica.

tido, simbólicos ou qualitativos. Atrás dessa atitude havia um *preconceito*, como insinuamos em outro lugar. Mas havia também algo diferente e bem fundado, que gostaríamos pelo menos de assinalar. Trata-se de que, na sociologia pelo menos, uma exploração correta dos meios de investigação estatística exige o conhecimento empírico das condições e dos fatores que podem intervir na ocorrência de um fenômeno analisado estatisticamente mas que, não obstante, ou não caem sob o campo da análise estatística ou não são, mesmo, susceptíveis de tratamento quantitativo. De modo que se abriram duas perspectivas práticas ao investigador, que procedia sociologicamente: 1) desistir do procedimento estatístico, considerando os seus resultados inconsistentes ou inseguros nas condições imperantes na investigação sociológica e procurar substitutos em procedimentos não-quantitativos; 2) arriscar o recurso ao procedimento estatístico, arcando com os inconvenientes das hipóteses *ad hoc*, sem fundamento estatístico, mas feitas para permitir a utilização sociológica de certas elaborações estatísticas. Sociólogos da capacidade e penetração de Simiand e Ogburn agiram desta forma em suas investigações e é interessante notar que os resultados com frequência mais criticados de suas indagações são aqueles que nasceram da passagem livre do tratamento estatístico dos fenômenos para a interpretação sociológica da significação das regularidades evidenciadas estatisticamente. Isso nos leva a supor que o empenho frutífero e construtivo da estatística na sociologia depende, em grande parte, do conhecimento positivo que se tiver obtido anteriormente, em setores especiais da investigação sociológica, sobre a natureza e a operação das condições e dos fatores interferentes, que não caem no campo da análise estatística. Somente assim será possível determinar com segurança em que consiste a importância de fatores que estão atrás das flutuações do salário, das taxas de suicídio, de divórcio, etc., relevantes na análise sociológica, mas que não podem ser controlados estatisticamente (183). E somente assim será possível proceder interpretativamente, na manipulação sociológica de regularidades obtidas estatisticamente, com hipóteses cuja legitimidade e solidez não entrem em contraste com os resultados restritos de análises prévias.

(183) A esse respeito, veja-se, especialmente, R. M. MacIver, *Social Causation* (Ginn and Co., Boston, 1942), cap. 12.

VIII, 3) Daí uma conclusão que se impõe: a estatística pode contribuir para o desenvolvimento de uma disciplina empírica qualquer, mas exige uma condição específica — que se tenha alcançado, nessa disciplina, um conhecimento relativamente preciso sobre os caracteres e condições dos fenômenos que se pretenda investigar estatisticamente e, em particular, sobre a natureza dos problemas científicos com que se pretenda lidar, parcial ou completamente, através de meios estatísticos de interpretação. Nesse sentido, pode-se admitir que o grau de exploração correta da estatística, em uma disciplina qualquer, constitui um índice objetivo do grau de maturidade científica dessa disciplina. Acostumamo-nos a ver essa relação sob outro aspecto: a contribuição que a estatística acarreta no amadurecimento científico das disciplinas em que ela pode ser explorada regularmente, esquecendo-nos, por isso, das condições fundamentais de sua própria exploração regular em um dado setor de investigações. Com referência à sociologia, somente depois da segunda década de nosso século começaram a surgir condições favoráveis ao início do aproveitamento adequado da estatística na investigação sociológica. Contudo, duas influências convergentes contribuíram para restringir o uso verdadeiramente científico da interpretação estatística na sociologia. Em primeiro lugar, os próprios estatísticos projetaram as suas investigações como uma sorte de especialidade nova e autônoma. Esse foi o fundamento da convicção de vários sociólogos segundo a qual já obteriam pronta a contribuição que podiam esperar dessa disciplina, e também das críticas que faziam aos procedimentos de interpretação usados pelos estatísticos. Por isso, durante algum tempo, prevaleceu na sociologia a preocupação de conduzir os estatísticos ao aproveitamento do ponto de vista sociológico⁽¹⁸⁴⁾ e de tomar os resultados das elaborações estatísticas como *dados iniciais* da consideração sociológica dos fenômenos a que eles se referissem. Em segundo lugar, no momento em que os sociólogos tentam uma exploração própria, em larga escala, dos dados estatísticos, procuram fazê-lo de duas maneiras restritas. Seja considerando a estatística como mera fonte de materiais empíricos, exploráveis sociologicamente. Seja considerando a estatística como uma técnica de investigação, cuja função, na

(184) É o que se evidencia, por exemplo, na atitude de Tönnies diante das contribuições de Mayr. As mesmas implicações podem ser notadas na influência que Durkheim pretendeu exercer, na introdução do método sociológico, em "disciplinas auxiliares" como a história, a etnografia e a estatística.

sociologia, se limitaria a servir como um meio racional de evidência de problemas a serem interpretados sociologicamente⁽¹⁸⁵⁾. Ora, o exemplo da biologia demonstra que o progresso da estatística em uma disciplina científica depende grandemente da habilidade conseguida pelos especialistas em campos particulares de procederem, por iniciativa própria, à manipulação dos dados e das técnicas estatísticas; e, em especial, da capacidade dos mesmos em definir, precisamente, os problemas a serem resolvidos através de meios estatísticos e de elaborarem, na hipótese de ainda não existirem, os instrumentos de investigação estatística adequados a seus campos de trabalho⁽¹⁸⁶⁾. Pode-se dizer, efetivamente, que os sociólogos falharam (até o momento presente), tanto no sentido de contribuir para o moderno desenvolvimento da estatística, quanto no propósito, mais modesto, de ajustarem-na às peculiaridades da pesquisa sociológica (de campo ou de reconstrução histórica). Só muito recentemente começaram a surgir, graças ao rigor que está penetrando nos procedimentos de coleta, sistematização e interpretação dos dados, tendências mais ou menos sólidas de exploração da estatística na sociologia. Assim, além dos recursos propriamente descritivos da estatística, estão sendo aproveitados os meios que ela fornece para submeter à prova hipóteses empiricamente fundadas ou para planejar e realizar pesquisas de campo mais complexas⁽¹⁸⁷⁾. Até há pouco tempo, restringia-se o alcance da interpretação estatística na sociologia às possibilidades mais rudimentares de tratamento quantitativo dos fenômenos sociais. Atualmente, admite-se que tais possibilidades são limitadas, mas no sentido de que elas dependem de iniciativas bem orientadas dos próprios sociólogos. Elas tenderão a aumentar se houver interesse em exprimir ou representar certos dados através de caracteres mensuráveis. Em grande número de ocasiões, isso não depende propriamente da "natureza" dos dados da sociologia, mas da elaboração de técnicas novas. "O pretendido conflito entre

(185) Entre os trabalhos que poderiam exemplificar essa atitude, um dos mais interessantes, pela variedade de questões a que semelhante técnica de selecionar os problemas da análise sociológica pode ser aplicada, é o de E. R. Mowrer, *Disorganization: Personal and Social* (J. P. Lipincot, Chicago, 1942), *passim*.

(186) Cf. especialmente R. A. Fisher, *Les Méthodes Statistiques Adaptées à la Recherche Scientifique*, tradução de I. Bertrand (Presses Universitaires de France, Paris, 1947), prefácio e cap. I.

(187) Cf. especialmente M. J. Hagood e D. O. Price, *Statistics for Sociologists* (ed. revista, Henry Holt, Nova York, 1952), *passim*; e, também, F. Yates, *Sampling Methods for Censuses and Surveys* (2.ª edição, Charles Griffin, Londres, 1953), caps. 4 e 5.

os métodos qualitativo e quantitativo precisa, pois, ser abandonado, em favor da concepção de que êsses termos meramente representam estádios diferentes de refinamento e de objetividade em nossa técnica de descrição" (188). Essa afirmação é verdadeira e nós já a defendemos, em outros termos, neste trabalho. Mas não se pode concordar com as conclusões desse autor, segundo a qual a partir de certo estágio de desenvolvimento de uma disciplina científica os procedimentos interpretativos devem tender, predominantemente, para o padrão definitivo de elaboração quantitativa. Em disciplinas como a sociologia, que lidam com fenômenos cuja interpretação exata nem sempre depende da quantificação, seria melhor defender o ponto de vista de que *ambas modalidades de explicação (qualitativa e quantitativa), são necessárias e devem ser igualmente desenvolvidas nos limites possíveis*. A outros respeito, mantemos nossa convicção de que a exploração crescente da estatística na investigação sociológica dependerá do grau de precisão que se alcançar em cada setor viável de pesquisa empírica.

VIII, 4) Não se deve portanto, supor que a sociologia, por causa de seu objeto (fenômenos de associação e de dissociação, que podem afetar grande número de pessoas), mantenha uma ligação peculiar com a estatística. No fundo, ela pode prestar ao sociólogo o mesmo auxílio que está em condições de oferecer a outras disciplinas, da física à psicologia. Se certas possibilidades facilitam, excepcionalmente, o emprêgo de técnicas estatísticas no estudo do comportamento humano (sob a forma de questionários, formulários, testes, escalas, etc.), também é claro que os procedimentos inerentes à pesquisa estritamente experimental contêm maior margem de segurança e de controle no campo das ciências de laboratório. Em toda disciplina que proceda por meios de investigação empírica, a estatística encontra a mesma utilidade e possui idêntica significação interpretativa: constitui um instrumento fecundo de ampliação de conhecimentos indutivos (189). A êsse respeito devemos assinalar, ainda, que a importância da estatística para a sociologia, como condição para o desenvolvimento de pesquisas empíricas, não reside no fato de ela lidar com "*números*" e com "*massas de dados*". Keynes, que é um dos autores mo-

(188) G. A. Lundberg, *Social Researchs, op. cit.*, p. 23.

(189) Cf. especialmente R. A. Fisher, *The Design of Experiments* (6.ª edição, Oliver and Boyd, Londres, 1951), *passim*.

ernos que dominou com grande autoridade o cálculo das probabilidades e a teoria da indução, estabeleceu precisamente que a essência do argumento indutivo não repousa na multiplicação indefinida do número de instâncias. Quando estas são idênticas, tanto faz estudar uma quanto várias. Nada se acrescentará à verdade material das premissas. "É quando nosso conhecimento definido sobre as instâncias é limitado, que nós precisamos prestar atenção antes a seu número, do que às diferenças específicas entre elas..." (190). Pensamos que a importância da estatística para a explicação sociológica está propriamente na maneira pela qual ela permite estabelecer a inferência indutiva e nos limites de exatidão, que se pode alcançar por seu emprêgo, na determinação do grau de probabilidade das proposições formuladas. Como escreve o citado autor: "... a validade de cada indução, estritamente interpretada, depende, não de um objeto de fato, mas da existência de uma relação de probabilidade. Um argumento indutivo afirma, não que certo objeto de fato é assim, mas que *relativamente a certa evidência* existe uma probabilidade a seu favor" (191). As inferências indutivas, estabelecidas sociologicamente por meios qualitativos, possuem a mesma natureza amplificadora que a inferência estatística. Todavia, na indução analítica qualitativa não contamos com recursos para determinar, com alguma margem de segurança, os graus de probabilidade das inferências estabelecidas. A convicção do especialista, mesmo nos casos em que as evidências parecem ser demonstrativas, repousa sempre em elementos subjetivos, que não podem servir como instrumentos de prova. A seguinte explanação poderá completar o que pretendíamos segerir, através da comparação dos dois tipos de inferência amplificadora: "Podemos ao mesmo tempo admitir que qualquer inferência do particular ao geral pode ser acompanhada de algum grau de incerteza, mas isso não é o mesmo que admitir que tal inferência não possa ser absolutamente rigorosa, porque a natureza e o grau de incerteza podem ser suscetíveis de expressão rigorosa" [...]. "O mero fato de que as inferências indutivas são incertas não deve, portanto, ser aceito como impedimento à inferência perfeitamente rigorosa e inequívoca" (192). É óbvio que os critérios de verificação adotados com referência às inferências qualita-

(190) J. M. Keynes, *A Treatise on Probability* (MacMillan, Londres, 1921), pp. 233-234; citação extraída da p. 234.

(191) *Idem*, p. 22.

(192) R. A. Fisher, *The Design of Experiments*, p. 4.

tivas não comportam uma "expressão rigorosa" do "grau de incerteza". Eles são indispensáveis à sociologia, mas só os critérios estatísticos permitem atingir semelhante precisão. Por isso, cabe-nos assinalar que o progresso indutivo da sociologia, como o de outras disciplinas, está estreitamente associado às perspectivas de introduzir maior rigor na formação de inferências sociológicas de base empírica, através do tratamento quantitativo dos problemas investigados.

VIII, 5) Certamente, não nos podemos atribuir a tarefa de discutir, aqui, o problema mais geral, que diz respeito à natureza da inferência estatística (193). Esse não poderia ser o nosso propósito, nem nos julgamos competentes para enfrentá-lo. Gostaríamos de examinar, apenas, duas questões fundamentais, tendo em vista o objeto do nosso estudo. São elas: a) o problema da amostragem na investigação sociológica; b) o papel da estatística como fator de "contrôle" nas pesquisas sociológicas. Outras questões foram deixadas de lado. Em especial, as referentes à utilização da estatística na sociologia, questão muito ampla para ser examinada em uma exposição, e aos fundamentos sociológicos das críticas ao uso de técnicas de interpretação estatística pelos sociólogos, algumas das quais mereceriam atenção, se dispuséssemos de espaço para estudá-las com a seriedade conveniente.

VIII, 6) O progresso empírico-indutivo da sociologia tem sido dificultado por duas condições desfavoráveis permanentes: escassez de pessoal treinado para ocupar-se com as tarefas de pesquisa; falta de recursos financeiros apropriados. Essas duas condições interferem mesmo no desenvolvimento de projetos de pesquisas em países prósperos, onde a sociologia já conta com maior reconhecimento científico e onde é possível, por disponibilidade de pessoal treinado e de recursos financeiros, realizar trabalho em equipe (como nos Estados Unidos). Por isso, estímulos e planejamentos com base na economia de pessoal e de dinheiro operam conjuntamente com essas duas condições, sempre que em algum lugar surjam ten-

(193) A esse respeito, cf. especialmente, M. S. Hagood e D. O. Price, *Statistics for Sociologists*, parte III (esses autores enumeram os processos inerentes à indução estatística nos aspectos que podem interessar, diretamente, à sociologia); veja-se, também: S. M. Keynes, *op. cit.*, parte V; H. Cramer, *Métodos Matemáticos de Estatística*, tradução de E. Cansado (Aguilar S. A. de Ediciones, Madri, 1953), parte III; Milton da Silva Rodrigues, "A Estatística e o Método Indutivo", separata de *Ciência e Cultura*, dezembro de 1950, vol. II, n. 4, pp. 251-261.

dências a fazer da sociologia uma ciência empírica (por exemplo: já vimos como esses motivos eram encarados pelos representantes da Escola de Ciência Social e o significado prático que a análise monográfica de casos típicos possuía). Está claro que a própria sociologia proporciona certos meios para orientar a pesquisa sociológica no sentido de restringir a coleta a materiais com significação interpretativa; uma ampla economia de pessoal e dinheiro pode resultar diretamente da orientação precisa de uma pesquisa. Mas acontece que essa economia pode não ser, por si mesma, muito satisfatória. O pessoal mínimo e o custeio de uma pesquisa completa consumiriam, naturalmente, somas por demais altas (exemplo: o custo de uma pesquisa sociológica sobre a cidade de São Paulo, planejada para dois anos de coleta de dados). Ou, então, os cortes financeiros poderiam obrigar a realização de uma pesquisa em condições tais, que os resultados da mesma poderiam estar sujeitos a reservas mais ou menos sérias (já que as necessidades da investigação não podem ser sacrificadas a argumentos financeiros senão dentro de certos limites). Além disso, a "escolha" de elementos típicos não pode depender do *tacto* ou das *oportunidades* dos pesquisadores. Nós vimos que Descamps defende uma porção de argumentos que podem conduzir a uma simplificação das pesquisas, quanto ao pessoal empregado e quanto às inversões financeiras (cf. acima, pp. 65-66). Mas tais argumentos não possuem solidez, exatamente porque os critérios de seleção dos aspectos típicos, a serem investigados, não garantem uma base segura para a generalização dos resultados. Se pretendêssemos estudar a família em São Paulo, como iríamos determinar, na prática, as que correspondem aos "tipos puros e completos"? Descamps tem razão quando afirma que os dados tendem a repetir-se depois de atingido certo ponto de uma pesquisa intensiva. Porém, poderia um conhecimento superficial da realidade guiar-nos em uma escolha como essa, tão importante, tendo em vista que do rigor usado na seleção dos dados para observação, em geral, depende a precisão dos resultados da interpretação? Mesmo que se admitisse pleno êxito na escolha (por acaso ou por excepcional habilidade do pesquisador), que confiança poderia merecer uma interpretação baseada na manipulação de dados incapazes de suportar uma extensão definida dos conhecimentos obtidos a outros casos análogos? O próprio senso comum recomendaria critérios mais complicados de seleção dos "tipos puros

e completos” com referência às famílias a serem investigadas (em termos, por exemplo, da diferenciação econômica, étnica e social da sociedade paulistana); e supomos que também se abalancaria a aconselhar o uso de critérios mais objetivos de generalização. Na verdade, o desenvolvimento acurado das técnicas de estudo de caso, nos Estados Unidos, acabou proporcionando um fundamento mais sólido a esse procedimento (194). Mas também acabou demonstrando a conveniência de aplicá-lo com maior rigor e, principalmente, de completá-lo através de outras técnicas de investigação, inclusive pela exploração de técnicas estatísticas de enumeração e de mensuração. O que fez com que um especialista afirmasse: “os argumentos sobre os estudos de caso *versus* o método estatístico, igualmente desaparecem diante da reflexão segundo a qual tôdas as estatísticas consistem de casos e que, portanto, não pode existir nenhuma antítese ou exclusividade mútua entre os dois métodos” (195).

A estatística pode contribuir para resolver certos problemas dessa ordem através da teoria da amostragem (196). Tanto a redução do número de casos, quanto os limites de generalização dos conhecimentos obtidos podem ser estabelecidos com relativa precisão. O raciocínio que aqui entra em jôgo é o mesmo que fundamenta as explanações indutivas em geral: se tomarmos de um agregado uma parte de suas unidades e a estudarmos sob certos caracteres que nela nos interessam, podemos considerá-la como representativa do agregado e estender o conhecimento obtido sobre os caracteres estudados a tôdas as unidades que constituem o agregado, com referência àqueles caracteres (confronte-se esta caracterização com a definição de indução, transcrita acima, de Stuart Mill). Todavia, esse processo de formação de inferência indutiva complica-se de acordo com a maior ou menor homogeneidade do agregado e de acordo com o modo de seleção das unidades investigadas (197).

(194) Veja-se, especialmente, V. Palmer, *Field Studies in Sociology* (The University of Chicago Press, Chicago, Illinois, 1928), p. 20 e seguintes.

(195) G. A. Lundberg, *Foundations of Sociology* (Mac-Millan, Nova York, 1939), p. 49.

(196) Cf. S. A. Stouffer, “Sociology and Sampling”, in L. L. Bernard, (org.), *The Fields and Methods of Sociology* (Farrar & Rinehart, Nova York, 1934), pp. 476-488.

(197) Cf. F. Yates, *Sampling Methods for Censuses and Surveys*, *op. cit.*, *passim*.

Os sociólogos tendem a interessar-se pela amostragem não só por causa da precisão inerente a semelhante processo de interpretação, mas também por causa da redução do número de casos e da simplificação da pesquisa, que ela acarreta. Porém, duas dificuldades se opõem à utilização correta da amostragem na sociologia (atualmente limitada a populações finitas). Primeiro, a que diz respeito à composição dos agregados, dos quais comumente o sociólogo pode extrair amostras. De acordo com o problema investigado, poderá ter que lidar com vários grupos de uma classe ou com várias classes de uma população. Semelhante dificuldade não afeta propriamente a teoria estatística, pois esta oferece meios para operar com *amostras simples* e com *amostras estratificadas*. “A dificuldade de conseguir uma amostra representativa aumenta mais ou menos em proporção geométrica com o número de subgrupos para os quais se escolham amostras representativas. Mesmo que uma amostra seja suficientemente boa para o agregado, pode ser verdadeiramente inadequada para os seus subgrupos”. Em consequência, o sociólogo precisa obter um controle sobre a representatividade interna das amostras, estabelecendo a amostra que convém para o agregado e para os subgrupos que precisam ser considerados. Ainda assim, o controle de representatividade depende de: “1) A extensão em que a estratificação usada é relevante para o problema [...]; 2) A extensão em que a população de que se tiram as amostras é homogênea” (198). Segundo, as circunstâncias práticas podem afetar os propósitos do pesquisador ou impor uma linha de ajustamento cientificamente insatisfatória. Razões estipuladas pela instituição financiadora da pesquisa (particular ou oficial) ou certas contingências ligadas ao aproveitamento dos resultados da pesquisa podem forçar o uso de amostras inadequadas, estatisticamente, ao universo a que se referem. “Necessidades práticas nos compelem frequentemente a prosseguir nas investigações apesar de sabermos que nossos métodos de amostragem estão longe do ideal e que nossa amostra é provavelmente defeituosa. Acautelando-nos de fazer generalizações temerárias de tais estudos, nada devemos, naturalmente, objetar contra eles. Ao contrário, eles podem ser de grande valor sugestivo e fornecer hipóteses para investigações ulteriores” (199).

(198) S. A. Stouffer, “Sociology and Sampling”, p. 477.

(199) G. A. Lundberg, *Social Research*, *op. cit.*, p. 155.

VIII, 7) A possibilidade de introduzir procedimentos experimentais de investigação na sociologia é muito discutível. Esse tem sido, porém, um ideal dos sociólogos ligados à chamada tendência "naturalista". Nós já vimos que tanto Comte, quanto Durkheim acreditavam na possibilidade da "experimentação indireta" na sociologia⁽²⁰⁰⁾. Naturalmente, qualquer opinião a esse respeito depende do que se entenda por *experimento*. Stuart Mill admitia que a *observação* e o *experimento* se distinguem entre si pelo fato de o segundo ser uma "extensão imensa" da primeira⁽²⁰¹⁾. Consiste em uma extensão no duplo sentido: reprodução das condições naturais do fenômeno ou variação artificial das mesmas, de acordo com os desígnios do investigador. Claude Bernard, por sua vez, insiste na separação entre as "ciências de observação" e as "ciências experimentais" com base na oposição que, assim, se estabelece entre a *observação pura* e a *observação provocada*, conduzida pelo investigador. "De maneira que uma ciência de observação será simplesmente feita com observações, isto é, uma ciência na qual se raciocinará sobre fatos de observação natural, tal como os definimos acima. Uma ciência experimental ou de experimentação será uma ciência feita com experiências, isto é, na qual se raciocinará sobre fatos de observação obtidos nas condições criadas e determinadas pelo próprio experimentador"⁽²⁰²⁾. Mas Claude Bernard também aceitava que o controle rigoroso de observações naturais, umas pelas outras, representava uma variação do método experimental⁽²⁰³⁾. Nem por isso deixava de acentuar que "no poder do investigador de agir sobre os fenômenos" se encontra a diferença fundamental entre as ciências de observação e as de experimentação⁽²⁰⁴⁾. Isso levou-o à famosa definição: "a experiência é uma observação provocada com um fim de controle"⁽²⁰⁵⁾. Essa definição traduz um ideal de "experimentador", que é o do investigador-agente-e-senhor: "O experimentador visa perturbar a natureza, ele pretende dominar os fenômenos e reproduzi-los, não somente nas condições

(200) Cf. A. Comte, *Cours de Philosophie Positive*, vol. IV, p. 216 e seguintes; E. Durkheim, *Les Règles de la Méthode Sociologique*, cap. V.

(201) Cf. *A System of Logic*, livro III, cap. VII, § 3.

(202) Cf. *Introduction à l'Étude de la Médecine Expérimentale*, p. 67.

(203) *Idem*, pp. 68-69.

(204) *Idem*, p. 70.

(205) *Idem*, p. 73 (cf. também p. 74 e segs.).

em que a natureza os apresenta a nós, mas nas condições em que ela não os tem realizado"⁽²⁰⁶⁾.

Pondo de lado a questão de saber se existe um interesse verdadeiro, do ponto de vista científico, em fazer a sociologia⁽²⁰⁷⁾ encaminhar-se nessa direção, é evidente que o *plano de pesquisa experimental*, na forma em que foi caracterizado precedentemente, não pode ser aplicado no campo da investigação sociológica. Há ainda outro ponto a ser considerado. Toda ciência que está em condições de praticar observações segundo a técnica experimental pode reproduzir os experimentos para fins de verificação. "O primeiro ponto de importância, portanto, no planejamento de um experimento, é compreender que a perfeição não pode ser alcançada com um número limitado de observações e, assim sendo, que devem ser empregados planos e métodos que possam conduzir à reprodutibilidade dos resultados a serem coligidos"⁽²⁰⁸⁾. Por isso, mesmo que se conseguisse criar uma "situação experimental" para pesquisa sociológica, dificilmente seria possível reproduzir as condições de produção do fenômeno investigado, para fins de análise ou de prova.

VIII, 8) Não obstante, muitos sociólogos admitem a existência de uma sociologia experimental. O conceito de plano de pesquisa experimental é, porém, definido em termos do "estudo sistemático das relações humanas através da realização de observações sob condições de controle"⁽²⁰⁹⁾. O "controle" é obtido por meio da seleção de dois grupos de indivíduos semelhantes (com mesmo nível de renda, a mesma ocupação, a mesma idade, com família igualmente numerosa, com o mesmo quociente de inteligência, etc.). Um grupo, chamado *grupo experimental*, é submetido a uma influência determinada (ou a uma "força natural"); o outro grupo, chamado *grupo de controle*, é, dentro do possível, mantido afastado dessa influência. As observações ou mensurações são

(206) *Principes de Médecine Expérimentale*, introdução e notas de L. Delhoume (Presses Universitaires de France, Paris, 1947), p. 83.

(207) Ou outras ciências do homem, como a psicologia e a biologia: cf. especialmente W. Köhler, *Gestalt Psychology* (Liveright Publishing Corporation, Nova York, 1947), cap. II; K. Goldstein, *La Structure de l'Organisme*, tradução de E. Burkhardt e J. Kuntz (4.ª edição, Gallimard, Paris, 1951), *passim*.

(208) M. H. Quenouille, *The Design and Analysis of Experiment* (Charles Griffin, Londres, 1953), p. 5.

(209) F. Stuart Chapin, *Experimental Designs in Sociological Research* (Harper & Brothers, Publishers, Nova York, 1947), p. 29; cf. também: Ernest Greenwood, *Sociologia Experimental* (Fondo de Cultura Económica, México, 1951), *passim* (sem indicação do tradutor).

feitas em cada grupo — no comêço (*antes*) e no período final, meses ou anos após (*depois*). As mudanças ocorridas são naturalmente observadas e medidas, sendo finalmente comparadas (210).

Se houver diferença significativa nas mudanças do *grupo experimental* com referência às ocorridas no *grupo de controle*, então se admitirá que elas foram, provavelmente, produzidas pela influência provocada. "Se a mudança no grupo experimental é de uma magnitude que pode ocorrer muito raramente como uma flutuação de amostragem por acaso, enquanto que a mudança no grupo de controle é de uma magnitude que pode ocorrer freqüentemente como uma flutuação de amostragem por acaso, nós concluímos que a mudança no grupo experimental é *provavelmente* um efeito do tratamento, programa social ou suposta força natural (F) do meio. Nesse sentido, o plano experimental é uma forma de observação controlada, operando pela intervenção de controle seletivo das condições que, para fins de observação, é desejável manter constantes" (211).

Dois exemplos podem ilustrar êsse procedimento. Primeiro, o de Dodd, realizado em zona rural da Síria (212). Para verificar os efeitos dos programas de educação higiênica, que consumiam grandes somas, Dodd realizou um experimento projetado, no qual lidou com quatro comunidades — uma comunidade experimental (Jib Ramli); e três comunidades de controle. A comunidade experimental foi submetida à influência direta de um grupo de educadores pertencentes aos quadros da clínica itinerante, cuja função consistia em difundir práticas higiênicas *racionais*. O experimento pode ser descrito em cinco tópicos: 1.º) Através da aplicação de questionários e da interpretação estatística de seus resultados foi estabelecida uma escala das práticas higiênicas nas quatro comunidades. 2.º) As três comunidades de controle foram selecionadas: a) com base na similaridade relativamente à comunidade experimental e entre si, em termos de nove fatores relevantes (condições geográficas, demográficas, históricas, econômicas, religiosas, domésticas, educacionais, recreativas e

(210) Cf. F. Stuart Chapin, *Experimental Designs*, cap. II.

(211) *Idem*, p. 29.

(212) S. C. Dodd, *A Controlled Experiment on Rural Hygiene in Syria* (Oxford University Press, 1934); amplamente condensado em F. S. Chapin, E. Greenwood e G. A. Lundberg (*Social Research*).

sanitárias); b) com base na previsão de isolamento, que amparara a hipótese segundo a qual os efeitos do programa de educação higiênica só se fariam sentir de forma acentuada na comunidade experimental. Os nove fatores referidos foram também controlados estatisticamente, com o fito de impedir que os efeitos a serem estudados pudessem resultar de variações nesses fatores. 3.º) Em 1931, as práticas higiênicas dessas quatro comunidades foram medidas e ordenadas na escala de higiene. Iniciou-se então o programa de instrução deliberada, na forma projetada (sobre a comunidade experimental). 4.º) Em 1933, o programa foi interrompido e as práticas higiênicas, nas quatro comunidades, submetidas a nova mensuração, pela mesma escala, chegando-se aos seguintes resultados:

	1931	1933	Diferença
Comunidade experimental	253 pontos	304 pontos	51 pontos
Comunidades de controle	241 pontos	286 pontos	45 pontos

5.º) Dodd concluiu que o experimento fôra provavelmente viciado, supondo que as condições de isolamento não garantiram o alheamento das três comunidades de controle, com referência às influências exercidas pelo programa de educação higiênica da clínica itinerante. De qualquer forma, o seu experimento é considerado, na literatura sociológica, como o mais rigoroso no planejamento, na execução e no tratamento estatístico necessário.

O segundo exemplo diz respeito a uma pesquisa experimental do tipo *ex post facto*, que teve por objeto a relação entre a duração e progresso no curso secundário (*High School*) e o ajustamento econômico na vida prática (213). Esse estudo nos interessa por várias razões. Ele constitui uma demonstração da possibilidade de aproveitar a espécie de documentação mais acessível às técnicas de investigação sociológica (documentação histórica, entrevista, questionário, etc.), de uma forma muito mais rigorosa e precisa. Mostra em que sentido a estatística pode ser utilizada no controle de fatores que precisam ser neutralizados ou equiparados. Levanta cer-

(213) Helen F. Christiansen, "The Relation of School Progress, Measured in Terms of the Total Amount of School Attendance or Course Completion, to Subsequent Economic Adjustment", tese de M. A., Biblioteca da Universidade de Minnesota, junho de 1938; amplamente condensado em F. S. Chapin, *Experimental Designs*, pp. 99-109.

tos problemas teóricos, alguns dos quais Chapin examina com penetração, relativos às conseqüências de um rigor extremo no contrôle de dados no plano pròpriamente interpretativo. E, por fim, escapa ao caráter algo pretensioso do experimento com situações de vida influenciadas por iniciativa do grupo pesquisador, por enquanto um tanto precoce para as possibilidades de pesquisa e de aplicação na sociologia. Há quem negue a estudos dessa ordem a qualidade de *investigação experimental*. Greenwood, não obstante, procura demonstrar que é irrelevante, para o padrão experimental de pesquisa sociológica, se os casos são naturais ou se são criados pelo experimentador. O que seria essencial: a manipulação de situações contrastantes, através de alguma técnica precisa de contrôle (214). O estudo de Christiansen se caracteriza, precisamente, pelas várias modalidades de contrôle que procurou obter sobre as duas situações contrastantes.

Ela tomou como objeto de estudo as quatro *High School* da comunidade de St. Paul e escolheu o ano de 1926, porque êsse era o ano mais afastado com referência ao qual se poderia contar com documentação comparável sobre um grande número de estudantes. A hipótese que orientou a pesquisa consistia em admitir que as pessoas melhor sucedidas na vida escolar são, presumivelmente, as que obtêm maior sucesso em seus ajustamentos econômicos. Operando em 1935, procurou então saber quais dos antigos graduados ou egressos não-graduados das quatro escolas poderiam ser incorporados aos grupos estudados. A hipótese levava naturalmente a uma separação entre essas duas categorias (*graduados e não-graduados*: aquêles com o curso completo de quatro anos e êstes com um tempo variável de um a três anos de curso), que iriam servir de índice do maior ou menor aproveitamento do ensino e do sucesso escolar dos indivíduos. O número de graduados era de 1.130 môças e rapazes; e o de egressos não-graduados, de 997. Êsses eram, portanto, os dois grupos a serem analisados sob condição de contrôle. Houve, porém, uma redução global de 933 indivíduos (459 no grupo dos graduados; 474 no grupo dos egressos não-graduados), resultante de vários fatores (21, por morte; 42, por mudança de cidade; 575, por não serem encontrados; 295, por informações incompletas). Para fins de interpretação, era naturalmente necessário igua-

(214) Cf. *Sociologia Experimental*, cap. IV.

lar os dois grupos, com relação aos fatores cujos efeitos precisavam ser neutralizados em ambos os grupos. A autora chegou à conclusão de que tais fatores eram em número de seis: idade, sexo, ocupação do pai, nacionalidade dos pais, vizinhança e habilidade intelectual (ou mental), determinada através das provas escolares. Segundo a autora, êsses fatores podiam interferir nas oportunidades econômicas na comunidade e, por conseguinte, na escala de sucessos dos indivíduos na vida prática. Inicialmente, o contrôle foi obtido pela equiparação do grupo experimental e do grupo de contrôle por meio de seleção de cada indivíduo com base na identidade de sexo e de nacionalidade dos pais. Os demais contrôles foram estabelecidos através da correspondência da distribuição de freqüência em cada fator. Depois dêsses contrôles, os dois grupos ficaram reduzidos a 145 indivíduos cada um; de 2.127 indivíduos, que constituíam o grupo total original, somente 290 puderam ser aproveitados para a composição dos grupos de pesquisa (ou seja: perda de 86,4% dos casos). Os resultados revelaram que: a) dos 145 graduados, entre 1926 e 1935, 88,7% não sofreram alterações ou tiveram alta nos salários; inversamente, 11,3% sofreram diminuições no salário; b) dos 145 egressos não-graduados, entre 1926 e 1935, 83,4% não sofreram alterações ou tiveram alta nos salários; inversamente, 16,6% sofreram diminuições no salário. A diferença é muito pequena (5,3%), para ser considerada relevante do ponto de vista estatístico e para ser aceita como probatória relativamente à hipótese inicial. Mas a autora comprovou que entre os egressos não-graduados outras diferenças, também pequenas, possuíam a mesma significação interpretativa (favorável à hipótese inicial): a) entre os que saíram em 1926, com um ano de curso: 74,1% não sofreram alterações ou tiveram alta no salário; b) entre os que saíram em 1926, com dois anos de curso: 85,1% não sofreram alterações ou tiveram alta no salário; c) entre os que saíram em 1926, com três anos de curso: 89,6% não sofreram alterações ou tiveram alta no salário. "Assim, em geral, quanto maior o período de educação na "high school", maior a percentagem de ajustamento em termos econômicos, usado como critério. Nenhuma dessas diferenças são estatisticamente significativas, como diferenças singulares. O ponto importante é que elas são consistentes e na mesma direção. É uma matéria de opinião se pequenas diferenças, que são corroborantes e na mesma direção, são tão importantes quanto as diferenças que são

amplas e estatisticamente significativas. Nossa opinião é que, inequivocamente, pequenas diferenças na mesma direção podem ser tão importantes quanto grandes diferenças que são significativas estatisticamente" (215). Daí a conclusão de que o controle de fatores variáveis, como idade, sexo, nacionalidade dos pais, ocupação do pai, vizinhança e habilidade intelectual, proporcionam um controle adequado da situação investigada e permitem chegar a resultados cientificamente válidos.

Mas ainda se podia intentar um controle mais rigoroso, pela equiparação dos dois grupos, com base na identidade individual com referência a cada um dos seis fatores. Feito isso, o grupo de pesquisa ficou reduzido a 46 indivíduos (23 no grupo experimental, de graduados; 23 no grupo de controle, de egressos não-graduados). Contudo, os resultados foram mais satisfatórios, pois evidenciaram: a) dos 23 graduados, entre 1926 e 1935, 92% não sofreram alterações ou tiveram alta no salário; b) dos 23 egressos não-graduados, entre 1926 e 1935, 58% não sofreram alterações ou tiveram alta no salário. Tal resultado comprova, de uma forma estatisticamente significativa, segundo a autora (pois a diferença seria de 34%), que o ajustamento econômico no grupo experimental é superior ao do grupo de controle: a hipótese inicial estaria, assim, comprovada empiricamente. O aspecto teórico mais importante deste experimento estaria, pois, na perspectiva que abre para a discussão do problema da homogeneidade e da pureza das amostras. Para descobrir-se a relação real entre dois fatores em um experimento singular, a representatividade das amostras possuiria menor interesse que sua homogeneidade e pureza (216).

Como se vê, pelos dois exemplos, o que caracteriza o "experimento sociológico" é o recurso mais extenso e mais preciso ao controle das observações e das interpretações. É duvidoso que se consiga, pelo menos no estado atual da sociologia, criar condições de experimento que permitam isolar completamente certas influências, para análise de seus efeitos. E, como muito bem pondera Townsend, é muito difícil saber se os efeitos das variáveis relevantes são os mesmos nos dois grupos, o experimental e o de controle (217). Enfim, são li-

(215) F. S. Chapin, *op. cit.*, p. 104.

(216) *Idem*, p. 103.

(217) Cf. John C. Townsend, *Introduction to Experimental Method for Psychology and the Social Sciences* (McGraw-Hill Book, Nova York, 1953), p. 62.

mitadas as possibilidades efetivas de controle, nos diversos tipos de "experimento sociológico". A variedade de "experimento *ex post facto*" oferece certas possibilidades inegáveis de controle de fatores variáveis e de neutralização de seus efeitos conhecidos e previsíveis. Mas o especialista é obrigado a restringir o número de fatores variáveis a serem controlados, de modo que nunca poderá afirmar, com segurança, ter conseguido isolar determinado campo para seguir a operação exclusiva de dois fatores escolhidos antecipadamente. A decisão, nesta esfera, representa sempre uma iniciativa arrojada, pois a simples variação da perspectiva de interpretação dos fatos (pela rotação das hipóteses passíveis de verificação empírica), pode conduzir a escolhas diversamente fundadas de fatores variáveis. No que concerne ao segundo exemplo, poderíamos ainda perguntar se também não existe um certo *mecanicismo* nas elaborações interpretativas baseadas no controle dos fatores. Afinal, nós podemos destacar certas situações e relações sociais do contexto social, como se fôssem segmentos materiais de uma peça de composição fixa e estável, submetê-las a uma análise que se notabiliza pela abstração completa das conexões dessas situações e relações com o contexto de que elas fazem parte (por hipótese: menos em um ponto, que diz respeito às alterações investigadas), e depois chegar à conclusão de que o conhecimento resultante é válido de modo geral, explicando empiricamente as situações e as relações em sua atividade dentro do contexto social imediato? Outras questões específicas ainda podem ser levantadas, como a conveniência de neutralizar fatores estruturais mais amplos (como a variação de salários por níveis de ocupação ou as flutuações das oportunidades profissionais em termos de mudança do sistema de ocupações) e fatores funcionais não considerados (principalmente os que dizem respeito à participação de ideais de carreira profissional e à tendência de encarar a melhoria de situação econômica como algo desejável e nobilitante). Sob este ponto de vista, não se pode deixar de atentar para um fato da maior significação teórica: a natureza e a consistência da hipótese. Dela passará a depender o sucesso ou insucesso de uma pesquisa desse tipo, pois o procedimento formal será o mesmo, independentemente da adequação e da consistência daquela. Os resultados empíricos, quando uma hipótese, sem ser absurda, é mal formulada mas revela certa plasticidade empírica, contribuem para retificá-la, raramente para invalidá-

la. Em outras palavras, eles podem não orientar o experimentador no sentido de reexaminar a hipótese inicial ou de procurar a formulação exatamente necessária à interpretação dos dados. Ora, uma hipótese formalmente impecável e precisa não depende apenas do talento dos pesquisadores; é, em grande parte, fruto dos conhecimentos acumulados em certos setores da disciplina, em que aqueles trabalham⁽²¹⁸⁾. No estudo de Christiansen as lacunas mais graves se revelam na formulação da hipótese, bastante tósca e pobre em face dos conhecimentos que possuímos sobre os processos investigados. É preciso, ainda, considerar que esse gênero de "pesquisa experimental", apesar do ideal de maior objetividade e do rigor que permite alcançar em certas fases da investigação, está também sujeita à influência ideológica do grupo financiador da pesquisa (particular ou oficial) e ao impacto das preferências, orientadas no mesmo sentido, do próprio experimentador. O papel desempenhado pela hipótese, nesses "experimentos", dá margem a que tais influências e preferências se insinuem, mais do que se deve permitir, na pesquisa sociológica. Os interesses sociais em jogo, principalmente quando se trata de comprovar o resultado ou a eficiência prática de instituições ou serviços que, ou absorvem grandes somas de dinheiro, ou encontram um suporte moral em seus fins humanitários, agem nessa mesma direção. Por fim, parece evidente que as ciências sociais têm maior necessidade de conhecer as ações e relações humanas em *condições reais*, isto é, em descobrir as relações dos fatores variáveis tal como elas se dão na realidade. O sucesso ou o insucesso dos indivíduos na vida prática não estão em função da neutralização de certos efeitos, mas na sua capacidade de enfrentar as condições reais de competição com outros indivíduos. Somos levados a supor que há mais interesse em continuar a antiga tradição, imperante na sociologia, de reduzir ao mínimo necessário ou indispensável a abstração simplificadora da realidade investigada.

VIII, 9) Em comparação com os modelos de indução amplificadora, que prevaleceram nas elaborações qualitativas dos fenômenos sociais já examinados, pode-se dizer que no "expe-

(218) Nisso reside, segundo pensamos, os principais méritos da orientação seguida pelos Murphy e Newcomb, a qual, entre outras coisas, permite estabelecer maior entrosamento entre os conhecimentos obtidos pela observação espontânea ou natural e a observação controlada ou experimental (cf. Gardner Murphy, Lois B. Murphy e Theodore M. Newcomb, *Experimental Social Psychology* (edição revista, Harper & Brothers, Nova York, 1937), especialmente cap. I).

rimento sociológico": 1) existe uma intenção definida de reproduzir uma das condições essenciais da experimentação, que consiste em intervir diretamente nas condições possíveis de observação do fenômeno e de ganhar pelo menos controle racional sobre elas; 2) no plano interpretativo, propriamente dito, o esquema fundamental de comparação não se baseia em uma "série" construída (seja idealmente; seja por abstração empiricamente fundada, do investigador), e em outra "série" real, nem na construção de uma única "série" empírica homogênea, manipulada racionalmente, mas no confronto direto de duas "séries" reais, que se comportam de maneira diferente diante de uma influência provocada ou de um fator comum variável (condição ideal, de difícil realização completa na prática); 3) na formação de inferências indutivas, o recurso à seleção de relações de causa-e-efeito ou de efeito-e-causa por meios quantitativos, principalmente estatísticos (análise de flutuação de amostras, de associação, etc.); 4) na verificação das inferências indutivas a prova depende, naturalmente, da repetição do experimento, condição não realizável no momento; mas, pode ser desnecessária, quando há margem para a convicção (geralmente de fundamento estatístico), de que a explicação convém aos processos analisados e é portanto válida empiricamente.

CAPÍTULO IX

*A Importância da Inferência Indutiva
na Investigação Sociológica*

IX, 1) O grau em que uma ciência recorre à indução depende, naturalmente, de várias condições. Pondo de lado a questão de que as ciências matemáticas representam um limite extremo na utilização do método dedutivo, podemos afirmar que todo conhecimento científico combina de uma maneira ou de outra o raciocínio indutivo com o raciocínio dedutivo. Essa combinação varia de acordo com o tipo dominante de investigação (nas "ciências de observação" ela assume proporções menores que nas "ciências de experimentação") e com o nível de sistematização teórica, alcançado em cada disciplina científica particular (a elaboração de um complexo sistema de conceitos adequados e de conhecimentos comprovados empiricamente conduz a um maior recurso progressivo à dedução). Como escreve Martin Johnson, "não existe uma coisa como uma ciência natural puramente indutiva ou puramente dedutiva". "A dedução racional de proposições mais gerais, e a construção empírica do geral a partir do mais particular, são igualmente necessárias; mas nós faremos bem em reconhecer que um método ou outro pode tender a ser temporariamente mais útil, em diferentes estágios de uma ciência" (219). A marcha do desenvolvimento das ciências modernas mais abstratas parece indicar, de fato, que a importância e a utilidade da dedução dependem, grandemente, de um amplo progresso inicial das investigações empírico-indutivas. Doutra lado, cumpre lembrar que todo conhecimento obtido indutivamente permite separar o que é "aleatório" do que é "essencial". Uma explicação

(219) *Science and the Meaning of Truth* (Faber and Faber, Londres, 1946), p. 44.

indutiva se aplica a todos os fenômenos análogos ou da mesma ordem, porque diz respeito ao que é *típico* ou *essencial* nos fenômenos. Por isso, em maior ou menor grau, os conhecimentos indutivos sempre abrem algumas perspectivas para os raciocínios de natureza dedutiva, tornando-se com frequência seus pontos de partida (220).

IX, 2) O presente trabalho não foi escrito sob o pressuposto de que a sociologia, por ser uma ciência indutiva autônoma, deverá ser confinada à exploração exclusiva de procedimentos indutivos de investigação. A lógica indutiva moderna nasce com a demonstração de que nenhuma investigação propriamente científica pode ser realizada sem o recurso à formulação de hipóteses e que a via principal de formulação de hipóteses se acha no raciocínio dedutivo. Todavia, não partilhamos da convicção dos que supõem que a psicologia, a psicologia social ou a sociologia tenham alcançado uma etapa de maturação científica que permita caracterizar seus procedimentos de inferência em termos do sistema hipotético-dedutivo (221). Segundo pensamos, um sistema hipotético-dedutivo só é possível onde a teoria possa guiar, de forma consistente, os principais desenvolvimentos de novas pesquisas e onde o recurso a símbolos ou ao tratamento matemático desempenhe um papel realmente construtivo na investigação e na explicação dos fenômenos (222). Ambas as condições podem ser, quando muito, apontadas como ideais de alguns especialistas, preocupados com os problemas metodológicos da sociologia. A situação presente contrasta frontalmente com esses ideais e comprova a exatidão das convicções de Durkheim, em favor das conveniências imperiosas de uma estratégia conscientemente empírico-indutiva de investigação, na fase que atravessamos, de fundação dos alicerces da teoria sociológica.

IX, 3) Na discussão dos processos de inferência indutiva, explorados na sociologia, deixamos de lado muitos problemas fundamentais; entre eles, o dos esquemas lógicos completos, referentes a cada um desses processos. Agora, precisamos

(220) Cf., especialmente, Henri Lefebvre, *Logique Formelle. Logique Dialectique* (Éditions Sociales, Paris, 1947), p. 97 e seguintes.

(221) Ponto de vista defendido, entre outros, por J. E. Brown (cf. *Psychology and the Social Order. An Introduction to the Dynamic Study of Social Fields* (McGraw-Hill Book, Nova York, 1936), pp. 32-33.

(222) Cf. especialmente R. B. Braithwaite, *Scientific Explanation* (Imprensa da Universidade de Cambridge, 1953); J. O. Wisdom, *Foundations of Inference in Natural Science* (Methuen, Londres, 1952).

tratar dêsse ponto, ainda que de um ângulo limitado, para assinalarmos o papel da dedução na pesquisa sociológica empírico-indutiva. Primeiro, quanto aos três processos analisados, de formação da inferência indutivo-qualitativa: 1) Em todos os três, a dedução aparece como um momento crucial na formação do "horizonte interpretativo" do sujeito-investigador no confronto das "séries" construídas idealmente (Weber) ou por abstração empíricamente fundada (Marx) com as "séries" reais, ou na seleção racional de conexões funcionais e de relações causais explicativas, na manipulação de dados concernentes a uma mesma "série" homogênea (Durkheim). Portanto, o recurso livre a raciocínios dedutivos se insere na etapa da pesquisa em que a necessidade de descobrir os fatores explicativos exige a formulação de hipóteses, capazes de sugerir ligações verificáveis entre os fenômenos. 2) As hipóteses formuladas ligam, inicialmente por mera suposição, deduzida do comportamento de determinados fatores: a) as causas a seus efeitos, no esquema de Weber; b) os efeitos às suas causas, no esquema de Marx; c) as causas a seus efeitos ou os efeitos às suas causas, dependendo do ângulo de consideração dos processos recorrentes, no esquema de Durkheim. 3) Em todos os três, as hipóteses podem ser definidas como *momentos de incerteza provisória*, pois os raciocínios dedutivos servem apenas como pistas para facilitar o ajustamento racional da inteligência ao universo empírico, abertas em uma etapa adiantada de análise e conhecimento dêste, e destinadas a serem percorridas empiricamente (verificação da validade das explicações supostas). Segundo, quanto aos processos de inferência indutivo-quantitativa, chamados "experimentais": 1) A formação do "horizonte interpretativo" se antecipa à *organização* do experimento, pois é uma condição de seu planejamento. Por isso, a hipótese desempenha um papel construtivo mais amplo e com isso ganha relêvo a possibilidade de manipular-se, dedutivamente, conhecimentos já obtidos (com freqüência, incorporados à teoria científica existente). 2) A seleção das relações explicativas independe da descoberta de hipóteses *ad hoc* e é feita através do confronto objetivo das duas "séries" reais, por meios estatísticos (ou seja, indutivamente). 3) Os resultados da seleção podem ser conclusivos ou negativos com referência à hipótese inicial. De acôrdo com a natureza da alternativa, a hipótese poderá ser confirmada ou rejeitada empiricamente. Ainda não se conseguiram condições que favoreçam a reformulação, com

base empírica, das hipóteses, já que isso depende, diretamente, da capacidade de reproduzir os experimentos à luz dos ensinamentos proporcionados pelas falhas e erros sucessivos do experimentador.

Em suma, o papel da hipótese não é o mesmo em cada modelo básico (de indução qualitativa e quantitativa) e com ele varia a importância prática da dedução na pesquisa sociológica. Isso sugere que se deveria dar muito maior atenção às questões relativas ao conceito de hipótese e aos fundamentos empíricos e lógicos de sua manipulação na sociologia. Infelizmente, não podemos corresponder a essa exigência, no limite do presente trabalho. Contudo, podemos indicar certas implicações, contidas nas conclusões apresentadas. Um ponto que nos parece pacífico é o de que o raciocínio dedutivo penetra, de uma maneira ou de outra, todos os procedimentos indutivos, explorados usualmente pelos sociólogos. Outro diz respeito à relação existente entre o progresso da teoria sociológica e a tendência a dar maior importância à dedução (como meio de formação de hipóteses), sem afetar, pròpriamente, o caráter empírico da pesquisa sociológica e o fundamento indutivo de suas explicações. Podemos admitir, ainda, que o progresso da teoria sociológica poderá refletir-se, também, nos modelos de indução analítico-qualitativa. Pois êle poderá conduzir (como está de fato acontecendo), à preocupação de substituir as hipóteses *ad hoc* por hipóteses *diretrizes* bem definidas. A importância prática dessa substituição está no fato de que ela permite maior rigor nos procedimentos de interpretação, relacionando regularmente a formação do "horizonte interpretativo" do sujeito-investigador com os conhecimentos incorporados ao *corpus* teórico da sociologia. Por fim, parece evidente que o aparecimento tardio de tentativas de introduzir, na sociologia, esquemas de interpretação que procuram repetir o mais fielmente possível o plano experimental de pesquisa se explica facilmente, pois êsse passo dependia de certos desenvolvimentos da própria teoria sociológica. Quando esta passou a permitir um recurso mais amplo ao raciocínio dedutivo, por causa da acumulação prévia de conhecimentos (a qual oferece certa margem de segurança à elaboração de hipóteses a serem testadas através de pesquisas), surgiram condições de trabalho intelectual mais compatíveis com o padrão experimental de investigação científica. Todavia, é óbvio que ainda nos faltam recursos para explorar essa perspectiva.

IX, 4) Acreditamos que a discussão precedente esclarece nossa opinião sobre a debatida questão da importância relativa da indução e da dedução na investigação sociológica. De fato, a sociologia é uma ciência indutiva autônoma. O método indutivo constitui, para ela, o alfa e o ômega ou o princípio e o fim de sua realização como ciência. Os principais métodos de interpretação sociológica são métodos empírico-indutivos, e não podia ser diferente. Mas o raciocínio indutivo nela depende da dedução em dois pontos fundamentais. Nos métodos interpretativos que pressupõem a manipulação de pequeno número de casos típicos, para a formulação de hipóteses *ad hoc* (ou de "explicações provisórias"). Nos métodos interpretativos que pressupõem o tratamento estatístico dos dados, para a formulação da própria *hipótese inicial* das pesquisas. Isto traduz uma alteração no antigo sistema indutivo, que prevaleceu no passado, e que analisamos através de Durkheim, Weber e Marx. Porém, não significa que esse sistema tenha sido substituído por outro, mais complexo, nem que a alteração tenha determinado uma inversão da importância relativa da indução e da dedução na investigação sociológica. Os desenvolvimentos no sentido da instauração de planos precisos de "experimento sociológico" são muito recentes e faltam ainda à pesquisa sociológica outras condições, que garantem a plena vigência do sistema hipotético-dedutivo em outras ciências. Por enquanto, as combinações mais complicadas sugerem apenas que existe uma tendência a dar maior relevo à função construtiva da hipótese nas investigações sociológicas empírico-indutivas. É provável, entretanto, que essa tendência se transforme, com o tempo, em ponto de partida para a evolução da explicação sociológica no sentido daquele sistema.

IX, 5) A opinião emitida, embora dominante na sociologia, não é partilhada igualmente por todos os sociólogos. Existem tanto os que negam qualquer importância ao raciocínio dedutivo na investigação sociológica, quanto os que tomam posição diversa, seja negando o papel criador da indução na sociologia, seja recomendando esquemas de interpretação em que a dedução é superestimada ou passa a ser combinada de forma peculiar com o raciocínio indutivo. Aqui, não nos interessam esses debates. Todavia, parece-nos conveniente discutir, ainda que sumariamente, três dessas posições. Elas têm atraído demais a atenção dos especialistas, para serem postas de lado sem nenhuma referência.

Uma delas consiste em condenar, como estéril, o recurso à indução na sociologia. Este ponto de vista é defendido por Sorokin, em nome da necessidade de libertar a sociologia da "servidão" às *ciências naturais* (223). Sorokin tem razão quando afirma que os chamados estudos "experimentais" na sociologia são "pseudo-experimentais" e quando assevera que os ditos grupos de controle não o são no sentido realmente indutivo. Mas os argumentos que propõe para a rejeição de procedimentos indutivos na sociologia representam um regresso à fase pré-científica da sociologia e envolvem uma inadmissível ignorância da significação das soluções metodológicas encontradas por autores como Marx, Weber e Durkheim, relativas aos problemas da indução analítico-qualitativa. Os seguintes trechos poderão pôr em evidência a natureza das confusões que resultam de sua maneira de ver o assunto (a principal delas consiste em assimilar a indução amplificadora, em geral, à forma particular que ela assume nos planos de pesquisa experimental). "O aspecto significativo dos fenômenos sócio-culturais permite à lógica e à intuição desempenhar um papel muito maior na determinação da existência de relações causais com sentido entre as variáveis do que é possível no campo dos fenômenos puramente naturais, que são destituídos de componentes significativos" (224). "Em resumo, se nós tivéssemos à nossa disposição observações empíricas sobre "exterioridades", a realidade sócio-cultural não poderia ser senão uma massa caótica de congêries. Talvez algumas variáveis, que frequentemente coexistem ou mudam em conjunto, seriam vistas por nós, como algo ligado entre si. Mas elas teriam que ser em número muito restrito e se confinariam a fenômenos materiais limitados e concretos, adjacentes no espaço e no tempo. Uma parte ampla dos fenômenos sócio-culturais, particularmente os separados no espaço e no tempo, jamais poderiam ser apreendidos como "vinculados causalmente" (225). "Com base na observação puramente indutiva, empírica e exterior, nós podemos certamente concluir que todos os fenômenos dessa ordem [fenômenos integrados a diversas situações histórico-sociais ou sócio-culturais, mas dotados do mesmo sentido], separados como estão no espaço, são independentes uns dos outros; por-

(223) Cf. Pitirim A. Sorokin, *Sociocultural Causality, Space, Time. A Study of Referential Principles of Sociology and Social Sciences* (Durham, N. C. Duke University Press, 1943).

(224) *Op. cit.*, p. 80.

(225) *Idem*, p. 81.

que eles não se conformam às leis indutivas (*sic!*) de concórdia, variação concomitante, e dos “resíduos”. Mesmo se por acaso nós chegássemos a suspeitar que eles estivessem ligados, não haveria nenhuma razão para insistir sobre suas conexões ou uniformidades; já que, exteriormente, eles são tão irregulares, sucedem em lugares tão separados, revelam tão pequena uniformidade no tempo, ocorrem sob condições tão variáveis, e envolvem tão grande variedade de indivíduos, que não diferem de ocorrências puramente acidentais de fenômenos isolados. Se, entretanto, nós sabemos — e sabemos com certeza — que eles estão vinculados, como manifestações do funcionamento do mesmo sistema, através de seus veículos e agentes, isso se deve ao nosso conhecimento do sistema como um sistema objetivo e socializado de significações” (226). “Em suma, a consideração do aspecto com sentido dos fenômenos sócio-culturais nos permite, por meio da intuição, da lógica e depois da observação, resolver facilmente o problema de se uma dada variável é uma congêrie ou um sistema, e se as relações entre as variáveis é uma relação de congêries (ou ocasional) ou uma relação causal com sentido” (227). “Quem quer que esteja familiarizado com o método indutivo compreenderá facilmente que, nessas circunstâncias, é dificilmente possível descobrir alguma relação real, e particularmente as relações causais entre tais processos [revolução, guerra, origem e evolução das religiões, etc.], pela técnica da “observação objetiva” e da indução” (228). Sorokin ainda distingue a “indução com sentido” da “indução de exterioridades” (229), mas tais elucubrações possuem também pouco interesse científico. Em conjunto, pode-se dizer de suas idéias sobre a indução na sociologia, que poucas vezes alguém conseguiu pôr o dedo em problemas tão relevantes e reais da investigação sociológica, para solucioná-los de maneira tão confusa e improdutiva, embora dogmáticamente.

Outra tentativa consiste em afirmar que a sociologia é uma *ciência dedutiva*, segundo o modelo das “mais complexas ciências físicas”. Stuart Mill defendeu esse prematuro e arrojado ponto de vista, o qual já encontrou na obra de Dur-

(226) *Idem*, pp. 81-82.

(227) *Idem*, p. 82; cf. também, pp. 85-86.

(228) *Idem*, cf. pp. 85-86.

(229) *Idem*, cf. pp. 85-87.

kheim as críticas e devidas correções. Atualmente, essa opinião é mencionada por mero *dever profissional* ou por fidelidade à história do pensamento sociológico. Mill foi um economista e ligou-se tanto às concepções de James Mill (seu pai) sobre a psicologia humana, quanto à teoria econômica individualista dos clássicos. Para ele, a sociologia deveria proceder interpretativamente segundo o “método dedutivo concreto” e o “método dedutivo inverso”, idéia que pode ser associada às duas influências apontadas. As “leis sociológicas”, não obstante deduzidas pelo raciocínio, deveriam ser verificadas empiricamente, pela observação. Os dois trechos seguintes permitem caracterizar, fidedignamente, o pensamento desse autor. “As ações e sentimentos dos seres humanos no estado social são, sem dúvida, inteiramente governados pelas leis psicológicas e etológicas; qualquer que seja a influência exercida por alguma causa sobre os fenômenos sociais, ela se exerce através dessas leis” (230). “Essa sucessão de estados da mente humana e da sociedade humana não pode possuir uma lei independente própria; ela deve depender das leis psicológicas e etológicas que governam a ação das circunstâncias sobre os homens e dos homens sobre as circunstâncias” (231). Em síntese, as “leis” da psicologia e da etologia poderiam servir como fundamento das “leis” do desenvolvimento dos estados da sociedade; ou, em outras palavras, as explicações sociológicas seriam deduzidas, invariavelmente, das “leis da natureza humana”.

Por fim, há outra tentativa para demonstrar que a dedução e a indução se completam na sociologia, mas de maneira bem diversa da apontada neste trabalho. Nós já vimos que a *sociologia sistemática*, quando passa a operar com extenso material comparativo, perde a integridade lógica da sociologia *pura*, sem adquirir a consistência da sociologia empírico-indutiva (cf. a discussão das reações de Max Weber à orientação da “sociologia pura” na Alemanha). Todavia, quando essa intersecção se estabelece, é inevitável: a) o recurso abusivo a raciocínios dedutivos (ou de suposto fundamento axiomático); b) o aproveitamento inadequado da indução, principalmente como meio de comprovação empírica. Apesar disso, von Wiese define semelhante procedimento metodológico como uma “correção

(230) J. S. Mill, *A System of Logic*, livro VI, cap. IX, § 1.

(231) *Idem*, livro VI, cap. X, § 3.

mútua” da dedução pela indução e vice-versa⁽²³²⁾. Em um esquema dessa ordem, a dedução não desempenha o papel construtivo que lhe cabe no sistema hipotético-dedutivo. Ela passa a ser como que o ponto de partida lógico e o principal elemento orientador na elaboração de uma *teoria*. E a indução torna-se uma simples *ancila* da razão, não tendo meios para sair dos limites impostos pelos “esquemas de interpretação”, construídos dedutivamente. Reduz-se a mera “sondagem empírica”, sem objetivos próprios. Sob este aspecto, von Wiese é o precursor mais completo e sólido de Dodd, embora sua sociologia construtiva não possua um caráter matemático explícito.

(232) L. von Wiese, *Systematic Sociology on the Basis of the Beziehungslehre and Gebildelehre*, organizada por Howard Becker (John Wiley & Sons, Londres, 1932), p. 138; cf. exemplo na página 132.

CAPÍTULO X

Conclusões: Problemas que se Colocam no Estado Atual das Pesquisas Empírico-indutivas na Sociologia

X, 1) Chegamos ao fim de nossas exposições, convencidos de que elas propõem os problemas centrais da indução na sociologia, embora o faça de uma forma histórica e não sistemática. Mas muita coisa ficou de lado, e outras tantas foram sacrificadas a uma apresentação demasiado geral do assunto. Ainda assim, acreditamos ter chamado a atenção para o que é mais importante, para o que merecia ser pôsto em realce e constituir o ponto de partida de investigações atuais. No presente capítulo, gostaríamos de aproveitar o ensejo para sugerir que temas considerariamos relevantes, nessa ordem de cogitações.

X, 2) Como muito bem acentuou um especialista em metodologia das ciências: “Pode-se verificar que o problema da indução é verdadeiramente difícil e envolve de alguma forma a significação de conceitos, o conhecimento dos fatos e das mudanças das relações entre eles”⁽²³³⁾. No ajustamento às condições da investigação sociológica, cada especialista mal pôde enfrentar, à sua maneira, as dificuldades inerentes à explicação indutiva de fenômenos tão complexos, instáveis e variáveis como são os fenômenos sociais. Por isso, não é de estranhar que não pusessem em plena evidência as regras dos procedimentos indutivos que usaram, ou que o fizessem de uma forma imperfeita. O problema crucial que deixaram em suspenso, é o que diz respeito à validade da inferência indutiva. Em todos os quatro modelos fundamentais de análise sociológica indutiva, que

(233) Leon Chwistek, *The Limits of Science* (Kegan Paul, Trench, Trubner, Londres, 1948), p. 265.

examinamos, a insistência sobre fatos *típicos* (ou interpretativamente significativos), é algo constante. Tanto na observação, quanto na interpretação, devemos operar com fatos típicos, tendo em vista a natureza dos fenômenos e a complexidade dos problemas considerados. Mas nada se diz sobre o número de instâncias a serem tratadas, em nenhum dos níveis de interpretação e de formação de inferências indutivas. Fica implícito, naturalmente, que a seleção dos fatos típicos é ainda mais rigorosa no período de isolamento dos fatores explicativos, pois aí são descartados os elementos não-essenciais dos fatos encarados como típicos, para determinados fins interpretativos. A dificuldade é superada, relativamente, nos procedimentos ditos experimentais, à medida em que o recurso à estatística comporta a seleção indutiva dos aludidos fatores. Contudo, mesmo aqui, fica de pé a questão, sob dois aspectos: a) a composição empírica das duas "séries" reais está sendo, atualmente, comprometida por circunstâncias alheias aos "experimentos" (devido à incapacidade de criar-se autênticos *grupos de controle*, através do isolamento completo das influências provocadas e da neutralização satisfatória dos fatores interferentes), e merece também ser examinada com referência à ligação que se estabelece entre ela e os resultados dos "experimentos"; b) o controle racional dos dados progride com a eliminação desproporcional do número de casos e com a abstração quase completa das condições reais dos fenômenos. Quanto à segunda consequência (relativamente a *b*), diríamos que o rigor de análise não é muito compensatório, pois torna a interpretação quantitativa inferior à interpretação qualitativa, sob certos aspectos sociologicamente relevantes (conhecimento do comportamento humano e das variações nas relações dos fatores em condições reais). Quanto à primeira consequência (também relativamente a *b*), é claro que em algumas circunstâncias ela acaba reproduzindo o principal defeito da indução qualitativa, o qual consiste em oferecer um reduzido número de casos homogêneos como fundamento empírico das interpretações. Pode-se alegar que se alcança maior precisão e objetividade, pois a seleção dos casos homogêneos resultaria de uma elaboração estatística e permitiria concentrar a análise sobre casos *puros*. De qualquer modo, porém, em ambas as modalidades de procedimento indutivo se repete a incapacidade de assinalar quais seriam os limites empíricos dentro dos quais

convém examinar a validade de uma inferência sociológica indutiva.

Talvez seja difícil conseguir uma solução para esse problema. Chwistek assinala, com referência às ciências exatas, que é impossível formular uma regra para a determinação do número de instâncias necessário a uma inferência válida⁽²³⁴⁾. Mas, independentemente de pretendermos descobrir uma regra dessa espécie, podemos nos perguntar se é ou não possível introduzir maior rigor nos procedimentos indutivos imperantes na sociologia, especialmente nos de tipo qualitativo (já que os de tipo quantitativo poderão beneficiar-se do tratamento estatístico e da determinação possível do grau de probabilidade de uma inferência particular). Qualquer resultado que se alcançasse nesse sentido seria importante para aumentar a objetividade das explicações sociológicas de fundamento indutivo e para estabelecer, com maior rigor, os limites dentro dos quais se poderia avaliar sua precisão. Pensamos que, à falta de solução melhor, poderíamos aplicar um critério por assim dizer descritivo de evidência: a) das instâncias consideradas efetivamente em cada explicação; b) das razões que conduzem à sua seleção, no que concerne ao seu número e às suas características; c) da importância interpretativa variável das mesmas, comprovada indutivamente. Está claro que um procedimento dessa natureza (que muitos qualificariam de "operacional", sem a conotação que possui em sistemas hipotético-indutivos), apresenta o grave inconveniente de complicar a preparação dos materiais para publicação. Pode-se admitir, porém, que ele contribuiria para introduzir um mínimo de racionalização na escolha de dados para exposição e comunicação. Um progresso nesse sentido poderia contribuir, também, para criar, com a repetição das experiências, algumas convicções entre os especialistas sobre o número aproximado de instâncias, aconselhado pela prática, nos diversos níveis de explanação dos fenômenos sociais. Que ele é viável, comprovam-no certas tentativas, entre as quais merece relevo a de Simiand, em sua investigação sobre o salário.

X, 3) Outra questão que deve ser considerada, é a que se refere à consistência lógica dos esquemas de formação de inferência indutiva, que se desenvolveram na sociologia. É algo

(234) *Op. cit.*, p. 261 e seguintes.

de suma importância que a sociologia, desde os seus inícios, orientasse a formação da inferência indutiva no sentido lógico do padrão fornecido pelas ciências experimentais e que, apesar disso, acabasse elaborando esquemas próprios. Os três autores examinados descobriram as soluções fundamentais, que contrastam com os esquemas indutivos formados nas ciências de laboratório ou que são inerentes ao sistema hipotético-dedutivo. Somente com a orientação "experimental" surgiu na sociologia um esquema de formação de inferências que tende para o mencionado padrão. Pode-se dizer, com fundamento sem dúvida, que a natureza lógica desses esquemas é o produto das condições de trabalho científico imperantes na investigação sociológica, nada tendo que ver (formalmente) com a "natureza" mesma dos fenômenos por ela analisados e dos problemas que nela se colocam. Em toda *ciência de observação*, sem recursos de análise quantitativa e matemática, a explicação precisa ser obtida por meios próprios, mas compatíveis com o método científico. Na sociologia, o progresso da *descrição* para a *interpretação* teria originado os três esquemas de indução analítico-qualitativa examinados.

Há uma grande parte de verdade nessa colocação do problema. Mas essa verdade se reduz, no fundo, às etapas percorridas pelo pensamento na análise do real, isto é, à "forma" dos esquemas: em todos, a seleção dos fatores explicativos é feita hipoteticamente (por meio de inferências deduzidas; ou de manipulação de conexões funcionais e de relações causais inicialmente supostas) e representa a etapa imediatamente anterior à formulação da *descrição*, que convém ao comportamento real dos fatores e à verificação empírica da "descrição" descoberta. Em outros aspectos, cada esquema apresenta suas peculiaridades: a) seja no recurso a uma "série" construída como termo de comparação ou no recurso a uma "série" única mas homogênea, obtida por abstração; b) seja no caráter das "séries" construídas ou no modo de tratar a "série" homogênea; c) seja, enfim, na maneira de isolar as determinações investigadas (alternativas de ligação: causa a efeitos conhecidos; efeitos conhecidos a causa; ou ambas as coisas, por meio de dois critérios conjugados de pesquisa das conexões funcionais e causais). Aqui, penetramos na esfera em que a estrutura lógica dos esquemas deve ser encarada em termos da complexidade dos fenômenos e da natureza dos problemas. Foi isso que nos levou a admitir que tais esquemas represen-

tam alternativas igualmente legítimas e complementares de indução na sociologia (cf. capítulo VII).

Pela própria natureza do conhecimento sociológico, esses esquemas deviam corresponder, portanto, mesmo que só no essencial, às possibilidades lógicas de explanação científica nas chamadas *ciências de observação*, entre as quais se inclui a sociologia. Mas, em sua construção, eles revelam estas possibilidades na sua forma particular, isto é, nas condições do próprio labor científico, criadas no campo da investigação sociológica pelas peculiaridades de seu objeto e dos problemas que a sociologia deve enfrentar. Daí o interesse que os referidos esquemas e os que se estão desenvolvendo, sob a inspiração de organizar "*experimentos sociológicos*", possuem atualmente. O progresso da sociologia como *ciência indutiva* autônoma depende, grandemente, da capacidade que os sociólogos revelarem: 1.º) na elaboração formal dos esquemas sociológicos de formação de inferências indutivas, especialmente através de símbolos que possuam significação lógica definida [tarefa que deixamos de lado neste trabalho]; 2.º) na análise e na crítica da consistência lógica desses esquemas (supondo-se que sua legitimidade empírica está plenamente assegurada por sua exploração regular na análise sociológica); 3.º) na pesquisa de esquemas alternativos e de esquemas mais completos de formação de inferências indutivas (pois desse desenvolvimento depende um conhecimento mais preciso dos limites de aplicação de cada esquema e a possibilidade de explorar setores mais complexos de investigação, abertos pela acumulação de conhecimentos teóricos).

É óbvio que a questão de ligar "teoria" e "pesquisa" não é uma questão meramente "científica". Ela também é uma questão "lógica", à medida em que se refira à existência e à utilidade de esquemas de inferência indutiva adequados aos processos de investigação, aos conhecimentos obtidos e comprovados, aos problemas que estes conhecimentos permitem colocar e pesquisar, à instabilidade inerente a todo sistema científico de conceitos e de explicações. Nesse terreno se colocam os temas mais delicados. A saber, dentro de que limites a sociologia pode, atualmente, aproveitar a dedução de modo construtivo; quais seriam as bases de uma "teoria da invenção" na sociologia, que fixasse o valor e a função das hipóteses na pesquisa sociológica; as perspectivas e as con-

dicões de evolução da sociologia no sentido de uma exploração mais complexa da indução e da dedução (inclusive, se existem, realmente, tendências de transformação do atual sistema indutivo em um sistema hipotético-dedutivo na explicação sociológica).

X, 4) Esses dois problemas gerais não devem, porém, obscurecer o *problema elementar*, que ambos pressupõem. De fato, o progresso nesse setor da lógica da investigação sociológica possui um interesse meramente instrumental e por isso seria conveniente que fôsse realizado pelos próprios sociólogos. Ele será inócua se não se refletir no campo das pesquisas. Os esquemas de que tratamos nasceram de imperativos lógicos da explicação sociológica, associando-se, desde o início, às possibilidades de investigação empírico-indutiva da sociologia. O aperfeiçoamento deles só poderá ser produtivo se melhorar o rigor e a precisão das pesquisas sociológicas (de campo ou de reconstrução histórica). Em síntese, parece-nos que o refinamento lógico de semelhantes esquemas representa, a um tempo, produto e condição do progresso positivo das pesquisas sociológicas. O que nos interessa no momento, de modo especial, porém, é ligá-los às possibilidades de introduzir maior controle racional (estatístico, onde fôr possível), na observação e na interpretação sociológica dos fenômenos sociais. Daí a vinculação que existe entre tais reflexões lógicas e a exploração das técnicas de investigação sociológica, que garantem, pela base, a manipulação de dados precisos. Elas devem levar-nos a um maior entrosamento entre os processos de indução, praticados na fase de interpretação propriamente dita, e as técnicas de coleta e de sistematização dos dados empíricos da sociologia. Esse problema não se impôs de forma conveniente à inteligência dos sociólogos do passado. Mas essa é a única garantia, que poderemos nos assegurar, para obter o rigor e a precisão que constituem o apanágio de todo conhecimento objetivo.

PARTE III

O MÉTODO DE INTERPRETAÇÃO FUNCIONALISTA NA SOCIOLOGIA (*)

"A descrição não passa, entretanto, do degrau mais baixo da ciência: esta não se acaba senão pela interpretação das coisas. [...] Interpretar as coisas consiste em dispor as idéias que nós possuímos, segundo uma ordem determinada, a qual deve ser a mesma que a das coisas." (E. Durkheim, *Montesquieu et Rousseau*, p. 37.)

(*) O presente trabalho foi escrito para ser apresentado, como tese de livre-docência, à Cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Depois de aprovado pela banca examinadora, de acordo com a regulamentação do concurso de livre-docência, foi publicado, na forma de boletim, sob o título: *Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia* (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Boletim n. 170, Sociologia n. 4, 1953). O autor absteve-se de introduzir modificações essenciais no texto da presente reedição. Em trabalho que pretende escrever, próximamente, tentará considerar, de modo mais completo, as técnicas e os problemas fundamentais da explicação sociológica.

Introdução

É quase uma tradição na sociologia versarem os estudos sobre o *método sociológico* as questões mais gerais da explicação dos fenômenos sociais. Entendendo como "método" a atitude do sujeito perante a realidade, cabem dentro da discussão todos os problemas que dizem respeito à investigação sociológica dos fenômenos sociais, desde a caracterização e a observação até a explicação e a verificação (1).

Nada temos contra semelhante orientação. Ela não só produziu resultados úteis, graças às fecundas sistematizações de problemas, que proporcionou algumas vezes, mas, ainda serviu, em algumas ocasiões, como instrumento de defesa do ponto de vista sociológico, em face das pretensões da filosofia ou de ciências afins, como a psicologia ou a economia, e contra o espírito desprevenido de sociólogos, que não possuíam a inspiração de pioneiros.

Acontece, porém, que o amadurecimento científico da sociologia alterou, por si mesmo, a ordem das preocupações metodológicas dos sociólogos. Hoje, ao lado daquele tipo de ensaios, surge a necessidade inadiável dos estudos circunscritos, que tratem, modestamente, de certos problemas da investigação sociológica.

Por que essa alteração do panorama? Porque a sociologia se desdobra em muitas direções. Em cada setor de investigação se acumulam problemas próprios, com suas soluções correspondentes. É impossível apanhar, em uma fórmula sintética, pelo menos no estado atual da sociologia, toda essa variedade de problemas e de soluções. Nem isso parece ser

(1) O melhor exemplo, para ilustrar a afirmação feita, é ainda *Les Règles de la Méthode Sociologique*, de E. Durkheim; mas ela se aplica, igualmente, a obras mais recentes, inclusive *The Method of Sociology*, de F. Znaniecki.

indispensável, por enquanto. Em pleno progresso, as investigações que se desenvolvem em setores especiais precisam de *instrumentos de trabalho*, mais que de soluções globais mas transitórias. No corpo da teoria sociológica já existem recursos para garantir aos especialistas uma acomodação apreciável aos fatos a serem investigados e aos dilemas intelectuais que eles possam levantar.

Ora, um dos principais focos de interesse moderno na reelaboração e na crítica do aparato científico da sociologia constitui o dos processos através dos quais se estabelecem inferências indutivas, concernentes às relações dos fenômenos sociais entre si, em contextos empíricos determinados. No período das grandes sistematizações teóricas, tanto este problema, que diz respeito à interpretação dos fenômenos sociais, quanto o problema da observação desses fenômenos, ficaram subordinados a certas formulações gerais, apresentadas como implicações da maneira de definir o que se deveria entender por *método sociológico*. Por isso pôde Durkheim, por exemplo, ordenar de modo sistemático regras que permitiam regular uniformemente, e sem discrepância lógica, o conjunto de procedimentos e de processos a serem empregados na observação e na interpretação dos fenômenos sociais.

O desenvolvimento empírico-indutivo da sociologia demonstrou lentamente, entretanto, que essas formulações de caráter geral possuem grande valor heurístico, como fonte de clarificação das *idéias fundamentais* ou *hipóteses de trabalho*, consistentes com o ponto de vista sociológico. Mas revelam pequena eficácia na seleção de hipóteses iniciais, capazes de abrir uma perspectiva para a formação de sugestões referentes às relações dos fenômenos em contextos empíricos determinados. Assim, tomemos como referência a brilhante formulação de Durkheim: "*A origem primeira de todo processo social de alguma importância deve ser procurada na constituição do meio social interno*" (2). Com essa regra, Durkheim tinha em vista a explicação dos fenômenos de "morfologia social", isto é, as *formas de associação*, "as maneiras

(2) E. Durkheim, *Les Règles de la Méthode Sociologique* (10.^a edição, Presses Universitaires de France, Paris, 1947), p. 111 (grifado no texto), edição brasileira, *As Regras do Método Sociológico*, tradução de J. Rodrigues Mereje, com uma introdução de P. Arbousse-Bastide (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937), p. 279. A referência concomitante a ambas as edições visa a facilitar o trabalho do leitor. Todavia, as citações escolhidas são sempre vertidas diretamente do texto original.

por que são agrupadas as partes constituintes da sociedade" (3). Passando-se dessa hipótese de trabalho para situações concretas, o que se constata? O especialista pode interessar-se pelo fenômeno descrito em termos do próprio processo da associação, que se dá no meio social já constituído; então, procurará saber como os motivos subjetivos das ações e das relações dos indivíduos se determinam socialmente, graças à conexão existente entre as situações sociais de vida e as condições específicas de atualização das normas e valores sociais. Mas o especialista também pode interessar-se pelo fenômeno descrito em termos da significação dinâmica do processo social considerado na constituição do meio social interno; então, procurará conhecer a relação das atividades das "partes" constituintes da sociedade com a integração e a continuidade desta como um todo. O especialista ainda pode interessar-se pelo fenômeno descrito em sua condição de *vir a ser*; então, procurará explicá-lo retrospectiva e prospectivamente, através da seleção dos fatores causais que, nas condições de formação e de transformação do "meio social interno", determinam o curso e os efeitos de sua atuação. Cada uma dessas perspectivas (4) pressupõe um modo peculiar de consideração dos fenômenos sociais, em contextos empíricos determinados, e tôdas são igualmente possíveis e legítimas, em confronto com a hipótese de trabalho formulada como "regra de explicação" por Durkheim. No entanto, as uniformidades que se podem descobrir nas relações dos fenômenos e os resultados interpretativos que delas se podem inferir variam, logicamente, de uma perspectiva a outra.

Daí a necessidade de dedicar-se maior atenção a essas perspectivas fundamentais de consideração empírico-indutiva dos fenômenos sociais. Elas delimitam, de fato, o horizonte intelectual do sujeito-investigador, permitindo-lhe ao mesmo tempo:

a) adequar as hipóteses de trabalho fundamentais, inerentes e características do ponto de vista sociológico, às condições em que os fenômenos sociais podem ser considerados de uma forma empírico-indutiva;

(3) *Loc. cit.*

(4) Não foram consideradas as perspectivas que implicam a abstração das condições reais dos fenômenos sociais, embora possam recorrer a processos indutivos de explicação.

b) escolher os meios interpretativos através dos quais as referidas hipóteses de trabalho podem ser enquadradas em hipóteses iniciais, empiricamente consistentes;

c) reconhecer racionalmente os limites dentro dos quais as hipóteses devem ser verificadas e, quando comprovadas, redefinidas como inferências indutivas.

Foi a essa necessidade que procuramos corresponder, ao redigir o presente ensaio, tomando como tema de nossa análise uma dessas perspectivas fundamentais, na qual nos havíamos exercitado durante muitos anos, graças ao caráter das investigações a que nos dedicamos anteriormente⁽⁵⁾. Como se verá, na discussão e na apresentação dos problemas, precisamos valer-nos, em alguns pontos, de nossa própria iniciativa. Para não parecermos arbitrários, gostaríamos de tornar explícitas as razões dos procedimentos que carecem de justificação.

Primeiro, quanto à expressão mesma: *método de interpretação funcionalista*. A digressão desenvolvida acima deixa evidente, segundo supomos, que a perspectiva fundamental considerada seria antes um "processo" que um "método". A distinção lógica entre método, processo e técnica é demais conhecida para que a discutamos aqui. Todavia, foi com base na sugestão de um especialista em metodologia científica que optamos pelo termo método⁽⁶⁾. Acresce, além deste argumento, que o uso do termo método, nesse sentido, é corrente na sociologia⁽⁷⁾. Não nos competia, pois, aceitar uma batalha por causa da precisão lógica de um vocábulo... A primeira perspectiva fundamental indicada é comumente descrita com a expressão "método de compreensão", posta em voga na sociologia por Max Weber⁽⁸⁾; e, a terceira, com a designação "método dialético", no sentido em que Marx a aplicou

(5) Desde os nossos primeiros trabalhos sobre o folclore paulistano (1942), até os estudos mais recentes sobre a guerra na sociedade tupinambá e as manifestações do preconceito de cor em São Paulo, temos lidado com problemas sociológicos cuja análise depende do recurso à interpretação dos fenômenos investigados em termos de função.

(6) "Portanto, um método é uma espécie de procedimento com a ajuda do qual a vaga hipótese de trabalho ou assunção toma forma definida como uma hipótese, e pelo qual a hipótese é testada" (A. Wolf, *Textbook of Logic* (George Allen & Unwin, Londres, reimpressão de 1948), pp. 198-199. Sobre o emprêgo do termo método nos sentidos "técnico" e "lógico", cf. pp. 33-34).

(7) Cf. especialmente S. A. Rice, ed., *Methods in Social Science, A Case Book* (The University of Chicago Press, Chicago, Illinois, 1937), p. 5.

(8) Cf. M. Weber, *Economía y Sociedad*, tradução de J. M. Echavarría (Fondo de Cultura Económica, México, 1934), vol. I, p. 3-20. Não se deve ver na formulação apresentada acima (pp. 182-183), uma contradição insuperável com os fundamentos teóricos do sistema de conceitos de Max Weber. Aliás, a

à interpretação das origens e do desenvolvimento do capitalismo no mundo moderno⁽⁹⁾. O termo método tem sido, por sua vez, empregado com frequência para designar o procedimento interpretativo praticado pelos "funcionalistas". Contudo, se a justificação é fácil, quanto à manipulação lógica da expressão, o mesmo não acontece no que diz respeito às preferências terminológicas, predominantes atualmente na sociologia. A maioria dos autores modernos dá decidida preferência ao qualificativo "funcional". Parece a tais autores que "funcionalista" evoca demais as raízes organicistas desse procedimento interpretativo. Ponderando-se bem, verifica-se que a expressão "análise funcional" (e outras equivalentes), não corresponde, plenamente, à de "análise funcionalista". Isso porque, na sociologia, o termo "função social" pode sofrer manipulações que não se fundam nos processos de indução das funções sociais característicos da "análise funcionalista". Pareceu-nos melhor conservar o termo antiquado, introduzindo na expressão global o maior grau de clarificação possível, através do recurso ao vocábulo "interpretação", que põe em evidência a própria natureza lógica do procedimento em questão.

Segundo, quanto aos assuntos efetivamente escolhidos para discussão. Nosso esboço de colocação geral do tema já patenteia o que se deve esperar de nossa dissertação. Trata-se de tomar um dos métodos de interpretação, explorados usualmente no campo da sociologia empírica, e de examinar o modo peculiar de abstração que ele pressupõe na consideração da realidade social, no que concerne à seleção e à explanação dos problemas sociológicos e no que se refere à fixação dos

formulação sugerida, em termos de "estrutura", encontra justificação em face da posição de Weber diante do embate metodológico entre o "realismo" e o "nominalismo" na sociologia (cf. F. Kaufmann, *Metodología de las Ciencias Sociales*, tradução de E. Imaz (Fondo de Cultura Económica, México, 1946), p. 266 e seguintes e 285 e seguintes; e, especialmente, H. Freyer, *La Sociología, Ciencia de la Realidad, Fundamentación Lógica del Sistema de la Sociología*, tradução F. Ayala (Editorial Losada, Buenos Aires, 1944), p. 171 e seguintes. Doutra lado, a atitude que anima a solução encontrada tende a generalizar-se na sociologia, como o demonstram as elaborações teóricas de autores como W. L. Warner e P. S. Lunt, *The Social Life of a Modern Community* (Yale University Press, New Haven, 1941), pp. 11-14, e T. Parsons, *The Social System* (Tavistock Publications, Londres, 1952), *passim*.

(9) Demos preferência à expressão "método dialético", que é a empregada pelo próprio Marx ao caracterizar os procedimentos interpretativos explorados em suas investigações econômicas (cf. *El Capital*, tradução de M. Pedrosa (Ediciones Euent Cultural, México, s. d.), vol. I, pp. 74-75. Essa expressão encontrou maior ressonância na sociologia que a de "materialismo histórico". Tomamo-la, aqui, no sentido preciso em que ela convém à explicação sociológica (cf. A. Lalande, *Vocabulaire Technique et Critique de la Langue Philosophique* (6.ª edição, Presses Universitaires de France, Paris, 1951); verbete *dialectique*, sentido F).

limites do horizonte intelectual do sujeito-investigador. Pareceu-nos que devíamos construir um esquema do desenvolvimento do "funcionalismo" na sociologia, que servisse de fulcro e constituísse a essência mesma do ensaio. É que, através de uma análise histórico-crítica, se poderia, a um tempo, mostrar como e porque se formou, na sociologia, a necessidade lógica de interpretar funcionalmente os fenômenos sociais; e traçar um quadro, relativamente completo, do progresso alcançado por esse método de interpretação, na sistematização e na explicação dos problemas sociológicos aos quais ele se aplica. A análise sistemática deveria ser reservada para os problemas cruciais, revelados pela análise histórica. Tais problemas foram tratados separadamente. Pois uns se referem à definição do conceito de função social e aos tipos de questões que cabem, sociologicamente, no campo da interpretação funcionalista. E outros se relacionam com as repercussões dos conhecimentos obtidos pela análise funcionalista na representação sociológica da realidade social, sob o duplo aspecto da teoria e da aplicação.

Terceiro, quanto aos assuntos que não foram examinados, apesar da aparente ligação deles com o nosso tema. São de três ordens diferentes. Poder-se-ia objetar que o ensaio devia abranger uma discussão sobre as técnicas de investigação e sobre as relações do método de interpretação funcionalista com os outros dois métodos assinalados (o método de compreensão e o método dialético). Porém, o problema da observação não nos poderia interessar senão em aspectos específicos (nas relações da interpretação funcionalista com a formação do horizonte intelectual do sujeito-investigador, e nos reflexos dela no processo de reconstrução racional da realidade investigada). Sob este aspecto, o problema foi discutido, onde sua análise porventura se impôs. Assim, não havia razão para estender o conteúdo do ensaio, de maneira a compreender um exame propriamente dito das técnicas de investigação. Acresce que elas são de aplicação universal na sociologia. O que varia, em pequena escala, é a significação relativa de cada uma delas no tratamento dos diferentes problemas sociológicos, que são manipulados pelos três métodos de interpretação. Uma questão dessa espécie, evidentemente, iria além dos limites que o próprio tema nos impõe.

Também gostaríamos de examinar as relações dos três métodos de interpretação. Pensamos que eles não se opõem

lógicamente entre si, mas traduzem, em níveis lógicos diferentes, as possibilidades da indução analítica na sociologia. Chegamos a redigir uma parte do segundo capítulo sobre tal problema. Entretanto, verificamos que seria impossível esclarecer um assunto tão complicado sem uma análise desenvolvida das condições de formação do ponto de vista sociológico e das razões que sugerem, dando-lhe inteiro fundamento lógico, uma inversão da maneira tradicional de encarar esse assunto. Graças à natureza mesma do objeto do ensaio, a lacuna que resulta da exclusão do referido tema não é lamentável nem produz conseqüências graves. O que importa, no caso, é a afirmação de nossa posição perante o problema. Ela nos parece inequívoca, pois se evidencia de todas as maneiras, nos pontos essenciais da dissertação, que consideramos o método de interpretação funcionalista um dos recursos da indução analítica na sociologia. E que, além disso, encaramos a sua "especialização" lógica como uma condição mesma da explicação empírico-indutiva dos fenômenos sociais na sociologia, vendo nela, portanto, a própria fonte da complementaridade dos três métodos de interpretação.

Poder-se-ia, também, lamentar a exclusão de uma análise completa da formação da inferência indutiva com base em conexões funcionais e de um exame do processo de conceptualização por abstração das funções sociais. Ficamos, durante algum tempo, propensos a discutir ambos os temas em nosso ensaio. Uma ponderação mais rigorosa, contudo, levou-nos a evitar semelhante procedimento. É que os dois problemas não podem ser discutidos, adequadamente, sem uma incursão a temas mais gerais, como o da própria inferência indutiva na sociologia e o dos processos de formação de conceitos, que nela são empregados. Além disso, quase todas as questões, que se levantam com referência ao método de interpretação funcionalista, se colocam mais ou menos nos mesmos termos com relação aos outros dois métodos, sendo, portanto, aconselhável discuti-las em conjunto.

Poder-se-ia, por fim, criticar a orientação escolhida, com base na idéia de que seria mais interessante conhecer os resultados da aplicação do método, através do estudo das investigações particulares em que ele foi explorado. A este respeito, conviria lembrar várias coisas. De um lado, uma apresentação sistemática dos resultados da investigação funcionalista na sociologia nos levaria a realizar uma sorte de "balanço

do funcionalismo na sociologia contemporânea". Apesar do interesse científico, que possuiria, inegavelmente, uma monografia desse gênero, se adotássemos essa orientação, teríamos que pôr de lado, por razões óbvias, a que preferimos. De outro, assim como um "balanço" permitiria discutir alguns dos problemas que são examinados aqui, uma análise de inspiração lógica dá margem a que se descrevam as posições típicas na aplicação do método. O que equivale a um paradoxo: o "balanço" não preenche totalmente as qualidades de uma análise como a que desenvolvemos. Mas esta pode acarretar um sucedâneo daquele, ou seja, ela pode incluir um "balanço" feito racionalmente. Nêle há lugar para muitas omissões. Nenhuma que acarrete, porém, a eliminação de contribuições profundamente significativas. Acresce que as aplicações mais fecundas da interpretação funcionalista, no presente, são abundantemente descritas em diversas obras⁽¹⁰⁾. Portanto, não sentimos que houvesse uma razão especial, a qual nos aconselhasse a dedicar maior atenção à análise do desenvolvimento do funcionalismo. É verdade que poderíamos lançar mão, nas exemplificações, de várias obras e autores modernos, o que enriqueceria, sensivelmente, os materiais informativos do presente ensaio. Uma medida de prudência recomendou-nos o recurso a dados extraídos de nossos próprios trabalhos, especialmente porque não dispúnhamos de espaço suficiente para maior elaboração das citações.

Essas ressalvas, segundo cremos, contribuem para explicar a nossa maneira de entender o objeto que nos propomos discutir sociologicamente. Servirão, também, para amenizar as críticas que se poderiam fazer ao ensaio em conjunto. Todavia, não nos pretendemos furtar, por seu intermédio, ao reconhecimento de que nosso estudo contém falhas inerentes a todo labor intelectual, acrescidas das que nascem das limitações do conhecimento do próprio autor.

(10) No capítulo seguinte serão feitas as referências bibliográficas em questão. Descrições bem elaboradas das melhores tentativas modernas de investigação, através do método de interpretação funcionalista, encontram-se em R. Firth, *Elements of Social Organization* (Watts, Londres, 1951), *passim*.

CAPÍTULO I

O Conceito de Função e o Funcionalismo na Sociologia

"... qualquer tentativa para aplicar esse conceito de função em ciência social envolve a suposição de que há condições necessárias de existência para as sociedades humanas, exatamente como as há para os organismos animais, e que elas podem ser descobertas por meio de uma espécie adequada de indagação científica." (A. R. Radcliffe-Brown, *On the Concept of Function in Social Science*, p. 394.)

Introdução

O presente capítulo tem por objeto a exposição histórica das orientações que caracterizam, em diferentes momentos, a aplicação do conceito de "função" e de "análise funcionalista" à interpretação sociológica dos fenômenos sociais. As razões que aconselham um tratamento histórico do assunto são óbvias. Conviria acrescentar-lhes a inexistência de uma exposição sobre o desenvolvimento do funcionalismo na sociologia, que fôsse bastante completa para nos dispensar dessa tarefa. No capítulo subsequente trataremos dos demais problemas relativos ao emprêgo sociológico do conceito de função e do método de interpretação funcionalista.

A conveniência de combinar uma visão em profundidade dos problemas com uma relação tão parcimoniosa quanto possível das teorias, levou-nos a adotar um rigoroso critério seletivo. Por isso, não trataremos de todos os autores que lan-

çaram mão do conceito de "função" em suas investigações sociológicas ou que se preocuparam com as *vantagens* ou as *insuficiências* do "funcionalismo". Mas *somente daqueles cujas contribuições possuem evidente significação teórica, a ponto de servirem como autoridades representativas, para fins de exposição e de crítica.* Outrossim, procuramos apresentar as idéias dos autores discutidos com a maior fidelidade que nos foi possível atingir. Daí o recurso freqüente a citações e a separação entre as partes de exposição e de crítica, em cada um dos esboços.

Cumpre-nos esclarecer, finalmente, que a seqüência de "períodos" não visa insinuar que existam soluções marcantes de continuidade na história da aplicação do conceito de função e da análise funcionalista na sociologia. Foi apenas um expediente cômodo, do qual nos utilizamos porque permitiu agrupar as autoridades estudadas em contextos intelectuais de claro sentido histórico-sociológico. A outros respeito, verifica-se que houve um progresso contínuo na focalização e na definição dos problemas sociológicos de função e êle nos interessa de perto, principalmente por causa do objeto do capítulo II.

1) Período Organicista

O uso do termo função, pelos sociólogos, ligou-se inicialmente à preocupação de assimilar a *sociedade* ao *organismo*. É verdade que algumas acepções da palavra, consagradas por seu emprego corrente, não revelam essa influência. O que nos interessa aqui, porém, não é propriamente a incorporação das diversas significações do vocábulo à terminologia sociológica, mas a transferência da conotação biológica da palavra "função" para o campo da sociologia.

O exame de uma obra como os *Elementos de Zoologia*, de Milne Edwards⁽¹¹⁾, a qual teve relativa repercussão entre os que pretendiam aplicar o método científico ao estudo dos fenômenos sociais, mostra que os dois sentidos fundamentais do termo e todo um conjunto de preocupações, que animaram certos

(11) H. Milne Edwards, *Éléments de Zoologie, ou Leçons sur l'Anatomie, la Physiologie, la Classification et les Mœurs des Animaux* (Grochard, Libraire, Paris, 1834), tradução.

sociólogos do século XIX, se formaram no seio da biologia. Assim, encontra-se nesse livro a aplicação do termo função tanto para designar "um sistema de movimentos vitais, abstração feita de suas conseqüências" (funções de nutrição, funções de relação e funções de reprodução), quanto para exprimir "a relação de correspondência que existe entre êsses movimentos e algumas necessidades do organismo" (relações entre as funções indicadas e a conservação do indivíduo ou da espécie e a preservação ou o crescimento do organismo)⁽¹²⁾. E a discussão de idéias que se infiltraram na própria concepção do objeto e do método da sociologia, concernentes às relações entre estrutura e função, entre diferenciação e função e sobre a importância do princípio da divisão do trabalho.

Em Spencer, por exemplo⁽¹³⁾, nota-se como a caracterização da *sociedade* é elaborada de modo a permitir sua assimilação ao *organismo* e o recurso constante a conceitos ou a princípios biológicos. A sociedade é concebida por Spencer como uma "entidade", composta de unidades discretas, os indivíduos, mas possuidora de "certa constância na distribuição das partes em conseqüência de uma existência regulada"⁽¹⁴⁾. Tendo em vista que se tratava de uma "entidade", procurou determinar se as relações constantes que unem as partes da sociedade se assemelhavam às relações constantes que unem as partes de outras entidades⁽¹⁵⁾. A hipótese que orientou semelhante comparação é exposta da seguinte maneira: "A única relação que se pode conceber entre uma sociedade e outra

(12) As citações sobre os dois sentidos da palavra função foram extraídas de E. Durkheim, *De la Division du Travail Social* (6.ª edição, Paris, 1932), p. 11. As referências entre parêntesis indicam como os dois conceitos são manipulados na obra de Edwards.

(13) É óbvio que não nos interessaria aqui um exame completo do organicismo na sociologia. Todavia, a escolha do representante dessa orientação constituiu algo relativamente difícil. É sabido que Albert Schäffe, autor da célebre obra *Bau und Leben des Sozialen Körpers* (1875-1878), pode ser considerado como a autoridade mais eminente entre os sociólogos organicistas. Acresce que tratou especialmente dos problemas de função na sociologia e dedicou alguma atenção à análise sociológica da função de sistemas sociais especiais, como a economia. O critério de seleção adotado, porém, levou-nos a dar preferência a Spencer: é que êle exerceu maior influência que qualquer outro sociólogo organicista nas teorias de Durkheim, insinuando-se, desse modo, na corrente de pensamento que constituiu a matriz das modernas preocupações funcionalistas na sociologia. Doutro lado, parece-nos que Spencer não só é representativo em um sentido típico, no que concerne às elaborações sociológicas do conceito de função pelos organicistas, como ainda supera os demais na compreensão dos problemas de função, que poderiam ser tratados sociologicamente, através da analogia entre a "sociedade" e o "organismo".

(14) Herbert Spencer, *Principes de Sociologie*, traduzido do inglês por E. Cazelles e J. Gerschel (6.ª edição, Alcan, Paris, 1910; edição original 1877), tomo segundo, p. 2.

(15) *Op. cit.*, p. 3.

coisa deve ser uma relação devida à *analogia dos princípios que regulam o arranjo das partes constituintes*" (16). Essa analogia só poderia ser estabelecida com entidades dotadas de vida, já que a sociedade era representada como um todo constituído de partes vivas. Daí a conclusão que deu fundamento lógico às suas elaborações organicistas: "as relações permanentes que existem entre as partes de uma sociedade, são análogas às relações permanentes que existem entre as partes de um corpo vivo" (17).

No que diz respeito à teoria das funções, o autor considera defende um conjunto de idéias, que poderia ser esboçado, de forma relativamente livre através da seguinte enumeração:

1) as funções sociais são predominantemente descritas em termos dos fins realizados pelas instituições, grupos e estruturas sociais (18);

2) estrutura e função são concebidas como fenômenos interdependentes na dinâmica social; em suma, "a diferenciação progressiva de estrutura se acompanha por uma diferenciação progressiva de função" (19);

3) princípio de integração funcional: "... somos obrigados a dizer que as partes de uma sociedade são unidas por uma relação de dependência tão rigorosa quanto as partes de um corpo vivo" (20);

4) princípio de interdependência das funções: "se a organização consiste em uma construção do conjunto tal que ela permita às suas partes realizar ações vinculadas por uma dependência mútua, quanto menos a organização é avançada, mais as partes devem ser independentes umas das outras; e, ao contrário, quando a organização é avançada, a dependência das partes com referência ao resto deve ser tão grande que

(16) *Idem*, grifado no texto original. A afirmação de que a sociedade é uma "coisa" consta do mesmo parágrafo.

(17) *Idem*. Sobre a caracterização da sociedade como *organismo*, cf. especialmente capítulo II, pp. 4-22. Nos parágrafos 220-223 aponta as diferenças que existiriam entre o "organismo individual" e o "organismo social", estabelecendo, embora, que as leis que explicam o primeiro se aplicam igualmente ao segundo (pp. 21-22). Os capítulos III, IV e V, dedicados ao "crescimento social", à "estrutura social" e às "funções sociais" interessam, naturalmente, à presente discussão do assunto.

(18) Cf. especialmente *op. cit.*, vol. II, capítulos VI-IX.

(19) Cf. cap. II, § 216.

(20) *Idem*, § 217.

a separação das partes é funesta aos agregados". Daí a afirmação segundo a qual "o *consensus* das funções torna-se mais estreito à medida que a evolução progride" (21);

5) princípio da reversibilidade das funções: "quando as partes são pouco diferenciadas, elas podem muito facilmente desempenhar as funções umas das outras; mas, quando elas são muito diferenciadas, elas não podem desempenhar as funções umas das outras senão imperfeitamente ou de nenhum modo" (22);

6) princípio da vitalidade das funções: "a vitalidade aumenta à medida que as funções se especializam" (23).

Convém assinalar, de passagem, que tais aplicações da noção de função revelaram-se infrutíferas. Delas não resultou nenhum refinamento da metodologia sociológica, apesar do interesse que certas idéias poderiam apresentar na formação de uma sociologia aplicada com base funcionalista (em particular, no que se refere à manipulação, com fins práticos, dos três últimos princípios). Isso se deve às inconsistências evidentes da doutrina organicista das funções. Em primeiro lugar, a exposição acima sugere que nessa doutrina se levou demasiado longe a combinação de uma explicação mecanicista das conexões funcionais com uma concepção teleológica dos processos sociais. Em segundo lugar, o recurso sistemático à analogia acabou imprimindo às principais explicações o caráter de afirmações especulativas. Por fim, a própria natureza do pensamento por analogia se ergueu como um empecilho à formação de um método de indução analítica, capaz de conduzir a inteligência na explicação funcionalista das condições de existência social.

Os últimos representantes conspícuos da orientação organicista, como Worms por exemplo (24), ficaram confinados a um estéril debate de idéias, inconsequente para o desenvolvimento da metodologia sociológica. Apesar de defender uma concepção realista dos fenômenos sociais e de pretender que o organicismo, bem compreendido, levaria à comprovação da

(21) *Idem*, § 235.

(22) *Idem*, § 236.

(23) *Idem*, § 237.

(24) A escolha de René Worms justifica-se plenamente, tendo-se em vista que em sua obra procurou aproveitar, criticar e sistematizar a contribuição de quase todos os organicistas e, seguramente, dos que tiveram alguma importância na sociologia ou alcançaram certa notoriedade.

independência da sociologia em face da biologia (25), Worms limita-se a insistir nas analogias que aproximariam entre si o "tipo *organismo*" e o "tipo *sociedade*". No que concerne à teoria das funções, é bastante pobre em comparação com Spencer. Descreve, como este, as funções sociais como um sistema de operações ou tendo em vista os fins preenchidos pelas instituições ou grupos sociais. E tampouco dá alguma atenção à possibilidade de construir, em torno da interpretação das funções sociais, um método positivo de explicação sociológica (26).

2) Período de Construção dos Conceitos e das Orientações Interpretativas

A primeira formulação adequada dos fenômenos de função e da utilização da explicação funcionalista na sociologia surge com *A Divisão do Trabalho Social e As Regras do Método Sociológico*, de Durkheim (27). Em ambas as obras se evidencia a influência de autores organicistas, tanto na escolha de temas, quanto na maneira de tratá-los. Contudo é claro, também, que Durkheim reagiu criticamente a essa influência. O primeiro livro representa uma reação radical contra a antiga preocupação de definir as funções sociais por simples analogia e de entendê-las, assim, como sistema de operações, abstraindo-se as suas conseqüências. "Perguntar-se qual é a função da divisão do trabalho, é, portanto, indagar a que necessidade corresponde" (28). Dêsse modo, a analogia entre "organismo" e "sociedade" serviu apenas como ponto de referência para a escolha do sentido do conceito adequado à natureza dos fenômenos sociais: aquele que exprime uma relação entre os processos e as necessidades por eles satisfeitas. Na análise de fenômenos como a pena e a solidariedade social, Durkheim aplicou amplamente esse ponto de vista (29), limi-

(25) Sobre esses dois pontos, cf., especialmente, R. Worms, *Organisme et Société* (V. Giard & E. Brière, Paris, 1896), especialmente pp. 9-13.

(26) Sobre o conceito de "função" e suas aplicações à sociologia por Worms, cf. *Organisme et Société*, Terceira Parte, p. 197 e seguintes.

(27) Emile Durkheim, *De la Division du Travail Social*, op. cit. (edição original: 1893); *Les Règles de la Méthode Sociologique*, op. cit. (edição original: 1895; edição brasileira: 1937). Sobre as citações desta obra no presente ensaio cf. acima, p. 182, nota 2.

(28) *De la Division du Travail Social*, p. 11; cf. também p. 8.

(29) *De la Division du Travail Social*, Livro Primeiro, *passim*.

tando-se a estabelecer conexões de ordem sociológica, isto é, conexões funcionais existentes de fato entre os fenômenos sociais. Semelhante orientação interpretativa pressupunha, de outro lado, o abandono das implicações teleológicas. "Se escolhemos este termo [o de função], é que qualquer outro seria inexato ou equívoco. Não podemos empregar o de fim ou o de objeto e falar do fim da divisão do trabalho, porque isto equivaleria a supor que a divisão do trabalho existe *em vista dos resultados* que vamos determinar" (30).

Todavia, é no segundo livro que as idéias de Durkheim sobre o assunto são apresentadas de forma sistemática e em estreita coerência com sua teoria da explicação científica na sociologia (31). Para os fins da presente exposição talvez seja suficiente pôr em relêvo apenas os aspectos essenciais de sua contribuição. A repulsa à identificação ou à confusão entre "fim" e "função" é exposta com vigor. "Servimo-nos do termo função, de preferência ao de fim ou de escôpo, precisamente porque os fenômenos sociais não existem geralmente em vista dos resultados úteis que eles produzem" (32). Uma consideração teleológica dos fenômenos sociais daria origem a questões demasiado subjetivas para serem tratadas cientificamente. Doutra lado, mantém a definição anterior de função: "o que se precisa determinar, é se há correspondência entre o fato considerado e as necessidades gerais do organismo social e em que consiste essa correspondência..." (33). Adiante, apresenta outra definição, na qual procura salientar a natureza do fenômeno: "a função de um fato social sempre deve ser procurada na relação que ele mantém com algum fim social" (34). Em outras palavras: a função de um fato social tem que ser social, estando, portanto, os seus efeitos em relação direta ou imediata com necessidades sociais e em relação condicional ou fortuita com a satisfação de móveis individuais. Estes dois pontos não traduzem grande progresso sobre os resultados teóricos de *A Divisão do Trabalho Social*; sob certos aspectos, não

(30) *De la Division du Travail Social*, pp. 11-12.

(31) Assim, por exemplo, em *A Divisão do Trabalho Social* primeiro trata da função do fenômeno e depois procura determinar suas causas e condições. Já nas *Regras do Método Sociológico* recomenda, explicitamente, o procedimento inverso; cf., especialmente, edição francesa, p. 95, e edição brasileira, p. 261. As citações foram extraídas diretamente do texto francês.

(32) Edição francesa, p. 95; edição brasileira, p. 261.

(33) *Idem*.

(34) Edição francesa, p. 109; edição brasileira, p. 277.

fizemos mais do que repetir, com outras palavras, duas noções já discutidas acima, com referência àquele livro.

No entanto, essas elaborações estão incorporadas num contexto intelectual bem diferente. Elas não são apresentadas ao leitor à guisa de esclarecimento sobre os instrumentos de trabalho usados em uma pesquisa determinada. Mas fazem parte de um capítulo cujo objeto é o exame das *regras relativas à explicação dos fatos sociais* (35). Daí algumas implicações: 1.º) o conceito é tido, implicitamente, como um conceito sociológico de alcance heurístico; 2.º) a consideração dos fenômenos sociais da perspectiva de sua função é aceita, logicamente, como uma das possibilidades legítimas de explicação científica da realidade social; 3.º) a delimitação do conceito de função social é feita tendo em vista a natureza dos fenômenos sociais (36). Em semelhante contexto, as idéias centrais têm que gravitar, forçosamente, em torno dos problemas de interpretação. Por que a análise em termos de "função" é necessária na sociologia? A que "espécie" de fenômenos sociais ela se aplica? Qual a contribuição positiva que dela se pode esperar?

Na verdade, o espírito mesmo com que é conduzida a discussão dos problemas de explicação na sociologia pressupõe uma crítica fundamental à interpretação funcionalista da realidade social. "A maioria dos sociólogos acredita ver explicados os fenômenos, desde que tenham pôsto em evidência para que servem êles, qual o papel que êles desempenham. Raciocina-se como se êles não existissem senão em vista desse papel e não possuíssem outra causa determinante além do sentimento, claro ou confuso, dos serviços que são levados a prestar. Por isso, acredita-se ter dito tudo o que é necessário para torná-los inteligíveis, quando se estabelece a realidade desses serviços e se mostra a que necessidade social êles satisfazem" (37). A crítica apanha, de maneira geral, toda tentativa de explicação dos fenômenos sociais restrita à descrição e interpretação das relações de coexistência. Seu fundamento lógico é, sem dúvida, a teoria segundo a qual um *estado social* dado

(35) Esse é o título do capítulo V, das *Regras do Método Sociológico*.

(36) Esta última implicação possui a sua importância, pois a definição do termo função retém a fórmula corrente na fisiologia da época e se inspira, largamente, nas concepções de Claude Bernard (principalmente quanto à hipótese da "unidade funcional").

(37) Edição francesa, p. 89; edição brasileira, p. 255. Segue-se uma crítica a Comte e a Spencer.

não se determina a si próprio, mas é produzido por um *estado social* anterior. Esse ponto de vista fôra defendido na sociologia desde Comte e Spencer, já encontrando uma formulação clara na *Lógica*, de Stuart Mill. Eis como este autor resume suas principais implicações: "A correlação mútua entre os diferentes elementos de cada estado da sociedade é, portanto, uma lei derivada, resultante das leis que regulam a sucessão entre um estado da sociedade e outro; por isso, a causa próxima de cada estado da sociedade é o estado da sociedade imediatamente anterior. O problema fundamental das ciências sociais é, pois, descobrir as leis de acôrdo com as quais um estado da sociedade produz o estado que o sucede e toma seu lugar" (38). A crítica de Durkheim, porém, possuía uma inspiração construtiva. Seu objetivo não era o de negar a legitimidade da análise em termos de função; mas, o de reduzi-la, logicamente, aos seus limites explicativos. Como afirma, "este método confunde duas questões muito diferentes. Mostrar a utilidade de um fato não é explicar como êle nasceu, nem como êle se tornou o que êle é. Pois as aplicações a que êle serve supõem as propriedades específicas que o caracterizam, mas não o criam" (39). Em suma, a explicação sociológica estaria sujeita a uma "dualidade" e, para ser completa, precisaria praticar "duas ordens de pesquisa": uma, que tem por objeto a descoberta das conexões causais; outra, voltada para a determinação das conexões funcionais. Daí a seguinte regra, que encerra ao mesmo tempo a solução encontrada por Durkheim: "*quando, pois, se pretende explicar um fenômeno social, é preciso pesquisar, separadamente, a causa eficiente que o produz e a função que êle preenche*" (40).

De acôrdo com essa conclusão, o uso da palavra "função" deveria ser circunscrito, na sociologia, à descrição de regularidades resultantes das relações entre os efeitos e suas causas sociais, ou seja, para demonstrar uniformidades de coexistência entre os fenômenos sociais. São várias as conseqüências metodológicas desse ponto de vista. Aqui nos limitaremos

(38) John Stuart Mill, *A System of Logic Ratiocinative and Inductive, Being a Connected View of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation* (Longmans, Green, Londres, nova impressão, 1947), livro VI, cap. X, § 2. Convém lembrar que Stuart Mill designa esse tipo de "lei derivada" como lei empírica.

(39) Edição francesa, p. 90; edição brasileira, p. 255.

(40) Edição francesa, p. 90; edição brasileira, p. 261. Grifado no texto original. Quanto às referências à "dualidade" e às "duas ordens de pesquisa", cf. edição francesa, p. 91, e edição brasileira, p. 256.

àquelas que foram examinadas por Durkheim. Primeiro, a interpretação "verdadeiramente explicativa" (41), na indução sociológica, seria fornecida pela análise causal. "Nós vimos que a explicação sociológica consiste, exclusivamente, em estabelecer relações de causalidade, quer se trate de ligar um fenômeno à sua causa, ou, ao contrário, uma causa a seus efeitos úteis" (42). Segundo, sendo as uniformidades de coexistência uma "lei derivada" (no sentido em que Stuart Mill emprega essa noção), a análise das causas deve preceder a análise da função dos fenômenos sociais. "Assim, em vez da causa dos fenômenos sociais constituir uma antecipação mental da função que eles são chamados a preencher, esta função consiste, ao contrário, pelo menos em numerosos casos, em manter a causa preexistente da qual eles derivam; encontrar-se-á, pois, mais facilmente, a primeira, se a segunda já fôr conhecida" (43). Terceiro, a análise das funções é importante para estabelecer em que sentido as condições sociais emergentes atuam na preservação, transformação ou eliminação das conexões causais. "Mas, se não se deve proceder senão em segundo lugar à determinação da função, ela não deixa de ser necessária para que a explicação do fenômeno seja completa. Com efeito, se a utilidade do fato não é o que o determina, é preciso que ele seja útil para poder manter-se" (44). Quarto, de tudo isso resulta que a explicação sociológica, para ser completa, precisaria combinar, adequadamente, os dois tipos de "pesquisa". Sem os resultados oferecidos pela aplicação da análise causal, a interpretação funcionalista não chegaria a ser "verdadeiramente explicativa". Por sua vez, sem o concurso da análise funcionalista, faltariam à interpretação causal os pontos de referência que permitem confrontar os esquemas de causa e efeito com a dinâmica da realidade social (45). Trata-se de um modo peculiar de exprimir a antiga concepção, segundo a qual a explicação sociológica não é completa senão

(41) A expressão entre aspas é de Durkheim (cf. edição francesa, p. 89, e edição brasileira, p. 254).

(42) Assim resume Durkheim os resultados de sua discussão, no início do capítulo VI (Edição francesa, p. 124, e edição brasileira, p. 293).

(43) Edição francesa, p. 96; edição brasileira, p. 262. Aliás, na página anterior afirma Durkheim que é mais lógico e natural tratar primeiro da pesquisa das causas e depois da pesquisa dos efeitos. Como já foi indicado acima (cf. nota 31, p. 206), um procedimento inverso fôra seguido em *A Divisão do Trabalho Social*.

(44) Edição francesa, p. 96; edição brasileira, pp. 262-263.

(45) Quanto a esta parte da explicação sociológica, cf. capítulo V das *Regras (passim)*.

quando consegue combinar o ponto de vista *estático* com o ponto de vista *dinâmico* (46).

A teoria de Durkheim possui, em conjunto, um grande mérito. Este consiste na preocupação sistemática de isolar e fundamentar, logicamente, os princípios da explicação sociológica, a partir dos quais são discutidos os demais problemas da indução causal e da indução funcional na sociologia. Dessa maneira, o exame da adequação dos dois tipos de indução e de generalização subordina-se, diretamente, às implicações essenciais do ponto de vista sociológico. Pôde, assim, evitar os falsos problemas, que decorreriam da preocupação inversa: a de caracterizar o ponto de vista sociológico a partir do método de interpretação adotado e de suas implicações lógicas (47). O ponto de vista sociológico define, de fato, a perspectiva através da qual o sujeito encara a realidade e procura explicá-la cientificamente, tomando em consideração a natureza mesma dos fenômenos sociais (48). A análise das causas e a análise das funções sociais constituiriam os meios de investigação capazes de conduzir, de acôrdo com as propriedades e as condições dos fenômenos considerados, a aplicação daquele ponto de vista à explicação científica da realidade social.

Existem, ainda, outras contribuições positivas na teoria exposta. Primeiro, ela representou o primeiro passo decisivo na conceituação sociológica de *função social* e na fundamentação da *interpretação funcionalista* dos fenômenos sociais. Segundo, ela contém uma enumeração viável das regras a serem observadas na investigação de conexões funcionais do tipo das que Durkheim explicou em *A Divisão do Trabalho Social*. Trata-se das conexões funcionais que podem ser determinadas através da análise combinada das relações de sucessão e das relações de coexistência, nas quais um mesmo fenômeno se apresenta

(46) Cf. J. Stuart Mill, *op. cit.*, livro VI, cap. X, § 7. Esse ponto de vista, como se sabe, vinha sendo mantido na sociologia desde Comte. (Cf. *Cours de Philosophie Positive* (Schleicher Frères, Paris, 1908) tomo IV, lição 48.ª; especialmente p. 167 e seguintes).

(47) É o que acontece, por exemplo, com Max Weber, com referência à construção do sistema de conceitos sociológicos através do método de compreensão; e, sob muitos aspectos, com Radcliffe-Brown, no que concerne à concepção e definição dos fenômenos de estrutura e de funcionamento das sociedades humanas em termos de função.

(48) A esse respeito, seria preciso citar todo o capítulo V das *Regras*; mais especificamente, poderíamos remeter o leitor aos textos da p. 101 e seguintes da edição francesa ou 268 e seguintes da edição brasileira.

à investigação como uma seqüência de estados contínuos. Mas, sob êste aspecto, cabe uma crítica fundamental: o procedimento indicado para isolar nas condições sociais de existência os fatores emergentes responsáveis pela alteração das conexões causais, por meio da análise das funções, é muito geral e impreciso para possuir algum valor explicativo. Na verdade, para que o procedimento fôsse legítimo, seria necessário que êle retivesse, realmente, os momentos críticos de alteração das conexões causais responsáveis por determinadas espécies de uniformidades. Como muito bem demonstrou Simiand, essa é uma das tarefas mais difíceis que se pode propor à pesquisa científica e exige a observância de certas regras especiais de investigação⁽⁴⁹⁾. O exemplo fornecido por *A Divisão do Trabalho Social*, mostra que Durkheim, das críticas ocasionais que fez aqui e ali aos evolucionistas, não chegara a se dar conta da existência dessas regras. Para retermos um aspecto que nos interessa fundamentalmente: em seu estudo, Durkheim assevera que o desvanecimento da estrutura segmentária se vincula, causalmente, ao desenvolvimento da divisão do trabalho social⁽⁵⁰⁾. Contudo, essa vinculação causal não é estabelecida com referência a situações sociais concretas, em condições de tempo e espaço bem determinadas, mas supostas abstratamente. Daí a impossibilidade de apontar em que sentido as condições sociais emergentes teriam contribuído, no processo em questão: a) diretamente, para eliminar tôda uma constelação de causas, cujos efeitos teriam perdido sua "utilidade social"; b) indiretamente, para selecionar novas combinações causais cujos efeitos possuiriam aquela "utilidade". Isso quer dizer que houve, na teoria de Durkheim, uma falha considerável na descrição do encadeamento dos estados sucessivos de um mesmo fenômeno, em termos de regularidades produzidas por relações de sucessão e de coexistência. O estudo de Renner sobre as transformações do direito privado sugere que essa falha não provém propriamente das limitações da análise dos fenômenos sociais tendo em vista suas funções. Mas, ao contrário, da solução insatisfatória dada por Durkheim

(49) François Simiand, *Le Salaire, l'Evolution Sociale et la Monnaie. Essai de Théorie Expérimentale du Salaire* (Felix Alcan, Paris, 1932), cf. especialmente vol. II, p. 577 e seguintes.

(50) Cf. *De la Division du Travail Social*, especialmente livro segundo, cap. II, item 1. Veja-se ainda o exame do problema em H. Alpert, *Durkheim*, tradução de J. M. Echavarría (Fondo de Cultura Económica, México, 1945), segunda parte, cap. II.

ao problema da perspectiva temporal na explicação dos fenômenos de seqüência na sociologia⁽⁵¹⁾.

Alguns aspectos omissos ou negativos da teoria examinada merecem igualmente a nossa atenção. Primeiro, é evidente que a separação proposta, entre a "análise das causas" e a "análise das funções", possui pouco interesse atualmente. Ela mal se justifica em face dos tipos de problemas da explicação sociológica que Durkheim tinha em mente. Segundo, o nosso sociólogo não deu nenhuma atenção às condições de aplicação do método de interpretação funcionalista às questões que mais preocupam os especialistas modernos, que utilizam êsse método em investigações particulares (a determinação de dependências estruturais, na descrição de um povo dado em um momento determinado; e o emprêgo do método funcionalista como meio de descoberta de conexões causais, nos casos em que a persistência de uniformidades de seqüência parece permitir o conhecimento de relações de causa e efeito, através da investigação das funções sociais). Terceiro, a determinação das "funções" não é tão simples como Durkheim supunha. De um lado, o conhecimento das "origens" de um fenômeno pode ser irrelevante para a explicação de sua função. De outro, a explicação das funções de um fenômeno acarreta, com freqüência, dificuldades e complicações sem conta, que precisam ser resolvidas por um método especial. Isso fica bem patente na obra de Maunier, sobre a função econômica das cidades: se se encarar a cidade como um todo e se se procurar determinar a sua função total entre unidades da mesma espécie, a análise incidirá sobre os "caracteres funcionais externos" do fenômeno; se, ao contrário, se quiser conhecer como as partes que constituem êsse todo se ligam entre si dinamicamente, então a análise se concentrará nos seus "caracteres funcionais internos" e permitirá explicar as *funções parciais* das instituições de estruturas nucleares da cidade. O importante, porém, é que a determinação da "função total" da cidade (que se poderia estabelecer, segundo Durkheim, pela causação em seqüência), é insuficiente, em si mesma, para identificar as "funções parciais" das instituições e unidades nucleares. É que a relação entre as duas ordens de funções não é nem uniforme, nem

(51) Cf. Karl Renner, *The Institutions of Private Law and their Social Functions*, editado com uma introdução e notas por O. Kahn-Freund, tradução de A. Schwazschild (Routledge & Kegan Paul, Londres, 1949). Para os fins da presente discussão, é indispensável pelo menos a leitura da parte relativa à seção II, do cap. I (p. 70 e seguintes) e das pp. 58-60.

direta. De acôrdo com as conclusões de Maunier, "a diferenciação da função total e a diferenciação da função das partes estão, dentro de certos limites, em razão inversa uma da outra" (52). Quarto, é claro que a importância secundária atribuída por Durkheim à análise funcionalista deve ser encarada com reservas. Sua opinião resultava de uma compreensão muito parcial e imperfeita das possibilidades de exploração do referido método com fins explicativos.

A exposição precedente deixa claro uma coisa: é que a exploração adequada do método de interpretação funcionalista dependia de uma mudança de perspectiva fundamental na análise sociológica dos fenômenos sociais. Enquanto prevalecesse a concepção tradicional de que a "única" maneira realmente científica de explicação dos fenômenos sociais consistiria na *interpretação do presente pelo passado*, as possibilidades de aplicação do método seriam naturalmente reduzidas. A referida mudança de perspectivas já se esboça nos fins do século passado e no começo deste, inclusive em algumas obras de Durkheim (53). Mas, só se torna nítida e conseqüente em certas investigações de Marcel Mauss. Praticamente, é nas obras deste autor que se encontram as principais fontes de inspiração teórica dos especialistas modernos, que se preocupam com os problemas de "função" na etnologia ou na sociologia. Apesar de ter sido um dos grandes mestres na aplicação do método comparativo, Mauss dedicou especial atenção aos problemas da indução analítica na investigação de conjuntos limitados de fenômenos. Semelhante desenvolvimento da explicação científica na sociologia era indispensável para o progresso desta disciplina em um sentido empírico-indutivo. Todavia, os sociólogos não se animavam a procurar soluções novas, impostas pelas próprias condições e pela natureza da investigação sociológica. A idéia de que os conjuntos limitados de fenômenos não podem ser senão objeto de descrições e a presunção segundo a qual a explicação sociológica implica um nível de abstração incom-

(52) René Maunier, *L'Origine et la Fonction Economique des Villes (Etude de Morphologie Sociale)* (V. Giard & E. Brière, Paris, 1910), *passim*; citação extraída da p. 318.

(53) Em parte devido à própria natureza dos fenômenos investigados (como em *Le Suicide. Etude de Sociologie* (Félix Alcan, Paris, 1897); e em *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse. Le Système Totémique en Australie* (Félix Alcan, Paris, 1912). Todavia, a preocupação de Durkheim de descobrir conhecimentos gerais (no sentido de serem universalmente válidos), através do estudo de um conjunto limitado de dados de fato (por exemplo: conhecer a natureza do rito através do seu estudo nas sociedades australianas), prejudicou seriamente o alcance positivo de suas elaborações teóricas.

patível com a manipulação teórica de situações sociais particulares, criavam um clima de trabalho impróprio para os que se preocupavam com os problemas fundamentais da explicação positiva dos fenômenos sociais. O aparecimento do *Ensaio sobre as Variações Sazonárias nas Sociedades Esquimós* marcou época na história da sociologia porque o seu autor pôs de lado as velhas especulações sobre as implicações generalizadoras da explicação sociológica, ao mesmo tempo em que procurou assinalar os limites que separam as elaborações "descritivas" e "etnográficas" (e poderíamos dizer, também, "históricas") da pesquisa orientada para o estabelecimento de "relações de uma certa generalidade". Por isso, comparado a outras monografias anteriores, o referido ensaio possui a significação especial de ter pretendido responder às questões suscitadas na sociologia pela explicação empírico-indutiva de fenômenos sociais particulares (54).

Parece-nos suficiente indicar, do ângulo que nos interessa aqui, as principais contribuições de Marcel Mauss à interpretação funcionalista dos fenômenos sociais. De um lado, coube-lhe avançar alguns dos princípios que fundamentam a aplicação sociológica do método de interpretação funcionalista. Esses princípios estão contidos na obra citada, como os que se referem aos fundamentos lógicos da indução analítica através da investigação de conjuntos limitados de fenômenos, ou foram elaborados teoricamente mais tarde, como os que dizem respeito às regras de reconstrução interpretativa da vida social e à noção de "sistema social". Os primeiros princípios traduzem duas coisas distintas: a) aquilo que se poderia chamar de "valorização científica dos estudos particulares na sociologia", expresso nas seguintes palavras — "Provavelmente se pensará que uma só e única população constitui uma base demasiado estreita para um estudo em que se visa estabelecer proposições que não se aplicam unicamente a um caso particular. Primeiro que tudo, é preciso não perder de vista que os esquimós ocupam uma área imensa de costas, se não de territórios. Não existe, portanto, uma sociedade, mas sociedades de esquimós, cuja civilização é bastante homogênea para que possam ser útilmente comparadas, e bastante diversificada para que essas comparações sejam

(54) A importância do "Essai sur les Variations Saisonnières des Sociétés Esquimós. Etude de Morphologie Sociale" (*in L'Année Sociologique* (1904-1905), tomo IX, pp. 39-132), sob o ponto de vista indicado, ainda não foi devidamente assinalada, nem mesmo pelos especialistas que se dedicaram ao estudo da obra de Marcel Mauss.

fecundas" (55); e b) a formulação de que as conexões essenciais (e não as conexões gerais) constituem o objeto da indução sociológica (56): "Depois, é um erro acreditar que o crédito ao qual tem direito uma proposição científica dependa, estreitamente, do número de casos que se supõe poder verificar. Quando uma relação é estabelecida em um caso, mesmo único, mas metódica e minuciosamente estudada, a realidade não é menos certa que quando, para a demonstrar, é ela ilustrada com fatos numerosos, porém desconexos, de exemplos curiosos, todavia confusamente tirados de sociedades, de raças, de civilizações heterogêneas. Stuart Mill afirma, em alguma parte, que uma experiência bem feita é suficiente para demonstrar uma lei: ela é, pelo menos, infinitamente mais demonstrativa que várias experiências mal feitas. Ora, essa regra de método se aplica à sociologia tanto quanto às outras ciências da natureza" (57).

A noção de "sistema" é empregada por Mauss tanto para designar os *sistemas especiais* (sistemas econômico, religioso, jurídico, moral, etc.), quanto para referir o *sistema total*, ou "sistema social" propriamente dito. As dificuldades de abordagem e de explicação dos fenômenos sociais, juntamente com as condições sob as quais eles se apresentam à observação criaram a necessidade de decompor a realidade. O conhecimento sociológico começou por ser um conhecimento sobre os sistemas especiais das sociedades. Todavia, esse tipo de conhecimento, para representar, logicamente, a realidade social, precisaria compreendê-la como ela existe de fato, segundo a sua diversidade e em toda a sua complexidade. Dessa concepção fundamental resulta uma série de princípios: 1.º) o procedimento que consiste em investigar os sistemas especiais da sociedade é correto, mas, à medida que

(55) *Essai sur les Variations Saisonnières des Sociétés Eskimós*, pp. 40-41.

(56) Esta teoria foi desenvolvida e elaborada sistematicamente, mais tarde, por Florian Znaniecki; cf. *The Method of Sociology* (Farrar & Rinehart, Nova York, 1934), especialmente cap. VI.

(57) *Idem*, p. 41. Nota-se que, no fim, a idéia de conexão essencial acaba sendo reduzida ao estabelecimento de uma relação por meio de "experiências cruciais". Todavia, a nossa interpretação encontra inteiro fundamento no significado integral do texto. Em outras obras de Mauss a idéia reaparece, mas gostaríamos de indicar a explanação contida no "Essai sur la Nature et la Fonction du Sacrifice", in *Mélanges d'Histoire des Religions*, em colaboração com H. Hubert (Félix Alcan, Paris, 1929), especialmente, p. 7. Doutro lado, cumpre-nos ressaltar que essa idéia, no sentido estrito de "experiências cruciais", foi apresentada por Durkheim nas *Regras* (edição francesa, p. 50 e seguintes; edição brasileira, p. 241 e seguintes). Um exame atento do texto de Durkheim mostra que existe uma diferença fundamental entre sua maneira de ver e a de Mauss. Este se colocou inteiramente ao lado dos que procuram na pesquisa das conexões essenciais dos fenômenos uma solução para o problema da indução analítica na sociologia.

tem por fim a descoberta de conhecimentos que permitem estabelecer o grau de integração e de correspondência recíproca dos sistemas especiais na constituição do sistema social global; 2.º) o objeto da explicação sociológica não é o conhecimento dos sistemas sociais especiais, mas dos sistemas totais, de modo que as operações de decomposição e de análise precisam ser completadas por meio de operações de recomposição e de síntese; 3.º) as operações de decomposição e de análise precedem as de recomposição e de síntese meramente por razões de ordem psicológica (ajustamento do sujeito à realidade investigada) e empírico-indutiva (condições da pesquisa científica no campo da sociologia) (58). A seguinte citação contém a principal recomendação do autor, quanto à investigação dos fenômenos sociais segundo as implicações dessa nova concepção holística do objeto da sociologia: "...cada um dos sistemas especiais não é senão uma parte do todo, do sistema social. Portanto, descrever um ou outro, sem ter em conta o fato dominante de que eles formam um sistema, é tornar-se incapaz de os compreender. Porque, no fim da análise, o que existe é tal ou tal sociedade, tal ou tal sistema fechado, mecânico, como se diz, de um número determinado de homens, ligados no conjunto pelo sistema. Uma vez conhecidos todos os outros fatos e sistemas de fatos, é esta ligação geral que se precisa estudar" (59).

De outro lado, uma contribuição variada pode ser reconhecida nos seus estudos esparsos. Primeiro, parece-nos inegável que Mauss foi o primeiro especialista que conseguiu dedicar-se, com felicidade, à determinação de dependências estruturais (60), através da análise da função dos fenômenos sociais. No estudo sobre as sociedades esquimós conseguiu compreender as dependências estruturais tanto sob a forma de combinação das instituições em cada período das estações, quanto sob a forma de relação entre o ritmo de vida social e a dinâmica da vida psíquica (relação entre os períodos de vida

(58) Cf., especialmente, "Fragment d'un Plan de Sociologie Générale Descriptive", *Annales Sociologiques*, série A (1934), fasc. 1, pp. 1-56. O "Essai sur le Don, Forme Archaïque de l'Echange" (*L'Année Sociologique*, N. S. (1923-1924), pp. 30-186; foi reeditado por Claude Lévi-Strauss, *Sociologie et Anthropologie* (Presses Universitaires de France, Paris, 1950), coletânea de ensaios de Marcel Mauss), constitui uma demonstração rigorosa da aplicação desses princípios.

(59) "Fragment d'un Plan de Sociologie Générale Descriptive", p. 4.

(60) Sobre o problema da determinação das dependências estruturais na sociologia, cf. especialmente F. Znaniecki, *The Method of Sociology*, p. 262 e seguintes.

religiosa e de vida profana com o equilíbrio psico-social da vida anímica individual). Em estudos como o sacrifício, o presente, etc., pôde determinar as dependências estruturais tendo em vista combinações típicas, desenhadas na integração da mesma instituição a sistemas sociais diferentes. Segundo, porque admitiu como um postulado que o conhecimento da "natureza" dos fatos sociais pode ser obtido independentemente do estabelecimento de *seqüências históricas*, por meio da abstração das funções sociais, seja com base na indução analítica aplicada a conjuntos limitados de fenômenos⁽⁶¹⁾, seja com base no "método de comparação precisa"⁽⁶²⁾. Terceiro, por fim, porque se utilizou do termo "função" em um sentido lógico e não para exprimir a "utilidade" dos fatos sociais. Como muito bem ponderou Lévi-Strauss, êle concebia a função como "uma relação constante entre os fenômenos, onde se encontra sua explicação"⁽⁶³⁾.

Essa sumária digressão nos mostra a importância do papel de Marcel Mauss na criação de uma perspectiva nova para a consideração sociológica dos problemas de "função". Embora não nos tenha deixado uma exposição sistemática de suas idéias a respeito do assunto, o que se pode alcançar através de um balanço de suas obras esparsas é considerável. À parte outros aspectos secundários de sua contribuição, é evidente que conseguiu dar um fundamento lógico ao método de interpretação funcionalista. Em primeiro lugar, graças às manipulações operadas no conceito de "sistema social", obteve dois resultados da maior relevância para o desenvolvimento ulterior do "funcionalismo". De um lado, concorreu como poucos sociólogos modernos para fazer com que a concepção segundo a qual o *todo determina as partes* perdesse o seu antigo sabor metafísico e adquirisse o caráter de um princípio heurístico na interpretação sociológica da dinâmica social (tendo em vista os problemas de função). De outro, aplicou coerentemente a concepção heurística elaborada na descrição e na interpretação da realidade social. Assim, afirma em uma passagem, em que se opõe ao critério de reconhecimento

(61) Como procedeu, por exemplo, no *Essai sur les Variations Saisonnières des Sociétés Eskimós*.

(62) Como procedeu, por exemplo, no *Essai sur la Nature et la Fonction du Sacrifice* e no *Essai sur le Don*. A expressão "método de comparação precisa" ocorre neste ensaio (cf. edição de Cl. Lévi-Strauss, p. 149).

(63) Cf. Cl. Lévi-Strauss, introdução à *Sociologie et Anthropologie*, op. cit. p. xxxvi.

do social, proposto por Durkheim: "Enfim, sem serem obrigatórios, os ritos da magia não são menos sociais. A obrigação, pròpriamente dita, não é para nós o caráter distintivo das coisas, dos atos e dos sentimentos sociais". "O ato é social porque êle tira sua forma da sociedade e porque êle não tem razão de ser senão com relação a ela"⁽⁶⁴⁾. Em segundo lugar, deixou não menos claro que o caráter científico das explicações sociológicas não depende, estritamente, do grau de abstração, mas dos cuidados e do rigor observados na coleta, sistematização e interpretação dos dados de fato. A êsse respeito, distinguia, *grosso modo*, generalizações válidas para certo sistema social, elaboradas através da interpretação funcionalista; e generalizações válidas para uma mesma espécie de fenômeno em suas manifestações típicas através de um número variado de sistemas sociais, elaboradas com base na interpretação comparativa. Pode-se dizer que Mauss vacilou, constantemente, diante dessa questão (é o que sugere, pelo menos, a dupla orientação de seus ensaios). Contudo, parece que não chegou a afirmar que, na sociologia, um tipo de explicação fôsse mais decisivo que outro. Terceiro, defendeu, com vigor, o princípio de que o conhecimento das conexões funcionais deve preceder as elaborações de caráter comparativo. Na seguinte passagem, por exemplo, afirma: "Enfim, cada estudo incidiu sobre sistemas que nós nos adstringimos a descrever, um após o outro, em sua integridade; nós renunciámos, portanto, a essa comparação constante onde tudo se mistura e onde as instituições perdem tôda côr local, e os documentos seu sabor"⁽⁶⁵⁾. Quarto, a comparação não é empregada como um método destinado a estabelecer, conjecturalmente, relações de seqüência na sucessão dos fenômenos, para ulterior esclarecimento de conexões funcionais. Operando sobre conexões funcionais, precisamente descritas e definidas, ao contrário, a comparação apenas serve como um auxiliar da inteligência na pesquisa das ligações existentes entre as evidências já descobertas e arroladas⁽⁶⁶⁾. Em quinto lugar, a combinação da análise das funções com a análise comparativa serviria para resolver os problemas da indução e da generalização na sociologia de uma

(64) M. Mauss e H. Hubert, *Mélanges d'Histoire des Religions*, op. cit., p. xxiv.

(65) *Essai sur le Don* (ed. Cl. Lévi-Strauss, p. 149; cf. também adiante, pp. 274-276).

(66) Sobre essas implicações do método comparativo, veja-se, especialmente, o ensaio citado na nota anterior (em particular as reflexões expostas nas pp. 274-276).

forma compatível com a natureza positiva do conhecimento científico. É nesse sentido que afirma ter encontrado na descrição do funcionamento dos sistemas sociais como um todo *uma dupla vantagem*. "Em primeiro lugar, uma vantagem de generalidade, pois os fatos de funcionamento geral possuem probabilidades de ser mais universais que as diversas instituições ou que os diversos temas dessas instituições, sempre mais ou menos acidentalmente tocados de uma côr local. Mas ela possui uma vantagem de realidade. Chega-se, assim, a ver as coisas sociais nelas mesmas, em concreto, como elas são. Nas sociedades, mais do que idéias ou regras, discernem-se homens, grupos e seus comportamentos. Eles são vistos movimentando-se como na mecânica se vêem massas e sistemas, ou como no mar vemos os polvos e as anêmonas. Nós percebemos numerosos homens, forças móveis, e que flutuam no seu meio e em seus sentimentos" (67). É interessante notar, com referência aos temas reunidos neste parágrafo, que as contribuições mais recentes sobre o método de interpretação funcionalista não parecem contrariar, substancialmente, as sugestões inovadoras de Marcel Mauss.

Os desenvolvimentos da teoria "funcionalista" nos últimos trinta anos giraram, principalmente, em torno dos trabalhos de Thurnwald, Malinowski, Radcliffe-Brown e de seus discípulos. Para os fins do presente escôrço, entretanto, parece-nos dispensável analisar as contribuições de todos êsses autores e de seus discípulos. O conhecimento fornecido pelo exame das teorias de Durkheim e de Mauss é suficientemente amplo para situar as orientações intelectuais que deram ou têm dado sentido às tentativas de exploração do conceito de função e da análise funcionalista na sociologia. Doutro lado, as concepções de Thurnwald e de Malinowski dizem mais respeito à etnologia, pois se aplicam aos problemas da integração e da dinâmica das culturas. Acresce que suas idéias não só são bastante divulgadas, mas já foram examinadas por Lowie, sob o ponto de vista que nos preocupa (68). Radcliffe-Brown, ao contrário, se coloca dentro da tradição do pensamen-

(67) Citação extraída do *Essai sur le Don*, ed. Lévi-Strauss, p. 276. Tendo em vista a apreciação sobre os efeitos da combinação da análise das funções com a análise comparativa, o leitor poderá reter as "duas vantagens" na ordem inversa da exposição de Mauss.

(68) Robert H. Lowie, *The History of Ethnological Theory* (George G. Harrap, Londres, 1937), cap. XIII, *passim*. Consulte-se, também: Herbert Baldus, "Difusionismo, Concentrismo e Funcionalismo", *Sociologia* (1941), vol. III, n. 2, pp. 128-140.

to esboçado acima, e, embora se considere antes um "antropólogo social" que um "sociólogo", entende o objeto da antropologia social no sentido de sociologia comparada (69). Por isso, demos preferência a seus trabalhos, para exemplificar os desenvolvimentos mais recentes da orientação funcionalista, dominados pela nova perspectiva, que se formou na sociologia, sobre a explicação de fenômenos sociais concretos através da análise de funções.

As ligações de Radcliffe-Brown com a chamada "sociologia francesa" são tão íntimas, que não faltam, mesmo, os que o apontem como uma espécie de continuador discreto de Durkheim e seus discípulos (70). Todavia, seria uma simplificação enganosa admitir que suas idéias sobre os problemas da indução e da generalização na sociologia se formaram sob a influência exclusiva de autores como Durkheim, Mauss, Hubert e outros. Não há dúvida que suas invulgares aptidões para a reflexão teórica o levaram a compreender com clareza o sentido preciso e as conseqüências metodológicas da mudança de perspectiva, que se operara na sociologia, graças às investigações desses especialistas (71). Mas observa-se nitidamente que suas inclinações pela nova orientação resultaram, sobretudo, da crítica às insuficiências das antigas concepções da "explicação histórica" na etnologia e na sociologia. A necessidade de explicar certos problemas, em campo, acabou impondo um reexame das hipóteses dominantes da explicação etnológica e sociológica; a aceitação da nova perspectiva de análise dos fenômenos sociais, através do estudo de suas funções no meio social observado; e a formulação de hipóteses originais, consistentes com a perspectiva de explicação adotada, segundo a qual as causas dos fenômenos não deveriam ser procuradas em antecedentes conjecturais, mas em conexões de caráter funcional (72). A seguinte passagem esclarece suficientemente a posição assumida pelo autor: "Usando o termo

(69) Cf. especialmente, A. R. Radcliffe-Brown, "Estrutura Social", in Donald Pierson, *Estudos de Organização Social* (Livreria Martins Editora, São Paulo, 1949), tomo II, p. 157.

(70) Cf. especialmente R. H. Lowie, *The History Ethnological Theory*, cap. XII, sobre a "sociologia francesa" (em particular, p. 221 e seguintes).

(71) Examine-se, por exemplo, com êsse espírito, o texto de "O Desenvolvimento da Antropologia Social", preleção pronunciada na Universidade de Chicago em 1936; edição mimeografada da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, *passim*.

(72) A. R. Radcliffe-Brown, *The Andaman Islanders* (The Free Press, Glencoe, Illinois, 1948; edição original: 1922), pp. 229-235, 407 e as explicações contidas no prefácio de 1932 (*passim*).

"função social" para denotar os efeitos de uma instituição (costume ou crença) na medida em que eles dizem respeito à sociedade e sua solidariedade ou coesão, a hipótese deste capítulo pode ser condensada na afirmação de que a função social dos costumes dos andamaneses consiste em manter e em transmitir, de uma geração a outra, as disposições emocionais de que a sociedade (como ela é constituída) depende para sua existência". "O presente capítulo contém uma tentativa para aplicar essa hipótese aos costumes cerimoniais dos andamaneses. Deve ser feita uma tentativa para mostrar que existe uma correspondência entre os costumes e crenças dos andamaneses e um certo sistema de sentimentos sociais, e que existe também uma correspondência entre esses sentimentos e a maneira segundo a qual a sociedade é constituída. Trata-se de uma tentativa para descobrir conexões necessárias entre os diversos caracteres de uma sociedade como eles existem no presente. Não será feita nenhuma tentativa para descobrir ou imaginar o processo histórico, por cujo intermédio surgiram esses costumes" (73).

Neste ponto da presente exposição, porém, seria muito reduzido o interesse que apresentaria uma exposição completa das idéias e contribuições de Radcliffe-Brown. Uma exposição desse gênero acarretaria o inconveniente de reproduzir conceitos e problemas já esclarecidos (através da discussão das orientações de Durkheim e de Mauss), sem resultados práticos apreciáveis, pois o principal trabalho de Radcliffe-Brown sobre o assunto se acha publicado em português (74). Por isso, limitamo-nos a certos aspectos, apenas, de sua teoria, tendo em vista completar nosso esboço do desenvolvimento do funcionalismo na sociologia moderna.

O que caracteriza, essencialmente, a contribuição de Radcliffe-Brown é a experiência por ele acumulada no estudo dos aspectos recorrentes da dinâmica social (75) e os resultados teóricos que soube tirar dessa experiência. Em conseqüência, se seria impróprio dizer que trabalhou com os problemas mais importantes de função, a verdade é que se dedicou, longa-

(73) *The Andaman Islanders*, p. 234. O capítulo em questão é o V, em que trata da interpretação dos cerimoniais.

(74) "Função em Ciência Social", in Donald Pierson, *op. cit.*, pp. 220-230.

(75) Empregando o termo recorrência no sentido de "caráter do que se repete" (cf. A. Lalande, *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, p. 897).

mente, às questões em que a interpretação funcionalista encontra a mais larga e fecunda aplicação. A circunstância de trabalhar, continuamente, com a mesma espécie de problemas acabou naturalmente por imprimir uma feição peculiar às suas reflexões metodológicas. Isso é evidente em vários pontos de sua obra. Para os fins desta análise, parece-nos suficiente mencionar, somente, alguns pontos, como os relativos à conceituação de função, às hipóteses e às regras da explicação funcionalista, e à sistematização dos problemas da "antropologia social".

O interesse predominante pelos aspectos recorrentes da dinâmica social se reflete de diversas maneiras na conceituação e na definição de "função social". Em primeiro lugar, ele proporciona um retorno às analogias entre o "organismo" e a "sociedade", mas agora não com o propósito de assimilar esta àquela. O que procura mostrar, com empenho, é que certas condições, responsáveis direta ou indiretamente pela expressão dos processos vitais através das funções orgânicas, se reproduzem de forma particular na "sociedade" (76). Contudo, certas diferenças se impõem, já que o sociólogo não pode observar a estrutura social independentemente do seu funcionamento e que "uma sociedade, no curso de sua história, pode mudar e muda o seu tipo estrutural sem nenhuma quebra de continuidade" (77). Em segundo lugar, na caracterização da estrutura social e na indicação das influências recíprocas entre estrutura e função, procede de maneira a dar demasiada ênfase à liberdade do especialista em representar a vida social de uma *perspectiva estática*, isto é, de representar a sociedade tal como ela se apresenta ao observador em um momento dado (78). Isso é tão evidente no estudo sobre os insulares andamaneses, quanto no ensaio teórico sobre estrutura social. Nisso não vemos um grande inconveniente, mas cumpre-nos ressaltar

(76) *The Andaman Islanders*, pp. 229-230; "Estrutura Social", pp. 161 e 164; "Função em Ciência Social", pp. 221-223. Este último artigo foi utilizado na edição em inglês: "On the Concept of Function in Social Science", *American Anthropologist*, N. S. (julho-setembro de 1936), vol. 37, n. 3, parte 1, pp. 394-402. As transcrições serão diretamente vertidas deste texto, mas, para facilitar o trabalho do leitor interessado, as referências serão feitas concomitantemente às duas edições.

(77) "On the Concept of Function in Social Science", pp. 396-397 (edição brasileira, pp. 223-225); "Estrutura Social", p. 161.

(78) Apesar de insistir sobre as duas diferenças assinaladas entre "estrutura orgânica" e "estrutura social". Convém deixar claro que esse procedimento, doutro lado, é inevitável no estudo de certas sociedades; aliás Radcliffe-Brown chama a atenção, várias vezes, para a impossibilidade de estudar doutra maneira os insulares de Andaman.

êsse aspecto porque semelhante concepção conduz a uma imagem do equilíbrio social que só se ajusta, precisamente, a certos tipos de sociedade, nos quais a tradição tende a fornecer os critérios para a solução dos problemas sociais emergentes e nos quais a sobrevivência da coletividade como um todo não depende da atividade contínua de mecanismos sociais de mudança. Em terceiro lugar, o único caráter retido como essencial na definição de "função", é o que diz respeito à perpetuação da ordem social vigente, isto é, o caráter que permite descrever e explicar interpretativamente a dinâmica (ou a "fisiologia") da estabilidade social. Em uma citação, apresentada acima, já se encontra um esboço dessa definição (79). As definições elaboradas posteriormente não eliminaram essa limitação denotativa como atestam os seguintes exemplos: a) "A função de qualquer atividade recorrente, como seja a punição de um crime ou uma cerimônia funerária, é a parte que ela toma na vida social como um todo e, portanto, a contribuição que ela faz à manutenção da continuidade estrutural" (80). "Segundo a definição aqui oferecida, "função" é a contribuição que uma atividade parcial faz à atividade total de que é parte. A função de um uso social particular é a contribuição que ele traz à vida social total como o funcionamento do sistema social total" (81). b) "...eu definiria a função social de um modo de atividade socialmente padronizado, ou de um modo de pensamento, como sua relação com a estrutura social, para cuja existência e continuidade ela contribui" (82). c) "A função social de um componente de um sistema é sua relação com a estrutura e sua continuidade e estabilidade, não sua relação com as necessidades biológicas individuais" (83).

(79) Cf. texto correspondente à nota 73.

(80) "On the Concept of Function in Social Science", p. 396 (edição brasileira, p. 223).

(81) *Idem*, p. 397 (ed. bras., p. 224). Veja-se também "O Desenvolvimento da Antropologia Social", p. 13; *African Systems of Kinship and Marriage*, editada por A. R. Radcliffe-Brown e Daryll Forde, publicada pelo International African Institute (Oxford University Press, 1950), introdução de Radcliffe-Brown, p. 3.

(82) "Estrutura Social", p. 170.

(83) *African Systems of Kinship and Marriage*, p. 82. Esta definição pressupõe uma crítica às definições apresentadas por B. Malinowski, principalmente em *A Scientific Theory of Culture and Other Essays*, com prefácio de H. Cairns (The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1944), pp. 39, 168-170, 83 e 159. Na introdução a *Structure and Function in Primitive Society* (Cohen & West, Londres, 1952), o leitor encontrará uma condensação dos principais resultados, a que chegou Radcliffe-Brown na elaboração do conceito de "função" (cf. especialmente, pp. 12-14).

É evidente que o interesse pelos aspectos recorrentes da dinâmica social repercute na seleção das hipóteses e das regras de explicação funcionalista, tal como esta é entendida por Radcliffe-Brown. De um lado, êsse interesse deu consistência a três hipóteses básicas: 1.ª) a continuidade estrutural de uma sociedade, como a do organismo, depende da continuidade de seu funcionamento (84); 2.ª) a persistência de componentes de um sistema social depende da persistência de funções que eles possam preencher (85); 3.ª) todo sistema social possui uma espécie de consistência interna ou "unidade funcional", definida como "uma condição em consonância com a qual tôdas as partes do sistema social operam conjuntamente, com um grau de harmonia ou consistência interna, isto é, sem produzir conflitos persistentes que não possam ser nem resolvidos nem regulados" (86). Doutra lado, essas hipóteses implicam tanto uma concepção geral da explicação científica na sociologia, quanto certas regras especiais de explicação dos fenômenos sociais. Pelo que sabemos, exceptuando-se a afirmação de que a sociologia é uma *ciência natural*, Radcliffe-Brown não chegou a dar uma expressão sistemática a seus pensamentos sobre o primeiro tópico e só acidentalmente tem dispensado alguma atenção ao segundo. Todavia, supomos que decorre naturalmente das referidas hipóteses uma formulação geral da explicação científica na sociologia (ou na "antropologia social"), segundo a qual se encontram nas condições de existência vigentes em uma sociedade dada num momento determinado *todos* os elementos significativos para a explicação sociológica da vida social naquela sociedade e de acordo com a qual a elaboração interpretativa de tais elementos alcança o nível de conhecimento causal (87), quando se opera sob a forma de análise indutiva das funções dos fenômenos investigados. Quanto ao segundo ponto, parece-nos que as seguintes formulações poderiam ser encaradas como regras especiais de explicação dos fenômenos sociais através da análise funcionalista: 1.ª) a explicação da composição e da continuidade da

(84) "On the Concept of Function in Social Science", pp. 394-397 (ed. bras., pp. 220-224).

(85) Cf., por exemplo, a seguinte explanação: "Em geral, um costume ou crença persiste numa sociedade pelo fato de desempenharem alguma função, isto é, de preencherem de algum modo as condições necessárias de existência de uma sociedade desse tipo" ("O Desenvolvimento da Antropologia Social", p. 8).

(86) "On the Concept of Function in Social Science", p. 397 (ed. bras., p. 224).

(87) Conhecimento das "conexões necessárias" dos fenômenos sociais (cf. acima, texto correspondente à nota 73).

estrutura social ou de um sistema social particular deve ser procurada nas suas condições de funcionamento em um momento dado (88); 2.ª) a explicação de um fenômeno social por meio da análise indutiva de sua função consiste em evidenciar a ligação existente entre êle, "a atividade total de que êle participa" e o sistema total (89); 3.ª) na explicação dos fenômenos sociais por meio da análise indutiva das suas funções deve-se proceder de modo a passar-se, gradualmente, do que se conhece de fato no presente para o que se presume, ainda que com fundamentos empíricos, tenha ocorrido no passado (90). Esta formulação subverte, por completo, a ordem de relação entre a explicação causal das uniformidades de sucessão e a explicação funcional das uniformidades de coexistência, estabelecida por Durkheim, subordinando os estudos diacrônicos aos estudos sincrônicos; 4.ª) para alcançar um nível de abstração comparável ao atingido pelas *ciências naturais*, a explicação sociológica

(88) "Podem-se observar alguns aspectos da estrutura social diretamente, como a distribuição de indivíduos e grupos no espaço, mas a maior parte das relações sociais, que constituem em sua totalidade a estrutura, como as relações de pai e filho, comprador e vendedor, governante e governado, não podem ser observadas a não ser nas atividades sociais em que as relações sociais estão funcionando. Segue-se daí que uma morfologia não pode ser estabelecida independentemente de uma fisiologia social" ("On the Concept of Function in Social Science", pp. 396-397; ed. bras., p. 223). Uma formulação que se aplica a sistemas sociais especiais, como o sistema de parentesco, encontra-se em *African Systems of Kinship and Marriage*, p. 3: "Quando conseguimos descobrir a função de um costume particular, isto é, a parte que êle toma no funcionamento do sistema social ao qual êle pertence, nós alcançamos um conhecimento ou explicação dêle que é diferente e independente de qualquer explicação histórica de como êle surgiu. Essa espécie de conhecimento sobre um sistema de parentesco como um sistema em funcionamento ligando conjuntamente seres humanos em um arranjo ordenado de interações, pelo qual costumes particulares são vistos como partes operativas do mecanismo social, é o que se procura em um estudo analítico sincrônico. Em semelhante análise, nós lidamos com um sistema tal como êle existe em certo momento, abstraindo tanto quanto possível quaisquer mudanças que êle possa estar sofrendo".

(89) Trata-se de uma implicação da hipótese da "unidade funcional" dos sistemas sociais (cf. especialmente "On the Concept of Function in Social Science", p. 397; ed. bras., p. 224). Trecho transcrito na página anterior.

(90) O seguinte trecho contém uma espécie de síntese do pensamento de Radcliffe-Brown a respeito: "Assim, os problemas de antropologia social são de duas espécies: os problemas sincrônicos, relativos à natureza das sociedades e como os usos sociais funcionam, e os problemas diacrônicos, relativos a mudança social. Uma concepção errônea de alguns dos antropólogos mais velhos era: "Se nós conhecermos como as sociedades se desenvolveram, nós podemos compreender o que elas são". Uma visão moderna é o oposto disto que foi dito: "Sômente quando nós temos alguma medida para a compreensão da natureza essencial das sociedades e de como elas agem, isto é, da fisiologia social, nós podemos investigar de modo científico a maneira pela qual as mesmas se desenvolveram. Em outras palavras, sômente quando o estudo sincrônico tiver feito algum progresso, será possível nos aproximar dos problemas diacrônicos, com alguma esperança de obter resultados importantes". ("O Desenvolvimento da Antropologia Social", p. 14). Outras indicações: cf. a mesma preleção, pp. 5-8 e 14-16; *The Andaman Islanders*, pp. viii-xi e 229 e seguintes (chamamos especialmente a atenção do leitor para a nota de rodapé da p. 229); "On the Concept of Function in Social Science", pp. 400-401 (ed. bras., pp. 225-229); *African Systems of Kinship and Marriage*, pp. 1-3.

depende, diretamente, da análise comparativa (91). Embora se mostre convicto de que a comparação apenas se aplica adequadamente à evidência de semelhanças ou diferenças específicas, estabelecidas indutivamente (92), e à construção de esquemas de classificação (93), Radcliffe-Brown oscila quanto aos seus limites, ora afirmando que só se podem comparar legítimamente sistemas sociais totais (94), ora admitindo que se podem comparar entre si sistemas sociais particulares (95).

Por fim, o interesse pelos aspectos recorrentes da dinâmica social se revela também na sistematização dos problemas básicos da sociologia. A analogia estabelecida entre a "vida orgânica" e a "vida social" (96) fornece os fundamentos para uma sistematização de problemas estritamente calcada nos resultados da biologia: "O conceito de função, tal como se define aqui, envolve, portanto, a noção de uma *estrutura* que consiste em um *conjunto de relações* entre entidades unitárias, sendo a continuidade da estrutura mantida por um processo vital formado pelas atividades das unidades constituintes". "Se, com êsses conceitos em mente, emprendermos uma investigação sistemática da natureza da sociedade humana e da vida social, veremos que se nos apresentam três séries de problemas. Primeiro, os problemas de morfologia social — quais as espécies de estruturas sociais que existem, quais são suas semelhanças e diferenças, como devem ser elas classificadas? Segundo, os problemas de fisiologia social — como funcionam as estruturas sociais? Terceiro, os problemas de desenvolvi-

(91) O seguinte trecho exemplifica bem a preocupação de Radcliffe-Brown de resolver os problemas de investigação empírico-indutiva na sociologia através da combinação da análise das funções e da análise comparativa: "Já defini suficientemente, espero, o objeto do que considero como ramo extremamente importante da Antropologia Social. O método que deve ser adotado resulta imediatamente dessa definição. Ele deve combinar com o estudo intensivo das sociedades uma a uma (isto é, os sistemas estruturais observáveis em comunidades particulares), a comparação sistemática de muitas sociedades (ou sistemas estruturais de tipos diferentes). O uso da comparação é indispensável. O estudo de uma sociedade tomada isoladamente pode prover materiais para o estudo comparativo, ou pode dar ensejo a hipóteses, as quais precisam então ser postas à prova pela referência a outras sociedades; não pode dar resultados demonstrados". ("Estrutura Social", p. 163).

(92) Cf., especialmente, "O Desenvolvimento da Antropologia Social", pp. 12-13, e *African Systems of Kinship and Marriage*, p. 2.

(93) Cf. *African Systems of Kinship and Marriage*, p. 2; prefácio a *African Political Systems*, editado por M. Fortes e E. E. Evans-Pritchard (publicado pelo International African Institute, Oxford University Press, 1940), pp. xi-xiii.

(94) Cf. *Andaman Islanders*, pp. 230 e 234.

(95) Cf. prefácio a *African Political Systems*, p. 2; e introdução a *African Systems of Kinship and Marriage*, *passim*.

(96) Cf., especialmente, "On the Concept of Function in Social Science", p. 396 (ed. bras., p. 223).

mento — como surgem novos tipos de estrutura social?” (97). Nossa exposição já deve ter demonstrado que a atenção de Radcliffe-Brown se concentra nos processos recorrentes (ou “fisiológicos”) da vida social. Já apontamos suas idéias mestras, segundo as quais o conhecimento da morfologia social e dos processos diacrônicos ou de mudança social dependeriam, igualmente, dos conhecimentos obtidos sobre os processos sociais recorrentes (98). Como a primeira idéia deve constituir algo pacífico na sociologia moderna, é sobretudo na segunda que insiste o nosso autor. Sua reação crítica contra a superstição pelo estudo das origens é comparável à de Simiand, embora tenha sido menos rica de ensinamentos metodológicos. O seu ponto de vista caracteriza-se pela dupla afirmação: a) nenhum progresso realmente científico se fará na investigação sociológica antes que se conheça a natureza dos processos sociais e das sociedades; b) o referido conhecimento só poderá ser conseguido através da investigação sistemática dos processos sociais recorrentes ou, em outras palavras, através do estudo intensivo dos aspectos sincrônicos da vida social (99). Em suma, “visto realmente nós só podermos chegar a algum conhecimento adequado dos característicos essenciais dos fenômenos sociais pelo estudo “não-histórico” e “não-evolutivo”, é pelo estudo fisiológico das sociedades que nós podemos esperar conseguir algum conhecimento profundo dos processos pelos quais a vida social se desenvolve através do tempo, nos processos de evolução social” (100).

Como se vê, embora Radcliffe-Brown tenha sofrido uma influência apreciável de Durkheim, inclusive na conceituação sociológica de função social, na história do método de interpretação funcionalista na sociologia ele ocupa uma posição que é exatamente a oposta à daquele autor. A significação teórica de sua contribuição à clarificação do conceito, das hipóteses de trabalho, dos problemas a serem investigados e do próprio método de interpretação funcionalista é, sem dúvida, ímpar,

(97) *Idem*, p. 396 (ed. bras., p. 223). Veja-se, ainda, o trecho relativo à distinção entre os problemas sincrônicos e os problemas diacrônicos, acima, na nota 90.

(98) Cf., acima, indicações e textos fornecidos nas notas 88 e 90.

(99) O fato de existirem muitas informações sobre diferentes tipos de sociedades, tal como elas se apresentaram a observadores determinados em certos momentos, seria mais um argumento em favor da subordinação dos estudos diacrônicos aos estudos sincrônicos (cf. “O Desenvolvimento da Antropologia Social”, p. 14).

(100) *Idem*, p. 16.

principalmente quando se têm em vista as indecisões e as limitações das teorias anteriores. Contudo, procurando evitar os erros de Durkheim, incidiu em erros opostos. Todo especialista familiarizado com os problemas de método na explicação sociológica sente uma atração inevitável pelas críticas à interpretação inadequada dos fenômenos de sucessão. Essas críticas atingem todos os autores que exploram o método histórico e o método comparativo para estabelecer seqüências evolutivas reconstruídas conjecturalmente, isto é, sem os necessários fundamentos empíricos. Mas, se são procedentes as críticas, delas não resulta nenhuma conseqüência importante. Isso por causa da seguinte razão: é que, para resolver os problemas criados pelo estudo diacrônico dos fenômenos sociais, através do método de interpretação funcionalista, seria preciso dar suficiente atenção às condições emergentes de mudança social. Acharmos que é o correto afirmar-se que a *evolução* “refere-se especificamente a um processo de emergência de novas formas de estrutura” (101). Contudo, pensamos que o sociólogo não corresponde de modo algum à necessidade de explicar funcionalmente a *emergência de novas formas de estrutura* restringindo-se, exclusivamente, à análise dos processos sociais recorrentes ou às conexões entre a função de um fenômeno social particular e a estabilidade de um sistema social determinado.

Ora, acontece que os principais desenvolvimentos da sociologia se fizeram no sentido da explicação de uniformidades de sucessão, descobertas através da investigação de “sociedades civilizadas”. Em conseqüência disso, o método de explicação defendido por Durkheim (e de modo diverso, mas com o mesmo espírito, por outros autores, de Marx a Mannheim ou a MacIver) não só encontra sólido apoio entre os especialistas, como representa um dos poucos setores da pesquisa sociológica em que se acumulou uma experiência metodológica rica e frutífera. Examinando a questão dêsse prisma, e tendo em vista as limitações contidas na concepção de “função social” sustentada por Radcliffe-Brown, o leitor poderia sentir uma impressão falsa. A de que as críticas dirigidas à reconstrução conjectural são procedentes apenas enquanto se considera a ligação arbitrária de povos sem vinculações histórico-culturais nas mesmas seqüências evolutivas e de que o método de interpretação funcionalista não se aplicaria, por sua própria

(101) “Estrutura Social”, p. 172.

natureza, ao estabelecimento de relações de sucessão em situações de mudança. A análise de um trabalho como o de Simiand, sobre o salário, mostra, ao contrário, que toda tentativa rigorosa de reconstrução empírico-indutiva de seqüências evolutivas (segundo as implicações do ponto de vista sociológico), esbarra necessariamente com aquelas dificuldades e tem que resolvê-las, remontando das situações mais próximas e conhecidas às situações mais remotas e desconhecidas. Eis como o mesmo Simiand formula o preceito, que afirma ter seguido em suas investigações: "*No estudo de um fenômeno ou de um conjunto de fenômenos de desenvolvimento histórico, ou de desenvolvimento orgânico, chega-se mais depressa aos resultados explicativos, os mais acessíveis e os mais seguros, estudando-se o estado formado antes do estado nascente, o estado adulto antes do estado embrionário*" (102). Isso quer dizer que as limitações pressentidas resultam de alguma fonte, que talvez possa ser apontada. O próprio Radcliffe-Brown nos esclarece a respeito, pois chama várias vezes a atenção de seus leitores para a impraticabilidade de uma análise consistente de relações de sucessão em sociedades sobre as quais não exista *documentação histórica* contínua, como as "sociedades primitivas". O mal a lamentar, tratando-se de um especialista tão metucioso, preciso e rigoroso, é que tenha generalizado uma teoria da indução analítica em termos de função que não se aplica senão aos processos sociais recorrentes.

Doutro lado, não obstante a autoridade e o valor da contribuição de Radcliffe-Brown à fundamentação do método de interpretação funcionalista, parece-nos que não define de maneira adequada a importância relativa e as vinculações recíprocas dos *estudos sincrônicos* e dos *estudos diacrônicos* na sociologia. Se a tarefa essencial do sociólogo consiste em conhecer a natureza dos processos sociais e da sociedade, é pouco provável dizer-se que tipo de investigação pode contribuir mais para atingir esse fim. É claro que um sociólogo (ou um "antropólogo social"), especializado em sociedades que não podem ser investigadas com sucesso (ou com rigor científico) senão de uma perspectiva sincrônica, só terá possibilidades de concorrer para aquele fim através do estudo da natureza dos processos sociais recorrentes e da estabilidade social. Mas, se ele chegasse a definir os problemas básicos

(102) F. Simiand, *Le Salaire*, op. cit., vol. II, p. 578; grifado no texto original.

de sua disciplina tomando em estrita consideração a própria situação de trabalho, poderíamos admitir um tom muito pessoal em suas formulações teóricas. Essa reflexão se aplica inteiramente a Radcliffe-Brown, já que a subordinação dos estudos diacrônicos aos estudos sincrônicos não encontra uma justificação de ordem geral na sociologia. Ela se recomenda, de fato, nos casos em que as condições e o objeto da pesquisa permitem ou aconselham a utilização do método de interpretação funcionalista, mas, ainda aqui, a separação entre ambos os tipos de estudos poderá não ser tão nítida, conforme a natureza do fenômeno investigado.

Por fim, é duvidoso o valor heurístico de regras explicativas que insistam em conexões demasiado gerais, como a que se pode presumir nas ligações de um fenômeno particular e a sociedade como um todo. Não queremos discutir aqui este ponto. Gostaríamos de lembrar que um sociólogo como Pareto, também especialista em problemas de equilíbrio social, admitia que, quando se tem em vista a explicação através de relações de causa e efeito, a interdependência deve ser considerada em certos conjuntos de elementos e procurada nos elementos irreduzíveis de cada conjunto (103).

3) Período de Revisão Crítica e de Sistematização Teórica

A exposição precedente descreve, propriamente falando, o processo completo de desenvolvimento intelectual de um dos métodos fundamentais de interpretação sociológica. As indicações coligidas deixam bem claro, talvez com excessiva minúcia quanto aos autores discutidos (104), que de certas analogias entre *organismo* e *sociedade* e de certos paralelismos entre a explicação biológica e a sociológica acabou nascendo todo um corpo de noções, de idéias, de hipóteses de trabalho e de regras interpretativas que constituem uma teoria especial dentro da sociologia geral. Até o presente, os resultados desse desenvolvimento intelectual não foram devidamente apreciados em conjunto. Os críticos da chamada *orientação funcionalista*

(103) Cf. Vilfredo Pareto, *Compendio di Sociologia Generale* (G. Barbèra, Florença, 1920), cap. IX, especialmente § 853.

(104) Compreende-se que o critério seletivo adotado impunha a espécie de tratamento expositivo a ser seguido. A extensão da análise de cada autor, embora reduzida, deveria ser proporcional à importância da própria contribuição relativa de cada um deles ao desenvolvimento do *funcionalismo* na sociologia.

se apegaram antes a idéias isoladas de um ou de outro autor e sobretudo se preocuparam, como é comum nesse gênero de "discussão teórica", com a defesa das próprias idéias em face das implicações do funcionalismo. Nisso eram pagos na mesma moeda pelos chamados "funcionalistas", tanto na etnologia, quanto na sociologia. Notam-se, porém, tendências de reação crítica construtiva por parte dos especialistas modernos que acumularam experiências concretas na aplicação daquele método. São características dominantes dessa reação — que marca os desenvolvimentos da teoria "funcionalista" nos últimos quinze anos, aproximadamente, — a preocupação por conhecer o conteúdo positivo das contribuições anteriores; a rejeição aberta das soluções prestigiadas por autoridades incontestáveis, mas que se revelam parciais, inconsistentes ou infrutíferas, quando submetidas à verificação; a reflexão sobre as possibilidades de introduzir maior coerência lógica na teoria da interpretação funcionalista, tendo em consideração tanto as implicações da explicação sociológica dos fenômenos sociais, quanto os problemas particulares de pesquisa.

Os temas mais visados na nova perspectiva são os que dizem respeito à teoria geral da ciência, à teoria especial da interpretação funcionalista e suas conexões com o ponto de vista sociológico, e à conceituação sociológica de "função". Tais temas são atacados de maneira diversa e em proporções diferentes pelos vários autores, pois nem sempre as preocupações teóricas centrais coincidem. No que concerne à teoria geral da ciência, poucos são os que se revelam satisfeitos com a asserção dogmática de que as ciências naturais constituem o modelo, por excelência, da análise empírico-indutiva dos fenômenos sociais. Mühlmann e Evans-Pritchard exemplificam duas soluções contrastantes. Enquanto o primeiro admite a possibilidade de combinar-se o *método histórico* e o *método funcionalista* no estudo do "ethnos" (105), o segundo acabou inclinando-se por um ponto de vista radical, segundo o qual não há síntese possível: nenhuma ciência da sociedade poderá assemelhar-se às ciências naturais (106). Devido à própria natureza do seu objeto (as sociedades são "sistemas morais" e não "sistemas naturais"), essas ciências constituem "uma

(105) Wilhelm Mühlmann, *Methodik der Völkerkunde* (Stuttgart, 1938).

(106) E. E. Evans-Pritchard, *Social Anthropology* (Cohen & West, Londres, 1951), afirmação contida na p. 117.

espécie de historiografia" (107). Em conseqüência, Evans-Pritchard recusa-se a aceitar a teoria funcionalista, predominante na Inglaterra, sem opor-lhe "diversas restrições", as quais, infelizmente, ainda não ganharam suficiente clareza e coerência lógica em seus escritos publicados. No que respeita à conceituação, acentua-se a tendência de criticar o emprêgo ambíguo do termo "função", ora para designar "efeitos socialmente úteis", ora para indicar "relações de interdependência" ou "conexões necessárias". Observa-se que o exame dos diferentes sentidos e aplicações do vocábulo tem servido como meio para discutir e esclarecer certos problemas fundamentais da interpretação funcionalista. Bateson serviu-se desse critério para introduzir novas conotações analíticas na manipulação do conceito de função (108); e Nadel o pôs em prática para discutir as possibilidades de explicação das relações reversíveis e recíprocas entre fenômenos sociais (109). Todavia, o autor moderno que reúne maior número de reflexões teóricas sobre os três temas, dentro de uma orientação que interessa imediatamente à sociologia geral, é Robert K. Merton (110). Por isso, achamos conveniente tomar o seu estudo como ponto de referência das modificações mais recentes da teoria aqui considerada.

Uma discussão das idéias de Merton sobre os fundamentos científicos da explicação sociológica nos afastaria demasiado do nosso objeto. Presumimos que, para os fins da presente análise, seja suficiente nos limitarmos aos dois aspectos que são de fato relevantes quanto à delimitação do método de interpretação funcionalista. O primeiro é o que diz respeito à própria natureza do método funcionalista, como forma de interpretação da realidade. Parece que Merton tende a concebê-lo como um método especial de interpretação, com aplicações gerais no campo da investigação científica. Assim escreve: "A orientação central do funcionalismo — expressa

(107) E. E. Evans-Pritchard, "Social Anthropology. Past and Present", *Man* (setembro de 1950), vol. L, artigo n. 198, pp. 118-125 (citação extraída da p. 118).

(108) Gregory Bateson, *Naven. A Survey of the Problems Suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe Drawn from Three Points of View* (The University Press, Cambridge, 1936), especialmente pp. 26-34.

(109) S. F. Nadel, *The Foundations of Social Anthropology* (Cohen & West, Londres, 1951), especialmente, pp. 274-276, 286-288 e cap. XIII.

(110) Robert K. Merton, "Manifest and Latent Functions. Toward the Codification of Functional Analysis in Sociology", in *Social Theory and Social Structure. Toward the Codification of Theory and Research* (The Free Press, Glencoe, Illinois, 1949), pp. 21-81; cf. também pp. 11 e 365-373.

na prática de interpretação dos dados pelo estabelecimento de suas conseqüências nas estruturas mais amplas em que êles estão envolvidos — tem sido encontrada, virtualmente, em tôdas as ciências do homem: biologia e fisiologia, psicologia, economia e direito, antropologia e sociologia” (111). Essa concepção possui uma significação teórica evidente, pois elimina da perspectiva de discussão dos fundamentos lógicos do método de interpretação funcionalista as antigas implicações naturalistas, oriundas da preocupação de manter na sociologia a mesma atitude fundamental e os procedimentos da análise indutiva empregados pelos fisiologistas. O segundo diz respeito às ligações do método de interpretação funcionalista com a teoria geral da explicação científica. Pelo que conseguimos entender, Merton separa-se dos sociólogos estudados acima em alguns pontos essenciais. Assim, pensa que o nível de abstração alcançado pela explicação dos fenômenos na física ou na biologia não produziria resultados tão frutíferos na sociologia, pelo menos por enquanto; e que a sociologia deve subordinar-se aos cânones do método científico, mas de forma realizável, dadas as condições de pesquisa acessíveis no momento (112). Daí admitir que as reflexões sobre os problemas do método apresentam duas faces: uma, que seria por assim dizer universal, caindo dentro do campo da metodologia das ciências, no qual se considerariam as questões comuns à aplicação do método científico não importa a que domínio da realidade; outra, que se equacionaria como uma espécie de economia interna de cada disciplina, e que compreenderia as questões concernentes ao entrosamento entre a teoria e a pesquisa, entre os conhecimentos obtidos e os procedimentos de pesquisa controlada, através dos quais se regulariam os processos de acumulação e de organização dos conhecimentos científicos. A discussão da natureza e limites do método de interpretação funcionalista possuiria, naturalmente, na sociologia, o caráter de problema de economia interna. Isso quer dizer que a solução de Merton se assemelha formalmente à de Durkheim: é que ambos subordinam a discussão do método de interpretação funcionalista às implicações do ponto de vista sociológico e aos cânones da explicação sociológica. Ambos viram, com perspicácia, que a observância dos pré-requisitos da explicação

(111) *Idem*, p. 47 (e bibliografia correspondente, pp. 368-369).

(112) Além das referências indicadas adiante, consulte-se também *Social Theory and Social Structure*, *op. cit.*, especialmente p. 47.

científica nas aplicações de um método particular de interpretação não é um elemento essencial e que não se pode partir dela para resolver questões que afetam a definição do objeto, a sistematização dos problemas e a construção do aparato metodológico-conceitual de uma ciência qualquer. Mas, de outro lado, essa solução exprime uma orientação empírico-indutiva que não se encontra senão nas investigações e em algumas formulações teóricas de Mauss e Radcliffe-Brown. Pois, o que interessa fundamentalmente a nosso autor não é a importância relativa do método de interpretação funcionalista, como uma das modalidades de explicação sociológica, mas as possibilidades que êle oferece na investigação dos problemas com que se defrontam, habitualmente, os sociólogos (113).

A elaboração de um “paradigma” da análise funcionalista constitui o próprio centro de gravitação das preocupações metodológicas de Merton. Duas idéias revelam, no entanto, o teor dessas preocupações no contexto das modernas teorias sociológicas. Primeiro, a análise funcionalista é concebida, fundamentalmente, como um dos métodos de interpretação sociológica. Segundo, ela não é encarada como o método por excelência da explicação sociológica, nem como o único método capaz de resolver, com exclusividade, determinados problemas substantivos da sociologia. O seu interesse está antes no fato de permitir à inteligência um ajustamento à realidade, pois existem fenômenos de dinâmica social que dificilmente poderiam ser explicados de maneira tão precisa e fecunda por meio de outros métodos de interpretação sociológica. A “codificação” da análise funcionalista proporcionaria, assim, a solução de um problema particular de investigação sociológica, que não seria irrelevante como estímulo à pesquisa do sentido lógico da adequação empírico-indutiva dos métodos de interpretação sociológica e à descoberta do caráter complementar desses métodos.

Todavia, a idéia principal consiste em admitir que há uma “lógica do procedimento” inerente à análise funcionalista e que ela pode ser estabelecida na sociologia, apesar da variedade de concepções, predominantes entre os sociólogos que têm empregado ou tendem a empregar êsse tipo de análise (114). Como aqui se encontra a principal contribuição de Merton à

(113) No esboço apresentado, condensamos, livremente, dados e interpretações contidos nos capítulos II e III de *Social Theory and Social Structure* (pp. 83-111), nos quais Merton expõe suas idéias sobre os principais problemas de integração entre teoria e pesquisa na sociologia.

(114) “Manifest and Latent Functions”, pp. 48-49.

teoria especial de interpretação funcionalista, achamos conveniente dedicar a essa parte de seu trabalho a maior atenção possível. Se distinguíssemos entre os *meios* e os *resultados* de uma indagação teórica qualquer, deveríamos tratar primeiro dos meios utilizados por Merton para chegar à sua "codificação da análise funcional", e, depois, dos resultados, ou seja, o paradigma da "análise funcional", que submete à consideração dos leitores.

Quanto aos meios, é claro que várias experiências intelectuais convergiram para o mesmo fim. Entre elas se contam, seja o trato direto com problemas de estrutura, seja o exame de obras sociológicas escritas sob a inspiração parcial ou completa do funcionalismo, seja por fim a informação recolhida através da leitura de estudos feitos em outros campos da investigação científica, nos quais se aproveitou o mesmo método de interpretação. Ao que parece, estas leituras foram extremamente estimulantes, pois serviram para mostrar o contraste existente entre a investigação das funções na fisiologia e na sociologia. Enquanto que os fisiologistas se subordinariam a cânones regulares de observação, experimentação e interpretação, os sociólogos procederiam de maneira inteiramente pessoal, seja na coleta de dados, seja na sua sistematização e explicação (115). O autor se colocou, naturalmente, a questão de saber se é possível introduzir alguma uniformidade na pesquisa sociológica das funções, mau grado a diferença de dados com que lidam fisiologistas e sociólogos. Semelhante questão só poderia ser resolvida em termos sociológicos, quer pelo exame das concepções dominantes na orientação funcionalista dentro da sociologia (116), quer pela apreciação da consistência ou da conveniência das normas de procedimento, tendo-se em vista situações concretas ou implicações necessárias (117). O exame das concepções na orientação funcionalista dentro da sociologia foi orientado em duas direções: a) a das premissas lógicas do funcionalismo na sociologia e na etnologia; b) a dos determinantes não-científicos ou ideológicos em jogo.

(115) *Idem*, pp. 47-49.

(116) *Idem*, cf. pp. 27-47.

(117) *Idem*, cf. p. 55 e seguintes. No texto de Merton, as referências possuem ou o caráter de fundamentação empírica, ou o caráter de ilustrações dos procedimentos a serem observados. Portanto, visam antes sugerir que demonstrar. Por isso, não julgamos indispensável examiná-las separadamente ou discutir as conseqüências de sua utilização pelo autor.

Quanto às primeiras, Merton expõe três postulados que, segundo pensa, seriam compartilhados pelos que praticaram a análise funcionalista: "postulado da unidade funcional da sociedade"; "postulado do funcionalismo universal"; "postulado da indispensabilidade". "Substancialmente, escreve, os postulados sustentam: primeiro, que as atividades sociais estandarizadas ou os itens culturais são funcionais para com a ordem social ou sistema cultural *global*; segundo, que todos êsses itens sociais e culturais preenchem funções sociológicas; e terceiro, que êsses itens são conseqüentemente indispensáveis" (118). O autor examina êsses postulados, procurando determinar a legitimidade lógica de cada um deles e o provável valor heurístico que teriam para a explicação sociológica, concluindo que nem são logicamente necessários, nem possuem valor heurístico para fins interpretativos precisamente delimitados. Quanto aos determinantes ideológicos, acredita que os argumentos críticos endereçados contra o funcionalismo pressupõem tanto que a análise funcionalista seja considerada como "conservadora", quanto como "radical". Conclui afirmando que "revista criticamente, a análise funcional é neutra com referência aos sistemas ideológicos mais amplos" (119). A ligação entre as elaborações críticas apontadas e a construção do paradigma da análise funcionalista não é discutida explicitamente. Presumimos que o exame crítico das contribuições dos funcionalistas precedentes não só forneceu sugestões básicas para a constituição do paradigma, como ainda contribuiu para formar, no espírito do autor, a convicção de que a "análise funcional" comportaria uma sistematização lógica mais rigorosa.

Quanto aos *resultados*, êles estão resumidos, em linguagem bastante abstrata, nos onze pontos do "paradigma para a análise funcional na sociologia" (120). Infelizmente, não nos é possível transcrevê-lo aqui, por causa de sua extensão; retendo a ordem expositiva e os tópicos do próprio Merton, tentaremos apresentar êsses pontos ainda mais condensadamente (121): 1) *Os itens aos quais as funções são imputadas*: Toda espécie de material sociológico pode ser analisado funcionalmente. "O requisito básico é que o objeto da análise represente um

(118) *Idem*, p. 27.

(119) *Idem*, p. 43; palavra grifada no texto.

(120) *Idem*, pp. 50-54.

(121) O presente resumo não pode ser considerado um substituto do texto original. O leitor interessado deverá recorrer diretamente a êste, pois as limitações de espaço não nos permitiram realizar uma exposição completa de cada item. Ativemo-nos ao essencial, quando possível com transcrições literais.

item *estandardizado* (isto é, padronizado e repetível), como papéis sociais, processos sociais, padrão cultural, emoções padronizadas culturalmente, normas sociais, organização grupal, estrutura social, meios de controle social, etc.” (122). 2) *Conceitos de disposições subjetivas (motivos, fins)*: A análise funcionalista incide também sobre a motivação da conduta dos membros individuais de um sistema social. As disposições subjetivas em questão devem ser cuidadosamente separadas das conseqüências objetivas. 3) *Conceitos de conseqüências objetivas (funções, disfunções)*: é preciso evitar confundir os dois sentidos do termo “função” (função como contribuição *positiva* de um item a um sistema social ou entendida como a categoria subjetiva de *motivo*). Para isso é preciso: 1.º considerá-la em termos de *conseqüências múltiplas* e do *equilíbrio de um agregado de conseqüências*. “Funções são as conseqüências observadas que contribuem para a adaptação ou ajustamento de um dado sistema; e *disfunções* são as conseqüências observadas que diminuem a adaptação ou o ajustamento do sistema. Existe também a possibilidade empírica das conseqüências *não-funcionais*, que são simplesmente irrelevantes no sistema considerado” (123); 2.º usar o conceito de “função manifesta” nos casos em que as conseqüências objetivas são reconhecidas pelos participantes do sistema e o de “função latente” quando as conseqüências objetivas são ignoradas ou desconhecidas pelos participantes do sistema. 4) *Conceitos da unidade correspondida pela função*: é difícil identificar a unidade afetada por uma função. Deve-se, no entanto, considerar a escala de unidades em que se integra cada item — indivíduos em vários *status*, subgrupos, os sistemas sociais mais amplos e os sistemas culturais. Isso permite adotar conotações analíticas, como “função psicológica”, “função grupal”, “função societária”, “função cultural”, etc. 5) *Conceitos de requisitos funcionais* (necessidades, pré-requisitos): em toda a análise sempre se pressupõe, tácita ou explicitamente, quais são os requisitos funcionais de um sistema social dado. “Isso envolve o difícil problema de estabelecer tipos de requisitos funcionais (universais contra altamente específicos; procedimentos para validar a explanação desses requisitos, etc.)” (124). 6) *Conceitos de mecanismos por cujo intermédio as funções são*

(122) *Idem*, p. 50.(123) *Idem*, pp. 50-51.(124) *Idem*, p. 52.

preenchidas: “a análise funcional na sociologia, como em outras disciplinas a exemplo da fisiologia e da psicologia, exige descrições “concretas e detalhadas” dos mecanismos [sociais] que operam para preencher uma dada função” (125). 7) *Conceitos de alternativas funcionais (equivalentes ou substitutos funcionais)*: é preciso focalizar a *escala de variação possível* dos itens que podem, em determinadas circunstâncias, corresponder a certos requisitos funcionais. 8) *Conceitos de contexto estrutural (ou coerção estrutural)*: “A escala de variação dos itens que *podem* preencher dadas funções em determinadas circunstâncias não é ilimitada [...] A interdependência dos elementos de uma estrutura social limita as possibilidades efetivas de mudança ou as alternativas funcionais” (126). 9) *Conceitos de dinâmica e mudança*: a análise funcionalista pode lidar com problemas de dinâmica e de mudança através do estudo das disfunções. “Como são as disfunções observadas contidas dentro de uma dada estrutura, a ponto de elas não produzirem instabilidade? A acumulação de tensões produz pressão para a mudança em direções tais que leve à sua redução?” (127). 10) *Problemas de validação da análise funcional*: a validação das inferências estabelecidas através da interpretação funcionalista exige, acima de tudo, uma formulação rigorosa dos procedimentos de análise e uma discussão sistemática das limitações e possibilidades do método comparativo. 11) *Problemas das implicações ideológicas da análise funcional*: o fato de a análise funcionalista ser ideologicamente neutra não exclui a possibilidade de que certas análises funcionalistas particulares ou certas hipóteses formuladas em termos do funcionalismo possuam uma orientação ideológica definida. Daí o problema: “dentro de que limites pode a posição social do sociólogo funcionalista (por exemplo, diante de um “cliente” particular, que autorizou dada pesquisa) implicar uma em vez de outra formulação de um problema, e restringir o campo de inferências extraídas de seus dados?” (128).

Como se vê, o paradigma sugerido pretende corresponder às exigências de racionalização das atividades de definição, coleta, sistematização e interpretação dos dados. Em sentido

(125) *Idem*, p. 52.(126) *Idem*, p. 53.(127) *Idem*, p. 53.(128) *Idem*, p. 54.

restrito, procura, portanto, orientar o encadeamento entre teoria e pesquisa e estabelecer maior uniformidade na comunicação dos especialistas que empregam o método de interpretação funcionalista em suas investigações. Mas, doutro lado, esforça-se por reter os elementos que intervêm na determinação de uma situação de pesquisa, os científicos tanto quanto os extracientíficos. Este aspecto, comumente negligenciado, é de evidente significação teórica e inscreve o paradigma entre os documentos que atestam a tendência da sociologia moderna a equipar os especialistas com recursos capazes de aumentar sua consciência dos efeitos intelectuais e morais das condições de trabalho profissional. E propõe questões, como a dos limites de variação das alternativas funcionais, que possuem grande interesse do ponto de vista prático, as quais não encontraram formulações sociológicas satisfatórias, em termos funcionalistas, depois de Spencer.

Por fim, seria conveniente pôr em relêvo o esforço de crítica conceitual, desenvolvido por Merton. Segundo suas conclusões, as confusões correntes no emprêgo da palavra "função", fazem com que esta se apresente como um termo singular ao qual correspondem diversos conceitos, ou como um conceito singular referido através de diversos termos⁽¹²⁹⁾. Já transcrevemos, acima, a definição do termo que ocorre no paradigma e apresentamos também a distinção que seu autor faz entre *função latente* e *função manifesta*. Tanto na definição quanto na frutífera distinção entre os dois tipos de função (e nesta em particular), se evidenciam as preocupações de chegar a conceitos heurísticos. Daí a conexão que se nota entre a crítica conceitual desenvolvida e sua teoria da "análise funcional"⁽¹³⁰⁾.

Diante dessa contribuição, cujo alcance seria prematuro discutir⁽¹³¹⁾, podem-se tomar diversas atitudes, seja de louvor, seja de crítica. No decorrer de nossa exposição patentes, em vários lugares, o reconhecimento do significado construtivo de algumas soluções inovadoras, propostas por Merton. Insinuamos também alguns pontos em que suas formulações representam uma síntese de conhecimentos anterior-

(129) Cf. pp. 22-27.

(130) Cf. especialmente, pp. 27, 50-51 e 61-81.

(131) Merton adianta que seu ensaio constitui "um fragmento de uma obra maior, a qual exigirá alguns anos de maturação" (cf. *Social Theory and Social Structure*, p. 11).

res, ou trazem consigo uma proposição mais adequada e positiva de formulações antigas. Sob êste aspecto, é inegável que Merton conseguiu reunir, muitas vezes com felicidade, orientações contraditórias dentro do funcionalismo na sociologia, e que soube aproveitar, com ampla visão teórica (e sob certos aspectos também prática), a variada contribuição metodológica de autores como Spencer, Durkheim, Malinowski e tantos outros. Sua atitude diante do problema do método na sociologia e, em particular, em face do método de interpretação funcionalista, é igualmente muito esclarecida. Ela marca uma nova etapa nas reflexões sobre a natureza e os limites da interpretação funcionalista. O período dos tateios e das aproximações se encerra, para se iniciar o da reflexão crítica e sistemática sobre os problemas metodológicos fundamentais, de cuja solução depende o encadeamento racional de teoria e pesquisa nas aplicações do método de interpretação funcionalista na sociologia. Por fim, não é menos feliz a solução dada ao problema do "conteúdo". De fato, é peculiar à análise funcionalista a consideração dos fenômenos interpretados em termos de sua integração a estruturas sociais maiores (seja uma situação de convivência; um complexo institucional; uma rede de relações grupais; um sistema social especial — como o sistema econômico de uma sociedade dada; ou um sistema social global — como conjunto total de relações sociais de uma sociedade encarada como um todo). Isso não exclui a possibilidade de aplicar o método de interpretação funcionalista a toda espécie de fenômeno social que possa ser analisada dessa perspectiva, quer o objeto de investigação seja a ação social, a relação social, o grupo social, a personalidade ou a sociedade, etc. Essa solução parece-nos a mais adequada à explicação sociológica e vemos nela uma influência capaz de contribuir para acabar com as polêmicas estéreis, que têm prejudicado a compreensão da importância sociológica do método de interpretação funcionalista e a integração teórica dos resultados de pesquisas particulares em que êsse método foi utilizado.

Todavia, não nos parece satisfatória a representação lógica do fenômeno, defendida por Merton. Sustentar que "a estrutura afeta a função e a função afeta a estrutura"⁽¹³²⁾ nada mais é do que contribuir para manter o truísmo, introduzido na sociologia por Spencer. Êsse truísmo teve sua razão de

(132) "Manifest and Latent Functions", p. 81; grifado no texto original.

ser teórica em um momento em que era preciso apontar a ação recíproca existente entre os "órgãos" e as "atividades" por eles exercidas na vida social. Em nossos dias, semelhante fórmula não só passaria por antiquada, mas serviria para criar confusões a respeito da própria natureza da explicação sociológica. De fato, acreditamos que, atualmente, poucos sociólogos diriam que as alterações de estrutura *produzem* alterações de função ou que, inversamente, as mudanças de função *provocam* modificações de estrutura. É claro que essa seria uma das possíveis transposições lógicas daquela representação. Mas, bem entendida, a transposição escolhida como exemplo reduz a afirmação da vinculação recíproca de estrutura e função aos termos em que ela é usualmente encarada e descrita pelos sociólogos. Os inconvenientes "mecanicistas" de semelhantes maneiras de conceber as conexões funcionais (e, em consequência, as conexões estruturais) são óbvios. De um lado, a representação em questão alimenta a suposição básica de que "estrutura" e "função" constituem realidades equivalentes, dotadas da mesma "força" potencial ou, pelo menos, do mesmo grau de convertibilidade e de convergência dos estados recíprocos. Basta, porém, atentar-se para o fato de ser "a estrutura" um produto, objetivação ou forma, e a "função" uma atividade, operação ou processo para se perceber, de modo imediato, a impossibilidade da referida redução lógica. De outro lado, projeta a "estrutura" e a "função" no campo de investigação como realidades interdependentes, mas separáveis uma da outra para fins de observação e de interpretação. Não pretendemos, com o argumento exposto, substituir um truísmo por outro, e dizer, simplesmente, que a vida social só se apresenta ao observador (seja ele sociólogo ou não) como algo dinâmico (133). Mas, ao contrário, chamar a atenção para outro fato não menos relevante: à medida que se pode falar da realidade de uma ou de outra, a "função" é *imane*nte à "estrutura" e a "estrutura" é *condição* da "função" (134). Nenhuma formulação mecanicista é suficientemente clara para traduzir, logicamente, uma relação de tal ordem entre duas realidades. Como ambas não existem em si e por si mesmas,

(133) Aliás, Merton procede de acordo com esse ponto de vista, tanto nas discussões teóricas, quanto nas investigações particulares, coligadas em *Social Theory and Social Structure* (cf. partes II-IV).

(134) Para evitar confusões a respeito dos termos "condição" e "imane"nte, cujos sentidos são freqüentemente confundidos na linguagem corrente, gostaríamos de indicar que os aplicamos no significado aproximado com que vêm definidos em Lalande (*Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, op. cit.: termo *condição*, sentido C, p. 166; termo *imane*nte, sentido A, p. 470).

mas exprimem conjuntamente o que os sociólogos designam como "*as condições necessárias de existência social*" (estática e dinamicamente), é impossível dizer em que sentido a estrutura "*afeta*" a função ou vice-versa. Apenas se pode descrever, operativamente, como ambas coexistem e se comportam mutuamente em diferentes condições de estabilidade ou de mudanças sociais. Entre os sociólogos modernos, Parsons demonstrou compreender todo o alcance lógico de semelhantes conexões, ao definir as estruturas e os processos como "categorias altamente relativas" e ao salientar que a ligação entre as categorias estruturais "estáticas" e os elementos variáveis do sistema social pode ser conhecida sociologicamente através do conceito de função (135).

Além dessa crítica, de caráter geral, seria possível formular outras restrições, relativas à construção do paradigma de "análise funcional", à manipulação do conceito de função, à crítica dos "postulados" do funcionalismo, à análise do pretendido conteúdo ideológico do método de interpretação funcionalista e à tendência a subordinar a organização da pesquisa sociológica a propósitos estritamente teóricos. Não obstante o valor inegável do paradigma como condensação de orientações gerais, de pontos de vista e de conceitos que podem ser aceitos pelos sociólogos modernos, parece-nos que incorre em duas limitações. Primeiro, ele contém ponderações muito gerais para servir, de modo efetivo, à direção dos procedimentos de investigação e de interpretação. Sob este aspecto, é antes um "breviário" do que um "guia", no que concerne à organização da *estrutura lógica* do experimento pelos sociólogos. Segundo, por causa dessa limitação, deixa de conter indicações e normas essenciais à condução pragmática e teórica do experimento, tendo-se em vista as implicações da interpretação funcionalista. Uma codificação, para preencher a condição de "paradigma" de análise indutiva, precisa necessariamente fornecer, de modo explícito, as regras dos procedimentos de investigação. Essa é uma preocupação corrente entre os estudiosos da *técnica científica* (136). Restaria saber, porém, se

(135) Cf. Talcott Parsons, "The Present Position and Prospects of Systematic Theory in Sociology", in *Essays in Sociological Theory Pure and Applied* (The Free of Glencoe, Illinois, 1949), pp. 22-23.

(136) Cf., por exemplo: G. Burniston Brown, *Science, its Method and its Philosophy* (W. W. Norton, Nova York, 1950), pp. 122-134; John Oulton Wisdom, *Foundations of Inference in Natural Science* (Methuen, Londres, 1952), pp. II e III; Lucien Bonnot, *Essai sur les Fondements de la Logique et sur la Méthodologie Causale* (Presses Universitaires de France, Paris, 1943), *passim*.

seria possível enfrentar essa tarefa em nome de um dos métodos de interpretação utilizados na sociologia. Os exemplos oferecidos por outras ciências, como a física, a química, a biologia ou a psicologia, sugerem que os procedimentos lógicos de observação e de indução caem dentro do campo da metodologia geral de cada disciplina e que, muitos deles, ou são característicos do método científico, ou são comuns a grupos determinados de ciências afins. Daí supomos que seria mais prudente não considerar a codificação estabelecida como "um paradigma da análise funcional", mas simplesmente como um sistema de referências teóricas das elaborações sociológicas, feitas através do método de interpretação funcionalista.

Na manipulação do conceito de "função" notam-se algumas insuficiências que, se não afetam o alcance da contribuição teórica de Merton, indicam que nem todos os resultados das inovações introduzidas foram debatidos com igual profundidade. Assim, a definição de função (cf. acima, pp. 225-226) retém a conotação "pragmática" do termo, mas o seu aproveitamento analítico no contexto do ensaio subordina-se às implicações de sua conotação "lógica" (137), inclusive na qualificação das funções ("função psicológica", "função grupal", "função societária", "função cultural"). Esse procedimento, sem as necessárias retificações, acarreta naturalmente maiores confusões do que o uso livre do termo "função" nas acepções da linguagem corrente. Parece-nos, também, que o autor não explorou completamente as possibilidades heurísticas da distinção entre "função manifesta" e "função latente", embora tenha devotado grande atenção a diversas de suas seqüências teóricas. A aplicação dessa distinção a um estudo sobre o sacrifício humano na sociedade tupinambá demonstrou-nos sua utilidade como recurso para a descoberta de conexões causais (138). Semelhante possibilidade de aproveitamento heurístico dos dois conceitos é demasiado relevante para ter permanecido ignorada, especialmente depois das contribuições metodológicas de Radcliffe-Brown. Por fim, atribuímos o

(137) Sobre as duas conotações do termo função e suas implicações heurísticas, cf. Bateson e Nadel (referências bibliográficas acima: p. 221, notas 108 e 109). Adiante, trataremos desse importante aspecto da manipulação do conceito de função.

(138) Cf. Florestan Fernandes, "La Guerre et le Sacrifice Humain chez le Tupinambá", *Journal de la Société des Américanistes*, N. S. (1952), tomo XLI, pp. 139-220 (especialmente, p. 185 e seguintes); ou "A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá", *Revista do Museu Paulista*, N. S. (1952), vol. VI, parte II, cap. III, item B.

justo valor à tendência de Merton a incluir os problemas de mudança social no campo de análise funcionalista. Depois de se terem interessado quase que com exclusividade pelos problemas de estabilidade social (descrição das dependências estruturais e dos aspectos recorrentes da dinâmica social), seria conveniente que os funcionalistas estendessem suas indagações aos problemas de transformação da ordem. Malinowski dedicou-se teoricamente a essa questão, mas do ângulo limitado dos contactos raciais e culturais (139). Falta-nos uma representação teórica clara e conseqüente das possibilidades de aplicação do método de interpretação funcionalista a determinados processos sociais irreversíveis. Parsons aflorou essa questão, ao tratar dos pré-requisitos funcionais do sistema social e ao apontar a importância do conceito de função em uma análise dinâmica dos fenômenos de estabilidade e de mudança sociais (140). Nesse setor virgem, a iniciativa de Merton assume o caráter de uma inovação construtiva. Contudo, a solução proposta, de conceber tais problemas como "disfunções", parece-nos pouco satisfatória (141). O conceito de "disfunção" retém, como noção básica, a idéia de que as operações ou processos sociais podem deixar de produzir os efeitos esperados (ou "normais", no sentido de Durkheim) e que sua correção é condição da restauração do equilíbrio social (142). Em suma, a manipulação sociológica do conceito de "disfunção" envolve, necessariamente, um retorno a concepções orgânicas. Todavia, se é verdade que a defesa da integridade do organismo se revela através da luta contínua por sua conservação em estado normal (143), não é menos verdade que a defesa da integridade de um sistema social possa depender, de maneira permanente em determinadas formas de

(139) Bronislaw Malinowsky, *The Dynamics of Culture Change, An Inquiry into Race Relations in Africa*, editado por Ph. Kaberry (Yale University Press, New Haven, 1945), *passim*. O leitor poderia lembrar-nos, também, os nomes de Thurnwald, Mônica Hunter e outros, que estudaram situações de contacto interracial de uma perspectiva funcionalista. Todavia, aqui temos em vista somente as contribuições que apresentem um alto grau de sistematização teórica.

(140) Cf., especialmente, *op. cit.*, pp. 6-7 e 17-23; e ainda *The Social System*, *op. cit.*, especialmente, pp. 27-36.

(141) Cf. especialmente, "Manifest and Latent Functions", pp. 50 e 53-54.

(142) Deixamos de lado a questão de saber se a restauração pode produzir-se naturalmente ou por meios artificiais.

(143) Cf., especialmente, Kurt Goldstein, *La Structure de l'Organisme. Introduction à la Biologie à partir de la Pathologie Humaine*, tradução de E. Burckhardt e J. Kuntz (4.ª edição, Gallimard, Paris, 1951), *passim* (em especial, as elaborações do capítulo XII).

organização social⁽¹⁴⁴⁾ ou de modo circunstancial em tôdas as coletividades humanas⁽¹⁴⁵⁾, de sua capacidade de reintegração funcional. Voltamos, aqui, à noção de que estruturas e processos sociais são categorias "altamente relativas", porém, agora de outra perspectiva. É que elas são "relativas" também como e enquanto expressão de uma relação temporal (e não apenas como uma conexão dinâmica puramente abstrata). Segue-se daí que a relação entre estrutura e função é tão diversa quando se passa do *organismo* para a *sociedade*, que certas manipulações conceituais, legítimas na fisiologia ou na patologia, são apenas parcialmente adequadas na sociologia. Ao contrário do que acontece com o termo função, o termo disfunção dificilmente poderia ser utilizado como um conceito *neutro* e de *aplicação geral*. Isso porque é inevitável alguma subjetividade no estabelecimento dos critérios de determinação dos pré-requisitos funcionais de um sistema social e porque, como têm mostrado as pesquisas sociológicas depois dos estudos de Ogburn, sendo o ritmo de mudança das sociedades humanas extremamente variável, o conceito de disfunção só se aplicaria, legitimamente, nos casos em que a reintegração funcional se processasse através da restauração das condições de equilíbrio social, segundo os padrões organizatórios da ordem social vigente. Embora tenha, por isto, algum interesse sociológico, êsse conceito não poderia servir como ponto de referência na definição dos problemas envolvidos pela alteração das condições de integração funcional dos sistemas sociais.

As outras restrições são menos específicas. Assim, quanto às críticas dos postulados do funcionalismo, feitas por Merton, são evidentes duas lacunas. Nem existem entre os chamados "funcionalistas" as uniformidades intelectuais pressupostas na revisão crítica, nem os "postulados" postos em evidência são compartilhados (como *ponto de vista* ou como *hipótese de trabalho*), exclusivamente pelos etnólogos ou pelos sociólogos "funcionalistas". Não é difícil perceber que aqueles "postulados" se incorporam a outras teorias sociológicas, que defendem uma concepção realista e holística dos fenômenos sociais. A análise da significação ideológica imputada por alguns autores ao funcionalismo é conseqüente e construtiva à medida

(144) É o que acontece, por exemplo, nas sociedades capitalistas modernas, nas esferas da técnica, da economia e da ciência aplicada.

(145) Quando se processam alterações cataclísmicas ou quando os contactos involuntários com outros povos acarretam modificações substanciais nas condições de existência social.

que ela serve para demonstrar a neutralidade (ou positividade, seria melhor) do método de interpretação funcionalista. Entretanto, o exame poderá parecer tautológico, pois a condição essencial de qualquer método de interpretação científica é ser "neutro" ou "positivo". Acresce que êsse exame deixa de lado o problema crucial: a ligação entre a perspectiva social do sujeito e a escolha do método de interpretação⁽¹⁴⁶⁾. Acreditamos que uma análise dêsse gênero, invertendo a orientação escolhida por Merton, é que poderia esclarecer certas questões de particular interesse para a sociologia. A tendência de Merton de procurar introduzir na sociologia um padrão racionalmente mais consistente de organização das práticas de pesquisa, é sem dúvida muito louvável e compreensível. Contudo, parece-nos que procede com demasiado rigor e parcialidade nas críticas às explicações *ex post facto* e que não deu a devida importância às condições especiais de desenvolvimento da sociologia no mundo moderno, as quais obrigam o especialista em problemas de método a definir em conjunto os fins práticos e teóricos da pesquisa sociológica. Aqui, não se trata apenas de preparar os sociólogos para conhecer os elementos extracientíficos de uma situação de pesquisa, mas também de criar condições teóricas favoráveis à organização de investigações que correspondam à necessidade de conhecer, sociologicamente, os *problemas sociais*. Tendo em vista as possibilidades práticas de exploração dos conhecimentos fornecidos pela aplicação do método de análise funcionalista⁽¹⁴⁷⁾, supomos que essa não seria uma questão metodológica irrelevante ou sem atualidade.

Acreditamos que conseguimos completar, no decorrer desta exposição, o quadro do desenvolvimento da teoria funcionalista na sociologia. A análise, ainda que perfuntória, das tendências atuais de discussão dos problemas sociológicos de função mostra que se operou uma transformação radical na mentalidade e nas preocupações dos especialistas. A ambição de construir, de um golpe, todo o aparato da explicação sociológica ou a de chegar, sem demora, ao conhecimento da "natureza"

(146) É a maneira através da qual Mannheim aborda o assunto, seguindo a orientação da crítica de Marx e Engels à esquerda franco-alemã e aos economistas ingleses. O autor tentou discutir algumas implicações dessa orientação, limitando-se aos possíveis motivos sociais da escolha do método de interpretação, em um pequeno artigo (cf. Florestan Fernandes, "O Problema do Método na Investigação Sociológica", *Sociologia* (1947), vol. IX, n. 4, pp. 332-345).

(147) Cf., o artigo do autor, "Aplicação dos Conhecimentos Sociológicos às Relações Internacionais", *Sociologia* (1950), vol. XII, n. 3, 19 páginas.

dos fenômenos sociais, cedem lugar às questões elementares do método na sociologia. Paralelamente, sobre esse pano de fundo, as concepções grandiosas sobre o alcance e os limites da interpretação funcionalista são substituídas por elaborações mais restritas, que tomam por objeto: a) o sistema de conceitos e hipóteses utilizados na análise dos fenômenos sociais em termos de função; b) a adequação do método de interpretação funcionalista aos problemas empírico-indutivos da sociologia, a cujo tratamento e explicação ele se aplique legitimamente; c) a precisão dos procedimentos seguidos, em linhas gerais, na análise funcionalista da realidade social, quer tendo em vista as condições do trabalho intelectual na sociologia, quer tomando em consideração os cânones da investigação científica. Esperamos aproveitar, no próximo capítulo, os ensinamentos lógicos sugeridos por essas constatações.

CAPÍTULO II

Natureza e Significação da Análise Funcionalista

"A análise funcional é, ao mesmo tempo, a mais promissora e possivelmente a menos codificada das abordagens contemporâneas dos problemas de interpretação sociológica." (Robert K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, p. 21.)

Introdução

Graças à análise anterior, sabemos como se colocaram e como foram resolvidos os problemas lógicos, suscitados pela aplicação do método de interpretação funcionalista à explicação sociológica dos fenômenos sociais. Mas esses resultados não nos interessam em si mesmos. O que importa são as perspectivas de discussão sistemática do assunto que eles nos abrem. Tentaremos aproveitar, neste capítulo, algumas dessas perspectivas, tendo em vista esclarecer um grupo de questões bem definidas e que nos parecem fundamentais para o refinamento científico daquele método de interpretação sociológica.

1) A Delimitação Positiva do Conceito de Função Social

Nossa exposição histórica põe em evidência que, desde sua origem, o termo "função social" é logicamente equívoco. Ele recebeu, na sociologia, quase tantas definições, quantos foram

os contextos de pensamento aos quais foi incorporado. Atendidos ao essencial, poderíamos constituir o seguinte esquema de caracterização das diversas definições de função social apresentadas analiticamente acima:

1 — <i>Concepção Teleológica</i>	A função é entendida, logicamente, como sinônimo de "fim", sendo este postulado como algo inerente ao modo pelo qual as necessidades humanas são satisfeitas, através da organização cultural das atividades sociais.
2 — <i>Concepção Mecanicista</i>	A função é entendida, logicamente, como uma relação de correspondência entre um fato social e seus efeitos socialmente úteis, mas os elementos dessa relação sempre seriam determinados, nunca determinantes.
3 — <i>Concepção Positiva</i>	A função é entendida, logicamente, como uma relação de interdependência entre uma atividade parcial e uma atividade total ou entre um componente estrutural e a continuidade da estrutura, em suas partes ou como um todo, representando-se os elementos dessa relação, de modos diversos e em graus variáveis, quer como determinados, quer com determinantes.

Tais variações, na delimitação lógica do conceito, são devidas aos aspectos da realidade social descritos em cada contexto de pensamento como "função social". Pois, examinando-se bem, verifica-se que as mudanças de conceituação resultam do contínuo aprofundamento da análise sociológica. Começou-se por definir a função social através dos caracteres exteriores do fenômeno, aqueles que, exatamente, menos lembrariam as similitudes que se pretendiam estabelecer entre o *organismo* e a *sociedade*. Assim, interpretava-se a vida social na sua superfície, aproximadamente dentro do nível de consciência social dos agentes das ações, que se procurasse interpretar. De acordo com semelhante maneira de ver as coisas, poder-se-ia, por exemplo, definir funcionalmente a guerra na sociedade tupinambá como uma modalidade de vingança, já que este parecia ser o "objetivo" da guerra, de acordo com as representações de seus agentes humanos.

Em outras palavras, as explicações das ações fornecidas pelos sujeitos, e preferivelmente as expressas em objetivações culturais, eram aceitas como sociologicamente válidas. Numa

época em que a sociologia contava com poucos instrumentos de análise e de interpretação dos fenômenos sociais, semelhante procedimento favorecia deveras o progresso do conhecimento empírico-indutivo, seja pela utilização de obras de autores leigos, seja pela ampla exploração que possibilitava do método comparativo. Aliás, a comparação de instituições servia, ao mesmo tempo, para evidenciar a função que elas desempenhavam e a forma de integração delas ao contexto social (148).

Não é propriamente esse tipo de explicação que entrou em crise em nossos dias. O conhecimento dos móveis das ações e dos objetivos das instituições, que caem na esfera de consciência social, apresenta, hoje, o mesmo interesse científico que no passado. Embora ele seja obtido, de preferência, por métodos de investigação mais exatos (por meio da indução analítica e não da comparação), são múltiplos os problemas da sociologia moderna que incentivam a sua pesquisa sistemática (149). O que se procura evitar, modernamente, é o conhecimento unilateral a que se chegava, mediante o antigo conceito de função social.

A concepção teleológica deu demasiada importância, naturalmente, ao teor pragmático do comportamento humano. A própria preocupação de análise da realidade em termos de função se associa, nessa concepção, à idéia de que seria impossível conhecer, de fato, a estrutura social sem que se determinassem as necessidades satisfeitas por ela originariamente, em sua formação, e posteriormente, durante sua evolução (150). Essa orientação se manteve intacta na concepção mecanicista de função social, para a qual nada na vida social deixaria de possuir um sentido "útil" ou "necessário" ao funcionamento normal da sociedade. Mas, na transição da concepção teleológica para a concepção mecanicista de função social, operou-se uma mudança radical de perspectiva: as suposições a respeito das imposições e dos reflexos da natureza humana sobre a vida em sociedade cedem lugar à afirmação inversa, de que a natureza humana constituiria o produto, extremamente va-

(148) Cf., a esse respeito, a análise da família, das instituições religiosas e dos cerimoniais em H. Spencer (cf. *op. cit.*, vols. 2, 3 e 4) *passim*.

(149) O desenvolvimento da sociologia aplicada, por exemplo, tende a aumentar o interesse pelo conhecimento dos móveis das ações e dos objetivos das instituições, que caem na esfera de consciência social, por causa de sua utilidade na caracterização dos problemas sociais e na descoberta das soluções selecionadas espontaneamente, através das correntes e dos movimentos sociais. Doutra lado é evidente o seu interesse teórico, na pesquisa de funções manifestas (cf. adiante).

(150) Cf. H. Spencer, *op. cit.*, vol. 4, p. 1, § 583.

riável, das condições de existência social⁽¹⁵¹⁾. Surgiu, assim, uma noção muito mais objetiva de *necessidade social* (do ponto de vista sociológico, é claro), a qual serve de fundamento à nova definição de função social. Por isso, a insistência no teor pragmático do comportamento humano pôde persistir sem que fosse preciso apelar para ficções teleológicas, revestidas ou não de aparência científica⁽¹⁵²⁾.

O novo método de determinar objetivamente as necessidades satisfeitas pelas ações, instituições ou estruturas sociais, de modo a lidar com correspondências estabelecidas rigorosamente entre o fato considerado e os seus efeitos socialmente úteis, contribuiu decisivamente para alargar o campo da investigação sociológica dos *motivos sociais inconscientes do comportamento humano*. Nota-se, mesmo, que um sociólogo como Durkheim chegou a subestimar a importância dos motivos ou impulsões que afloram na superfície da vida social, dedicando-se, antes, à pesquisa dos fatores ocultos e ignorados pelos sujeitos das ações sociais. Assim, se voltássemos ao nosso exemplo da guerra na sociedade tupinambá, partiríamos da constatação de que a noção de vingança seria incompleta para defini-la funcionalmente. O que importa pôr em evidência são as necessidades realmente satisfeitas pelas ações humanas — e não o que os agentes acreditam ou afirmam ter em vista. Nesse caso, a guerra tupinambá teria que ser definida pelo benefício que a coletividade, como um todo, colheria por seu intermédio: a preservação do equilíbrio do sistema tribal de relações sociais e do tipo de solidariedade correspondente.

É evidente que a concepção mecanicista de função traduz um horizonte intelectual mais rico de preocupações e surge como um instrumento de trabalho imprescindível, no momento em que a investigação sociológica envereda pelo caminho das pesquisas empírico-indutivas, com tendências monográficas. Todavia, para ela, a função de um fenômeno social não passava

(151) Cf., especialmente, E. Durkheim, *Les Règles de la Méthode Sociologique*, p. 97 e seguintes; edição brasileira, p. 263 e seguintes.

(152) Durkheim empreendeu uma crítica vigorosa do finalismo na explicação sociológica (cf. referência anterior). No entanto, por isso, foi severamente criticado, por sua vez, dos comentadores mais antigos, como R. Lacombe, *La Méthode Sociologique de Durkheim. Etude Critique* (Félix Alcan, Paris, 1926), p. 94 e seguintes, aos mais recentes e confusos, como J. Monnerot, *Les Faits Sociaux Ne Son Pas des Choses* (Gallimard, Paris, 1946), p. 61 e seguintes. Segundo pensamos, semelhantes críticas a Durkheim não se justificam positivamente, pois nascem de inspirações alheias à explicação sociológica propriamente dita.

de mera expressão de um jôgo de forças sociais, reduzindo-se a isso sua vinculação com a dinâmica da vida em sociedade. As causas responsáveis pela conservação ou pela alteração das funções sociais seriam inerentes aos processos sociais, mas alheias às determinações de caráter estritamente funcional. Aqui se encontrava uma limitação, relativamente grave, contra a qual se orientou a moderna investigação sociológica, à medida que procura compreender os diversos aspectos da dinâmica das sociedades em termos funcionais. Enquanto os especialistas lidaram com êsse conceito de função social, procurando interpretar o conteúdo pragmático das ações sociais, considerando situações em que aquêle conteúdo se evidenciava nitidamente (por exemplo, a função social da pena como meio de defesa da integridade do grupo e da intangibilidade do Nós coletivo); ou dependências estruturais de fácil reconhecimento sociológico (por exemplo, as relações entre a divisão do trabalho social e a solidariedade social); ou, ainda, os pré-requisitos funcionais do equilíbrio social (como êles podiam ser representados, por exemplo, através da distinção entre o "normal" e o "patológico"), seus efeitos restritivos na observação e na interpretação da realidade não se fizeram sentir devidamente. Mas, assim que a investigação sociológica passou a apanhar êsses problemas em um nível mais complexo de interpretação ou teve que enfrentar problemas ainda mais complicados (grau de interferência das conexões funcionais na dinâmica social, pré-requisitos funcionais da estabilidade e da mudança sociais, possibilidade de descobrir vinculações causais através de conexões funcionais), logo se evidenciou a necessidade de operar com uma noção mais complexa de função social.

Na concepção positiva de função social se mantiveram a preocupação pelo teor pragmático do comportamento humano e a tendência a pesquisar a natureza das necessidades sociais, satisfeitas ocultamente pelas ações, instituições ou estruturas sociais. Todavia, operou-se uma nítida transformação na maneira de focalizar os problemas a serem interpretados. Talvez por causa do caráter monográfico das investigações, a peculiaridade do novo método de determinar funções sociais consiste em não abstrair os fenômenos sociais investigados de seu contexto social imediato e de procurar pôr em evidência tôdas as conexões funcionais, reconhecíveis por meios interpretativos, independentemente de sua importância relativa como *condição determinante* ou como *efeito*. Êsse procedimento permitiu um

apreciável refinamento da análise sociológica dos fenômenos sociais em termos de função, abrindo novas perspectivas à interpretação dos mais complicados problemas de dinâmica social.

Voltando ao nosso exemplo sobre a guerra na sociedade tupinambá: sua função social poderia ser descrita, em termos gerais, segundo a antiga fraseologia sociológica — preservação do equilíbrio do sistema tribal de relações sociais e do tipo de solidariedade correspondente. Mas essa definição se enquadraria em outro contexto de pensamento, pois estaria claramente referida às conexões funcionais associadas com os motivos da guerra, que caíam na esfera de consciência social dos agentes (*a vingança*) e com os seus efeitos sociais (garantia das condições de normalidade da vida social e rotinização do carisma), e às conexões funcionais vinculadas com os motivos inconscientes da guerra (restauração da “integridade” do Nós coletivo) e com os seus efeitos sociais (equilíbrio na esfera de ajustamentos com o sagrado; equilíbrio no sistema de relações reais e sociais, graças à neutralização das fontes mágicas de interdições sociais; autonomia mágica, nas relações com os grupos hostis; e defesa indireta de posições ecológicas). Como se vê, as conexões funcionais, que eram descritas apenas parcialmente nas concepções teleológica e mecanicista, são descritas sinteticamente na concepção positiva de função social. Por meio desta, é possível chegar-se, portanto, à determinação completa da função dos fenômenos sociais, o que tem enorme importância para o estabelecimento da rede total de ramificações e de influências de uma ação, relação ou instituição sociais, como muito bem o demonstrou Malinowski.

É provável que esta breve digressão sobre as aplicações do conceito de função social na sociologia pareça dispensável, em consequência da discussão contida no capítulo precedente. Empreendemo-la, não obstante, porque achamos aconselhável insistir nas razões que poderiam explicar como o sentido de um mesmo vocábulo pode variar no seio de uma mesma disciplina, com o correr do tempo e o aperfeiçoamento dos meios de investigação. Nem sempre as pessoas que pretendem discutir, logicamente, os termos científicos se dão conta desse fato e cometem, por isso, confusões lamentáveis. Doutro lado, é óbvio que em ciências jovens, como a sociologia, os conceitos

heurísticos são redefinidos constantemente, sem que isso seja notado com frequência pelos próprios especialistas. Diversas discussões sobre os sentidos sociológicos do termo função-social sugerem que os autores ainda não prestaram a devida atenção ao que procuramos pôr em relêvo, isto é, que o amadurecimento da sociologia se refletiu, de maneira nítida, na formulação dos problemas a serem interpretados funcionalmente e, por conseguinte, na própria delimitação do conceito sociológico de função social.

A nossa digressão dá margem a uma conclusão, que reputamos de suma importância: as duas conotações básicas do conceito de função social, a “pragmática” e a “lógica”, apontadas acima⁽¹⁵³⁾, só se opõem, fundamentalmente, uma à outra, quando são consideradas separadamente, sem nenhuma referência ao processo intelectual através do qual ambas se formaram. Encarando-se o problema deste ângulo, verifica-se que as duas conotações comportam outra distinção e que elas não estão uma para a outra como dois sentidos exclusivos de um vocábulo, pois se vinculam logicamente, entre si, como níveis diversos de consideração do mesmo fenômeno. A conotação designada como “pragmática” tanto pode ser utilizada para referir *aquilo a que se destinam as ações, instituições ou estruturas sociais*, do ponto de vista das necessidades humanas, que são universalmente satisfeitas por elas (sentido em que o conteúdo pragmático do comportamento social é concebido, estritamente, em termos de “fins”); quanto para designar *relações particulares*, isto é, que se determinam de acordo com o contexto sócio-cultural investigado, *entre ações, instituições ou estruturas sociais e seus efeitos socialmente úteis* (sentido em que o conteúdo pragmático do comportamento social é concebido em termos das conexões que existem entre a *utilidade* de um “fato social” e o *estado ou forma de integração social* da sociedade em que ele ocorre). Doutro lado, é claro que as três noções de função social descrevem o mesmo fenômeno; apenas elas permitem operar em níveis diferentes de análise lógica. É verdade que se tornou freqüente, na sociologia, a preocupação de estabelecer distinções entre o que se poderia entender por “fim”, por “utilidade” e por “função”

(153) Cf. acima, p. 232 (onde se encontram as necessárias referências bibliográficas). Chamamos a atenção do leitor para o fato de distinguirmos, aqui, duas noções diversas do conceito, ambas referentes à sua conotação “pragmática” (uma que corresponde à concepção teleológica de função social e outra que corresponde à concepção mecanicista).

dos fenômenos sociais (154). Mas tais distinções são inócuas, já que não tomam por objeto o que é essencial na discussão do problema. Se possuem algum fundamento, êle diz respeito à possibilidade de saber-se, com clareza, como empregam os autores uma noção que se presta a explorações tão diversas. Segundo pensamos, o que se impõe, no momento, é a pesquisa das ligações que existem entre as noções subentendidas nas duas conotações básicas do conceito de função social e a formulação de uma definição de caráter inclusivo, que permita, não obstante, uma ampla utilização dêsse termo.

Os exemplos escolhidos para ilustrar as três noções de função social, podem contribuir para demonstrar como elas se ligam entre si. Em primeiro lugar, as três definições da guerra na sociedade tupinambá, que aquelas noções possibilitam, apresentam um caráter em comum. A guerra tupinambá é explicada, através de qualquer uma delas, por meio de motivos ou conseqüências que tinham (quer fôssem atribuídos às atividades guerreiras pelos agentes, quer fôssem por êles ignorados), uma natureza social, não servindo senão para tornar evidente os objetivos e os efeitos do comportamento guerreiro, que afetavam a sociedade tupinambá como um todo ou que possuíam um caráter suprapessoal e coletivo. Em segundo lugar, tôdas as três noções obedecem, ainda que de formas diversas, ao mesmo critério explicativo: a guerra é interpretada objetivamente, graças: 1) à identificação de impulsões sociais, que podiam compelir os tupinambá, individual e coletivamente, a se envolverem ou a desejarem, em determinadas circunstâncias, a luta a mão armada e suas conseqüências; 2) à seleção de fatores que, no sistema sócio-cultural tupinambá, poderiam provocar a atualização das referidas impulsões sociais. Em terceiro lugar, a flutuação no reconhecimento do conteúdo pragmático do comportamento guerreiro se subordina, diretamente, ao nível de consideração intelectual do fenômeno. Em outras palavras, êsse caráter não está ausente em nenhuma das interpretações. Apenas, é retido de uma forma peculiar em

(154) Além das obras dos autores citados no capítulo anterior, cf., por exemplo: L. von Wiese e H. Becker, *Systematic Sociology on the Basis of Beziehungstheorie und Gebildetheorie* (John Wiley & Sons e London, Chapman & Hall, Nova York, 1932), p. 112; G. Gurvitch, *Essais de Sociologie* (Libr. du Recueil Sirey, Paris, 1938), p. 57 e seguintes. A mesma dificuldade se coloca na etnologia com referência ao emprego de conceitos como "forma", "significado", "uso" e "função" (cf., especialmente, R. Linton, *O Homem: Uma Introdução à Antropologia*, tradução de Lavínia Vilela (Liv. Martins Editora, São Paulo, 1934), cap. XXIII.

cada uma delas, como se viu acima. Nas duas noções da conotação pragmática, o conceito tanto pode confundir-se com a noção alternativa de "fim", quanto com a de "utilidade"; já na terceira noção, que corresponde à conotação lógica do conceito, o conteúdo pragmático somente serve como ponto de referência para o estabelecimento de conexões funcionais capazes de suportar uma análise mais abstrata das correlações da guerra com outros fenômenos sociais. Em quarto lugar, como cada noção corresponde a um nível de consideração intelectual do fenômeno, os graus de equivalência entre a explicação cultural das atividades guerreiras fornecidas pelos próprios tupinambá e a explicação sociológica das mesmas variam de uma à outra, da maior correspondência à menor incongruência possíveis. Assim, a primeira noção da conotação pragmática do conceito permite focalizar as atividades guerreiras dos tupinambá aproximadamente nos termos de suas explicações e racionalizações. A análise sociológica jamais poderia ser objetiva, se não fôsse capaz de reter, plenamente, êsse elemento da conduta humana. Os sujeitos interessam à investigação como sujeitos concretos, sendo, portanto, preciso partir das explicações que êles próprios dão da sua conduta, por meio de objetivações culturais as mais diversas, mas igualmente apropriadas a êsse fim. Todavia, a segunda noção da conotação pragmática do conceito oferece uma elaboração ainda mais importante. A sociologia se confundiria com as diferentes cosmogonias sociais ou com o folclore, pròpriamente dito, se não tivesse recursos para descobrir os móveis e os efeitos sociais mais profundos das ações humanas. Talvez essa elaboração tenha nascido de representações pessimistas da natureza humana; contudo, a verdade é que os móveis sociais abertos do comportamento são sempre os que apresentam as ações sob o prisma mais louvável e dignificante para os sujeitos. Portanto, é possível que a explicação sociológica comece, realmente, a partir do momento em que se procure descobrir, atrás das explicações e racionalizações culturais fornecidas pelos sujeitos, os interesses mais profundos e ocultos de pessoas, de grupos e camadas sociais, e da própria sociedade. Da idéia do caráter generoso das atividades guerreiras dos tupinambá (implicada pela noção de vingança dos antepassados e dos parentes mortos pelos inimigos), passáramos então aos motivos que tornavam a guerra tribal uma necessidade, mas uma necessidade dos vivos e das coletividades

que êles constituíam. Existe, pois, entre as explicações proporcionadas pelas duas noções de função social, uma relativa oposição, embora ambas insistam, particularmente, no teor pragmático do comportamento.

A garantia de uma explicação sociológica completa, em termos de função, só poderia ser encontrada através da neutralização dos modos de reter o conteúdo pragmático do comportamento, seguidos em cada uma das noções. Pondo-se em confronto as duas interpretações funcionais, que insistem no conteúdo pragmático do comportamento, é possível determinar em que sentido elas se ajustam mutuamente e descobrir novas conexões funcionais, que não se evidenciariam de outra maneira. Os motivos abertos e ocultos da guerra tupinambá não se opunham naturalmente. O que se opõe são as nossas elaborações sobre a validade explicativa da concepção cultural dos próprios tupinambá a respeito dos objetivos e efeitos da guerra. Desde que possamos manipular essas elaborações de maneira a eliminar a fonte das oposições, chegamos a obter um conhecimento mais objetivo e completo da guerra tupinambá, no qual entram tanto os elementos procedentes das explicações fornecidas pelos próprios agentes e as elaborações sociológicas a que elas dão margem, quanto as explicações diretamente voltadas para aquilo que os tupinambá ignoravam, e *precisavam ignorar, para poderem agir como agiam em face dos inimigos*. É interessante notar que êsse conhecimento, sem conseguir eliminá-la, reduz consideravelmente a incongruência existente entre as explicações fornecidas pelos próprios agentes e as explicações que incidem nos elementos inconscientes do comportamento. Nossa experiência demonstrou-nos que estas explicações lançam alguma luz sobre as explicações fornecidas pelos próprios agentes, contribuindo para alargar a esfera de compreensão sociológica das mesmas e, em particular, para uma localização mais adequada delas em seu contexto anímico-social.

Conclui-se, pois, que as três noções de função social se ligam entre si, quer por caracteres que possuem em comum, quer por causa de responderem, de modos diversos, a questões essenciais para a explicação do mesmo fenômeno, quer ainda porque elas se pressupõem e se completam. Seria impossível chegar a uma explicação global dos motivos ocultos e profundos das ações guerreiras dos tupinambá, sem antes conhecer cabalmente as razões e as racionalizações fornecidas pelos sujeitos

daquelas ações. Em regra, são as segundas que fornecem as pistas sociológicas para a investigação dos primeiros. Doutr lado, o conhecimento prévio dos dois tipos de explicação funcional é que lança os fundamentos teóricos da explicação mais abstrata e sintética, obtida mediante a exploração do conceito de função social em sua conotação lógica. Como o especialista necessita, então, operar com relações já estabelecidas precisamente, para descobrir e explicar conexões funcionais apenas sugeridas ou supeitadas no nível das outras duas interpretações, é claro que o sucesso dessas elaborações passará a depender dos resultados conseguidos anteriormente, na investigação dos efeitos socialmente úteis, produzido pelos fatos considerados. Além disso, cabe acrescentar que as relações ou correlações apontadas pelo investigador, não são criações suas, no sentido exato da palavra, mas meras representações de conexões existentes na realidade. Não se poderia afirmar, portanto, que a conotação lógica do termo função social trate de relações de interdependência, sem nenhuma consideração dos efeitos socialmente úteis das ações, instituições e estruturas sociais. As relações da guerra com o sacrifício humano e, através dêste, com a religião e a magia, com a preservação do equilíbrio social, com o sistema de parentesco, com a hierarquia social, etc., seriam irreconhecíveis na sociedade tupinambá se se pretendesse estabelecê-las sem tomar em conta os efeitos socialmente úteis da guerra, tanto no plano das adaptações ao meio natural circundante, quanto no dos ajustamentos ao meio propriamente humano e no das acomodações ao sobrenatural. A diferença entre as conotações de função social, a pragmática e a lógica, consiste, pois, em que, na manipulação das duas noções concernentes à primeira conotação, não interessam senão os efeitos socialmente úteis das ações, instituições e estruturas sociais, com as inferências sociológicas que êles permitem estabelecer de modo imediato. Enquanto que, na manipulação da segunda conotação, o que interessa é a determinação da rede total de conexões e vinculações que articulam os fenômenos considerados a seus contextos sociais globais.

Por fim, parece evidente que a formação das duas noções mais complexas (a segunda noção pragmática e a conotação lógica do conceito de função social) não se refletiu nas condições de aplicação heurística do vocábulo na sociologia, de modo a eliminar a exploração da primeira noção pragmática do

têrmo. Igualmente, o uso da conotação lógica do conceito não excluiu a aplicação sociológica das duas noções associadas à sua conotação pragmática. Isso porque cada formulação do conceito permite focalizar problemas diferentes e porque, reciprocamente, a consideração desses problemas continua a depender da manipulação das noções originais do conceito, por cujo intermédio foram sendo expostos à análise sociológica.

De qualquer maneira, é inegável que seria conveniente evitar as confusões que podem resultar da terminologia usada, precariamente, na discussão acima. Em trabalho anterior, demos uma solução ao problema⁽¹⁵⁵⁾, que nos parece satisfatória: designamos a primeira noção, concernente à conotação pragmática do conceito, com a expressão *função manifesta*; e a segunda noção, relativa à mesma conotação, com a expressão *função latente*⁽¹⁵⁶⁾. Para conseguir determinar a conotação lógica do conceito, recorreremos ainda a uma terceira noção, a de *função derivada*. É que ambas as noções (a de função manifesta e a de função latente), somente retêm os efeitos somente úteis das ações, instituições e estruturas sociais e suas conseqüências imediatas. Acontece que, se essas determinações são suficientes para o reconhecimento da função manifesta e da função latente, não fornecem todos os conhecimentos indispensáveis para a descrição da totalidade de relações e conexões funcionais, que precisam ser consideradas através da manipulação do conceito de função social em sua conotação lógica. Assim, os efeitos da guerra repercutiam de várias maneiras nas condições de existência dos tupinambá, diretamente afetadas pelas atividades guerreiras. Essas repercussões engendraram diversas ramificações, por cujo intermédio as atividades guerreiras e os benefícios ou os resultados da guerra acabavam influenciando toda a vida social daqueles aborígenes. Segundo a linguagem corrente, poder-se-ia designar essas repercussões e influências ativas da guerra com a expressão *efeitos de efeitos*. Contudo, tendo em vista a natureza funcional dessas conexões em cadeia, preferimos designar esse fenômeno com a expressão *função derivada*. Quanto à conotação lógica do conceito, achamos dispensável recorrer a

(155) Cf. F. Fernandes, *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, p. 323 e seguintes (especialmente o quadro sinótico, p. 333), ou "La Guerre et le Sacrifice Humain chez les Tupinambá", p. 196 e seguintes (quadro sinótico em apêndice).

(156) Os conceitos foram aproveitados segundo o contraste formulado por Merton (cf. acima), não nos tendo interessado as elaborações sofridas anteriormente por semelhante distinção.

qualquer qualificação especial. Parece-nos, de fato, que é suficiente restringir a significação dos sentidos do conceito de função social, que encontram uma aplicação particular bem determinada. Se o objeto da investigação não impuser nenhuma limitação, o especialista terá que lidar, naturalmente, com a conotação mais geral e inclusiva do vocábulo, aquela que caracteriza e que torna possível a própria explicação funcionalista dos fenômenos sociais.

Vê-se que não seria uma tarefa fácil formular, no estado atual das explicações funcionalistas na sociologia, uma definição clara e precisa de função social, que preenchesse, além disso, os requisitos que apontamos acima. Além das aplicações mencionadas neste trabalho, o têrmo função social tem sofrido uma utilização muito variada na sociologia⁽¹⁵⁷⁾ e seria vão pretender, agora, restringir o seu emprêgo aos sentidos que possuem um caráter heurístico, na descrição ou na interpretação sociológica dos fenômenos sociais. Como somente êstes sentidos nos poderiam interessar nos limites do presente ensaio, arrolamos a seguir as definições que preferimos utilizar, as quais poderão ser facilmente confrontadas com outras definições já expostas no capítulo anterior:

A) Função manifesta:

— é a parte tomada pelas conseqüências das ações e das atividades de pessoas, instituições, grupos e camadas sociais na efetivação de adaptações, ajustamentos e contrôles sociais de que parecem depender as condições normais ou desejadas de existência, e que são realizadas, de modo mais ou menos consciente, por causa disso.

B) Função latente:

— é a parte tomada pelas conseqüências das ações e das atividades de pessoas, instituições, grupos e camadas sociais na atualização de processos sociais que contribuem para determinar as condições de estabilidade e de mudança da sociedade, considerada em suas unidades ou como um todo.

C) Função derivada:

— é a parte tomada pelos efeitos de uma função (nos sentidos A e B) na atualização de condições e de processos sociais que intervêm, de

(157) Cf. especialmente R. K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, op. cit., pp. 22-27. Dispensamo-nos, naturalmente, de enumerar os referidos sentidos.

modo direto ou indireto mas contínuo, na preservação ou na alteração do equilíbrio da sociedade considerada em seus componentes nucleares ou como um todo.

D) Função social:

— é a conexão que se estabelece quando unidades do sistema social concorrem, com sua atividade, para manter ou alterar as adaptações, os ajustamentos e os controles sociais de que dependam a integração e a continuidade do sistema social, em seus componentes nucleares ou como um todo. Por unidade do sistema social deve-se entender todo e qualquer elemento (ação, relação, posição, personalidade, grupo, instituição, camada, etc.), que possa fazer parte de conjuntos interdependentes de fenômenos sociais e desempenhar dentro deles, independentemente de sua própria constituição ou complexidade, uma influência característica.

As definições apresentadas permitem uma ampla utilização analítica do termo função social, pois os sentidos A, B e C se aplicam a todos os fenômenos que poderiam cair sob o campo de interpretação funcionalista na sociologia, desde as determinações de caráter anímico-cultural, até os fatos de estrutura, de organização e de mudança sociais. Doutra parte, a definição de função social é bastante inclusiva para compreender as demais acepções heurísticas do termo e para conter as diversas elaborações de natureza lógica, a que ele pode ser submetido sociologicamente. O principal mérito que ela apresenta, no entanto, consiste na denotação das conexões funcionais dinâmicas de caráter instável. Como vimos, no capítulo precedente, esse é um problema que aguarda solução na teoria funcionalista. Ora, a definição de função social que sugerimos, procura responder a esse problema, incluindo na delimitação positiva do conceito tanto os aspectos da continuidade social que dependem da estabilidade social, quanto os que assumem a forma de mudança social.

2) Aplicações da Interpretação Funcionalista na Sociologia

A análise histórica do desenvolvimento do funcionalismo na sociologia e a discussão do conceito de *função social* nos mostram como se definiram, progressivamente, os problemas sociológicos que podem ser tratados funcionalmente. Cabe-nos examinar, agora, a natureza mesma desses problemas e os

limites do conhecimento fornecido pela análise funcionalista dos fenômenos sociais. Contudo, julgamos conveniente frisar que nos restringimos, deliberadamente, às questões essenciais, de cujo exame possam resultar conseqüências dignas de ponderação.

A tendência dominante na sociologia consiste em definir os problemas sociológicos de função como se estes se confundissem com os problemas de funcionamento da estrutura social. Na verdade, considerar os fenômenos investigados como parte ou em conexão com a estrutura social é uma das características mais salientes do ponto de vista sociológico. Doutra parte, somente por ficção se pode falar em estática social, pois todo fenômeno social se apresenta à observação como fenômeno de ação, de relação ou de atividade. Em conseqüência, a possibilidade de abstrair forma, conteúdo e funcionamento no estudo sociológico da estrutura social é quase nula em um grande número de problemas sociológicos, ainda que ela exista com referência a alguns casos especiais, que não nos compete indicar no momento. Daí a ambigüidade inerente a esse modo de formulação dos problemas suscetíveis de tratamento funcionalista. O mesmo caráter se aplicaria, com idêntica propriedade, a outros métodos de interpretação empregados correntemente pelos sociólogos.

Pensamos, porém, que a precisão exige uma formulação mais positiva desses problemas. O que importa não é a espécie dos fenômenos tomados como objeto da análise (padrões de comportamento e valores sociais, ação social, relação social, personalidade, grupo social, instituição, estrutura social ou processo social), nem a natureza ou a amplitude do conjunto escolhido como unidade de referência na investigação⁽¹⁵⁸⁾. Mas, as possibilidades lógicas de consideração dos problemas sociológicos, abertas pelo método de interpretação funcionalista. Encarando-se a questão deste prisma, constata-se que *nem todos os problemas sociológicos podem ser manipulados através desse método de interpretação, embora todos os fenômenos sociais caiam, legitimamente, em seu campo de aplicação, isto é, podem ser analisados em termos de função.*

(158) Em nossa definição de função social não sugerimos nenhuma restrição à manipulação sociológica das unidades a serem consideradas, exatamente para permitir maior elasticidade na análise das conexões funcionais (as unidades de referência poderão ser tanto conjuntos de elementos interdependentes, quanto a sociedade como um todo).

Outras duas tendências procuram definir os problemas sociológicos de função, seja por meio da idéia de "todo" ou de "totalidade", seja através do postulado de que a interpretação funcionalista se adequaria, logicamente, aos fenômenos sociais sincrônicos. Entretanto, a noção de *todo* ou de *totalidade* convém a outros métodos de interpretação, além do funcionalista. E, com frequência, acontece haver pouco interesse na determinação de tôdas as conexões existentes entre um fenômeno dado e o conjunto global ou total de que êle faz parte. Assim, na investigação das relações entre a guerra e o sacrifício humano na sociedade tupinambá não interessam tôdas as relações dêste com aquela, mas as relações que permitam explicar, funcionalmente, como as obrigações associadas ao sacrifício humano compeliem os indivíduos, as parentelas e as unidades tribais solidárias à organização das expedições guerreiras, ao choque à mão armada e ao esfacelamento ritual dos crâneos dos inimigos aprisionados. De maneira geral, poderíamos dizer que a importância de cada método de interpretação sociológica, de inspiração holística, está relacionada com sua eficiência na seleção das conexões, dotadas de valor explicativo, dos elementos com os conjuntos interdependentes ou com os todos em que se integram. Isso significa que a ênfase na definição do "todo" e, em particular, na escolha das conexões a serem examinadas varia de um método de interpretação a outro; não é a idéia de "todo", que impõe os procedimentos seguidos em cada método, mas a natureza dêstes que condiciona o sentido em que ela deverá ser elaborada e as conseqüências interpretativas que dela poderão advir. Por sua vez, se "o jôgo total de causa e efeito sincrônicos" (Bateson) apresenta um interesse especial na análise funcionalista, existem problemas sociológicos de natureza bem diversa, que também comportam o recurso sistemático a êsse tipo de análise. Como veremos adiante, certos fenômenos diacrônicos podem encontrar uma explicação adequada com base em conexões funcionais. De resto, os argumentos despendidos no parágrafo precedente se ajustam igualmente a estas duas tendências.

De acôrdo com as definições sugeridas acima, a extensão da análise funcionalista se acha limitada pelos tipos de problemas sociológicos que podem ser entendidos funcionalmente. São os problemas que dizem respeito ao fluxo atual da vida social, às condições e processos sociais subjacentes à manifestação ou ao exercício de qualquer atividade social, desde a

ocupação do meio físico e o adestramento do organismo para a existência social até a convivência interindividual e a continuidade existencial das coletividades como um todo. Daí as limitações lógicas da análise funcionalista. A mais importante é a que se reflete na elaboração do fator *tempo*. Quer se trate de uma investigação de reconstrução histórica⁽¹⁵⁹⁾, quer de uma investigação de campo, a análise funcionalista exige uma delimitação temporal precisa e restrita do objeto. A descoberta da variedade, natureza e importância relativa das conexões funcionais depende, diretamente, da observância dessa regra simples, que permite ajustar a inteligência do investigador ao que êle deve observar, interpretar e explicar: como as unidades parciais e discretas da sociedade se integram em unidades mais complexas, autônomas ou heterônomas, como estas se combinam entre si, ao concorrer conjuntamente, com sua atividade, para a satisfação de necessidades que ou são criadas pela elaboração sócio-cultural das necessidades humanas fundamentais ou nascem de determinações que encontram sua fonte imediata em necessidades inerentes à constituição e à continuidade existencial da própria sociedade. Se apelássemos para a linguagem das ciências naturais, diríamos que a análise funcionalista trata, estritamente, do *período de função* das sociedades; ela toma sociedades já constituídas como objeto de investigação e as estuda de modo a reter como se processa atualmente (ou seja, no lapso de tempo considerado), o exercício das atividades vitais para a existência das coletividades humanas⁽¹⁶⁰⁾. Embora o tempo seja nela uma variável, é imprescindível manipulá-lo tendo em vista o valor interpretativo das conexões funcionais. Em sociedades nas quais o ritmo de mudança é lento, poucos são os inconvenientes da escolha de um período de tempo mais ou menos longo. Mas, em sociedades cuja organização se transforma com alguma intensidade, as conexões funcionais, que contribuem para explicar certos

(159) Já discutimos, em trabalho anterior, a legitimidade, negada por alguns, de aplicar o método de interpretação funcionalista em pesquisas de reconstrução histórica (cf. "A Análise Funcionalista da Guerra na Sociedade Tupinambá: Possibilidade de Aplicação à Sociedade Tupinambá", *passim*). Tudo depende, naturalmente, da existência de documentação suficientemente sólida e variada a ponto de permitir uma análise consistente dos fenômenos sociais investigados em termos de função. O pesquisador é levado, por sua vez, a isolar, no passado, o período de tempo a ser considerado.

(160) J. von Uexkûl, por exemplo, contrasta nesse sentido, os períodos de formação e de função e os planos de formação e de função (cf. *A Bio'ogia* (Athena Editora, São Paulo, s. d., pp. 53-54). Na sociologia, Radcliffe-Brown tem insistido, vigorosamente, na significação paralela dos processos que operam no organismo e na sociedade, produzindo a continuidade e a sobrevivência de ambos, sem pretender, com isso, identificar as duas espécies de processos.

fenômenos em uma dada constelação social, podem ser insuficientes ou até irrelevantes para explicar os mesmos fenômenos nas constelações sociais subseqüentes. O leitor encontrará uma ilustração desse fato em nosso estudo do preconceito contra o negro e o mestiço na cidade de São Paulo: a explicação cabal do mesmo fenômeno exigiu a pesquisa das conexões funcionais válidas para cada fase do desenvolvimento estrutural da sociedade paulistana (161).

A pesquisa das conexões funcionais impõe toda uma série de limitações lógicas, imanentes ao tipo de relação entre o sujeito e objeto da análise. Primeiro, é óbvio que a possibilidade de considerar o objeto isoladamente, em si mesmo ou em sua essência, está naturalmente excluída. A descoberta das conexões funcionais depende da habilidade do sujeito em lidar com unidades de referência, escolhidas no contexto de integração imediata e mediata do fenômeno social estudado. Segundo, na análise funcionalista não se pode operar senão com fenômenos de movimento e de atividade. Só por uma ficção seria possível afirmar que esse tipo de análise serve como instrumento de investigação da *estática social*. Essa ficção se fundamenta na delimitação temporal, imposta pela pesquisa das conexões funcionais. Mas é preciso que isso sempre esteja presente, para evitar confusões mais ou menos graves. Terceiro, na pesquisa das conexões funcionais é impraticável a abstração que permite separar o objeto da análise das condições que o cercam, quaisquer que sejam, por sua natureza. O meio físico, os organismos em seus aspectos fisiológicos e biopsíquicos, os dinamismos da vida psíquica individual, os elementos materiais e morais da cultura precisam ser considerados como fatores, para que se possa evidenciar empiricamente: 1.º) como cada componente do sistema social corresponde às necessidades dos membros individuais da sociedade e às desta como um todo; 2.º) a teia real de vinculações e ramificações, que ligam operativamente os fenômenos sociais uns aos outros.

Por fim, as limitações da análise funcionalista também se refletem na interpretação do objeto pelo sujeito-investigador. Em primeiro lugar, pondo de lado as formulações teóricas que suportam a própria análise funcionalista, a pesquisa de conexões funcionais não comporta explicações válidas por si mes-

(161) Cf. R. Bastide e F. Fernandes, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (Editora Anhambi, São Paulo, 1955), cap. II, pp. 67-122.

mas (de fundamento axiomático) ou válidas universalmente (de caráter geral). São explicações que valem para conjuntos de fatos precisamente determinados; ou, noutras palavras, explicações cujo grau de generalização se circunscreve, estritamente, ao universo empírico-indutivo dentro do qual é definido o próprio objeto. Daí o recurso à comparação para descobrir o conjunto de situações da mesma espécie ou natureza, em sociedades do mesmo tipo ou não, a que convém determinada explicação, obtida através da pesquisa das conexões funcionais. Em segundo lugar, a perspectiva de interpretação aberta pela análise funcionalista dos problemas sociais, se confunde com o tipo de conhecimento proporcionado pela descoberta das conexões funcionais. Ela orienta a atenção do sujeito para a interpretação dos fenômenos sociais que podem ser legitimamente explicados através de implicações e de relações de coexistência ou de interdependência. Portanto, os fenômenos sociais cuja explicação depende da elaboração de relações de sucessão em séries encadeadas caem fora de sua perspectiva de interpretação.

Essas limitações, porém, não constituem uma fonte de invalidação intelectual do método de interpretação funcionalista. Elas apenas traduzem, negativamente, os limites dentro dos quais devem ser encaradas e exploradas suas possibilidades de tratamento positivo dos problemas sociológicos. Tomando-as em consideração, é possível separar, com o necessário rigor, os problemas da sociologia que podem ser interpretados em termos de função, daqueles que devem ser submetidos a outros métodos de interpretação. E, em especial, pode-se chegar a uma representação mais consistente da natureza mesma dos problemas sociológicos que caem, legitimamente, no campo da análise funcionalista. Bem ponderadas, tais limitações indicam que os problemas sociológicos suscetíveis de serem interpretados funcionalmente são problemas de dinâmica social. Isso não porque, como sustenta Parsons, a noção de função seja suficiente, por si mesma, para tornar "*dinâmicas*" as "*categorias estáticas*" empregadas pelos sociólogos. Mas porque a perspectiva lógica, aberta positivamente pelo método de interpretação funcionalista, concentra a atenção do sujeito em conexões e em determinações de caráter dinâmico. São as conexões e as determinações que revelam a *vida social em funcionamento*: sob os aspectos da dinâmica social designados por alguns especialistas com o nome de "*fisiologia social*",

os quais abrangem tanto a operação dos processos sociais recorrentes, quanto certas condições de alteração da ordem social.

Os problemas sociológicos aos quais se pode aplicar a análise funcionalista — o que ocorre quando se pretende conhecer sociologicamente os aspectos dinâmicos da vida social, que se evidenciam através de conexões funcionais — distinguem-se em dois grupos: de um lado, estão os problemas que dizem respeito à descrição e à explicação de dados de fato, como eles se mostram à observação do especialista. De outro, estão os problemas concernentes à descrição e à explicação de regularidades, estabelecidas indutivamente pelo especialista, com o propósito de chegar a um conhecimento mais profundo da realidade.

O objeto de nossa discussão nos dispensaria, naturalmente, de qualquer referência à primeira espécie de problemas. Pois já vimos de passagem que o método de interpretação funcionalista se aplica a todo fenômeno, que possa ser objeto da análise sociológica (ação social, relação social, instituição, personalidade, grupo social, etc.). Pareceu-nos, entretanto, que seria conveniente insistir sobre alguns desses problemas, quando menos para ressaltar o ângulo de que eles são encarados e interpretados funcionalmente.

Na descrição e interpretação dos fenômenos sociais, um dos principais problemas da análise funcionalista consiste em fixar o grau de elaboração funcional das realidades estudadas. Aqui se poderia falar, como fazem diversos autores⁽¹⁶²⁾, nos pré-requisitos funcionais da vida em sociedade. Sabemos, hoje, que a sociedade é possível porque atrás de cada uma das formas que ela pode assumir se encontra algum tipo de correspondência aos aspectos funcionais essenciais do comportamento humano, desde os que dizem respeito à socialização dos indivíduos e à motivação afetiva e social das personalidades, até a linguagem, a operação dos mecanismos por cujo intermédio se estabelece, se mantém ou se altera a ordem social e outras “condições mínimas” para a existência e a sobrevivência das *sociedades humanas*. Mas parece-nos que essa noção de pré-requisito funcional é mais importante para a discussão teórica dos problemas de desorganização social e das possibilidades reais da mudança provocada, do que para a fun-

(162) Cf. especialmente T. Parsons, *Social System*, *op. cit.*, pp. 26-36, onde também se encontram algumas referências bibliográficas sobre o assunto.

damentação teórica da explicação funcional das condições e fatores “mínimos” da vida em sociedade. De fato, aprofundando-se essa noção e as verdades que ela encerra, verifica-se que os conhecimentos positivos que nos oferecem são demasiado gerais para serem aceitos como logicamente relevantes. Como vimos, o que interessa, na interpretação das conexões e determinações funcionais, é o valor explicativo dos conhecimentos obtidos em face de situações concretas ou de fenômenos particulares precisamente definidos. E é mais ou menos óbvio que, sem a correspondência às exigências funcionais essenciais ou “mínimas” do comportamento humano, a vida em sociedade não seria possível. O que não nos parece óbvio, porém, e constitui um magno problema sociológico, é o grau de variação funcional que existe entre os diferentes tipos de sociedade.

Dentro dos limites da análise funcionalista, esse problema poderá ser resolvido (com referência a casos particulares ou a grupos de casos particulares bem estabelecidos), mediante o reconhecimento positivo do grau de elaboração funcional dos fenômenos investigados. Nas circunstâncias em que geralmente se procedem as investigações sociológicas de caráter empírico-indutivo, o pesquisador só se defronta com funções *realizadas*. O que preocupa Malinowski, por exemplo, na análise das cerimônias Kula, não são as potencialidades de desenvolvimento funcional daquela forma de troca, que poderiam ser aventadas interpretativamente através do raciocínio científico, mas as funções que ela acabou realizando de fato. Semelhante procedimento é correto, sem dúvida, e muitos chegam a ver nêle a única solução da interpretação funcionalista nas ciências sociais. Contudo, êle implica um inconveniente fundamental: confina o horizonte intelectual do pesquisador ao plano empírico da realidade descrita e interpretada. O especialista fica reduzido à contingência de aceitar as funções realizadas dos fenômenos sociais como um crence os dogmas de sua fé. Embora a investigação sociológica não tenha progredido quase nada nesse sentido, quer-nos parecer que o método de interpretação funcionalista contém recursos para inverter, favoravelmente, essa posição do sujeito. É que êle concentra a atenção do pesquisador em conexões e determinações que são significativas não só para evidenciar as funções realizadas, mas também para mostrar os mecanismos através dos quais elas são selecionadas em um conjunto de funções *eventuais*. Assim, na análise da poligamia na sociedade tu-

pinambá tanto podemos limitar-nos à afirmação de que ela traduzia um grau de interdependência dos sexos nas relações adaptativas e sociais, quanto podemos ir além, e indicar as razões que fizeram da poliginia uma maneira de corresponder às necessidades vitais recíprocas dos homens e das mulheres, consistente com as oportunidades de obtenção e preparação dos víveres oferecidas pelo meio ambiente e pela cultura tupi, com as imposições do organismo humano no que concerne à alimentação, à proteção contra as flutuações climáticas ou os perigos do mundo exterior, e à satisfação dos impulsos eróticos, e com as impulsões inerentes aos ideais tribais de vida, à competição por prestígio das personalidades e das parentelas entre si, e à conservação dos laços de solidariedade tribal.

Essa distinção entre funções *realizadas* e funções *eventuais* tem sido explorada, interpretativamente, em outras disciplinas (163). Porém, ela parece aplicar-se a todos os campos de investigação em que se pretenda analisar a emergência e integração das funções. Em nosso campo, ela permite estender e aprofundar o âmbito da análise funcionalista da dinâmica social, pois oferece a possibilidade de uma pesquisa sistemática do processo através do qual as potencialidades de desenvolvimento funcional das ações, relações, instituições, grupos, estruturas sociais, etc., se concretizam, sem que se torne preciso recorrer, extensamente, a conhecimentos fornecidos por outros meios de investigação (164). As dificuldades de semelhante pesquisa são enormes, principalmente por causa do número de variáveis a considerar-se (meio físico, organismo humano, as diferentes esferas da cultura como a técnica, a economia, o código ético, o sistema religioso, etc., a personalidade e os elementos do sistema social). Segundo pensamos, porém, ela não é impraticável. As próprias variáveis e os modos possíveis de combinação das mesmas restringem, em casos concretos, as potencialidades de desenvolvimento funcional a serem examinadas. Acresce que o pesquisador já conta, como ponto de partida, com os produtos efetivos da interação das variá-

(163) Cf. especialmente G. Gaylord Simpson, *Rythme et Modalités de l'Evolution*, tradução de P. de Saint-Seine (Éditions Albin Michel, Paris, 1950), p. 284 e seguintes. Está claro que, na sociologia, se devem considerar maior número de variáveis que na genética ou na paleontologia (Simpson considera em suas definições, baseadas na distinção fundamental de A. E. Parr, somente as relações recíprocas do organismo com o meio físico).

(164) Desta perspectiva, é possível entender adequadamente porque Radcliffe-Brown, desde seus estudos sobre os andamaneses, sustenta que a análise em termos de função dispensa o recurso à interpretação histórica e à teoria difusionista.

veis, que são as funções realizadas, as quais representam as potencialidades de desenvolvimento funcional realmente compatíveis com as circunstâncias e as situações dadas de fato.

Seja ou não conseguido pelo critério indicado, o conhecimento do grau de elaboração funcional dos fenômenos sociais dá margem a três explicações. Primeiro, a explicação das funções preenchidas pelas unidades investigadas nos contextos de que fazem parte ou, através destes, na sociedade como um todo. Usualmente, é ela descrita em termos da parte própria e característica que a unidade investigada toma, pelo menos, no sistema de adaptações e controles sociais sobre o meio natural circundante, ou no de ajustamentos e controles sociais sobre o meio propriamente humano, ou no de comunicação com o sobrenatural. Segundo, a explicação do modo através do qual as funções sociais se polarizam e se combinam entre si: se um fenômeno concorre para realizar uma ou mais funções, podendo, portanto, ser definido como uni ou multifuncional (165); se a mesma função social (ou um complexo de funções sociais interdependentes) é preenchida através da convergência das atividades funcionais de elementos diferentes do sistema social; e, especialmente, como se processa e se caracteriza a integração funcional das partes ou elementos que constituem o sistema social. Terceiro, a explicação da flutuação das funções sociais: em que medida as transformações das condições de vida (no plano das relações adaptativas, societárias ou mágico-religiosas) se refletem nas conexões e determinações funcionais e, por conseguinte, na integração funcional e na constituição estrutural da sociedade; ou, em nível mais abstrato de análise, como se processa a seleção das funções em um conjunto de desenvolvimentos funcionais potencialmente possíveis, de forma a explicar as analogias funcionais, que podem existir entre os fenômenos sociais, independentemente da complexidade ou da similaridade dos sistemas sociais a que se incorporem (166), e as homologias funcionais, que estabelecem pelo menos alguns pontos de contacto no funcionamento de sociedades cultural e estruturalmente diversas entre si.

Outro problema, que se coloca à análise funcionalista na descrição e interpretação dos fenômenos sociais, é certamente

(165) Cf. G. Gurvitch, *op. cit.*, pp. 57-61.

(166) Até o presente, esse problema só foi enfrentado com sucesso, na teoria funcionalista, por M. Mauss (em particular, nos ensaios sobre o presente e o sacrifício).

o do comportamento humano. Embora se tenha erguido contra esse método, contraditoriamente, a dupla impugnação de que dá demasiada importância aos "fatores psicológicos" (algumas das críticas dirigidas a Malinowski) e de que subestima a influência dos "motivos psicológicos" (restrição feita a quase todos os sociólogos funcionalistas, mas em particular a Radcliffe-Brown), a verdade é que ele permite focalizar certos aspectos do comportamento que não encontrariam, em outros termos, explicação sociológica completa. Devido ao fato de procurar as ligações persistentes e profundas das ações e das relações sociais com a teia de interesses e de valores sociais, é pequena sua sensibilidade para os aspectos pessoais da conduta individual ou os aspectos instáveis do comportamento coletivo. Contudo, nenhum outro método de interpretação sociológica pode reter, com igual penetração, as relações existentes entre o condicionamento exterior das ações sociais e a significação subjetiva que estas podem adquirir para o sujeito, individual ou coletivamente, em determinadas situações ou circunstâncias sociais. Assim, se procurássemos interpretar a ação sacrificatória dos tupinambá por meio do método de compreensão, seríamos levados a ressaltar os caracteres típicos daquela espécie de ação, pondo em evidência os valores mágico-religiosos que lhe davam um sentido subjetivo socialmente uniforme. A delimitação do sentido subjetivo da noção de vingança, para os tupinambá, e seus reflexos no comportamento individual ou coletivo dos sujeitos nada perderia com isso. Mas dois aspectos realmente importantes para a explicação sociológica da motivação e das conseqüências sociais da ação sacrificatória, nessa sociedade, não seriam considerados. De um lado, no plano dos ajustamentos pessoais: a reconstrução completa do contexto anímico-social através do qual os sujeitos das ações sacrificatórias se representavam, subjetivamente, os significados dos papéis que deviam viver. Graças aos benefícios pessoais colhidos pelos sacrificantes, a ação sacrificatória se ligava, indiretamente, ao funcionamento do sistema tribal de posições sociais. Por causa dessa correlação, os agentes da ação sacrificatória possuíam motivos pessoais para encarar diferentemente sua participação nos rituais de sacrifício, pois as relações destes com sua posição social e seu prestígio variavam de acordo com as circunstâncias de se processar na ocasião o massacre de sua primeira vítima ou de uma de suas vítimas posteriores. De outro lado, no plano dos ajustamentos cole-

tivos: existia uma conexão entre o significado mágico-religioso do massacre e da ingestão rituais das vítimas e as relações de tribos hostis, que não se evidenciaria através da simples reconstrução da noção de vingança daqueles aborígenes. Para descobri-la, seria preciso passar do plano das relações dos vivos com o sobrenatural (isto é, com as entidades que recebiam os sacrifícios), para o que elas exprimiam, em termos de conflito, nas relações dos vivos entre si (dos tupinambá entre si e com seus inimigos). Em outras palavras, seria preciso estabelecer algumas das conexões funcionais do sacrifício humano, que foram descritas neste trabalho sob a noção de função latente, para se conseguir um conhecimento completo da motivação social e das conseqüências objetivas do comportamento coletivo dos tupinambá, naquelas circunstâncias.

Além disso, o método de interpretação funcionalista abre perspectivas para a explicação de certos problemas do comportamento humano, tradicionalmente controvertidos na sociologia. Temos em mente três problemas concretos: a) como explicar-se porque certos efeitos ou conseqüências das ações sociais caem na esfera de consciência social dos sujeitos, enquanto outros ficam numa espécie de penumbra ou de completa ignorância? b) os mecanismos "psicológicos" e "sociais" são unívocos, quando encarados através das atividades dos sujeitos: como explicar, pois, as conexões reciprocamente efetivas dos dinamismos da vida psíquica com os processos sociais? c) as personalidades que participam de ações de caráter grupal ou coletivo conservam, obviamente, suas peculiaridades psíquicas individuais: como explicar esse fato complexo, que é a convergência de atitudes, sentimentos e idéias, através de flutuações às vezes consideráveis nas constelações anímico-individuais, sem recorrer a simplificações grosseiras ou a interpretações unilaterais?

A análise funcionalista demonstra que certos ajustamentos dependem de ações que exigem uma motivação afetiva e social que predisponha os sujeitos a desejarem, de uma maneira mais ou menos intensa, a realização de determinados objetivos, enquanto que outros ajustamentos se desenvolvem independentemente do grau de participação consciente dos sujeitos, pois constituem conseqüências ignoradas de ações praticadas voluntariamente ou de ações impostas por meios coercitivos. As conotações heurísticas do conceito de função social, apresentadas acima como *função manifesta*, *função latente* e *função*

derivada permitem focalizar o processo através do qual semelhantes ajustamentos se realizam e, o que é mais relevante para a explicação sociológica, pondo em evidência: a) a natureza dos interesses sociais envolvidos ou satisfeitos em cada plano da ação humana (o que serve como ponto de referência na análise dos fatores que levam os sujeitos a "conhecerem" ou a "ignorar" os efeitos ou as conseqüências daquilo que fazem); b) a relação entre os efeitos ou conseqüências conhecidos e ignorados das ações, com sua importância relativa na determinação dos ajustamentos efetuados (o que serve como ponto de referência na análise da significação funcional dos fatores que intervêm na motivação da conduta real dos sujeitos). De qualquer modo, a análise funcionalista coloca em novos termos o problema em discussão. Ela se desinteressa pela velha questão de saber se são os "motivos" volitivos e conscientes ou os involuntários e inconscientes das ações humanas que possuem maior valor explicativo. Procura, ao contrário, apanhar as ações humanas como elas se dão na realidade, nas condições objetivas de sua complicada motivação afetiva e social, para depois separar interpretativamente: o que pode ser imputado às atividades socialmente conscientes dos sujeitos do que resulta das atividades praticadas em estado de ignorância parcial ou completa dos fins e conseqüências perseguidos de fato e do que se deve ao jôgo mútuo dos efeitos produzidos por ambas as espécies de atividades sociais. Quanto aos outros dois problemas apontados acima, dispensamo-nos de discutilos aqui. O leitor encontrará, em trabalho nosso anterior (167), exemplos que caracterizam, ao mesmo tempo, a natureza das perspectivas abertas, no caso, pela interpretação funcionalista e os resultados que se podem esperar de sua aplicação.

Há um conjunto de problemas sociológicos que são encarados como o campo por excelência de aplicação do método funcionalista na descrição e interpretação dos fenômenos sociais. Trata-se dos problemas referentes à constituição e ao funcionamento da estrutura social, à operação dos processos sociais recorrentes, ao equilíbrio social e à integração social (definida quer como integração estrutural, vista dinamicamente, quer como convergência de funções dos componentes do sistema social ou integração funcional propriamente dita). Todavia, já vimos amplamente como esses problemas são considerados

(167) Cf. "A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá", pp. 141-186 e 267-343, respectivamente.

em termos da análise funcionalista, no capítulo anterior, com referência a autores como Spencer, Durkheim, Mauss, Radcliffe-Brown e Merton (168). Por isso, passamos a tratar da maneira pela qual o problema da mudança social pode ser considerado funcionalmente.

A análise funcionalista, por causa de uma de suas limitações lógicas — a de que só pode reter as conexões funcionais nas condições de sua atualização — acabou sendo representada, mesmo pelos "funcionalistas", como um meio de investigação que só se aplicaria a fenômenos sociais sincrônicos. Os autores que apelaram para o conceito de função, como recurso para análise dos fenômenos dinâmicos em geral, não se ligam às correntes tradicionais da teoria funcionalista na sociologia (por exemplo: Parsons e Merton; e, de forma diferente, Renner e Mannheim); e os problemas que compeliaram alguns autores funcionalistas, em parte, com exceção de Malinowski (169), a tratarem funcionalmente os problemas de mudança, concernem a fenômenos de contactos raciais e culturais. Entretanto, pensamos que, devido à sua própria natureza, é esse método bastante sensível aos problemas sociológicos de mudança social, só não se aplicando à sua investigação quando a análise requiera a manipulação de séries causais contínuas em relações de seqüência.

Vejamos, agora, como a mudança social pode ser descrita e interpretada funcionalmente. Primeiro, as mudanças podem operar-se graças a determinações funcionais. Os sociólogos lidaram com a noção de causa, no passado, de uma maneira

(168) Quanto ao próprio autor deste ensaio, cf. *A Organização Social dos Tupinambá* e, particularmente, *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, livro segundo, *passim*.

(169) A teoria de Malinowski sobre as necessidades biológicas primárias e as necessidades culturais derivadas (cf. especialmente *A Scientific Theory of Culture and Other Essays*, *op. cit.*, *passim*), comporta uma ampla elaboração dinâmica. Contudo, esse autor não se esforçou no sentido de sistematizar as implicações de semelhante explicação e se limitou a tratar, incidentalmente, de problemas que afetam a dinâmica cultural, relativos, portanto, à etnologia e não à sociologia. Em outro estudo, deixou uma contribuição importante à aplicação da interpretação funcionalista a fenômenos de mudança cultural (cf. *The Dynamics of Culture Change. An Inquiry into Race Relations in Africa*, *op. cit.*); mas, ainda aqui, se deve lamentar a falta de uma sistematização teórica suficientemente elaborada, que permitisse ligar o impacto transformador dos contactos raciais com os processos internos de alteração da ordem social. Sob este prisma, os resultados de uma investigação como a de R. Redfield (*Civilização e Cultura de Folk. Estudo de Variações Culturais de Yucatan*, tradução de A. M. Gonçalves (Livreria Martins Editora, São Paulo, 1949)), demonstram que é impossível explicar qualquer fenômeno de dinâmica cultural, produzido graças ao influxo de contactos com o exterior ou com os representantes ou os elementos de outras civilizações, sem uma consideração concomitante dos fatores inerentes à organização social e às pressões externas de mudança.

que repugna ao espírito científico moderno, aproximadamente no sentido de *causa eficiente*. Por isso, foram levados a procurar as *causas* dos fenômenos sociais em conexões que se inseriam em desenvolvimentos contínuos e que possuíam uma aparente capacidade de autodeterminação. Em Durkheim se pronunciou uma reação incipiente a esse método explicativo. Mas ela abortou, pois Durkheim se restringiu à utilização da interpretação funcionalista como critério suplementar na investigação das relações causais de seqüência. E, depois dêle, ninguém mais se preocupou com esse importante problema, cuja solução exige que se admitam dois pontos: 1.º) que as conexões funcionais traduzem, em geral, relações de implicação, mas, em dadas circunstâncias, podem operar como fatores determinantes e contribuir para a transformação dos conjuntos em que se integrem⁽¹⁷⁰⁾; 2.º) que a contribuição de uma atividade funcional para a alteração do conjunto em que ela se manifeste tanto possa resultar do reajustamento progressivo das instituições ou estruturas às suas funções, quanto da constante reintegração funcional dos componentes do sistema social, provocada pela instabilidade imanente à própria organização das coletividades humanas (relações das diversas variáveis ligadas entre si pela integração funcional: meio físico, organismo humano, as diferentes esferas da cultura, a personalidade e os componentes nucleares do sistema social; e as possíveis repercussões da alteração de cada uma dessas variáveis no desenvolvimento das potencialidades funcionais dos conjuntos em que elas se inserem). Em suma, o que se precisa admitir, teoricamente, é que não existe um símile preciso entre o *organismo* e a *sociedade*. A manipulação da noção de "função" na sociologia precisa ser ajustada ao ritmo próprio de funcionamento da vida social (fundamentalmente diverso da *fisiologia* dos organismos) e ao ritmo de mudança inerente à continuidade existencial das sociedades humanas. Com essas idéias em mente, não será difícil apontar exemplos que mostrem a fecundidade da interpretação funcionalista de fenô-

(170) Este ponto parece ser, hoje, mais pacífico que outrora. Um autor que se tem dedicado, durante muito tempo, aos problemas de função, como Ed. Goblot, escreve: "A função de um órgão é a atividade à qual ele está adaptado, a que é a razão de ser de sua estrutura, aquela cuja necessidade preexistiu ao órgão, determinando a formação ou a transformação do órgão" (*in* A. Lalande, *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, *op. cit.*, p. 362, em nota de rodapé extraída das contribuições de Goblot). Apesar da focalização predominantemente biológica do conceito, constata-se que essa definição compreende tôdas as atividades orientadas dinamicamente, que podem ser entendidas em termos de função, inclusive as que dizem respeito à alteração do órgão (ou da unidade que se poderia considerar funcionalmente).

menos de mudança social. Instituições como o estado e grupos como a família, na história moderna, sugerem como a persistência de certas potencialidades funcionais essenciais pode refletir-se na determinação de mudanças estruturais e culturais relativamente profundas⁽¹⁷¹⁾. Ambos os exemplos servem para ilustrar como, em determinadas circunstâncias, as conexões funcionais podem operar como fontes de alterações da ordem social. Doutra lado, a Igreja Católica representa um bom exemplo para indicar como se processa o contínuo reajustamento funcional de uma instituição a seu meio social ambiente. Ela se integrou a tipos de estrutura diversos (sistemas sociais estamental e de classes) e a sistemas sociais que comportam graus extremos de heterogeneidade cultural. Por fim, qualquer sociedade poderia servir para demonstrar que a integração funcional dos sistemas sociais é um fenômeno altamente dinâmico. Por força dos contactos com outros povos, de alterações que não são controláveis pela vontade humana (variações cataclísmicas, por exemplo), desequilíbrios nas proporções dos sexos, alterações no sistema de produção, transformações das técnicas, etc., produzem-se, freqüentemente, em qualquer tipo de sociedade, modificações nas condições rotineiras de existência social e desajustamentos sociais de caráter funcional. Os mecanismos através dos quais as sociedades reagem, por suas partes ou como um todo, a essas *perturbações*, são mecanismos que intervêm primariamente na reelaboração das potencialidades funcionais das unidades do sistema social e na reintegração funcional do todo. Assim se poderia descrever, em uma linguagem abusivamente abstrata, o que acontece quando se processam alterações nas relações adaptativas e nos ajustamentos sociais internos, de qualquer sociedade.

Segundo, as possibilidades de mudança social não são ilimitadas. Ao contrário, como se acentua desde Spencer⁽¹⁷²⁾, elas dependem da forma através da qual esteja organizada a vida em sociedade. Há organizações mais permeáveis às transformações do meio externo que outras; do mesmo modo que existem organizações mais sensíveis às influências de outras sociedades ou mais abertas aos influxos renovadores internos. Deixando de lado o problema da causação social das

(171) Um bom exemplo, na literatura sociológica, se encontra na obra já citada de K. Renner, *The Institutions of Private Law and their Social Functions*.

(172) Cf. H. Spencer, *Introduction à la Science Sociale* (10.ª edição, Félix Alcan, Paris, 1891), p. 66 (veja-se também pp. 72 e 332).

mudanças, teríamos que focalizar aqui dois temas diversos. O do ritmo de mudança e o dos graus de estabilidade ou de instabilidade social. O primeiro problema teria que ser resolvido através de um método de interpretação capaz de reter o conjunto de situações compreendido no contínuo de mudanças operadas em um tempo X; mas o segundo poderia ser abordado adequadamente pelo método de interpretação funcionalista. É que a estabilidade ou a instabilidade social dependem fundamentalmente: 1.º da integração funcional dos elementos componentes do sistema social, quanto à complexidade, à reversibilidade e à plasticidade das polarizações funcionais; 2.º da rapidez e eficiência com que operam os mecanismos que produzem a reintegração funcional dos sistemas sociais, em face das modificações críticas da ordem social. As perspectivas criadas pela interpretação funcionalista, neste campo, permitem explicar, cabalmente, porque certas sociedades, socialmente instáveis, como as sociedades ocidentais modernas, possuem uma grande capacidade de reajustamento e de sobrevivência, expressa na plasticidade com que nelas se enfrentam as mais profundas alterações nas relações adaptativas ou nos ajustamentos sociais internos. Enquanto que outras, como muitas sociedades primitivas, chegam a encontrar um fim dramático em alterações nas condições de ocupação do meio físico, ou na influência de novos grupos humanos. Sob este prisma, o problema da mudança se coloca de uma forma inteiramente nova. Pois passa a ser encarado, seja como uma condição da continuidade social (organizações em que o equilíbrio social interno é instável e dá origem a mecanismos de alteração da ordem social, que operam continuamente); seja como uma fase cataclísmica, perigosa para a continuidade existencial da sociedade como um todo (organizações em que o equilíbrio social tende para um padrão estável, mas não podem suportar a operação contínua de mecanismos de alteração da ordem social).

Terceiro, como toda alteração que afete a vida social em suas condições essenciais, repercute inevitavelmente nas conexões funcionais, independentemente de ter sido ou não engendrada por determinações funcionais, a análise funcionalista pode ser aplicada com sucesso à descrição e interpretação dos fenômenos de mudança social suscetíveis de serem focalizados em limites restritos de tempo. Talvez por causa da sedução provocada pelas grandes construções teóricas, alguns autores acabaram identificando os problemas de mudança social com a

interpretação da evolução global das sociedades humanas. Pode-se, porém, tentar conhecer as causas e os efeitos das alterações da vida social de um povo dado num momento determinado sem que se pretenda saber o sentido dessas mudanças no conjunto de transformações ocorridas no passado ou mais ou menos evidentes à análise prospectiva⁽¹⁷³⁾. Em outras palavras, não é só em termos de evolução social que se investigam sociologicamente os problemas de mudança social. Ora, a análise funcionalista pode ser um instrumento sensível para a análise das mudanças em emergência ou *in flux*, que estão em processo, pelo simples fato de que pode retê-las e interpretá-las nas condições imediatas de sua atualização. Pela mesma razão, aplica-se à descrição e interpretação de situações de mudança, ocorridas no passado, desde que bem documentadas e passíveis de uma consideração temporal restrita (no seu modo de atualização ou na repercussão funcional de seus efeitos).

Em síntese, os argumentos expostos indicam que o método de interpretação funcionalista também pode ser aplicado à discussão de problemas diacrônicos. Seu campo próprio, portanto, não se restringe, de fato, aos problemas sincrônicos, como se supõe em certos círculos sociológicos. Os fenômenos de dinâmica social são ao mesmo tempo sincrônicos e diacrônicos⁽¹⁷⁴⁾. A distinção dos dois aspectos nasce da necessidade de praticar certas abstrações, tendo em vista a análise da realidade. Mas não se deve levá-la tão longe, a ponto de

(173) O melhor exemplo, a respeito, encontra-se na aplicação do conceito de função em um sentido dinâmico, pelos Lynd (cf. R. S. and H. M. Lynd, *Middletown. A Study in American Culture* (Harcourt, Brace, Nova York, 1929), especialmente p. 6.

(174) A distinção entre problemas sincrônicos e problemas diacrônicos passou da lógica para as ciências humanas através da lingüística. Coube a Saussure estabelecer, formalmente, essa distinção, que circula livremente no campo da etnologia e da sociologia, graças à acolhida que recebeu da parte de Radcliffe-Brown. O referido lingüista opôs os problemas da "lingüística sincrônica" aos da "lingüística diacrônica" como se opõe vulgarmente o *estático* ao *dinâmico*. Por isso, assevera que "a oposição entre os dois pontos de vista — sincrônico e diacrônico — é absoluta e não comporta compromisso", sendo, portanto, reciprocamente irreductíveis um ao outro (Cf. *Cours de Linguistique Générale*, publicado por Ch. Bally e A. Sechehaye, com a colaboração de A. Riedlinger (4.ª edição, Payot, Paris, 1949) cap. III da primeira parte; citação extraída da p. 119). Essa maneira de ver as coisas acabou por ser, naturalmente, rejeitada, ainda que se conservasse a fecunda sistematização de problemas que ela sugeria. Como escreve, por exemplo, Wartburg, o autor de *Evolution et Structure de la Langue Française*: "A diferença não radica tanto no próprio objeto, quanto no ponto de vista do observador" (Cf. W. von Wartburg, *Problemas y Métodos de la Linguística*, tradução de D. Alonso e E. Lorenzo, com anotações de D. Alonso (Instituto Miguel de Cervantes, Madri, 1951), introdução, § 4, e cap. III; citação extraída da p. 19). É interessante que a formulação antiquada tivesse prevalecido justamente no campo da sociologia, onde se evidenciam, com flagrante nitidez, as suas inconsistências e contradições.

sobrepôr os propósitos da análise sociológica à própria essência das coisas. O que se constata, efetivamente, é que a continuidade social não se produz apenas por meio de mecanismos sociais conservativos ou recorrentes. Ela se processa, também, em escala variável — de acôrdo com as modalidades de organização das sociedades humanas — através de mecanismos sociais de mudança, cujos efeitos condicionam o permanente reajustamento dos sistemas sociais às alterações que se operam na ocupação do ambiente natural externo, na constituição do meio humano e em outras esferas da vida social. O método que se aplica à descrição e à interpretação da continuidade social do ângulo das conexões e determinações funcionais deve, naturalmente, compreendê-la e explicá-la nos seus dois aspectos.

O segundo grupo de problemas sociológicos a que se aplica a análise funcionalista possui natureza mais abstrata. São problemas que resultam de elaborações interpretativas praticadas pelo investigador e propostas em termos de função. Nêles se revelam as principais conseqüências lógicas do raciocínio funcionalista na sociologia. Aqui só consideraremos aqueles problemas cujo tratamento pelo método de interpretação funcionalista possa ser aceito legitimamente.

Um dos principais problemas, que se coloca ao especialista que trabalhê no campo da sociologia empírica, é o da reconstrução dos fenômenos sociais observados. A realidade exterior se apresenta como algo complexo e caótico, que precisa ser ordenado e reconstruído objetivamente em tôda sua complexidade pelo sujeito-investigador⁽¹⁷⁵⁾. Malinowski situa bem êsse problema ao observar que "o esforço mental efetivo, o trabalho realmente penoso e árduo, não é tanto *recolher os fatos*, quanto descobrir a relevância dêles e sistematizá-los em um todo orgânico"⁽¹⁷⁶⁾. Daí a importância da escolha do método na interpretação sociológica: êle não só facilita o ajustamento do sujeito às peculiaridades ou aos aspectos do

(175) Cf. especialmente K. Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, tradução de F. Fernandes (Editôra Flama, São Paulo, 1946), pp. 219-221; F. Kaufmann, *Metodología de las Ciencias Sociales*, op. cit., p. 266 e seguintes. Sobre as fases, os recursos metodológicos e os problemas com que se defrontam os investigadores, cf. F. Fernandes, "A Reconstrução da Realidade nas Ciências Sociais" (parte I desta obra).

(176) B. Malinowski, *Coral Gardens and their Magic. A Study of the Methods of Tilling the Soil and of Agricultural Rites in the Trobriand Islands* (George Allen & Unwin, Londres, 1935), vol. I, p. 322 (aliás, sob êste aspecto, recomenda-se a leitura de todo o capítulo XI).

fenômeno que devem ser investigados; êle também forma a perspectiva do sujeito, orientando-o na seleção do que deve ser observado, retido, ordenado e reproduzido no contexto racional do pensamento científico. Na verdade, os sociólogos, como os demais especialistas em outros setores das ciências sociais, não lidam diretamente com fatos virgens e brutos, mas com fatos reconstruídos e incorporados em contextos ordenados racionalmente⁽¹⁷⁷⁾. Por isso, a seleção dos aspectos da realidade a serem considerados, representa para êles uma condição essencial do próprio trabalho científico. A escolha do método de interpretação a ser utilizado fica subordinada a esta condição.

O método de interpretação funcionalista, pelo que já vimos, contém um sistema de referências, que favorece extremamente as tarefas "criadoras" do investigador. Em primeiro lugar, os critérios da análise funcionalista insistem sôbre conexões dos fatos que permitem compreendê-los em suas mútuas relações em conjuntos interdependentes, nas unidades mais complexas formadas por êsses conjuntos e no sistema total de relações e de interdependências globais, constituído por essas unidades. Em segundo lugar, pela própria natureza das conexões retidas, as relações fixadas pelos especialistas garantem o maior grau possível de objetividade (são relações observadas em um contexto empírico) e possuem sempre alguma significação interpretativa (pois expressam interdependências realmente existentes entre os fatos no contexto empírico considerado). Em conseqüência, a aplicação correta do método de interpretação funcionalista pode garantir dois requisitos fundamentais em investigações monográficas: 1.º) uma reconstrução completa dos fatos, que contenha a realidade descrita⁽¹⁷⁸⁾ no que ela possua de significativo para a interpretação sociológica e nada mais do que a realidade; 2.º) uma representação da realidade descrita e interpretada que torne dispensável a repetição de trabalho idêntico para focalizar os mesmos temas e que ofereça explicitamente os meios de verificação crítica da marcha da investigação e da consistência dos resultados obtidos.

(177) Malinowski ressalta êsse fato, como constituindo um dos aspectos construtivos ou criadores da observação sociológica (op. cit., p. 317).

(178) Note-se, descrita tanto através de documentação histórica, quanto da observação direta.

O grupo de problemas ora considerado abrange outros tipos de questões: as que dizem respeito à explicação propriamente dita dos fenômenos investigados. O que se viu acima, sobre as aplicações de alcance estritamente empírico do método funcionalista, sugere que as relações sob as quais os fenômenos sociais são interpretados funcionalmente cabem em duas categorias gerais: 1) relações que constituem uniformidades de coexistência — são as mais freqüentes, a ponto de servirem como fundamento à identificação das conexões funcionais com as relações de implicação e da *explicação funcional* com a *explicação implicativa* (179); 2) relações que constituem ou fazem parte de uniformidades de seqüência: em sua maioria se assimilam às “seqüências invariáveis” (180), mas algumas delas representam fases ou momentos irreversíveis de relações de sucessão (181). Há, evidentemente, uma oposição entre a maneira de representar o assunto neste ensaio e a maneira tradicional de definir a explicação funcionalista. O símile que serviu no período organicista para aproximar “organismo” e “sociedade” continua a ser aceito em muitos círculos intelectuais; em conseqüência, a explicação em termos de função é descrita como tendo por objeto, exclusivamente, relações de coexistência ou de implicação (182). Não podemos discutir, aqui, as questões que se colocam graças a essa controvérsia, pois elas demandariam um exame de problemas lógicos, que não caberiam nos limites de nosso trabalho.

(179) O que se evidencia, ainda, em uma obra recente: cf. J. Piaget, *Introduction à l'Épistémologie Génétique*, tomo III: “La Pensée Biologique, La Pensée Psychologique et la Pensée Sociologique” (Presses Universitaires de France, Paris, 1950), cap. XII, § 3.

(180) É difícil encontrar, nos conceitos lógicos, definições precisas para certos problemas sociológicos. Ao tomarmos essa expressão da linguagem de Stuart Mill, reconhecemos que uma seqüência na sociologia não pode ser nem invariável nem incondicional. Pois é sabido que a causação social possui peculiaridades próprias, sendo essa uma delas (cf. por exemplo M. R. Cohen, *The Social Sciences and The Natural Sciences*, in W. F. Ogburn e A. Goldenweiser, *The Social Sciences and Their Interrelations* (The Riverside Press Cambridge, Houghton Mifflin, 1927), p. 464). Em todo caso, pareceu-nos ser essa a expressão usual que melhor convinha aos processos sociais recorrentes, cujas conexões sociais atuam causalmente. Como adiante teremos de voltar mais extensamente à discussão do problema, esferamos esclarecer, então, nosso pensamento.

(181) Nos casos em que a alteração do equilíbrio social estiver direta ou indiretamente subordinada a determinações funcionais.

(182) É como procede Piaget, quando trata da “explicação funcional” na sociologia (*loc. cit.*: especialmente pp. 213-217). Aliás o mesmo procedimento é seguido por Saussure, em que se inspira a discussão de Piaget sobre a natureza e os limites dos pontos de vista sincrônico e diacrônico, com referência à caracterização dos problemas lingüísticos sincrônicos (cf. *Cours de Linguistique Générale, loc. cit.*).

Contudo, é evidente que a maneira através da qual se define a natureza lógica das conexões e determinações funcionais depende da posição do sujeito-investigador em face do objeto. Tomemos como exemplo a função social da ciência no mundo moderno (183). O investigador pode concentrar sua atenção em problemas diferentes, embora procure interpretá-los do mesmo modo, isto é, funcionalmente: a) A pesquisa científica contribui para resolver os inúmeros problemas práticos que surgem em nossa sociedade em virtude de sua organização social, nas esferas da técnica, da indústria e da administração pública ou privada. Por sua vez, ela é mantida graças à constante renovação de seus quadros humanos, através do ensino, às dotações que financiam as atividades de laboratórios, de instituições científicas, e à vigência de um sistema de valores que conferem prestígio ao saber e às ocupações dos homens de ciência. Os problemas selecionados para interpretação se referem à teia de interdependências que articula a pesquisa científica ao contexto social de que faz parte. As conexões funcionais que se estabelecem nesse concurso de atividades se definem claramente como efeitos dos processos e mecanismos sociais através dos quais aquelas atividades se atualizam. b) A pesquisa científica contribui para manter o *status* das nações nas relações internacionais. Graças à racionalização e à complicação dos meios da guerra, descobertos pela ciência, a segurança e as esferas de influências nacionais passam a depender de modo crescente da capacidade que cada nação possua de expandir seu sistema de conhecimentos científicos, pelo menos dentro dos níveis alcançados por outras nações, com que estiver em competição ou em conflito. Os problemas selecionados pelo pesquisador envolvem a atuação de conexões funcionais em um sentido determinante. A necessidade de manter ou de intensificar o ritmo de expansão do sistema de conhecimentos científicos reflete duas polarizações: a conservação das condições que garantem parcialmente a continuidade existencial das nações e a preservação da intensidade da pesquisa científica. Embora esta se reflita sobre aquela, é óbvio que a primeira — e não a segunda — constitui a potencialidade funcional determinante, constantemente atualizada por meio de mecanismos e processos sociais recorrentes.

(183) Cf. J. D. Bernal, *The Social Functions of Science* (Routledge & Kegan Paul, Londres, 1939). As sugestões foram extraídas livremente deste ensaio, mas os três temas apontados são realmente nele discutidos, em lugares diversos, ainda que tendo em vista outras implicações.

c) A pesquisa científica exige condições culturais e sociais específicas, capazes de suportar a conservação dos conhecimentos acumulados e a exploração plena das novas descobertas, tanto no sentido teórico, quanto no prático. Os obstáculos de ordem financeira e os empecilhos opostos ao aproveitamento das invenções úteis à coletividade ou ao progresso ulterior dos conhecimentos científicos criam condições que provocam a libertação de impulsões sociais orientadas contra a situação existente. O pesquisador que selecionar problemas dessa ordem estará procurando isolar as potencialidades funcionais, que poderão fazer da ciência um instrumento de alteração da ordem social. O caráter determinante da conexão funcional apontada é nítido: ela nasce de uma reação contra as condições sócio-culturais que restringem, circunstancialmente, o pleno desenvolvimento da pesquisa científica.

Estamos convictos de que os exemplos poderiam ser melhor elaborados. Contudo, apesar de suas lacunas, eles se prestam para ilustrar o nosso ponto de vista. A posição do sujeito-investigador em face do objeto precisa ser tomada em consideração, quando se discute a natureza das conexões funcionais. O mesmo método de interpretação favorece alternativas diversas na delimitação do sentido subjetivo em que a noção de função social poderá ser manipulada sociologicamente. O primeiro observador será levado a ver as conexões funcionais como relações de coexistência; o segundo e o terceiro como relações de seqüência, cada um conforme a uma das modalidades em que tais relações se apresentam na interpretação sociológica da dinâmica social (respectivamente: como seqüências invariáveis e como componentes essenciais particulares de relações de sucessão). Supomos que isso não queira dizer que "o homem seja a medida de tôdas as coisas", isto é, que o elemento humano, inerente à própria condição do investigador, introduza na interpretação funcionalista um fator de subjetividade. O que se pode concluir é que as alternativas apontadas são imanentes às possibilidades de ajustamento do investigador à realidade social. A exploração prática de cada uma delas, no processo de interpretação, é que talvez dependa de peculiaridades psíquicas individuais⁽¹⁸⁴⁾.

(184) Essa discussão fornece, seguramente, um ponto de referência para a compreensão dos motivos que levam alguns autores, como Radcliffe-Brown, a ressaltar na definição de função social a parte tomada pelos processos sociais recorrentes, e outros, como Lynd, a parte tomada pela emergência de novos ajustamentos sociais.

O conhecimento dos dois tipos de uniformidades é obtido mediante elaborações interpretativas que tomam por objeto as inferências estabelecidas no processo de reconstrução racional das realidades investigadas. As elaborações em questão são de três espécies, de acordo com o que se procure determinar por seu intermédio: dependências estruturais, correlações funcionais e vinculações causais.

As dependências estruturais resultam da correspondência simultânea de componentes diversos do sistema social a um conjunto homogêneo ou coordenado de necessidades sociais. Isso estabelece uma série de relações recíprocas entre relações sociais, instituições sociais, grupos sociais e estruturas sociais parciais dentro do contexto social inclusivo e dá origem a uniformidades de coexistência, que podem ser apreendidas tanto "estaticamente" quanto "dinamicamente". Assim, pode-se afirmar que a poliginia, o casamento preferencial do tio materno com a filha da irmã ou de filhos da irmã do pai com filhos do irmão da mãe e o sistema de prestações totais concorriam conjuntamente para manter, na sociedade tupinambá, a teia de obrigações e de compromissos materiais ou morais que uniam entre si os indivíduos e os grupos de parentes em um mesmo sistema de solidariedade social. Mas também se pode focalizar as relações apontadas por meio de descrições que as apanhem no seu próprio processo: como a representação do *status* social de uma parentela impõe a determinado indivíduo um certo número de casamentos, com os deveres correspondentes, e compele os demais membros da parentela a que ele pertença a prestar-lhe certa cooperação, e de que modo a correspondência de ambas obrigações exprime e se reflete, ao mesmo tempo, no sistema tribal de prestações totais e na forma de atualização dos laços de solidariedade social. Qualquer que seja a perspectiva, porém, a idéia que está em jôgo é a de que o grau de elaboração formal dos fenômenos sociais depende das atividades funcionais para as quais eles concorrem. O grau de elaboração formal não pode ser explicado, portanto, senão quando se tem em vista como os fenômenos sociais se combinam entre si ou se integram em conjuntos interdependentes graças à parte que tomam no exercício das atividades funcionais, para as quais contribuem conjuntamente.

A pesquisa das dependências estruturais corresponde à noção mais corrente do que se deveria entender por "funcionalismo" na sociologia ou na etnologia. As contribuições mo-

nográficas mais representativas dos antropólogos ingleses, que se inculcam ou vêm a merecer a qualificação de "funcionalistas" (produzidas seja por discípulos de Radcliffe-Brown ou por discípulos de Malinowski), se caracterizam quase sempre por manterem a análise funcionalista neste nível de interpretação. Doutro lado, os especialistas que se preocupam com os problemas da indução analítica na sociologia se interessam particularmente pela investigação das dependências estruturais, embora nem sempre apontem a importância da análise funcionalista para descobri-las (Znaniecki, por exemplo). Segundo este sociólogo, as uniformidades implícitas nas dependências estruturais podem ser descritas em termos de lei (como *leis estáticas*) e contribuem para explicar os aspectos e os processos recorrentes da vida social (185).

Correlações funcionais são convergências que se produzem nas atividades dos fenômenos sociais quando eles concorrem direta ou indiretamente para a realização da mesma função social ou de um conjunto interdependente de funções sociais. Assim, a guerra e o sacrifício humano possuíam, entre os tupinambá, a mesma função manifesta: a *vingança*. A objetivação e a rotinização do carisma, à medida que repousavam em fontes não chamanísticas, também vinculavam indissolúvelmente, naquela sociedade, a guerra e o sacrifício humanos. Mas a convergência pode resultar da correspondência a um conjunto interdependente e indissolúvel de funções: a operação do sistema econômico de sociedades diferenciadas, por exemplo, exige o concurso de atividades econômicas diferentes, funcionalmente ligadas entre si, como a produção, a circulação e o consumo (186). Na pesquisa das correlações funcionais o investigador só pode considerar os fenômenos investigados de uma forma dinâmica, quer eles sejam recorrentes ou não. O leitor encontrará no trabalho já citado, sobre a guerra na sociedade tupinambá, um exemplo em que a análise incide sobre processos sociais recorrentes; e na obra de Durkheim, sobre a divisão do trabalho social, um exemplo em que a análise toma por objeto os efeitos da manifestação de processos sociais irreversíveis (187).

(185) Cf. F. Znaniecki, *The Method of Sociology*, *op. cit.*, cap. VI, §§ 2, 3 e 4.

(186) Veja-se uma descrição, nesses termos, in K. Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, *op. cit.*, p. 207 e seguintes.

(187) Cf. F. Durkheim, *De la Division du Travail Social*, *op. cit.*, pp. 11-209. O que interessa no exemplo, é o esforço despendido por Durkheim para pôr em relêvo a parte tomada pelo desenvolvimento funcional na emergência da divisão do trabalho social.

Apesar das origens organicistas do método de interpretação funcionalista, a pesquisa sociológica das correlações funcionais (no sentido aqui exposto) ainda não alcançou um progresso apreciável. Os sociólogos que se preocupam pela análise de "correlações funcionais" procedem, geralmente, por meios estatísticos e têm em vista problemas que devem ser resolvidos através de raciocínios interpretativos baseados na indução por enumeração (188). Todavia, a pesquisa das correlações funcionais pelo método funcionalista apresenta inegável interesse teórico. É que, além da contribuição que trará para a explicação funcional da dinâmica social, a aplicação da análise funcionalista neste nível de interpretação poderá contribuir para confirmar e ampliar uma das teorias mais importantes da sociologia moderna. Trata-se da teoria da correlação dos fatores sociais, que nasceu sociologicamente das formulações de Marx, mas só foi introduzida de forma sistemática na sociologia por Tönnies (189). Em sua forma de sistematização atual, essa teoria compreende hipóteses sobre a relação entre os fatores sociais que só se aplicam, universalmente, às sociedades ocidentais modernas, especialmente depois da desagregação do regime feudal e do advento do capitalismo. Uma das dificuldades que se opunham à extensão da teoria a outros tipos sociais dizia respeito à natureza dos conhecimentos que ela pressupõe. Essa teoria foi formulada com base no conhecimento de uniformidades de seqüência, válidas para a explicação da evolução organizatória das sociedades ocidentais modernas. Para que ela pudesse ser estendida a outras sociedades, impunha-se uma comparação fundamentada em conhecimentos da mesma natureza ou, pelo menos, que refletissem a correlação dos fatores sociais à luz das condições dinâmicas de existência social. É sabido que poucas sociedades possuem documentação histórica contínua, capaz de suportar explicações da primeira ordem; daí a significação que assume, no caso, a interpretação funcionalista, graças à perspectiva que abre à investigação dos fenômenos de dinâmica social, independentemente do recurso a fontes históricas contínuas.

(188) O leitor encontrará, no citado trabalho de F. Znaniecki, uma crítica à indução enumerativa (cf. *op. cit.*, cap. V, § 3) e uma caracterização, com a discussão de alguns processos de inferência indutiva explorados na sociologia, da indução analítica (cap. VI, *passim*).

(189) Cf. F. Tönnies, *Princípios de Sociologia*, tradução de V. Llorens (Fondo de Cultura Económica, México, 1942), pp. 291-346. Essa teoria recebeu de Tönnies o nome de teoria da correlação dos fatores sociais (*Bezugsgebilde*).

Os resultados de nossas investigações⁽¹⁹⁰⁾ demonstram que a antiga teoria sobre a correlação dos fenômenos sociais é verdadeira em um ponto, e pode ser generalizada a não importa que tipo de sociedade: os fatores sociais se ligam entre si de acordo com a importância real que eles possuem na formação do padrão dinâmico de funcionamento das sociedades (em seus mecanismos de estabilidade e de mudança sociais). Mas a teoria em questão precisa ser retificada em dois pontos: 1.º) a ordem de correlação dos fatores sociais não é determinada pela importância relativa do fator dinamicamente mais ativo, pois ela nasce de determinações nas quais a posição nuclear deste já está contida; 2.º) o fator social selecionado como *fator dominante* pode ocupar, em outras ordens de correlação, uma posição diferente⁽¹⁹¹⁾. Em outras palavras, as retificações abrangem apenas certas conseqüências, devidas à generalização de uma ordem típica de correlações dos fatores sociais (relativa a uma sociedade cultural e socialmente diferenciada e de economia capitalista), além de seus limites empírico-indutivos. Parece-nos dispensável estender a presente discussão do problema, ou procurar exemplificá-la. O que escrevemos é suficiente para comprovar o que pretendíamos sugerir. De fato, o progresso da pesquisa das correlações funcionais, mediante o recurso à indução analítica, permitirá uma formulação mais completa da teoria da correlação dos fatores sociais.

Chegamos, agora, a um dos temas mais delicados do presente ensaio: a pesquisa de vinculações causais através da análise funcionalista. Em tôdas as controvérsias nascidas em torno da aplicação do conceito de função e da interpretação funcionalista na sociologia, uma coisa parece pacífica. E esta

(190) Procuramos compreender a correlação dos fatores sociais em uma situação particular, à luz dessa teoria, e já expusemos parte dos resultados de nossas interpretações (cf. *A Organização Social dos Tupinambá*, pp. 295-299; e *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, p. 363-364). São grandes as possibilidades de estender essa aplicação a outras sociedades primitivas e a certas civilizações bem conhecidas etnológica e sociologicamente. Aqui não poderia interessar, porém, a enumeração de semelhantes possibilidades. O que interessaria, realmente, seria sua discussão direta, mas isso não cabe nos limites de uma nota de rodapé.

(191) Aliás, nas teorias evolucionistas do século passado havia lugar para um reconhecimento dessa ordem. Mesmo nas explicações desenvolvidas por Engels, vem assinalada a variação da ordem de correlação dos fatores sociais nos diversos "estados" de evolução social (cf. F. Engels, *The Origin of the Family, Private Property and the State in the Light of Lewis H. Morgan* (Internacional Publishers, Nova York, 1924), *passim*).

diz respeito, exatamente, à impossibilidade de extrair "explicações causais" de "explicações funcionais". As idéias de que a explicação causal só se aplica a relações de sucessão, enquanto que as conexões funcionais traduzem relações de implicação e de que os tipos de indução através dos quais se explicam a *causa* e a *função* se opõem logicamente entre si⁽¹⁹²⁾, estão por assim dizer no espírito de todos. Infelizmente para nós, os especialistas ligados ao funcionalismo não procuraram esclarecer um assunto que os lógicos obscureceram: Durkheim e Radcliffe-Brown dispensaram-se de discutir a fundo o problema; entre os modernos, a confiança na explicação causal parece estar em crise (como em Nadel, por exemplo), e a questão não se coloca.

Apesar disso, acreditamos firmemente em duas coisas, que a moda põe em dúvida. Primeiro: a explicação causal, longe de ser uma fonte perigosa de conhecimentos, se nos apresenta como um recurso ao qual o sociólogo não deve ter acanhamento de apelar. A esse respeito, parecem-nos inteiramente acertadas as ponderações de Simiand, a propósito da explicação causal nas ciências sociais. Apesar da complexidade dos fatos que elas investigam, não só nelas se pode praticar a pesquisa de caráter causal, mas ainda isso é essencial para se conseguir uma interpretação positiva dos fenômenos⁽¹⁹³⁾. Segundo: a noção de "causa" não se confunde, naturalmente, com a de "função". Mas não é preciso confundi-las entre si para se ver em que sentido a "explicação causal" e a "explicação funcional" se completam (coisa que Durkheim patenteou muito bem, a seu modo) ou para se verificar dentro de que limites uma pode conduzir à outra. Ao contrário, para isso é preciso distinguir, claramente, as duas noções e, dentro do rigor possível em uma disciplina como a sociologia, aplicá-las com toda conveniência. Foram essas idéias que nos levaram a procurar uma explicação causal para a guerra na sociedade tupinambá, através da interpretação funcionalista. Tal experiência serviu, no mínimo, para nos demonstrar que o principal cuidado do sociólogo deverá consistir, menos em imitar, prontamente, o

(192) Cf. especialmente Ed. Goblot, "Fonction et Finalisme", *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger* (1899), vol. XLVII, pp. 495-505 e 632-645; *idem*, *Traité de Logique* (8.ª edição, Collin, Paris, 1947), cap. XV e XVI; J. Piaget, *loc. cit.*

(193) Cf. F. Simiand, *Le Salaire, l'Évolution Sociale et la Monnaie*, *op. cit.*, vol. I, pp. 17-18.

que fazem os especialistas em outros setores da ciência, que em esforçar-se por resolver através de meios próprios as suas dificuldades.

Restringindo-nos ao essencial⁽¹⁹⁴⁾, dois são os argumentos que poderiam desaconselhar a aplicação do método de interpretação funcionalista na pesquisa de vinculações causais. Primeiro, que a noção de *causa* pressupõe a idéia de que os termos de uma relação necessária se ligam entre si temporalmente. Essa explanação conduziu à conclusão de que "o antecedente invariável é chamado a causa; a conseqüência invariável, o efeito"⁽¹⁹⁵⁾. Toda explicação causal seria, portanto, uma explicação de relações de sucessão. Os sociólogos aceitaram essa explanação e passaram a entender, nesse sentido, os problemas de *causação social*⁽¹⁹⁶⁾. Somente Durkheim se lembrou de apontar, sem resolvê-las adequadamente, as dificuldades lógicas de semelhante solução: a sociologia poderia explicar causalmente, nestes termos estritos, os problemas de mudança social. Como explicar, porém, os problemas de estabilidade social, não menos importantes que aqueles? A "causa" poderia explicar como ou porque uma situação social dada se altera; o que explicaria a persistência posterior das transformações? Por isso apelou, como vimos, para a noção de "função social", sem manipulá-la, contudo, de modo a estender a explicação causal aos problemas de estabilidade social. É que tais problemas, como se pensava então, não poderiam ser descritos como relações de sucessão. Seja porque se supunha que os fenômenos sociais recorrentes se ligariam entre si de um modo mecânico: as relações dêles entre si seriam *necessárias*, mas *intemporais*... Seja porque se admitia (o que fazia Durkheim), que êles exprimiriam uma persistência de efeitos: e, neste caso, explicada a alteração no momento ou nas condições cruciais da mudança, estariam explicadas as próprias causas. Segundo, que a própria noção de coexistência dispensa o recurso à explicação causal das relações a que se aplica. Acreditava-se que não existe *nenhuma uniformidade de coexistên-*

(194) Por isso, não consideraremos aqui a alegação de que se trata de uma interpretação finalista (preexistência, na interpretação funcional, dos fins; tal orientação acarretaria a impossibilidade irremediável da análise causal). Supomos que esta argumentação poderá ter sentido no campo especulativo; entendida sociologicamente, ela não tem nenhum fundamento.

(195) J. Stuart Mill, *A System of Logic*, *op. cit.*, p. 213.

(196) Isso tanto em Durkheim, cujo pensamento já analisamos, quanto em Simiand (*op. cit.*, vol. I, p. 13 e seguintes), em Znaniecki (*op. cit.*, cap. VI, § 5) e em R. M. MacIyer, *Social Causation* (Ginn, Boston, 1942), *passim*).

cia entre efeitos de diferentes causas: só o acaso explicaria a ocorrência simultânea de efeitos de causas diferentes⁽¹⁹⁷⁾. Daí, a única possibilidade de explicação causal das uniformidades de coexistência consistiria em apresentá-las como *leis de causação*, de que dependessem⁽¹⁹⁸⁾. Era natural, portanto, que o interesse dominante dos sociólogos se orientasse, na pesquisa causal, para a descoberta das chamadas leis de causação. As explicações encontradas serviriam, quando fôsse o caso, para formular, ao mesmo tempo, a "lei" de formação de um fenômeno social e a "lei" conseqüente de sua persistência, ou seja, das uniformidades de coexistência. Lembramos, aqui, a significação de uma obra como *A Divisão do Trabalho Social* a êsse respeito.

O que se pode concluir, do que acabamos de expor, é que os sociólogos introduziram, em suas explicações, noções que não se ajustam à natureza dos fenômenos sociais, nem às condições da explicação sociológica⁽¹⁹⁹⁾. De fato, o esquema de interpretação causal, que caracterizamos tão sumariamente, é demasiado simplista, além de apelar para raciocínios adequados a ciências mais maduras e abstratas que a sociologia. Atendo-nos aos argumentos expostos, os únicos que nos interessam no momento, conviria ponderar:

1.º) Apesar de sua aparente utilidade na explicação de seqüências históricas, a concepção mecanicista de *causação social* não possui grande valor heurístico para a sociologia. Em primeiro lugar, porque ela pressupõe uma noção de "causa" que não se aplica a todos os fenômenos que exigem explicação causal na sociologia. Em segundo lugar, como os problemas relativos ao equilíbrio social são inteiramente diversos, por sua natureza, dos referentes ao equilíbrio mecânico, é problemática toda representação conceitual que reduza os processos sociais, direta ou indiretamente, aos esquemas interpretativos causais baseados na separação dos fenômenos sociais "estáticos" e "dinâmicos". Parece-nos que é possível manipular a noção de causa em um sentido claro e preciso, ao mesmo tempo frutífero à explicação sociológica. A seguinte definição, por exemplo, corresponde a essas condições: "Por causa de um acontecimento ou resultado entende-se a totalidade mínima de condições, cada uma das quais é indispensável e tôdas em conjunto são apenas suficientes para produzir aquele resultado"⁽²⁰⁰⁾. Doutro lado, se representarmos os problemas de equi-

(197) J. Stuart Mill, *op. cit.*, p. 227.

(198) *Idem*, *loc. cit.*, e p. 380.

(199) Aliás, segundo o que se pode concluir de modernas discussões do problema da explicação causal nas ciências exatas, nem se ajustariam à explicação científica em geral (cf. especialmente J. O. Wisdom, *Foundations of Inference in Natural Science*, *op. cit.*, especialmente, p. 85 e seguintes).

(200) A. Wolf, *Textbook of Logic*, *op. cit.*, p. 284.

livro social de uma forma que corresponda, logicamente, tanto quanto possível, às condições de fato, seríamos levados a criar esquemas interpretativos causais adequados a fenômenos: a) cujos estados de equilíbrio são sempre relativos e instáveis; b) cuja evolução em cadeia pode assumir modalidades de seqüência, que não cabem nas representações causais lineares.

2.º) Pode acontecer que uniformidades de coexistência sejam, em determinadas esferas da realidade, um produto da reunião casual dos efeitos simultâneos de causas diferentes. No que concerne à realidade social, porém, os resultados das investigações etnológicas e sociológicas indicam que as uniformidades de coexistência que tenham interesse para a explicação científica, são geralmente determinadas pela operação permanente ou contínua de condições que garantem a libertação regular de conjuntos simultâneos de causas e efeitos. Em consequência: a) nem sempre é possível explicar causalmente, na sociologia, as uniformidades de coexistência por meio de "leis derivadas" ("leis empíricas", "leis estáticas", ou como venham a ser designadas); b) impõem-se uma atenção especial às uniformidades de coexistência, que requeiram uma explicação causal própria. Segundo a lógica moderna (201), esta é perfeitamente possível e legítima; e, de acordo com os imperativos da explicação sociológica, ela é necessária e inevitável.

3.º) Na concepção mecanicista de *causação social* uma das modalidades de relações de seqüência é definida como uniformidade de coexistência. Os processos sociais recorrentes foram aí confundidos com os seus efeitos sociais. Daí a idéia de que eles não poderiam ser explicados por "leis de causação", mas por leis que delas derivassem. Contudo, o que se verifica é que tais processos não se ajustam à compreensão do sujeito, quando este procura entendê-los como uniformidades de seqüência lineares (como relações de sucessão irreversíveis). Pois eles correspondem a relações de sucessão que se repetem (impropriamente designadas acima, para facilitar a exposição, como "seqüências invariáveis"). Como se trata de relações que se reproduzem no tempo em conexão com a repetição das condições em que elas são possíveis, diríamos que essa modalidade de relações de seqüência dos fenômenos sociais abrange *uniformidades cíclicas de seqüência*. Em suma, do que acabamos de ver resulta: a) é impossível abstrair a condição tempo na explicação sociológica, qualquer que seja o grau de estabilidade através do qual encaremos os fenômenos de equilíbrio social. Mesmo a simultaneidade introduz essa condição sob forma própria: a de coexistência dos fenômenos no tempo, expressão ou resultado da manifestação regular de conjuntos coordenados de causas e de efeitos. Assim, seria um contra-senso afirmar que as conexões funcionais nas sociedades humanas possuem uma natureza diferente das vinculações causais por serem *intemporais* e *necessárias* mas num sentido mecânico. b) É possível introduzir maior consistência na delimitação sociológica dos problemas de dinâmica social, representando conceitualmente os processos sociais de maneira a tomar

(201) Cf. especialmente Bertrand Russell, *Human Knowledge. Its Scope and Limits* (George Allen and Unwin, Londres, 1948), parte IV, cap. IX (especialmente pp. 327-328) e parte VI, caps. V e VI (especialmente pp. 486-490).

em consideração as modalidades de seqüências que eles traduzem. Nesses termos, a explicação sociológica dos processos sociais recorrentes deveria ser procurada na forma de repetição das condições constantes de atualização dos fenômenos sociais e na persistência, por ela provocada, das constelações de causas-efeitos e de funções sociais, vinculadas às adaptações e ajustamentos sociais, já desenvolvidos e integrados ao sistema social. E a explicação dos processos sociais de mudança deveria ser procurada na forma de alteração das condições emergentes de atualização dos fenômenos sociais e nas consequências por ela provocada na produção de constelações de causas-efeitos e de funções sociais, vinculadas à modificação ou à formação de adaptações e ajustamentos sociais necessários para a continuidade do sistema social.

4.º) As conexões funcionais não se confundem com as causas dos fenômenos sociais, mas também não se identificam com os seus efeitos. Elas se inserem, por assim dizer, no intervalo abrangido entre a manifestação completa das causas e a consumação plena dos efeitos por elas produzidos. E isso por uma circunstância que não as afeta em si mesmas: é que as relações de causa e efeito e as conexões funcionais exprimem, em planos diferentes, as relações existentes entre os fenômenos sociais em seu contexto empírico (ou seja: as condições permanentes ou emergentes de sua atualização social). Daí a possibilidade, parcialmente notada por Durkheim, de se estabelecer um paralelismo na persistência ou na alteração das relações causais e das conexões funcionais concernentes aos mesmos contextos empíricos. Isso demonstra que é possível utilizar, sociologicamente, as noções de causa, de efeito e de função social: elas não se opõem, não se contradizem, nem se resolvem uma na outra. Tomando-se, como exemplo, a guerra entre os tupinambá, poder-se-ia: como causa da guerra tribal, descrever o conjunto de condições e de fatores sociais recorrentes, que levavam aqueles aborígenes a descobrir ou a sentir a necessidade de consumir relações sacrificiais com alguma entidade sobrenatural; como efeitos dessa causa, descrever o conjunto de ações e atividades sociais que deveriam ser praticadas, inevitavelmente, para que as relações sacrificiais pudessem ser consumadas (organização das excursões guerreiras, captura de inimigos, etc., até o massacre final das vítimas) e o conjunto de consequências inerentes a essas ações e atividades (inclusive: posição do grupo perante o sagrado, direitos e obrigações contraídos pelos companheiros, nas referidas ações e atividades sociais, exposição a represálias do grupo hostil prejudicado, etc.); como função social da guerra, descrever o conjunto de conexões desse modo de atualização da guerra (202) com a integração e a continuidade da sociedade tupinambá, vista em suas estruturas mais afetadas pelas consequências objetivas da guerra e como um todo.

Enfim, os sociólogos lidam sempre com sistemas sociais já constituídos e em funcionamento. As condições que con-

(202) É preciso que fique claro: como "modo de atualização" entendemos, no caso, tanto a operação das causas, quanto a manifestação dos efeitos. Pretendemos indicar, portanto, o mecanismo causal em questão como um todo, no seu processo e em seus produtos.

tribuem, em situações empíricas determinadas, para manter ou modificar certas constelações causais, são as mesmas que mantêm ou modificam as conexões funcionais existentes e as dos componentes do sistema social. É, portanto, inteiramente impossível, segundo pensamos, explicar completamente a vida social só em termos de relações causais ou só em termos de conexões funcionais. À medida que aquelas possam interessar, na interpretação funcionalista de um fenômeno determinado, o sociólogo precisa saber como descobri-las e explicá-las, sem precisar afastar-se, demasiadamente, dos procedimentos que estiver utilizando e dos problemas básicos que estiver manipulando. Como as relações causais e as conexões funcionais exprimem, de modos diferentes, as relações existentes entre os fatos de um mesmo contexto empírico, o método que permite investigar as segundas poderá muito bem ser aproveitado para pôr em evidência as primeiras. Nossa experiência mostrou-nos que isso é possível, desde que se tomem certos cuidados. Em uma investigação de funções sociais, o especialista opera com fenômenos que caem dentro do intervalo de uma determinação causal completa (ou de um conjunto único de determinações causais). Embora possa ignorar a causa (ou as causas) dos fenômenos, êle conhece os efeitos, de maneira mais ou menos completa, e joga com êles, para descobrir as conexões funcionais. Através da reconstrução destas, acaba-se tornando apto a construir o esquema empírico de seriação dos efeitos e a estabelecer, de modo preciso, as relações dêles entre si dentro do esquema. Se lhe convier chegar a uma explicação causal dos fenômenos, nada mais precisará fazer que descobrir o único elemento do intervalo que lhe falta. Para isso, é indispensável que conte com um conhecimento exaustivo da rede de ramificações existentes entre os fatos na situação empírica considerada, o qual quase sempre resulta da própria pesquisa das conexões funcionais. Na primeira tentativa poderá chegar a uma relação interpretativa de caráter geral. Mas, a partir desta, não lhe será difícil isolar os fatores determinantes irredutíveis e descobrir uma explicação causal adequada aos fenômenos. O leitor poderá encontrar uma ilustração dêste procedimento em nosso trabalho já citado (203).

(203) Cf. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, p. 311 e seguintes.

A possibilidade de descobrir vinculações causais através da interpretação funcionalista possui conseqüências muito importantes para a sociologia. É que ela permite estender a explicação causal a tipos de uniformidades que aguardavam uma explicação causal própria, como as uniformidades de coexistência e as uniformidades de seqüência de caráter cíclico. Este fato merece ser considerado de um ângulo especial. Pois será possível explorar a explicação causal, de forma empírico-indutiva, com referência a sociedades sôbre as quais não se possui documentação histórica contínua.

A presente digressão sôbre os problemas sociológicos que podem ser manipulados pelo método de interpretação funcionalista está longe de ser completa. Acreditamos, porém, que ela aborda pelo menos o que é essencial a respeito da natureza, limitações e aplicações positivas do referido método. Se nos fôsse permitido fazer, agora uma apreciação, diríamos que êsse método de interpretação é ainda muito imperfeito. Mas já oferece tais recursos à interpretação dos fenômenos sociais, que bem merece ser encarado como um dos principais meios de indução analítica, com que conta atualmente a sociologia.

CAPÍTULO III

Conseqüências da Interpretação Funcionalista para a Sociologia

"Depois de ter, forçosamente, dividido e abstraído demais, é preciso que os sociólogos se esforcem em recompor o todo." (Marcel Mauss, *Sociologie et Antropologie*, p. 276.)

"A questão de saber se ao pensamento humano cabe verdade objetiva não é uma questão de teoria, mas uma questão prática." (Karl Marx, *Marx über Feuerbach*, 2; in F. Engels, *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der Classischen Deutschen Philosophie*, p. 52.)

Introdução

O problema do conhecimento apresenta, na sociologia, dois aspectos: um teórico e outro prático. De um lado, trata-se de descobrir métodos de investigação adequados à natureza dos fenômenos sociais. De outro, de obter conhecimentos que permitam: seja um melhor ajustamento dos homens às condições sociais de existência; seja a transformação dessas condições em um sentido socialmente desejável. Esses dois aspectos se influenciam reciprocamente, por sua vez, de forma clara. Não é qualquer tipo de conhecimento que comporta uma dupla verificação, teórica e prática. Um conhecimento pode ser praticamente útil, sem ser teoricamente relevante. E muitos conhecimentos teoricamente importantes, nem por isso possuem aplicações práticas específicas. Além disso, os métodos de

investigação utilizados pela ciência são métodos analíticos, que decompõem a realidade, para conhecê-la como se fôsse constituída de peças separadas. Como a ação exige, quase sempre, uma visão global da situação e a capacidade de apreender os elementos como parte de um todo, os conhecimentos analíticos, fornecidos pela ciência, não são de fácil exploração na prática (204).

Pode-se ou não concordar com esta última afirmação. Quer a aceitemos ou não, fica em pé a questão de saber que condições determinado conhecimento sociológico preenche e como essas condições se refletem em suas possibilidades teóricas e práticas. Pensamos examinar, neste capítulo, algumas dessas condições com referência ao método de interpretação funcionalista. Os especialistas que recomendam esse método possuem algumas pretensões a respeito. Assim, Merton assevera que a sociologia encontra, nêle "o começo de um modo de análise sistemática e empiricamente relevante" (205). E Malinowski, um dos clássicos do funcionalismo, admite enfaticamente: "a verdade é que a ciência começa com as aplicações", "portanto, a antropologia científica precisa ser prática" (206). Não nos propomos, naturalmente, discutir essas pretensões. Mas não nos podemos furtar ao exame objetivo das questões que elas pressupõem.

1) O método de Interpretação Funcionalista em face da Explicação Sociológica

Os problemas sociológicos que caem no campo da análise funcionalista são de tal natureza, que nos sugerem a caracterização que dela devemos adotar. *É uma análise que tem por objeto descobrir e interpretar as conexões que se estabelecem quando unidades do sistema social concorrem, com sua atividade, para manter ou alterar as adaptações, ajustamentos e*

(204) Cf. especialmente K. Goldstein, *La Structure de l'Organisme*, op. cit., cap. XI. A perspectiva da ação (que corresponde ao ângulo inverso da perspectiva teórica), é bem discutida, sociologicamente, em um ensaio de K. Mannheim (cf. *Ideologia e Utopia. Introdução à Sociologia do Conhecimento*, tradução de Emílio Willems, prefácio de Louis Wirth (Editora Globo, Porto Alegre, 1950), pp. 101-177).

(205) R. K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, op. cit., p. 81.

(206) Malinowski, *The Dynamics of Culture Change*, op. cit., pp. 5 e 6, respectivamente.

contrôles sociais de que dependem a integração e a continuidade do sistema social, em seus componentes nucleares ou como um todo. Entendendo-se que o termo "unidade" se aplica, indistintamente, a qualquer componente do sistema social, independentemente de sua complexidade estrutural ou funcional (ação, relação, posição, personalidade, instituição, grupo social, estrutura social, etc.). E, ainda, que a noção de "continuidade social" abrange os dois mecanismos envolvidos na dinâmica social — o de estabilidade e o de mudanças sociais — quando se trata da persistência existencial das coletividades humanas, sem nenhuma consideração pela importância relativa variável de cada um dos mecanismos.

Por sua essência, a análise funcionalista *constitui um meio qualitativo de investigação.* Os problemas a que se aplica não podem ser reduzidos a representações simbólicas uniformes, nem comportam um tratamento matemático imediato. São problemas que implicam uma consideração estritamente empírica das relações consideradas e que, especialmente, excluem toda possibilidade de abstração das condições concretas, em que elas se produzem. Por isso, também não são acessíveis aos critérios ou aos procedimentos da reflexão axiomática, e não podem ser definidos como categorias sociológicas "puras". Talvez, no futuro, se desenhem algumas possibilidades, em ambas as direções, graças à acumulação de conhecimentos empírico-indutivos sobre as conexões funcionais e, em particular, sobre as modalidades de correlação funcional. Nesse caso, porém, o pensamento matemático e a reflexão axiomática não incidirão diretamente sobre as conexões funcionais, mas sobre os resultados das elaborações interpretativas, obtidas por meio da análise funcionalista.

Essa dupla caracterização do método de interpretação funcionalista nos interessa de perto. Pois ela sugere as questões que devem ser ventiladas aqui. Primeiro, porque confina nossa atenção a um problema específico: em que sentido uma análise do tipo da funcionalista pode ser fundamentada, em termos da explicação sociológica. Segundo, porque ela põe em evidência a natureza do problema geral, que nos compete discutir: que relação existe entre o objeto da análise funcionalista e os problemas fundamentais da "sociologia empírica" (excluídos que estão os da "sociologia pura")⁽²⁰⁷⁾. Como

(207) Nesta altura do trabalho, deve estar mais ou menos claro que o contraste que estabelecemos entre "sociologia empírica" e "sociologia pura" constitui mero recurso expositivo. Não obstante, é sabido que há quem fundamente, logicamente, a separação dos dois campos da sociologia.

já fizemos em outros pontos, iremos nos limitar, na discussão dos dois problemas, aos seus aspectos mais importantes ou significativos.

Quanto ao primeiro problema, seria conveniente lembrar algo que somente ficou implícito, durante o desenvolvimento do capítulo anterior. É que o conceito de função social possui outros sentidos sociológicos, podendo, por isso, ser aplicado de maneira inteiramente diversa da que ocorre na análise funcionalista, e que, além disso, seu emprêgo em sentidos heurísticos nem sempre depende do recurso à interpretação funcionalista. O conceito de função social pode ser manipulado tanto no sentido A, quanto no B (confronte acima, página 249), através dos resultados imediatos da observação direta ou por meio da análise comparativa, se o nível de explanação sociológica do fenômeno considerado for descritivo. Com freqüência, os sociólogos apontam a "função ecológica", a "função socializadora", a "função estética", a "função educativa", a "função assimiladora", etc., de determinados processos sociais, sem que lhes interesse examinar o modo de ser, os efeitos ou as conseqüências dessas funções em seu contexto social. Doutro lado, a definição da função social de um fenômeno, quando ela é procurada na abstração do que é geral (como procede Durkheim, por exemplo, com referência ao incesto), pode ser obtida mediante a indução comparativa.

Essas duas manipulações sociológicas do conceito de função social contrastam com os procedimentos precisos da análise funcionalista e sugerem a conveniência de uma recapitulação sintética dos resultados de nossa discussão anterior. Pelo que vimos, a análise funcionalista se caracteriza, quanto aos procedimentos lógicos praticados pelo sujeito: a) pela consideração do fenômeno investigado no seu contexto empírico; b) pela decomposição, por processos analíticos, do contexto empírico em seus componentes nucleares, com objetivos puramente interpretativos — de identificar os fenômenos que fazem parte do contexto e de determinar, em face das condições empíricas de sua articulação, as possíveis conexões deles entre si e a provável significação das mesmas, encaradas em termos da coexistência, da atividade e da influência recíproca dos fenômenos; c) pela elaboração racional das conexões descobertas, para pôr em evidência sociologicamente: se a atividade do fenômeno considerado se reflete, dinamicamente, de uma forma específica

e característica, seja nos mecanismos e processos sociais que se manifestam no conjunto de fenômenos interdependentes de que faça parte, seja nos mecanismos e processos sociais que se manifestam nos demais níveis de integração do meio social geral; como o exercício dessa atividade, com suas repercussões parciais e globais, contribui para explicar a forma de integração do fenômeno considerado, estrutural e funcionalmente, aos conjuntos interdependentes de que faça parte, aos sistemas sociais parciais em que estes se incluam e à sociedade como um todo; a própria natureza das conexões, nos limites dos diversos modos de elaboração interpretativa das mesmas (descrição puramente fenomênica da função social, em um dos quatro sentidos heurísticos, ou determinação de dependências estruturais, correlações funcionais e vinculações causais); d) pelo processo de estabelecimento e de elaboração interpretativa das inferências: a análise funcionalista se concentra em casos típicos, selecionados racionalmente nos contextos empíricos em que os fenômenos são considerados. Em conseqüência, as explicações obtidas possuem alguns caracteres próprios. Elas são generalizações obtidas mediante a abstração de conexões que se repetem porque são essenciais na manifestação dos fenômenos (o que fundamenta a operação com casos típicos) (208). Elas são válidas dentro de limites empíricos circunscritos, os que se dão no sistema social em que se integre o fenômeno investigado. E, por fim, não podem ser estendidas a outras situações empíricas senão por processos indutivos precisos. Ou seja, através da comparação de conhecimentos obtidos pelos mesmos critérios explicativos — é o que, com razão, Marcel Mauss chamou de *método de comparação precisa*. Naturalmente, deve-se ter em vista êsses procedimentos lógicos, quando se pretende verificar em que sentido a interpretação funcionalista depende da explicação sociológica.

Há, obviamente, uma subordinação de ordem instrumental. A interpretação funcionalista encontra, na sociologia, o sistema de conceitos e as técnicas de investigação (de coleta, crítica e sistematização dos dados de fato) que tornam possível, conceptual e materialmente, o ajustamento do investigador

(208) Sobre esse processo de estabelecer inferências indutivas analiticamente, cf. F. Znaniecki, *The Method of Sociology*, op. cit., pp. 250-253; e, quanto aos fundamentos lógicos do processo mesmo, cf. M. Dorolle, *Les Problèmes de l'Induction* (Félix Alcan, Paris, 1933), *passim*.

aos problemas a serem analisados. O emprêgo de conceitos sociológicos e, principalmente, a exploração das técnicas de investigação sofrem uma espécie de deflexão teórica, devida aos interesses intelectuais inerentes à interpretação funcionalista (209). Mas, fundamentalmente, o investigador que procede por meio da análise funcionalista opera, em questões de tática, com os recursos comuns da investigação sociológica.

Contudo, não é esse tipo de subordinação que nos compete examinar. Existe no esquema lógico da análise funcionalista um conjunto de operações e de questões que não se justificam por si mesmas, cuja formulação ou cuja legitimidade precisam ser procuradas fora ou acima do "funcionalismo". São as operações que pressupõem uma certa representação da realidade investigada e as questões para as quais a interpretação funcionalista procura uma resposta, mas cujo alcance e significação transcendem a esfera de seus problemas teóricos imediatos. Elas circulam correntemente e necessariamente no campo da interpretação funcionalista; porém, tiveram sua origem e recebem sua fundamentação na teoria da explicação sociológica em geral.

Há noções que podem ser encaradas como ingredientes básicos ou como pressupostos da análise funcionalista. São, por exemplo: as idéias de que os fenômenos sociais fazem parte de conjuntos interdependentes; de que tais conjuntos se integram coordenadamente e se influenciam entre si, pela atividade de um dos seus componentes ou do próprio conjunto como um todo; de que os diferentes conjuntos com que se lida interpretativamente possuem uma realidade própria e que, por conseguinte, o recurso à análise não visa reduzir o todo às suas partes; de que as conexões funcionais dos fenômenos são necessárias e se repetem, etc. Elas são, logicamente, imprescindíveis à análise funcionalista. Em particular, delas dependem as elaborações holísticas e os processos de inferência, que fazem da interpretação funcionalista um fecundo meio de indução analítica na sociologia. Entretanto, bem examinadas, elas não exprimem senão convicções mantidas pelos especialistas,

(209) A esse respeito, no que concerne às técnicas de investigação, cf. especialmente: B. Malinowski, *Argonauts of the Western Pacific. An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*, prefácio de James G. Frazer (Routledge & Kegan Paul, Londres, 3.ª impressão, 1950), pp. 2-25; *idem*, *Coral Gardens and their Magic*, op. cit., vol. I, cap. XI; R. K. Merton, op. cit., pp. 55-61.

em virtude da confiança que depositam em postulados da explicação sociológica (210).

Pode-se considerar essas idéias como inerentes ao funcionalismo, pois elas de fato o são. Contudo, assim como elas se identificam com os princípios da explicação sociológica, elas traduzem questões que só poderiam ser colocadas, sistematicamente, no campo da sociologia geral. No conjunto de problemas fundamentais, concebidos no século XIX como objeto da sociologia, estavam os que diziam respeito à *constituição* e ao *funcionamento* das sociedades humanas. Nós já vimos, suficientemente, como essas preocupações teóricas se manifestaram em Spencer e em Durkheim. Não nos resta mais que tirar a conclusão que faltava. As razões que animaram os sociólogos a apelar, originariamente, para a noção de "função social", também guiaram seus passos na seleção dos problemas básicos da interpretação funcionalista: a análise das relações ou conexões necessárias à integração dos elementos constitutivos da "sociedade" e à coordenação ou unificação das atividades por eles exercidas. Posteriormente, as transformações da sociologia se refletiram de vários modos na teoria funcionalista. Preservou-se, porém, a tendência a limitar o objeto da interpretação funcionalista a um número restrito de problemas sociológicos. De uma concepção que definia os problemas de função na sociologia como o campo da "fisiologia social", passou-se, lentamente, para uma concepção mais livre de interpretação dos fenômenos sincrônicos da vida social. E, depois, por causa da evidência de que as sociedades "não funcionam" como uma máquina, nem como um organismo, chegou-se a estender esta concepção a alguns tipos de fenômenos diacrônicos. No fundo, entretanto, as diferenças de formulação são pequenas. O alargamento na definição dos problemas se operou por meio da extensão progressiva dos critérios de interpretação funcionalista

(210) Semelhante problema não pode ser senão referido de passagem, já que seu exame a fundo exigiria um espaço de que não dispomos e uma delimitação do objeto da análise bem diferente da que adotamos. Os postulados em questão são os que legitimam a explicação sociológica, quanto à definição da natureza do objeto da sociologia e à caracterização do próprio ponto de vista sociológico. Nesta esfera, atrás de todas as divergências fundamentais entre as diversas correntes sociológicas, se encontra o mínimo de convergência e de unidade que torna a sociologia logicamente possível, como disciplina científica autônoma. No caso, porém, só nos interessam os postulados que definem os fenômenos sociais como realidade objetiva e delimitam, com base nas implicações resultantes, a atitude cognoscitiva do sujeito-investigador (cf. especialmente E. Durkheim, *Les Règles de la Méthode Sociologique*, cap. I e II; H. Freyer, *La Sociologia. Ciencia de la Realidad*, pp. 100-112; F. Kaufmann, *Metodologia de las Ciencias Sociales*, pp. 266-334).

aos fatos e situações a que eles se aplicam positivamente. É que a precisão alcançada na formulação dos problemas de função na sociologia não poderia refletir-se na definição do objeto da análise funcionalista senão de maneira a ajustá-la, logicamente, à significação essencial que ela possui para a explicação sociológica dos fenômenos sociais.

Em suma, os chamados "pressupostos lógicos da análise funcional" constituem, na verdade, problemas particulares da explicação sociológica, aqueles que se colocam quando os fenômenos sociais são interpretados funcionalmente. Quer eles digam respeito às fontes intelectuais das expectativas do investigador de que as conexões interpretadas possuem uma realidade objetiva, que são conexões que se dão regularmente ou se repetem uniformemente, em condições determinadas. Quer eles se refiram à delimitação dos problemas essenciais da interpretação funcionalista ou à forma de manipular interpretativamente as conexões funcionais, por meio de processos de inferência adequados. São problemas que surgem no plano imediato da explicação sociológica e afetam, por sua natureza, as questões mais gerais da indução analítica na sociologia (211).

O segundo problema conduz nossa discussão a outros temas. Já se poderia admitir, em consequência da digressão anterior, que a análise funcionalista possui uma significação limitada, mas precisa e essencial para a explicação sociológica. Ou seja, que ela se orienta no sentido de compreender um dos grupos de problemas, que caem no campo empírico-indutivo da sociologia, e exigem uma manipulação interpretativa especial. Fica, naturalmente, implícito que os demais problemas empírico-indutivos da sociologia são compartilhados por outros métodos de interpretação. E que os conhecimentos produzidos mediante a indução de conexões funcionais possuem um interesse sociológico relativo, já que só esclarecem algumas das questões essenciais, com que se defronta a investigação sociológica. Não nos compete examinar aqui todas as implicações desta constatação; porém, as que tocam, direta ou indiretamente, ao método de interpretação funcionalista.

Há um conjunto de consequências que são, por assim dizer, imediatas. São as produzidas pela acumulação de conhe-

(211) Por isso, nos limitamos a apontar as relações da interpretação funcionalista com a explicação sociológica, deixando de lado as questões mais gerais, que caem no campo da metodologia da sociologia e são (ou deveriam ser) examinadas nas obras que tratam da matéria.

cimentos sobre os problemas sociológicos que podem ser interpretados funcionalmente. No capítulo anterior já tratamos amplamente desse assunto, inclusive quanto às principais perspectivas abertas pela análise funcionalista em seu tratamento sociológico. Delas ainda deriva outra consequência que, se não é inteiramente desprezível, nos parece óbvia. Trata-se da solução que a análise funcionalista oferece ao problema da generalização, com base empírico-indutiva, na sociologia. Como salientamos em outros lugares deste trabalho, os conhecimentos obtidos por meio da análise funcionalista comportam manipulações mais abstratas, as quais podem conduzir ao estabelecimento de classificações realmente positivas nas ciências sociais. Este aspecto nos interessa aqui. Mas poucas são as considerações significativas que nos sugere, já que a sociologia ainda não alcançou um grau de maturidade científica que torne frutífera semelhante exploração do método comparativo.

Os únicos desenvolvimentos da comparação, com base em conhecimentos obtidos funcionalmente, dizem respeito a tentativas de explicar as consequências produzidas pelo mesmo fenômeno em diferentes sistemas sociais ou de explicar como se processa a integração funcional de determinados fenômenos a grupos limitados de sistemas sociais⁽²¹²⁾. Contudo, se em nosso campo fôsse possível conseguir financiamentos regulares, como os que suportam as pesquisas nas ciências de laboratório, e criar condições de trabalho socialmente organizado, inclusive com planejamento uniforme das várias modalidades de *pesquisa de reconstrução histórica* e de *pesquisa de campo*, poder-se-ia utilizar a análise funcionalista tendo em vista a comparação sistemática dos fenômenos sociais. Neste caso, as possibilidades da investigação sociológica se alterariam profundamente. De um lado, surgiriam os meios efetivos, que nos faltam atualmente, para o estabelecimento de classificações com fundamento positivo (evidência e classificação empírico-indutiva de tipos). De outro, as classificações passariam a ser, com o tempo, um instrumento da própria investigação e não um *fim*, como ainda são na sociologia moderna. Por seu intermédio poder-se-ia construir conjecturalmente, mas com referências relativamente seguras, parte do que ignoramos sobre o passado das sociedades humanas. Isso sugere que a análise

(212) Conforme já indicamos, tais problemas têm sido analisados funcionalmente por Mauss (ensaios sobre o sacrifício e o presente) e por Radcliffe-Brown (monografia sobre a organização social das tribos australianas e sistemas africanos de parentesco e casamento).

funcionalista poderá contribuir para solucionar, de várias maneiras, o problema da generalização na sociologia. Seja em termos estritamente empírico-indutivos, oferecendo os conhecimentos indispensáveis para a caracterização e a classificação de tipos. Seja em termos das diferentes espécies de elaborações conjecturais a que se presta positivamente, para o desenvolvimento da análise ontogenética e da análise filogenética dos sistemas sociais⁽²¹³⁾.

Há outro conjunto de consequências que precisa ser mencionado. É o que diz respeito à representação dos fenômenos sociais na sociologia. Pelo que dissemos acima, é evidente que a interpretação funcionalista contribui, ponderavelmente, para a reconstrução sociológica da realidade social. Sem o seu concurso, a explicação sociológica não poderia reter, ou os reteria muito mal, os aspectos da vida social em que melhor se evidencia a natureza própria ou específica dos fatos investigados pela sociologia. Além disso, a abstração peculiar que a análise funcionalista supõe (consideração funcional dos fenômenos sociais), não implica em deformação séria das condições reais de produção do fenômeno⁽²¹⁴⁾. Ao contrário, compele o sujeito-investigador a concentrar suas forças e habilidades nas tarefas de reprodução das *condições empíricas*, independentemente do grau de complexidade dos fenômenos considerados. Daí sua importância para a sociologia, como fonte de uma das perspectivas em que a vida social pode ser reconstruída como realidade⁽²¹⁵⁾.

Entre essas consequências, merecem nossa atenção as que situam, por assim dizer, o método de interpretação funcionalista na sociologia empírica. À medida que apanha os fenômenos nas condições concretas de sua atualização, este método oferece à explicação sociológica uma solução para três problemas. Primeiro, eleva coerentemente as dimensões pragmá-

(213) Esses dois tipos de análise são examinados sociologicamente por Znaniecki (cf. *The Method of Sociology, op. cit.*, pp. 275-295). Esse autor não menciona, porém, as possibilidades concretas dos diferentes métodos de interpretação sociológica, inclusive o funcionalista, na realização dos dois tipos de análise.

(214) Esta é uma qualidade comum aos métodos de interpretação explorados no campo da sociologia empírica. O método de compreensão e o método dialético não pressupõem o recurso a nenhuma outra espécie de abstração das condições reais dos fenômenos, além das que são inerentes ao modo de consideração interpretativa do objeto, peculiar a cada um deles (a esse respeito, cf. "Os Problemas da Indução na Sociologia", parte II da presente obra, caps. IV, V, VI e VII).

(215) O contrário sucede com os métodos de interpretação cujo característico essencial consiste na abstração das condições reais do fenômeno, explorados no campo da sociologia sistemática, como o método formalista de investigação dos processos sociais (abstração dos conteúdos culturais) e o método morfológico de investigação das estruturas sociais (abstração dos processos sociais).

ticas do comportamento humano e dos processos sociais ao raciocínio sociológico. Faz, assim, com que sejam ressaltados tanto o significado prático das soluções encontradas espontaneamente, em cada coletividade, para os problemas sociais (quer isso seja ou não explicitamente reconhecido em objetivações culturais), quanto o grau de consistência ou de inconsistência dessas soluções, em face de seus efeitos reais. Segundo, amplia a sensibilidade do raciocínio sociológico diante dos processos *in flux*, mas de forma realista. É que a análise funcionalista permite focalizar as fontes de atritos, de insatisfações e de conflitos, inerentes à organização das sociedades humanas, juntamente com os mecanismos sociais que garantem a sua harmonização, a sua neutralização ou a ignorância de seus efeitos reais. Sem nenhuma consideração propriamente "histórica", possui elementos para determinar se, em um dado momento, as fontes de atritos ou de conflitos poderão ou não originar desajustamentos mais ou menos graves e movimentos ou processos de alteração da ordem social. Terceiro, contribui para desenvolver, no raciocínio sociológico, uma imagem em que a vida social é representada como um todo contínuo, embora instável. Este é um ponto importante, porque d'ele depende a solução que se dá à própria explicação sociológica. Piaget, por exemplo, nota o seguinte: "percebe-se assim que a dificuldade essencial inerente a toda teoria sociológica consiste em conciliar a explicação diacrônica dos fenômenos, quer dizer, a de sua gênese e de seu desenvolvimento, com a explicação sincrônica, quer dizer, a do equilíbrio" (216). Apesar da opinião pessimista desse autor, os sociólogos já superaram essa dificuldade (aliás, como os lingüistas também), que só existe quando se supõe o equilíbrio como condição de estabilidade. Segundo pensamos, a interpretação funcionalista permite ligar a explicação dos fenômenos sincrônicos à dos fenômenos diacrônicos de duas maneiras. Através da consideração dos processos de mudança social em termos das condições em que eles se tornam funcionalmente necessários. E por meio da análise da potencialidade funcional dos fenômenos sociais (em contextos empíricos determinados), a qual oferece um ponto de referência à explicação dos limites da mudança social e dos processos de reintegração da ordem social (217).

(216) J. Piaget, *Introduction à l'Épistémologie Génétique*, op. cit., vol. III, p. 215.

(217) Aliás, o método dialético oferece idênticas possibilidades de solução do problema embora em sentido inverso, as quais não foram notadas por Piaget.

Há, por fim, uma conseqüência de ordem metodológica. A análise funcionalista educa o especialista para a investigação dos fenômenos sociais nas condições em que estes se dão realmente à observação (218). Acreditamos ser este um fato de suma importância. De um lado, porque essa experiência pode servir como uma espécie de antídoto à influência de ciências mais maduras. Quase sempre, a sedução exercida por ciências como a física, a química ou a biologia se faz sentir por causa da admiração provocada pelos resultados atualmente alcançados nos laboratórios. Pouca ou nenhuma atenção se dá aos progressos lentos, feitos por essas disciplinas no passado, através dos quais foram refinados os processos de investigação e os conhecimentos que eles poderiam proporcionar. Não se verifica, por isso, que resultados tão sedutores se explicam porque, nessas ciências, os processos e os métodos de investigação foram ajustados contínua e pacientemente à natureza de seus objetos e às condições de pesquisa que eles possibilitam. A influência em questão, se se manifestasse desta maneira, também seria educativa. Em geral, elas produzem efeitos negativos, porque dão origem a preocupações que nem sempre são consistentes com as possibilidades teóricas ou de pesquisa da sociologia. A medida que conduz o especialista a manipular os problemas investigados nas condições de sua manifestação, ao mesmo tempo que orienta sua atenção para os problemas específicos da investigação sociológica, a análise funcionalista leva-o a atentar para as vantagens inerentes à pesquisa e à interpretação dos fenômenos nas condições reais de sua produção. De outro lado, porque a experiência acabará ensinando ao especialista quais são as limitações do método de interpretação que utiliza e a conveniência de recorrer a outros métodos, quando o exigir a natureza dos problemas investigados. Poderão formar-se, assim, algumas convicções sobre a "especialização" lógica e a complementaridade dos métodos de interpretação, essenciais para os atuais desenvolvimentos empírico-indutivos da sociologia.

No conjunto, podemos extrair da presente discussão algumas idéias gerais. Nada justifica a pretensão de alguns funcionalistas de fazer das aplicações da análise funcionalista uma

(218) Neste ponto, a influência dos outros dois métodos de interpretação — o método de compreensão e o método dialético — é semelhante.

espécie de disciplina científica independente. O *funcionalismo*, assim entendido, não possui nenhum sentido. Mas, visto de outro ângulo, o de sua importância relativa como instrumento da explicação sociológica, o funcionalismo representa na sociologia uma orientação promissora. Os problemas sociológicos que caem no campo da análise funcionalista, a maneira pela qual esta os manipula, a significação prática e teórica que eles próprios têm, contribuem para associá-lo estreitamente às modernas tendências de desenvolvimento empírico-indutivo da sociologia.

2) Função e Sociedade

O conhecimento sociológico dos fenômenos sociais em termos de função constitui, primariamente, um conhecimento das condições reais em que eles se manifestam e dos efeitos objetivos que eles produzem. Uma tentativa, em suma, de representar, racionalmente, a vida social através de seus mecanismos ou processos sociais mais profundos, que só se refletem na superfície, mediante as atitudes e as ações dos indivíduos ou as atividades de grupos e instituições, em alguns dos seus efeitos, quase sempre os menos consideráveis ou significativos. Daí resulta que o foco de interesse interpretativo, por restrito que seja — a função social de uma atitude, como o preconceito de côr; de uma ação social, como a ação sacrificatória; de uma relação social, como a relação burocrática; de uma personalidade, como o empreendedor capitalista; de uma instituição, como o casamento; de um grupo, como a família conjugal moderna; de uma estrutura, como o sistema escolar; de um processo, como a cooperação competitiva — nunca pode ser concebido funcionalmente como uma unidade isolada e estática ou como algo susceptível de explicar-se por si, pela própria constituição interna ou por sua atividade específica. Ao contrário, precisa ser delimitado de maneira a compor-se todo um quadro complexo, em que a unidade considerada esteja reproduzida como um elemento ativo da vida social, isto é, no que ela signifique como solução de problemas práticos, em qualquer dos níveis das necessidades e das relações humanas, nas circunstâncias sociais em que eles venham a apresentar-se. Por isso, é um conhecimento que põe o analista, direta ou indiretamente, diante da realidade social mais complicada e inclusiva,

que descrevemos sociologicamente com o conceito de *sociedade*. Qualquer que seja a unidade analisada, ela é compreendida como parte das condições e dos mecanismos através dos quais a existência e a sobrevivência dos seres humanos se confundem, inextricavelmente, com a existência e a sobrevivência das sociedades. Qualquer que seja o grau de abstração atingido interpretativamente, a explicação de uma *função social* pressupõe a explicação de pelo menos alguns aspectos essenciais da operação e dos efeitos dos processos que asseguram a organização e a continuidade das sociedades. A equação *função social x sociedade* pode ser omitida, na discussão teórica. O recurso a noções analíticas mais precisas (referentes aos contextos empíricos considerados) e as ficções abstratas mais vagas (como a noção de sistema social), o permitem. Ela é, porém, subjacente a todo raciocínio sociológico, baseado na inferência de conexões funcionais. E é nela que se encontram os fundamentos das possibilidades de manipulação prática dos conhecimentos obtidos por meio da análise funcionalista.

Poderíamos admitir, com estrita referência à discussão desenvolvida acima ⁽²¹⁹⁾, que o conhecimento sociológico fornecido pela análise funcionalista contém quatro possibilidades fundamentais de elaboração prática ulterior. A primeira diz respeito à integração funcional das variáveis, que podem concorrer para produzir determinado desajustamento. Como vimos, a análise funcionalista considera os fenômenos sociais tendo em vista o grau de elaboração funcional dos mesmos. Assim, uma ação qualquer é examinada quanto às possíveis significações que possa ter em diferentes planos: no das relações adaptativas, quanto à domesticação do meio natural circundante e ao adestramento do organismo; no da motivação psíquica dos membros da coletividade, considerados individualmente; no dos meios instrumentais de ação ou de influência material e moral; e no dos ajustamentos e contrôles sociais. Qualquer alteração das variáveis que operam em cada um desses planos, pode refletir-se na "eficiência" e na "normalidade" das noções sociais. Toda sociedade possui técnicas para restaurar a "eficiência" e a "normalidade" de desequilíbrios que afetam regularmente uma ou outra variável em determinados planos; nenhuma, porém, possui meios para impedir que o desequilíbrio concomitante de diversas variáveis em mais

⁽²¹⁹⁾ Cf. a segunda parte do cap. II e a primeira parte do presente capítulo.

de um plano de adaptação e ajustamento crie um problema social. A análise funcionalista é um instrumento preciso para localizar as variáveis que são responsáveis por determinados desajustamentos e pode, por conseguinte, sugerir procedimentos que contribuam para restaurar o equilíbrio no jogo mútuo das variáveis ou para criar um novo tipo de equilíbrio entre elas. Em ambos os casos, os procedimentos apontados constituiriam uma técnica racional de controle da emergência e da solução dos problemas sociais.

A segunda possibilidade de manipulação prática dos conhecimentos obtidos pela análise funcionalista se refere à caracterização dos problemas sociais e das tendências de solução espontânea dos mesmos. Como vimos acima, existe uma relação íntima e constante entre a organização, o ritmo de funcionamento e as tendências ao desequilíbrio nas sociedades humanas. Não é uma tarefa muito difícil para o analista, portanto, apontar em situações concretas e bem conhecidas os fatores de instabilidade, seus efeitos prováveis e os mecanismos eventuais de restauração espontânea do equilíbrio social. Essa possibilidade de manipulação prática possui uma importância peculiar para os povos ocidentais e ocidentalizados. De um lado, por causa da política colonial. É possível elaborar, com base em previsões de caráter sociológico, planos de colonização em que sejam consideradas as reações das populações nativas e a evolução das mesmas no *continuum* de contactos raciais e culturais. De outro, porque a industrialização e a urbanização introduziram nesses povos fatores permanentes de instabilidade social. A emergência contínua de problemas sociais e a necessidade de resolvê-los dentro de dois critérios alternativos (ou tecnicamente, quando a natureza do problema o impõe; ou pelo consenso da maioria, quando se trata de matéria de opinião), conferem especial interesse a uma técnica social que é capaz de indicar, ao mesmo tempo, a natureza dos problemas sociais e as tendências de solução dos mesmos, que se manifestam na coletividade (220).

A terceira possibilidade de manipulação prática dos conhecimentos produzidos pela análise funcionalista se relaciona com o desenvolvimento do estudo dos problemas de integração funcional em um sentido crítico. Através da investigação socio-

(220) Cf. Florestan Fernandes, "Aplicação dos Conhecimentos Sociológicos às Relações Internacionais", art. cit., especialmente, pp. 241-244.

lógica, foram descobertas diversas inconsistências funcionais na organização das sociedades humanas, que não se refletem no equilíbrio social nem constituem fontes de conflito entre grupos ou segmentos da sociedade. Ao contrário, da perpetuação de tais inconsistências funcionais depende com frequência, em maior ou menor grau, a renovação das condições que garantem a estabilidade social. Elas se ocultam aos indivíduos pelos próprios mecanismos da vida social, embora em alguns tipos de sociedade sejam parcialmente expostas à consciência social. A importância de semelhantes manipulações práticas é evidente, em particular porque servem como fontes de orientação racional na escolha de medidas contra desajustamentos como o pauperismo, a insegurança econômica ou social, a delinquência, etc. Para os sociólogos, em geral, a "cura" de uma mal social só pode resultar de um "remédio" igualmente social, pois é característica da sociologia aplicada a manipulação prática dos problemas sociais em escala grupal (221). Em termos dos resultados da análise funcionalista, esta formulação é adequada, mas deveria ser restringida. Cada situação particular oferece perspectivas próprias e limitadas de eliminação das inconsistências funcionais através da mudança controlada. Aqui se aplicam, convenientemente, as idéias relativas aos pré-requisitos funcionais dos sistemas sociais, a que nos referimos em outra parte deste trabalho.

Com isso, passamos à quarta possibilidade de manipulação prática dos conhecimentos proporcionados pela análise funcionalista. Ela é antes negativa, e insiste nos limites dentro dos quais a intervenção inovadora é possível. Mesmo que os sistemas de pressões sociais deixassem de restringir as aplicações práticas dos conhecimentos sociológicos, as possibilidades de introduzir modificações em situações sociais concretas não seriam ilimitadas. A importância prática das manipulações em questão consiste em que o conhecimento dos "limites" oferece geralmente indicações claras e precisas sobre os "meios." Operando com conceitos como o de problema social, de pré-requisito funcional e de disfunção social, o analista se põe em condições de determinar, em situações concretas, a natureza dos obstáculos a serem contornados ou dominados e as soluções que combinam melhor eficiência com viabilidade.

(221) Cf. especialmente K. Mannheim, *Freedom, Power and Democratic Planning*, (Oxford University Press, Nova York, 1950), *passim*.

Essas possibilidades práticas são, porém, meramente teóricas. Poderíamos dizer que constituem potencialidades práticas não aproveitadas dos conhecimentos acessíveis mediante a aplicação do método de interpretação funcionalista na sociologia. Apesar das afirmações românticas de Malinowski (222), sobre os papéis ativos do antropólogo nos processos de mudança social e cultural, restritas e quase insignificantes têm sido as oportunidades dos funcionalistas nesta esfera. A verdade é que, como em outros campos das ciências humanas, em que as aplicações dos conhecimentos científicos ultrapassam os limites das relações entre o especialista e o cliente ou entre o interesse privado e certos objetivos da ciência aplicada, ainda não existem, nas sociedades ocidentais, meios regulares de aproveitamento prático e efetivo das descobertas feitas pelos sociólogos ou pelos antropólogos. Um aproveitamento dessa ordem depende do recurso ao planejamento em larga escala, inclusive para resolver problemas sociais que, atualmente, escapam ao sistema vigente de controles sociais. Daí esse fato evidente, que só se pode negar em teoria. As potencialidades práticas dos conhecimentos obtidos ou que podem ser conseguidos através do método de interpretação funcionalista não encontram canais sociais que permitam seu aproveitamento efetivo e regular (223).

Disso resultam dois graves inconvenientes (ou prejuízos), para o desenvolvimento das investigações funcionalistas na sociologia. Um diz respeito às perspectivas teóricas de refinamento e de amadurecimento das interpretações baseadas na inferência de funções; outro, à formação de conhecimentos e de técnicas essenciais às manipulações de caráter prático desse tipo de interpretações.

De nossa exposição se conclui que o *laboratório*, para o sociólogo que analise os fenômenos sociais funcionalmente, é a própria realidade investigada, nas condições em que ela se apresenta à observação. Quer êle procure introduzir alguma espécie de controle racional das observações e estabeleça, por-

(222) Cf. *The Dynamics of Culture Change*, parte I, cap. 1 (especialmente pp. 4-9). É preciso que se note, porém: não nos colocamos contra a idéia de conduzir as investigações etnológicas e sociológicas para fins práticos, pois nisto estamos de acordo com Malinowski. Suas idéias nos parecem "românticas" por outras razões: como esperar, nas condições atuais de contacto dos povos europeus com os povos nativos da África, que o antropólogo estranho possa, realmente, "auxiliar os nativos" e tomar uma parte ativa e construtiva no processo de mudança cultural?

(223) Cf. F. Fernandes, art. cit., pp. 230-237.

tanto, situações que devam ser comparadas entre si na interpretação, quer êle opere com amostras estabelecidas por meios estatísticos, êle manipula sempre a realidade nas condições em que ela se oferece à investigação. Para interpretá-la funcionalmente, precisa compreendê-la em sua complexidade, esforçar-se por não omitir aspectos cuja significação só poderá reconhecer interpretativamente. Isso cria, naturalmente, uma dificuldade: como promover a verificação dos conhecimentos obtidos? Comte e Durkheim propuseram uma solução fictícia: consiste em apelar para a comparação (224). Comparando-se entre si situações similares ou diferentes, em aspectos específicos precisamente delimitados, seria possível apurar o conteúdo positivo de uma interpretação. A maneira de resolver os problemas da indução, na sociologia moderna (225), pôs por terra essa solução, pois ela dependia da importância lógica que então se atribuía à exploração do método comparativo.

Mas, na solução de Comte e de Durkheim, existe um elemento positivo. É a idéia de que, no fundo, é possível operar "experimentalmente" na sociologia, sem recorrer à simplificação das condições reais do fenômeno. Nesses termos, a sociedade seria um "laboratório" em sentido bem mais amplo, e não apenas como campo para coleta de dados. Se admitirmos isso, porém, a dificuldade essencial permanece. Pois voltaríamos à questão de saber como selecionar e manipular as provas em um "laboratório" tão complicado. Aqui surge, em toda sua evidência, a importância teórica das manipulações práticas nas ciências sociais. Os conhecimentos obtidos se referem a mecanismos e processos, e contêm potencialidades práticas capazes de introduzir alterações nos mecanismos e processos investigados. Daí a consequência lógica, que pode ser irrelevante em outras esferas da sociologia (226), mas que é

(224) Cf. A. Comte, *Cours de Philosophie Positive*, op. cit., vol. IV, lição 48.^a (especialmente, pp. 225-247, em que trata dos processos através dos quais se poderia praticar a "experimentação indireta" na sociologia); E. Durkheim, *Les Règles de la Méthode Sociologique*, op. cit., cap. VI.

(225) Cf. especialmente F. Znaniecki, *The Method of Sociology*, cap. VI, *passim*; e, quanto às limitações do método comparativo, p. 279. Sob este aspecto, cf. também F. Simiand, *Le Salaire, L'Évolution Sociale et la Monnaie*, op. cit., especialmente vol. II, p. 586 e seguintes. Doutro lado, são demais conhecidas as críticas que se formulam na lógica moderna contra o uso inadequado e o abuso da comparação nas ciências humanas, para ser preciso insistir neste ponto.

(226) Com referência, por exemplo, aos conhecimentos sociológicos com base axiomática ou obtidos por meio da abstração de certas condições reais dos fenômenos (como os conteúdos culturais ou os processos sociais).

legítima com relação às explicações sociológicas de caráter empírico-indutivo: a consistência de um conceito ou de uma interpretação pode ser verificada mediante os resultados provocados por sua aplicação às situações concretas a que se referem. Foi um grande mérito de Malinowski o ter insistido na significação lógica desta operação⁽²²⁷⁾, descoberta e formulada por Marx, mas quase inexplorada, principalmente no campo da teoria funcionalista⁽²²⁸⁾. Assim, as condições criadas pelo desenvolvimento teórico das pesquisas, sem um desenvolvimento paralelo das aplicações, privou a investigação funcionalista do principal meio de que dispomos para a verificação dos conhecimentos obtidos através da indução analítica das funções sociais. Além disso, é óbvio que os resultados das aplicações poderiam sugerir novas pistas teóricas e que o interesse prático poderia contribuir para intensificar as pesquisas teóricas. Todavia, como essas condições não são inerentes à pesquisa sociológica, mas nascem de influências do meio social, é de esperar-se que elas se transformarão, lentamente, em um sentido mais favorável à investigação sociológica.

Quanto aos inconvenientes dessa situação para o desenvolvimento prático do funcionalismo, poderíamos dizer que eles são totais. A completa ausência dos meios de aplicação redundou em uma espécie de deformação teórica dos investigadores. Encontram-se em obras de especialistas ingleses, de admirável competência teórica, conselhos que devem ter sido úteis aos administradores coloniais, pelo menos como fontes de explicação dos insucessos de medidas legais em esferas que afetavam a vida sexual, econômica e religiosa dos nativos. Mas que traduzem, em sua essência, uma pobreza de perspectivas práticas, que deve ter aguçado o senso de humor e de ação dos administradores coloniais... De fato, somente com a aplicação regular e contínua dos conhecimentos sociológicos poderá iniciar-se a formação de experiências e a descoberta de técnicas que são indispensáveis à manipulação dos problemas práticos. Enquanto não se progredir neste sentido, a inde-

(227) Cf. *The Dynamics of Culture Change*, op. cit., pp. 5-9. Aliás, a teoria sobre os contactos culturais, que Malinowski elabora nesse livro, é coerente com semelhante ponto de vista.

(228) Com exceção, naturalmente, de especialistas que receberam a influência de Marx ou se ligam ao pragmatismo. Entre eles, conta-se Mannheim, que emprega a noção de função social, mas a explora interpretativamente de modo bem diverso dos autores funcionalistas.

cisão e a perplexidade serão inevitáveis, em questões que envolvem "o que fazer?" com os conhecimentos teóricos⁽²²⁹⁾.

Ainda que as questões sejam essenciais, as soluções possuem (quando existem) um conteúdo pessoal. Nota-se isso, por exemplo, em temas importantes, que dizem respeito à natureza mesma das elaborações de caráter prático, à situação do especialista que se dispõe a fazer investigações para utilização prática ulterior e, em especial, ao "como", aos meios que poderão servir como instrumentos das manipulações práticas. Assim, Malinowski afirma que é errônea a opinião segundo a qual a "antropologia prática" é fundamentalmente diferente da "antropologia acadêmica"⁽²³⁰⁾. Os resultados de nossa discussão, em parágrafos precedentes, demonstram que nisso ele possui algumas razões. Mas, se passarmos da ligação que se estabelece entre *teoria* e *aplicação* do plano em que a examinamos, para outro mais restrito: suponhamos que se pretenda do especialista, simplesmente, que ele proponha meios para modificar uma dada situação. Em que ficariamos? Em disciplinas mais maduras e nas quais se lida com os problemas humanos, como a psicologia, já se propôs uma resposta bem diferente. Wallon, por exemplo, assevera, com base em sua experiência no campo da psicologia aplicada, que esta disciplina enfrenta problemas inteiramente diversos dos da psicologia teórica, e que nem sempre podem ser resolvidos com as explicações que esta fornece⁽²³¹⁾. De modo que se poderia encarar a afirmação de Malinowski como verdadeira de dois ângulos: a) a antropologia teórica e a antropologia aplicada não se opõem porque têm por objeto fenômenos da mesma natureza; b) elas não se opõem, ainda, porque existe uma mútua dependência entre *teoria* e *aplicação* nas disciplinas que tratam dos problemas do homem em escala grupal. Contudo, ela é incompleta porque não prevê o caráter específico da

(229) Uma leitura recomendável, porque oferece um amplo "background" sobre as condições e as perspectivas de aproveitamento geral das ciências sociais em um país em que elas se têm desenvolvido com intensidade, é a de R. S. Lynd, *Knowledge for What? The Place of Social Science in American Culture* (Princeton University Press, Princeton, 1948). Mas o livro em que melhor se revelam as perplexidades e dificuldades encontradas pelos sociólogos modernos diante dos problemas concretos da sociologia aplicada é sem dúvida o de G. A. Lundberg, *Can Science Save Us?* (Longmans, Green, Nova York, 1947). Depois de elaborado e publicado este trabalho, o autor tratou sistematicamente do assunto: cf. F. Fernandes, *Ensaios de Sociologia geral e Aplicada* (Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1960), caps. 3 e 4 especialmente.

(230) *Op. cit.*, p. 5.

(231) H. Wallon, *Princípios de Psicologia Aplicada*, tradução de Caldeira Filho (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935), p. 7.

disciplina, aquilo que poderia justificar "a antropologia prática" racionalmente: a manipulação de um conjunto de problemas em estilo propriamente pragmático. Para resolver tais problemas, a antropologia teórica oferece à antropologia aplicada, por assim dizer, o ponto de partida e um conjunto de pistas, nas quais o especialista deposita confiança. A descoberta das soluções adequadas surge, porém, como produto de investigações conduzidas em outro plano e com outro sentido. Nesta esfera, que é a dos problemas de ação, a oposição de uma disciplina a outra só poderá ser frutífera, servindo ainda como uma espécie de fundamento intelectual para a existência autônoma de ambas.

No que concerne à situação do especialista, é sabido que a predominância dos padrões de comportamento científico, válidos para as ciências naturais, fez com que os mais eminentes funcionalistas ignorassem a influência da perspectiva social do sujeito em suas interpretações científicas. Semelhante procedimento não é aconselhável em nenhuma circunstância, pois estimula o especialista a encarar suas interpretações de um prisma que lhes é estritamente favorável e segundo argumentos coerentes com as premissas interpretativas exploradas, expressas ou implícitas. Acresce que êle é inteiramente impraticável, quando se passa da teoria para a aplicação. A perspectiva social do sujeito possui, quando se trata de manipulações práticas, interesse particular. É que se torna mais difícil separar, nas soluções práticas escolhidas pelo investigador, os argumentos que têm uma base positiva e que nascem de inferências científicas, dos argumentos, que ocorrem ao sujeito por causa de sua condição como membro do grupo investigado, de seus interesses sociais (inclusive ideológicos) ou da influência exercida, direta ou indiretamente, pelos patrocinadores da pesquisa. Em regra, pode-se admitir que o alcance das soluções varia proporcionalmente à combinação de argumentos científicos com disposições valorativas de procedência extracientífica (de natureza social, política ou ética), a qual se processa e produz os seus efeitos independentemente da linguagem utilizada. Daí a importância de pôr em evidência, com o maior grau de exatidão possível, as fontes possíveis de decisões intelectuais extracientíficas do sujeito-investigador. Merton teve o mérito de chamar a atenção dos especialistas para êstes problemas, no campo da investigação funcionalista

(232). A questão que se coloca, porém, não é meramente acadêmica. Supomos que a evidência das fontes e dos tipos de interesses sociais envolvidos no caso de manipulações práticas com teor científico, visa menos a prevenir os leitores ou colegas do especialista, com referência às suas pré-nocões e às implicações que elas acarretam, do que pôr em relêvo a significação, a consistência e a imperiosidade das "escolhas" feitas, subjacentes a qualquer espécie de *decisão*, seja ela tomada por meios científicos ou não. Em outras palavras, o que se precisa conhecer são os limites do horizonte intelectual do sujeito, para saber em que sentido os recursos da ciência, num dado momento, são postos a serviço da solução de determinados problemas.

A questão do "como" é, sem dúvida, a mais importante. Talvez se possa dizer que, entre os funcionalistas vivos, não existe um que negue a existência e a legitimidade das manipulações práticas nas ciências sociais. É que todos participam da convicção comum de que o conhecimento fornecido por meio da indução analítica das funções possui sempre algum interesse prático, independentemente de sua exploração efetiva. Na discussão do problema da aplicação dos conhecimentos nas ciências sociais omitem, no entanto, essa questão crucial. Ou a discussão obedece ao antigo padrão acadêmico, herdado do pensamento liberal, e não se faz sequer nenhuma alusão aos meios de aproveitamento prático do conhecimento científico. Ou a discussão apenas esboça a sugestão de que ainda não se criou um intercâmbio frutífero entre os governos, a iniciativa privada e a pesquisa científica no campo das ciências sociais. Ora, aqui a perspectiva aberta pela análise funcional das relações entre a ciência e a organização da sociedade em que vivemos conduz o especialista, inevitavelmente, a convicções que êle não pode calar, ainda que tenha de transformar-se em crítico da ordem social vigente. O que ocorre, de fato, é que o sociólogo se acha bloqueado entre a inexistência de canais de aproveitamento regular dos conhecimentos de natureza sociológica e a atividade de um complexo sistema de sanções e de pressões sociais, cuja eficiência aumenta à medida que a neutralidade dos temas sociológicos diminui. Por isso, seria inócua discutir a presente questão sem apontar as duas condições fundamentais para o desenvolvimento da sociologia

(232) Cf. R. K. Merton, *op. cit.*, p. 54.

aplicada. Primeiro, que a organização das sociedades ocidentais se transforme, especialmente no que diz respeito à constituição de seu sistema científico e à maneira dominante de lidar com os problemas sociais. É imprescindível, para o pleno desenvolvimento das ciências sociais, que a atual organização do sistema científico seja profundamente alterada, de modo a permitir a realização regular e contínua das pesquisas teóricas e práticas sobre os problemas humanos em geral. Ao mesmo tempo, é preciso que se crie uma nova mentalidade no tratamento dos problemas sociais. A experiência demonstra que os efeitos desastrosos das técnicas tradicionais da manipulação dos problemas sociais não servem de lição. Essa mentalidade depende, para desenvolver-se plenamente, dos progressos do planejamento em setores essenciais (produção e distribuição socializadas de bens e organização racional dos serviços públicos) e dos reflexos do recurso sistemático ao planejamento na aplicação das técnicas racionais de tratamento dos problemas sociais. Segundo, que os especialistas tomem uma parte mais ativa nesse processo⁽²³³⁾. Seja através da rebelião contra o sistema de pressões e de sanções, que restringem a esfera de liberdade científica nas ciências sociais. Seja aproveitando as oportunidades existentes de exploração prática dos conhecimentos sociológicos, mesmo que o alcance do trabalho pareça pouco promissor.

Em suma, a presente discussão sugere que o conhecimento fornecido pela interpretação funcionalista dos fenômenos sociais não é irrelevante do ponto de vista prático. Esse conhecimento possui potencialidades práticas que, devidamente exploradas, podem conduzir a modificações desejáveis na estrutura ou no funcionamento das sociedades humanas. Mas evidencia-se que qualquer progresso nesse sentido depende do sucesso que os sociólogos conseguirem alcançar no ajustamento das interpretações funcionalistas à manipulação prática dos problemas sociais e da rapidez com que se alterarem as condições sociais que, atualmente, restringem o desenvolvimento teórico e prático das pesquisas sociológicas.

(233) Pois é através desse processo que tendem a formar-se os canais sociais de aproveitamento prático dos conhecimentos sociológicos no mundo moderno.

CONCLUSÕES

Examinando criticamente o presente ensaio, encontramos nêle duas espécies de resultados. De um lado, estão os que se referem às soluções propostas às questões discutidas. De outro, os pontos reticentes da dissertação, em que ganham relevo as implicações e as pressuposições da interpretação funcionalista na sociologia. Não diríamos que sejam aqueles os "resultados positivos" da análise e, estes, os seus "resultados negativos". Mas acreditamos que seria conveniente reunir os primeiros em uma sorte de resumo, que mais não comporta a análise desenvolvida; e passar a uma breve consideração dos segundos, quando menos para situar melhor o presente ensaio nessa *zona obscura* da interpretação funcionalista.

I

Do organicismo aos nossos dias, a interpretação funcionalista tem sofrido contínuas transformações na sociologia. Examinadas logicamente, essas transformações refletem: a) a tendência a uma progressiva adequação conceptual da palavra "função" à realidade que deve descrever sociologicamente; b) a lenta substituição de uma concepção intelectualista da vida social (que introduzia uma grande unidade na sistematização dos problemas da sociologia e que imprimia ao raciocínio sociológico um alto nível de abstração, mas não levava em conta as exigências indutivas do método científico), por uma concepção positiva da vida social, que orientou os interesses fundamentais da sociologia para investigação de conjuntos limitados de fenômenos sociais e para a elaboração teórica dos resultados interpretativos assim conseguidos; c) a maior consistência que se foi alcançando na definição e na classificação dos problemas sociológicos de função.

Em face desse desenvolvimento, ficam abertas algumas perspectivas à definição do conceito de função social, à sistematização dos problemas sociológicos, que caem no campo da

análise funcionalista, e à caracterização desta como processo de indução analítica. As antigas elaborações sociológicas do conceito de função social dão margem a que se considerem três sentidos analíticos do termo (função manifesta, função latente e função derivada); e a que se defina função social como a conexão que se estabelece quando unidades do sistema social concorrem, com sua atividade, para manter ou alterar as adaptações, os ajustamentos e os contrôles sociais de que dependam a integração e a continuidade do sistema social, em seus componentes nucleares ou como um todo. A análise funcionalista, por sua vez, tem por objeto a descoberta e explicação das conexões funcionais, assim entendidas, em contextos empíricos previamente circunscritos ou delimitados, sendo irrelevante se os dados de fato são obtidos mediante reconstrução histórica ou observação direta. Seu campo de aplicação abrange todos os fenômenos sociais (ação social, relação social, personalidade, instituição social, grupo social, etc.), desde que eles se manifestem de modo a preencher as condições estabelecidas na definição de função social. E seus resultados interpretativos dão a conhecer as regularidades existentes nas relações dos fenômenos sociais, que podem ser descritas, funcionalmente, como uniformidades de coexistência e uniformidades de seqüência de caráter cíclico, bem como certos elementos de uniformidades de seqüência lineares (ou irreversíveis). Por isso, o método de interpretação funcionalista tem sido explorado na investigação de dependências estruturais, de correlações funcionais e de vinculações causais de certo tipo (as que podem ser interpretadas em termos das uniformidades de coexistência e das uniformidades de seqüência suscetíveis de serem descritas através da análise funcionalista).

O conhecimento fornecido pela análise funcionalista permite resolver vários dos problemas que se inscrevem no objeto da sociologia empírica, em particular os que dizem respeito às relações da sociedade com o meio físico ou com o organismo humano, aos processos de socialização através dos quais os indivíduos se transformam em personalidades e são localizados no sistema de posições sociais, à convergência de atitudes e de ideais nos diferentes níveis de comportamento e através das diferentes formas de controle social, à continuidade social (sob o duplo aspecto da estabilidade e da mudança), à caracterização e à classificação dos tipos sociais. Ele permite completar a representação sociológica da realidade social, intro-

duzindo nela os aspectos da vida social que podem ser conhecidos através das conexões funcionais, e oferece algumas perspectivas de manipulação prática das situações sociais de vida. Nêle encontra a sociologia aplicada um sensível instrumento para a descrição dos problemas sociais e a seleção dos meios para submetê-los a controle racional, especialmente quando se trata de problemas de desajustamento social ou que podem ser corrigidos mediante mudança social provocada.

II

Todo método científico possui suas limitações. Na verdade, estas não contam em nenhuma ciência, quando se procura resolver determinada dificuldade e para isso se lança mão de um recurso que permita atingir o fim visado. As limitações ou são eliminadas com o tempo ou são resolvidas por intermédio de outros recursos, igualmente relativos, mas eficientes dentro de seu círculo de aplicações. Com referência ao método que nos interessa aqui, já vimos como suas qualidades para a análise sociológica resultam de algumas tantas limitações que lhes são inerentes, as quais são resolvidas na sociologia por outros métodos de interpretação. As sugestões contidas no terceiro capítulo insinuam, por sua vez, que êle contribui, com seus resultados, para preencher os claros resultados das limitações destes mesmos métodos.

Estamos diante de uma evolução circular, pela qual não somos responsáveis. Não é o nosso amor à geometria, que nos leva a essa representação das relações dos métodos de interpretação na sociologia. Tampouco uma insopitável tendência à simplificação. No estado atual da sociologia, ver assim as coisas já é complicá-las... E que êsses métodos traduzem, cada um a seu modo, os diversos caminhos que podem ser percorridos pela explicação científica na sociologia, e que não se unificam senão em uma confluência mais geral e superior. As pessoas que vêem a sociologia de fora, mesmo que possuam o treinamento científico e lógico de um Piaget, não se dão perfeita conta da natureza deste problema. E por isso são levadas a supor, ou que êle não existe para os sociólogos (o que estaria longe da verdade), ou que êstes ainda procuram sua solução lógica (o que seria verdadeiro). Todavia, per-

guntamo-nos, percorrendo até o fim cada um dos caminhos que se desdobram à explicação sociológica, não estarão naturalmente os sociólogos aproximando-se da síntese, que permitirá construir a unidade lógica da sociologia em bases próprias e sólidas?

Em suma, examinar um método, pondo em evidência seu lado positivo, é ainda ficar dentro do horizonte mais limitado. Seria como justificar uma ação com as razões dadas pelo agente. A maior restrição que se poderia formular, sociologicamente, ao terceiro capítulo deste trabalho, aliás, seria esta. Contudo, achamos melhor apresentar as questões pelo "lado positivo", principalmente porque nêle se confundem os argumentos que oferecem a perspectiva mais exata para uma avaliação da importância da interpretação funcionalista na sociologia. Não ignorávamos os defeitos desse método de interpretação, quer os que lhe são inerentes, quer os que resultam das confusões a que êle se presta (234).

Não iremos, porém, discutir entre os primeiros senão aqueles que se enquadram nos propósitos de nossa análise anterior. Muitos são os que têm criticado, com ou sem razão, a orientação funcionalista. Parece-nos, mesmo, que é mais fácil encontrar críticas mais ou menos extensas sobre o que se pensa ser o *funcionalismo* (235), que uma boa exposição de conjunto sobre o que êle seja de fato. As reflexões que se seguem abrangem um número restrito de limitações, escolhidas entre as que podem contribuir para ressaltar as peculiaridades lógicas do método de interpretação funcionalista.

a) *Observação e reconstrução racional da realidade?* um grupo de questões fundamentais se colocam deste ângulo. Como a interpretação sociológica das conexões funcionais depende do modo de considerar os fenômenos sociais quanto à condição

(234) Não analisamos estas últimas, porque já foram convenientemente examinadas por Merton (cf. *Social Theory and Social Structure*, pp. 27-38). Como indicamos, apenas discordamos desse autor em um ponto: não consideramos as implicações por êle discutidas como "postulados" da análise funcionalista.

(235) Procuramos evitar em nosso ensaio a influência das polêmicas que se travaram na sociologia e na etnologia por causa de certas implicações da análise funcionalista ou das disputas que se estabeleceram entre os próprios representantes do funcionalismo. Isso não nos interessava, obviamente, já que não pretendíamos fazer um balanço da orientação funcionalista, mas discutir as possibilidades de exploração sociológica da indução analítica em termos de função social. Não será difícil ao leitor inteirar-se dessas polêmicas e disputas ou pôr-se a par das críticas que autores como Lowie, Radin, Lesser, White, Murdock, etc., endereçam à análise funcionalista. Quando, eventualmente, algumas dessas críticas nos pareceram relevantes, não tivemos dúvidas em aproveitá-las em sentido construtivo.

tempo, os limites dentro dos quais essa condição é manipulada assumem um caráter crucial. Não se deve supor que seja suficiente a garantia de que as descrições sejam fidedignas e completas; é preciso ainda que elas compreendam os fenômenos descritos de uma forma que exclua tanto as observações descontínuas, quanto as observações contínuas em limites inadequados de tempo. Tanto umas como as outras levam facilmente o pesquisador a operar com "informações", suplementadas por inferências extraídas interpretativamente da análise de regras e padrões de comportamento mais acessíveis à observação direta. Em consequência, a reconstrução racional acaba englobando uma alta dose de subjetividade e, o que é mais grave no caso, deixa com frequência de oferecer possibilidades reais de descrição dos mecanismos de dinâmica social através das situações sociais em sua forma concreta de coordenação temporal. O pré-requisito apontado é de difícil observância, pois êle implica que o método seja mais facilmente aplicável à investigação das sociedades em que vivem os pesquisadores, do que na de sociedades de outro tipo, as "primitivas" em particular. Pois exigem a realização da pesquisa em condições que nem todos os especialistas suportam. Um caso como o de Malinowski é tão raro, que chega a constituir uma fonte sem paralelos de prestígio científico.

Se essa dificuldade pode ser resolvida graças ao talento e à competência do pesquisador, existe outra que, nas condições atuais da pesquisa sociológica, não encontra solução. Trata-se da determinação do grau de elaboração funcional das variáveis operantes em uma situação dada. Como lidamos com sociedades completamente constituídas e integradas, tôdas as adaptações, ajustamentos e contrôles sociais possíveis sempre traduzem um certo grau de domesticação social do meio físico e do organismo humano, um certo domínio técnico sobre os meios de produção, etc. De modo que se nos afigura uma tarefa altamente complexa e difícil a de determinar, com uma aproximação viável, mas com suficiente plausibilidade, a importância relativa dos diferentes mecanismos ou processos sociais na preservação ou na alteração das adaptações, ajustamentos e contrôles sociais, presumivelmente responsáveis pela continuidade social. Os raciocínios interpretativos se baseiam, com referência aos fenômenos dessa natureza, naquilo que parece ser evidente ao pesquisador, na consideração das relações adaptativas e integrativas em face das condições materiais e

morais de existência do povo investigado. Contudo, sabemos o quanto êsse tipo de evidência possui de enganador e de conjectural. O progresso efetivo da interpretação dos fenômenos apontados aguarda a descoberta e a aplicação de técnicas mais rigorosas de investigação.

b) *Inferência indutiva e generalização*: o principal interesse da interpretação funcionalista para a sociologia reside na solução que nela se apresenta à relação entre teoria e pesquisa. Radcliffe-Brown, por exemplo, critica toda pesquisa sem propósitos teóricos definidos⁽²³⁶⁾, sendo êle próprio um dos representantes mais notáveis dos modernos investigadores teóricos; Malinowski, tido por muitos como um pesquisador típico, lidava com os materiais que recolhia, tanto estética quanto interpretativamente; entre os modernos, Bateson e Merton demonstram igual competência em análises empíricas ou teóricas; Mauss é, ainda hoje, um mestre insuperável nessa difícil arte de *não estabelecer teorias sem fatos, nem apresentar fatos sem teoria*. Entretanto, sem apelar para os conhecidos problemas debatidos pelos especialistas em metodologia científica (concernentes ao conflito entre o empirismo e o racionalismo no método científico), somos obrigados a reconhecer que a interpretação funcionalista pressupõe certos esquemas teóricos prejudiciais à indução analítica. Os procedimentos empregados para descobrir, isolar e explicar as conexões funcionais envolvem o recurso sistemático a noções em que os modos de vinculação recíproca das unidades investigadas se encontram pré-estabelecidos de alguma maneira⁽²³⁷⁾ ou implicam princípios interpretativos gerais, em que os *valores explicativos residuais* dos fatores considerados se acham formalmente predeterminados⁽²³⁸⁾. Não nos incluímos entre os que combatem a utilização dos esquemas teóricos nas investigações sociológicas. Julgamos, porém, que o especialista deve proceder com todo cuidado na manipulação das técnicas de

(236) Cf. *The Andaman Islanders*, *op. cit.*, pp. 231-232.

(237) Um dos melhores exemplos disso são as noções que presidem às interpretações funcionalistas das relações de parentesco. Em um plano mais geral, mesmo, os leitores já devem ter notado a facilidade com que um cientista tão rigoroso como Radcliffe-Brown é levado a explicações fundamentalmente racionalistas.

(238) É o que acontece, seja com autores como Durkheim (cf. as críticas que faz à utilização interpretativa do conceito de natureza humana por autores como Spencer ou Mill e, inversamente, a importância exclusivista que atribui a fatores que considera como propriamente sociais, nas *Règles*) e, mesmo, como Malinowski, quando apela para princípios explicativos gerais (como o princípio de reciprocidade).

investigação e dos métodos de interpretação. Por isso, quando é obrigado a recorrer a uma técnica ou a um método determinados, deve esforçar-se por aplicá-los nas melhores condições possíveis para o estabelecimento indutivo de inferências. Se isso não acontecer, da interpretação poderá resultar o pior: a aceitação precipitada de uma hipótese e a generalização das inferências estabelecidas a um número de casos ou de situações a que, talvez, não se apliquem devidamente. O que poderá conduzir, embora em grau variado, a explicações hipostasadas da realidade social. Em sua reação contra o realismo sociológico e a forma particular que êle assumia no "universalismo" e no "organicismo", Weber procurava, de fato, defender a sociologia de semelhantes riscos, capazes de comprometer a consistência empírico-indutiva da explicação sociológica, e não negar a própria legitimidade lógica do método de interpretação sociológico que procede do "todo" para a "parte"⁽²³⁹⁾.

A presente questão não comporta uma solução fácil. No fundo, nenhum método de interpretação prescreve, fixamente, os caminhos do raciocínio científico. Eles abrem perspectivas e possibilidades intelectuais, cuja exploração depende da habilidade do sujeito-investigador e da segurança que lhe oferecem os recursos de investigação disponíveis no campo em que opera. Ora, na sociologia tais recursos ainda são muito pobres. A investigação sociológica não progrediu o suficiente para criar critérios objetivos e universalmente válidos de seleção e verificação de hipóteses ou de comprovação dos fundamentos empírico-indutivos das generalizações. Em consequência, a crítica dos defeitos e das vantagens de qualquer método sempre descansa em aptidões lógicas pessoais e acaba refletindo, em escala considerável (de qualquer forma: mais do que seria desejável), preferências puramente subjetivas. A única coisa que parece evidente e indiscutível é a necessidade de acumular conhecimentos empírico-indutivos sobre as sociedades humanas. A convicção de que será impossível resolver os demais problemas da sociologia sem uma larga e sólida base

(239) Por isso, contenta-se em apontar "o caráter prévio da problemática funcional" e a afirmar que "a relação social consiste só e exclusivamente — embora se trate de "formações sociais" como "estado", "igreja", "corporação", "matrimônio", etc. — na probabilidade de que uma forma determinada de conduta social, de caráter recíproco por seu conteúdo, tenha existido, exista ou possa existir. Coisa que se deve tomar em conta para evitar a *substancialização* desses conceitos" (cf. *Economía y Sociedad*, *op. cit.*, vol. I, pp. 16 e 25, respectivamente).

empírico-indutiva construída pelos próprios sociólogos, está amplamente difundida entre os especialistas. Mas tanto a maneira de organizar os *dados de fato* e as explicações a eles concernentes para comunicação científica, quanto a escolha dos interesses teóricos a serem explorados em uma investigação ou através dos seus resultados constituem matéria de opinião e de divergência. Há os que tendem para o modelo legado por Rivers, o qual leva a separar, de modo mais ou menos cuidadoso, a exposição de materiais das elaborações interpretativas; como existem os que preferem seguir as pegadas dos grandes mestres da generalização, como Durkheim ou Frazer. Daí a dúvida que nos ocorre. Como resolver, no campo restrito de um método, os problemas cruciais que não se acham resolvidos no campo de uma disciplina científica?

c) *A representação do equilíbrio social*: já vimos que a análise funcionalista pressupõe duas condições essenciais no ajustamento do pesquisador à realidade considerada: a) uma maneira peculiar de definir as relações dos fenômenos entre si e com os efeitos que eles produzem, a qual os faz aparecer, sob o campo de reconstrução racional e de interpretação, como conexões funcionais; b) o "corte" praticado, de forma mais ou menos arbitrária, embora fundamentada em apreciações técnicas de ordem empírica e em propósitos teóricos definidos, na sucessão dos fenômenos. Lógicamente, a segunda condição representa uma consequência da primeira e ambas contribuem, naturalmente, para introduzir uma dupla limitação no horizonte intelectual do sujeito (no que concerne à natureza das relações a interpretar e ao limite de tempo). Essa dupla limitação produz uma tendência característica de ajustamento psicológico do sujeito-investigador: a de ver as relações descritas como elementos de uma ordem dada, na qual se resolvem, encontrando nela a um tempo sua razão de ser e sua explicação fundamental. Forma-se, assim, uma perspectiva de interpretação, que predispõe o sujeito a pesquisar as conexões funcionais que melhor correspondam à representação racional elaborada e a explicar através delas os fenômenos sociais considerados. O resultado final é a redução do horizonte interpretativo do sujeito: a realidade, que deveria ser descrita como um *todo* (nas condições limitativas apontadas, quanto à natureza das relações a interpretar e ao lapso reduzido de tempo), passa de fato a ser descrita em alguns dos

seus aspectos (não importa que, eventualmente, sejam os mais numerosos ou importantes).

Esse processo de ajustamento do sujeito à realidade se reflete, naturalmente, na explicação da dinâmica social. Ou o equilíbrio social é suposto como contínuo, ou ele é definido em termos das condições de permanência da vida social, ou são meramente excluídos do campo de consideração os fenômenos que não cabem em nenhuma dessas alternativas. Quando isso ocorre, introduz-se no campo da investigação sociológica uma rígida separação dos problemas empírico-indutivos. E, em consequência, se restringe a aplicação do método de interpretação funcionalista aos problemas sincrônicos. Contudo, desde que se procure evitar os efeitos produzidos pela formação da referida perspectiva de interpretação, é perfeitamente possível estender a seus limites mais amplos as possibilidades interpretativas da análise funcionalista. Foi o que procuramos fazer em nosso trabalho. Nesse caso, o equilíbrio social é concebido como instável e descontínuo, e todos os fenômenos que podem ser interpretados através de conexões funcionais, num período dado de tempo, constituem objeto de análise.

d) *A interpretação da vida social como um "todo"*: isso, porém, não quer dizer que se possa aceitar como integralmente verdadeira a afirmação corrente de que a análise funcionalista permite considerar os fenômenos sociais como um *todo*. Ela, de fato, compreende a realidade como um todo, podendo levar o sujeito a descrevê-la e a interpretá-la desse modo. Mas, ainda que ele a conduza a seus limites interpretativos extremos, o conhecimento obtido representará a realidade social como um *todo* nas condições empíricas em que ela pode ser compreendida através da análise funcionalista (consequência das condições essenciais: natureza das relações a serem interpretadas e limite de tempo). Neste plano se colocam as questões que assinalam o caráter estritamente especializado da contribuição dos analistas que operam com os problemas de função na sociologia. Em outros setores da pesquisa sociológica, a noção de *todo* também é explorada. Entretanto, quando se conhece sociologicamente um fato social "como um todo"? A reconstrução global de uma realidade dada, na sociologia empírica, se identifica ou se confunde com a reconstrução obtida por um dos seus meios interpretativos?

Nossa resposta seria negativa: o método de compreensão oferece possibilidades de conhecimento empírico-indutivo dos mesmos fenômenos aos quais se aplica a análise funcionalista. Só que em vez de insistir nos mecanismos inerentes às condições objetivas de existência social, procura verificar como estas se refletem na consciência social e na situação de interesses dos agentes e das unidades que eles formam por sua associação. Assim, permite explicar a perpetuação ou a alteração das normas e dos valores sociais pondo em plena evidência um fator muito importante para os sociólogos, mas que nem sempre pode ser considerado independentemente das manifestações individuais da vida social. Trata-se das diferentes formas de "querer" ou "desejar" alguma coisa socialmente, vistas através dos motivos subjetivos das ações, das relações e das atividades sociais, para os quais é reduzida a sensibilidade do método de interpretação funcionalista. Pondo de lado os procedimentos empregados neste segundo método, os quais não nos interessam aqui, podemos afirmar que o conhecimento que ele oferece permite completar o que é fornecido pela análise funcionalista. Em outras modalidades de consideração dos fenômenos sociais com referência ao tempo, como, por exemplo, nas análises que tomam por objeto transformações sucessivas em longos períodos, referentes a fenômenos precisamente determinados em suas condições empíricas, ambos os métodos de interpretação seriam de difícil e lenta aplicação. Todavia, o método dialético contém recursos para uma análise econômica e consistente de semelhante problema, no ângulo dos motivos subjetivos das ações e relações sociais, condicionados socialmente, tanto quanto no dos mecanismos sociais inerentes às condições objetivas de existência social. É óbvio que para certos propósitos teóricos um conhecimento deste tipo não é completamente satisfatório; como também não o são os outros dois tipos de conhecimento, com referência aos problemas sociológicos que podem ser interpretados dialeticamente. O que está em jogo, no caso, é que o conhecimento assim obtido (através da interpretação dialética) permite completar os outros dois tipos de conhecimento — e que, sem a conjunção deles, qualquer perspectiva de indução analítica na sociologia é parcial, apanhando a realidade social em alguns dos seus aspectos.

Portanto, o conhecimento da "realidade social como um todo" é uma instância que não se coloca, propriamente, senão

como problema mais geral da indução sociológica. Em qualquer um dos métodos de interpretação explorados na sociologia empírica, a própria complexidade dos fenômenos impõe o recurso a abstrações que restringem as proporções do "todo", sem deformá-lo quanto às relações dos fenômenos, que devem ser descritas e interpretadas em cada caso. Daí a conveniência de se adotar, para com os métodos de interpretação, a mesma atitude que se vem pondo em prática no emprego das técnicas de observação e de coleta de dados. *Sempre que as condições do objeto da pesquisa o permitirem, manipulá-los conjuntamente.*

e) *A importância intrínseca da análise funcionalista na sociologia:* chegamos, pois, à questão crucial. Onde reside a importância intrínseca da análise funcionalista? A resposta tem variado de acordo com o clima filosófico e científico respirado pelos autores. Há os que acham que ela está na significação lógica das conexões funcionais; os que pensam que ela consiste nas possibilidades que o conceito de função abre à descrição realista dos fenômenos sociais e à sistematização racional dos problemas sociológicos; por fim, os que acreditam antes que ela se reduz à significação pragmática das conexões funcionais. Nossa sugestão acentua, ao contrário, que a importância intrínseca do método de interpretação funcionalista não se acha na utilidade imediata que nele encontram os especialistas, nem no conjunto de utilidades possíveis, como instrumento de investigação sociológica. Sem dúvida, ele não seria empregado em nenhuma circunstância, se elas não existissem. Mas elas apenas concorrem para delimitar o horizonte dentro do qual a importância intrínseca da análise funcionalista deve ser avaliada. Ela se evidencia, portanto, no plano mais elevado de confluência dos métodos de interpretação e de síntese dos seus resultados. Na esfera em que o método de interpretação funcionalista adquire, como meio de descrição e de explanação das conexões funcionais, a significação de uma perspectiva fundamental na consideração sociológica dos fenômenos sociais e na qual contribui para resolver certos problemas básicos da sociologia empírica.

ÍNDICE ANALÍTICO

- Abstração, 7, 27, 30, 34, 35, 94-5, 106, 109, 111-5, 123, 125, 129, 131-3, 134, 136, 157, 159, 162, 170, 172, 181, 202, 250, 263, 282-4, 289, 313; capacidade de, 107, 120; de formas, 123, 247; grau de, 203, 293; limites de, 94; nível de, 20, 26, 34, 64, 80, 111, 135, 198, 210, 218, 303; pressuposto lógico da, 125; processo de conceptualização por, 183; processo lógico de, 7.
- Ação, 88, 91, 125-6, 134-5, 179, 234-5, 254, 256-7, 281, 282, 292-3, 306; conseqüências da, 234; explicação da, 64, 88, 234; fenômeno de, 247; humana, 64, 119, 125, 127-8, 158, 236, 241, 258; problemas de, 300; racional, 89-90; social, 49, 89, 125, 127-8, 225, 236-9, 243-4, 247, 252, 256-7, 277, 292-4, 303, 312.
- Acaso, 56-60, 152, 275; idéia do, 57; teoria do, 60.
- Acidental, 58, 59, 60, 119, 121.
- Adaptação, 243, 245, 246, 294, 307; social, 276, 277, 281, 282, 304, 307.
- Adequação, 91, 92, 124, 127, 157.
- Administradores coloniais, 298, 299.
- Alternativas funcionais: conceito de, 223; limites de variação das, 224.
- Agregado, 148.
- Ajustamento, 51, 68, 69, 74, 162, 243, 245, 256-8, 268, 280, 293, 307, 310; coletivo, 256; econômico, 153-5, 156; pessoal, 256; plano de, 294; social, 277, 281-2, 304, 307; social interno, 262.
- Amostra, 19, 65-6, 149, 156, 159, 297; representatividade da, 149, 156.
- Amostragem, 19, 146, 149; por acaso, 152; método de, 149; processo de, 19; teoria da, 161.
- Análise, 5, 6, 8, 10, 16, 18-9, 20-26, 31, 35, 37, 39-40, 48, 54, 58, 65-6, 70, 81, 85, 98, 104, 112, 119-21, 124, 129, 133-4, 136-7, 142, 151, 156-7, 159, 162, 170, 172-3, 180, 183, 190, 192-8, 201, 203-4, 207, 213, 230, 235, 263-4, 289; campo da, 96, 119, 141; causal, 71, 130, 194; das cerimônias Kula, 253; critério de, 47; comparativa, 203, 211, 283; defeitos da, 79; econômica, 116; empírico-indutiva, 86, 98, 216; estatística, 18, 22, 141; funcional (V. Análise funcional); funcionalista (V. Análise funcionalista); histórica, 182, 246; ideológica, 74; interpretativa, 130; indutiva (V. Análise indutiva); lógica, 239; monográfica, 23, 79, 147; objeto da, 116, 128, 221-2, 247, 250, 270, 311-2; procedimentos de, 26, 223; quantitativa, 23, 140, 172; racional, 119, 121, 133; sistemática, 182, 281; sociológica (V. Análise sociológica); sujeito e objeto da, 250; tipo de, 219, 250.
- Análise funcional, 130, 181, 221-4, 286-7, 290-1, 301; paradigma da, 221, 227-8. *

- Análise funcionalista, 181, 185-6, 194, 198, 204-5, 209, 219-21, 223, 225, 229, 233-4, 246, 248-55, 257-9, 262-3, 270-2, 282-5, 287-94; campo da, 251, 281, 292, 303-4, 319; critérios de, 265; esquema lógico da, 285; essência da, 282; extensão da, 248; limitações da, 249, 250, 259; objeto da, 249, 281-3, 287, 304; paradigma da, 218-9.
- Análise indutiva, 209-10; paradigma da, 227; procedimento de, 218.
- Análise sociológica, 94, 97, 122, 128-9, 135, 141, 173, 197, 234, 238, 241, 244, 252, 264, 305; campo de, 51; indutiva, 169; limitações da, 100.
- Analogia, 73, 84, 123, 188-90, 207, 211, 215, 255.
- Antropologia, 63, 218; acadêmica, 299; aplicada, 299-300; científica, 281; prática, 299-300; social, 205, 207; teórica, 299.
- Antropólogo, 269, 296; social, 205, 209, 214.
- Aplicação, 114, 124, 173, 182, 187, 197, 199, 247, 279, 281, 295-6, 298-301, 311.
- Apriorismo, 54.
- Arqueólogos, 68.
- Astrônomos, 120.
- Atividade, 49, 87, 208, 210, 234, 241, 249-50, 258, 283, 292; econômica, 270; fenômeno de, 247; funcional, 255, 260, 269; humana, 87; social, 44, 106, 234, 248, 258, 277, 312.
- Ato social, 51, 112.
- Atualização, 128, 245, 263, 277, 289.
- Avaliação, 54; de consistência, 123.
- Base empírica, 78, 80, 123, 137, 145.
- Biologia, 3, 28, 130-1, 132, 143, 186-7, 190, 211, 218, 228, 291; explicação na, 28, 218; progresso da, 62; teorias de Darwin na, 101.
- Biólogo, 132.
- Cálculo mental, 120.
- Camadas sociais, 241, 245.
- Campo, 13, 51, 96, 119-20, 141, 157, 251, 281, 292, 296, 303-4; histórico, 35; empírico, 35, 37; histórico, 35; supra-histórico, 35.
- Capital, 112, 117.
- Capitalismo, 98, 117; advento do, 271; desenvolvimento do, 115, 181; explicação materialista da formação do, 32; formação do, 115-6; interpretação das origens do, 181.
- Caracteres, 75, 98, 120, 148, 197; mais freqüentes, 130-2; mensuráveis, 144; seleção dos, 130; típicos, 132, 139.
- Caracterização, 79, 80, 130, 136, 177, 187, 207, 299, 305; empírica, 26-31, 33, 37-8, 148.
- Casamento, 292.
- Casos, 7-8, 23, 135, 148, 154, 170, 199; homogêneos, 23, 170; individuais, 76, 79; número de, 119-20, 126, 137, 148-9, 170, 200; puros, 170.
- Casos típicos, 7-8, 135, 164; análise monográfica dos, 147; análise funcionalista dos, 284; construção dos, 7-8; elaboração dos, 80; explicação dos, 7; investigação dos, 66.
- Categorias, 52, 110-1, 113-4, 227, 230; abstratas, 18, 113-4; científicas, 38; dinâmicas, 251; econômicas, 110, 113, 114, 117; históricas, 134; histórico-sociais, 113; do pensamento, 111; sociológicas puras, 282; universais, 31, 39.
- Causa, 58-9, 81, 91, 130, 140, 162, 167, 172, 194, 205, 260, 273, 274, 276-8; análise da, 194-7; conhecimento da, 55; constelação de, 196; determinante, 192; e efeito (V. Causa e efeito); eficiente, 81, 193, 260; noção de, 60, 132, 260, 273, 277; pesquisa da, 58-9, 81, 272; séries de, 56-7; social, 134; o termo, 59.

- Causa e efeito, 248, 274, 276; conexões de, 130; constelações de, 276-7; esquemas de, 194; relações de, 131, 159, 197, 215, 277.
- Causação, 197, 275, 276; social, 261; concepção mecanicista de causação social, 275-6; problemas de causação social, 274.
- Causalidade, 81, 194.
- Ciência, 3, 14, 28, 47, 49, 53-4, 64, 67-8, 71-2, 74-7, 79, 96, 99, 104, 120, 151, 160, 164, 169, 177, 216, 218-9, 228, 267, 274, 281, 291, 301, 305; aplicação da, 281; aplicada, 296; autônoma, 64, 74; concepção de, 56, 61, 73; dedutiva, 45, 166; empírica, 61, 68, 147; empírico-indutiva, 55, 65, 72, 167; exata, 171; formal, 101; generalizadora, 93; indutiva, 45, 61, 69, 71-2, 77, 122, 161, 164, 173; moderna, 78, 160; noção de, 120; nomotética, 93-4, 99; objeto da, 73-4; política, 36; positiva, 47, 68; teoria da, 67, 216.
- Ciências: de experimentação, 150-1, 160; experimentais, 3, 22, 24, 40, 47, 72, 84, 120, 150, 172; físicas, 65, 166; do homem, 218; humanas, 107, 124; de laboratório, 22, 49, 107, 144, 172, 288; naturais, 5, 60, 64, 101, 160, 165, 209, 216, 300; conceitos das ciências naturais, 86; história moderna do desenvolvimento das ciências naturais, 62; linguagem das ciências naturais, 249; da natureza, 64, 76, 200; de observação, 3, 8, 47, 68, 72, 150-1, 160, 172-3.
- Ciências sociais, 1, 4-9, 11-6, 18-9, 20-1, 23-5, 30-2, 34-7, 39-40, 43, 46, 77-8, 101, 120, 158, 265, 297, 301-2; campo das, 120; classificações positivas nas, 288; explicação nas, 28; explicação causal nas, 273; interpretação funcionalista nas, 253; liberdade científica nas, 302; objeto das, 27; problemas das, 19, 23, 34, 193; progresso das, 38, 40; reconstrução nas, 33, 38.
- Cientistas: experimentais, 65; políticos, 37; sociais, 5, 12, 14, 16, 27, 36, 39-40.
- Civilização, 199-200.
- Classes, 106, 111-2, 135, 149.
- Coerção, 51, 223.
- Coerências, 139-40.
- Coexistência, 251, 266, 268, 274-6, 283; relação de, 192, 195-6, 251, 267, 268; uniformidades de, 30, 194, 210, 266, 269, 275, 276, 279, 304.
- Coisas, 73-4, 77; essência das, 58, 264; natureza das, 76, 85, 104, 119; sociais, 204.
- Coletividades, 249, 290, 293-4; humanas, 230, 249, 282; sobrevivência das, 208.
- Comparação, 34, 80, 82, 90, 109, 123-4, 131-2, 134, 145, 172, 187, 199, 203, 211, 235, 251, 271, 284, 288, 297; critério lógico de, 107; esquema fundamental de, 159; de estilo evolucionista, 90; método de, 202, 284.
- Competição, 158, 254, 267.
- Complexo institucional, 225.
- Comportamento, 89, 204, 236, 242, 256, 304; científico, 300; coletivo, 22, 44, 256-257; guerreiro, 240; humano, 25, 63, 144, 170, 235-236, 237, 253, 256, 290; padrões de, 247, 307; regras de, 307; social, 44, 239.
- Comunicação: no plano simbólico, 25; com o sobrenatural, 255.
- Comunidades, 65, 129, 152, 154-155; de controle, 152-153; experimentais, 152-153.
- Conceitos, 51, 69, 73, 76, 85-86, 93, 100-101, 104, 111, 114, 122-123, 134, 151, 163, 182, 185-186, 190, 192, 202, 204, 211-212, 217, 222, 224, 227-230, 233, 237, 238, 259, 272, 295, 303, 313; aplicação dos, 123; biológicos, 187; científicos, 111; consistência de um, 298; cons-

- trução de, 111, 123, 125, 190; doutrina hegeliana do, 101, 105; estáticos, 86, 125; forma do, 101, 102; de forma típico-ideal, 127; formação de, 63, 102, 111, 183; generalizadores, 92; heurísticos, 224, 238-239; lógica dos, 101; matemáticos, 86; noção dialética dos, 102; ordenação de, 123; de pré-requisito funcional, 295; *a priori*, 87, 130; de requisito funcional, 222; significação de, 169; sistema de, 111, 113, 122-123, 160, 232, 284; sistema científico de, 173; sociológicos, 86, 88, 93-94, 285; construção típico-ideal de conceitos sociológicos, 99; conceitos sociológicos heurísticos, 192; ordenação lógica de conceitos sociológicos, 126; unívocos, 124; validação empírica dos, 87.
- Concepção, 53, 56, 61, 67, 71, 73, 84, 87, 93, 127, 220, 242, 303; dialética, 104; heurística, 202; mecanicista, 99, 234-236, 238, 275-276; organísmica, 229; positiva, 234, 237, 238; realista, 204, 230; teleológica, 189, 234-236, 238.
- Concreto, 7, 8, 11, 16-17, 18, 20, 30-31, 93, 94, 96, 111-113, 204.
- Condições, 119, 127, 131, 142, 150, 151, 156, 169, 170, 179, 196, 198, 213, 227, 248-249, 255, 271, 277, 280, 293, 297, 312; controle racional das, 159; de desintegração, 116; elementares, 115, 123; empíricas, 289; forma de repetição das, 277; históricas, 114; de isolamento, 153; reais, 158, 289, 292; sociais emergentes, 115, 196; sociais recorrentes, 277; variáveis, 133, 134.
- Conduta, 256; humana, 56, 241; motivação da, 222.
- Conexões, 29, 91, 130, 157, 166, 179, 200, 206, 213, 227, 246, 248, 251-252, 255-257, 260, 265, 278, 281, 283-284, 304; em cadeia, 244; de caráter funcional, 205; causais, 66, 126, 193-194, 196-197, 228; determinação da rede total de, 243; dinâmicas, 230; elaboração racional das, 283-284; essenciais, 200; pesquisa das conexões essenciais, 93; estruturais, 226; funcionais (V. Conexões funcionais); gerais, 200, 215; interpretação das, 253; natureza das, 265, 284; de ordem sociológica, 190-191; orgânicas, 117; pesquisa das, 56, 172; realidade objetiva das, 287; representação de, 243; seleção das, 248; de sentido (V. Conexões de sentido); significativas, 253.
- Conexões funcionais, 131, 183, 190-191, 193, 211, 226, 237-238, 241, 242-244, 248-252, 257, 259-261, 263, 264, 266, 267-268, 273, 276-278, 282, 285, 287, 293, 305, 308, 310-311; análise de, 137; conhecimento das, 203; descoberta das, 304; descrição e explanação das, 313; dinâmicas, 246; elaboração interpretativa das, 284; explicação das, 189, 304; grau de interferência das, 237; indução de, 287; interpretação sociológica das, 306-307; investigação de, 195; manipulação de, 172; natureza lógica das, 267; pesquisa de, 172, 250-251, 278; reconstrução das, 278; seleção racional de, 162; significação lógica das, 313; significação pragmática das, 313; valor interpretativo das, 249.
- Conexões de sentido, 29, 88-89, 91, 126; análise de, 137.
- Conhecimento, 3, 12, 13-15, 17, 19, 23-24, 26, 30, 31, 36-37, 39, 49, 52, 55, 63, 67, 68, 71, 72, 81, 85, 98, 101, 117, 123, 126, 135, 147-148, 157, 162-163, 173, 201-203, 212, 218, 235, 242, 246-247, 252, 271, 273, 280-281, 287-289, 291-293, 297, 301, 302, 304, 311-312; acumulação de, 20, 163, 287-

- 288; analítico, 14, 27, 281; aplicação do, 301; causal, 209; científico (V. Conhecimento científico); comparação de, 284; empírico (V. Conhecimento empírico); empírico-indutivo, 235, 282, 309; experimental, 86-87; extensão do, 147; formação de, 296; generalizador, 30-31, 36; histórico, 31; indutivo, 144-145, 160-161; matemático, 86-87; natureza do, 13-14, 28, 271; positivo, 14, 19, 64, 120, 138, 141, 253; objetivo, 3, 8, 23-24, 174; potencialidades práticas do, 296, 302; precisão do, 136; problemas do, 280, 301; do senso comum, 5-6, 25; sintético, 27, 37; sistema de, 160; sociológico (V. Conhecimento sociológico); teórico, 173, 298-299; tipo de, 14, 30-31, 86, 200, 251, 280, 312; validade do, 26, 28; verdadeiro, 117, 120; verificação do, 297-298.
- Conhecimento científico, 4, 5-6, 21, 25, 52, 105, 160; aplicação do, 296; aproveitamento prático do, 301; filosofia do, 3, 85; natureza positiva do, 203-204; padrões do, 4-5; processos de acumulação e de organização do, 218; sistemas de, 267.
- Conhecimento empírico, 65, 107, 109, 141; de natureza ideográfica, 36; nomotético, 36.
- Conhecimento sociológico, 51, 67, 86, 91, 122, 173, 200, 281, 292-293, 298-299; aplicações práticas do, 295; exploração prática do, 302.
- Consciência, 86-87, 102-103; individual, 81; social, 35, 234-235, 238, 257, 295, 312.
- Consequências, 222, 245, 280; objetivas, 222, 277; conceitos de, 222.
- Constelações: 196, 277; anímico-individuais, 257; causais, 278; de determinações comuns, 115; nucleares mutáveis, 35; sociais, 249-250.
- Consumo, 110.
- Contactos: raciais e culturais, 259, 294; com outros povos, 261.
- Contexto, 255; anímico-social, 242, 256; empírico, 8, 10, 12, 36, 109, 178-179, 265-266, 277-278, 283-284, 290, 293, 304; decomposição do contexto empírico, 283; estrutural, 223; intelectual, 192; social, 157, 235, 243, 267, 269, 283.
- Continuidade, 179, 209-210, 211, 246, 262, 277, 282, 293, 303; estrutural, 208-209; existencial, 249, 260, 262, 267; social, 246, 262, 264, 282, 303, 307.
- Contrôle, 5, 21-22, 24, 90, 136, 146, 149, 151-157, 159, 165, 170, 174, 294, 296, 305; social, 222, 245, 282, 296, 304, 307; técnica de, 154, 294.
- Convivência humana, 128-129.
- Cooperação competitiva, 292.
- Correlações, 271-272.
- Correlações funcionais, 269, 270, 282, 284, 304; análise de, 271; pesquisa das, 271, 272.
- Cosmogonias sociais, 241.
- Costumes, 206; cerimoniais dos andamaneses, 206.
- Crenças, 206; dos andamaneses, 206.
- Crítérios, 48, 51, 57-58, 87, 93, 107, 125, 132, 137, 146, 147-148, 155, 172, 208, 265, 282, 286-287; descritivos de evidências, 171; estatísticos, 146; explicativos, 240; racionais, 120; de reconhecimento do social, 51, 202-203; de seleção, 135, 147, 309; de verificação, 145-146, 309.
- Crítica, 10, 23, 37, 57, 59-60, 69, 101, 104, 192, 196, 213, 216, 227, 230, 256, 265, 284, 301, 309; do aparato científico da sociologia, 178; conceitual, 224; aos evolucionistas, 196; do sistema indutivo na sociologia, 138; da teoria econômica dos clássicos, 116, 133; ao uso de técnicas de interpretação estatística, 146.

- Cultura, 29, 93, 99, 123, 124, 254, 260; concepção típica de uma, 93; elementos materiais e morais da, 250; problemas da integração e da dinâmica das, 204; tupi, 254.
- Dados, 8, 10, 20, 22, 24-26, 59, 73-74, 76, 79, 91, 126, 137-138, 142-143, 147, 171; acumulação de, 68, 73-74, 79, 131; análise de, 48, 81; brutos, 6, 8, 9, 15, 17; levantamento de dados brutos, 9, 17, 21, 37; tratamento dos dados brutos, 17, 23, 37; coleta de, 22, 63, 137, 143, 147, 220, 223, 297, 313; controle dos, 90, 154, 170; definição dos, 16, 18, 223; elaboração racional dos, 138; empíricos, 24, 61, 68-69, 123-124; técnicas de coleta e de sistematização dos dados empíricos, 174; estatísticos, 55; da experiência, 89; elaboração dos dados da experiência, 48-49; manipulação científica dos dados da experiência, 47; explicação de, 220; de fato (V. Dados de fato); históricos, 108; iniciais, 142; interpretação dos, 90, 137-138, 143, 158, 217-218, 223; levantamento de, 9, 13, 17, 21-22, 37, 136; manipulação dos, 17, 21, 97, 137-138, 143, 147, 162, 174; massas de, 58, 79, 126, 144; qualitativos, 139; seleção dos, 132, 136, 147; sensíveis, 76; sistematização de, 137, 143, 220, 223; sociológicos, descrição dos dados, 74-75; sociológicos, elaboração interpretativa de dados, 66; técnica de classificação de, 10; técnica de crítica de, 10; técnica de organização de, 10; tratamento dos, 6, 10-11, 25.
- Dados de fato, 3, 6, 10-11, 22, 48, 55, 90, 120, 134, 304, 310; classificação dos, 22; crítica dos, 285; coleta e sistematização dos, 67, 203, 285; descrição de, 252; explicação de, 252, 310; interpretação dos, 203; investigação direta de, 69; levantamento original dos, 136; registro dos, 22; seleção dos, 48-49; tratamento analítico dos, 10-11, 20; uniformidade dos, 20.
- Decomposição, 201, 283.
- Dedução, 45, 77, 160, 162-164, 167-168, 173-174.
- Definição, 17, 18, 75, 76, 124, 148, 182, 190-191, 207-209, 223, 228, 236, 240, 245-246, 248, 275, 283, 286-287, 303-304.
- Dependências estruturais, 30, 188, 202, 229, 269-270, 304; determinação de, 197, 201, 284.
- Desagregação do regime feudal, 271.
- Desajustamentos, 290, 294-295.
- Desajustamentos sociais, de caráter funcional, 261; problemas de, 305.
- Descrição, 3-4, 7, 14, 18-19, 25, 47, 49, 53, 66, 72-74, 76, 78, 106, 125, 172, 192-193, 196, 198, 202, 204, 223, 229, 244-245, 252, 255, 258, 263-264, 269, 284, 305, 307, 313; técnica de, 144; verificação empírica da, 172.
- Desenvolvimento, 62, 100, 108-109, 115, 181-182, 196, 202, 206, 246, 298, 301; concepção dialética do, 104; econômico 116; estrutural da sociedade paulistana, 250; histórico, orgânico, 214; problemas de, 211-212; processo de, 109; social, 54, 72, 80, 109, 133, 167.
- Desequilíbrios, 293.
- Determinações, 31, 56, 58, 111-112, 115, 121, 134, 172, 197, 201, 243-244, 246, 251, 255, 272, 284; causais completas, 278; comuns, 109-111, 115; funcionais, 253, 259, 262, 264; gerais, 113, 134; natureza lógica das, 267; particulares, 113, 115; significativas, 253.
- Determinismo, 27-28, 73, 83, 90, 108, 130; naturalista, 87; sociológico, 91; universal, 82, 90.

- Dialética, 101, 104-105, 312.
- Diferença: específica, 211; essencial, 110; significativa, 152, 155-156.
- Diferenciação, 187-188, 198; econômica, étnica e social, 148.
- Dinâmica, 32, 133, 194, 201, 204, 208, 230, 237; conceito de, 223.
- Dinâmica social, 188, 219, 237, 251, 276, 282; análise funcionalista da, 254; aspectos recorrentes da, 206-207, 209, 211, 229; descrição dos mecanismos de, 307; explicação da, 271, 311; fenômenos de, 263; interpretação sociológica da, 202, 268; investigação dos fenômenos de, 271; problemas de, 276.
- Dinheiro, 112.
- Direito, 196, 218; crítica da filosofia do, 104.
- Disciplina, 63, 120; científica, 50, 63, 124, 310; empírica, 62, 142; especulativa, 62; indutiva, 25, 62.
- Discriminação racial, 98.
- Disfunção, 198, 223, 229-230; conceito de, 229-230, 295.
- Disposições subjetivas, conceito de, 198.
- Distribuição, 110; de frequência, 155; socializada de bens, 302.
- Divisão do trabalho, 80, 112, 187, 190, 237, 270; desenvolvimento da, 196; emergência da, 98; função da, 190.
- Divórcio, 141.
- Documentação, 8-11, 29, 78, 130, 153; das ciências sociais particulares, 78; comparável, 154; crítica da, 23; estatística, 78; etnográfica, 78; histórica, 78, 153, 214, 271.
- Dominação carismática, 124.
- Doutrina, 65; dos conceitos, 104; hegeliana do conceito, 101, 105; organicista das funções, 189.
- Economia, 36, 177, 218; capitalista, 110, 134, 272; moderna, 114; política, 89, 110-112, 133; problemas metodológicos da, 20.
- Economistas, 37, 167; modernos, 110; do século XVII, 112; alemães, 116.
- Efeitos, 33, 35, 56-57, 59, 130, 134, 140, 152, 162, 172, 196, 229, 244-245, 258, 267, 275-277, 290, 292, 294; e causa, 131, 159, 193; conhecidos, 124, 157; esquema empírico de seriação dos, 278; neutralização de, 157-158; noção de, 277; do programa de educação higiênica, 153; sociais, 238, 241, 276; úteis, 81, 194, 234, 236, 239, 243-244.
- Elaboração, 15, 18-21, 48, 59, 80, 98, 103, 112-113, 138, 144, 158, 160, 163, 191, 242-243, 269, 283, 293; de caráter comparativo, 203; de caráter prático, 299; conjectural, 288; descritiva e etnográfica 199; estatística, 141-142, 170; da fórmula interpretativa, 90; funcional, 252-253, 307; histórica, 199; holística, 285; indutiva, 131-132; interpretativa (V. Elaboração interpretativa); metodológica, 67; organicista, 188; qualitativa, 158; quantitativa, 144; sociológica, 242, 304; teórica, 303; típico-ideal, 88, 90-91.
- Elaboração interpretativa, 15, 29, 31, 33, 64, 66, 110, 131, 133, 209, 264, 269, 284, 310; causal, 115; mecanismo na, 157; resultados da, 282.
- Emoções padronizadas, 222.
- Empiricismo, 71.
- Empirismo, 308.
- Entendimento, 92, 123.
- Entrevista, 9, 153.
- Equação pessoal, 75.
- Equilíbrio, 222, 246, 290, 294; instável, 119, 276; mecânico, 275; novo tipo de, 294; psicossocial, 202; relativo, 276.
- Equilíbrio social, 208, 215, 230, 258, 262, 276, 295, 311; condições gerais do, 131; interno, 262; pré-requisitos funcionais

- do, 237; problemas relativos ao, 275; representação do, 310.
- Erro, 57; constatação de, 21; correção de, 21, 24; grosseiro, 21; de observação, 21; probabilidade de, 21; retificação de, 21.
- Escala, 144, 152-153, 155, 223; grupal, 295, 299.
- Escola: de Ciência Social, 65-66, 147; emprêgo do termo, 65; Histórica, 116; da Reforma Social, 65-66.
- Escolástica, 118.
- Especialistas, 5, 14, 16, 18, 21, 23, 25, 28, 36, 38-39, 44, 56, 62, 70, 89, 107, 115, 122, 124, 143, 145, 148, 157, 161, 164, 169, 171, 178-179, 201, 205, 207, 213-214, 224, 231, 237, 239, 243, 245, 251, 253, 264-265, 270, 273-274, 278, 281, 285, 291, 296, 299-301, 307-308, 310, 313; europeus, 19; na filosofia do conhecimento científico, 3; ingleses, 298; em lógica, 3; em metodologia das ciências sociais, 18, 21; modernos, 197-198, 216; norte-americanos, 19.
- Especialização, 43; lógica, 183, 291.
- Espécies, 80, 129-130, 211; conservação da, 274; sociais, 80.
- Espírito, 104; científico moderno, 260; essência do, 103; evolução do, 104.
- Esquema, 130-131, 159, 162-163, 168, 171-174, 182, 194, 278, 308; de classificações, 211; consistência lógica do, 171, 173; físico da estrutura mecânica da matéria, 99; forma do, 172; ideal, 93; indutivo, 172; interpretativo, 89, 92, 99, 123; interpretativo causal, 275-276; interpretativo mecanicista, 101; limites de aplicação do, 173; lógico, 175, 284.
- Esquimós, 199, 201.
- Essência, 51, 58, 76, 101, 103, 145, 250, 264, 282.
- Essencial, 57, 59, 93-94, 110, 115, 120-121, 123, 126, 131, 135-136, 161; abstração do, 115, 125, 134, 136.
- Estabilidade, 30, 130, 213, 245, 290, 304; grau de, 30, 276.
- Estabilidade social, 128, 208, 214, 227, 229, 246, 295; grau de, 262; mecanismos de, 272; 282; pré-requisitos funcionais da, 273-274.
- Estado, 112, 169, 214, 261; social, 167, 193.
- Estamentos, 106.
- Estatística, 10, 18-19, 55-59, 63, 78, 141-146, 148, 152-153, 170; critério experimental da, 58, 120; objeto da, 58; posição da, 140.
- Estatísticos, 142.
- Estatística social, 247, 250.
- Estrutura, 16, 30, 59, 98-99, 105, 128-129, 173, 187-188, 196, 197, 208, 223, 225-227, 230, 234, 261, 277, 293, 302; continuidade da, 211; emergência de novas formas de, 213; noção de, 211; problemas de, 220; tipos de, 261.
- Estrutura social, 188, 207-208, 222-223, 225, 230, 235-236, 237, 239, 243-244, 247, 254, 269, 282; caracterização da, 207; classificação das, 35; constituição da, 258; espécies de, 211; explicação da composição e da continuidade da, 210; funcionamento da, 207, 247, 258; novos tipos de, 212.
- Estudos: diacrônicos, 210, 213, 215, 263; sincrônicos, 210, 215.
- Estudo de caso, 9, 18, 148.
- Etiologia, 59; histórica, 57-58.
- Etnografia, 63.
- Etnologia, 36, 204-205, 216, 269; premissas lógicas do funcionalismo na, 220; problemas de função na, 198.
- Etnólogos, 37, 63, 68; funcionalistas, 230.
- Etologia, 167.

- Evidências, 7, 30, 37-39, 145, 203; de diferenças específicas, 211; elaboração interpretativa das, 30; empíricas (V. Evidências empíricas); natureza das, 20; reelaboração sintética das, 29; de semelhanças, 211; tipo de, 308.
- Evidências empíricas, 15, 17, 20, 24, 26, 29, 35, 38; elaboração interpretativa das, 15; grau de homogeneidade das, 36; homogêneas, 34; natureza das, 17; tratamento analítico das, 17.
- Evolução, 104, 129, 140, 164, 166, 174, 189, 213, 263, 271; em cadeia, 276; circular, 305; das populações nativas, 294; representação lógica da, 103; social, 263; processos de evolução social, 212.
- Evolucionistas, 196.
- Existência, 106, 244, 252, 293; condições sociais de, 196, 280; social, 83, 131, 189, 227, 236, 249, 261, 271, 311-312.
- Experiência, 4, 17, 21, 24, 44, 47-49, 52, 70, 77-78, 80, 83, 85-87, 89, 94, 102, 122, 127, 150, 171, 200, 220, 291, 298; concreta, 216; condições lógicas da, 127; crucial, 137; dados imediatos da, 24-25; eliminação da, 50; formação de, 298; de laboratório, 89; metodológica, 213; objeto da, 87; ordenamento sociológico da, 49; regras da, 91.
- Experimentação, 7, 20, 22, 150, 159-160, 220; ideal, 120, 126; indireta, 71, 82, 149.
- Experimentador, 150, 154, 158; ideal de, 150.
- Experimento, 22, 108, 131, 150-154, 158, 163, 170; aspecto teórico do, 156; na biologia, 131; condições de, 156; estrutura lógica do, 227; *ex post facto*, 157; na física, 131; ideal, 89-90, 124; organização do, 162; planejamento de um, 151, 153; projetado, 152; puro, 89; repetição do, 159; resultados do, 170; singular, 156; com situações de vida, 152; sociológico, 156-159, 164, 173.
- Explicação, 4-5, 9-10, 16, 24, 38, 40, 76, 145, 181, 189, 242, 274, 313; científica, 173; descritiva, 3, 31, 33-34, 38; especificidade da, 37; generalidade da, 37; generalizadora, 29, 131; geral, 29; indutiva, 148; interpretativa, 4, 33-34, 37-38; nível de abstração da, 34; sintética, 27, 29, 41; sociológica, 283.
- Explicação, 4-5, 7-8, 19-20, 22, 27, 31-34, 36-37, 39-40, 50, 57, 59, 63, 67-69, 80-81, 89, 94, 107-108, 110, 116-117, 119-121, 130, 134; explicação, 159, 161, 163, 169, 171, 177-179, 182-183, 189, 192-193, 196-200, 204, 205, 207, 209-210, 213, 215, 217-218, 220, 234, 241-243, 248, 250-252, 255, 257, 266, 271-272, 275, 277, 284, 290, 293, 304, 309-311; biológica, 215; causal, 27, 34, 59, 210, 273-279; científica (V. Explicação científica); cultural, 241; esquema de, 130; estatística, 59; etnológica, 205; funcional, 210, 243, 253, 266, 269, 271, 273; funcionalista (V. Explicação funcionalista); generalidade da, 80; generalizadora, 20, 28, 34-35, 66, 87, 99, 135; global, 242; histórica, 57-60, 99, 117, 124, 205; implicativa, 266; indutiva, 46, 58, 73, 121, 160-161, 169; legitimidade da, 130; objeto da, 81; do passado, 67; positiva, 99; do presente, 110; problemas de, 192; provisória, 164; qualitativa, 144; quantitativa, 144; sistema científico de, 173; sociológica (V. Explicação sociológica); tipo de, 203, 235; verificação da validade da, 162.
- Explicação científica, 13, 26, 49, 67, 73, 104, 107-108, 120, 122,

- 132, 198, 209, 219, 276, 305; complexidade da, 101; concepção empírico-indutiva da, 71; concepção newtoniana de, 53, 67; formulação geral da, 209; idealismo na, 51; natureza da, 127; noção empírico-sensualista de, 73; princípio de, 120; teoria da, 85, 100, 191, 218.
- Explicação funcionalista, 189, 245, 266; regras da, 207, 209.
- Explicação sociológica, 44-45, 48, 50-51, 64, 70, 81, 83, 99, 122-123, 131, 135-138, 145, 167, 174, 194-195, 197-199, 203, 205, 209-210, 215-216, 218-219, 221, 225-226, 231, 233, 241-242, 256, 258, 275-277, 281-282, 284, 287, 289-290, 292, 306; cânones da, 218; de caráter empírico-indutivo, 298; concepção comtiana de, 71; consistência empírico-indutiva da, 309; dualidade da, 193; elementos fundamentais da, 75; evolução da, 164; exigências lógicas da, 121; função da quantificação na, 139; fundamentos científicos da, 217; de fundamento indutivo, 171; imperativos lógicos da, 174; implicações generalizadoras da, 199; objeto da, 201; postulados da, 286; princípios da, 61, 195, 286; teoria da, 285.
- Família, 66, 106, 129, 261; conjugal moderna, 292; em São Paulo, 147.
- Fatos, 47, 50, 54, 58, 62, 76, 79-80, 102, 110-111, 119-120, 124, 169, 178, 191, 200-201, 236, 251, 257, 264, 273, 278, 287, 308; acidentais, 59; acumulação empírica de, 71; brutos, 49-50, 53, 66, 265; conexões de, 265; cruciais, 50, 79; dinâmicos, 72; explicações adequadas aos, 69; interdependência entre os, 265; interpretação dos, 157; interpretativamente relevantes, 124; naturais, 56-57; natureza dos, 289; objetivos, 54; observação dos, 72; de observação natural, 150; precisos, 62, 68-69; reconstrução dos, 265; reconstruídos, 265; regulares, 61; relações entre os, 278; significativos, 135, 170; sistemas de, 201; sociais (V. Fatos sociais); subjetivos, 54; típicos, 170; utilidade dos, 193-194.
- Fatos sociais, 66, 74-75, 234, 311; análise dos, 70; causa determinante de, 81; conhecimento da natureza dos, 202; explicação dos, 271; função de um, 81, 191; utilidade dos, 202, 239.
- Fatores, 30, 36, 119, 121, 130-131, 136, 154-157, 162, 172, 236, 250, 294, 312; acidentais, 121; análise dos, 258; causais (V. Fatores causais); comuns, 116, 159; constantes, 121; construtivos e operativos, 115; controle de, 153, 156; determinantes, 260, 278; emergentes, 196; estruturais, 157; explicativos, 109, 126, 162, 170, 172; funcionais, 157; gerais, 134; interferentes, 170; interpretativos (V. Fatores interpretativos); operativos (V. Fatores operativos); particulares ou históricos, 116; psicológicos, 256; relações dos, 170; relevantes, 141, 152; seleção de, 170, 240; sociais (V. Fatores sociais); valores explicativos residuais dos, 308; variáveis, 133-134, 156-158.
- Fatores causais, 94; seleção dos, 179.
- Fatores interpretativos, 124; análise da consistência dos, 124.
- Fatores operativos, 113; seleção dos, 124.
- Fatores sociais, 272; dominantes, 272; recorrentes, 277; relação entre os, 271; teoria da correlação dos, 271-272.
- Fenômeno, 6-9, 11-12, 15-16, 21, 26-29, 37, 49, 57-58, 62, 68, 71, 75-76, 81, 87, 90, 94, 98, 107-108, 116, 121, 123, 126,

- 134-136, 139-142, 150, 161-162, 165-166, 169, 178-179, 192, 194, 195-198, 202-203, 209, 214, 218, 225, 239, 243, 246-248, 250, 252-253, 263, 265, 270, 275-276, 278, 283-285, 288, 307, 310-313; análise de, 190; de associação e de dissociação, 144; caracteres dos, 19-20, 34, 115, 126, 130, 135, 142, 197, 234; caracterização sociológica do, 79-80; causa do, 81, 205, 278; comparação dos, 82; complexidade dos, 55, 65, 121, 172, 298, 313; concreto, 11, 93-94; condições dos, 6-7, 94, 142, 150, 170, 179, 195, 289, 297; conhecimento dos, 49; conjuntos limitados de, 198-199, 202; corte na sucessão dos, 310; definição inicial objetiva dos, 75; descrição dos, 4, 7, 19-20, 262; diacrônicos, 248, 286; dinâmicos, 98, 259-261; econômicos, 113, 116; elaboração funcional dos, 253; explanação dos, 9-10, 16, 19; explicação dos, 4, 7-8, 19-20, 31-32, 33, 40, 81, 93, 108, 121, 161, 178-179, 194, 202, 218, 242, 250, 266, 278, 289; histórico, 92; instáveis, 119, 126; interdependentes, 188, 284-285; interpretação dos, 34, 117, 137, 144, 262, 273, 291, 308; investigação dos, 161; manifestação dos, 12-13, 27-28, 30, 94, 126; de massa, 56, 120; massas de, 57, 119; de mudança, 100; naturais, 165; natureza do, 172, 191, 215; nível de consideração intelectual dos, 240-241; observação dos, 13, 28, 139, 159; produção dos, 7, 9, 22, 27, 31, 126, 289; propriedades dos, 13, 16, 21, 28, 33-34, 36, 195; puro, 11, 66; qualitativo, 135-136, 139; reconstrução do, 9-10; representação do, 12, 14, 15, 225-226; reprodução do, 7, 150, 152; social (V. Fenômenos sociais); sócio-culturais, 100, 165-166; sociológicos, 79; subjetivos, 87; típicos, 108-109; tratamento dos, 12-13, 36; uni ou multifuncional, 255; variáveis, 135.
- Fenômenos sociais, 6-8, 27, 31, 38, 50-51, 56, 58, 60, 67, 74, 77, 79, 97, 109, 113, 115, 122, 133, 140, 169, 177, 179, 182, 186, 190-195, 200, 212-213, 217, 225, 237-238, 240-241, 247, 250-251, 253, 255, 269-270, 274-277, 286-287, 293, 296, 302-304, 306, 310-312; análise dos, 39-40, 121, 133, 196, 201, 205, 232, 235; análise empírico-indutiva de, 98, 216; análise funcionalista dos, 247, 291; análise sociológica dos, 197, 238; caracterização dos, 136, 177; causa dos, 194, 260, 277; comparação sistemática dos, 288; concepção realista dos, 190, 230; concretos, 8, 205; conhecimento dos, 106, 292; conjuntos interdependentes de, 246, 269; consideração empírico-indutiva dos, 179; consideração funcional dos, 289; consideração sociológica dos, 313; consideração teleológica dos, 191; descrição dos, 7, 14, 47, 53, 245, 252, 255, 258, 313; efeitos dos, 277; elaboração dos, 158, 293; essência dos, 51; estudos diacrônicos dos, 213, 263; explanação dos, 4-5, 36; explicação dos, 33-36, 39, 56, 60, 81, 107-108, 117, 169, 177, 183, 192-193, 198-200, 205, 209-210; explicação funcionalista dos, 245; explicação sociológica dos, 216, 233, 287; fim dos, 239-240; função dos, 201, 214, 236, 238-240; interpretação dos, 7, 47-48, 50, 83, 178, 235, 251-252, 255, 258, 279; interpretação funcionalista dos, 199; interpretação sociológica dos, 90, 174, 185, 245; investigação dos, 15, 39, 72, 177, 201, 291; natureza dos, 101, 190, 192, 195, 231-232,

275, 280; noção de processo dos, 67; observação dos, 7, 31, 40, 47-48, 50, 140, 174, 177-178; ordem causal, 83; produção dos, 31, 58; realidade própria dos, 106; reconstrução dos, 24, 264; relações dos, 178, 277, 304; representação dos, 289; sincrônicos, 248, 259, 263, 286; teoria da correlação dos, 272; tratamento empírico-indutivo dos, 52; tratamento quantitativo dos, 144.

Filosofia, 3, 62, 84-85, 94, 103, 177; das ciências, 53, 67, 71; do direito, 104; empírico-naturalista da ciência, 99; da história, 56-57, 59, 100; natural, 84.

Fim, 191, 222, 234, 239, 288; social, 81, 191.

Física, 3, 27, 62, 131, 144, 218, 228, 291.

Físicos, 67, 99, 108, 120.

Fisiologia, 130-131, 208, 218, 223, 230, 260; investigação das funções na, 220; social, 211, 252, 286.

Fisiologista, 129, 218, 220.

Folclore, 63, 241.

Formulações, 158, 161-163, 205, 209-210, 287; gerais, 178, 209; mecanicistas, 226; sociológicas, 224; sintéticas, 30.

Formulário, 10, 144.

Função, 29, 76, 81, 111, 139, 159, 164, 187-194, 197, 201, 205, 207-209, 213-214, 217, 220, 222-227, 230, 232, 235-236, 238-239, 242, 247, 254-255, 260, 264, 266, 270, 272-273, 293; alterações de, 226; análise de, 194, 196-197, 203, 205; análise indutiva de, 209-210; assimiladora, 283; conceito de, 185-186, 204, 211, 217, 224, 227-228, 233, 259, 272, 313; conceituação de, 207, 216; *conensus* das, 189; convergência de, 258; cultural, 222, 228; definição de, 191, 208, 228, 236; derivada, 244-245, 258,

304; determinação da, 197; diferenciação de, 188, 198; ecológica, 283; econômica das cidades, 197; educativa, 283; efeitos de uma, 245; estética, 283; explicação da, 197, 255; grupal, 222, 228; história da aplicação do conceito de, 186; indução analítica das, 301; inferência de, 296; latente, 222, 228, 244, 257, 304; conceito de, 222, 228; lateral, 245; manifesta, 222, 228, 244-245, 257, 270, 304; conceito de, 222, 228; noção de, 132, 189, 251, 260, 273; de nutrição, de relação e de reprodução, 187; orgânica, 207; parcial, 197-198; pesquisa de, 81, 219; problemas de, 199, 202, 206, 286, 311; problemas sociológicos de, 186, 231, 247-248, 303; psicológica, 222, 228; realizada, 254-255; seleção de, 255; social (V. Função social); socializadora, 283; societária, 222, 228; sociológicas, 221; teoria da, 188, 190; o termo, 187, 191, 193, 202, 217, 222, 224, 228, 230, 233, 303; total da cidade, 197; universais idênticas, 126-127; de um uso social, 208.

Função social, 183, 188, 190, 192, 206, 208, 213, 234, 235, 237-238, 244, 246, 255, 267, 270, 277-278, 283, 292-293, 304; abstração da, 202; análise da, 195; da ciência, 267; complexo de, 255; conceito de (V. Função social, conceito de); concepção mecanicista de, 234-236, 238-239; concepção positiva de, 238, 243; concepção teleológica de, 234-235, 238; conceituação de, 195, 207, 212; conotação lógica de, 239, 243; conotação pragmática de, 239, 243; constelações de, 277; dos costumes dos andamaneses, 206; definição de, 190, 207-209, 234, 240, 245-246, 283, 304; descrição fenomênica de, 284;

explicação da, 190, 255, 292; indução analítica da, 299; investigação de, 197, 278; processos de indução da, 181; o termo, 181, 205, 239, 243-246, 304.

Função social: conceito de, 192, 233, 235, 237, 239, 244, 246, 283, 304; conotação lógica do, 239, 241, 243-244; conotação pragmática do, 239, 241, 244; conotações heurísticas do, 257; definição do, 182, 303.

Funcionalismo, 182, 184-186, 217, 220-221, 223, 225, 227, 230, 273, 285-286, 292, 297; análise histórica do desenvolvimento do, 246; análise da significação ideológica do, 230; clássicos do, 281; crítica dos postulados do, 227, 230; desenvolvimento do, 182, 185, 202, 206, 246, 298; implicações do, 216; noção de, 269; premissas lógicas do, 220.

Funcionalistas, 181, 216, 221, 224, 229-230, 259, 270, 291, 296, 299, 301.

Funcionamento, 30, 32, 129, 204, 207-210, 235, 247, 251, 255, 258, 260, 272, 286, 294, 302.

Generalidade, 35, 37, 80, 116, 123, 131, 204.

Generalização, 27, 30, 74, 78-79, 95, 106, 125-126, 131, 134-137, 149, 195, 203, 272, 284, 308-309; científica, 14; comprovação dos fundamentos empírico-indutivos da, 309; critérios objetivos de, 148; empírica, 18, 139; fidedignidade da, 22; fundamento da, 108, 130; grau de, 251; limites de, 148; mestres da, 310; nível de, 20; problemas da, 94, 203, 205, 288-289; procedimentos de, 19; processo lógico de, 7; dos resultados, 147.

Gêneros, 79.

Geografia, 63.

Geral, 60, 105, 131, 134-136, 145-146, 283; abstração do, 123, 129, 131-132, 283; conhecimento empírico do, 109; construção empírica do, 160.

Grupo, 129, 132, 149, 154-155, 188, 204, 237, 241, 245-246, 254, 261, 277, 288, 292, 300; de controle, 151-152, 155-156, 165, 170; experimental, 151-152, 155-156; de fenômenos, 69, 132, 137; financiador, 158; humano, 262; de parentes, 269; seleção de, 151; social, 190, 225, 247, 252, 269, 282, 304.

Guerra, 166, 240, 243, 267, 277; causada, 277; efeitos da, 244; função social da, 277.

Hipótese, 4, 32-33, 59, 71-72, 77, 81, 130, 138, 142-143, 149, 153, 155, 157-158, 162-163, 173, 187, 205-207, 209, 223, 271; adequação da, 157; *ad hoc*, 141, 162-164; conceito de, 163; do determinismo, 73; do determinismo sociológico, 91; elaboração de, 163; específica, 138; formação de, 77, 163; formulação de, 158, 161-162, 205; função construtiva da, 164; limites da, 180; seleção das, 209, 309; sistema de, 232; de trabalho, 138, 178-180, 212, 215, 230; da uniformidade do mundo social, 91; verificação da, 157, 309.

História, 38, 43, 49, 56-60, 63, 93, 102-103, 121, 167, 199, 213.

Historiadores, 9, 37, 63, 68, 99-100.

Historiografia, 31, 247.

Homem, 218, 280, 300.

Homologias funcionais, 255.

Idéia, 57, 102, 104-105, 178, 204, 215-216.

Idola, 74.

Igreja, 129.

Igreja Católica, 261.

Incesto, 283.

- Indivíduos, 76-77, 79, 106, 130, 151, 155, 179, 187, 222, 269, 292, 295, 304; conservação do, 187; socialização dos, 252; sociais, 109.
- Indução, 41, 43-48, 53-55, 70-72, 77, 82-84, 96, 99, 131-132, 145, 160, 164-169, 173-174, 181, 287; amplificadora, 13, 19, 78, 131-132, 136, 159, 165; analítica (V. Indução analítica); aristotélica, 11, 132; causal, 195; comparativa, 283; definição de, 148; enumerativa, 11, 13, 78, 132, 271; estatística, 59; formal, 132; funcional, 195; legitimidade da, 136; problemas da, 41, 53, 84, 107, 121, 169, 203, 205, 297, 313; procedimentos lógicos de, 228; processos de, 121, 174, 181; qualitativa, 34, 55, 163, 170; quantitativa, 55, 163; sociológica (V. Indução sociológica); técnica da, 166; teoria da, 145; o termo, 77-78; tipos de, 273; validade da, 136, 145.
- Indução analítica, 59, 135-137, 183, 198-199, 202, 235, 272, 279, 285, 287, 298, 301, 304, 308, 312; método de, 189; problemas da, 270; processos fundamentais de, 135; qualitativa, 138, 145, 163, 165, 172.
- Indução sociológica, 61, 77, 82, 119, 139, 194, 313; campo da, 100; objeto da, 200; qualitativa, 136; teoria da, 53.
- Industrialização, 294.
- Inferência, 18-19, 60, 78-80, 139-140, 145-146, 171-172, 269, 296, 307; amplificadora, 145; campo da, 223; elaboração interpretativa da, 284; esquema de formação da, 172; estabelecimento da, 284, 309; estatística, 145-146; formação da, 4, 11, 45-46, 146; generalização da, 309; indutiva (V. Inferência indutiva); nível de abstração da, 80; problema da, 55; procedimentos de, 161; processos de, 55, 285, 287; qualitativa, 55-56,
- 60, 145-146; quantitativa, 56, 60; sociológica, 79, 146, 171, 243; teoria da formação da, 46; válida, 171; validação da, 223; verificação da, 124.
- Inferência indutiva, 8, 18, 27, 53, 55, 60, 76-78, 134-135, 139, 145, 160, 169-170, 178, 180, 183, 308; esquemas de, 173; formação da, 81, 91, 96, 114, 121, 127, 132, 134-135, 138-139, 148, 159, 162, 170-173, 183; grau de generalidade da, 116; processo da, 119, 134, 138-139, 148, 161-162; qualitativa, 119, 162; quantitativa, 139, 162; técnica da, 77, 114, 125, 127; validade da, 169; verificação da, 82, 117, 135, 138, 159.
- Informações, 307; depuração crítica das, 10; sociológicas, 54; tombamento sistemático das, 10.
- Instabilidade, 260, 262, 294.
- Instâncias, 94, 126, 171; massas de, 126, 139; número de, 119-120, 126, 137, 139, 145, 170-171; seleção de, 132, 171.
- Instâncias empíricas, 3-10, 13, 15, 19, 24; classificação das, 10; cruciais, 7, 20; elaboração das, 15, 18-21; levantamento das, 10; manipulação das, 4; seleção das, 23; tratamento analítico das, 19; tratamento interpretativo das, 8; verificação da consistência das, 24.
- Instituição, 12, 29, 32, 188, 190, 197, 201-204, 206, 235, 243, 245-246, 247, 252, 254, 260-261, 282, 292; comparação de, 235; social, 63, 236, 237-239, 244-245, 269, 304.
- Instrumentos: de alteração da ordem social, 268; de ampliação de conhecimentos indutivos, 144; de análise, 66; de análise e de interpretação, 236; das manipulações práticas, 299; de investigação estatística, 143; de prova, 145; de trabalho, 178, 192.
- Integração, 30, 129, 179, 204, 240, 246, 255, 258, 277, 282,

- 284, 304; funcional, 230, 255, 258, 260-262, 288, 293-294; social, 239, 258.
- Intelecção, 24-25.
- Inteligência, 51, 56-57, 111, 162, 203.
- Interação, 35; processos de, 126-127, 129.
- Interdependência: relações de, 234, 243, 251.
- Interesses sociais, 256, 258, 300-301.
- Interpretação, 7, 19-20, 26, 31, 35, 40, 47-49, 53-55, 58, 60, 63-64, 67, 73-74, 81-83, 88, 90, 99-100, 102, 104-107, 109, 116, 120-121, 124-126, 132-134, 136-139, 142, 147, 154, 157-158, 170, 172, 178, 181-182, 190, 192, 194, 198, 202-203, 212-213, 218-220, 223-224, 226-227, 235, 240, 243, 250-253, 255, 257-258, 262-264, 267, 279, 286, 297-298, 300, 308-311; campo de, 36; causal, 35, 78, 92, 130, 194, 275; científica, 48, 90, 300; comparativa, 203; consistência de uma, 298; controle da, 156, 174; dialética, 312; esquema de, 131, 163-164, 167; estatística, 142-143, 146, 152; fases de, 28-29, 174; funcional, 78, 130, 242; funcionalista (V. Interpretação funcionalista); generalizadora, 20, 117, 124; níveis de, 170-171, 237, 270-271; do objeto, 250; perspectiva de, 310-311; problemas de, 192; procedimentos de, 19, 124, 142, 163, 178, 227; processo de, 19-20, 26, 149, 178, 268; qualitativa, 170; quantitativa, 170; sociológica, 48, 61, 65, 88, 90-91, 131, 135-136, 141, 164, 174, 185, 202, 215, 219, 245, 256, 264-265, 268, 306; técnica de, 36, 40, 126, 135, 146.
- Interpretação funcionalista, 182-184, 192, 195, 199, 202-203, 207, 217, 223-225, 227, 232, 246-248, 253, 258, 260, 262,
- 268, 271-274, 278-280, 283-285, 289-290, 302-303, 306, 308; campo da, 182, 246; consequências da, 280; critérios de, 286; objeto da, 286; problemas da, 286-287; teoria da, 216, 220.
- Intuição, 165-166.
- Investigação, 3, 8-9, 11, 14-16, 18, 25, 27, 33-35, 39-40, 45, 61, 63, 65-67, 69, 72-73, 75, 78, 80, 94, 107, 109, 126-128, 137, 139-142, 147, 149-150, 161, 169, 171, 173, 177-178, 180, 195-199, 201, 211-214, 220, 224, 231, 237, 241, 243, 247-249, 278, 291; campo de, 26, 133, 138, 226, 254; de campo, 249; científica (V. Investigação científica); comparativa, 133; critérios de, 125; demográfica, 55; empírica, 4-5, 8, 19, 100, 104, 122, 124, 144; empírico-indutiva, 50, 160-161, 174; estatística, 140-141, 143; etnológica, 39, 276; experimental, 150, 152-153; fases da, 4, 15-17, 22, 31, 38-39, 50, 158; funcionalista, 183, 296, 298, 300; indutiva, 71, 76, 85; macro-sociológica, 113; meios de, 50, 67, 105, 195, 238; monográfica, 266; objeto da, 7, 15, 29, 44, 61, 109, 225, 245, 249; problemas centrais da, 134; procedimento de, 109, 150, 161, 227; processo de, 7, 48, 107, 109, 173, 291; qualitativa 213; quantitativa, 23; de reconstrução histórica, 249; resultados da, 18, 32; sociológica (V. Investigação sociológica); técnicas de, 3, 9-10, 17-19, 40, 44, 47, 65, 67, 137-138, 142, 148, 153, 174, 182, 284-285, 308; tipos de, 14, 160, 214.
- Investigação científica, 3, 5, 7, 11, 15, 23, 25, 31-32, 71, 73, 97, 161; campo da, 217, 220; cânones da, 232; lógica da, 30; objeto da, 3, 33, 73, 97; padrão experimental de, 163;

- processo de, 34; técnica da, 3; teoria da, 39, 43, 45, 136.
- Investigação sociológica, 47-48, 50-52, 66-67, 72, 78, 83-84, 95, 97, 99, 121-122, 126, 128, 133, 135, 137, 141-142, 144, 146, 151, 153, 160, 164, 166, 169, 172-174, 177, 186, 198, 236-237, 253, 276, 285, 287-288, 291, 294, 298, 309, 313; campo da, 52, 151, 173, 236, 311; condições da, 169, 198; empírica, 137; empírico-indutiva, 95, 164, 253; esquemas teóricos na, 308; indução na, 43, 164; moderna, 78, 237; problemas da, 127, 219, 311; progresso científico na, 212; teoria da, 43-44, 67, 70-72, 82, 94, 132.
- Investigador, 3-4, 7-16, 18, 20-21, 22-23, 25-33, 35-37, 39-40, 54, 73, 76, 79, 84, 101, 119, 125, 126, 141, 150, 159, 243, 249, 264-265, 267, 270, 287, 298, 300, 308; ajustamento do, 69, 268, 284.
- Kantismo, 85.
- Lei, 58, 71, 78-79, 91, 99, 111, 200; de causalção, 275-276; científica, 108, 116; de concordância, 166; derivada, 193-194, 276; do desenvolvimento social, 72, 133, 167, 276; estática, 270, 273; da etologia, 167; de formação de um fenômeno social, 275; dos grandes números, 57; da gravitação universal, 65; de Gresham, 90, 92, 124; histórica, 114; histórico-social, 114; natural, 109, 114; da natureza, 77, 99; da natureza humana, 167; da oferta e da procura, 88; da psicologia, 167; psicológica e etológica, 167; reelaboração da noção de, 117; dos resíduos, 166; sociológica, 80, 167; da solidariedade social, 71; de variação concomitante, 166; das uniformidades de coexistência, 275.
- Liberalismo econômico, 116.
- Linguagem, 252, 300; sociológica moderna, 115.
- Lingüistas, 68, 290.
- Literatura sociológica, 153.
- Lógica, 3, 20, 46, 139, 166, 183, 291; aplicada, 101; das ciências, 45; empírica inglesa, 131; formal, 101; indutiva, 70, 94; indutiva moderna, 161; da investigação científica, 30; da investigação sociológica, 174; limitações, 250; moderna, 276; do procedimento, 219; questão, 173; redução, 226.
- Matemáticas, 77, 160.
- Materiais: coleta de, 64, 147; empíricos, 23, 34, 37, 62, 107, 142; exposição de, 310; seleção de, 136; sociológicos, 69, 221.
- Mecânica, 204.
- Mecanismos, 252, 261-262, 272, 282, 293, 295, 297, 307, 312; associação de, 312; conceitos de, 222; psicológicos, 257; sociais, 80, 208, 223, 257, 264, 267, 284, 290, 292, 307, 312; de transformação, 109.
- Meio, 152, 204, 261; ambiente, 254, 261; físico, 250, 254, 260, 262, 295, 299; humano, 243, 255, 264; natural, 243, 255, 293; social, 178-179, 205, 261, 284, 298.
- Mensuração, 54, 151, 153.
- Método, 6, 12, 13, 17-19, 26, 34, 55-56, 71-73, 76, 87, 88, 93, 112, 120, 131, 137-138, 149-151, 160, 177, 180, 187, 189-190, 193, 197, 203, 235-237, 248, 256, 259, 264-265, 278, 306-307, 309; de amostragem, 149; de análise funcionalista, 233; analítico, 54, 281; científico (V. Método científico); comparativo, 71, 80, 94, 131-132, 139-140, 198, 213, 233, 235, 288, 297; de compreensão, 34, 87-88, 180, 182, 256, 312; crítica do, 309; curso de, 44;

- dedutivo, 160, 167; descritivo, 54; dialético, 35, 102, 104-105, 114, 117, 180-182, 312; ecológico, 12; estatístico, 12, 63, 140, 148; experimental, 77, 79, 87, 150; de explicação, 213; de explicação sociológica, 190, 213; explicativo, 111, 260; funcionalista, 197-198, 216, 258, 266, 271; genético-comparativo, 34; hipotético-dedutivo, 4; histórico, 12, 139-140, 213, 216; de indução sociológica, 72; indutivo, 54, 77, 164, 166; de interpretação (V. Método de interpretação); interpretativo, 125, 164; de investigação, 13, 17-19, 26, 235, 280, 291; de manipulação interpretativa, 137-138; monográfico, 12, 18; objetivo, 34; de observação, 63; de pesquisa, 138; problemas do, 198, 218, 231; qualitativo, 144; quantitativo, 140, 144; da sociologia, 96, 187, 225, 232; sociológico, 45, 54, 177-178; o termo, 13, 180-181; tipológico, 89; dos tipos ideais, 123, 125; das variações concomitantes, 77, 82, 130, 139-140.
- Método científico, 36, 62, 64, 70, 89, 112, 172, 186, 218, 228; nas ciências naturais, 64; empirismo e racionalismo no, 308; exigências indutivas do, 303; limitações do, 305.
- Método de interpretação, 13, 34, 44, 122, 131-132, 181, 195, 217, 219-220, 228, 231, 247, 248, 251, 262, 265, 268, 287, 305, 309, 312-313; científica, 231; complementaridade dos, 291; implicações lógicas do, 195; método de interpretação funcionalista, 182-185, 198, 204, 212-215, 217-219, 223, 225, 228-229, 232-233, 247-248, 251-253, 257, 262-265, 274, 279, 281-282, 296, 304, 306, 313 (V. Método de interpretação funcionalista); limitações do, 291; manipulação do, 308-309; representação das relações do, 305;
- sociológica, 215, 219, 248, 256, 309; os três, 34, 182-183.
- Método de interpretação funcionalista: aplicação do, 197, 296, 311; aplicação sociológica do, 199; campos de aplicação do, 247; exploração adequada do, 198; a expressão, 180; fundamento lógico do, 202, 218; história do, 212; invalidação intelectual do, 251; natureza, limitações e aplicações positivas do, 279; natureza e limites do, 218; neutralidade do, 231; origens do, 271; peculiaridades lógicas do, 306, 312.
- Metodologia: das ciências, 169, 218; das ciências sociais, 16, 18, 21; científica, 180, 308; geral, 228; problemas da, 16; sociológica, 43, 189.
- Modelo: de análise empírico-indutiva, 216; de análise sociológica indutiva, 169; básico, 163; das ciências físicas, 166; das ciências da natureza, 64; experimentais, 10, 18, 22; de explanação, 31; de explicação, 4-5, 33, 35-37; ideal do experimento, 131, 136, 158; de indução analítica qualitativa, 163; não-naturalista, 95; dos novos padrões da pesquisa biológica, 101; de Rivers, 310; usual da explicação científica, 132.
- Monografia, 79, 107, 199.
- Morfologia social, 178; conhecimento da, 212; problemas da, 211.
- Motivação, 222; explicação sociológica da, 256; psíquica, 293; social, 257-258.
- Motivos, 222, 258; psicológicos, 256; sociais, 236; subjetivos, 312.
- Movimento dialético, 102.
- Mudança, 100, 130, 152, 157, 214, 223, 245, 252, 259, 263, 274; causalção social da, 261-262; conceito de, 223; controlada, 295; cultural, 261, 296; em emergência ou *in flux*, 263;

- estruturais, 261; mecanismos sociais de, 208, 264; processo social de, 68, 277; problemas de, 259, 262; ritmo de, 230, 249, 260, 262.
- Mudança social, 128, 213, 227, 229, 237, 259, 261, 263; explicação dos limites da, 290; mecanismos de, 272, 282; problemas de, 262, 274; problemas sociológicos de, 259, 263; processos de, 212, 290, 295; provocada, 305.
- Nações, 112; continuidade existencial das, 267; européias, 116.
- Natureza, 77, 87, 99, 110, 265, 284; fenômenos da, 87; humana, 63, 167, 235, 241; social, 240.
- Necessidades, 112, 190, 222, 241; biológicas individuais, 208; empíricas, 83; racionais, 83; satisfação de, 249; sociais, 191-192, 236, 269.
- Noções, 64, 120, 132, 215, 259, 273-275, 277, 285, 293, 308; abstratas, 77; exatas, 62, 69; fundamentais, 85; precisas, 62; de mais valia absoluta, 116; de mais valia relativa, 116; de vingança, 256-257.
- Normal, 71, 129, 229, 237.
- Normas sociais, 179, 222, 303.
- Nós coletivo, 237-238.
- Nuer, 33.
- Objetividade, 48, 54, 75, 77, 85, 136, 158, 170-171, 265.
- Objetivações culturais, 241, 290.
- Observação, 4-5, 6, 8-13, 15, 21-25, 31, 33, 40, 47-50, 55, 57, 63, 65, 68, 71-72, 75, 79, 84, 90, 105, 126, 140, 147, 150-151, 160, 166-167, 170, 172-174, 177-178, 182, 200, 220, 226, 247, 252, 291, 296, 306; campo de, 13, 17; caracteres da, 6; científica, 11; controlada, 10, 22, 152; controle da, 5, 21-22, 24, 156; controle racional da, 136, 174, 296; direta, 9, 11, 21, 55, 65, 283, 304, 307; estática, 71; experimental, 8, 12; fases da, 6-7, 9-10, 12-13, 21-22; indireta, 11, 21; indutiva, empírica e exterior, 165; participante, 9; procedimentos de, 178, 227; processo de, 5, 7-8, 11-13, 15-16, 19, 21, 24, 26, 178; provocada, 150; pura, 71, 150; sociológica, 79; técnicas de, 5, 7, 9, 22, 62, 66, 68, 137, 166, 313.
- Observador, 27, 91, 207, 226, 268.
- Operações intelectuais, 16, 21.
- Ordem social, 115, 221, 252, 261, 262, 268; alteração da, 100, 262, 268, 290; crítica da, 294; mecanismos da, 252, 262; padrões da, 35, 230; perpetuação da, 208.
- Organicismo, 189, 303, 309.
- Organicista, 127, 186, 190, 266.
- Organismo, 130, 186-187, 190, 207, 209, 215, 229, 234, 250, 260, 266, 286, 293; fisiologia dos, 260; humano, 254, 260, 304, 307; social, 191.
- Organização, 30, 128-129, 162, 188, 218, 227, 234, 261, 264, 290, 293-295; capitalista, 98; feudal, 98; grupal, 222; racional dos serviços públicos, 302; social, 29, 134, 230, 246, 267; das sociedades ocidentais, 302; técnica de, 10.
- Orientação, 44, 147; empírico-indutiva, 70, 219; funcionalista, 205, 215, 220, 306; ideológica, 223; interpretativa, 190-191; metodológica, 91, 128; organicista, 189; sociológica, 91.
- Papéis, 256; sociais, 49, 131.
- Paradigma, 219-221, 223-224, 227; construção do, 221.
- Particular, 60, 105, 108, 145, 160.
- Patologia, 230.
- Patológico, 71, 236.
- Pena, 190, 237.
- Pensamento, 20, 62, 101, 110-111, 113, 118, 208; análises de, 85; por analogia, 189; científico (V. Pensamento cien-

- tífico); dedutivo, 77; elaboração do, 113; filosófico, 48, 104; indutivo, 53, 68; liberal, 301; matemático, 282; realidade do, 118; sociológico (V. Pensamento sociológico); tradição de, 204.
- Pensamento científico, 38-39, 136, 265; história do, 43, 49.
- Pensamento sociológico, 51, 105; história do, 167.
- Percepção, 24-25, 91, 112; direta, 17; indireta, 17; interna, 87; sensorial, 86.
- Período: de construção dos conceitos e das orientações interpretativas, 190; organicista, 186, 266; de revisão crítica e de sistematização teórica, 215.
- Personalidade, 29, 225, 246-247, 252, 254, 257, 260, 282, 292, 304.
- Pesquisa, 3, 7, 9-10, 17-18, 20-23, 25, 29, 38, 44, 48, 50, 56, 58-59, 62, 65-68, 73, 81, 93, 97, 115, 120, 132, 137-138, 143, 147, 149, 154-155, 157, 161-164, 172-174, 192-193, 199, 203, 215-216, 218, 224, 225, 230, 235, 250-251, 254, 271-274, 279, 288, 291, 298, 307-308; aprendizagem da, 65; biológica, 101; campo da, 174; de campo, 9-10, 66-68, 143, 174, 288; causal, 272, 275; nas ciências de laboratório, 288; científica (V. Pesquisa científica); comparação de, 34; custo global, 22; descritiva, 29-30; empírica, 36, 144; empírico-indutiva, 169, 236; empírica sistemática, 5, 16, 21, 26, 34; estrutura da, 16; experimental (V. Pesquisa experimental); explicativa, 32, 37; fases da, 16, 20; histórica, 67; influência dos patrocinadores da, 300; integração dos resultados teóricos da, 34; objeto da, 16, 20, 25, 28, 36, 75, 215, 268, 313; orientação precisa de uma, 147; pessoal treinado para, 146; planejamento da,
- 18; plano experimental de, 163; projeto de, 13-18, 20-21, 29, 32, 37; problemas de, 48; de reconstrução histórica, 9-10, 67-68, 143, 174, 288; recursos financeiros para, 146; simplificação da, 147, 149; sociológica (V. Pesquisa sociológica); teórica, 298; teórica e prática, 302; tipos de, 120, 194.
- Pesquisa científica, 19, 24-25, 40, 52, 63, 65, 97, 136, 196, 201, 267-268, 301; história da, 63.
- Pesquisa experimental, 10, 158, 165; conceito de plano de, 151; plano de, 151; procedimentos da, 144; do tipo *ex post facto*, 153.
- Pesquisa sociológica, 52, 61, 138, 143, 147, 158, 164, 174, 213, 220, 230-231, 298, 307, 311; caráter empírico da, 163; sobre a cidade de São Paulo, 147; comparação na, 90; controle na, 146; dedução na, 163; desenvolvimento teórico e prático da, 302; empírico-indutiva, 162; organização da, 227; padrão experimental de, 154; rigor e precisão da, 174; situação experimental para, 151.
- Pesquisador, 44, 49-50, 62, 147, 149, 154, 158, 253-254, 268, 307-308; ajustamento do, 51, 74, 310; social, 6; típico, 308.
- Pessoas, 241, 245.
- Planejamento, 18, 151, 153, 162, 288, 296, 302.
- Plano, 151, 163, 258, 294; de colonização, 294; experimental, 151; interpretativo, 91, 154, 159; simbólico, 25.
- Poder, 118, 124.
- Polarizações, 261, 267.
- Poliginia, 269.
- Política colonial, 294.
- Ponto de vista, 230, 268; científico, 71, 151; dinâmico, 195; estático, 195; estatístico, 155; filosófico, 62; genético, 67; metodológico, 116; prático, 302.
- Ponto de vista sociológico, 47, 121, 128, 142, 177-179, 195,

- 214, 216, 218, 236, 247; formação do, 51, 183; história do desenvolvimento do, 140.
- População, 111-112, 140, 199, 294; finita, 149; homogênea, 149; reações da, 294.
- Postulado, 73, 202, 221, 230, 234, 248, 286; do determinismo, 28; empírico, 83; do funcionalismo, 227, 230; do funcionalismo universal, 221; da indispensabilidade, 221; da sociologia compreensiva, 107; da sociologia positiva, 107; da unidade funcional da sociedade, 221.
- Povos, 213, 261, 263, 307; descrição de um, 197; ocidentais e ocidentalizados, 294; tribais, 30.
- Precisão, 48-49, 136, 146-149, 170-171, 174, 181, 232, 287.
- Preconceito, 55, 140; de cor, 98, 292; contra o negro e o mestiço, 250; racial, 17.
- Premissas, 82, 131, 135, 145, 220.
- Prenheções, 74, 301.
- Pré-requisitos, 222, 307; funcionais, 229, 252, 295.
- Previsão, 59, 68, 118, 135, 153, 294.
- Princípio, 51, 59, 61, 73, 87, 103, 120, 122, 188, 195, 199-200, 286; básico, 20; biológico, 187; de causalidade, 81, 83; do determinismo, 83, 108, 130; formal, 68; heurístico, 202; de indução, 99; de integração funcional, 188; de interdependência das funções, 188; interpretativo geral, 309; lógico, 18; metodológico, 122, 126; da reversibilidade das funções, 189; da vitalidade das funções, 189.
- Probabilidades, 22, 30, 91, 145, 204; cálculo das, 145; grau de, 145, 171; relação de, 145.
- Problemas, 21, 34, 41, 48, 53, 55, 84, 94, 106, 121, 124, 127, 133-134, 143, 170, 174, 180, 192, 199, 202-203, 205-207, 211-214, 218-220, 231, 246-247, 257, 259-260, 262, 266, 270-271, 274-276, 280, 282-283, 287-289, 294, 297, 300-301, 303-305, 309, 311-313; científicos, 17, 142; cruciais, 169, 182, 231, 310; definição dos, 124, 286; de desorganização social, 252; diacrônicos, 263; empírico-indutivos, 62, 232, 287, 311; específicos, 133, 282; explicação de, 121; filogenéticos, 34-35; gerais, 174, 282; do homem, 299; humanos, 299, 302; indutivos, 96; lógicos, 4, 266; metodológicos, 16, 19-20, 23, 34, 44, 161, 193, 225; natureza dos, 78, 172, 294, 305; ontogenéticos, 35; da perspectiva temporal, 197; práticos, 292, 298; sincrônicos, 263, 311; teóricos, 32, 34, 133, 154; de transformação da ordem, 229.
- Problemas sociais, 15, 28, 231, 290, 294-296, 302, 305; análise funcionalista dos, 251; caracterização dos, 294; conceito de, 295; contrôlo racional dos, 294, 305; descrição dos, 305; emergentes, 208, 294; técnicas tradicionais da manipulação dos, 302; tratamento dos, 302.
- Problemas sociológicos, 121-122, 127, 136-137, 182, 231, 246-248, 251-252, 258, 263-264, 279, 281, 286, 288, 292, 303, 312; seleção e explanação dos, 181; sistematização dos, 182, 303-313; tratamento qualitativo dos, 139; tratamento quantitativo dos, 139.
- Procedimento, 19, 26, 109, 120, 123, 142, 144, 148, 150, 152, 161, 163, 177, 180, 196, 200, 218, 220, 222-223, 227-228, 232, 248, 282, 294, 300, 308, 312; científico, 50, 72, 74; empírico, 94; estatístico, 141; experimental, 120, 130-131, 150, 170; formal, 157; indutivo (V. Procedimento indutivo); interpretativo, 91, 100, 115, 124, 129-130, 144, 181; lógico, 228,

- 283, 285; metodológico, 54, 167; monográfico, 65; não-quantitativo, 141; operacional, 171; quantitativo, 120; racional, 119; teórico, 123.
- Procedimento indutivo, 26, 132, 163, 165, 169-171; de tipo qualitativo, 171; de tipo quantitativo, 171.
- Processo, 5, 7-8, 11, 13-16, 19-21, 24, 26, 34, 39, 48, 56, 67, 78, 87, 91, 103, 108-109, 112, 119, 126-129, 134-136, 138-139, 148-149, 158, 161-162, 173, 178, 180, 182-183, 191, 197, 212, 218, 227, 258, 268-269, 285, 287, 290-293, 295, 297, 302, 304; de amplificação, 20; analítico, 12, 283; da associação, 179; de conceptualização, 183; de construção de conceitos, 111; diacrônico, 212; dialético, 105; elementar, 134; experimental, 162; histórico, 59-60, 93, 206; indutivo, 132, 284; *in flux*, 290; intelectual, 39, 84, 239; de interação social, 127; lógico, 7; natural, 108; racional, 76; recorrente, 101, 162, 212, 270; relações causais entre, 166.
- Processo social, 32, 67-68, 81, 115, 127, 178-179, 189, 212, 214, 222, 229-230, 237, 247-248, 257, 275, 276-277, 283-284, 292, 307; análise do, 213; atualização de, 245; efeitos do, 267; elementar, 126-127; explicação do, 67, 117; dimensões pragmáticas do, 289-290; matriz irracional do, 100; recorrente, 68, 115, 121, 125, 131, 212, 214, 252, 258, 267, 270, 276-277.
- Produção, 108-110, 112, 302, 307; burguesa moderna, 109; capitalista, 108, 111, 116.
- Programa: social, 152; de educação higiênica, 153.
- Progresso, 27, 38, 40, 61-62, 67-68, 84, 146, 174, 302; científico, 55, 212.
- Proposições, 16-18, 20, 33, 131, 160.
- Prova, 152, 159, 297; instrumentos de, 145; ministração da, 77, 82; problema da, 123.
- Psicologia, 3, 63, 105, 144, 161, 177, 218, 223, 228, 299; aplicada, 299-300; humana, 167; leis da, 167; social, 22, 36, 161.
- Psicólogos sociais, 37.
- Publicação, 171.
- Quantificação, 139-140, 144.
- Química, 3, 27, 62, 228, 291.
- Químicos, 120.
- Questionário, 9, 144, 152-153.
- Raças, 200.
- Raciocínio, 24, 57, 62, 68, 110, 148, 167, 275; científico, 15, 25-26, 40, 253, 309; dedutivo, 44-45, 77, 160-164, 167; experimental, 39; funcionalista, 264; indutivo, 44, 119, 160, 164; interpretativo, 271, 307; sociológico, 290, 293, 303.
- Racional, 89, 102-103.
- Racionalismo, 54, 71, 308-309.
- Racionalizações, 241-242.
- Razão, 49, 51, 58-59, 70, 77, 85, 102-104, 119-120, 168, 242.
- Real, 89-90, 102-105, 112-113, 133, 238; análise do, 120, 172; concepção do, 127; conhecimento científico do, 105; descrição do, 73; interpretação do, 73, 104, 120; processo, 103; reprodução do, 114.
- Realidade, 3-5, 11, 14, 17, 23-25, 73, 75, 77, 89-90, 92-94, 97-98, 105-106, 111-112, 114, 117-119, 125, 134, 158, 177, 192, 195, 200-201, 204, 218-219, 226-227, 243, 252-253, 258, 265, 276, 281, 285-287, 289, 296, 303, 310-311; análise, 235, 263; campo da, 74; caracterização empírica da, 26, 31, 33, 37; concatenação lógica da, 125; concreta, 16-17; conhecimento da, 3, 12, 14, 17, 24, 26, 39, 98, 123, 147; descrição científica da, 3; empírica, 76, 97, 106, 111; explanação

da, 5, 24, 38, 40; explicação da, 2, 6, 8, 14, 20, 22, 25; exterior, 264; grau de elaboração funcional da, 252; histórica, 92; interpretação da, 15, 37, 55, 127, 217, 237; manipulação racional da, 125; natureza da, 73; observação da, 5, 27, 237, 306; percepção da, 6; reconstrução da, 1, 4-5, 7, 20, 24, 26, 31, 33, 37-38, 182, 269, 306, 311; representação da, 27, 38, 106, 265, 285; reprodução da, 3, 50; simplificação da, 49; social (V. Realidade social); sócio-cultural, 165; transformação da, 117; unidade e diversidade da, 111.

Realidade social, 4-5, 8, 13, 24, 27, 50, 72, 79, 96, 114, 128, 181, 200-201, 234, 268, 276, 292, 311-312; análise funcionalista da, 232; conhecimento da, 23, 135, 312; critério de reconhecimento da, 51; descrição da, 203; dinâmica da, 194; explanação da, 40; explicação da, 4-5, 40, 194-195, 309; interpretação da, 202; interpretação funcionalista da, 192; reconstituição da, 39; reconstrução sociológica da, 289; representação da, 39, 182, 304.

Realismo sociológico, 309.

Recomposição, 201.

Reconstrução, 3, 7, 9-10, 24, 30, 32-33, 37-40, 107, 199, 264-265, 278, 311; analítica, 11, 21, 38; conjetural, 213; empírica, 7, 22; empírico-indutiva, 214; interpretativa, 199; racional, 306, 310; sociológica, 289; técnicas de, 68; o termo, 39.

Reconstrução histórica, 55, 249, 304; pesquisa de, 9-10, 67-68, 143, 174, 288; investigação de, 249.

Reflexão: axiomática, 282; científica, 105; metodológica, 207.

Regra, 45, 91, 109, 191, 195-196, 199-200, 204, 207, 209, 307; de explicação, 179, 207, 209; explicativa, 215; fundamental, 74-76, 78, 81; interoretativa, 215; de probabilidade, 91.

Regularidades, 28-30, 78, 100, 125, 128, 141, 196, 304; descrição de, 125, 193, 252; explicação das, 120, 252.

Relação, 29-30, 33, 35, 101, 112-116, 126, 131, 140, 145, 153, 156, 158, 166, 169-170, 178-179, 188, 190-193, 195-203, 208, 211, 214-215, 225, 230, 239, 243, 246, 251, 254-256, 258, 260, 265-266, 268-269, 271, 273-274, 276-278, 282, 296, 304-305; adaptativa, 261-262, 293, 307; burocrática, 292; causal, 31, 81, 117, 131, 165-166, 172, 194, 277-278; conceito abstrato de, 93; econômica, 117; explicativa, 162; fenômeno de, 247; dos fenômenos, 313; funcional, 31, 244; humana, 82, 125, 127, 152, 158; de implicação, 260, 266, 273; internacional, 267; interpretativa, 278; invariável, 132; natureza da, 33, 310; pesquisa de, 115; real, 167, 238; recíproca, 117, 269; sacrificial, 277; social, 49, 90, 112, 114, 127-128, 157, 225, 237-238, 247, 252, 269, 293, 304, 312; dos vivos com o sobrenatural, 257.

Religiões, 166.

Representação, 12-13, 15, 18, 39, 111-113, 182, 225-226, 243, 269, 276, 282, 289, 304-305, 310; conceptual, 113, 275; racional, 105, 114, 310.

Representatividade, 149, 156.

Resultados, 18, 32, 34, 126, 130, 137, 155, 157, 163, 170, 220-221, 266, 282, 298, 303-304, 312.

Revolução, 60, 166.

Ritos, 80, 203.

Salário, 33, 141, 155-157, 171, 214.

Seleção, 23, 48-49, 78, 89, 93, 97-98, 109, 124, 130, 132, 135-136, 147-148, 151, 155, 162,

170-172, 179, 181, 209, 240, 248, 255, 265, 305, 309.

Semântica, 27.

Sentidos, 86; complementação dos, 49; heurísticos, 283-284.

Sentimentos, 24, 204, 257.

Seqüência, 30, 54, 91, 197, 203, 259, 266, 268, 276-277; evolutiva, 213-214; histórica, 54, 59, 202, 275; invariável, 266, 268, 276; modalidade de, 276-277; relação de, 203, 259, 268, 276; uniformidades de, 30, 104, 121, 124-125, 130, 197, 266, 271, 276, 279, 304.

Ser: humano, 293; social, 106.

Série, 56-57, 172; causal, 260; construída, 108, 124, 159, 162, 172; empírica, 134, 159; homogênea, 159, 162, 172; ideal, 90; real, 90, 103, 108, 115, 124, 159, 162, 170.

Significação, 166, 313; interpretativa, 119, 133, 141, 155, 265.

Silogismo, 101.

Símbolos, 161, 173.

Simplificação, 49-50, 147, 149, 257, 305.

Síntese, 20, 31, 38, 55, 65-66, 92, 98, 112, 201, 224, 306, 313; processo de, 20, 112.

Sistema, 30, 111, 113, 121-123, 157, 160, 166, 200-201, 203-204, 208-209, 221-222, 231, 240, 267, 284; capitalista, 116; científico, 173-174, 301-302; cultural, 221-222; econômico, 111-112, 114, 200, 225, 270; escolar, 293; especial, 200-201; fechado, 29-30, 201; hegeliano, 104; hipotético-dedutivo, 137, 161, 164, 168, 172, 174; hipotético-indutivo, 171; ideológico, 110, 221; indutivo, 137-138, 164, 174; jurídico, 200; lógico, 123; metodológico, 94; moral, 200, 216; natural, 84, 216; a noção de, 200; de operações, 190; de posições sociais, 304; de pressões sociais, 295, 301-302; de prestações totais, 269; psico-social, 34, 36; de referência, 16, 18, 228, 265; de referência empírica, 26-29, 35-37; religioso, 200; de sanções, 302; de sentimentos sociais, 206; social (V. Sistema social); sócio-cultural concreto, 29, 32, 34, 36; total, 200-201, 210; totêmico, 130; tribal, 237-238, 256; de valores, 128.

Sistema social, 8, 30, 81, 98-100, 110, 115, 117, 123, 126-127, 134-135, 200-204, 209-211, 222, 225, 227, 229-230, 246, 254-255, 259, 262, 264, 277-278, 284, 288, 295, 304; análise filogenética do, 289; análise ontogenética do, 289; de classes, 261; componentes do, 250, 260, 269, 282; conceito de, 202; continuidade do, 209-210, 246, 277, 281, 304; defesa da integridade de um, 229; estabilidade do, 30, 213; estamental, 261; global, 27, 98, 201, 225; integração do, 30, 246, 282, 304; integração funcional do, 230, 260-262; noção de, 199, 293; parcial, 284; partes do, 209, 255; pré-requisito funcional do, 229, 295; reintegração funcional do, 260, 262; total, 208, 211; tribal, 30.

Sistematização, 67, 137, 182, 203, 211, 220, 223, 284, 303-304; lógica, 221, 303; teórica, 160, 178, 215.

Situações, 25, 154, 214, 225, 280, 286, 297; concretas, 94, 179, 220, 253, 294-295, 298; conjunto de, 251, 262; econômicas, 158; empíricas, 124, 127, 278, 285; de fato, 124; histórico-sociais, 100, 107, 165; particulares, 107, 295; similares, 123, 126, 297; sociais, 157, 199, 274; sociais concretas, 197, 295, 307; sociais de vida, 128, 153, 179, 305; sócio-culturais, 94, 165.

Socialização, 252, 304; problemas de, 34; processo de, 304.

Sociedade, 51, 60, 67, 80, 82, 85, 94, 102, 106, 111, 126, 129-133, 179, 186-188, 190, 199-

- 204, 206-207, 209, 211-212, 214-216, 221, 225, 230, 234, 237, 239, 241, 245-246, 249-255, 260-263, 266-267, 271-272, 277, 279, 284, 286, 292, 296, 304, 307; australiana, 81; burguesa, 117; ciências da, 104, 216; civilizada, 214; classificação das, 79; concreta, 132; constituição da, 129, 255, 286; continuidade da, 179, 208-209, 262, 293; dinâmica da, 133, 237; como entidade, 187-188; equilíbrio de, 246; de esquilmos, 199, 201; estados da, 111, 193, 239; evolução da, 129; formas da, 106, 117, 255; funcionamento da, 129, 235, 255, 272; humana (V. Sociedade humana); integração da, 179, 239, 255; ocidental, 271, 296, 302; organização da, 293; partes da, 187-189; paulistana, 147, 250; primitiva, 214, 262, 307; técnicas da, 293; teoria geral da, 63; tipo de, 127, 129, 133, 208, 253, 261, 272, 294; unidade funcional da, 221.
- Sociedade humana, 68, 119, 132, 167, 230, 252, 263, 276, 286, 288, 294, 302, 309; constituição da, 286; continuidade existencial da, 260; estrutura da, 302; evolução da, 263; funcionamento da, 286, 294, 302; natureza da, 211-212, 214; observação da, 67; organização da, 264, 290, 294-295.
- Sociedade tupinambá, 256, 269, 277; guerra na, 234, 236, 238, 240-243, 247-248, 273, 277; noção de vingança na, 236-237; poliginia na, 253-254; sacrifício humano na, 228, 248, 270.
- Sociologia, 3, 36, 41, 43-45, 48-49, 51-56, 60, 62-69, 71-72, 77, 79, 82-83, 87, 90, 93-94, 96, 119, 121, 122-127, 130, 133-139, 141-147, 149-150, 154, 156, 158, 161, 163-167, 169, 171-175, 178, 181-186, 190-193, 195, 197-200, 203-205, 209, 212, 214-216, 218-225, 228, 230-233, 235, 238-239, 241, 243-245, 247, 251, 257, 259-260, 264, 269-276, 279-281, 284-289, 291-292, 295-298, 303, 305-306, 308-309, 311-313; amadurecimento científico da, 177; aplicada, 86, 123, 295, 301-302, 305; campo da, 43-44, 61, 72, 88, 124, 126, 186, 201, 264, 287; ciência autônoma, 64, 74; ciência dedutiva, 166; ciência empírica, 61, 68, 147; ciência indutiva, 61, 71-72, 77, 122, 161, 164, 173; ciência generalizadora, 93; ciência natural, 210; ciência nomotética, 99; comparada, 205; compreensiva, 107; conceitos e princípios da, 51; construtiva, 76, 100, 122, 167; *corpus* teórico da, 69, 163; da cultura, 123-124; desenvolvimento da, 53, 61, 63-64, 66, 84, 98, 140, 178, 213, 231, 291-292, 301-303; divisão da, 86; educacional, 43-44; empírica (V. Sociologia empírica); empírico-indutiva, 167; especialização na, 44; evolução da, 140, 174; experimental, 137-140, 151; fase pré-científica da, 165; francesa, 205; fundadores da, 48; geral, 43, 215, 217, 286; história da, 199; história do pensamento científico na, 43; histórico do pensamento indutivo na, 53; maturidade científica da, 50, 288; moderna, 61, 63, 70, 85, 94, 127, 206, 212, 223, 235, 271, 289, 297; objeto da, 73-74, 86, 88, 94, 96-97, 137, 144, 173, 187, 201, 286; pensadores de influência marcante na, 84; positiva, 107; problemas da, 211, 215, 309; problemas empírico-indutivos da, 62, 232, 287; problemas de função na, 198, 286; problemas indutivos na, 96; problemas metodológicos da, 62, 161; progresso da, 68, 84, 146; pura, 86, 88, 95, 122, 126, 167, 282; sistemática, 122, 124, 167; teoria e pesquisa na, 44; transformação da, 69, 286.
- Sociologia empírica, 88, 126, 181, 289, 311, 313; campo da, 264; objeto da, 304; problemas da, 282, 313.
- Sociógrafo, 55, 65.
- Sociografia, 63, 86.
- Sociólogos, 37, 46, 48-49, 51, 55, 64-69, 72, 75-76, 78-80, 83-84, 88-89, 93-94, 121, 126, 130, 136-139, 141-146, 149-151, 163-164, 173-174, 177, 186, 192, 198, 205, 207, 213-214, 218-221, 226-227, 231, 247, 251, 259, 265, 270-271, 273-275, 277-278, 286, 290, 295-296, 301-302, 306-307, 310, 312; alemães, 76, 86; experimentais, 138; funcionalistas, 230, 256; modernos, 202, 227; norte-americanos, 68; do passado, 48, 51-52, 55, 140, 174; pioneiros, 68; posição social do, 223; do século XIX, 53, 187; a tarefa do, 63, 129; de tendência naturalista, 150.
- Solidariedade, 206; social, 71, 190, 237, 269; tipos de, 130, 236, 238; tribal, 253.
- Status social, 49, 269.
- Subgrupos, 149, 222.
- Subjetividade, 22, 54, 93, 98, 230, 268, 307.
- Sucessão: relação de, 195-196, 213-214, 251, 266, 268, 273-274, 276; uniformidades de, 210, 213.
- Suicídio, 56, 130, 141.
- Sujeito, 9, 25, 74-75, 98, 110-111, 126, 177, 195, 234, 236, 241-242, 250-253, 256-258, 264-265, 276, 283, 300-301, 310-311; ajustamento do, 201, 264, 311; atitude do, 177; concreto, 241; horizonte intelectual do, 301, 310; perspectiva social do, 231, 300.
- Sujeito-investigador, 5, 9-14, 16-18, 25, 27, 33, 90-93, 97, 106, 109, 114, 134, 251, 264, 268, 289, 300, 309; ajustamento do, 98, 310; alvos cog- nitivos do, 17, 29; formação do horizonte interpretativo do, 162-163; horizonte intelectual do, 179, 182; liberdade do, 35, 125; organização da experiência do, 16; posição do, 34, 267.
- Técnica, 3, 5, 7, 9-10, 13, 22, 36, 40, 62, 66, 68, 77, 99, 114-115, 125-127, 135-138, 143-144, 146, 148, 166, 174, 180, 182, 267, 293-294, 296, 302, 308-309, 313; artificial, 126; científica, 227; de crítica de documentos, 68; descoberta de, 298, 308; especial de confronto, 134; estatística, 142, 144, 146, 148; experimental, 25, 49, 151; interpretativa, 33; de manipulação, 135; nova, 143; social, 294.
- Tempo, 30, 93, 125, 130, 133, 140, 249, 262, 277, 307, 310, 312.
- Teoria, 5, 21, 36, 38, 43-46, 60, 63, 66-67, 69-73, 85, 100-101, 105, 111, 132, 136, 148, 161, 173, 181, 185, 191, 192, 195, 197, 213, 218, 223, 225, 299-300, 308, 310; científica, 18, 34, 162; da correlação, 271-273; econômica, 116, 133, 167; elaboração de uma, 168; especial, 216; estatística, 149; funcionalista, 204, 216-217, 231, 246, 259, 286, 298; da invenção, 138, 173; da invenção científica, 138; de Marx, 115; sociológica, 51, 61, 68, 72, 121, 127, 129, 161, 163, 178, 219, 230, 290.
- Terminologia, 69, 186, 244.
- Testes, 144.
- Típico, 97, 131, 135, 161.
- Tipo, 14, 27, 31, 76, 78-81, 86, 120, 127, 129-130, 134, 160, 194, 200, 203, 208, 212, 214-215, 219, 222, 235-238, 243, 250-253, 261, 269, 272-273, 279-280, 294-295, 308, 313; caracterização de um, 130, 289; classificação empírico-indutiva

- de, 288; construção, 89; empírico, 11, 13, 18, 35; esquemático, 29, 35; estrutural, 133, 207; extremo, 35, 134-135; ideal (V. Tipo ideal); médio, 35, 80, 129, 131-133; noção de, 135; "organismo", 190; padrão, 133; puro, 35, 66, 147; de requisito funcional, 223; social (V. Tipo social); "sociedade", 190.
- Tipo ideal, 35, 88-90, 92-93, 125, 135; concepção lógica do, 87; construção do, 93; procedimento interpretativo do, 124.
- Tipo social, 79, 129, 271, 305; classificação do, 304; constituição do, 79.
- Todo, 30, 109, 112, 129-130, 197, 201-204, 208, 214, 240, 245-246, 248-249, 255, 261-262, 264, 277-278, 282, 285, 290, 304, 309-313; definição do, 248; noção de, 110, 248, 311; representação caótica do, 112.
- Totalidade, 33, 36, 111, 113, 128-130, 132-133, 248.
- Totemismo, 32.
- Trabalho, 3, 21, 32, 112-114, 116, 121, 138, 143, 163, 178-180, 191, 212, 215, 230, 288; científico, 14-16, 68, 265, 288.
- Tradição, 208; científica positivista, 123.
- Trama histórica, 57, 59-60.
- Tratamento, 17, 302; analítico, 6, 10-13, 17, 19, 23, 36-37; crítico, 17, 22, 37; descritivo, 36; dialético do empírico, 102; empírico-indutivo, 52; estatístico, 90, 141, 154, 164, 171; histórico, 186; interpretativo, 8-9, 36-37; matemático, 161, 282; qualitativo, 139; quantitativo, 139, 141, 143-144, 146; sociológico, 288.
- Tribos australianas, 32.
- Troca, 110-112, 114.
- Truísmo, 225-226.
- Tupinambá, 242, 270, 277; ação sacrificatória dos, 256, 292-293; atividade guerreira dos, 241; concepção cultural dos, 242; condições de existência dos, 244; sacrifício humano entre os, 270; sistema sócio-cultural dos, 240; vida social dos, 245.
- Unidade, 30, 36, 110-111, 112, 125, 148-149, 197, 209, 211, 221, 223, 245, 247, 250, 255, 261, 281-282, 292-293, 303-304, 306, 308.
- Uniformidades, 18, 29-30, 91, 120, 166, 179, 196, 210, 213, 270; tipos de, 268, 279.
- Universalismo, 309.
- Universo, 99, 103, 149; empírico, 4, 10, 13-14, 19, 94, 108, 116, 162, 251.
- Univocidade, 89, 123.
- Urbanização, 294.
- Utopia, 92, 123.
- Validade, 27, 123, 135-136, 144, 162, 169, 171, 264.
- Valor, 24, 112, 114, 258, 308; heurístico, 214, 221, 275; social, 179, 247, 256, 312.
- Variáveis, 28, 31, 33-37, 133-135, 156-159, 165-166, 254, 293-294, 307; comportamento de, 23, 27-28, 33, 36; operativas, 27, 30, 34-35.
- Verificação, 9, 22-24, 82, 117, 124, 130-131, 135, 137-138, 151, 159, 162, 177, 297-298; critério de, 145, 309; crítica, 265; empírica, 126, 157, 172; problema da, 123.
- Vida, 126, 153, 188, 250, 255; anímico-social, 25; coletiva, 96; econômica, 110, 114, 116, 133; escolar, 154; humana, 134; ideais tribais de, 254; orgânica, 211; prática, 153, 155, 158;

- profana, 202; psíquica, 202, 250, 257; religiosa, 202; social (V. Vida social); em sociedade, 64, 105, 236-237, 252-253, 261.
- Vida social, 27, 30, 40, 49, 63, 99-100, 106, 199, 201, 207-209, 211-212, 226, 234-236, 238, 244, 248, 251-252, 260, 262-264, 270, 278, 286, 289-290, 292, 295, 303, 305, 310-312; concepção da, 303; dinâmica da, 27, 251; explicação sociológica da, 209; funcionamento da, 251, 260; interpretação da, 311; mecanismos da, 294; processos recorrentes da, 212, 270; reconstrução interpretativa da, 199; vinculações, 243; causais, 269, 272-274, 276, 279, 284, 304; vocábulos, 69, 181.

INDICE DE AUTORES

- ALPERT, H., 196.
 ARBOUSSE-BASTIDE, Paul, 13.
- BACON, F., 41, 70, 79, 120, 131.
 BALDUS, Herbert, 204.
 BASTIDE, Roger, 98, 250.
 BATESON, Gregory, 32, 217, 228, 248, 308.
 BECKER, H., 240.
 BERNAL, J. D., 207.
 BERNARD, Claude, XXII, 4, 47, 62, 150, 192.
 BONNOT, Lucien, 227.
 BRAITHWAITE, R. B., 161.
 BROWN, G. Burniston, 227.
 BROWN, J. F., 161.
 BÜHLER, Charlotte, 22.
 BURGESS, Ernest W., 11.
- CASSIRER, Ernst, 86.
 CHAPIN, F. Stuart, 10, 23, 151-4, 156.
 CHRISTIANSEN, Helen F., 23, 153-4, 158.
 CHWISTEK, Leon, 169, 171.
 COHEN, M. R., 82, 266.
 COMTE, Auguste, XVIII, 22, 48, 62, 71, 82, 150, 192-5, 297.
 COURNOT, Antoine-Augustin, 56-60, 119-21, 139-40.
 CRAMER, H., 146.
 CROCE, Benedetto, 102.
- DARWIN, Charles, 101.
 DESCAMPS, P., 65-6, 147.
 DESCARTES, R., 70.
 DILTHEY, Wilhelm, XVIII, 24-5, 87, 124.
 DODD, S. C., 152-3, 168.
 DOROLLE, M., 284.
 DURKHEIM, Emile, XVII, 32-5, 37, 51, 62-3, 66, 70-83, 94, 96-100, 105-8, 115, 120-1, 127-33, 137, 142, 150, 161-2, 164-7, 175, 177-9, 190-1, 193-8, 200, 203-6, 210, 213, 218-9, 225, 229, 236, 259-60, 270, 273-4, 277, 283, 286, 297, 308, 310.
- EDDINGTON, A., 101.
 EDWARDS, H. Milne, 186-7.
 ENGELS, Friedrich, 106, 110, 115, 117-8, 231, 271, 280.
 EVANS-PRITCHARD, E. E., 30-1, 36, 216-7.
- FARIS, G., 66.
 FERNANDES, Florestan, 9, 23, 25, 31, 97-8, 228, 231, 244, 249-50, 258-9, 264, 279, 294, 296.
 FIRTH, R., 184.
 FISHER, R. A., 143-5.
 FORDE, Daryll, 208.
 FRAZER, Sir James G., 310.
 FREUD, S., 37.
 FREYER, Hans, 98, 122, 181, 286.
 FURFEY, P. H., XIX.
- GALILEU, G., 131.
 GATTÁS, Ramzia, 9.
 GERTH, Hans H., 95.
 GIDDINGS, F. E., 45, 60, 139-40.
 GOBLOT, Ed., 260, 273.
 GOLDENWEISER, A., 266.
 GOLDSTEIN, Kurt, 151, 229, 281.
 GOODE, William J., 5.
 GREENWOOD, Ernest, 151-2, 154.
 GRESHAM, 90, 92, 124.
 GURVITCH, G., 67, 113, 240, 255.
- HAGOOD, M. J., 143, 146.
 HATT, Paul K., 5.
 HEGEL, G. W., 84, 101-2, 104-5.
 HEMPEL, Carl G., 94, 108.
 HEYNS, Roger W., 6.

- HUBERT, H., 200, 203, 205.
 HUNTER, Mônica, 229.
 HYMAN, Herbert, 14, 16.
- JEANS, Sir J., 101.
 JOHNSON, Martin, 160.
- KANT, Immanuel, 84-5.
 KAUFMANN, Félix, 16, 87, 92,
 94, 123, 181, 264, 286.
 KEYNES, J. M., 144-6.
 KÖHLER, W., 151.
 KROEBER, A. L., 37.
- LACOMBE, 236.
 LALANDE, A., 99, 181, 206, 226,
 260.
 LEFEBVRE, Henri, 161.
 LE PLAY, F., 18, 65, 135.
 LESSER, A., 306.
 LÉVI-STRAUSS, Claude, 38, 81,
 201-4.
 LÉVY-BRUHL, L., 25.
 LEVY JR., Marion, XXI.
 LINTON, R., 240.
 LIST, F., 116.
 LOWIE, Robert H., 204-5, 306.
 LUNDBERG, George A., 5, 22, 50,
 144, 148-9, 152, 299.
 LUNT, P. S., 181.
 LYND, R. S., 268, 299.
 LYND, R. S., e H. M., 263.
- MACH, Ernst, 39.
 MACIVER, R. M., 141, 213, 273.
 MADGE, John, 6, 50.
 MALINOWSKI, Bronislaw, 1, 32,
 204, 208, 225, 229, 238, 253,
 256, 259, 264-5, 270, 281, 285,
 296, 298-9, 307-8.
 MANNHEIM, Karl, 14, 37, 63,
 68, 86, 98, 100, 213, 231, 259,
 281, 295, 298.
 MARX, Karl, 20, 35, 37, 70, 96,
 105-11, 113-8, 120-2, 127-31,
 134, 162, 164, 165, 180-1,
 213, 231, 264, 270-1, 280, 298.
 MAUNIER, René, 197-8.
 MAUSS, Marcel, 37, 51, 132,
 137, 198-206, 219, 255, 259,
 280, 284, 288, 308.
 MAY, E., 51.
 MAYR, G. von, 55, 142.
- MEDINA ECHAVARRÍA, J., XV.
 MERTON, Robert K., 18, 64, 217-
 21, 224-6, 229-31, 233, 244-5,
 259, 281, 285, 300-1, 306, 308.
 MILL, James, 167.
 MILL, J. Stuart, 70, 73, 78, 82,
 131, 148, 150, 166, 167, 193-
 5, 200, 266, 274-5, 308.
 MILLS, C. Wright, 95.
 MONNEROT, J., 236.
 MOORE, W. E., 67, 81.
 MORENO, J. L., 10.
 MOWRER, E. R., 143.
 MÜHLMANN, Wilhelm, 216.
 MÜLLER, Adam, 116.
 MURDOCK, G. P., 306.
 MURPHY, Gardner, 10, 158.
 MURPHY, Lois Barclay, 10, 158.
- NADEL, S. F., 217, 228, 273.
 NAGEL, E., 82.
 NEWCOMB, Theodore M., 10,
 158.
 NEWTON, Sir I., 65.
- OGBURN, W. F., 141, 230, 266.
- PALMER, V., 148.
 PARETO, Vilfredo, 215.
 PARR, A. E., 254.
 PARSONS, Talcott, 32, 94, 181,
 227, 229, 252, 259.
 PEAK, Helen, 5.
 PEARSON, Karl, XVIII, 91.
 PHELPS, H. A., 50, 54.
 PIAGET, J., 266, 273, 290, 305.
 POINCARÉ, H., XVIII, 50.
 POPPER, K., 50.
 PRICE, D. O., 143, 146.
- QUENOUILLE, M. H., 151.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R., 185,
 195, 204-15, 219, 228, 249,
 254, 256, 259, 263, 268, 270,
 273, 288, 308.
 RADIN, P., 306.
 REDFIELD, Robert, 32, 259.
 REICHEMBACH, H., 101.
 RENNER, Karl, 196-7, 259, 261.
 RICE, S. A., 180.
 RIVERS, W. H. R., 310.
 RODRIGUES, Milda da Silva, 146.

- ROYER-COLLARD, 99.
 RUSSELL, Bertrand, 276.
- SAUSSURE, F. de, 263, 266.
 SCHÄPE, Albert, 187.
 SCHELER, Max, 37, 86, 123.
 SIMÃO, Aziz, 41.
 SIMIAND, François, 6, 36, 39, 48,
 67, 137, 141, 171, 196, 212,
 214, 273, 297.
 SIMMEL, G., 62, 87-8, 123.
 SIMPSON, G. Gaylord, 254.
 SOMBART, W., 37, 63, 87.
 SOROKIN, Pitirim A., 165-6.
 SPENCER, Herbert, 27, 48, 187,
 190, 192-3, 224-5, 235, 261,
 308.
 SPENGLER, Oswald, 99.
 SPRANGER, E., 25, 37.
 STOUFFER, S. A., 148-9.
- THOMAS, William I., 6, 127.
 THURNWALD, R., 206, 229.
 TÖNNIES, F., 55, 62-3, 69, 86-
 8, 98, 122, 142, 271.
 TOURVILLE, 65.
 TOWSEND, John C., 156.
- UEXKÜL, J. von, 249.
- VEBLEN, T., 37.
- WALLON, H., 299.
 WARNER, W. L., 181.
 WARTBURG, W. von., 263.
 WEBER, Alfred, 123.
 WEBER, Max, 25, 32, 34, 37,
 51, 63, 66, 70, 84, 87-100, 105-
 8, 115, 120-7, 129-31, 162,
 164-5, 167, 180-1, 194-5, 309.
 WEST, James, 9.
 WHITE, Leslie A., 306.
 WIESE, L. von, 122, 126, 167-8,
 240.
 WISDOM, John Oulton, 161, 227,
 275.
 WORMS, René, 189-90.
 WOLF, A., 8, 13, 180, 275.
- YATES, F., 143, 148.
 YOUNG, Pauline V., 5, 9.
- ZANDER, Alvin F., 6.
 ZNANIECKI, Florian, 6, 11, 16-
 7, 28, 71, 78, 125, 127, 132,
 135, 177, 200, 202, 270-1,
 273, 284, 289, 297.

*

Este livro foi
impresso pela EDIPE Artes
Gráficas, Rua Domingos
Paiva, 60 — São Paulo

principais problemas que se colocam, atualmente, aos que se preocupam com a caracterização da sociologia como ciência de observação e empírico-indutiva. A análise é suficientemente ampla para apañhar tanto os procedimentos de indução qualitativa, quanto os de indução quantitativa, com algumas conseqüências pertinentes à formalização dos processos de explicação da realidade. No terceiro, *O Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia*, são examinados vários aspectos do desenvolvimento do funcionalismo na sociologia e das aplicações lógicas, empíricas ou pragmáticas da interpretação funcionalista aos fenômenos sociais. Os três ensaios apresentam, portanto, interêsse especial seja para os estudantes, seja para os professôres que lecionam a matéria nas escolas superiores ou normais, seja para os pesquisadores que precisem alargar seus conhecimentos sôbre os procedimentos de crítica, análise e interpretação dos dados de fato.

A edição desta obra possui um significado especial. Os ensaios aqui reunidos contêm contribuições originais ao progresso da teoria da explicação científica na sociologia. Publicados separadamente, logo se esgotaram ou se tornaram de difícil acesso aos estudiosos. A reedição dêles na forma de livro — de natural unidade, em vista da interdependência dos assuntos e da maneira pela qual foram encarados — representa uma das primeiras iniciativas de publicação de obras dessa envergadura de autores brasileiros. A Companhia Editora Nacional orgulha-se de ter dado êsse passo, que inaugurou nova fase do desenvolvimento do livro didático e científico no Brasil.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA EDITORIAL
A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO